

MINISTÉRIO DAS CIDADES

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU



RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2010

Rio de Janeiro, dez 2010

Ministério das Cidades
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2010

RELATÓRIO DE GESTÃO do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e as orientações do órgão de controle interno.

Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing
Rio de Janeiro, dez 2010

Sumário

VOLUME I 9

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO..... | 10 |
| PARTE A – CONTEÚDO GERAL | 14 |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA | 15 |
| 1.1 - LEGISLAÇÃO | 16 |
| 1.2 - DADOS CADASTRAIS | 17 |
| 2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 19 |
| 2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS..... | 20 |
| 2.2 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS..... | 22 |
| 2.3 – PROGRAMAS DE GOVERNO | 25 |
| 2.4 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO..... | 95 |
| 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.... | 108 |
| 4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..... | 109 |
| 4.1 - PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..... | 110 |
| 4.2 - ANÁLISE CRÍTICA | 110 |
| 5. RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE | 111 |
| 5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS | 112 |
| 5.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS..... | 114 |
| 5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS | 114 |
| 5.4 – QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS | 115 |
| 5.5 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA | 116 |
| 5.6 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS | 130 |
| 5.7 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 | 132 |
| 6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES. | 133 |
| 6.1 - TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO..... | 134 |
| 6.2 – ANÁLISE CRÍTICA..... | 139 |
| 6.3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE INFORMAÇÕES – SIASG E SICONV..... | 145 |
| 7. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ | 146 |
| 7.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ | 147 |

| | |
|---|------------|
| 8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS..... | 150 |
| 8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS..... | 151 |
| 9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ | 153 |
| 9.1 - GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL..... | 154 |
| 10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)..... | 205 |
| 10.1 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)..... | 206 |
| 11. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA CBTU E FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL | 207 |
| 12. ATENDIMENTO ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS PELO TCU E RECOMENDAÇÕES DA CGU208 | |
| 12.1 - DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO..... | 209 |
| 12.2 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO | 242 |
| 12.3 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO..... | 252 |
| 12.4 - RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO..... | 280 |
| 12.5 - TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO..... | 289 |
| VOLUME II 290 | |
| PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO | 291 |
| 13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL | 292 |
| 13.1 - DECLARAÇÃO PLENA | 293 |
| 14. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64..... | 294 |
| 14.1 – BALANÇO FINANCEIRO | 295 |
| 14.2 – BALANÇO PATRIMONIAL..... | 297 |
| 14.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO..... | 299 |
| 14.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 301 |
| 14.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES..... | 303 |
| 14.6 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA | 305 |
| 14.7 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO..... | 307 |
| 14.8 - BALANÇO PATRIMONIAL LEI 6.404/76 – TODOS OS ORÇAMENTOS – DEMONSTRATIVO SIAFI..... | 309 |
| 15. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76, INCLUINDO NOTAS EXPLICATIVAS | 311 |
| 16. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL..... | 328 |
| 16.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL | 329 |
| 17. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.... | 330 |

| | |
|---|------------|
| PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO | 334 |
| 18. CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO..... | 335 |
| 19. SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO; | 336 |
| 20. INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES..... | 337 |
| 21. RELATÓRIO DE REVISÃO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO E DEVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO | 338 |
| 22. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UNIDADE, MEMBROS DA DIRETORIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL | 339 |
| <i>22.1 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES.....</i> | <i>340</i> |
| 23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES..... | 345 |
| 24. DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS. | 346 |
| 25. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA | 347 |
| <i>25.1 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....</i> | <i>348</i> |
| <i>25.2 – AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EMPREENDIDAS NO EXERCÍCIO.....</i> | <i>390</i> |
| 26. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL | 417 |
| 27. ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO 1309/2010 – PRIMEIRA CÂMARA | 418 |

LISTA DE TABELAS

- Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.1.2 – Organograma da Empresa
- Quadro A.2.1 - Demonstrativo da execução por programa de governo
- Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela CBTU
 - Quadro A.2.2.1.1 – Características gerais – STU-RECIFE
 - Quadro A.2.2.1.2 – Resultados STU - RECIFE
 - Quadro A.2.2.1.3 – Indicadores de desempenho empresarial - RECIFE
 - Quadro A.2.2.2.1 – Características gerais – STU-BELO HORIZONTE
 - Quadro A.2.2.2.2 – Resultados STU – BELO HORIZONTE
 - Quadro A.2.2.2.3 – Indicadores de desempenho empresarial – BELO HORIZONTE
 - Quadro A.2.2.3.1 – Características gerais – NATAL
 - Quadro A.2.2.3.2 – Resultados STU - NATAL
 - Quadro A.2.2.3.3 – Indicadores de desempenho empresarial - NATAL
 - Quadro A.2.2.4.1 – Características gerais – JOÃO PESSOA
 - Quadro A.2.2.4.2 – Resultados STU - JOÃO PESSOA
 - Quadro A.2.2.4.3 – Indicadores de desempenho empresarial - JOÃO PESSOA
 - Quadro A.2.2.5.1 – Características gerais – MACEIÓ
 - Quadro A.2.2.5.2 – Resultados STU - MACEIÓ
 - Quadro A.2.2.5.3 – Indicadores de desempenho empresarial – MACEIÓ
- Quadro A.2.2.6 – Evolução dos acidentes ferroviários
- Quadro A.2.2.7 - Concessões judiciais de pensões e custos nos últimos 5 anos
- Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias
- Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes
- Quadro A.2.5 - Programação de despesas capital
- Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas
- Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa
- Quadro A.2.8 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ
- Quadro A.2.9 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ
- Quadro A.2.10 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ
- Quadro A.2.11 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores
- Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de recursos humanos - situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de recursos humanos por faixa etária - situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de recursos humanos por faixa etária - situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de estagiários
- Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
 Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
 Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra
 Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010
 Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela CBTU nos três últimos exercícios
 Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
 Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.
 Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse
 Quadro A.6.6 – Declaração de conformidade de informações – SIASG e SICONV
 Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ
 Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis
 Quadro A.11.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união
 Quadro A.11.2 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros
 Quadro A.11.3 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ
 Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ
 Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
 Quadro A.15.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
 Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
 Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
 Quadro B.1.1 - Declaração plena do contador
 Quadro B.1.2 – Balanço Financeiro – Todos os orçamentos
 Quadro B.1.3 – Balanço Patrimonial – Todos os orçamentos
 Quadro B.1.4 – Balanço Orçamentário – Todos os orçamentos
 Quadro B.1.5 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Todos os orçamentos
 Quadro B.1.6 – Demonstração das Disponibilidades – Todos os orçamentos
 Quadro B.1.7 – Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza – Todos os orçamentos
 Quadro B.1.8 – Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função – Todos os orçamentos
 Quadro B.2.1 – Balanço Patrimonial Lei 6.404/76 – Todos os Orçamentos
 Quadro B.4.1 - Composição acionária do capital social
 Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
 Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores
 Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores
 Quadro C.25.2 – Ações de Fiscalização Empreendidas no Exercício

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos
AUDIT – Auditoria Interna
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CECIM – Coordenação Técnica – Contr. Financiamentos
CEPRO – Coordenação Técnica – Programação e Controle Orçamentário
CGU – Controladoria Geral da União
COAFI – Coordenação Operacional – Administração e Finanças
COIOM – Coordenação Operacional – Informática e O&M
COLIC – Coordenação Operacional – Licitação e Compras
CONAD – Conselho de Administração
CONFI – Conselho Fiscal
COOPETEC - Fundação Coordenação de Projetos Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CTS – Companhia de Transporte de Salvador
DA – Diretoria de Administração e Finanças da CBTU
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DN – Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
DOU – Diário Oficial da União
DP – Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing da CBTU
DT – Diretoria Técnica da CBTU
GAEMC – Gerência Geral de Expansão, Marketing e Comunicação
GAFIN – Gerência Geral – Gestão Financeira
GAJUR – Gerência Geral - Jurídica
GAREH – Gerência Geral – Gestão de Recursos Humanos
GEAPO – Gerência Técnica – Apoio Administrativo
GEARH – Gerência Técnica – Administração de Recursos Humanos
GEDES – Gerência Técnica – Desenvolvimento de Recursos Humanos
GEINF – Gerência Técnica - Informática
GEORC – Gerência Técnica – Orçamento e Gestão
GEPAF – Gerência Técnica – Pensão por Acidente Ferroviário
GEPET – Gerência Técnica – Planejamento e Estudos de Transporte
GEPLA – Gerência Técnica – Planejamento Empresarial
GIPEN – Gerência Regional – Planejamento e Engenharia
GIPLA – Gerência Regional - Planejamento
GOJUR – Gerência Operacional - Jurídico
IN – Instrução Normativa
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA – Lei Orçamentária Anual

LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho
MCid – Ministério das Cidades
METROFOR – Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos
MP – Ministério Público
MPOG – Ministério do Planejamento
OCI – Órgão de Controle Interno
OS – Ordem de Serviço
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PEC – Plano de Emprego Comissionado
PES – Plano de Emprego e Salários
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROPJUR – Processo de Pagamento de Despesas Jurídicas
RAP – Restos a Pagar
REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social
REO – Relatório de Execução Orçamentária
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.
RH – Recursos Humanos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SIGESP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISPAC – Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STU – Superintendência de Trens Urbanos
T&D – Treinamento e Desenvolvimento
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TUE – Trem Unidade Elétrico
UA – Unidade Administrativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

VOLUME I

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo atender ao processo de prestação de contas relativo ao exercício de 2010, de acordo com a Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, a Portaria nº 277, de 07 de dezembro de 2010 e a Instrução Normativa nº 63, de 01 de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.

A estrutura do Relatório de Gestão 2010 busca a apresentação do desempenho desta administração, demonstrando de forma objetiva, não apenas os resultados sociais, econômicos e operacionais atingidos, mas também as dificuldades gerenciais enfrentadas no decorrer do exercício, as soluções implementadas e atos de gestão adotados pela CBTU para a execução das ações sob sua responsabilidade.

Abaixo, é associada a estrutura do Relatório de Gestão àquela constante dos Instrumentos Normativos vigentes. Dado o porte do documento final, foi dividido em dois volumes, compreendendo o primeiro volume a PARTE A – CONTEÚDO GERAL e o segundo volume as PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO e PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO. São partes integrantes deste relatório:

VOLUME I

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

Capítulo 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada (Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações de identificação da CBTU e dados cadastrais

Capítulo 2 – Planejamento e gestão orçamentária e financeira (Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações sobre responsabilidades institucionais da CBTU, estratégia de atuação, Programas de Governo sob sua responsabilidade, desempenho orçamentário e financeiro

Capítulo 3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Item 3 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações quantitativas sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Capítulo 4 – Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Item 4 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações quantitativas sobre Restos a Pagar de exercícios anteriores

Capítulo 5 – Recursos Humanos da Unidade (Item 5 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações sobre recursos humanos da CBTU, contemplando composição do quadro de ativos, inativos e pensionistas, estagiários, custos, locação de mão de obra e indicadores gerenciais. Informações sobre o atendimento à Lei 8.730, de 10 de Novembro de 1993.

Capítulo 6 – Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres (Itens 6 e 7 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações sobre as transferências realizadas no exercício de 2010. Declaração de disponibilização das informações no SIASG e SICONV.

Capítulo 7 – Funcionamento do sistema de controle interno da UJ (Item 9 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da CBTU, contemplando ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento

Capítulo 8 – Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras (Item 10 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras

Capítulo 9 – Gestão do patrimônio imobiliário da UJ (Item 11 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da CBTU classificado como “Bens de uso especial” de propriedade da União ou locado de terceiros

Capítulo 10 – Gestão de Tecnologia da Informação (Item 12 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da CBTU, contemplando planejamento, recursos humanos, segurança da informação, desenvolvimento e produção de sistemas e contratação e gestão de bens e serviços de TI

Capítulo 11 – Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ e fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Item 14 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Não se aplica à CBTU

Capítulo 12 – Atendimento às deliberações exaradas pelo TCU e às recomendações da CGU (Item 15 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a CBTU ou as justificativas para o seu não cumprimento

VOLUME II

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Capítulo 13 – Declaração do Contador responsável (Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 107)

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada, atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da CBTU

Capítulo 14 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei 4.320/64 (Item 2 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 107)

Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64, incluindo as notas explicativas

Capítulo 15 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei 6.404/76 (Item 3 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 107)

Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76, incluindo as notas explicativas

Capítulo 16 – Composição Acionária do Capital Social (Item 4 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 107)

Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação

Capítulo 17 – Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis (Item 5 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 107)

Parecer da Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO

Capítulo 18 – Conformidade da Distribuição dos Recursos do Fundo Partidário (item 1 da Parte C, do anexo II da DN TCU nº 107)

Não se aplica à CBTU

Capítulo 19 – Saldos dos Financiamentos, Renegociações, Ações de Execução, Ressarcimentos e Inadimplência (item 5 da parte C, do anexo II da DN TCU nº 107)

Não se aplica à CBTU

Capítulo 20 – Indicadores de Desempenho das IFES (item 7 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 107)

Não se aplica à CBTU

Capítulo 21 – Relatório de Revisão dos Critérios adotados quanto à Classificação dos Níveis de Risco e de Avaliação do Provisionamento Registrado (item 10 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 107)

Não se aplica à CBTU

Capítulo 22 – Remuneração paga aos Administradores da Unidade, Membros da Diretoria, do Conselho de Administração e Fiscal (item 12 da parte C do Anexo II da DN TCU Nº 107)

Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho fiscal e do conselho de administração. Declaração de que as atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Capítulo 23 - Contratações de Consultores (item 16 da parte C do Anexo II da DN TCU Nº 107)

Não se aplica à CBTU

Capítulo 24 – Desmobilização de Ativos Imobiliários (item 30 da parte C do Anexo II da DN TCU Nº 107)

Não se aplica à CBTU

Capítulo 25 - Entidade Fechada de Previdência Complementar Patrocinada (item 36 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 107)

Informações sobre a entidade fechada de previdência complementar patrocinada e informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício

Capítulo 26 – Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não é solicitado no Quadro A1 – Relacionamento entre as unidades jurisdicionadas e os conteúdos gerais e contábeis do Relatório de Gestão, da DN-TCU nº 107

Capítulo 27 - Atendimento ao Acórdão 1309/2010 – Primeira Câmara

Informações sobre evolução de acidentes ferroviários e concessões judiciais de pensões

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 - LEGISLAÇÃO

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU foi criada a 22 de fevereiro de 1984, pelo Decreto nº 89.396, vinculada à Secretaria Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes e das Comunicações, na forma de uma Sociedade de Economia Mista, subsidiária da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, com a missão de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos, operando aqueles sob administração do Governo Federal, visando ampliar a mobilidade da população e contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos da sociedade e para melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos.

Com a edição da Lei nº 8.693, de 3 de Agosto de 1993, que dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário urbano de passageiros da União para os Estados e Municípios, o controle acionário da CBTU foi transferido, em 10 de março de 1994, da RFFSA para a União. Desde então, a CBTU passou a ser vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sua missão, a partir de então, focada na modernização e expansão dos sistemas que operava, visando a transferência da administração e gestão daqueles sistemas para os governos locais.

A partir de 01 de janeiro de 2003, com a publicação do Decreto nº 4.566, a CBTU passou a ser vinculada ao Ministério das Cidades e o foco de sua missão voltou-se para atender às necessidades de deslocamento da população, integrando o transporte no contexto do desenvolvimento urbano, social e econômico, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades sociais, permanecendo as atribuições anteriores.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2010 aprovou o Capital Social de R\$4.939.639.675,87 (quatro bilhões, novecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), representado por 10.643.250.981.474 (dez trilhões, seiscentos e quarenta e três bilhões, duzentos e cinquenta milhões, novecentos e oitenta e um mil, quatrocentas e setenta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, tendo como principal acionista a União, com 99,9% do capital.

1.2 - DADOS CADASTRAIS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| | | | |
|---|--------------------------|-----------------|----------------------------|
| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades | | | Código SIORG: 42672 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação completa: Companhia Brasileira de Trens Urbanos | | | |
| Denominação abreviada: CBTU | | | |
| Código SIORG: 00372 | Código LOA: 56202 | | Código SIAFI: 29214 |
| Situação: ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista | | | |
| Principal Atividade: Transporte Urbano de Passageiros sobre Trilhos | | | Código CNAE: 4912-4 |
| Telefones/Fax de contato: | (021) 2575-3399 | (021) 2288-8544 | (021) 2571-6149 |
| E-mail: dir.p@cbtu.gov.br | | | |
| Página na Internet: http://www.cbtu.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Estrada Velha da Tijuca, 77, Usina, CEP: 20531-080, Rio de Janeiro-RJ | | | |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de Criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Decreto nº 89.396, de 22fev1984, pub. 23fev1984 Lei nº 8.693, de 03Ago1993, pub. 04ago1993 Decreto nº 4.566 de 01jan2003, pub. 01 jan2003 | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Atos Normativos de Recursos Humanos (Acordo Coletivo, Ingresso e Movimentação do Empregado, Benefícios, Direitos e Vantagens, Saúde e Segurança no Trabalho, Capacitação, Estatuto Social, Plano de Empregos e Salários, Plano de Emprego Comissionado); Códigos de Ética e de Conduta; Resoluções do Conselho de Administração, da Presidência, das Diretorias e das Superintendências Regionais | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas regulamentadoras (EPI, PCMSO, Riscos Ambientais, Ativ. Insalubres e Perigosas) | | | |

OBS: A partir de 07 de fevereiro de 2011, a Administração Central da CBTU mudou-se para a Praça Procópio Ferreira, 86, 5º andar, CEP – 20221-901, no Rio de Janeiro. A partir desta data, o contato será feito por:

Telefone: 21-3733-3120

Email: dir.p@cbtu.gov.br

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL (CONT.)

| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | |
| Código SIAFI | Nome |
| 275059 | Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária) |
| 275068 | Administração Central (UG c/perfil Setorial Financeira Contábil) |
| 275057 | Superintendência Regional de Recife |
| 275058 | Superintendência Regional de Belo Horizonte |
| 275066 | Superintendência Regional de Natal |
| 275079 | Superintendência Regional de João Pessoa |
| 275078 | Superintendência Regional de Maceió |
| 275069 | Coordenação Técnica de São Paulo |
| 275077 | Coordenação Técnica de Salvador |
| 275076 | Coordenação Técnica de Fortaleza |
| Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | |
| Código SIAFI | Nome |
| 275059 | Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária) |
| 275068 | Administração Central (UG c/perfil Setorial Financeira Contábil) |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 275059 | 275059 |
| 275068 | 275068 |
| 275057 | |
| 275058 | |
| 275066 | |
| 275079 | |
| 275078 | |
| 275069 | |
| 275077 | |
| 275076 | |

Fonte: GEORC/GAPLO/DP

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU é uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério das Cidades, criada em 22/02/1984 para operar os trens urbanos e suburbanos em nove das principais capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal). Teve, também, a missão de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte sobre trilhos.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 iniciou-se uma nova redemocratização do país, marcada por ampla abertura da economia brasileira. Verificou-se, então, uma progressiva redução da participação do Governo Federal em vários segmentos, entre eles o setor de transportes, com a descentralização dos sistemas de transporte urbanos de passageiros sobre trilhos.

Em decorrência dessa nova ordem constitucional, a CBTU já transferiu os sistemas de trens urbanos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Fortaleza e de Salvador. Atualmente a estrutura da CBTU é composta de cinco Superintendências de Trens Urbanos, três Coordenações técnicas e uma Administração Central, sediada na Cidade do Rio de Janeiro.

As Superintendências de Trens Urbanos estão localizadas nas cidades de Belo Horizonte, de Recife, de Maceió, de João Pessoa e de Natal.

As Coordenações Técnicas estão localizadas nas cidades de São Paulo, Fortaleza e Salvador.

A CBTU é gestora da execução de ações de investimentos do Governo Federal em sistemas de trens urbanos, com o objetivo de modernizá-los e viabilizar sua plena inserção nas malhas de transportes das localidades onde opera. É responsável direta pela implantação dos metrô de Recife, de Belo Horizonte, e co-gestora, mediante acompanhamento da aplicação dos recursos do Governo Federal alocados para as implantações dos metrô de Fortaleza e de Salvador, de responsabilidade da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR e da Companhia de Transporte de Salvador – CTS, todos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

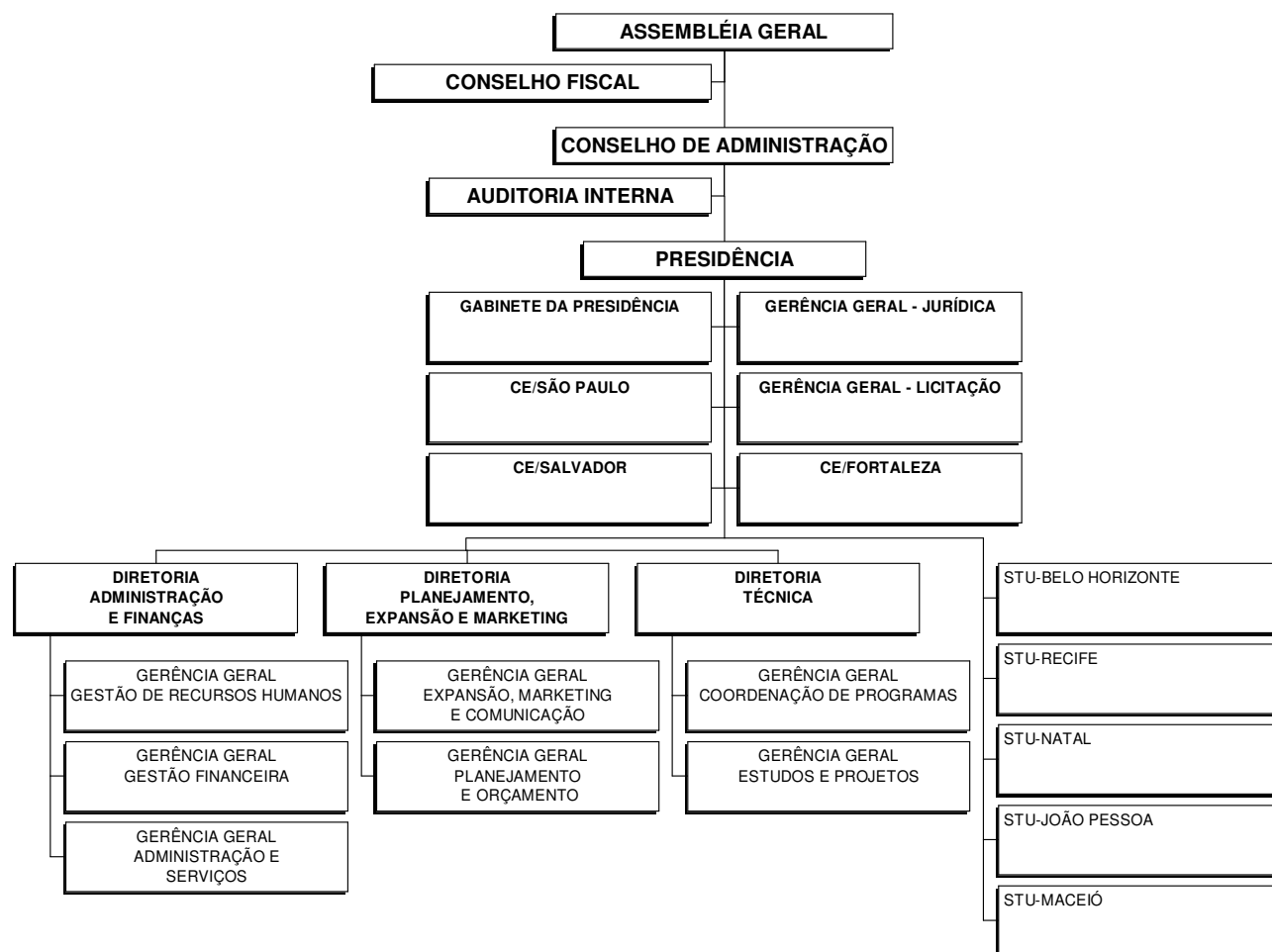
A CBTU, além de operadora de transporte de passageiros sobre trilhos, está realizando atividades que possibilitam o desenvolvimento das cidades em articulação com os três níveis de governo, com a iniciativa privada, com organismos internacionais de financiamento e fomento e com a sociedade de maneira geral. Em continuidade ao trabalho desenvolvido em 2009, em 2010 continuou atuando no sentido de que o setor de transporte de passageiros sobre trilhos alcance a consistência e a sustentabilidade indispensáveis à consolidação como modo de transporte seguro, confiável, regular, eficaz, eficiente e não poluente, proporcionando melhor qualidade de vida para população e racionalidade econômica na produção de bens e serviços.

A CBTU, sem prejuízo da obrigação estatutária da prestação de serviços de transporte de passageiros nas cinco regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos das localidades onde opera, tem sido solicitada pelo Governo Federal para exercer o acompanhamento e fiscalização das aplicações dos recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios. Por sua experiência e competência já demonstradas, continua atendendo às solicitações que vem recebendo do Governo Federal e de outras instâncias do Estado brasileiro relativamente à elaboração de análises referentes a projetos e ao desenvolvimento do setor metro ferroviário no país.

O Estatuto Social da CBTU teve sua primeira publicação em 14 de agosto de 1984. Sua última alteração, decorrente de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2010, teve a Ata publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, em 20 de dezembro de 2010.

Com sua vinculação ao Ministério das Cidades em 2003, a CBTU, após a realização dos estudos para definição das suas novas atribuições e evoluções posteriores, passou a ter o seguinte organograma, definido pela Resolução do Diretor – Presidente nº 0524-2010, de 01 de junho de 2010:

QUADRO A.1.2 – ORGANOGRAMA DA EMPRESA



A CBTU, de acordo com seu Estatuto Social, Cap. II – art. 4º, tem por objeto:

- a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- o gerenciamento das participações societárias da União e da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano de pessoas;
- a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Em 2010, no contexto dos objetivos setoriais e orientações estratégicas do Ministério das Cidades e de acordo com a legislação vigente, a CBTU teve como objetivos estratégicos, externalizados através de suas macro ações ou atividades finalísticas:

- Implantar e modernizar sistemas de trens urbanos;
- Manter e operar os sistemas de trens urbanos sob sua administração;
- Fomentar os sistemas de transporte sobre trilhos no contexto da implantação das políticas da mobilidade e desenvolvimento urbano.

2.2 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Sua estratégia de atuação, face às responsabilidades institucionais consiste no desenvolvimento de suas ações em conformidade com o PLANO PLURIANUAL vigente. A Proposta Orçamentária, elaborada para cada exercício, explicita, para cada uma das ações sob sua gestão, as metas pretendidas, o avanço físico possível de ser atingido, os benefícios advindos de seu alcance e a dotação orçamentária necessária para sua execução, dentro do exercício. A implementação desta proposta é condicionada ao Orçamento aprovado na LOA e à disponibilização de limites orçamentários para movimentação e empenho. Todo o planejamento de execução das ações é registrado no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento, atualizado e monitorado mensalmente. Desde 2007, a CBTU tem algumas de suas ações incluídas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, sendo objeto de acompanhamento pela Casa Civil. A aplicação de recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios, através de transferência, é acompanhada e fiscalizada pela CBTU, observando-se o disposto na IN-01/97, de 15 de janeiro de 1997m da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 e do Tribunal de Contas da União, mediante determinações emanadas nos acórdãos daquela Corte de Contas.

Suas principais ações específicas, no contexto da função de governo 15 - URBANISMO, subfunção 453 - TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS, incluídas no Plano Plurianual 2008 – 2011, no Programa 1295 – Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, detalham aquelas atividades finalísticas, tendo como público alvo a população, em especial a de baixa renda, dos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas onde atua.

A CBTU, em 2010, teve um crescimento constante em vários aspectos. O número de passageiros transportados bateu recordes consecutivos, principalmente nas cidades de Belo Horizonte e Recife, consolidando-a como uma empresa fundamental para resolver a questão do deslocamento e da acessibilidade da população. Esses dados a coloca num outro patamar de intervenção junto ao Governo Federal, permitindo que se possa reivindicar um papel de maior relevância na discussão do transporte público de massa e trazer para a ordem do dia a reflexão dos investimentos necessários em ferrovia no restante do país, principalmente se levar em consideração o advento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Através de uma gestão firme e positiva, o Conselho de Administração contribuiu para essa nova fase da Companhia, colocando a CBTU num novo conceito de Empresa Pública, ao aprovar a implantação do Plano de Empregos e Salários - PES e do Plano de Emprego Comissionado – PEC, tão almejados pela categoria. Após a aprovação do DEST e de intensas discussões com os sindicatos envolvidos, estes planos entraram em vigência a partir de 01 de abril de 2010, proporcionando condições favoráveis ao lançamento de concursos públicos, com a conseqüente renovação do quadro de profissionais da empresa.

Foram muitas as conquistas. A contratação de uma empresa nacional, através de processo licitatório, para a fabricação do primeiro Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) a ser operado em sistema da CBTU, viabilizou a chegada da primeira composição do VLT em Maceió/AL, que será o primeiro de uma série de VLTs em todo Brasil. Essa decisão determinou um novo marco na história da indústria ferroviária brasileira, o que contribuirá para a retomada do crescimento deste setor.

Avaliação de Desempenho

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo Governo Federal em 2007, permitiu que se desse novo ritmo às ações de investimentos em sistemas de metrô e trens urbanos. Além da garantia da continuidade e conclusão das obras, face aos recursos assegurados num horizonte plurianual, também se resgatou a importância dos sistemas de metrô e trens para a melhoria do transporte público nas metrópoles brasileiras.

Os recursos aplicados nas ações do Governo Federal para implantação, modernização e recuperação de sistemas metro-ferroviários pela CBTU totalizaram, em 2009, R\$451,6 milhões. No exercício de 2010 foram aprovados na LOA para essas ações recursos no total de R\$478,1 milhões, sendo R\$381,9 milhões destinados às ações do PAC.

Em consequência, foram alcançadas as seguintes realizações em 2010:

No Sistema de Recife entrou em operação comercial o Trecho reformado e eletrificado Recife - Cajueiro Seco, na Linha Sul. Foram iniciadas as obras da Estação Cosme e Damião, na Linha Centro, e dos Terminais Integrados Cajueiro Seco e Tancredo Neves, além de ter sido contratada a construção do Terminal Aeroporto na Linha Sul.

Foi concluído o projeto para recuperação e modernização do Trecho Cajueiro Seco–Cabo e foram lançadas as licitações para as obras civis. A concorrência internacional para aquisição de 15 TUEs para operação nas Linhas Centro e Sul se configura na realização de maior destaque em 2010, uma vez que permitirá atender uma demanda esperada de 374 mil passageiros/dia útil. Destaca-se, também, a conclusão da reforma e climatização dos 25 TUEs da frota atual e a continuação da fabricação e montagem dos 7 VLTs que irão operar no Trecho Cajueiro Seco - Cabo. Em Belo Horizonte continuaram as intervenções previstas no PAC, com a conclusão dos fornecimento e serviços do sistema de sinalização do Trecho São Gabriel – Vilarinho e Pátio de São Gabriel, modernização do CCO e a complementação do vídeo-wall para telesupervisão da movimentação nas estações. As obras do pátio de estacionamento de Vilarinho estão em ritmo lento. Os projetos de engenharia das Linhas 2 (Calafate – Hospitais) e 3 (Pampulha – Savassi) estão paralisados em função de dificuldades encontradas na retomada do contrato. Ainda assim, verificou-se aumento de passageiros transportados acima de 15% em relação ao ano de 2009, com a demanda diária atingindo recorde de 219.416 passageiros no mês de novembro.

Em Salvador, a implantação do Metrô (Trecho Lapa – Pirajá) teve, como principais marcos em 2010, a conclusão das obras civis de quatro estações, do túnel e elevados no Trecho Lapa-Acesso Norte, a implantação de 6 km de via permanente e o início das obras de construção do pátio auxiliar de manutenção. Destaca-se também a energização da subestação alimentadora e a continuidade do fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Foram entregues à Prefeitura de Salvador seis TUEs, cuja aquisição ficou a cargo do Governo do Estado da Bahia. No projeto de modernização do trem de subúrbio (Trecho Calçada – Paripe) o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da CPTM, já em operação, e na contratação da recuperação de mais 3 TUEs e 2 locomotivas. Com relação às obras civis, merece destaque a conclusão da reforma/recuperação de 7 estações, da via permanente, da subestação alimentadora e da rede aérea de tração. Com a assinatura de novo convênio entre a CBTU e a CTS, viabilizou-se a aplicação de R\$48,8 milhões para conclusão da recuperação total da ponte São João.

Nos investimentos para o sistema de Trens Urbanos de Fortaleza, que conta com um total de R\$738 milhões em recursos da União, já foram aplicados, até 2010, R\$410 milhões na implantação do metrô da Linha Sul. Prevê-se a entrega de 9 das 13 estações de superfície, do prédio administrativo do Centro de Manutenção, assim como a conclusão da escavação dos 3,9 km de túnel, até o final do exercício de 2010. Em dezembro foram realizados os testes com o primeiro TUE entregue. Estão sendo envidados esforços visando operacionalizar 19 km do Sistema, entre as estações de Vila das Flores e Parangaba, no primeiro semestre de 2011. Na modernização da Linha Oeste já foram disponibilizados os R\$70 milhões previstos para a ação. Até o final do exercício de 2010 foram entregues 9 Estações, 7 Passagens em Nível, além da remodelação dos 20 km da Via Permanente e a entrega do segundo VLT. Como principais marcos em 2010, ressalta-se a conclusão do viaduto de Caucaia, em junho, e a entrega do primeiro VLT, em setembro.

A implantação do sistema de VLT em Sobral, no norte do Estado do Ceará, com parte dos recursos disponibilizados e já repassados pela União, teve, como principal marco em 2010, a abertura da licitação para as obras civis. Outra importante realização em 2010, foi a apresentação, pela Prefeitura de São Bernardo do Campo à Companhia do Metropolitano de São Paulo do projeto funcional que permitirá o desenvolvimento do projeto básico da ligação metroferroviária entre São Bernardo do Campo e São Paulo, objeto do convênio 007-2009/DT.

No Sistema de Maceió, prosseguem as obras de recuperação do prédio da Estação Central e deu-se início à retirada da Feira do Passarinho, permitindo a contratação da remodelação da via permanente entre as ruas Dias Cabral e Melo de Moraes, para operação com os novos VLT adquiridos, cuja primeira composição foi entregue no mês de dezembro/2010 e as demais previstas para 2011. Adicionalmente, com o objetivo de recuperar os danos causados pelas fortes chuvas ocorridas no estado de Alagoas, que implicaram na interrupção de parte da operação em Maceió, prejudicando sobremaneira o desempenho daquele Sistema, a liberação de crédito extraordinário no valor de R\$15.200.000,00, em outubro, possibilitou a realização de Concorrência Pública para recuperação no trecho atingido, incluindo a reconstrução das Estações de Gustavo Paiva e Lourenço Albuquerque.

Em Natal e João Pessoa, o baixo valor do orçamento aprovado na LOA permitiu apenas a execução de serviços de recuperação de pontos críticos da via permanente e do material rodante. Destaca-se que no Sistema de João Pessoa foram substituídos todos os dormentes de madeira por dormentes de concreto ao longo de toda a via, além de terem sido recuperadas três pontes.

Considerando todos os sistemas sob gestão da CBTU, no ano de 2010 os resultados atingiram uma demanda de mais de 120 milhões de passageiros transportados, superando em 11% o resultado alcançado em 2009. A média diária atingiu 408,8 mil passageiros transportados, valor este 12% maior que o apurado no exercício anterior. Os dois maiores Sistemas, Belo Horizonte e Recife, apresentaram um incremento na demanda transportada em relação ao ano de 2009, de 11% e 12%, respectivamente, superando todas as expectativas. Como consequência destes resultados extremamente promissores a receita auferida pelos 5 Sistemas operados pela CBTU superou os R\$110 milhões, valor 7% superior ao de 2009.

Esse conjunto de resultados decorreu do forte empenho que a empresa vem dedicando no sentido de aprimorar seus padrões de gestão e de execução dos projetos.

O cumprimento ao Decreto nº 5.296, de 2004, propiciando aos sistemas de trens urbanos administrados e operados pelo Governo Federal condições de acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e portadoras de deficiências, se dá por meio da execução de intervenções realizadas em consonância com o disposto nas normas NBR-9050, sobre acessibilidade em geral e especificamente na norma NBR-14021 de Acessibilidade no Sistema de Trens Urbanos ou Metropolitanos. A adequação das instalações dos Sistemas de Trens Urbanos da CBTU à acessibilidade universal teve início a partir do exercício de 2008, quando se contou com

valores aprovados e disponibilizados na LOA, totalizando R\$4,36 milhões para os cinco Sistemas. Em 2010, da mesma forma que em 2009, não houve disponibilização de limite orçamentário para aplicação dos R\$0,7 milhão aprovados na LOA, não possibilitando, assim, o progresso almejado das intervenções previstas.

Programa Brasileiro de Acessibilidade Universal

O plano de adaptação dos sistemas de trens urbanos operados pela CBTU à Lei Federal que estabeleceu o Programa Brasileiro de Acessibilidade abrange intervenções nas cidades de Belo Horizonte, de Recife, de Maceió, de João Pessoa e de Natal, bem como no Rio de Janeiro onde se localiza a administração central da Companhia. O Programa visa atender, prioritariamente, aos portadores de deficiência física com mobilidade reduzida, de forma a garantir a essas pessoas acessibilidade adequada às instalações e sistemas de transportes operados pela CBTU.

A CBTU, numa primeira etapa, promoveu a capacitação do seu pessoal sobre essa prioridade e, na elaboração de diagnóstico sobre as condições de acessibilidade, tanto das suas instalações físicas como no interior dos trens, procurou eliminar barreiras e subsidiar de forma apropriada os projetos a serem elaborados.

As ações subseqüentes, necessárias à realização do conjunto de adaptações em suas instalações estão sendo implementadas de modo a atender plenamente as exigências do Programa de Acessibilidade Universal e executadas de forma progressiva, ano a ano, levando em conta as necessidades e a disponibilidade orçamentária direcionada a cada sistema de trens urbanos da CBTU.

2.3 – PROGRAMAS DE GOVERNO

2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob responsabilidade da CBTU

Por determinação constitucional os sistemas de trens urbanos operados pelo Governo Federal devem ser transferidos para os Estados e Municípios, facilitando a integração e gestão do sistema de transporte e sua interação com o planejamento urbano específicos de cada região. Para viabilizar a descentralização, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados a sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e de qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

Este programa, 1295 – Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, visa melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais. Sua implantação atinge a população das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Natal, João Pessoa e Maceió.

A transferência operacional dos sistemas da União para Estados e Municípios será realizada na forma prevista em convênios específicos celebrados com esta finalidade. No contexto da CBTU, a execução dos investimentos federais nesses sistemas é de forma direta, exceto nos casos de Fortaleza e Salvador, onde ocorre de forma descentralizada para os respectivos Governos locais.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

| Identificação do Programa de Governo | | | | | | |
|---|--|--|-------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Código no PPA: 1295 | | Denominação: Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros | | | | |
| Tipo do Programa: Finalístico | | | | | | |
| Objetivo Geral: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito | | | | | | |
| Objetivos Específicos: Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais | | | | | | |
| Gerente: Elionaldo Maurício Magalhães Moraes | | | | Responsável: - | | |
| Público Alvo: população das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Natal, João Pessoa e Maceió | | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | | Em R\$1,00 |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | | | | | |
| 780.873.277,00 | 1.035.672.334,00 | 928.476.709,09 | 928.476.709,09 | 276.229.681.79 | 489.553.804,68 | |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice inicial | Índice final | | |
| 1 | Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de Belo Horizonte (milhar) | 31/12/2007 | 39.490 | 70.500 | 50.000 | 50.555 |
| Fórmula de Cálculo do Índice: | | | | | | |
| Número de passageiros transportados, contabilizados nas bilheterias | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| A meta foi atingida. Ao final do PPA, no entanto não deverá ser alcançado o resultado previsto, por depender da ocorrência de eventos que ainda estão em negociação (aumento da frota de trens, permitindo o atendimento à demanda reprimida no horário de pico e ao incremento da demanda integrada) | | | | | | |
| 2 | Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de Fortaleza (milhar) | 31/12/2007 | 6.271 | 8.200 | 7.800 | 99,99 |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Número de passageiros transportados, contabilizados nas bilheterias | | | | | | |

| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
|--|---|------------|--------|--------|--------|--------|
| O forte ritmo imposto às obras, desde janeiro de 2010, determinou a paralisação da operação no trecho Vila das Flores – João Felipe, impedindo o alcance de resultados mais positivos | | | | | | |
| 3 | Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de João Pessoa (milhar) | 31/12/2007 | 2.874 | 3.632 | 3.460 | 2.809 |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Número de passageiros transportados, contabilizados nas bilheterias | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| O baixo valor aprovado na LOA ao longo do PPA, associado à disponibilização ainda menor de limite orçamentário para empenho, não tem permitido a efetiva recuperação do sistema. | | | | | | |
| 4 | Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de Maceió (milhar) | 31/12/2007 | 1.564 | 3.080 | 1.916 | 1.266 |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Número de passageiros transportados, contabilizados nas bilheterias | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| O baixo valor aprovado na LOA ao longo do PPA, associado à disponibilização ainda menor de limite orçamentário para empenho, não tem permitido a efetiva recuperação do sistema. Em 2010, em junho, as chuvas destruíram parte da via permanente, paralisando parcialmente a operação. | | | | | | |
| 5 | Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de Natal (milhar) | 31/12/2007 | 2.794 | 2.683 | 2.555 | 2.250 |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Número de passageiros transportados, contabilizados nas bilheterias | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| O baixo valor aprovado na LOA ao longo do PPA, associado à disponibilização ainda menor de limite orçamentário para empenho, não tem permitido a efetiva recuperação do sistema. | | | | | | |
| 6 | Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de Recife (milhar) | 31/12/2007 | 56.615 | 80.080 | 69.300 | 68.122 |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Número de passageiros transportados, contabilizados nas bilheterias | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| A meta foi considerada atingida (98%) | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--|------------|-------|--------|--------|-------|
| 7 | Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de Salvador (milhar) | 31/12/2007 | 3.606 | 60.060 | 23.100 | 2.444 |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Número de passageiros transportados, contabilizados nas bilheterias | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| A paralisação da operação, necessária para a recuperação da Ponte São João, impediu atingir melhores resultados | | | | | | |
| 8 | Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos | 31/12/2007 | 75,4 | 75,4 | 75,4 | 75,4 |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Relação percentual entre a somatória acumulada dos pesos atribuídos aos sistemas já transferidos pelo governo federal e o somatório dos pesos de todos os sistemas que estavam sob gestão do governo federal em 1994. | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| O valor do indicador deverá permanecer estável, no mesmo patamar atingido em 2005, quando ocorreu a última descentralização (sistema de trens urbanos de Salvador). O Governo Federal priorizou a obtenção da melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços, bem como propiciar melhores condições de mobilidade às populações urbanas, para então proceder à descentralização dos demais sistemas. | | | | | | |

Fonte: SIGPLAN – GEPL/GEPL/GEPL/DP

Análise crítica:

As ações determinantes da avaliação do Programa são aquelas incluídas no PAC (Recife, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza), não desmerecendo as ações de recuperação dos demais sistemas (Natal, João Pessoa e Maceió), para as quais a CBTU envidou todos os esforços no sentido de sua inclusão no PAC.

De acordo com o avanço verificado nas ações do PAC, o Programa está com o andamento ADEQUADO. O ritmo de execução das ações vem permitindo o cumprimento das metas dentro do previsto e riscos administrados. É necessário, porém, que os recursos previstos para investimento nas ações não incluídas no PAC (Recuperação dos Sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió) sejam aprovados nas Leis Orçamentárias com valores que permitam atingir os objetivos propostos, e não estejam sujeitos a contingenciamento. Para os três sistemas menores da CBTU, os valores aprovados na LOA têm permitindo apenas uma recuperação corretiva dos trechos críticos, com a degradação avançando em relação às medidas corretivas implementadas. Exceção feita ao sistema de Maceió, quando foram viabilizados, em 2009, recursos na LOA, visando a substituição do sistema por modernos VLT. Neste exercício foi contratada a fabricação do material rodante, e em 2010, apesar da catástrofe devida às chuvas em junho, que paralisaram parcialmente a operação, foi entregue o primeiro VLT, conseguindo-se avançar nas licitações das obras civis.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela CBTU

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA CBTU

| Função | Sub-função | Programa | Ação | Tipo da Ação | Prioridade | Unidade de Medida | Meta prevista | Meta realizada | Meta a ser realizada em 2011 |
|--------|------------|----------|------|--------------|------------|-------------------|---------------|----------------|------------------------------|
| 15 | 453 | 1295 | 10SX | P | 1 | % | 4,8 | 4,04 | 6,0 |
| 15 | 453 | 1295 | 10SY | P | 1 | % | 23,52 | 7,82 | 12,0 |
| 15 | 453 | 1295 | 10SZ | P | 1 | % | 5,88 | 5,80 | 1,0 |
| 15 | 453 | 1295 | 10T0 | P | 1 | % | 37,31 | 26,26 | - |
| 15 | 301 | 1295 | 20CW | A | 3 | Un | 2940 | 436 | 2321 |
| 15 | 301 | 1295 | 2004 | A | 3 | Un | 5447 | 5447 | 6169 |
| 15 | 365 | 1295 | 2010 | A | 3 | Un | 200 | 200 | 199 |
| 15 | 306 | 1295 | 2012 | A | 3 | Un | 3.315 | 3.188 | 3256 |
| 15 | 331 | 1295 | 2011 | A | 3 | Un | 1280 | 1280 | 860 |
| 15 | 128 | 1295 | 6438 | A | 3 | Un | 1650 | 2590 | 2317 |
| 15 | 122 | 1295 | 0110 | OP | 3 | - | - | - | - |
| 15 | 453 | 1295 | 10G5 | P | 3 | % | 0 | 0 | - |
| 15 | 453 | 1295 | 0B15 | A | 1 | - | - | - | - |
| 15 | 453 | 1295 | 0B14 | A | 1 | - | - | - | - |
| 15 | 453 | 1295 | 2843 | A | 3 | Un | 380.000 | 413.067 | 462.105 |
| 15 | 122 | 1295 | 2272 | A | 3 | - | - | - | - |
| 15 | 453 | 1295 | 5176 | P | 1 | % | 0,83 | 0,13 | 0,7 |
| 15 | 453 | 1295 | 5754 | P | 1 | % | 5,00 | 4,26 | 14,0 |
| 15 | 131 | 1295 | 4641 | A | 3 | - | - | - | - |
| 15 | 453 | 1295 | 11IO | P | 3 | % | 11,9 | 5,22 | 13,0 |
| 15 | 453 | 1295 | 11J9 | P | 3 | % | 15,3 | 10,82 | 14,0 |
| 15 | 453 | 1295 | 11JD | P | 3 | % | 49,7 | 15,10 | 10,0 |

Fonte: SIGPLAN – GEPL/GEAPLO/DP

Análise Crítica

No exercício de 2010, a CBTU, responsável pela implantação do Programa de Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, prosseguiu como gestora da execução de ações de investimentos do Governo Federal em sistemas de trens urbanos, com o objetivo de modernizá-los, viabilizar sua plena inserção na malha de transportes da região e a melhoria de seu equilíbrio econômico. Neste sentido, desenvolve os projetos de implantação/expansão de sistemas em Recife e Belo Horizonte, operados pela CBTU, além de Salvador, Fortaleza. Nestes investimentos administrou recursos oriundos de acordos de empréstimos contratados com o BIRD, cujos financiamentos já foram concluídos, e também dotações ordinárias do Tesouro Nacional. Complementam o programa de investimentos sob gestão da CBTU, aplicações nas ações de recuperação nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió. As demais ações do programa abrangem a manutenção e operação dos sistemas que ela opera, incluindo-se sua Administração Central, os benefícios aos empregados e sua capacitação para transportes coletivos urbanos, a contribuição para a previdência privada complementar e a ação de Publicidade de Utilidade Pública. Os recursos investidos e o detalhamento da aplicação estão descritos a seguir, na abordagem por cada ação.

Os investimentos geridos pela CBTU incluídos no PAC mantiveram o andamento, com empenho dos recursos aprovados e liberados para o exercício de 2010. O ritmo desejado, porém, novamente não foi alcançado devido a dificuldades pontuais que impediram o alcance do desempenho programado.

10SX – APOIO À IMPLANTAÇÃO DO TRECHO LAPA-PIRAJÁ DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de janeiro/2007, sendo contemplada com um total de R\$488,8 milhões (União) e R\$84,7 milhões (Estado), restando um saldo dos recursos da União de R\$303,4 milhões para serem liberados até 2012. Estes recursos perfazem, juntamente com o orçamento aplicado até 2006, um total previsto para todo o empreendimento no valor de R\$1.067,6 milhões dos quais R\$149,8 milhões são de contrapartida do Estado da Bahia. Deste total, o Estado já aportou R\$65,1 milhões até 2006. O Estado da Bahia é responsável pelo fornecimento de 6 Trens Unidades Elétricas (TUEs), cuja a aquisição final se deu em janeiro/2009. A transferência para a Prefeitura de Salvador/CTS ocorreu somente em agosto/2010, perfazendo, desta forma, a integralização dos recursos de contrapartida. Do total de recursos da União para este Programa, já foram repassados até dezembro/2010 o valor de R\$142,3 milhões.

A CTS indica a existência de um déficit, em torno de R\$193 milhões, estimado em 2007, após a definição do valor do convênio 006-2007/DT, para viabilizar a conclusão do escopo do Projeto do Metrô de Salvador entre Lapa e Pirajá. Até o momento, esse número não foi confirmado, nem a identificação das fontes para sustentar este custo adicional. A indefinição quanto à retomada da execução do Tramo II, Acesso Norte/Pirajá, impõe um impacto negativo ao Projeto, com a postergação de sua conclusão dentro dos prazos previstos no Plano de Trabalho dos convênios. As obras do Tramo II estão paralisadas, aguardando também definições do TCU para sua continuidade.

O Projeto do metrô de Salvador vem sendo auditado permanentemente pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União, nas ações desenvolvidas pela CTS e pela CBTU, no processo de co-gestão sob as regras da Instrução Normativa nº. 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional.

O contrato principal do projeto é o SA-01 (obras civis e energia), complementado pelo SA-12 (sinalização e telecomunicação). O TCU declarou esses contratos sob suspeita de sobre preço e/ou super faturamento, determinando à CTS a retenção de valores pagos por serviços medidos. O TCU deliberou, através do Acórdão 2.366/2009, emitido em 07/10/2009 que as contratadas poderão substituir as retenções de seus faturamentos por garantias, conforme pleiteado pelas mesmas. As empresas do Consórcio Metrosal (contrato SA-01) apresentaram garantias. O consórcio Bonfim continua com a retenção determinada pelo TCU por não apresentar as garantias.

O convênio 009-2005/DT teve seu prazo de vigência vencido em 30/06/2010, uma vez que a CTS não conseguiu validar as certidões dentro do prazo limite da vigência. A CTS apresentou em 26/08/2010 a Prestação de Contas Final do convênio, tendo sido aprovada pelo Ordenador de Despesas em novembro/2010.

O Projeto tem sua continuidade através do convênio nº 006-2007/DT que está vigente.

Execução física

Realizado até 2009: 57,6%

Meta para 2010: 4,8%

Realizado em 2010 até dezembro: 4,04%

A Proposta Orçamentária apresentada pela CBTU para 2010 previu R\$233,09 milhões para a ação, sendo incluídos no PLOA/2010 apenas R\$44,4 milhões. Na LOA/2010 só foram aprovados R\$37,7 milhões. Foi encaminhado pela CBTU, em março/2010, solicitação de Crédito suplementar de R\$12,2 milhões, visando recuperar parte do valor não contemplado, para atender a aquisição de equipamentos, que se farão necessários já neste estágio do empreendimento. No entanto, só foram aprovados, através da lei nº. 12.294 de 20/07/2010, R\$6,7 milhões, recompondo o valor constante do PLOA. Este total teve limite liberado em 08/09/2010, sendo totalmente empenhado. Posteriormente foi bloqueado, a pedido do MCid, em 29/09/2010, para atender a parcela de Crédito Suplementar solicitado para a ação de Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores – João Felipe do Sistema de trens Urbanos de Fortaleza. O recurso foi efetivamente cancelado por Decreto de 03/11/2010. Desta forma, a meta para 2010 foi revista, considerando apenas a aplicação dos recursos inscritos em RAPs. Foi registrado em dezembro o avanço físico de apenas 0,04%, em virtude do apurado pelo SIG até esta data. Considerando que as informações lançadas no sistema são defasadas, considera-se a meta para 2010 como atingida.

A CBTU apresentou a Proposta Orçamentária de 2011, com o valor de R\$258,9 milhões para esta ação. Na formatação do PLOA-2011(PL-59/2010) foram considerados apenas R\$100,00 milhões. O projeto substitutivo reduziu os recursos desta Ação para R\$85,00 milhões, aguardando ainda ser sancionado pelo Presidente da República. Caso seja retomada a implantação do Tramo II estes recursos serão insuficientes.

O total da LOA/2009, reduzida para R\$21,2 milhões, ficou totalmente inscrita em RAP em 2010 e os recursos não foram transferidos para a CTS até dezembro/2010, devido ao grande volume de RAPs ainda existente. Desta forma, ficou totalmente inscrito em Restos a Pagar em 2011 (RAP/2009), só podendo implementar avanço físico a partir deste ano.

Do RAP/2008, totalizando R\$62,00 milhões, postergado para 2010, impactando no avanço físico apenas neste ano, disponibilizou-se apenas em setembro/2010, a terceira remessa, no valor de R\$40,00 milhões. A quarta remessa no valor de R\$22,00 milhões ainda não foi transferida pois depende da apresentação por parte da CTS da Prestação de Contas Parcial da segunda remessa e de sua aprovação pela CBTU. Desta forma também ficou postergada ainda para RAP/2008 em 2011.

Foi aprovada em junho/2010 a Prestação de Contas referente à transferência de recurso da primeira parcela do convênio 006-2007/DT, no valor de R\$56,09 milhões.

Estes recursos destinam-se principalmente à conclusão do trecho Lapa/Acesso Norte, para permitir a operação comercial do sistema, nesse trecho, atualmente estimada para o primeiro semestre de 2011, com a continuidade da implantação dos 6 km finais do trecho Acesso Norte/Pirajá, desapropriações e na continuidade das obras das estações e serviços de gerenciamento e supervisão técnica. Desta forma a última previsão do PAC considera a conclusão da Ação em 2012.

São prioridades para a conclusão do trecho Lapa/Acesso Norte, Tramo I, a construção do Pátio Auxiliar de Manutenção de Trens, PAM, o início dos testes de aceitação da via permanente, do sistema de energia, incluindo a rede aérea e dos 6 TUEs. Até o fim de dezembro/2010 o volume de serviços indicava a possibilidade de não cumprimento dessas metas estabelecidas.

Ao fim de dezembro/2009, a CTS e o Consórcio METROSAL prorrogaram o prazo do contrato SA-01 para dezembro/2010, atualizando o cronograma de complementação das obras civis, para 30/09/2010. A CBTU tem conhecimento de um cronograma simplificado, elaborado pela CTS, o qual já apresenta algumas datas já vencidas.

Em 02/03/2010, foi assinado o 15º Termo Aditivo ao Contrato SA-01, regularizando as Ordens de Alterações relativas aos serviços executados sem a aprovação prévia da CBTU, conforme determinado nos convênios assinados.

Em 22/06/2010, foi assinado o 16º Termo Aditivo ao Contrato SA-01, referente aos serviços de construção do PAM - Pátio Auxiliar de Manutenção e de recuperação do Solo Mole, que encontram-se em andamento, com previsão de conclusão em dezembro/2010, o que não ocorreu e deverá finalizar apenas no início de 2011.

Principais realizações do Projeto Lapa/Pirajá no ano de 2010:

- conclusão das obras de quatro estações e das obras civis no túnel e elevados no trecho Lapa/Acesso Norte,
- implantação de 6km de via dupla;
- energização da subestação alimentadora
- continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Destaca-se também a entrega à Prefeitura de Salvador de seis TUEs, cuja aquisição ficou a cargo do Governo do Estado da Bahia e o início da construção do Pátio Auxiliar de Manutenção.

Relaciona-se a seguir os principais fatos que influenciam, desde 2009, no baixo desempenho do Projeto e que podem influenciar no cumprimento de metas para 2011:

- Dificuldade no acatamento às decisões do TCU para ajustes e correções de procedimentos utilizados pela CTS no gerenciamento dos contratos em andamento. Não foram dadas Ordens de Serviço para o Tramo II, encontrando-se o projeto paralisado. Em contradição com a determinação do TCU, os serviços atuais, já com Ordens de Serviço e mesmo aqueles que necessitariam de novas Ordens, estão defasados dos cronogramas de implantação.
- Períodos de baixa execução do contrato SA-01 do Consórcio METROSAL (TURNKEY), verificados entre os meses de janeiro a março e novembro a dezembro/2008, em função das necessárias adequações do contrato às determinações do TCU. Ao longo de 2009 o ritmo dos serviços foi sendo reduzido novamente, refletindo significativamente nos compromissos que haviam sido assumidos para a operação do Tramo I até julho de 2010. Durante o mês de abril/2010 ocorreu um novo período de greve pelos empregados do Consórcio METROSAL, iniciado em 13/04/2010, persistindo até o encerramento do mês de abril. Atualmente o contrato encontra-se em andamento, com velocidade inadequada para atingir as metas estabelecidas.
- Inexistência, por todo o exercício de 2009, persistindo até julho/2010, de um cronograma confiável de implantação do Projeto, causando deficiência no gerenciamento do mesmo por parte da CTS. Em 2009 a CTS seguiu um cronograma, em cumprimento de decisão do Acórdão 2873/2008, o qual em pouco tempo se mostrou desatualizado, não tendo sido cumpridas as metas compromissadas. Para atender às determinações do Acórdão 2366/2009, a CTS elaborou um cronograma reduzido para acompanhamento do Projeto, utilizado como referência, indicando a conclusão dos serviços do contrato SA-01 para o fim de setembro/2010, o que não ocorreu. É necessária a elaboração de um novo cronograma até a conclusão do contrato.

A CTS em fevereiro/2010 assinou um convênio com o DEC – Departamento de Engenharia do Exército para realizar a avaliação dos preços dos contratos e das medições realizadas, conforme determinado pelo TCU, solicitando uma nova extensão do prazo para sua execução. Os serviços estão sendo executados e a previsão de conclusão é março/2011.

Pontos Relevantes do Projeto:

- O contrato SA-01 tinha seu prazo de vigência a expirar em 31/12/2009, tendo sido postergado, através do Termo Aditivo nº 14 para 31/12/2010. Este Termo Aditivo explicita as determinações do TCU que fazem parte do Acórdão nº 2873/2008, relativo às retenções e demais obrigações impostas ao contrato. A CTS informou que foi prorrogado o contrato para 30/06/2011, através do Termo Aditivo nº 17.
- Através do Acórdão 2342/2009 foi alterada a redação dada no subitem 9.3.2.2 do Acórdão 1.409/2008, permitindo a realocação da verba provisional, prevista no contrato SA-01, nos itens existentes de fornecimento de materiais e serviços. Esta questão foi resolvida com a assinatura pela CTS do 15º Termo Aditivo ao contrato SA-01, com data de 02/03/2010.
- Foi apresentado em março/2010 o novo cronograma de obras e fornecimentos do contrato SA-01 para o Tramo I, permitindo então que se restabelecesse o planejamento de implantação de todas as demais ações do empreendimento. Em maio/2010 a CTS emitiu um cronograma resumo para acompanhamento da implantação do Projeto, que já se mostra desatualizado. As metas estabelecidas previam finalizar os serviços do Tramo I, elevados, fornecimento de equipamentos de sinalização, telecomunicações e eletrificação e iniciar os testes de aceitação e comissionamento dos sistemas e material rodante.
- Estão levantadas praticamente todas as estruturas em elevado, do trecho Acesso Norte/Pirajá. As demais obras só poderão ser executadas após análise e aprovação dos serviços adicionais necessários para compatibilizar o projeto original licitado, com o projeto executivo e a aprovação final do TCU.
- A CTS já realocou recursos da verba provisional do contrato SA-01 para a construção do PAM e a transposição da região do solo mole.
- O Projeto ainda apresenta problemas de gerenciamento, planejamento e técnico, cujas soluções estão sendo melhor caracterizadas e identificadas pela CTS, responsável por sua implantação.
- Foi emitido o 16º Termo Aditivo ao contrato, em 22/06/2010, e os serviços para a construção do PAM e recuperação do Solo Mole estão em andamento, porém em ritmo abaixo do que é necessário pra cumprimento das metas acordadas, com previsão de conclusão em dezembro/2010, o que não ocorreu.
- O Estado entregou em 26/08/2010 para a Prefeitura de Salvador, a frota de 6 trens para operação no sistema. O início dos testes estava programado pela CTS para dezembro/2010, mas não ocorreu.
- A remoção do solo mole nas Vias 1, 2 e 3 foi contratada ao consórcio METROSAL através do 16º Termo Aditivo do Contrato SA 01, com base nos preços estabelecidos pela CTS;
- Ainda existe uma pendência para a remoção de interferência com a linha da CHESF. O assunto está sendo equacionado entre a CTS e a CHESF. No momento não representa situação crítica para a conclusão do Projeto, em função dos demais atrasos que estão sendo verificados. A implantação do projeto de alimentação de energia está sendo executada, estando em testes a subestação retificadora de Bonocô;
- Estação Acesso Norte: a CBTU aguarda a remessa pela CTS da documentação referente aos orçamentos dos serviços adicionais necessários à conclusão da estação;
- A CTS encaminhou à aprovação da CBTU em 08/07/2008 a proposta para Construção da Estação Bonocô, considerando as alterações necessárias ao projeto licitado. A CBTU analisou as planilhas de preços apresentadas, apenas para a fase do elevado, e comunicou sua aprovação à emissão do Termo Aditivo em 24/07/2008. A CBTU não concorda que a

estação seja construída neste momento, quando a prioridade é colocar em operação o Tramo I, priorizando a construção do PAM e a correção do solo mole.

10SY: APOIO À IMPLANTAÇÃO DO TRECHO SUL - VILA DAS FLORES - JOÃO FELIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA

Execução física:

Realizado até 2009: 57,28%

Meta para 2010: 23,52 %

Realizado em 2010 até Dezembro: 7,82 %

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir de Janeiro/2007, sendo contemplada com um total de recursos de R\$572,8 milhões da União e R\$180,82 milhões do Estado do Ceará, com previsão de conclusão em 2012.

Estes recursos do PAC perfazem, juntamente com o orçamento liberado até 2006, um total previsto para todo o empreendimento no valor de R\$1.446,0 milhões, dos quais R\$265,4 milhões são de contrapartida do Estado do Ceará.

No decorrer de 2008, a CBTU negou pleito do METROFOR para prorrogação de prazo e ampliação de 38% do valor do contrato 014/METROFOR/98, sendo que tinham sido assinados, anteriormente (entre 1999 e 2006), aditivos de 52% do valor original do Contrato. A CBTU atendeu, parcialmente, aprovando somente à prorrogação do prazo de vigência, através do Termo Aditivo 10, para as Obras Civas (com replanilhamento dos serviços), Sistemas Fixos e Material Rodante. A CBTU não reconheceu os três últimos Termos Aditivos, criando impasse no repasse de recursos. Foram realizadas audiências com o TCU e o MPF/CE. Este último se manifestou favorável às soluções adotadas quanto aos Termos Aditivos 09 e 10, tendo em vista o interesse primário, evitando paralisação da obra e considerando o resguardo de danos ao Erário. A CBTU liberou, então, o pagamento da 5ª Remessa de recursos ao METROFOR.

Em 23/12/2008, foi assinado o TA-11 que complementou todos os serviços previstos no TA-06 “completo” e não consolidados, em Junho/2007, por questões orçamentárias.

As obras civis, que representam aproximadamente 67% do valor do Contrato com o Consórcio, desaceleraram seu ritmo de execução, a partir de Dez/2007, culminando com a paralisação das obras ao longo do mês de Julho/2009. Esta redução de ritmo, que afetou o cumprimento das metas físicas, deveu-se essencialmente, aos seguintes fatores:

O Termo Aditivo nº 10 ao Contrato 014/METROFOR/98, assinado em 27/06/2008, não contemplava todos os serviços necessários para a conclusão das obras, tendo sido necessária a elaboração de um novo Termo Aditivo, de nº 11;

O Termo Aditivo nº 11 ao Contrato 014/METROFOR/98, assinado em 23/12/2008, corrigiu as distorções provocadas pela falta de alguns quantitativos e serviços nas obras civis, pela exclusão de serviços necessários, mas que foram temporariamente retirados para dar lugar a outros prioritários, ou pela inclusão de serviços que não foram contemplados no Termo Aditivo nº 6, devido à ausência de recursos, mas que já haviam sido considerados no Projeto Executivo. Todos esses serviços são imprescindíveis para a conclusão do 1º Estágio do Projeto METROFOR na forma como foi concebido no projeto executivo;

Para recuperar o atraso apontado, o Consórcio construtor adotou uma postura agressiva no tocante ao avanço das obras obedecendo ao cronograma previsto. Atualmente, a Linha Sul conta com 1408 empregados, distribuídos em 47 frentes de serviço.

O total da LOA/2009, reduzida para R\$42,8 milhões (original R\$100,5 milhões), não foi liquidado/transferido para o METROFOR, uma vez que não houve demanda dos recursos pelo Projeto, devido ao grande volume de execução dos RAPs e de procedimentos restritivos ao repasse de recursos por depender de prestação de contas pelo METROFOR e do aporte da contrapartida do Estado, ficando totalmente inscrito em Restos a Pagar em 2010 (RAP/2009), só implementando avanço físico a partir de 2010.

Os recursos transferidos no exercício de 2009, no valor de R\$102,49 milhões, referem-se a recursos dos RAPs de 2007 e de 2008. Destes, após a 6ª Remessa, restou um saldo de R\$30,25 milhões do RAP/2008, que também foi postergado para aplicação como RAP em 2010.

A Proposta Orçamentária da CBTU para 2010, visando dar continuidade às ações, totalizou R\$301,28 milhões, sendo que no PLOA só foram contemplados R\$57,3 milhões. Contudo, na LOA/2010, o valor foi reduzido para R\$48,84 milhões. Foi encaminhado pela CBTU ao MCid, em Março/2010, solicitação de Crédito suplementar de R\$120,00 milhões, visando atender uma previsão de desembolso mensal de R\$20,0 milhões. Nesta ocasião só foi encaminhada para votação no Congresso proposta de R\$100,00 milhões, ficando a diferença para ser conquistada no decorrer do ano, dependendo do desenvolvimento da Ação. Desta forma foi aprovado, através da lei 12.294, de 20/07/2010, o Crédito Suplementar de R\$100,0 milhões, e em Nov/2010, através do Decreto do Poder Executivo de 03-11-2010, foi liberado o complemento do crédito no valor de R\$20,00 milhões, alterando o Orçamento deste ano para R\$168,84 milhões. Este total foi empenhado e liquidado integralmente até 31/12/2010 e foram pagos R\$103,49 milhões.

Em 27/04/2010, foi transferida a 7ª remessa no valor de R\$30,74 milhões utilizando recursos referentes ao saldo do RAP de 2008 (R\$30,25 milhões) e parte do RAP de 2009 (R\$496,38 mil).

Com base no Plano de Trabalho oficializado pelo Termo Aditivo nº 03 ao CV 007-2005/DT e com a comprovação de aplicação dos valores definidos neste Termo Aditivo, o METROFOR reuniu as condições para o recebimento da 8ª remessa de recursos da União, no valor de R\$131,37 milhões, totalmente encaminhados em 24/09/2010, o que implicou na utilização do saldo do RAP 2009 (R\$42,38 milhões), e de parte da LOA 2010 + Crédito Suplementar (R\$88,98 milhões).

Visando atender ao ritmo de execução compatível para as obras do METROFOR, de acordo com o Plano de Trabalho do Convênio n.º 007-2005/DT, foi solicitado ao MCid, em Setembro/2010, Crédito Suplementar de R\$51,0 milhões. No crédito apresentado foi oferecido o cancelamento do valor de R\$44,41 milhões, da Ação de Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador – BA. Deste Crédito só foi aceita a parcela de R\$20,0 milhões, acordada anteriormente e sua liberação ocorreu em 04/11/2010, sendo posteriormente empenhada. Em 31/12/2010, após comprovação dos valores definidos no Plano de Trabalho do TA-03 ao Convênio, foram remetidos R\$14,51 milhões referentes a parte da 9ª remessa (conforme estabelecido no TA-03 ao CV 007-2005/DT) e que correspondem ao total das medições do mês de Dezembro/2010. Desta forma, ficou um saldo de R\$65,35 milhões do orçamento de 2010 a ser transferido para o METROFOR.

O total repassado, até Dezembro/2010, referente ao PPI/PAC, foi de R\$481,43 milhões referente a 08 remessas e parte da 9ª remessa, conforme Cronograma estabelecido no TA-03 ao Convênio 007-2005/DT. Cabe ressaltar que o METROFOR devolveu à CBTU o montante de R\$4,67 milhões do RAP/2005, por ocasião do fechamento das contas do Acordo de Empréstimo com o JBIC. Assim sendo, o METROFOR recebeu efetivamente, R\$476,75 milhões referentes às remessas.

De recursos do Estado do Ceará, até Dezembro/2010, foram repassados e aplicados R\$103,73 milhões.

A CBTU apresentou, em Agosto/2010, ao MCid, a Proposta Orçamentária de 2011, com o valor de R\$190,0 milhões. Contudo, esta Ação foi contemplada no PLOA-2011(PL-59/2010) com o valor de R\$120,0 milhões. O projeto substitutivo reduziu os recursos desta Ação para R\$102,00 milhões.

O Acórdão 3070/2008 - TCU – Plenário do Tribunal de Contas da União determinou, no item 9.1.1.2, que deveria ser realizada uma retenção sobre os itens de serviços referentes às obras civis do Contrato 014/METROFOR/98, em razão de alegação de superfaturamento de 42 itens, no montante de R\$65,44 milhões (valor a Po), até Abril/2006. O percentual que deveria ser retido nas medições de obras civis foi calculado considerando os valores medidos a Po, até Fevereiro/2009, e o saldo a medir até 31/12/2010, após a celebração do TA-11 ao Contrato 014/METROFOR/98, chegando ao valor de 71,25%.

De acordo com o percentual de sobre preço de 71,2% estabelecido pelo TCU através do Acórdão 3070/2008, o Consórcio construtor apresentou fiança bancária para as medições nos meses de Novembro/2008 a Outubro/2009 no valor total de R\$38,22 milhões.

Em cumprimento ao Acórdão N° 2450/2009-TCU – Plenário, a partir da medição n° 131 de Novembro/2009 até a medição n° 142 de Outubro/2010, o Consórcio construtor apresentou garantia bancária referente as retenções, no período, no valor de R\$11,05 milhões. Nas medições de Novembro e Dezembro/2010 foi retido o valor de R\$1,10 milhão.

Estes valores foram pagos ao Consórcio construtor, que apresentou fiança bancária garantindo ao METROFOR o sobre-preço dos valores retidos. Até o período, foi resguardado o sobre-preço apontado pelo TCU, no valor total de R\$50,39 milhões.

A decisão final do plenário do TCU ocorreu no dia 21/10/2009, proferida por meio do Acórdão N° 2450/2009-TCU-Plenário, o qual estabelece, dentre outras, as seguintes determinações:

firmar, no prazo de 15 dias (após a ciência da decisão final), novo Termo Aditivo ao Contrato 014/METROFOR/1998;

até que seja assinado o novo Termo Aditivo, utilizar para as medições os preços de referência do TCU nos itens citados, podendo, substituir a retenção por seguro garantia ou fiança bancária;

execução de uma Tomada de Contas Especial – TCE;

exigir do Consórcio, no prazo de 30 dias (após a ciência da decisão final) documentação da compatibilidade do BDI adotado com a realidade da obra;

encaminhar documentação ao TCU, em 5 dias após o prazo dado ao Consórcio, para cumprimento dos itens anteriores;

O METROFOR tomou todas as providências cabíveis para o cumprimento das determinações do TCU. Dentre elas citamos: realização de reunião com o Consórcio Construtor e a CBTU para esclarecimentos sobre o Acórdão; envio de ofício n° 798/DPR ao Consórcio para providência, nos prazos estabelecidos no Acórdão, das determinações do TCU e envio ao Consórcio do Termo Aditivo n° 12 ao Contrato 014/METROFOR/98, por meio do Ofício n° 820-DPR, com a redução de R\$7,3 milhões no valor contratual. O prazo dado pelo TCU para efetivação do TA12 foi consumado e o Consórcio se nega a assiná-lo, sob a alegação de caracterização do que até então vem sendo tratado como “suspeita de sobre-preço”.

O Consórcio construtor entrou com Ação Ordinária na Justiça Federal, com pedido de Medida Cautelar, objeto do Processo n° 0009063-08-2009.4.05.8100 – 1ª Vara Federal, contestando as retenções realizadas pelo METROFOR e requerendo a suspensão de tais retenções com a manutenção dos valores constantes da licitação e do Contrato. O provimento liminar, negado em primeira instância, ensejou que o Consórcio construtor interpusse Agravo de Instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, objeto do Processo n° 2009.05.00.071155-4, o qual concedeu o provimento liminar postulado, revogando a decisão do Tribunal de Contas da União, autorizando o pagamento integral das parcelas devidas à agravante. Em 03/03/2010, o METROFOR foi notificado formalmente da decisão e em 10/03/2010, o METROFOR encaminhou à CBTU a

documentação referente ao Agravo de Instrumento e informou que cumprirá integralmente a decisão que revoga a determinação do TCU.

Em 08/04/2010, o TRF, ao julgar o mérito do Agravo de Instrumento citado, revogou a medida liminar e manteve a decisão proferida pelo TCU, voltando o METROFOR a cumprir a decisão emanada no Acórdão 2450/2009.

Em Junho/2010, foi assinado o Termo Aditivo nº 12, estendendo o prazo contratual para conclusão das obras civis por mais 6 meses, passando a data de término contratual das obras e fornecimentos dos Sistemas Fixos e Material Rodante para 31/12/2010.

As Consorciadas Alstom Transport S.A e Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda, se negaram a assinar este novo Termo Aditivo, tendo total conhecimento de que serão apuradas as eventuais responsabilidades decorrentes da inexecução do escopo atribuído a elas.

Em 30/12/2010, foi assinado o TA-13 ao Contrato 014/METROFOR/98, prorrogando o prazo contratual até 30/06/2011 para obras civis e até 31/12/2011 para sistemas.

Principais realizações em 2010:

Início das obras do trecho subterrâneo em trincheira e nas estações José de Alencar e Central Xico da Silva;

Aquisição de todos os trilhos e AMVs restantes;

Paralisação do trem a diesel no trecho entre Carlito Benevides e Parangaba, em Janeiro 2010;

Conclusão das obras do Prédio Administrativo do Centro de Manutenção e das obras prioritárias para recebimento dos TUEs para a montagem pela ANSALDOBREDA;

Conclusão das estruturas de concreto e início de acabamentos e urbanizações em todas as estações entre Carlito Benevides e Esperança;

Conclusão dos serviços de infra e superestrutura da via metroviária, inclusive montagem de trilhos, no trecho entre a Estação Carlito Benevides e Esperança, restando apenas a realização de acabamentos, e continuidade da infra e superestrutura no restante do trecho até São Benedito, correspondendo a 88,38% de toda a via permanente concluída;

Concluído as estruturas de concreto de 9 das 10 passarelas de pedestres previstas e iniciada a montagem de estruturas metálicas e acabamentos em todas as 9 passarelas;

Conclusão de 42% do muro de vedação da faixa de domínio do trecho entre Carlito Benevides e início do túnel;

Conclusão das obras civis e recuperações na subestação retificadora de Pajuçara;

Início e conclusão da infra, meso e superestrutura dos viadutos ferroviários Desembargador Praxedes e Costa Mendes, com 85,00% e 90,00% do total de serviços executados, respectivamente;

Assinatura do contrato para a contratação dos guindastes necessários à montagem das vigas do complemento do elevado na região da antiga estação de Parangaba;

Montagem de infra e superestrutura da via metroviária inclusive trilhos no elevado de Parangaba;

Transferência dos permissionários do “Beco da Poeira” e demolição do antigo local;

Início das obras do trecho subterrâneo em trincheira e das estações José de Alencar e Central Xico da Silva;

Conclusão dos serviços de lançamento de lamelas, lajes de teto, escavações invertidas e laje de fundo em todo o trecho subterrâneo em diafragma, exceto nos módulos 37-18 e 39-01 onde existe a interferência com o trecho em trincheira;

Recebimento, montagem e realizações de testes estáticos nos dois primeiros TUEs da empresa ANSALDOBREDA;

O baixo desempenho no andamento dos serviços, que levou a frustração das metas de 2010, deve-se principalmente aos seguintes fatores:

Retenção Cautelar determinada pelo TCU;

Indefinição nas negociações referentes a retomada dos serviços de material rodante (10 TUE - ALSTOM) e sistemas, contemplados no convênio 007-2005/DT, com recursos da União. Para o fornecimento do material rodante foram analisadas alternativas, tendo sido aprovada pelo Governo do Estado do Ceará a inclusão no orçamento para a licitação de mais 10 TUEs. Em 03/07/2009, foi contratada a empresa italiana ANSALDOBREDA (Contrato 016/SEINFRA/CCC/2009, no valor de € 86.021.505,38) para o fornecimento de 20 composições elétricas composta por 3 carros cada, para atender à Linha Sul, com recursos do Governo do Estado do Ceará;

Atraso no processo de desapropriação do mercado popular – Centro Comercial de Pequenos Negócios dos Vendedores Ambulantes – CPNVA, denominado “Beco da Poeira” (com cerca de 1.300 permissionários). Situação atual: as obras de reforma no local do novo Centro Comercial foram concluídas no mês de Mar/2010. Em Abr/2010, foi concluída a transferência de todos os permissionários e ocorreu a inauguração do novo Centro Comercial;

Atraso na licitação para a execução do trecho subterrâneo em trincheira e das Estações José de Alencar (antiga Lagoinha) e Central Xico da Silva (antiga João Felipe). O Contrato foi assinado com o Consórcio Constran - Petra no dia 16/03/2010 e a Ordem de Serviço foi emitida em 23/03/2010;

Atraso no processo de rebaixamento da antiga estação de Parangaba, concluído em Jul/2009, que seccionava o viaduto ferroviário de mesmo nome. Foi necessária a concepção dessa solução de engenharia em razão do tombamento da referida estação pelo Patrimônio Municipal;

Necessidade de alteração do processo construtivo do elevado de Parangaba, na região da antiga estação devido ao posicionamento da mesma e segurança na execução da montagem das vigas do complemento do elevado, sendo necessária uma nova licitação para contratação de guindastes para a execução dos serviços.

As obras civis já executadas até o momento apresentam a seguinte situação:

O Centro de Manutenção, localizado em Pacatuba, apresenta obras de montagem das estruturas metálicas das coberturas dos edifícios praticamente concluídas, tendo sido iniciados os serviços de acabamentos e urbanização das áreas externas. A infra e superestrutura das vias internas do Centro de Manutenção encontram-se em execução.

O trecho de via permanente, entre a Estação Carlito Benevides e a estação Esperança, apresenta obras de infra e superestrutura concluídas restando apenas alguns acabamentos ao longo do trecho. No trecho entre a Estação Esperança e o início do elevado resta apenas a conclusão da via junto as plataformas das estações.

As estações do trecho entre Carlito Benevides e o início do elevado encontram-se em fase de acabamentos e as seguintes obras encontram-se concluídas: Ponte Ferroviária sobre o Rio Timbó, Viadutos Ferroviários Waldemar de Lima e da Avenida do Contorno, Viadutos Rodoviários da Rua Antônio Justa, Rua Oriente, da Avenida do Contorno e a Passagem Inferior da Linha de Carga sob a Linha Sul, concluídas.

O Viaduto da Av. Maria Gomes de Sá encontra-se liberado para tráfego, restando apenas a recuperação de algumas vias no entorno.

O Viaduto da Rua Nereu Ramos foi liberado para o tráfego e encontra-se praticamente concluído, restando apenas alguns serviços em ruas laterais.

Em execução a passagem inferior da Av. Wenefrido Melo.

No trecho em superfície após o Elevado, encontra-se em execução as estações de Couto Fernandes e Porangabussú, os Viadutos Ferroviários Costa Mendes e Desembargador Praxedes e serviços de infra e superestrutura no trecho.

Na região do elevado de Parangaba, estão em andamento os serviços de execução da superestrutura do elevado do Pólo de Parangaba entre Vila Pery e Couto Fernandes (~3,0 km).

Está concluída a segregação da linha de carga numa extensão de 17 km, ligando Caucaia ao pátio de estacionamento de trens de carga de Alto Alegre. O Centro de Manutenção apresenta obras nos edifícios praticamente concluídas.

O trecho em subterrâneo, no centro de Fortaleza, apresenta obras no túnel no trecho de 2,8 km entre a Rua Padre Cícero e a Rua Castro e Silva, além das obras estruturais e acabamentos das estações Benfica e São Benedito, que estão praticamente concluídas.

Foram iniciados, em Abril/2010, os serviços referentes ao trecho subterrâneo em trincheira e Estações José de Alencar e Central Xico da Silva.

10SZ: APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TRECHO CALÇADA/PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR:

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de janeiro/2007, sendo contemplada com um total de recursos de R\$30,3 milhões (União), já totalmente disponibilizados pelo governo até 2008. Estes recursos do PAC somaram, juntamente com o orçamento aplicado até 2006, R\$68,7 milhões. Foi aprovada em julho/2010 uma suplementação de recursos do PAC no valor de R\$48,8 milhões, elevando o valor do Projeto como um todo para R\$117,5 milhões.

Execução física

Realizado até 2009: 49,12%

Meta para 2010: 5,88%

Realizado em 2010 até dezembro: 5,80%

Com a assinatura do novo convênio em outubro/2010, os percentuais de avanço físico foram reavaliados e revisados, devido à ampliação do escopo da Ação (Reforço estrutural da Ponte São João) e ao acréscimo do valor da mesma em R\$48,8 milhões. A meta de 2010 não foi cumprida devido ao atraso no início dos serviços de reforço da ponte, decorrente da demora na assinatura do convênio.

O PAC não previu recursos da União para esta Ação na LOA/2009. Também não houve previsão no PPA 2008/2011, a partir de 2009. Contudo em reunião na Casa Civil, no dia 07/08/2009, foi decidido manter esta Ação aberta em 2010, contemplando-a com R\$1,0 milhão no PLOA-2010. Desta forma a LOA/2010, sancionada em 26/01/2010, aprovou este valor, apenas para manter a Ação aberta no PPA.

Foi encaminhado pela CBTU ao MCid, em março/2010, solicitação de Crédito suplementar visando a conclusão dos serviços necessários à recuperação da superestrutura da ponte São João. Através da Lei 12.294, de 20/07/2010, a União disponibilizou mais R\$47,8 milhões ao Projeto, que somados ao R\$1,0 milhão do Orçamento de 2010, serão suficientes para a complementação da recuperação da

ponte. O convênio novo, 003-2010/DT, foi assinado em 05/10/2010, no valor de R\$48,80 milhões e a previsão do envio da 1ª remessa em dezembro/2010 não pode ser cumprida, dependendo da revalidação da documentação da CTS e da disponibilização do recurso financeiro, que foi totalmente empenhado em outubro e liquidado em novembro/2010, no valor de R\$9,11 milhões. O serviço de recuperação da ponte foi retomado, primeiramente com recursos do convênio 005-2007/DT, através do contrato 022-2004/DT que foi aditivado. A CTS licitará a complementação dos serviços da ponte, o que será realizado até janeiro/2011.

A CBTU não apresentou em sua proposta orçamentária para 2011 nenhum recurso para esta Ação. Contudo o PLOA-2011 aprovado em 22/12/2010 pelo Congresso, incluiu novamente esta Ação no orçamento de 2011 com R\$1,0 milhão, mantendo a Ação aberta neste exercício.

O convênio 010-2005/DT teve seu prazo de vigência vencido em 30/06/2010, uma vez que a CTS não conseguiu validar as certidões de quitação de suas contribuições com a União dentro do prazo limite da vigência. A CTS apresentou em 26/08/2010 a Prestação de Contas Final do convênio, sendo aprovada pela CBTU em outubro/2010.

As ações estão sendo desenvolvidas com os recursos remanescentes dos RAPs 2005 e 2007 (já totalmente transferidos para CTS até dezembro/2008), e 2008.

O Orçamento total aprovado para o ano 2008, R\$16,9 milhões ficou como RAP para 2010. Foi transferida em setembro/2010 a 2ª remessa do Convênio 005-2007/DT de R\$8,00 milhões, ficando o saldo ainda postergado para 2011, como RAP/2008. Estes recursos destinam-se à conclusão da modernização do trecho Calçada/Paripe, com a finalização dos serviços e fornecimentos, com intervenções na via permanente (substituição de dormentes, trilhos, fixações e melhoramento de drenagem), recuperação e adequação das estações restantes, material rodante com a recuperação de mais 3 TUEs, recuperação dos sistemas de energia e rede aérea (com intervenções em pontos críticos e melhoria do sistema de licenciamento de trens) e parte da recuperação da ponte São João.

Foi assinado em 13/04/2009 o TA nº 01 ao Convênio 005-2007, alterando o Plano de Trabalho e prorrogando o prazo para aplicação do RAP/2008 até 31/12/2010. Em 05/09/2009 foi assinado o TA nº 2 ao mesmo convênio, mantendo a mesma data de vigência e alterando o Plano de Trabalho, visando a execução da recuperação da infra estrutura da ponte São João. O 3º TA, prorrogando o prazo para 31/10/2011 e alterando o Plano de Trabalho, foi assinado em 06/12/2010.

O baixo desempenho do Projeto tem sido devido principalmente aos fatos relevantes citados abaixo e que também contribuíram com a frustração da meta de 2009, com reflexos em 2010:

- Necessidade de aprofundamento dos estudos de estabilidade da meso e infra estrutura da ponte São João, com o objetivo de se determinar uma solução técnica adequada e segura, comprometida com os custos estimados para recuperação da ponte, o que paralisou os serviços;
- Redução significativa dos serviços que deveriam ser realizados pela contratada da recuperação do sistema, nos meses de novembro e dezembro/2008 e de janeiro a junho/2009, por decisão unilateral da mesma, sob alegação da necessidade de realinhamento de preços do contrato e falta de definição quanto ao projeto de recuperação da infra e meso estruturas da ponte São João, sem que, no entanto, a CTS e a mesma tenham até o momento chegado a um entendimento, para que seja possível submeter uma proposição para análise da CBTU.

Principais realizações do Projeto de Modernização de Calçada/Paripe no ano de 2010:

- avanço na recuperação do material rodante adquirido da CPTM, já em operação,
- contratação da recuperação de mais 3 TUEs e 2 locomotivas.
- conclusão da reforma/recuperação de 7 estações, da via permanente, da subestação alimentadora e da rede aérea de tração

- assinado um novo convênio com o Governo Federal de forma a garantir recursos para conclusão da recuperação da ponte São João.

10T0: APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TRECHO OESTE - JOÃO FELIPE/CAUCAIA DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de Janeiro/2007, sendo contemplada com um total de recursos de R\$30,0 milhões (União) e R\$10,0 milhões (Estado). A parcela da União já foi totalmente disponibilizada, até 2008, também como a do Estado até 2009. Estes recursos perfazem, juntamente com o orçamento aplicado até 2006, um total do empreendimento no valor de R\$80,0 milhões.

Na concepção do Projeto no PAC, foi alterado o escopo para operacionalizar o sistema com VLTs. Foi mantida, por solicitação do METROFOR, a recuperação de carros de passageiros e locomotivas para operação, enquanto não se efetiva a entrega dos VLTs, porém com redução para 13 carros PIDNER de passageiros e 2 locomotivas diesel a serem recuperados, viabilizando-se, assim, intervenções mais leves.

Em 25/02/2010, foi assinado o Termo Aditivo nº 05, objetivando a definição de novos “Plano de Trabalho” e “Cronograma de Desembolso”, anexos ao Convênio, de forma a retratar a situação atual do Projeto e reprogramar o envio das remessas de recursos da União, visando atender o cronograma de eventos previstos para o fornecimento dos VLTs e o “closing date” do financiamento com o BIRD (30/09/2010). O “Plano de Trabalho” e “Cronograma de Desembolso” do TA-05 foram elaborados considerando que os recursos da União para as ações de obras civis, sistemas fixos, viaduto de Caucaia, Gerenciamento e Supervisão foram aqueles empenhados até Dezembro/2009, encerrando a participação dos recursos da União definidos no Convênio 008-2005/DT (R\$70,0 milhões), nessas ações, restando apenas a transferência de parte do RAP/2007 e do total do RAP/2008, que se efetivaram em Abril/2010. A partir de Janeiro/2010, os serviços referentes às obras civis, sistemas fixos e à construção do viaduto de Caucaia passaram a ser custeados por recursos próprios do Tesouro do Estado do Ceará (conforme abaixo detalhado) e o Gerenciamento e Supervisão estão sendo pagos com os rendimentos das aplicações financeiras.

Execução física:

Realizado até 2009: 55,88%

Meta para 2010: 37,31%

Realizado em 2010 até Dezembro: 26,26%

O Estado garantiu uma suplementação orçamentária no valor de R\$25,18 milhões em 2009, especificamente para complementação dos recursos necessários à aquisição dos VLTs.

O METROFOR informou que haveria necessidade de recursos suplementares aos já estabelecidos no PAC, na ordem de R\$8,4 milhões, para viabilizar a conclusão da integralidade do Projeto, recursos estes não previstos nos Convênios assinados. Em reunião com o Ministério Público, no dia 19/10/2009, com a presença de representantes da CBTU e do METROFOR, o METROFOR concordou em solicitar estes recursos ao Governo do Estado do Ceará para cobrir os custos da conclusão das obras de Recuperação e Melhorias da Linha Oeste, desde que a CBTU conseguisse o valor correspondente a R\$22,0 milhões para pagamento de despesas de custeio operacional com o efetivo transferido para o METROFOR, para os exercícios de 2010 e 2011.

Ficou definido que os R\$8,4 milhões seriam disponibilizados pelo Governo do Estado do Ceará em 2010 e que a CBTU se responsabilizaria com os recursos da União para o Cumprimento de Obrigações de Transferência do Sistema, sendo R\$11,0 milhões para 2010, já disponibilizados e R\$11,0 milhões para 2011, incluídos no PLOA/2011.

Em Dezembro/2009, o METROFOR conseguiu junto à SEINFRA (Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará) a garantia do aporte de R\$8,4 milhões, necessários à conclusão das obras civis da linha Oeste. Em Outubro/2010 o METROFOR solicitou à SEINFRA uma suplementação Orçamentária no valor de R\$8,31 milhões para pagamento de reajustes contratuais e aditivos para 2011.

O PAC não previu recursos da União para esta Ação na LOA/2009 e não houve previsão no PPA 2008/2011, a partir de 2009. Contudo em reunião na Casa Civil, no dia 07/08/2009, foi acordado manter esta Ação aberta em 2010, contemplando-a com R\$1,0 milhão no PLOA-2010. Desta forma a LOA/2010 aprovou este valor, mas não foi liberado até 31/12/2010, por não fazer parte de recursos previstos no PAC e por não ter sido necessário. Para o exercício de 2011, não foi considerado nenhum recurso na proposta orçamentária que a CBTU apresentou, em Agosto/2010, e da mesma forma não foi incluída no PLOA/2011 (PL59/2010).

A Ação vem sendo desenvolvida, atualmente, com os recursos do Estado e com os recursos da União inscritos em RAP.

Do RAP/2006, R\$2,25 milhões e do RAP/2007, R\$10,0 milhões que ficaram inscritos em 2010, foi repassado, em Fevereiro/2010, para o METROFOR, através da 6ª remessa de recursos, o valor de R\$3,97 milhões, que implicou na utilização do saldo do RAP 2006 (R\$2,25 milhões) e parte do RAP 2007 (R\$1,71 milhões).

Em Abril/2010, foram repassados para o METROFOR, por meio da 7ª Remessa o valor de R\$28,29 milhões, que implicou na utilização dos saldos do RAP/2007 (R\$8,29 milhões) e do RAP/2008 (R\$20,00 milhões), totalizando os R\$70,00 milhões, que correspondem a 100% dos recursos previstos da parcela da União (com financiamento do BIRD), referente ao PPI/PAC.

Em 30/09/2010, aconteceu o encerramento do acordo de empréstimo com o Banco Mundial. Foram investidos recursos até a Prestação de Contas nº 33, totalizando, em euros, o montante de EUR 25,00 milhões, equivalentes em reais ao valor de R\$63,84 milhões. Como o Convênio nº 008/2005-DT representa um investimento no montante de R\$70,00 milhões, resta o Metrô de Fortaleza comprovar em prestação de contas, o desembolso do saldo financeiro de R\$6,16 milhões, sendo que estes recursos que antes deveriam estar garantidos pela fonte financiadora externa, agora deverão ser repostos pela União. A previsão é que até março/2011 o Metrô de Fortaleza encerre o Convênio nº 008/2005-DT.

O total repassado e aplicado da contrapartida do Estado totaliza R\$10,00 milhões, encerrando o valor da contrapartida estabelecido no Convênio. Em relação aos recursos adicionais do Estado, foram repassados e aplicados, até Dezembro/2010, R\$18,29 milhões.

As principais razões para o baixo desempenho desta Ação são:

- Em 2007, quando se iniciaram efetivamente os processos das licitações, registrou-se defasagem de tempo entre as contratações dos serviços relativos às obras civis, ocorridas em Maio/2007 (execução dos serviços de via permanente, estações, passagem em nível e execução do viaduto rodoviário da Rua Visconde de Cauípe), e da consultoria para elaboração dos projetos executivos, efetivada em Outubro/2007. Foi concluída a elaboração dos projetos executivos referentes às obras civis e a análise e aprovação final pelo METROFOR, em Setembro/2008;
- Atraso no repasse dos recursos do Governo do Estado do Ceará para as desapropriações e remoções das interferências das concessionárias de serviços públicos (Coelce, Cagece e Oi Fixo), na área de implantação do Viaduto Rodoviário da Rua Visconde de Cauípe, em Caucaia, tendo sido iniciado o repasse dos recursos da contrapartida, em Novembro/2008;
- Retomada das obras do Viaduto Rodoviário em Caucaia, em Novembro/2008, após início dos repasses de recursos do Governo do Estado para a efetivação das desapropriações; a Ordem de Serviço das obras ficou suspensa por 15 meses;

- Atraso no processo licitatório para aquisição dos 6 VLTs, sendo concluído em Outubro/2008. Iniciadas as atividades em Novembro/2008;
- Atraso no processo licitatório para Reparo e Modernização de 2 Locomotivas, sendo concluído, em Outubro/2008. Iniciadas as atividades em Novembro/2008;
- Atraso no processo licitatório para Reparo e Modernização de 13 Carros Pidner, que foi concluído em Março/2009. Assinatura do contrato para realização dos serviços em Abril e iniciada as atividades em Junho/2009;
- Demora no equacionamento do aporte de recursos adicionais pelo Estado, ou seja, fora do Convênio, para conclusão das obras civis, sistemas, e da construção do viaduto de Caucaia;
- O não cumprimento das metas estabelecidas em 2010 deve-se a novas demandas do METROFOR para as Obras Civis e os Sistemas Fixos da Linha Oeste, visando a execução de mais serviços ao longo da via permanente de forma a possibilitar maior segurança de tráfego das composições para a operacionalização do sistema. Sendo assim, as obras tiveram o prazo final prorrogado até Fevereiro/2011 para total cumprimento das metas estabelecidas;
- Atraso no desenvolvimento e fornecimento dos equipamentos de refrigeração, geração de energia, sistema de abertura de portas e estruturas para janelas dos carros Pidner;
- Necessidade de adequações no projeto executivo dos VLTs tais como: instalação do segundo grupo gerador; mudanças no tipo de janelas e acabamento dos bancos.

Plano de Metas para 2010/Atividades que foram realizadas no exercício:

1. Obras de arte – Viaduto Rodoviário em Caucaia: Conclusão das obras do viaduto no prazo previsto - Maio/2010.
 - Sistemas Fixos: Conclusão dos serviços de instalações dos novos equipamentos de passagens em nível ao longo do trecho: PN da Rua Jacinto Matos; PN da Av. Francisco Sá; Av. Dr. Theberge; PN da Rua Carlindo Cruz; PN Av. Coronel Carvalho; PN da Rua Dom Almeida Lustosa; PN da Rua Raimundo Bizarril – Dezembro/2010.
2. Material Rodante:
 - Modernização e Reparo de 02 Locomotivas GE U 10B: Conclusão das atividades de reparo e modernização de 2 locomotivas – Maio/2010.
 - Fornecimento de 06 VLTs: Conclusão da fabricação do 1º VLT – 31/08/2010. Entregue no METROFOR em 23/09/2010; Conclusão da fabricação do 2º VLT – 13/09/2010. Entregue no METROFOR em 21/12/2010.
 - Recuperação/Modernização de 13 Carros de Passageiros tipo Pidner: Conclusão da recuperação/modernização de 06 carros Pidner.

Plano de Metas para 2011 – Atividades previstas para o exercício de 2011:

1. Obras Civis:
 - Conclusão das obras civis de melhorias da via permanente (trecho de manutenção) entre as estações João Felipe e Caucaia – Fevereiro/2011;
 - Conclusão das obras civis de melhorias das estações Álvaro Weyne, Padre Andrade, Antônio Bezerra, São Miguel, Parque Albano, Conjunto Ceará, Jurema, Araturí e Caucaia – Fevereiro/2011.
2. Sistemas Fixos:
 - Conclusão das atividades de melhorias do Sistema de Rádio Comunicação com o fornecimento de rádios móveis, rádios fixos e antenas de transmissão – Fevereiro/2011;
 - Conclusão das atividades de instalações da Rede de Lógica e Telefonia das novas agências localizadas nas estações – Fevereiro/2011;

- Conclusão das atividades de instalações dos Quadros Comando e Indicação das novas agências localizadas nas estações – Fevereiro/2011.

3. Material Rodante:

Fornecimento de 06 VLTs:

- Conclusão da fabricação do 3º VLT – 07/01/2011;
- Conclusão da fabricação do 4º VLT – 01/02/2011;
- Conclusão da fabricação do 5º VLT – 23/02/2011;
- Conclusão da fabricação do 6º VLT – 11/04/2011.

Recuperação e Modernização de 13 carros Pidner:

- Conclusão das atividades de recuperação e modernização de 13 carros Pidner – Janeiro/2011.

3. Bilhetagem Eletrônica:

- Definição pelo METROFOR da contratação do projeto da bilhetagem eletrônica.

4. Administração e Projetos de Melhorias da Linha Oeste:

- Continuidade das atividades de gerenciamento e supervisão para a Recuperação e Melhorias da Linha Oeste;
- Aprovação do “Smart Card”;
- Elaboração do Projeto de Integração de Transportes.

20CW – ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS

Esta ação foi incluída neste exercício amparada pela Norma Regulamentadora nº 07, aprovada pela Portaria do Ministério do Trabalho nº 3214, de 08 de junho de 1978.

A LOA – 2010 previu uma dotação de R\$417.690,00 para esta ação. Até dezembro foram liquidados: R\$160.931,00

Foram atendidos 436 empregados nas Unidades de Recife, Belo Horizonte e João Pessoa.

2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Este benefício, que tem como objetivo oferecer qualidade de vida aos empregados da companhia, dentro da política de responsabilidade social das instituições.

A LOA – 2010 previu uma dotação de R\$6.998.162,00 para esta ação. Até dezembro foram liquidados R\$6.299.495,54.

Foram beneficiadas 5.447 pessoas, incluindo os empregados e seus dependentes.

2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

A LOA – 2010 previu uma dotação de R\$573.025,00 para esta ação. Até dezembro, foram liquidados R\$561.877,89.

Mensalmente foi atendida uma média de 200 crianças dependentes de empregados.

2012 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A companhia está inscrita neste programa desde a sua criação, em 1996, concedendo tíquetes alimentação/refeição aos seus empregados.

A LOA – 2010 previu uma dotação de R\$18.682.730,00 para esta ação. Até dezembro, foram liquidados R\$18.540.777,15.

Todos os empregados da CBTU foram beneficiados, com uma média mensal de 3.188 empregados atendidos.

2011 – AUXÍLIO TRANSPORTE

A LOA – 2010 previu uma dotação de R\$2.126.366,00 para esta ação. Até dezembro foram liquidados R\$1.611.581,89.

No sentido de promover emprego e dar condições de acesso ao trabalhador às suas atividades, a companhia atendeu a uma média de 1.280 empregados/mês concedendo o vale-transporte aos empregados alcançados pela legislação.

6438 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS

Esta ação agrega as propostas das áreas de desenvolvimento de recursos humanos de cada Unidade Administrativa da CBTU, visando o processo contínuo de preparação da empresa para assumir e dirigir as mudanças inerentes a sua evolução organizacional, fixar a tecnologia metro-ferroviária, para atender a expansão dos sistemas e manter a qualidade dos serviços prestados à população.

A LOA – 2010 previu uma dotação de R\$1.623.984,00 para esta ação. Até dezembro foram liquidados R\$1.468.934,08.

Visando uma melhor capacitação técnica de seus empregados, os cursos oferecidos compreenderam um total de 2590 matrículas no ano de 2010.

Abaixo estão relacionados os principais treinamentos realizados em 2010:

- Treinamento Operacional do Novo Sistema de Protocolo via Web, desenvolvido e ministrado por pessoal interno, contemplou 74 (setenta e quatro) treinandos, entre empregados e estagiários da AC.
- Outras atividades de treinamento que se destacaram neste ano:
- V Congresso Brasileiro de Pregoeiros (4 empregados);
- VIII Seminário Nacional Metroferroviário – ANTP (4 empregados);
- VIII Semana Administração Orçamentária de Financeira e Contratação Pública (2 empregados);
- Extrator de Dados - em parceria com o Ministério das Cidades (3 empregados);
- Elaboração e Análise de Prestação de Contas e Convênios (2 empregados);
- Em parceria com a COPPETEC/RJ, 20 empregados da Administração Central, participaram do curso de Atualização Técnica em Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período compreendido entre Junho a Dezembro de 2010.
- Nas Unidades Administrativas o desenvolvimento da capacitação da força de trabalho esteve focado em programas de Desenvolvimento Profissional, com treinamentos voltados para as áreas de operação e manutenção, gestão empresarial e aprimoramento técnico específico.

0110 – CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA PRIVADA – REFER

Esta ação tem como finalidade assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada. Não possui meta física

Em 2010, contou com recursos no total de R\$4.995.208,00, tendo sido empenhados R\$4.881.459,00, representando 97,72% do valor aprovado.

10G5: CORREÇÃO E VEDAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DO TRECHO BARREIRO-CALAFATE, DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (Linha 2)

Evolução física:

Realizado até 2009: 26,0%

Meta para 2010: Não foi definida

Realizado em 2010 até dezembro: Ação paralisada (Não houve liberação de recursos)

As obras e os serviços estão paralisados desde 2004 por falta de recursos.

Quando da paralisação das intervenções na Linha 2, em 2004, as obras se encontravam com parte das desapropriações, terraplenagem, drenagem, contenções, vedações da faixa e algumas transposições de faixa executadas (6 viadutos ferroviários, 1 viaduto rodoviário e 2 passarelas). Foi realizada também até 2003, parte dos serviços de remanejamento da superestrutura da linha de carga da FCA. Apenas em torno de 16% das desapropriações e 36% das obras civis foram realizadas até o momento.

A partir de julho/2007, a SPI/MP, decidiu separar as atividades de elaboração de projetos em Ação exclusiva e considerar apenas a implantação da infra estrutura da Linha 2, identificada como “Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate”, excluindo a elaboração dos projetos e da estação Entroncamento.

O Orçamento aprovado para o ano 2007, com as alterações ocorridas até dezembro montou em apenas R\$4,0 milhões, contemplando apenas a Ação de projetos da Linha 2. Este valor foi cancelado em dezembro. Não foi liberado nenhum recurso para Ação de Correção e Vedação da Faixa.

A LOA/2008 contemplou a Ação base da Linha 2 do STU de BH (Correção e Vedação) com R\$11,6 milhões. A nova Ação criada em 2007 para "Elaboração do Projeto da Linha 2 do STU de BH", foi contemplada apenas com R\$1,8 milhão para 2008.

Em janeiro/2008 em decisão na Sala de Situação dos metrô sobre as Programações do PAC, foi decidido que a Ação do Trecho Barreiro/Calafate ficaria excluída do Programa para o período de 2008/2011, tendo sido ratificada esta determinação em dezembro através de Portaria SOF n.º 83 de 24/12/2008, transferindo o identificador de resultado primário de RP-3 (PAC) para RP-2.

Não houve nenhuma liberação de limite para empenho com os recursos do orçamento da LOA/2008.

Na LOA/2009, só foram aprovados recursos para Ação de Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate, no valor de R\$50,0 milhões. Contudo, em dezembro/2009, este recurso foi cancelado. Em 13/08/2009 foi publicada a Lei 12.018, que abriu Crédito Especial no

valor de R\$15 milhões, em favor da CBTU, destinado a elaboração dos projetos. Desta forma, foi criada a nova Ação 123N - Elaboração dos Projetos de Engenharia para as Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de BH.

A CBTU não incluiu na sua Proposta Orçamentária de 2010, recursos para esta Ação, devido ao reduzido valor dos pré limites informados pelo MCid, através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010. Contudo a LOA/2010, aprovada pela Lei nº 12.214 em 26/01/2010, contemplou a Ação de Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate com R\$33,4 milhões, na rubrica de RP3.

A Ação da Linha 2 de BH - Correção da Faixa de Domínio, foi novamente excluída do PAC, através da Portaria nº 27 de 23/04/2010 publicada no DOU em 26/04/2010. Foram bloqueados no SIAFI em 16/08/2010, para possível cancelamento, R\$15,74 milhões desta Ação. Em 14/10/2010 foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei PLN-061/2010, oferecendo em cancelamento R\$10,17 milhões desta Ação. Este valor foi efetivamente cancelado em 28/12/2010, através da Medida Provisória n.º 515, e não houve liberação de limite do restante da LOA.

A CBTU apresentou em agosto/2010 ao MCid, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2011, com o valor de R\$63,02 milhões, visando dar continuidade nas desapropriações e retomar as obras de infra-estrutura da faixa de domínio. Não foram incluídos recursos para esta Ação, no PLOA-2011(PL-59/2010). Contudo, mais uma vez, foram incluídos na proposta substitutiva, na rubrica RP2, R\$49,00 milhões para a Ação de Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate.

0B15 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA

Por ocasião da transferência do sistema de trens urbanos de Fortaleza para o Estado do Ceará, o Governo Federal se comprometeu em pagar subsídio para o custeio operacional, num total de R\$33,0 milhões, no período de 2008 a 2010. O Estado do Ceará negociou junto ao Governo Federal novo subsídio no valor de R\$11,0 milhões a ser pago no exercício de 2011. A CBTU incluiu este valor em sua proposta orçamentária para 2011. A LOA foi aprovada em 22/12/2010, considerando o valor do subsídio.

0B14 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR

Por ocasião da transferência do sistema de trens urbanos de Salvador para o Município de Salvador, ocorrida em 01/12/2005, ficou estabelecido o pagamento, pelo Governo Federal, de subsídio ao custeio operacional, em 3 parcelas semestrais no valor de R\$4,0 milhões cada uma. Foi estabelecido, também, que seria custeado eventual déficit operacional, caso o subsídio definido se mostrasse inferior ao apurado. Os 3 subsídios (R\$12,0 milhões) e o déficit operacional (R\$3,415 milhões) verificados foram pagos.

Em 14/02/2007 a Prefeitura de Salvador informou ao Ministério das Cidades, por meio do Ofício nº 032/2007, a impossibilidade de arcar com as despesas de custeio operacional a partir do segundo semestre de 2007, coincidindo com o término do período de subsídio garantido por ocasião da cisão, e solicitou sua extensão por 18 meses, até dezembro de 2008, no total de R\$18,7 milhões, já efetivamente pagos.

Não foi aprovado recurso específico no orçamento de 2009 para atender esta Ação. A prefeitura de Salvador negociou junto à Casa Civil a manutenção do subsídio à operação do sistema de trens do subúrbio da cidade. Em reunião na Casa Civil, no dia 07/08/2009, foi acertada uma revisão na

distribuição dos limites para compor o PLOA/2010, passando a contemplar a Ação de Cumprimento de Obrigações de Salvador com apenas R\$0,5 milhão, mantendo-a aberta no próximo exercício. A LOA/2010 foi aprovada preservando este valor apresentado no PLOA/2010. Devido a insuficiência dos recursos, a CBTU encaminhou, em março/2010, uma solicitação de Crédito Suplementar de R\$18,84 milhões para atender esta Ação em 2010. Foi aprovada uma suplementação de R\$3,0 milhões em 21/07/2010. Em setembro, foram empenhados R\$3,5 milhões e liquidados em novembro. A transferência dos recursos para a CTS ocorrerá em 2011.

A Prefeitura de Salvador encaminhou o Ofício ao MCid, solicitando a suplementação de R\$23,97 milhões para continuar subsidiando o sistema por mais 18 meses, a partir de 2010. A CBTU apresentou em agosto/2010 ao MCid, a Proposta Orçamentária de 2011, com parcela equivalente a 12 meses, no valor de R\$15,98 milhões. A LOA-2011 foi aprovada em 22/12/2010 pelo Congresso, confirmando os R\$15,98 milhões. Contudo, aguarda ainda a sanção Presidencial.

2843 – FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

Evolução Física

Realizado em 2009: 370,3 mil passageiros transportados média/dia útil

Meta para 2010: 380,0 mil passageiros transportados média/dia útil

Realizado em 2010 até dezembro: 413,1 mil passageiros transportados média/dia útil

Esta ação atende às despesas de custeio (inclui remuneração de pessoal) e reaparelhamento administrativo para manutenção e operação dos sistemas de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió.

Sua implementação se dá através da prestação de serviço de transporte ferroviário urbano de passageiros conforme tabelas previamente elaboradas para dias úteis, finais de semana e eventos especiais, realizado pelas Superintendências de Trens Urbanos da CBTU nas localidades de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió; venda de bilhetes unitários e integrados nas estações e terminais; controle da demanda de passageiros e conseqüente arrecadação de recursos próprios; arrecadação proveniente de atividades não operacionais (receita financeira, de aluguéis, publicidade e outras); execução de atividades de manutenção preventiva segundo programações previamente elaboradas e corretiva, quando necessário; execução de atividades de operação segundo normas vigentes; avaliação do desempenho dos sistemas por indicadores operacionais, buscando garantir a qualidade, segurança, modicidade e o melhor equilíbrio econômico na prestação do serviço.

O alcance das metas programadas é função direta do fluxo de liberação de recursos ao longo do ano e do cumprimento das metas físicas das ações de investimento.

A seguir, estão relacionados os desempenhos de cada um dos sistemas operados pela CBTU:

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

QUADRO A.2.2.1.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS – STU-RECIFE

| | LINHA CENTRO/SUL | LINHA DIESEL | TOTAL |
|--------------------------------|---------------------|-----------------|-------|
| EXTENSÃO DA VIA (km) | 37,8 | 31 | 68,8 |
| Eletrificada | 37,8 | - | 37,8 |
| Não eletrificada | - | 31 | 31 |
| Bitola métrica - 1,00 m | - | 31 | 31 |
| Bitola larga - 1,60 m | 37,8 | - | 37,8 |
| Nº DE ESTAÇÕES | 28 | 7 | 35 |
| Nº DE OFICINAS | 1 | 2 | 3 |
| TUE EXISTENTES | 25 | - | 25 |
| LOCOMOTIVAS EXISTENTES | - | 4 | 4 |
| CARROS EXISTENTES | - | 34 | 34 |
| INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.) | 5,5 | 60 | - |
| INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.) | 10 | 65 | - |
| TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.) | 26 | 54 | - |
| EFETIVO DE PESSOAL - PCS | - | - | 1.371 |
| MUNICÍPIOS ATENDIDOS | 4 | 3 | 4(2)* |

(*) 3 municípios são comuns às duas linhas. Não estão computados os municípios atendidos pela integração.

Fonte: GEPL/GAPLO/DP

DESEMPENHO

A Superintendência de Trens Urbanos de Recife (STU-REC), no ano de 2010, transportou 68,122 milhões de passageiros, apresentando uma elevação de 13,78% em relação ao ano de 2009. Cabe ressaltar que esse resultado foi considerado um recorde histórico de demanda, refletindo a conclusão da expansão da linha Sul, ocorrida no final de março de 2009.

A receita operacional arrecadada foi superior em 19,29% à de 2009, em função do aumento da demanda de passageiros e também do reajuste da tarifa no início do ano passado.

Em 2010, ainda que com o aumento dos custos operacionais, o incremento da receita contribuiu para a elevação da taxa de cobertura, que ficou 1 ponto percentual acima da apurada em 2009.

Foram programadas 137.145 viagens na Linha elétrica, sendo 133.393 realizadas integralmente e 122.255 viagens no horário, resultando em um índice de regularidade de 97,5% e em uma pontualidade de 92,1%.

QUADRO A.2.2.1.2 – RESULTADOS STU-RECIFE

| CONCEITO | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | 2009 | 2010 |
|----------------------|---------------------------------------|--------------------|---------|---------|
| EFICÁCIA | PASSAGEIROS TRANSPORTADOS | mil | 59.870 | 68.122 |
| | MÉDIA DE PASSAG. TRANSP./DIA ÚTIL | mil | 194,0 | 219.808 |
| | LOCOMOTIVA EM TRÁFEGO - diesel | Unidade | 2 | 2 |
| | TUE EM TRÁFEGO | Unidade | 14 | 17 |
| | RECEITA OPERACIONAL | R\$mil | 34.649 | 41.332 |
| | CUSTO TOTAL | R\$mil | 149.592 | 172.857 |
| EFICIÊNCIA | CUSTO UNITÁRIO | R\$ | 2,51 | 2,53 |
| ECONOMICIDADE | TAXA DE COBERTURA PLENA | % | 23,5 | 24,3 |
| | TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL | % | 50,4 | 57,4 |
| QUALIDADE | PONTUALIDADE - Linha Elétrica | % | 89,7 | 91,7 |
| | REGULARIDADE - Linha Elétrica | % | 94,5 | 97,3 |
| | SEGURANÇA DO USUÁRIO - Linha Elétrica | acid./milhão pass. | 2,8 | 2,4 |
| | TARIFA EM DEZEMBRO | R\$ | 1,40 | 1,40 |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias.

QUADRO A.2.2.1.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL – RECIFE (Fonte: GEPL/GAPLO/DP)

| SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---------|--------------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|----------------------------|-----------------------|-------|
| INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| INDICADORES | | 2 0 0 9 | | | 2 0 1 0 | | | | | | | | | | | | | VARIÇÃO (%) 2010 / 2009 | | |
| | | MÉDIA | | DEZ | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL | MÉDIA | MÉDIA JAN a DEZ | DEZ |
| | | ANO | JAN a DEZ | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EFICÁCIA | Passageiros transportados (mil) | 4.989 | 4.989 | 5.695 | 5.173 | 5.022 | 5.948 | 5.545 | 5.916 | 5.614 | 5.883 | 5.199 | 5.612 | 6.066 | 5.922 | 6.223 | 68.122 | 5.677 | 13,8 | 4,0 |
| | Passageiros por dia útil (mil) | 194,0 | 194,0 | 211,8 | 187,2 | 208,8 | 215,8 | 219,5 | 220,4 | 227,0 | 217,9 | 226,6 | 222,4 | 230,4 | 231,3 | 230,2 | - | 219,8 | 13,3 | 9,2 |
| | Receita operacional (R\$ mil) | 2.887 | 2.887 | 3.778 | 3.839 | 3.163 | 3.513 | 3.213 | 3.475 | 3.371 | 3.520 | 1.353 | 4.944 | 3.553 | 3.406 | 3.983 | 41.333 | 3.444 | 19,3 | -9,8 |
| | Receita não operacional (R\$ mil) | 70 | 70 | 51 | 54 | 78 | 50 | 362 | 111 | 42 | 73 | 79 | 53 | 58 | 77 | 68 | 1.105 | 92 | 31,3 | 49,6 |
| | Receita Total (R\$ mil) | 2.958 | 2.958 | 3.829 | 3.893 | 3.240 | 3.564 | 3.575 | 3.586 | 3.413 | 3.593 | 1.433 | 4.997 | 3.611 | 3.482 | 4.051 | 42.438 | 3.536 | 19,6 | -9,1 |
| Custo total (R\$ mil) | | 12.466 | 12.466 | 17.250 | 10.952 | 11.633 | 13.185 | 13.842 | 14.336 | 14.355 | 14.664 | 15.215 | 14.973 | 14.450 | 14.450 | 20.802 | 172.858 | 14.405 | 15,6 | -16,2 |
| EFICIÊNCIA | Custo Unitário (R\$) | 2,52 | 2,52 | 3,03 | 2,12 | 2,32 | 2,22 | 2,50 | 2,42 | 2,56 | 2,49 | 2,93 | 2,67 | 2,38 | 2,44 | 3,34 | - | 2,53 | 0,6 | -19,4 |
| | Tarifa Efetiva Média (R\$) | 0,58 | 0,58 | 0,66 | 0,74 | 0,63 | 0,59 | 0,58 | 0,59 | 0,60 | 0,60 | 0,26 | 0,88 | 0,59 | 0,58 | 0,64 | - | 0,61 | 4,6 | -13,3 |
| | Produtividade Energia Elétrica (km / mil kWh) | 40 | 40 | 40 | 38 | 42 | 45 | 44 | 42 | 40 | 45 | 39 | 43 | 48 | 44 | 51 | - | 43 | 7,1 | 8,7 |
| | Produtividade Diesel (km / mil litros) | 504 | 504 | 509 | 524 | 457 | 462 | 517 | 453 | 449 | 493 | 555 | 450 | 401 | 404 | 799 | - | 495 | -1,7 | -20,5 |
| ECONOMIA CIDADE | Taxa de Cobertura Plena (%) | 23,5 | 23,5 | 22,1 | 35,5 | 27,8 | 27,0 | 23,5 | 24,7 | 23,9 | 24,3 | 9,2 | 33,4 | 24,9 | 24,1 | 19,4 | - | 24,3 | 3,3 | 8,9 |
| QUALIDADE | Regularidade - Linha Elétrica (%) | 94,5 | 94,5 | 98,1 | 97,0 | 98,2 | 98,0 | 98,9 | 97,5 | 95,8 | 97,2 | 97,8 | 97,7 | 96,7 | 97,2 | 95,5 | - | 97,3 | 2,9 | -0,9 |
| | Pontualidade - Linha Elétrica (%) | 89,7 | 89,7 | 92,3 | 91,0 | 93,1 | 92,5 | 92,6 | 90,1 | 88,5 | 90,7 | 92,0 | 90,2 | 92,0 | 92,9 | 93,8 | - | 91,7 | 2,2 | 0,7 |

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

QUADRO A.2.2.2.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS – STU-BELO HORIZONTE

| | |
|--------------------------------|------|
| EXTENSÃO DA VIA (km) | 28,2 |
| Eletrificada | 28,2 |
| Bitola larga - 1,60 m | 28,2 |
| Nº DE ESTAÇÕES | 19 |
| Nº DE OFICINAS | 1 |
| TUE EXISTENTES | 25 |
| INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.) | 5,5 |
| INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.) | 12 |
| TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.) | 31,1 |
| EFETIVO DE PESSOAL - PCS | 721 |
| MUNICÍPIOS ATENDIDOS | 2 |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Sistema de Belo Horizonte transportou, em 2010, 50,555 milhões de passageiros, apresentando uma elevação de 15,34% ao realizado em 2009. Média de passageiros transportados por dia útil registrou a marca de 170,45 mil, superior em 12,43% quando comparada com o ano de 2009, mantendo a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores. A redução dos intervalos entre as composições (com a implantação de uma nova grade horária no segundo semestre de 2008) e o funcionamento dos terminais de integração, com várias linhas de ônibus conectadas ao sistema, vêm repercutindo nesse resultado.

A receita operacional atingiu o montante de 72,7 milhões, 19,37% acima da realizada no ano de 2009, função da elevação da demanda naquele período.

QUADRO A.2.2.2.2 – RESULTADOS SISTEMA DE BELO HORIZONTE

| CONCEITO | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | 2009 | 2010 |
|---------------|-----------------------------------|--------------|--------|---------|
| EFICÁCIA | PASSEIROS TRANSPORTADOS | mil | 43.830 | 50.555 |
| | MÉDIA DE PASSAG. TRANSP./DIA ÚTIL | mil | 152 | 170 |
| | RECEITA OPERACIONAL | R\$mil | 60.968 | 72.705 |
| | TUE EM TRAFEGO | Unidade | 21 | 21 |
| EFICIÊNCIA | CUSTO TOTAL | R\$mil | 96.930 | 115.561 |
| | CUSTO UNITÁRIO | R\$ | 2,21 | 2,29 |
| ECONOMICIDADE | TAXA DE COBERTURA PLENA | % | 64,4 | 64,3 |
| | TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL | % | 125,8 | 131,5 |
| QUALIDADE | PONTUALIDADE | % | 99,1 | 98,8 |
| | REGULARIDADE | % | 97,1 | 99,1 |
| | SEGURANÇA DO USUÁRIO | acid./milhão | 3,5 | 3,1 |
| | TARIFA EM DEZEMBRO | R\$ | 1,80 | 1,80 |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias

QUADRO A.2.2.2.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL – BELO HORIZONTE (Fonte: GEPL/GEPL/DP)

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

| INDICADORES | | 2 0 0 9 | | | 2 0 1 0 | | | | | | | | | | | | | | VARIÇÃO (%) 2010 / 2009 | |
|-----------------------|--|---------|--------------|-------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|--------|--------|---------|-------|----------------------------|-------|
| | | MÉDIA | | DEZ | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL | MÉDIA | MÉDIA JAN a DEZ | DEZ |
| | | ANO | JAN a DEZ | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EFICIÊNCIA | Passageiros transportados (mil) | 3.653 | 3.653 | 3.918 | 3.265 | 3.485 | 4.462 | 4.031 | 4.347 | 4.192 | 4.165 | 4.589 | 4.494 | 4.452 | 4.538 | 4.537 | 50.556 | 4.213 | 15,3 | 15,8 |
| | Passageiros por dia útil (mil) | 151,6 | 151,6 | 156,9 | 137,3 | 156,7 | 168,6 | 169,1 | 170,4 | 173,7 | 160,4 | 177,9 | 183,7 | 182,3 | 187,9 | 177,5 | - | 170,4 | 12,4 | 19,7 |
| | Receita operacional (R\$ mil) | 5.081 | 5.081 | 5.365 | 5.157 | 4.726 | 6.218 | 6.188 | 6.111 | 5.328 | 4.707 | 5.644 | 4.919 | 5.550 | 9.179 | 8.978 | 72.706 | 6.059 | 19,3 | 71,1 |
| | Receita não operacional (R\$ mil) | 465 | 465 | 253 | 230 | 167 | 404 | (68) | 166 | 154 | 176 | 184 | 214 | 209 | 203 | 222 | 2.260 | 188 | -59,5 | -19,6 |
| | Receita Total (R\$ mil) | 5.546 | 5.546 | 5.618 | 5.388 | 4.894 | 6.622 | 6.120 | 6.277 | 5.482 | 4.883 | 5.828 | 5.133 | 5.759 | 9.383 | 9.200 | 74.966 | 6.247 | 12,6 | 67,0 |
| Custo total (R\$ mil) | | 8.078 | 8.078 | 9.545 | 8.533 | 8.202 | 8.497 | 9.067 | 9.703 | 9.662 | 10.070 | 9.849 | 9.889 | 9.937 | 11.823 | 10.328 | 115.562 | 9.630 | 19,2 | 23,9 |
| EFICIÊNCIA | Custo Unitário (R\$) | 2,21 | 2,21 | 2,44 | 2,61 | 2,35 | 1,90 | 2,25 | 2,23 | 2,30 | 2,42 | 2,15 | 2,20 | 2,23 | 2,61 | 2,28 | - | 2,29 | 3,4 | 7,0 |
| | Tarifa Efetiva Média (R\$) | 1,39 | 1,39 | 1,37 | 1,58 | 1,36 | 1,39 | 1,54 | 1,41 | 1,27 | 1,13 | 1,23 | 1,09 | 1,25 | 2,02 | 1,98 | - | 1,44 | 3,4 | 47,7 |
| | Produtividade Energia Elétrica (km / mil kWh) | 59 | 59 | 62 | 56 | 59 | 64 | 58 | 57 | 59 | 57 | 56 | 58 | 57 | 56 | 60 | - | 58 | -1,5 | -8,6 |
| ECONOMIA CIDADE | Taxa de Cobertura Plena (%) | 64,4 | 64,4 | 57,3 | 61,9 | 58,7 | 74,4 | 69,3 | 64,1 | 56,3 | 48,1 | 58,7 | 51,4 | 57,3 | 79,1 | 88,8 | - | 64,3 | -0,2 | 38,1 |
| QUALIDADE | Regularidade (%) | 97,1 | 97,1 | 99,3 | 95,7 | 99,7 | 99,6 | 99,5 | 99,4 | 98,8 | 99,7 | 99,1 | 99,4 | 99,4 | 99,5 | 99,7 | - | 99,1 | 2,1 | 0,2 |
| | Pontualidade (%) | 99,1 | 99,1 | 99,0 | 99,6 | 98,8 | 99,5 | 99,3 | 98,3 | 97,9 | 98,9 | 98,6 | 98,2 | 99,0 | 98,4 | 98,6 | - | 98,8 | -0,4 | -0,6 |

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL
QUADRO A.2.2.3.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS – STU-NATAL

| | LINHA NORTE | LINHA SUL | TOTAL |
|--|--------------------|------------------|--------------|
| EXTENSÃO DA VIA (km) | 38,5 | 17,7 | 56,2 |
| Não eletrificada | 38,5 | 17,7 | 56,2 |
| Bitola métrica - 1,00 m | 38,5 | 17,7 | 56,2 |
| Nº DE ESTAÇÕES | 13 | 9 | 22 |
| Nº DE OFICINAS | - | - | 1 |
| LOCOMOTIVAS EXISTENTES | - | - | 4 |
| CARROS EXISTENTES | - | - | 20 |
| INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.) | 150 | 95 | - |
| INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.) | 230 | 230 | - |
| TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.) | 65 | 37 | - |
| EFETIVO DE PESSOAL (PCS) | - | - | 113 |
| MUNICÍPIOS ATENDIDOS (* o município de Natal é comum às duas linhas) | 3 | 2 | 4* |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Superintendência de Trens Urbanos de Natal transportou em 2010, 2,25 milhões de passageiros, 8,0% apresentando uma elevação de 5,6% em 2009. A média de passageiros transportados por dia útil foi de 8.182 passageiros, apresentando uma alta de 2,6% em relação à apurada em 2009.

A receita operacional em 2010 foi de R\$1.075 mil, superior em 5,7% à auferida em 2009, variando de forma compatível com a demanda de passageiros. Com o aumento da receita, a taxa de cobertura diminuiu em 1,1 ponto percentual em relação a 2009.

QUADRO A.2.2.3.2 – RESULTADOS SISTEMA DE NATAL

| CONCEITO | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | 2009 | 2010 |
|----------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------|-------------|
| EFICÁCIA | PASSAGEIROS TRANSPORTADOS | mil | 2.134 | 2.250 |
| | MÉDIA DE PASSAG. TRANSP./DIA ÚTIL | mil | 8,0 | 8,2 |
| | LOCOMOTIVAS EM TRÁFEGO | Unidade | 2,0 | 2,0 |
| | RECEITA OPERACIONAL | R\$mil | 1.017 | 1.075 |
| | CUSTO TOTAL | R\$mil | 11.515 | 14.013 |
| EFICIÊNCIA | CUSTO UNITÁRIO | R\$ | 5,40 | 6,23 |
| ECONOMICIDADE | TAXA DE COBERTURA PLENA | % | 9,0 | 7,9 |
| | TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL | % | 15,5 | 14,5 |
| QUALIDADE | PONTUALIDADE | % | 78,5 | 83,7 |
| | REGULARIDADE | % | 93,6 | 97,2 |
| | SEGURANÇA DO USUÁRIO | acid./milhão pass. | 0,5 | 1,8 |
| | TARIFA EM DEZEMBRO | R\$ | 0,50 | 0,50 |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias.

QUADRO A.2.2.3.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL – NATAL (Fonte: GEPL/GEPL/DP)

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

| INDICADORES | | 2 0 0 9 | | | 2 0 1 0 | | | | | | | | | | | | | | VARIACÃO (%) 2010 / 2009 | |
|-----------------------|---|---------|--------------|-------|---------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|-------|-----------------------------|-------|
| | | MÉDIA | | DEZ | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL | MÉDIA | MÉDIA JAN a DEZ | DEZ |
| | | ANO | JAN a DEZ | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EFICÁCIA | Passageiros transportados (mil) | 178 | 178 | 189 | 149 | 167 | 213 | 178 | 197 | 185 | 189 | 200 | 197 | 192 | 180 | 203 | 2.250 | 188 | 5,5 | -4,4 |
| | Passageiros por dia útil (mil) | 8,0 | 8,0 | 8,1 | 6,8 | 8,1 | 8,4 | 8,1 | 8,3 | 8,3 | 8,3 | 8,3 | 8,7 | 8,4 | 8,2 | 8,2 | - | 8,2 | 2,7 | 0,8 |
| | Receita operacional (R\$ mil) | 84,8 | 84,8 | 89,9 | 71,4 | 80,0 | 102,2 | 87,3 | 94,1 | 87,6 | 90,2 | 95,5 | 93,9 | 91,1 | 86,0 | 96,2 | 1.075,3 | 89,6 | 5,7 | -4,4 |
| | Receita não operacional (R\$ mil) | 3,1 | 3,1 | 0,9 | 3,3 | 1,9 | 2,4 | (1,1) | 4,9 | 15,4 | 7,4 | (0,6) | (1,1) | 3,6 | 1,3 | 3,4 | 40,6 | 3,4 | 7,8 | 40,7 |
| | Receita Total (R\$ mil) | 87,9 | 87,9 | 90,8 | 74,7 | 81,9 | 104,5 | 86,1 | 99,0 | 103,1 | 97,5 | 94,9 | 92,8 | 94,7 | 87,2 | 99,6 | 1.115,9 | 93,0 | 5,8 | -4,0 |
| Custo total (R\$ mil) | | 960 | 960 | 1.081 | 824 | 819 | 1.035 | 1.132 | 1.082 | 1.192 | 1.061 | 1.135 | 1.174 | 1.079 | 1.414 | 2.067 | 14.014 | 1.168 | 21,7 | 30,8 |
| EFICIÊNCIA | Custo Unitário (R\$) | 5,40 | 5,40 | 5,73 | 5,53 | 4,91 | 4,85 | 6,35 | 5,50 | 6,45 | 5,62 | 5,66 | 5,95 | 5,62 | 7,84 | 10,20 | - | 6,23 | 15,4 | 36,9 |
| | Tarifa Efetiva Média (R\$) | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,49 | 0,48 | 0,47 | 0,48 | 0,48 | 0,48 | 0,47 | 0,48 | 0,47 | - | 0,48 | 0,2 | 0,0 |
| | Produtividade Diesel (km / mil litros) | 443 | 443 | 412 | 401 | 417 | 477 | 402 | 370 | 397 | 401 | 394 | 387 | 387 | 479 | 373 | - | 404 | -8,8 | 16,3 |
| ECONOMIA- CIDADE | Taxa de Cobertura Plena (%) | 9,0 | 9,0 | 8,4 | 8,8 | 9,9 | 10,0 | 7,8 | 9,0 | 8,6 | 9,1 | 8,7 | 8,0 | 8,7 | 6,1 | 4,8 | - | 7,9 | -11,8 | -27,4 |
| QUALIDADE | Regularidade (%) | 93,6 | 93,6 | 98,5 | 97,4 | 98,8 | 98,1 | 94,5 | 97,9 | 93,0 | 98,7 | 95,3 | 98,6 | 98,4 | 97,6 | 98,0 | - | 97,2 | 3,8 | -1,0 |
| | Pontualidade (%) | 78,5 | 78,5 | 86,1 | 88,9 | 93,6 | 88,7 | 86,2 | 88,9 | 62,2 | 73,6 | 86,3 | 91,0 | 86,9 | 76,1 | 83,0 | - | 83,7 | 6,6 | -11,6 |

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA
QUADRO A.2.2.4.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS – STU-JOÃO PESSOA

| | |
|--------------------------------|----|
| EXTENSÃO DA VIA (km) | 30 |
| Não eletrificada | 30 |
| Bitola métrica - 1,00 m | 30 |
| Nº DE ESTAÇÕES | 12 |
| Nº DE OFICINAS | 1 |
| LOCOMOTIVAS EXISTENTES | 4 |
| CARROS EXISTENTES | 24 |
| INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.) | 62 |
| INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.) | 93 |
| TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.) | 50 |
| EFETIVO DE PESSOAL - PCS | 89 |
| MINICÍPIOS ATENDIDOS | 4 |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa transportou, em 2010, 2.809 mil passageiros, diminuindo 2,8% em comparação ao realizado em 2009, gerando uma receita operacional de R\$1.311 mil. Essa redução é atribuída aos atrasos e cancelamentos de viagens, decorrentes de falhas no material rodante e no sistema operacional, além da persistência de várias precauções na via permanente.

QUADRO A.2.2.4.2 – RESULTADOS SISTEMA DE JOÃO PESSOA

| CONCEITO | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | 2009 | 2010 |
|---------------|---------------------------------|--------------------|--------|--------|
| EFICÁCIA | PASSAGEIROS TRANSPORTADOS | mil | 2.890 | 2.809 |
| | MÉDIA DE PASS. TRANSP./DIA ÚTIL | mil | 10,2 | 10,0 |
| | LOCOMOTIVAS EM TRÁFEGO | Unidade | 2 | 2 |
| | RECEITA OPERACIONAL | R\$mil | 1.348 | 1.311 |
| | CUSTO TOTAL | R\$mil | 11.134 | 14.599 |
| EFICIÊNCIA | CUSTO UNITÁRIO | R\$ | 3,85 | 5,20 |
| ECONOMICIDADE | TAXA DE COBERTURA PLENA | % | 12,4 | 9,30 |
| | TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL | % | 19,9 | 14,8 |
| QUALIDADE | PONTUALIDADE | % | 61,8 | 75,9 |
| | REGULARIDADE | % | 93,0 | 96,6 |
| | SEGURANÇA DO USUÁRIO | acid./milhão pass. | 0,7 | 0,4 |
| | TARIFA EM DEZEMBRO | R\$ | 0,50 | 0,50 |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias

QUADRO A.2.2.4.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL – JOÃO PESSOA (Fonte: GEPL/GEPL/DP)

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

| INDICADORES | | 2 0 0 9 | | | 2 0 1 0 | | | | | | | | | | | | | | VARIACÃO (%) 2010 / 2009 | |
|-----------------------|---|---------|--------------|-------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|-------|-----------------------------|-------|
| | | MÉDIA | | DEZ | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL | MÉDIA | MÉDIA JAN a DEZ | DEZ |
| | | ANO | JAN a DEZ | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EFICÁCIA | Passageiros transportados (mil) | 241 | 241 | 241 | 253 | 225 | 240 | 218 | 240 | 213 | 236 | 236 | 249 | 244 | 237 | 218 | 2.809 | 234 | -2,8 | -1,9 |
| | Passageiros por dia útil (mil) | 10,2 | 10,2 | 10,4 | 11,3 | 10,4 | 9,5 | 9,6 | 10,1 | 9,5 | 9,5 | 9,8 | 10,5 | 10,6 | 10,2 | 9,2 | - | 10,0 | -1,6 | -2,5 |
| | Receita operacional (R\$ mil) | 112,3 | 112,3 | 112,2 | 119,0 | 106,1 | 112,8 | 102,0 | 113,5 | 99,1 | 110,0 | 110,0 | 115,5 | 113,1 | 110,0 | 100,5 | 1.311,5 | 109,3 | -2,7 | -2,0 |
| | Receita não operacional (R\$ mil) | 3,2 | 3,2 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 39,3 | 1,8 | 0,3 | 5,2 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 48,7 | 4,1 | 27,2 | 19,1 |
| | Receita Total (R\$ mil) | 115,5 | 115,5 | 112,4 | 119,3 | 106,4 | 113,1 | 102,3 | 113,8 | 138,5 | 111,8 | 110,3 | 120,7 | 113,4 | 110,2 | 100,7 | 1.360,3 | 113,4 | -1,9 | -2,0 |
| Custo total (R\$ mil) | | 928 | 928 | 987 | 1.349 | 1.065 | 948 | 1.883 | 1.055 | 1.043 | 1.081 | 1.181 | 1.155 | 1.146 | 1.315 | 1.379 | 14.600 | 1.217 | 31,2 | 33,2 |
| EFICIÊNCIA | Custo Unitário (R\$) | 3,85 | 3,85 | 4,09 | 5,32 | 4,73 | 3,95 | 8,65 | 4,40 | 4,90 | 4,57 | 5,00 | 4,64 | 4,69 | 5,56 | 6,34 | - | 5,20 | 34,9 | 35,8 |
| | Tarifa Efetiva Média (R\$) | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,46 | 0,46 | 0,46 | 0,46 | - | 0,47 | 0,1 | -0,1 |
| | Produtividade Diesel (km / mil litros) | 421 | 421 | 405 | 418 | 438 | 411 | 415 | 436 | 399 | 408 | 415 | 424 | 436 | 427 | 440 | - | 422 | 0,2 | 5,5 |
| ECONOMIA CIDADE | Taxa de Cobertura Plena (%) | 12,4 | 12,4 | 11,4 | 8,8 | 10,0 | 11,9 | 5,4 | 10,8 | 13,3 | 10,3 | 9,3 | 10,0 | 9,9 | 8,4 | 7,3 | - | 9,3 | -25,4 | -26,4 |
| QUALIDADE | Regularidade (%) | 93,0 | 93,0 | 95,8 | 97,4 | 99,7 | 93,6 | 96,9 | 99,1 | 95,6 | 95,7 | 94,4 | 98,5 | 97,9 | 97,0 | 93,9 | - | 96,6 | 4,0 | 1,3 |
| | Pontualidade (%) | 61,8 | 61,8 | 69,4 | 77,9 | 53,5 | 76,4 | 83,8 | 89,3 | 73,8 | 65,0 | 65,8 | 79,8 | 79,1 | 82,9 | 82,8 | - | 75,9 | 22,8 | 19,5 |

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

QUADRO A.2.2.5.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS – STU-MACEIÓ

| | |
|--------------------------------|------|
| EXTENSÃO DA VIA (km) | 32,1 |
| Não eletrificada | 32,1 |
| Bitola métrica – 1,00 m | 32,1 |
| Nº DE ESTAÇÕES | 15 |
| Nº DE OFICINAS | 1 |
| LOCOMOTIVAS EXISTENTES | 3 |
| CARROS EXISTENTES | 9 |
| INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.) | 60 |
| INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.) | 195 |
| TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.) | 90 |
| EFETIVO DE PESSOAL - PCS | 119 |
| MUNICÍPIOS ATENDIDOS | 3 |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

A STU-MAC, em 2010, transportou 1.265 mil passageiros, registrando uma queda de 29,5% em relação ao resultado de 2009, com uma média de 4,6 mil passageiros por dia útil, 29,2% menor quando comparada com o ano anterior, esta redução justificam-se pelas fortes chuvas, no período de 17 a 29 de junho, onde parte da ferrovia foi destruída, A receita operacional foi de R\$595,50 mil, reduzindo 28,64% na comparação com ano anterior, acompanhando a redução da demanda.

QUADRO A.2.2.5.2 – RESULTADOS SISTEMA DE MACEIÓ

| CONCEITO | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | 2009 | 2010 |
|----------------------|---------------------------------|--------------------|--------|--------|
| EFICÁCIA | PASSAGEIROS TRANSPORTADOS | mil | 1.795 | 1.265 |
| | MÉDIA DE PASS. TRANSP./DIA ÚTIL | mil | 6,6 | 4,6 |
| | LOCOMOTIVAS EM TRÁFEGO | Unidade | 2 | 1 |
| | RECEITA OPERACIONAL | R\$mil | 834,6 | 595,50 |
| EFICIÊNCIA | CUSTO TOTAL | R\$mil | 14.754 | 19.419 |
| | CUSTO UNITÁRIO | R\$ | 8,22 | 15,34 |
| ECONOMICIDADE | TAXA DE COBERTURA PLENA | % | 5,8 | 3,1 |
| | TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL | % | 10,5 | 5,2 |
| QUALIDADE | PONTUALIDADE | % | 78,7 | 75,0 |
| | REGULARIDADE | % | 93,7 | 85,7 |
| | SEGURANÇA DO USUÁRIO | acid./milhão pass. | 1,7 | 3,2 |
| | TARIFA EM DEZEMBRO | R\$ | 0,50 | 0,50 |

Fonte: GEPL/GEPL/DP

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias.

QUADRO A.2.2.5.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL – MACEIÓ (Fonte: GEPL/GEPL/DP)

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

| INDICADORES | | 2 0 0 9 | | | 2 0 1 0 | | | | | | | | | | | | | | VARIÇÃO (%) 2010 / 2009 | |
|-----------------------|---|---------|--------------|-------|---------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|----------------------------|-------|
| | | MÉDIA | | DEZ | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL | MÉDIA | MÉDIA JAN a DEZ | DEZ |
| | | ANO | JAN a DEZ | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EFICÁCIA | Passageiros transportados (mil) | 150 | 150 | 163 | 150 | 128 | 162 | 147 | 151 | 100 | 85 | 69 | 53 | 77 | 66 | 78 | 1.266 | 105 | -29,5 | -59,3 |
| | Passageiros por dia útil (mil) | 6,6 | 6,6 | 7,1 | 6,7 | 6,4 | 6,5 | 6,7 | 6,6 | 4,6 | 3,2 | 2,9 | 2,4 | 3,4 | 3,0 | 3,1 | - | 4,6 | -29,5 | -58,1 |
| | Receita operacional (R\$ mil) | 69,5 | 69,5 | 72,0 | 74,1 | 59,9 | 75,8 | 68,8 | 70,4 | 46,6 | 39,7 | 32,1 | 25,0 | 35,9 | 31,0 | 36,3 | 595,5 | 49,6 | -28,6 | -57,0 |
| | Receita não operacional (R\$ mil) | 3,3 | 3,3 | 1,4 | 0,9 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 0,0 | 1,9 | 1,9 | 1,0 | 1,1 | 1,0 | 1,1 | 1,4 | 14,0 | 1,2 | -64,4 | -23,1 |
| | Receita Total (R\$ mil) | 72,8 | 72,8 | 73,4 | 75,0 | 61,1 | 77,0 | 70,0 | 70,4 | 48,5 | 41,6 | 33,1 | 26,1 | 36,9 | 32,1 | 37,7 | 609,5 | 50,8 | -30,2 | -56,3 |
| Custo total (R\$ mil) | | 1.230 | 1.230 | 1.213 | 1.342 | 969 | 1.547 | 1.446 | 1.752 | 1.596 | 1.826 | 1.754 | 1.539 | 1.574 | 1.901 | 2.174 | 19.420 | 1.618 | 31,6 | 56,7 |
| EFICIÊNCIA | Custo Unitário (R\$) | 8,22 | 8,22 | 7,44 | 8,96 | 7,56 | 9,53 | 9,83 | 11,62 | 15,99 | 21,51 | 25,55 | 28,81 | 20,47 | 28,66 | 28,01 | - | 15,34 | 86,7 | 285,2 |
| | Tarifa Efetiva Média (R\$) | 0,46 | 0,46 | 0,44 | 0,49 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | 0,47 | - | 0,47 | 1,2 | 5,7 |
| | Produtividade Diesel (km / mil litros) | 472 | 472 | 490 | 489 | 513 | 494 | 505 | 675 | 617 | 768 | 565 | 535 | 559 | 583 | 465 | - | 554 | 17,5 | 18,8 |
| ECONOMIA- CIDADE | Taxa de Cobertura Plena (%) | 5,8 | 5,8 | 6,0 | 5,6 | 6,3 | 5,0 | 4,8 | 4,0 | 3,0 | 2,3 | 1,9 | 1,7 | 2,4 | 1,7 | 1,7 | - | 3,1 | -46,1 | -72,2 |
| QUALIDADE | Regularidade (%) | 93,7 | 93,7 | 95,9 | 95,5 | 94,6 | 96,2 | 94,8 | 84,3 | 58,4 | 92,0 | 100,0 | 69,6 | 89,8 | 87,6 | 93,2 | - | 85,7 | -8,6 | -8,6 |
| | Pontualidade (%) | 78,7 | 78,7 | 63,1 | 78,9 | 74,8 | 69,8 | 76,7 | 79,8 | 78,4 | 83,0 | 73,3 | 71,5 | 76,6 | 75,0 | 53,4 | - | 75,0 | -4,6 | 18,9 |

GLOSSÁRIO

CUSTO DA PRODUÇÃO (R\$)

Corresponde à soma dos custos com administração, manutenção e operação do sistema (materiais, serviços, diárias, passagens e despesas com locomoção, sentenças judiciais cíveis, pensões, indenizações e restituições e as obrigações tributárias e contributivas – COFINS, PASEP, CPMF, impostos, taxas etc.). Não inclui os custos com pessoal e encargos e benefícios (assistência ao trabalhador e REFER).

CUSTO DE PESSOAL (R\$)

Corresponde à soma dos custos com pessoal e encargos, benefícios (assistência ao trabalhador e REFER) e sentenças trabalhistas.

CUSTO OPERACIONAL (R\$)

Corresponde à soma dos custos de pessoal com os custos da produção.

EMPREGADOS EFETIVOS

Quantitativo de empregados enquadrados no Plano de Cargos e Salários da Companhia.

EMPREGADOS CONTRATADOS PARA CARGO DE CONFIANÇA

Profissionais contratados para o exercício de cargo de confiança.

FORÇA DE TRABALHO

É a soma dos empregados efetivos com os empregados contratados para cargo de confiança, os requisitados de outras empresas/órgãos, menos os cedidos a outros órgãos, os afastados e os licenciados.

MÉDIA DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR DIA ÚTIL (TÍPICO)

Passageiros transportados nos dias úteis típicos do mês (2ª a 6ª feira, excluindo-se os feriados e os dias com demandas atípicas), dividido pelo número de dias considerados.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

Passageiros pagantes ou não que efetivamente ingressaram no sistema. Não considerar valores estimados de evasão.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NOS DIAS ÚTEIS (TÍPICOS)

Passageiros transportados somente nos dias úteis típicos do mês. Não considerar sábados, domingos, feriados e dias úteis atípicos que sofreram a interferência de fenômenos aleatórios, como problemas técnicos ou operacionais no sistema, fatores climáticos, movimentos grevistas, etc.

QUILOMETRAGEM PERCORRIDA (km)

Quilometragem percorrida pela frota, nas viagens realizadas em operação comercial. Nos casos em que a composição seja formada por TUE acoplados, considerar a quilometragem percorrida pela composição. Não considerar trechos de manobras, deslocamentos para a manutenção e viagens de inspeção.

RECEITA OPERACIONAL OU RECEITA DE TRANSPORTES (R\$)

Corresponde à receita proveniente da venda de bilhetes exclusivos e de integração, bem como do vale-transporte, estudante e econômico, contabilizados no mês. (Fonte- Relatório Financeiro).

RECEITA NÃO-OPERACIONAL (R\$)

Corresponde à soma das receitas financeira, patrimonial, venda de sucata e diversas. (Fonte- Relatório Financeiro).

RECEITA PATRIMONIAL (R\$)

Considerar as receitas decorrentes das aplicações do patrimônio da Cia., tais como aluguéis de bens, arrendamentos, etc. (Fonte- Relatório Financeiro).

RECEITA PRÓPRIA (R\$)

Corresponde a soma das receitas operacional e não-operacional. (Fonte- Relatório Financeiro).

VIAGENS COM ATRASO (viagem)

Viagens realizadas com atraso superior a 5 minutos nos sistemas de, Natal, João Pessoa, Maceió, Salvador e Recife Linha Sul e superior a 2 minutos para os sistemas de Recife Linha Centro e Belo Horizonte, medidos na partida das estações terminais.

VIAGENS EXTRAS (viagem)

Viagens realizadas além da programação normal estipulada para o mês.

VIAGENS PROGRAMADAS (viagem)

Viagens programadas para a operação comercial durante o mês.

VIAGENS REALIZADAS (viagem)

Viagens efetivamente realizadas, com partida e chegada do trem com passageiros, na sua origem e destino, respectivamente.

CUSTO UNITÁRIO (R\$)

(custo total/passageiros transportados)

REGULARIDADE (%)

(viagens realizadas/viagens programadas) x 100

PONTUALIDADE (%)

(viagens no horário/viagens realizadas) x 100

TARIFA EFETIVA MÉDIA (R\$)

(receita de transporte/passageiros transportados)

TAXA DE COBERTURA ou TAXA DE COBERTURA PLENA (%)

$[(\text{receita operacional} + \text{receita patrimonial}) / \text{custo operacional}] \times 100$

Obs.: apurada pela área de custos.

TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL (%)

$[(\text{receita operacional} + \text{receita patrimonial}) / \text{custo da produção}] \times 100$

Obs.: apurada pela área de custos.

2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Ação sem meta física.

Esta ação tem como finalidade constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

As principais ações desenvolvidas são:

A Administração Central – CBTU/AC atua na coordenação e gerenciamento das atividades desenvolvidas por suas Superintendências de Trens Urbanos – STU, no desenvolvimento das ações de investimento em Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador, Natal, João Pessoa e Maceió, vinculadas ao Programa de Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, no estudo, avaliação e desenvolvimento de novos projetos, bem como no planejamento e gestão empresarial da Companhia. Dentre as suas principais ações de coordenação, destacam-se:

- Gerenciamento da força de trabalho;
- Coordenação das ações de investimento com recursos da União e financiados pelo BIRD/JBIC nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador;
- Coordenação da execução e gestão das ações sob responsabilidade da CBTU programadas no Plano Plurianual 2008 – 2011 do Governo Federal, incluindo a atualização mensal das informações sobre o seu desempenho no SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento e bimensal no Sistema de Acompanhamentos das Metas Presidenciais, da Casa Civil.
- Contínua atuação junto ao Governo Federal para adequação dos recursos da Companhia, visando à otimização de sua aplicação para melhoria dos sistemas.
- Coordenação do desenvolvimento de novos projetos, convênios e negócios da empresa, coordenando também a captação de recursos externos, acompanhando e realizando a interface de projetos em andamento, visando a implantação, como Representante do Governo Federal, de soluções de transporte urbano de passageiros, propiciando acesso aos direitos constitucionais dos cidadãos, de forma igualitária, e reduzir custos econômicos dos deslocamentos.
- Elaboração da proposta qualitativa e quantitativa das ações da CBTU a serem incluídas pelo Ministério das Cidades no Plano Plurianual 2008-2011 do Governo Federal, cujos dados para 2010 se constituíram na base da Proposta Orçamentária apresentada pela CBTU para 2011.

Gerência Geral Jurídica

A Gerência Geral Jurídica é responsável pela gestão e fiscalização do contrato de prestação de serviços firmado com o escritório Rocha, Calderon e Advogados Associados, que acompanha cerca de 6.540 (seis mil quinhentos e quarenta) ações judiciais em que a CBTU é parte, aí incluídos os processos cíveis, trabalhistas e fiscais.

É composta por quatro Coordenações Técnicas: Advocacia Cível, Advocacia Trabalhista, Advocacia Preventiva e Advocacia de Contratos.

São atribuições da Coordenação Técnica Cível: analisar e supervisionar o acompanhamento das ações judiciais de interesse da Companhia, notadamente as questões relacionadas a pagamento de condenações; elaboração de pareceres jurídicos; e assistência aos demais órgãos da Companhia.

São atribuições da Coordenação Técnica Trabalhista: analisar processos judiciais de interesse da Companhia, notadamente as questões relacionadas a pagamento de condenações, elaboração de pareceres; e assistir à Gerência de Gestão de Recursos Humanos em questões trabalhistas.

Foram emitidos pelas coordenações acima citadas 334 (trezentos e trinta e quatro) Pareceres de Força Executória, elaborados após análise de processos cíveis e trabalhistas com determinação de pagamento das respectivas sentenças, além de 63 (sessenta e três) pareceres de assuntos diversos.

As equipes das duas coordenações, cível e trabalhista, implantaram definitivamente o sistema de gerenciamento de processos judiciais – Sistema Process – melhorando substancialmente o acompanhamento de demandas e controle de pagamentos efetuados em todas as Unidades Administrativas da CBTU

São atribuições da Coordenação Técnica Preventiva: analisar e elaborar de pareceres para pagamento de pensões decorrentes de acidentes ferroviários; reexaminar pareceres antigos sobre a mesma matéria, de modo a propiciar economia nos pagamentos de pensões; secretariar as Assembléias Gerais da Companhia e arquivamento das respectivas atas na Junta Comercial; providenciar procurações junto aos cartórios; e examinar de documentos cadastrais apresentados por licitantes.

O trabalho desenvolvido pela equipe de advocacia preventiva gerou 261 pareceres.

São atribuições da Coordenação de Advocacia de Contratos: examinar e elaborar pareceres de licitação; elaborar minutas de contratos, de convênios e de termos de alterações contratuais; e apoiar as Comissões de licitação.

A Coordenação de Contratos elaborou 217 (duzentos e dezessete) pareceres referentes à garantias contratuais, minutas de contratos, de convênios e de termos de alterações contratuais, bem como 19 (dezenove) minutas de contratos e 05 (cinco) de convênios/acordos.

No exercício de 2010, a Companhia logrou êxito em 39 (trinta e nove) ações judiciais trabalhistas e no âmbito da Gerência Geral Jurídica foram pagos R\$24.541.798,10 relativos às condenações cíveis e R\$18.856.200,09 relativos às ações trabalhistas.

Gerência Geral Recursos Humanos

CONTROLE FUNCIONAL

- Implantação do Plano de Emprego e Salário em 01/04/10, com uma adesão de 98% dos empregados a nível nacional, permitiu a recomposição da estrutura dos salários com as bases de mercado;
- Implantação do Plano de Emprego Comissionado - PEC, que se destina a gestão de funções de confiança e de cargos em comissão, alinhado às exigências da estrutura organizacional;
- Admissão e gestão de 561 empregados anistiados.

FOLHA DE PAGAMENTO

- Implantação do PES 2010 nos sistemas SIGESP/SIAPE;

- Revisão orçamentária de Pessoal/Encargos 2010 para fins de crédito adicional;
- Elaboração de propostas orçamentárias de Pessoal/Encargos para 2011 – Plano de Ação;
- Readequação de cargos nos sistemas SIGESP/SIAPE em função de determinação do MP dos desvios de função;
- Desenvolvimento, junto com GEINF, de sistemas paralelos, tais como: frequência, orçamento e férias;
- Desenvolvimento do SIAPE total;

AÇÕES GERAIS

- Desenvolvimento de metodologia da pesquisa salarial para definição dos critérios de comparação dos valores salariais informados e ajustados das empresas CPTM, Metrô de Brasília, Metrô – RJ, Metrô SP, Supervia e Trensurb;
- Elaboração das tabelas salariais do PES e PEC;
- Desenvolvimento de planilhas para acompanhamento dos impactos financeiros do PES;

DIFICULDADES

- Deficiências operacionais dos sistemas informatizados (tanto por falta de manutenção, quanto pela ausência de adaptações de tecnologias, tornando suas funcionalidades obsoletas) culminaram em diversos problemas na área de Recursos Humanos com perdas significativas de dados cadastrais e financeiros. Tal situação demandou uma ênfase na utilização das funcionalidades do SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos e uma reestruturação da rotina administrativa da área de Recursos Humanos;
- O grande problema que a área vem enfrentando é o funcionamento precário do sistema Sigesp;
- Falta de treinamento do SIAPE tanto na parte financeira quanto cadastral;
- Rescisão do contrato com a TOTV'S responsável pelo sistema de folha de pagamento.

GERÊNCIA TÉCNICA DE PENSÃO POR ACIDENTE FERROVIÁRIO- GEPAF

INDICADORES LEVANTADOS

| DESCRIÇÃO | MAR/2007 | ABR/2010 | NOV/2010 |
|---|----------------------------------|---|--|
| PENSIONISTAS ATIVOS | 2842 | 2784 | 2780 |
| PROCESSOS EXISTENTES (ativo + suspenso) | 3232 | 3338 | 3449 |
| PROCESSOS REVISADOS | 0 | 1857 | 2221 |
| PROCESSO Á REVISAR | 3232 | 1481 | 1228 |
| FOLHA PAGAMENTO ANUAL (INCLUI PENSÃO, PRÓTESES, MANUTENÇÃO, CONSULTAS, MEDICAMENTOS, ETC)... | 31.000 SM R\$11.780.000,00 | Previsto 29.800 SM R\$15.198.000,00 | Realizada 27.223 SM R\$13.883.837,88 |
| PROPJUR'S ANALISADOS (INICIO MAR/2010) | 0 | 61 | 143 |

Fonte: GAREH/DA

Observações: Pensionistas incluídos em folha de Mar/2007 a Abril/2010 – 106
Pensionistas incluídos em folha de Abril a Novembro/2010 – 111

COMENTÁRIOS

- A identificação mensal de óbitos só foi possível após contratação da DATAPREV, para fornecimento da listagem mensal de óbitos - SISOB, após 2007;
- As análises dos PROPJUR's foram criadas para evitar que se pague em liquidação, valores já pagos em folha de pagamento desta GEPAF;
- Há necessidade de intervenções no Sistema Integrado de Pensão por Acidente Ferroviário (SIAPAF), tais como permitir desdobramentos, controle de próteses e manutenções, identificação das pensões vitalícias;
- Identificou-se que 62 pensões ativas estavam sendo pagas com valor superior à determinação judicial;
- Consequência – Corrigiu-se, e o montante pago a maior R\$223.988,73 está sendo descontado mensalmente, no limite, definido pela Área Jurídica, de 30% do valor da pensão;
- Identificou-se que 38 pensões já tinham atingido a data limite ou o pensionista falecido;
- Consequência – Cancelamento das pensões e solicitação de providências a GAJUR para recuperação de R\$74.075,94 de pagamentos feitos a maior.

DIFICULDADES

- Análise dos 1228 processos rotativos à revisar: previsão – Dez/2012;
- Desenvolvimento de um novo sistema – dependente de outra área;
- Continuidade do trabalho no período de mais 2 anos;
- Manutenção do contrato da DATAPREV, a fim de possibilitar exclusão de rotativos em situação de óbito.

GERÊNCIA TÉCNICA DESENVOLVIMENTO DE RH - GEDES

Reunião Técnicas/Seminários

- Realizou-se nas dependências da REFER/RJ, Reunião Técnica entre 30 (trinta) empregados da área de Recursos Humanos de todas as UA's, objetivando a troca de informações sobre as ações de RH de cada Unidade, com vistas a otimizar a comunicação e a padronização de procedimentos administrativos.
- 1º Seminário de Empregados Anistiados pela Lei 8878/94 reuniu cerca de 60 (sessenta) empregados no Auditório da AC para debater temas importantes como a trajetória dos anistiados, proposições, conquistas e expectativas após sua reintegração ao trabalho.

Programa de Estágio e Aluno Aprendiz

- Programa de Estágio – através do contrato celebrado em 2008 entre a CBTU e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, neste ano de 2010 passaram pelo programa cerca de 86 (oitenta e seis) estagiários nas diversas áreas da Companhia. Todos cumprindo a carga horária legal de estágio de seis meses de duração, passíveis de renovação por igual período ou por um ano, conforme o semestre escolar cursado.
- Programa Aprendiz – através do Acordo de Cooperação entre a CBTU e o CAMP- MANGUEIRA – Circulo dos Amigos do Menino Patrulheiro foi realizado, em 19 de maio, treinamento para os 11 supervisores dos aprendizes para facilitar sua integração ao trabalho. Em 2010 passaram pelo

programa cerca de 40 adolescentes nas diversas áreas da Companhia, no período anterior a completar a maior idade.

Ações Voltadas à Implantação do PES

- Análise dos casos especiais de enquadramento como Técnico de Gestão previstos na RPR 0453-10, de aproximadamente 115 empregados da AC.
- Elaboração de matriz profissiográfica realizada através da análise dos perfis de cada cargo, levando-se em conta as competências gerais dos mesmos. A matriz profissiográfica reúne informações administrativas, psicológicas, ambientais e de monitoração biológica dos cargos e torna-se um elemento auxiliar importante na implantação e desenvolvimento de um plano de carreira.

Ações Gerais

- Encontra-se em fase de preparação a abertura de concurso público para a reposição de profissionais de nível médio, médio-técnico e superior, perfazendo um total de 318 vagas que serão distribuídas entre todas as Unidades Administrativas da Companhia;
- A gestão de documentos resultou em levantamento da massa documental na Administração Central perfazendo um total aproximado de 20.000 caixas arquivadas na Empresa de Guarda de Documentos, nos Setores e no Arquivo Central da Companhia.

Este levantamento vem sendo seguido de processo de aquisição de compra de arquivos deslizantes e estantes para essa documentação.

Faz parte dessa gestão o trabalho da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos a fim de gerenciar o ciclo de vida dos documentos e definir o melhor tratamento a ser dado aos mesmos

COORDENAÇÃO TÉCNICA DE SALVADOR – CESAL

Acompanhamento, apoio e participação nas reuniões ocorridas entre as CBTU e CTS – Companhia de Transporte de Salvador, relativas ao Convênio de Continuidade, Obras de Recuperação do Trecho Calçada Paripe e Metrô de Salvador;

Acompanhamento das obras do Metrô e do Subúrbio Ferroviário, conforme regulamentadas no Convênio entre a União, o Estado e o Município de Salvador com interveniência da CBTU e da CTS, e ainda mediante determinações do TCU referente às obras do Metrô SSA;

Representação da CBTU em audiências judiciais;

Participação em seminários com foco no panorama da mobilidade urbana, promovidos pelo Sindicato dos Engenheiros da Bahia (SENGE-BA), pela Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa (ANEAC) e Associação dos Engenheiros Ferroviários do Estado da Bahia (AELB), entre outros;

Reuniões com representantes das Prefeituras de Simões Filho, Alagoinhas, Camaçari interessados na possibilidade do modo sobre trilhos como possibilidade de integrar os sistemas de transportes urbanos de passageiros dos seus municípios;

Acompanhamento de ações cíveis, trabalhistas e administrativas;

Acompanhamento de audiências cíveis para ouvida de testemunha por carta precatória, provenientes do de ações indenizatórias requeridas no Rio de Janeiro;

Recebimento de notificações em ações trabalhistas promovidas por empregados da CTS, ex-empregados da CBTU, requerendo a inclusão no PES, bem como os benefícios do Acordo Coletivo 2009/2010;

Recebimento de notificação de ação trabalhista promovidas pelo SINDIFERRO, representante dos empregados da CTS, ex-empregados da CBTU, questionando a ilegalidade da transferência dos empregados da CBTU para a CTS, além de requerer a inclusão no PES 2010, bem como todos os benefícios concedidos aos empregados da CBTU;

Acompanhamento das atividades processuais do Escritório Associado ao Rocha Calderon, que apresentou relatórios mensais das ações em curso;

Acompanhamento do processo junto ao SECEX/BA, considerando a RPR nº 0132-2007, cabendo o controle e acompanhamento da tramitação do processo junto ao Tribunal de Contas da União, especificamente junto ao SECEX/BA;

Atendimento, cadastramento e Cadastros de pensionistas por acidentes ferroviários;

Intervenções junto ao GEPAF-AC para regularizações de pendências envolvendo os referidos pensionistas;

Atuação como prepostos da CBTU em ações judiciais;

Elaboração do Relatório do Inventário Físico de Bens Patrimoniais do Escritório Regional de Salvador;

Acompanhamento dos processos de seguro de vida e acidentes pessoais dos empregados da extinta STU/SAL/CBTU;

Providências necessárias para o retorno ao serviço para a CTS - Companhia de Transportes de Salvador, dos empregados anistiados do quadro de pessoal da extinta STU-SAL/CBTU;

Emissão de PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário em atendimento às solicitações de ex-empregados da extinta CBTU-STU/SAL.

Participação em reunião com a Secretaria de Planejamento e Infraestrutura do Estado da Bahia, visando a implantação do Trem Regional;

Participação no Seminário dos 150 anos da inauguração do 1º trecho ferroviário da Bahia.

COORDENAÇÃO TÉCNICA DE SÃO PAULO – CESAP

O CESAP vem acompanhando e gerindo o passivo da ex-Superintendência de Trens Urbanos de São Paulo desde sua criação, quando da cisão ocorrida em 26/05/1994, exercendo as seguintes atividades:

1 - SEPARAÇÃO PATRIMONIAL CBTU/RFFSA/CPTM

- A RFFSA transferirá à CPTM por intermédio da CBTU, bens no montante de 13.224.165,2496 UFIR;

- A CBTU transferirá à CPTM bens originados dos investimentos do programa BIRD que totalizam R\$507.662.140,41 (quinhentos e sete milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta reais e quarenta e um centavos).

- A CBTU transferirá à CPTM bens que estão registrados no Ativo Permanente do Escritório Regional de São Paulo, que totalizam R\$108.655.001,16 (cento e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, um real e dezesseis centavos).
- A CPTM transferirá à Inventariança da extinta RFFSA, por intermédio da CBTU, ou diretamente, bens que totalizam 9.544.532,1922 UFIR.
- Os valores aqui mencionados serão atualizados pelo GEPAT/GAESP/DA, com o acompanhamento do Gestor CBTU/CPTM, tendo a incumbência deste CESAP o controle dos bens que estão no Ativo Permanente, listados pelo GEPAT/AC, mediante a apresentação do Inventário Físico de Bens Patrimoniais.

2 - EQUIPAMENTOS DO CONTRATO 015/82-B

- Realizada a 42ª Reunião de Gestores CBTU/CPTM, em 19/03/2008, ambas as Diretorias aprovaram, respectivamente, a aquisição/alienação de equipamentos remanescentes do contrato 015-B/82, pelo valor de US\$ 9.862.520,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte dólares).
- A CBTU solicitou à CPTM, em julho/2008, através da Carta CRT/011-08-DT, de 20/10/2008, a cessão de alguns equipamentos constantes do contrato 015-B/82, objetivando a transferência dos mesmos à STU/REC, sendo que a CPTM, através da carta CT-DO.066/2008, de 17/12/2008, indicou os equipamentos que poderiam ser cedidos, cabendo à Diretoria Técnica da CBTU a análise e decisão para continuidade do processo, inclusive com a definição do novo valor da operação.
- Em dezembro de 2009, o Gestor CPTM encaminhou ao engenheiro Jorge Ribeiro, da CBTU, relação dos materiais para assinatura.
- Foram retirados os materiais pela STU/REC e STU/BH, conforme inventário realizado e acompanhado pela área técnica da CBTU/AC.

3 - DÍVIDAS DE IPTU

- Os Memorandos 046-2006/ERSP e 047-2007/ERSP encaminharam a atualização da dívida de IPTU de responsabilidade da CBTU, no período de 01/89 a 05/94.
- Face ao insucesso na tentativa de alocação orçamentária específica para a quitação da dívida de IPTU com a PMSP no orçamento de 2008, o GESTOR/CBTU sugeriu à GAJUR que tal quitação fosse realizada utilizando recursos orçamentários de sentenças cíveis, sob responsabilidades daquela GAJUR, o que vem sendo praticado, à medida que as execuções transitem em julgado.

4 - LEILÃO SUCATAS (TRANSFORMADORES REMANESCENTES DO CONTRATO 015/82-B)

- Tendo em vista os atos de vandalismo nos 26 núcleos dos transformadores e o furto de 01 transformador completo, adquiridos por intermédio do Contrato 015/82-B, o Coordenador do Escritório Regional de São Paulo promoveu, em 01/09/05, o registro junto a 17ª Delegacia de Polícia, do Boletim de Ocorrência nº 5951/2005.
- Mediante a ocorrência registrada, e ainda o contido no relatório elaborado pelo DESIS/DT, foi proposto e autorizado o início das providências objetivando o leilão dos referidos equipamentos. Após o recebimento da indicação da Junta Comercial do Estado de São Paulo, a GAJUR e o GELIC estão promovendo ações para formalizar a contratação do leiloeiro.

- Existem 02 (dois) Inquéritos Policiais em andamento que tramitam perante a 17ª Delegacia de Polícia e 18ª Delegacia de Polícia Civil do Estado de São Paulo. Sendo assim, está sendo realizado diligenciamento para o prosseguimento de tais inquéritos, para se dar andamento ao leilão proposto.
- Periodicamente vêm sendo realizadas visitas ao local onde se encontram os transformadores.

5 - TERCEIRA LINHA SÃO PAULO

- Trata-se de áreas que compreendem o trecho entre Manoel Feio e Sebastião Gualberto, cujos processos de desapropriações se iniciaram com a RFFSA. Porém, com a cisão da CBTU, foi requerida a substituição processual para figurar a CBTU no pólo ativo, excluindo-se a RFFSA.
- As desapropriações que foram conduzidas pela RFFSA permanecem no patrimônio daquela empresa.
- Como consequência, existem imóveis no ativo da RFFSA, da CPTM e da CBTU. A maior parte dos imóveis está no ativo da RFFSA e pequena parcela nos ativos da CBTU e da CPTM.

6 - PÁTIO/ABRIGO DE TUE EM PIRITUBA

- Dos 75 processos judiciais referentes às desapropriações para a implantação dos abrigos de TUE de Pirituba, encontram-se pendentes ainda 02 bens, aguardando transferência à CPTM:
- O levantamento da documentação existente permitiu a conclusão que somente o imóvel situado na Av. Felipe Pinel, s/nº - Lote 42 – Quadra 69 não foi ainda transferido à CPTM.
- O Gestor CBTU/CPTM efetuou consulta à área jurídica, acerca dos procedimentos a serem adotados para a transferência dos imóveis remanescentes à CPTM, o que está sendo estudado.

7 - ENCONTRO DE CONTAS

- Atualmente o saldo do Encontro de Contas é favorável à CBTU em R\$374.080,42 (trezentos e setenta e quatro mil, oitenta reais com quarenta e dois centavos).
- No exercício de 2008, realizou-se o primeiro acerto de contas entre CBTU e CPTM, possibilitando a redução das contas do Ativo e Passivo no montante de R\$8.164.192,45 (oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, cento e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos), constante nos Balanços Patrimoniais das empresas.
- Existem ainda avisos de lançamentos emitidos pela CPTM que ainda não tiveram a respectiva atestação pelo CESAP, somando a importância de R\$13.011.437,63 (treze milhões, onze mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos).
- Existem ainda avisos de lançamentos emitidos pela CPTM que tiveram a respectiva atestação pelo CESAP, somando a importância de R\$851.065,56 (oitocentos e cinquenta e um mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).
- Existem, também, avisos de lançamento emitidos pela CBTU que ainda não foram atestados pela CPTM, no importe de R\$31.796,40 (trinta e um mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).
- Existem ainda avisos de lançamentos emitidos pelo CESAP que tiveram a respectiva atestação pela CPTM, somando a importância de R\$43.334,82 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

8 - PRECATÓRIOS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Através dos Processos nº 0248/88 e 0020/90, que tramitam na 05ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, a CBTU obteve o direito de receber da Prefeitura Municipal de São Paulo indenização por danos materiais causados ao seu patrimônio.
- O referido direito foi convertido pela PMSP em precatórios, a serem pagos a CBTU em 10 parcelas atualizadas à data do efetivo pagamento.
- Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009 não se logrou êxito no recebimento de qualquer parcela da Prefeitura Municipal de São Paulo.
- O valor dos precatórios a crédito da CBTU remontam, em valores atualizados até junho/2009, a importância de R\$2.556.143,85 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

9 - PRECATÓRIOS PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

- Durante o exercício de 2007, foi recebido da Prefeitura Municipal de Santo André o montante de R\$23.559,40 (vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), correspondente a 03 (três) parcelas do Precatório existente a favor da CBTU.
- Durante os exercícios de 2008 e 2009 não se logrou êxito no recebimento de qualquer parcela da Prefeitura Municipal de Santo André.

10 - PRECATÓRIOS PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ

- Por intermédio da carta CRT CESAP/2008, foi solicitada informação quanto ao andamento processual dos autos do processo em epígrafe, haja vista os cálculos a favor da CBTU remontarem a importância de R\$567.158,90 (quinhentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e oito reais com noventa centavos), cálculos apresentados em 10/12/08, fls. 121 dos autos.
- Às fls. 370, o MM. Presidente do Tribunal de Justiça determinou a transmissão de expediente ordenando à entidade devedora para que providenciasse o depósito da importância devida, com despacho datado de 18/07/00.
- Em 27/12/01, a PM de Mauá protocolizou petição informando que por força da Emenda Constitucional nº. 30, de 13/09/00, o credor tem o direito ao depósito de 1/10 de seus créditos.
- No entanto, tramitava perante o Egrégio Tribunal de Justiça de SP, procedimento que determinou o sequestro de rendas do Município de Mauá. Por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de SP, estão depositados no Juízo da Primeira Vara da Comarca de Mauá, autos 202/91, os valores correspondentes a R\$5.208.000,00 (cinco milhões, duzentos e oito mil reais), dentre os quais, o valor que objetivava o pagamento à CBTU.
- Face ao exposto, foi solicitado ao escritório jurídico contratado informações acerca do desbloqueio dos valores informados, quanto aos pagamentos já efetivados à CBTU, se houverem e/ou a programação de pagamentos pela PM de Mauá à CBTU e referente ao andamento processual. Os valores citados estão bloqueados por força de medida judicial, aguardando decisão para que sejam liberados os valores para quitação do processo promovido pela CBTU.

11 - LEVANTAMENTO DE ALVARÁS JUDICIAIS

Os valores recebidos em 2009, referentes a Depósitos Judiciais totalizaram R\$1.499.108,79 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e oito reais e setenta e nove centavos).

12 - PAGAMENTO DE DESPESAS JUDICIAIS PELO CESAP

Conforme alterações no CPC - Código de Processo Civil, as despesas provenientes dos processos judiciais que tramitam nas Varas Cíveis e Trabalhistas de São Paulo, bem como pensões oriundas de acidentes ferroviários, foram pagas pelo CESAP, os valores demonstrados abaixo:

| PAGAMENTOS EFETUADOS PELO CESAP | | |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| EXECUÇÕES/PENSÃO | 2009 | 2010 |
| Ações Cíveis | 16.531.733,94 | 11.752.804,55 |
| Ações Trabalhistas | 399.970,40 | 135.100,08 |
| Pensão de Acidente | 59.870,17 | 62.831,16 |

Fonte: CESAP

13 – RECADASTRAMENTO NORMAL DE PENSIONISTAS

O CESAP tem sob sua responsabilidade 860 pensionistas, os quais são cadastrados anualmente.

14 - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO ESCRITÓRIO CONTRATADO PELA CBTU/AC

Foram acompanhadas pelo CESAP, em 2010, 600 ações cíveis, 152 ações trabalhistas e 78 ações fiscais, totalizando 830 ações judiciais.

COORDENAÇÃO TÉCNICA DE FORTALEZA - CEFOR

A seguir é apresentada uma síntese das ações executadas no transcorrer do exercício de 2010:

- Representação e defesa dos interesses da CBTU junto aos órgãos federais, estaduais e municipais;
- Acompanhamento dos processos trabalhistas, cíveis, penais e tributários que tramitam contra a CBTU no estado do Ceará;
- Fiscalização e acompanhamento dos trabalhos jurídicos realizados pelo escritório advocatício contratado;
- Participação, como preposto da CBTU, em audiências nos fóruns estaduais, federais e do trabalho;
- Acompanhamento dos processos administrativos oriundos de Solicitação de Auditorias junto ao TCU/SECEX/CE, envolvendo o METROFOR;
- Organização, controle e manutenção do arquivo remanescente da extinta Superintendência de Trens Urbanos de Fortaleza – STU-FOR;
- Elaboração do Relatório de Inventário Físico de Bens patrimoniais do ER-FOR;
- Atendimento a pensionistas, ex-funcionários, pensionistas e aposentados da extinta STU-FOR;
- Acompanhamento da execução das obras do METROFOR;
- Acompanhamento e fiscalização das obras cíveis da Linha Oeste e Linha Sul do METROFOR, além de acompanhamento aos projetos dos VLTs de Fortaleza, Maceió e Recife, que estão sendo produzidos na fábrica da Bom Sinal em Barbalha no Ceará;

- Acompanhamento em conjunto com a RFFSA, em inventariança do processo de identificação e alienação dos bens patrimoniais em poder do METROFOR, que passaram pela CBTU;
- Defesa da CBTU e acompanhamento de inquéritos policiais, na Polícia Federal oriundos da implantação das obras do METROFOR;
- Consultoria e Assessoria à Presidência do METROFOR nas interfaces com a CBTU, no processo de execução e administração das obras operacionalizadas pelo METROFOR

GERÊNCIA TÉCNICA – PATRIMONIO

SEPARAÇÃO PATRIMONIAL RFFSA x CBTU

Em 31/05/2007 foi publicada a Lei nº 11.483 que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, tendo seus bens sido classificados em operacionais e não operacionais e destinados respectivamente ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e à Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

A CBTU, objetivando salvaguardar seus interesses na defesa da melhoria dos seus sistemas de Trens Urbanos Regionais, tem interesse justificado em vários bens da extinta RFFSA, e em vista disso, o DEPAT com a participação das STUs, passou a coordenar as ações necessárias para estabelecer seus pleitos junto a estes órgãos federais.

Foram atualizados os levantamentos dos bens da extinta RFFSA que são de interesse para a operação dos nossos Sistemas de Trens Urbanos Regionais e produzidas listagens, separadas por STU, para encaminhamento dos pleitos tanto a SPU como ao DNIT, que passam por força de Lei, a serem os seus detentores.

As listagens foram encaminhadas, ao final de 2008, a SPU e ao DNIT, através das correspondências CRT/0233-2008/P, de 23/09/08 e CRT/0294-2008/P, de 23/12/08, respectivamente.

Durante o ano de 2010 não foram desenvolvidas atividades relativas a Separação Patrimonial RFFSA x CBTU, estando a CBTU no aguardo de pronunciamento do SPU e DNIT de forma a dar início aos entendimentos necessários à transferência destes bens para o ativo imobilizado da Companhia.

CISÃO DO PATRIMÔNIO REMANESCENTE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DO RIO DE JANEIRO

Em 22/12/1994 em decorrência da Lei nº 8.693/93, que dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros, urbano e suburbano, da União para os Estados e Municípios, a CBTU iniciou o processo para a regionalização dos seus sistemas de trens urbanos transferindo para o Estado do Rio de Janeiro parcela do seu patrimônio que passou a ser incorporado pela FLUMITRENS.

Por ocasião da cisão, foi firmado o Convênio de reciprocidade e apoio mútuo entre a CBTU e a FLUMITRENS, como forma de manter as relações jurídicas e de gerenciar as diversas pendências entre as empresas.

Vale ressaltar que em 2001 houve a cisão do patrimônio da FLUMITRENS para a CENTRAL, que assumiu o ativo, permanecendo o passivo com a antiga empresa, que ingressou em processo de liquidação extrajudicial.

As pendências administrativas e ou judiciais, especialmente as relativas a processos judiciais, cessão de empregados e inadimplemento das permissões de uso, que vinham sendo negociadas através de reuniões de gestores, foram definidas tendo se firmado, em dez/2003, Termo de Ajuste de Contas Parcial, no qual a CBTU reconheceu e quitou parcialmente dívida junto a FLUMITRENS.

A partir de então foram desenvolvidas ações por parte do DEPAT/AC para identificar e documentar os créditos a serem apresentados para a realização de Termo de Ajuste de Contas Final, para o que o Departamento vem mantendo entendimentos com representante da FLUMITRENS visando preparar a documentação necessária a conclusão desse processo.

Em 16/09/2009 o DEPAT/AC apresentou relatório ao SUASE/DA com o posicionamento para a conclusão das pendências contábeis solicitando que fosse oficializado ao SUFIN/DA à necessidade de obter os comprovantes de pagamento que validam a Conta a Receber 001/04, que representam créditos da CBTU e permitirão concluir o Ajuste de Contas Final entre a CBTU e a Flumitrens.

Foram disponibilizados em 23/10/2009, pelo DECOC/SUFIN/DA os comprovantes da Conta a Receber 001/04, ficando agendada com a FLUMITRENS reunião em 17/11/2009 para a definição e produção dos documentos necessários a realização do Ajuste de Contas Final entre a CBTU e a FLUMITRENS.

No final de 2009 foram realizadas reuniões, na sede da Flumitrens, convocadas pela Assessoria de Empresas em liquidação da Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, onde se discutiu as pendências de créditos e débitos apurados entre as empresas, sendo solicitada a preparação e apresentação dos documentos que embasam estes valores.

No que diz respeito à cisão do restante do patrimônio relativo ao sistema de trens urbanos do Rio de Janeiro este deverá ser feito diretamente à CENTRAL, com a anuência da FLUMITRENS.

Dessa forma, objetivando a preparação dos atos iniciais para a realização da cisão patrimonial, foi encaminhada à CENTRAL a CRT/028-2008/DA, de 02/08/2008, manifestando a intenção da CBTU em realizar a cisão e solucionar as pendências no que tange ao patrimônio afetado ao sistema do Rio de Janeiro.

Através da CRT/083 DIRAF/08, datada de 08/09/2008, a CENTRAL concordou em solucionar as pendências existentes oferecendo total cooperação para os trabalhos que se fizessem necessários.

Em 09/01/2009, através da CRT/002-2009/DEPAT, foi formalizado a CENTRAL que a equipe da CBTU estava à disposição para iniciar o trabalho, solicitando que a CENTRAL definisse a data para a primeira reunião, o que ainda não foi feito.

REGULARIZAÇÃO DO PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Após acordo firmado em 2006 entre a CBTU e o IPHAN, que pôs fim à ação judicial cujo objeto era a irregularidade da construção do 8º andar do prédio da AC, e a conclusão da obra da varanda da fachada principal, cuja correção foi exigida em Auto de Infração emitido, em 24/07/2008, pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que vinha impedindo a regularização do prédio da Administração Central da CBTU, o DEPAT/AC vem atuando junto a Secretaria Municipal de

Urbanismo, através do Departamento de Licenciamento e Fiscalização – 2º DLF, no sentido de fornecer toda a documentação necessária a cumprir as exigências impostas pela Prefeitura Municipal.

Durante o ano de 2010 o DEPAT/AC acompanhou o tramite do processo junto a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, estando atualmente o processo no 2º DLF para elaboração do Laudo de Avaliação para cobrança de mais-valia do imóvel, devendo esta ser a última exigência para a regularização do prédio.

INVENTÁRIO FÍSICO ANUAL DA CBTU

Foi determinada a realização do Inventário Físico Anual da CBTU para o exercício 2010, através da RDA nº 186-2009, de 01/09/2009, com início previsto para 03/09/2009.

Foi realizado o Inventário Físico dos bens patrimoniais da AC, Superintendências e Escritórios Regionais, e, por dificuldades pontuais ocorridas em algumas Unidades na realização do levantamento, os resultados dos trabalhos foram remetidos ao DEPAT/AC com algum atraso.

Os relatórios de todas as Unidades estão em fase final de análise pelo DEPAT/AC para confecção do Relatório Consolidado a ser enviado à SUASE e DA.

Paralelamente à apreciação da documentação acima, está ocorrendo o acerto das irregularidades apontadas no Inventário da Administração Central.

RECEITA NÃO OPERACIONAL

A Receita Não Operacional apurada com o uso dos espaços na Administração Central, no ano de 2010 foi de R\$ 67.972,12 (sessenta e sete mil, novecentos e setenta e dois reais e doze centavos), assim distribuídos:

| | |
|---------------------------|--------------|
| Balcões de Exposição - | R\$8.175,00 |
| Bancos - | R\$58.372,12 |
| Estande externo - | R\$900,00 |
| Máquina de Refrigerante - | R\$525,00 |

NORMA DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PUBLICITÁRIOS

O DEPAT/AC elaborou a Minuta da Norma de Exploração de Espaços Publicitários que depois de submetida à apreciação das Superintendências Regionais, SUJUR e DEMAC, recebeu sua redação final que foi analisada e compatibilizada pela SUREH estando atualmente no DEPAT em preparação para submetê-la a aprovação.

5176: IMPLANTAÇÃO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO, DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (Linha 1)

Evolução física:

Realizado até 2009: 99,17%

Meta para 2010: 0,83%

Realizado em 2010 até dezembro: 0,13%

Esta Ação foi incluída no PAC a partir de janeiro/2007, sendo contemplada até 2009 com um total de recursos de R\$21,33 milhões, específicos deste Programa. Em outubro/2010 efetivou-se um pequeno ajuste no orçamento do PAC, contemplando intervenções necessárias (desapropriação) para conclusão do pátio de manobras de Vilarinho, elevando seu valor para R\$21,91 milhões. Estes recursos atualizados do PAC acordados até então, juntamente com o orçamento aplicado até 2006, perfazem R\$602,28 milhões, total atualizado para concluir o empreendimento.

O escopo do Projeto encontra-se praticamente concluído e a linha operando comercialmente. O objetivo principal, desta etapa do PAC, foi de encerrar a implantação da Linha 1, focada na construção da Estação de Integração do Vilarinho, sem o shopping, e na construção do pátio de manobras em Vilarinho, cujo contrato foi assinado em outubro/2009. As ações do PAC continuaram em andamento até dezembro/2010, com aplicação de recursos inscritos em Restos a Pagar (RAP).

O Governo de Minas solicitou priorizar mais recursos para atender necessidades crescentes de demandas de passageiros na Linha 1, contemplando a aquisição de mais 10 Trens Unidade Elétricos (TUEs); execução de melhorias operacionais, principalmente equacionando a sinalização do estacionamento de trens e a modernização do Sistema de Controle Automático de Trens (ATC de bordo) nos 25 TUEs; aquisição de equipamentos para otimizar a conservação das vias e ampliação/melhoria de oficinas. A CBTU vinha negociando esta proposta junto à Casa Civil, com a intenção de incorporar estas intervenções nas Ações do PAC. Neste sentido, realizou em 15/01/2010 uma Audiência Pública, objetivando colher subsídios e sugestões do mercado, para avaliação e preparo de futuro processo licitatório para aquisição dos 10 trens, em consonância com a exigência da Lei nº 8.666, art. 39.

Nada foi aprovado até então, embora a CBTU tenha apresentado, em fevereiro/2010, um estudo visando a inclusão da Ação no PAC II, com a opção de contemplar, pelo menos, os trens e a sinalização do pátio de manobras de Vilarinho. Estes recursos também foram solicitados em reunião de 09/03/2010 na SOF/MP, como créditos suplementares ao orçamento de 2010, mas não foi acatado, por não ter sido aceito no programa do PAC II, neste ano. Assim, a CBTU incluiu a necessidade destes recursos na sua proposta orçamentária de 2011, para implantação destas intervenções (PAC II) a partir deste exercício.

Embora a Proposta Orçamentária da CBTU para 2010 tenha previsto R\$46,8 milhões, persistindo na meta de ampliar o PAC para atender as necessidades que estavam sendo negociadas, esta ação não foi contemplada com recursos no PLOA/2010. Em reunião na Casa Civil, no dia 07/08/2009, ficou acertado uma revisão na distribuição dos limites, contemplando a ação com apenas R\$1,0 milhão, mantendo-a no PPA-2008-2011. A LOA/2010 aprovou este valor.

Em 07/10/2010 foi liberado R\$0,2 milhão de limite orçamentário para empenho, destinado a cobrir despesas com desapropriações na área do pátio de manobras de Vilarinho. Estes recursos foram devolvidos ao MCid em dezembro/2010, por não ter mais sentido investir em desapropriação neste momento, já que o contrato das obras do pátio está por ser rescindido. Assim, não houve aplicação de recursos da LOA/2010 e não foi registrado avanço físico em dezembro/2010.

Os problemas citados, no contrato de obras civis e rede aérea do pátio de manobra (rabicho) Vilarinho, foram o fato que mais impactaram na frustração da meta física para 2010, pois é a única obra que resta no PAC - BH (linha 1).

A CBTU apresentou ao MCid, em agosto/2010, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2011, com o valor de R\$23,8 milhões. Contudo, da mesma forma que aconteceu com o orçamento de 2010, o PLOA-2011(PL-59/2010 só contemplou esta ação com o valor de R\$1,0 milhão. O PLOA-2011 foi aprovado em 22/12/2010, mantendo este valor.

As ações estão sendo desenvolvidas com os recursos dos RAPs 2005/2007/2008 e 2009.

O total da LOA/2009, reduzido para R\$6,5 milhões, foi repassado integralmente como RAP para 2010. Deste valor, foi liquidado e pago R\$0,99 milhão até 31/12/2010. Foi aplicado nas obras do Rabicho de Vilarinho, no complemento de sinalização das vias e em supervisão técnica. A maior parcela de seu saldo não processado (R\$5,57 milhões), deverá ser cancelado em 2011, devido a possível rescisão do contrato das obras e paralisação da supervisão.

Do total do RAP/2005, ainda postergado para 2010, R\$0,14 milhão, foi cancelado R\$0,05 milhão e liquidado e pago o saldo de R\$0,09 milhão até esta data; do RAP/2007 ainda inscrito em 2010, no total de R\$0,35 milhão, foi cancelado R\$0,4 mil e liquidado e pago R\$0,25 milhão; e do RAP/2008, no total de R\$0,18 milhão, foi cancelado R\$0,10 milhão, liquidado e pago o saldo (R\$0,08 milhão) até dezembro/2010.

Os recursos inscritos em RAP no exercício de 2010 foram programados para atender a: conclusão do vídeo wall; fornecimento de todos os sobressalentes recomendados para o sistema de sinalização (concluídos em jan/2010); eliminação das pendências e recebimento provisório de todo o sistema da sinalização no CCO (SI-CTE), (concluídos em dezembro/2010), à continuidade das obras do rabicho de estacionamento de Vilarinho e assistência técnica.

5754 – IMPLANTAÇÃO DO TRECHO TIP-TIMBI E MODERNIZAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIA-RECIFE-CABO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de janeiro/2007, considerando recuperação da Linha Centro e a otimização do trecho Cajueiro Seco/Cabo com a aquisição de 7 VLTs, revitalização das estações existentes e construção de uma nova estação.

Visando atender a uma demanda para 374 mil passageiros/dia útil, conforme estudo da STU/REC, foi aprovada a aquisição de 15 TUEs, intervenção esta incluída no PAC II.

O Edital de concorrência para aquisição dos TUEs foi publicado em 20/09/2010. Na fase de habilitação em 08/11/2010, apenas uma empresa foi considerada habilitada. A abertura da proposta de preço e homologação do resultado se deu em 03/12/2010 e o contrato foi assinado em 14/12/2010.

Com a inclusão destas intervenções no Projeto, incluindo a supervisão técnica da fabricação destes TUEs, prevê-se a conclusão desta Ação em 2013, com recursos suplementares da ordem de R\$281,0 milhões, o que elevará o valor total do Projeto para R\$1.225,8 milhões.

Estes trens faziam parte de negociação que incluía também a modernização da Linha Centro e a expansão do sistema até Suape. Embora a CBTU tenha mantido estas intervenções na sua proposta orçamentária de 2011, encaminhada em agosto/2010, só foi aceita para este ano, a parcela relativa à aquisição dos 15 TUEs. O Governo do Estado mantém o desejo de continuar com o projeto de expansão até Suape, com implantação de VLT.

A Proposta Orçamentária da CBTU para 2010 totalizou R\$183,7 milhões, visando concluir as ações do PAC e contemplar os recursos para atender as necessidades que estavam em negociação no ano anterior, sendo que só foi possível contemplar esta Ação no PLOA/2010 com R\$109,75 milhões que já estavam acordados no PAC. Contudo, na LOA/2010 só foram aprovados R\$93,3 milhões. Através da lei n. 12.294 de 20/07/2010, foi aprovado Crédito Suplementar de R\$44,55 milhões, encaminhado pela CBTU ao MCid, em março/2010, alterando o Orçamento deste ano para R\$137,85 milhões. O orçamento de 2010 foi totalmente empenhado até 31 de dezembro, dos quais foram liquidados apenas R\$2,36 milhões e pagos R\$2,16 milhões até esta data, sendo postergados cerca de R\$135,69 milhões para utilização em 2011 como RAP/2010. Os recursos serão aplicados em desapropriações; edificações, estações e terminais; escadas rolantes; oficinas e equipamentos; acessos rodoviários nos entornos de estações e terminais; conclusão de sinalização e

telecomunicações; sistemas elétricos e eletrônicos; suprimentos para TUEs reformados; revisão de locomotivas; aquisição e melhoria de veículos rodo-ferroviários; com maior ênfase para intervenções de via permanente, obras de artes especiais, construção e reforma de pontes e na aquisição de novos TUEs; além de continuação de serviços de consultoria, supervisão técnica e treinamento.

As ações estão sendo desenvolvidas também com os recursos dos RAPs 2006/2007/2008 e 2009.

Do total da LOA/2009 que foi repassado como RAP para 2010 (R\$86,33 milhões), foi cancelado R\$0,062 milhão e liquidados e pagos R\$20,72 milhões até 31/12/2010.

Os recursos foram aplicados em desapropriações; conclusão de eletrificação da linha Sul; sinalização; Revisão / climatização de TUEs, com fornecimento de suprimentos; conclusão do projeto básico para o trecho Cajueiro Seco Cabo; supervisão técnica, além de recuperação da Linha Centro (continuação da recuperação de via permanente, sistemas elétricos e eletrônicos, edificações operacionais, oficinas e equipamentos e estações com destaque para construção da Cosme e Damião).

Do total do RAP/2006, ainda postergado para 2010 (R\$1,8 milhões), foi cancelado R\$0,30 milhão, e liquidado e pago o saldo de R\$1,50 milhão até dezembro/2010. Do RAP/2007 ainda inscrito em 2010, no total de R\$18,00 milhões, foi cancelado R\$0,002 milhão e foram liquidados R\$11,95 milhões e pagos R\$11,86 milhões. E do RAP/2008, no total de R\$57,9 milhões, foi cancelado R\$0,003 milhão e foram liquidados e pagos R\$14,63 milhões até dezembro.

A CBTU apresentou, em agosto/2010, a Proposta Orçamentária de 2011, com o valor de R\$127,6 milhões, contudo, para compor o orçamento desta Ação no PLOA-2011(PL-59/2010), só constou o valor de R\$73,5 milhões. O PLOA-2011 foi aprovado em 22/12/2010 pelo Congresso, com substitutivo, reduzindo os recursos desta Ação para R\$62,47 milhões.

Evolução física

Realizado até 2009: 54,73%

Meta 2010: 5,0%

Realizado em 2010 até dezembro: 4,26%

Obs: Os percentuais de avanço físico foram reavaliados e revisados, devido à ampliação do escopo da Ação com a aquisição de 15 TUEs, correspondendo a um valor adicional de R\$281,0 milhões.

Justifica-se o não cumprimento da meta para 2010 com o atraso verificado na licitação para execução das obras civis do trecho Cajueiro Seco/Cabo, em função também de atrasos ocorridos na finalização dos projetos; atrasos ocorridos na fabricação dos VLTs, reflexos também de intervenções do órgão de controle externo, quanto à necessidade de abertura dos preços contratados, retardando o desenvolvimento dos trabalhos.

Principais realizações do Projeto do Metrô de Recife no ano de 2010, foram:

- Entrou em operação comercial do trecho reformado e eletrificado de Recife até Cajueiro Seco, na Linha Sul.
- Foram iniciadas as obras da Estação Cosme e Damião, na Linha Centro, e dos terminais integrados Cajueiro Seco e Tancredo Neves, além de ter sido contratada a construção do terminal aeroporto na Linha Sul.
- Foi concluído o projeto para recuperação e modernização do trecho Cajueiro Seco – Cabo e lançadas as licitações para as obras civis.

- Foi realizada a concorrência internacional para aquisição de quinze Trens Unidades Elétricos (TUE) para operação nas Linhas Centro e Sul
- Continua a fabricação e montagem dos sete Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT) que irão operar no Trecho Cajueiro Seco – Cabo,
- Prosseguem as contratações para recuperação e construção de varias obras de artes especiais neste trecho.
- Destaca-se, também, a conclusão da reforma e climatização de 7 dos 25 TUEs da frota atual.

Principais ações em desenvolvimento:

SINALIZAÇÃO DE CAMPO:

Organização de documentos e encaminhamento de toda documentação do ATC de bordo para CBTU/REC.

Realizadas inspeções para equacionar pendência de montagem da vala de cabos sob o PMA de Camaragibe.

Realizadas inspeções das (CIAs), entre Recife-Cajueiro Seco, para verificar a apassivação feita nas caixas, e a sua estrutura de concreto.

Análise da REV 3 da especificação do sistema do Pátio de Cavaleiro. Os comentários foram encaminhados a ALSTOM para nova revisão da ETE.

Realizadas visitas de campo, acompanhando as empresas a serem contratadas, que farão a infraestrutura e montagem dos equipamentos, visando a retomada do sistema de sinalização (Recife centro; Pátio de Cavaleiro; região do ATV e lado sul de Cajueiro Seco).

Realizadas inspeções dos sinaleiros do sistema Retém/Libera Trem, nos trechos Recife-Cajueiro Seco, Recife-Jaboatão e Coqueiral-Camaragibe.

Iniciada a análise da REV.02 da SYRS - especificação de requisitos do sistema de sinalização de campo - Metrorec/Linha Centro-Domínio Recife (ETE.01-015040600).

Acompanhamento da equipe da Siemens ao longo das estações e vias, visando a instalação da infraestrutura complementar necessária para o lançamento do cabo óptico.

Continuação da manutenção assistida e o desenvolvimento do projeto final para implantação da sinalização ao sul da Estação Cajueiro Seco.

No domínio Recife/Centro continua sendo elaborado o projeto e foi enviado o plano de via sinalizada (PVS) com sua especificação técnica (ETE) para análise. Continua o desenvolvimento do software para o controle de tráfego pelo novo sistema. A construção da infra-estrutura necessária para instalação dos cabos de sinalização foi concluída.

No pátio de Cavaleiro a ALSTOM tiveram prosseguimento as obras de infra-estrutura que se encontram em seu estágio final.

Deu-se início a montagem mecânica dos gabinetes do CMT. Foram concluídas as montagens das 20 máquinas de chaves do pátio.

Em Cajueiro Seco a infra-estrutura foi concluída através da Alstom/Atuação nos primeiros dias de setembro/2010.

Linha Centro:

A ALSTOM apresentou cronograma para execução das atividades de montagem, do domínio Recife Centro e Zona de Transferência. A liberação da operação comercial, neste trecho, foi adiada para

fevereiro/2011. Estão previstos para janeiro 2011 o início dos Testes Integrados do CMT do Recife Sul e Recife Centro.

Encontra-se em desenvolvimento as atividades do Pátio de Cavaleiro, iniciadas em abril, com a instalação do canteiro de obras. A montagem dos equipamentos na fábrica da Alstom teve início em Janeiro/2010 e é prevista a liberação para operação em Março/2011.

As obras de modernização de sinalização no Pátio do Recife, nas vias da Linha Centro, no trecho Recife/Coqueiral, encontram-se concluídas.

As obras no Pátio de Cajueiro Seco foram concluídas, os testes previstos, finalizados, sendo o trecho liberado para operação comercial.

SI-CTE (Sistema integrado de Controle de Tráfego e Energia)

Todas as remotas de energia foram instaladas e testadas, incluindo a remota da SSR Shopping. As remotas de tráfego foram todas instaladas, as da Linha Centro não foram testadas em função da inconsistência no software da Alstom.

Foram instaladas 2 remotas de tráfego, nas estações Ipiranga e Werneck as quais já foram testadas em fábrica. Falta ser testado o software.

MATERIAL RODANTE:

O serviço de revisão dos TUE's encontra-se 100% concluído.

Foi realizado em 14/06/2010 pregão eletrônico para contratação de recuperação de 32 motores de tração. O contrato foi assinado em 16/07/2010 e a Ordem de Serviço foi emitida em 25/08/2010. Em dezembro, conforme programação anterior, foram recebidos 8 motores. Programado o recebimento de mais 8 motores para janeiro/2011.

Foi emitida em 16/01/09 a O.S. para aquisição de 7 VLTs para o trecho Cajueiro Seco-Cabo. O cronograma contratual previa as entregas entre agosto/2010 a janeiro/2011. Os projetos foram entregues e aprovados, com poucas restrições. Os principais sistemas estão sendo contratados de empresas internacionais de qualidade comprovada, que fornecem os equipamentos prontos para a montagem. A caixa do primeiro VLT está concluída e o mesmo encontra-se em fase de montagem. Foi assinado em 04/11/2010 o TA nº 1, prorrogando o prazo por mais por mais 11 meses, promovendo a substituição de 3 índices de preços, alterando o projeto para melhoria do objeto contratado, e efetuando retificações nos percentuais de pagamento. Foi reprogramada também a entrega do 1º VLT para fevereiro/2011 e do 7º para dezembro/2011.

Foi publicado em 20/09/2010 o edital para concorrência pública para contratação de fornecimento de 15 Trens Unidades Elétricos. Na abertura das propostas de habilitação em 08/11/2010, não foi aceita a proposta da empresa Alstom, por estar em desacordo com a tecnologia exigida no edital e foi considerado habilitado o outro concorrente, o Consórcio Guararapes – CAF Brasil Industria e Comercio S/A - CAF Construcciones Y Auxiliar de Ferrocarriles S/A. O contrato foi assinado em 14/12/2010.

Publicado em 17/12/2010, o aviso de Inexigibilidade de Licitação, contratando a empresa Faiviley Transport do Brasil AS para fornecimento de material exclusivo Faiviley para TUEs.

Foi publicada em 23/12/2010 a Homologação do resultado de Pregão para Aquisição de Caminhão Ferroviário e Trole, sagrando-se vencedora a empresa Via Permanente Comércio Serviço Maquinas Ind. E Ferroviárias Ltda. O contrato foi assinado em dezembro/2010.

OBRAS CIVIS:

- A escada rolante da estação Cajueiro Seco foi totalmente entregue com todos as pendências concluídas e encontra-se funcionando normalmente. Em Camaragibe a escada rolante já foi

instalada e está em fase de teste elétrico faltando parte de obra civil. Para a estação Tancredo Neves, a empresa entregou no dia 30/09/2010 o projeto da escada (alterado). Não houve nenhuma alteração no andamento dos serviços. Foi encaminhada ao GOJUR da STU-REC, solicitação do 2º Termo Aditivo para prorrogação do prazo do contrato até fevereiro/2012, em virtude do novo Plano de Trabalho do Consórcio Grande Recife, responsável pela construção dos terminais de integração onde serão instalados os demais equipamentos (escadas rolantes e elevadores). Está prevista para janeiro/2011, a entrega de todos os elevadores.

Termos de Compromisso firmados entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Transportes:

- Foi lançada em 16/01/2010 a licitação para contratação da Construção do Complexo do Viaduto da 9ª Travessa, com data prevista para recebimento das propostas para 24/02/2010. Esta licitação foi cancelada por determinação do novo Secretário de Transportes de Pernambuco. A previsão de lançamento da nova licitação era para julho/2010, mas não foi publicada devido à modificação do projeto conforme informações do DER/PE. Em 12/11/2010 o Governo do Estado de Pernambuco lançou a licitação para execução das obras de implantação do Binário de Cajueiro Seco, no qual está inserido o Viaduto da 9ª Travessa. A abertura das propostas, prevista para 27/12/2010, não ocorreu.

- Dos estudos e projetos executivos para a construção dos terminais integrados de Prazeres e Aeroporto e seus sistemas viários de acesso, contratados em 10/11/2009, foi entregue o projeto do Terminal de Aeroporto e publicada a licitação para as obras de construção em 22/06/2010. Após vários recursos interpostos, a licitação foi homologada, o contrato assinado em 22/10/2010 com a Empresa Triunfo Engenharia Ltda. e a Ordem de Serviço foi emitida em 05/11/2010. As obras continuam em andamento, com percentual de execução de 14,45% e previsão de conclusão para novembro/2011. O projeto do Terminal Prazeres estava previsto para ser entregue em 15/07/2010, mas a empresa entregou apenas um estudo preliminar, com todas as definições de arquitetura discutidas e definidas. De acordo com um novo cronograma apresentado, a nova data para a entrega do projeto executivo e das planilhas orçamentárias era 10/11/2010, fato este que não aconteceu dentro do prazo definido. Conforme acordo com a empresa projetista, os projetos serão entregues em 31/01/2011 e a licitação para as obras será lançada em 04/02/2011.

- Em 29/12/2009 foram assinados os contratos para construção dos Terminais de Integração de Tancredo Neves, Largo da Paz e Cajueiro Seco e seus sistemas viários de acesso. As obras foram iniciadas em janeiro/2010 e continuam em andamento. O TI Tancredo Neves, encontra-se com percentual de execução da obra de 42,44% e o de Cajueiro Seco avançou para 21,40%. A OS para o Terminal Largo da Paz não foi emitida por pendências referentes a desapropriações que, fato que se estendeu com vários problemas e levou o Consórcio Grande Recife a consultar a Construtora quanto ao interesse pela manutenção do contrato. A Empresa confirmou seu interesse na execução do contrato com os reajustes de preços em conformidade contratual. Com relação às desapropriações, em relação ao terreno da Comercial Batista, por ser um lote sem registros em cartório, a Procuradoria Geral do Estado concluiu pelo abandono da ação e está promovendo ação de desapropriação contra a Comercial Batista, somente das benfeitorias.- Em 03/02/2010 foi lançada a Tomada de Preços para a contratação dos projetos executivos para construção do Terminal de Integração Joana Bezerra. O contrato foi assinado com a Empresa Marcelo Sanguinetti Estruturas Ltda em 05/05/2010 e a OS em 20/05/2010. A contratada entregou um estudo preliminar em julho, e a entrega do projeto executivo, prevista para 28/08/2010, não ocorreu dependendo da URB/Prefeitura da Cidade do Recife definir o sistema viário do entorno, o que não aconteceu até o final de outubro. Em 12/11/2010, o Consórcio Grande Recife enviou ofício a Secretaria de Controle Urbano da Prefeitura do Recife com a proposta de circulação de acesso ao terminal de Joana Bezerra. Foi agendada para o dia 17/01/2011 uma reunião entre o Consórcio Grande Recife e a

CTTU, para apresentação e detalhamento do projeto do sistema viário. A partir da aprovação da CTTU, os projetos serão ajustados visando a licitação das obras.

- Assinado em 01/03/2010 o 2º TA de prazo com validade até 04/06/2010, para conclusão dos projetos básicos de engenharia para recuperação do trecho ferroviário de Cajueiro Seco/Cabo. A contratada entregou a CBTU o restante do objeto faltando os itens: Estação Pontes dos Carvalhos e Santo Inácio, Oficinas de manutenção e terminal de integração e comprometeu-se em entregar o restante no prazo de 60 dias. Na ocasião foi emitido um Boletim de Inspeção Técnica (BIT) apontando as pendências e firmando o prazo solicitado. Em 30/07/2010 a contratada solicitou prorrogação do prazo por mais 60 dias, alegando que a CBTU não forneceu todas as informações necessárias para a conclusão dos projetos, o que foi negado pelo Gestor, e encaminhado o processo para a Gerência Jurídica, com pedido de destrato do contrato. Foi concedido um prazo à empresa contratada para apresentar suas justificativas pelo não cumprimento do objeto do contrato em sua totalidade. A contratada apresentou suas razões que estão sendo analisadas.
- Foi publicado no DOU em 30/09/2010 a concorrência pública para contratação dos serviços de Infra e Superestrutura ferroviária do trecho Cajueiro Seco/Cabo, com recebimento das propostas em 04/11/2010, sendo habilitada a empresa Construtora SAM. A obra foi dividida em dois contratos, assinados em 17/12/2010, e as Ordens de Serviço emitidas no mesmo dia.
- O resultado do julgamento da Licitação para Construção de Base de Manutenção de Via e Posto de Movimentação no Pátio de Cajueiro Seco, declarou em 18/06/2010 como vencedora a Multicom Engenharia. Em 16/08/2010 foi emitida a Ordem de Serviço. Os serviços encontram-se com 9% de avanço físico.
- Foram abertas em 26/05/2010 às propostas para contratação de Supervisão Técnica das Obras Civas e da Implantação do Sistema Viário do Entorno das Estações Cajueiro Seco e Cabo. Publicado o resultado em 12/07/2010, sagrando-se vencedora a empresa GEOSISTEMAS ENG. PLANJ. Ltda. Contudo a licitação foi revogada. O processo encontra-se na gerência operacional jurídica, para defesa de Mandado de Segurança impetrado pela ATP Engenharia, por ter entendimento divergente quanto aos critérios adotados no Edital da STU-REC.
- Foi emitida em 22/02/2010 a Ordem de Serviço para construção da Estação Cosme e Damião e as obras continuam em andamento, com aproximadamente 30% dos serviços executados.
- Foi publicado em 21/07/2010 o aviso de licitação para contratação da Implantação dos Sistemas Viários no Entorno da Estação e Terminal Camaragibe, das Estações Porta Larga, Monte Guararapes e de Ligação entre as Estações Shopping/Tancredo Neves. O resultado da licitação saiu em 27/07/2010 e foi publicado em 02/08/2010, indicando como vencedora a Construtora SAM LTDA. O contrato foi assinado em 08/10/2010 e a Ordem de Serviço foi emitida em 18/10/2010. As obras foram iniciadas e estão com aproximadamente 3,76% dos serviços executados.
- Foi publicado no DOU em 29/09/2010 a concorrência pública para contratação dos serviços de construção de pontes ferroviárias sobre os rios Jaboatão e Pirapama, com data de abertura das propostas no dia 25/11/2010. O resultado do julgamento publicado no DOU em 29/11/2010, declarou como vencedora para os lotes I e II a empresa ENGEMAIA e CIA LTDA. O contrato foi assinado em dezembro/2010.
- Foi lançada a Concorrência Pública para recuperação das pontes existentes nos rios Jaboatão e Pirapama com data prevista para abertura das propostas para 08/11/2010. A única empresa que apresentou a proposta não foi habilitada. Foi relançada a licitação e em 20/12/2010 foram abertas as propostas, sagrando-se vencedora a Empresa Concrepoxi Engenharia Ltda. O contrato foi assinado em dezembro/2010.

- Foi lançada a Concorrência Pública para implantação de sistema – fibra ótica e automação de passagens em nível. Em 20/12/2010 foram abertas as propostas e uma licitante entrou com recurso, o processo encontra-se em análise técnica.
- Foram lançados e concluídos os pregões eletrônicos para aquisição dos materiais para as obras de via permanente do trecho Cajueiro Seco/Cabo.
- Foi publicado no DOU de 25/10/2010 o resultado do julgamento da Tomada de Preços para contratação da Recuperação Estrutural de Ponte Ferroviária entre as Estações Joana Bezerra e Afogados, no braço morto do Rio Capibaribe, indicando como vencedora a empresa BETONPOXI ENGENHARIA LTDA. Foi publicada a homologação pela STU/REC no DOU de 9/11/2010. O contrato foi assinado em 16/11/2010 e a Ordem de Serviço emitida em 25/11/2010, com previsão de conclusão da obra para 24/05/2011.
- Foi publicado no DOU de 25/11/2010 a assinatura do contrato com a empresa Betonpoxi Engenharia LTDA, no dia 12/11/2010, para realização dos serviços de desobstrução do leito do rio Capibaribe, no braço morto do Motocolombó, sob duas pontes metro-ferroviárias. A Ordem de Serviço foi emitida em 22/11/2010 e a previsão de conclusão dos serviços é 21/03/2011.

SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA:

Em maio/2010, foi finalmente realizado o pregão eletrônico presencial, para Implantação do Sistema de Bilhetagem Automática para os Trens de Recife, sagrando-se vencedora a Empresa APB PRODATA LTDA. O contrato foi assinado em 16/08/2010 e a empresa está realizando levantamento nas estações para projeto dos layouts das linhas de bloqueios. Já concluiu o levantamento de campo para elaboração de plano de trabalho e encaminhou para a STU/REC o cronograma de obras a ser executado. A contratada apresentou os projetos de infraestrutura, para as estações da linha Sul, em 30/11/2010.

A Contratada iniciou o trabalho de preparação da infraestrutura nas estações da Linha Sul em 13/12/2010.

As atividades de lançamento de cabos e de fixação dos quadros de disjuntores foram paralisadas no dia 21/12/2010 em função de indefinições e falta de padronização dos materiais por parte da Contratada. A CBTU aguarda que a Contratada apresente a lista de materiais e respectivos documentos de certificação dos produtos a serem aplicados para liberação da retomada dos serviços.

Em dezembro/2010, a contratada apresentou protótipos dos bloqueios a serem fornecidos, durante inspeção em fábrica realizada pela CBTU, tendo sido aprovados.

SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES:

A Contratada instalou nos bastidores do STO os ativos de rede da DATACOM, que virão a substituir os equipamentos de fabricação Enterasys. Na Sala de Telecomunicações do CCO foi montado um novo bastidor e instalados os equipamentos de fabricação DATACOM.

Todos os equipamentos DATACOM instalados nas estações foram testados e comissionados conforme cronograma de atividades acordado com a CBTU.

Estão previstas para o dia 17/01/2011 a conclusão das instalações e a migração do Sistema de Transmissão Óptico para a nova rede com utilização dos equipamentos de fabricação DATACOM.

SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO:

Linha Sul:

Os serviços já estão concluídos desde julho/2010, ficando algumas pendências a serem retiradas e as subestações estão em funcionamento.

4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

Ação sem meta física.

Esta ação tem como objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida, e alertar à população lindeira quanto a degradação dos sistemas por fatores não-naturais, como: depredação, lixo na via, acidentes com veículos e furto de equipamentos eletrônicos, dormentes de trilhos, evitando a ocorrência de danos aos sistemas da CBTU, com conseqüentes prejuízos aos usuários.

O Decreto da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM, em fevereiro de 2010, estabeleceu o limite de R\$55 mil para as despesas com esta ação no âmbito da CBTU, salvo apresentação fundamentada de real necessidade de limite superior, o que não ocorreu.

Foram aprovados R\$150 mil na LOA-2010, com o limitador de R\$55 mil para execução. Foram empenhados R\$40,3 mil, equivalentes a 73% do total.

11IO - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Evolução física

Realizado até 2009: 30,1%

Meta 2010: 11,9%

Realizado em 2010 até dezembro: 5,22%

Principais ações desenvolvidas em 2010:

Foi entregue em 30/10/2009 o primeiro dos 4 carros de passageiros que estão sendo recuperados nas instalações de Recife-PE, encontrando-se com 67,9% dos serviços já realizados. Os restantes ainda estão sendo recuperados.

Foram adquiridos, também com recursos do RAP/2008, 2.775 dormentes de madeira de diversos tamanhos; 2.000 conjuntos de fixação para dormentes bi-bloco TR-37; 1.750 conjuntos de fixação fist, TR-45, estando à disposição da Via Permanente para sua utilização.

Está em andamento a construção de 100 m de muro de arrimo, a partir do Km 419+740, no trecho Natal/Ceará Mirim. O contrato foi assinado em 30/10/2009, com a empresa HL Projetos e Construções LTDA.

Foi contratado em dezembro/2009 o serviço de reparo em mais três motores de tração, licitado através de Tomada de Preço. O contrato foi assinado em 01/12/2009, com previsão de entrega dos equipamentos em março/2010.

Foi complementada a sinalização em Passagens de Nível. A licitação foi realizada através de Tomada de Preços e as obras foram iniciadas em Março/2010.

Continuam em desenvolvimento ações na via permanente com recursos de custeio, empregando materiais adquiridos com recursos de capital. Foram executados na manutenção da via permanente o acerto do perfil do Lastro, alinhamento e nivelamento, capina manual, descarga e distribuição de pedra britada, limpeza de bueiros, limpeza e desobstrução de valetas laterais, nivelamento de juntas, reforço de aterro, remoção de terra do lastro, repregação de pregos de linha, roça manual, substituição de dormentes, substituição de parafusos de talas de junção, substituição de trilhos.

Publicado em 11/05/2010 no DOU o Aviso de Registro de Preço de Pregão Eletrônico Nº 6/2010 – CBTU/STU-NAT, com objeto Aquisição de compressor de ar 3CDC, completo, para locomotivas RS-8, Alço-Bombardier.

Publicado em 30/11/2010 no DOU o Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico Nº 53/2010-CBTU/STU-NAT-SRP, com o objeto de Aquisição de dormentes de concreto monobloco, para a data de 14/12/2010.

Licitada no dia Dezesete de Dezembro de 2010, a Contratação dos Serviços de Engenharia para reforma e readequação da oficina diesel da CBTU/STU-NAT.

11J9 – RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Evolução física

Realizado até 2009: 28,5%

Meta 2010: 15,3%

Realizado em 2010 até dezembro: 10,82%

Principais ações desenvolvidas em 2010:

Serviço de Recuperação de uma Locomotiva.

Serviços de Manutenção da Via Permanente.

Serviço de Manutenção de Rádios VHF e Sinalização Eletrônica.

Serviços de Manutenção de Locomotivas e Carros de Passageiros na Oficina de Cabedelo.

Das 84 rodas para Carros de Passageiros, recebidas em 2009, para aplicação em truques, 42 já estão montadas.

Recebidas 24 Catracas Eletro Mecânicas para instalação nas Estações da STU/JOP e 11 Relógios para Estações

Foram concluídas as seguintes ações:

Reforma no Armazém, destinado a instalar o Financeiro.

Aquisição e instalação de 20 Monitores de LCD, 3 Impressoras Multifuncionais e 1 Netbook

Recebidos 434 dormentes especiais para AMV e entregues conjuntos de fixação para dormentes de concreto de trilho TR – 45.

Foi concluída a recuperação de 4 Pontes, sendo três de concreto e uma metálica.

Foi reconstruído o muro da Estação de Bayeux.

Publicado no DU de 17/dez/10, o Resultado de Julgamento, Pregão Eletrônico nº 035/2010, objeto registro de Preço para Serviço de Recuperação de Cabeçotes, teve como vencedora a empresa BMP do Brasil Comércio de Peças Ltda., valor de R\$50.799,00.

Publicado no DOU de 17/dez/10, o Resultado de Julgamento, Pregão Eletrônico nº 037/2010, objeto registro de Preço para Serviço de Recuperação de Compressor, teve como vencedora a empresa BMP do Brasil Comércio de Peças Ltda., valor de R\$25.800,00.

11JD - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Evolução física

Realizado até 2009: 9,53%

Meta 2010: 49,7%

Realizado em 2010 até dezembro: 15,10%

Principais ações desenvolvidas em 2010:

Estão sendo realizadas reuniões com a Prefeitura Municipal de Maceió, visando a definição das diretrizes dos projetos das estações em função da necessidade de integração com Terminais de Transporte Rodoviário.

Em dezembro foi entregue a primeira composição do VLT nacional, fabricado pela BOM SINAL.

Foram concluídas as obras do contrato de construção de pontilhões, valetas de proteção e muros de contenção nos km's 333 e 334.

Recuperação das edificações da CBTU/STU-MAC, tendo como fornecedora do serviço a empresa CROSMETAL CONSTRUÇÕES LTDA. Os serviços, até essa data, tiveram um desenvolvimento físico de 100% do total.

Foi concluída a TOMADA DE PREÇO 03/GELIC/09 – Remodelação da via permanente entre os trechos da Estação Central a Estação Mercado, tendo como vencedora a empresa DOMO ENGENHARIA LTDA.

Até 31/12/10 foi concluída a superestrutura do trecho entre a Dias Cabral e a PN da Silvestre Péricles, bem como concluída a drenagem já ligada a rede pública de água fluvial. Foi concluído a PN da Silvestre Péricles. A obra encontra-se com um avanço de 90% do total previsto.

Aquisição de 5.000 m³ de brita para lastro da via permanente da STU-MAC, tendo como fornecedora a empresa DRF-DOIS RIOS FERRAGENS LTDA. Situação atual: entregue um total de 97,4% do pedido - entrega concluída.

PREGÃO PRESENCIAL 032/09 - LOTE 1 – Aquisição de 2.000 dormentes, tendo como fornecedora a empresa EMPAC- EMPRESA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. LOTE 2 – Aquisição de 4.000 kits de fixação, tendo como fornecedora a empresa DRF IAT FIXAÇÕES ELÁSTICAS LTDA. Já foi concluída a entrega dos dormentes e das fixações.

Aquisição de tala de junção não isolada YJ45 e parafusos, porcas e arruelas, tendo como fornecedora a empresa FERTRILHOS COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA. Foi iniciada a entrega do material, onde foram recebidos 596 unidades.

Publicado no DOU de 30/04/10, o extrato de contrato nº 005-2010/DT, objeto: EMPRÉSTIMO DE 31.500 (trinta e um mil e quinhentos) METROS DE TRILHOS LINEARES SENSÍVEIS, NA MEDIDA TR-45 e demais materiais empregados no trecho ferroviário VLT, na cidade de Campinas.

Publicado no DOU de 11/06/10, o Edital nº 49 de 09/06/10, Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Mão-de-Obra, para atender os serviços de Elaboração de Projetos e Gerenciamento de Obras da Estação Metroviária de Maceió.

Publicado no DOU de 15/07/10, o Resultado de Habilitação de Concorrência Pública nº 1/2010, objeto: Contratação de Empresa Especializada em Fiscalização da Fabricação de 8 VLTs da

STU/MAC, as empresas:TÜV Rheinland do Brasil Ltda., RMS Engenharia Ltda. e Meloart Engenharia Ltda., foram habilitadas.

Publicado no DOU de 16/12/10, o Aviso de Licitação, Pregão Eletrônico nº 16/2010, objeto Aquisição de Aparelhos de Mudança de Via e Aparelhos de Mudança Manual de Uso na Via Permanente para CBTU-STU-MAC. Licitação foi realizada em 29/12/2010.

Publicado no DOU de 17/12/10, o Aviso de Homologação e Adjudicação, Tomada de Preço nº 001/2010, objeto Reestruturação da Infraestrutura da Via Permanente, após a Retirada da Feira do Passarinho, foi adjudicado e homologado em favor da empresa Domo Engenharia Ltda., valor de R\$869.392,75.

Publicado no DOU de 20/12/10, o Aviso de Homologação, Pregão Eletrônico nº 17/2010, objeto Construção de Muro de Fechamento da Rua Dias Cabral a Rua Melo Moraes, em favor da empresa: Vega Comércio e Serviços Ltda., no valor de R\$1.397.000,00.

Concluído Convite 002/2010 – Serviço de construção de garagem de auto de linha e vestiário para funcionários da manutenção ferroviária de Satuba da STU/MAC, tendo como vencedora a empresa CROSMETAL CONSTRUÇOES LTDA.

Concluído PREGAO ELETRONICO Nº 016/2010 - AQUISIÇÃO DE AMV's, tendo como vencedora a empresa REFESA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME.

Concluído Pregão 021/2010 – aquisição de empilhadeira diesel com capacidade para 5 toneladas para a oficina de manutenção da STU-MAC, tendo como vencedora a empresa SILMAQUINAS COMERCIAL LTDA – EPP.

Concluído PREGAO 018/2010 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO RODOFERROVIÁRIO PARA CBTU/STU-MAC, tendo com vencedora a empresa EMPRETEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

11JD 0101: RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ – AL - (Crédito Extraordinário)

Evolução física

Meta 2010: 8,13%

Realizado em 2010 até dezembro: 4,19%

LOA 2010 (valor empenhado): R\$15,02 milhões

Publicado no DOU de 29/07/2010, a Medida Provisória 498 de 29/07/2010, que incluiu, na Forma de Crédito Extraordinário para a nova ação, o valor de R\$15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais), para a recuperação dos trechos destruídos pelas chuvas no sistema de trens urbanos de Maceió.

Principais ações em desenvolvimento:

Foram adquiridos 3.000 dormentes no valor total de R\$734.976,00 para recuperação da Via Permanente entre os Km 320 e Km 322, através da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGAO ELETRONICO SRP 032-2009/CBTU/STU-MAC-PROCESSO 5334/2009. A entrega está praticamente concluída, faltando apenas 128 dormentes.

Concluída a Concorrência nº 2/2010/COLIC/STU-MAC/CBTU, com resumo de objeto, Lote 1: Remodelação de trecho; alteamento de trecho e recuperação de canal, Lote 2: Construção da Estação Gustavo Paiva, Lote 3: Construção da Estação Lourenço de Albuquerque. Foram declaradas vencedoras as empresas:

Lote1: DOMO ENGENHARIA LTDA

Lote2: CONY ENGENHARIA LTDA

Lote3: SANDALUZ

Concluído Pregão Eletrônico 012/2010 – Aquisição de dormentes de concreto a serem aplicados na reconstrução e remodelação da via permanente de Satuba a Lourenço de Albuquerque, tendo como vencedora a empresa CONPRENOR - CONCRETO PREMOLDADO NORDESTE.

Concluído Pregão Eletrônico 012/2010 – Aquisição de fixações de dormentes a serem aplicados na reconstrução e remodelação da via permanente de Satuba a Lourenço de Albuquerque, tendo como vencedora a empresa REFESA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME.

0031: ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA DAS LINHAS 2 E 3 DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BH.

Evolução física:

Realizado até 2009: 2,81%

Meta para 2010: 97,19%

Realizado em 2010 até dezembro: 2,79%

A CBTU encaminhou em janeiro/2009 um pedido de Crédito Especial para contemplar a Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3, numa única Ação, com valor de R\$14,0 milhões, visando a continuidade do contrato 012/2004-DT, que já vinha desenvolvendo estes trabalhos. Até 2008 já havia sido atingido um avanço físico de aproximadamente 23% nos trabalhos referentes à Linha 2 e de 11% para a linha 3. O progresso alcançado foi referente ao desenvolvimento de pesquisa de demandas, conceituação funcional e operacional do sistema, levantamentos topográficos/aerofotogramétricos, estudos hidrológicos e especificações técnicas dos sistemas fixos e estudos de lançamento de traçado básico. Contudo o avanço físico foi controlado a partir de 2009, monitorando especificamente a nova Ação (123N), baseado nas intervenções a serem desenvolvidas com os R\$14,0 milhões previstos.

O orçamento de 2009 contemplou os R\$14,0 milhões aprovados através de Crédito Especial, e a ação foi incluída no PAC, permitindo a retomada das atividades do Contrato 012-04/DT, firmado entre a CBTU e o Consórcio Enerconsult – Infra-Hamburg-Consult. O objeto compreende a elaboração de projetos da via, de estações, subestações, processos construtivos, material rodante e sistemas de energia de tração, controle e segurança de movimentação e dos sistemas de ventilação, proteção de incêndio e pânico.

O recurso foi totalmente empenhado, sendo liquidado R\$0,39 milhão. Todo o valor do crédito foi inscrito em Restos a Pagar, possibilitando avanço físico somente em 2010.

As atividades desenvolvidas no final de 2009 restringiram-se a análises de documentos emitidos e recebidos da CBTU/STU-BH. O Consórcio informou, na ocasião, que alguns relatórios se tornaram obsoletos, devido ao desenvolvimento tecnológico e o surgimento de novas alternativas construtivas

e funcionais e que eventuais desequilíbrios financeiros no contrato também estão sendo analisados neste processo.

Para o reinício efetivo de novas atividades de desenvolvimento e detalhamento dos projetos foi necessária uma licença prévia da PBH, para possibilitar a execução das sondagens nos traçados das linhas 2 e 3. Foi autorizado pela Diretoria da CBTU o Termo Aditivo ao contrato, incorporando o novo traçado da linha 2 pelo eixo da Avenida Amazonas. A CBTU solicitou ao Consórcio agilização nos serviços. A preparação dos processos de licenciamento relativos aos trabalhos de geotecnia (sondagens) foi concluída nos primeiros dias de dezembro, aguardando as ART's e assinaturas do contratado do Consórcio para protocolo na PBH. Não foi concluída nenhuma das atividades previstas no plano de trabalho apresentado pelo Consórcio, quando da retomada do contrato.

Não foram contemplados recursos para a Ação de Projetos das Linhas 2 e 3 na Proposta Orçamentária da CBTU para 2010. As atividades foram desenvolvidas com o RAP/2009, sendo pagos somente R\$0,39 milhão até dezembro/2010.

Na Proposta Orçamentária de 2011, que a CBTU apresentou em agosto/2010, não foi considerado nenhum recurso para esta Ação, assim como nada foi incluído no PLOA-2011(PL-59/2010).

Não foram realizadas atividades de janeiro a dezembro de 2010, não se registrando avanço físico considerável.

Em reunião realizada em abril/2010, na CBTU, o Consórcio projetista justificou que a interrupção no desenvolvimento dos trabalhos decorreu em razão de dificuldades contratuais advindas das mudanças tecnológicas e de custos de mercado que se apresentaram ao longo do período de paralisação, de 2004 até a retomada do contrato em setembro/2009. Desta forma, o Consórcio apresentou em maio/2010 um pleito para o equilíbrio do contrato. Após análise, a CBTU solicitou novos documentos e esclarecimentos que foram apresentados em julho. O processo do Termo de Alteração Contratual foi encaminhado, em agosto/2010, para análise e aprovação da Diretoria Técnica, sendo solicitado um melhor embasamento e complementação de informações.

Foi enviada no início de novembro/2010 correspondência ao Consórcio projetista considerando como findado o período de tratativas para o Termo de Alteração do contrato, visto que a documentação apresentada foi insuficiente para uma análise adequada das adequações propostas pelo Consórcio. Foi estabelecido prazo de 30 dias após seu recebimento, para que fossem encaminhados à CBTU os produtos desenvolvidos até o presente, conforme estabelecido no cronograma de desenvolvimento das atividades do contrato. Não havendo o recebimento destes produtos após findado este prazo, serão aplicadas as penalidades previstas em cláusula contratual, passando a contar para efeito de cálculo dos valores, todos os itens que, segundo o cronograma, deveriam ter sido entregues para aprovação da CBTU até outubro/2010.

Em novembro, o Consórcio manifestou posição de que atendeu a todas as solicitações e, sendo assim, consideravam injustas as colocações da correspondência recebida da CBTU. Solicitou que fossem reabertas as negociações e para isso foi enviada correspondência à Diretoria da CBTU. Informou que não têm produtos para apresentar, pois a etapa seguinte do contrato seria a execução das sondagens, cujos preços atuais motivaram as negociações para retomada do equilíbrio contratual e, que, portanto, somente com a finalização de uma negociação para um novo Termo de Alteração Contratual seriam retomados os trabalhos.

A solicitação do Consórcio em reabrir as tratativas de adequação do contrato não foi aceita pela CBTU. Considerando que findados os 30 dias não houve recebimento dos produtos por parte da CBTU, em 10/12/2010 foi emitida correspondência ao Consórcio informando sobre a aplicação das

penalidades contratuais e que o mesmo teria o prazo de cinco dias a contar da data do recebimento desta correspondência para apresentar recurso administrativo caso fosse de seu interesse.

O Consórcio interpôs recurso em 21/12/2010, que está sendo analisado pelo Departamento Jurídico da CBTU.

A CBTU desenvolve, ainda, ações dentro do Programa Nacional de Acessibilidade, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, visando a adequação de suas instalações às disposições do Decreto 5.296, de 2004, propiciando condições de acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e portadoras de deficiências. Estas ações se dão por meio da execução de intervenções realizadas em consonância com o disposto nas normas NBR-9050, sobre acessibilidade em geral e especificamente na norma NBR-14021 de Acessibilidade no Sistema de Trens Urbanos ou Metropolitanos. A adequação das instalações dos Sistemas de Trens Urbanos da CBTU à acessibilidade universal teve início a partir do exercício de 2008, quando se contou com valores aprovados e disponibilizados na LOA, totalizando R\$4,36 milhões para os cinco Sistemas. Em 2010, da mesma forma que em 2009, não houve disponibilização de limite orçamentário para aplicação dos R\$0,7 milhão aprovados na LOA, não possibilitando, assim, o progresso almejado das intervenções previstas.

A seguir, segue uma síntese das ações desenvolvidas:

PROGRAMA 1078 – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSIBILIDADE

10T7: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE RECIFE À ACESSIBILIDADE

Realizado até 2009: 9,46%

Meta para 2010: 0,52%

Realizado em 2010 até dezembro: 0,01%

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$29,5 milhões, a serem aplicados a partir de 2007 e terminando após 2011. Não houve liberação de limites orçamentários para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011 e teve a primeira liberação de recursos, aprovada na LOA/2008. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$6,8 milhões para o período de 2007 a 2009 tendo sido aprovado um total de R\$4,7 milhões para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

A LOA/2009 fixou o orçamento deste ano em R\$1,9 milhões para a ação. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano.

As principais ações a serem desenvolvidas são: Comunicação visual complementar que atenda as exigências do programa de acessibilidade utilizando o Braille; adaptação do layout interno dos trens, permitindo aos usuários de cadeira de rodas poderem viajar com segurança; Leds no interior dos trens para comunicação visual com os passageiros; piso tátil de orientação nas estações; rampas e corrimões com altura adequada nas estações para cadeiras de rodas; adaptações nos guichês das bilheterias; banheiros especiais para portadores de deficiências; adaptação em elevadores; vagas de estacionamento preferenciais e bebedouros.

A CBTU apresentou em julho/2009 ao MCid, a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$17,07 milhões, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade neste ano. Devido a insuficiência de recursos para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação, para o próximo exercício, com R\$0,15 milhão.

A LOA/2010 (Lei- 12.214) sancionada em 26/01/2010, destinou R\$0,15 milhão para a ação. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano.

Em março a CBTU solicitou um crédito de R\$0,02 milhão para suplementar a LOA/2010 aprovada para atender as ações necessárias ao Programa de Acessibilidade, conforme detalhado no Plano de Ação 2010.

Em 19/07/2010 foi solicitada a disponibilização de limite orçamentário para as Ações de Investimento da CBTU, num valor total de R\$25.273.392,00, aí incluídas as ações de acessibilidade.

O total do RAP/2008, inscrito em 2010, R\$0,004 milhão, já foi totalmente liquidado e pago.

Até 31/12/2010, não houve nenhuma liberação de recursos do orçamento deste exercício. As ações estavam sendo desenvolvidas com os recursos do RAP, já esgotado. Não houve avanço físico em dezembro. Não houve liquidações nem pagamentos em dezembro.

Principais ações em desenvolvimento:

Encontram-se em espera o Termo de Referência, já concluído, para contratação de Projetos de Adequação as Normas de Acessibilidade das Estações da Linha Sul, as homologações das licitações de Acessibilidade Tomada de Preços Nº 9/2009, bem como a da Estação Cabo da Linha Diesel.

10T3: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE BELO HORIZONTE À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Realizado até 2009: 0,85%

Meta para 2010: 1,26%

Realizado em 2010 até dezembro: 0,69%

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$61,2 milhões, a serem aplicados a partir de 2007 e terminando após 2011. Não houve liberação de limite orçamentário para empenho em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011 e teve a primeira liberação de recursos, aprovada na LOA/2008. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$6,7 milhões para o período de 2007 a 2009, tendo sido aprovado um total de R\$4,9 milhões para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

O Programa de Adequação à Acessibilidade da STU/BH está sendo revisado, buscando racionalizar as intervenções de forma a atender essencialmente as mais necessárias, em consonância com o Decreto 5.296, otimizando o prazo e os custos, previstos agora num total de R\$26,4 milhões, para realização total da Ação. O controle do avanço físico, tanto a meta para o ano como o a realizar mensalmente, já está referenciado a esta nova situação.

A LOA/2009 (Lei- 11.897) sancionada em 30/12/2008, fixou o orçamento deste ano em R\$3,9 milhões. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano. Prevê-se uma capacidade para absorver um orçamento ideal de R\$6,0 milhões para desenvolvimento das intervenções em 2009. As principais ações a serem desenvolvidas com estes recursos são: Comunicação visual complementar que atenda as exigências do programa de acessibilidade utilizando o Braille; adaptação do layout interno dos trens, permitindo aos usuários de cadeira de rodas poderem viajar com segurança; Leds no interior dos trens para comunicação visual com os passageiros; piso tátil de orientação nas estações; rampas e corrimões com altura

adequada nas estações para cadeiras de rodas; adaptações nos guichês das bilheterias; banheiros especiais para portadores de deficiências; adaptação em elevadores; vagas de estacionamento preferenciais e bebedouros.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$15,8 milhões, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade neste ano. A insuficiência de recursos para compor o PLOA/2010, só permitiu contemplar esta Ação, para o próximo exercício, com R\$0,15 milhão.

A LOA/2010 (Lei- 12.214) sancionada em 26/01/2010, fixou o orçamento deste ano em R\$0,15 milhão. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano.

Em março a CBTU solicitou um crédito de R\$4,9 milhões para suplementar a LOA/2010 aprovada para atender as ações necessárias ao Programa de Acessibilidade, conforme detalhado no Plano de Ação 2010.

Em 19/07/2010 foi enviada carta ao Ministério das Cidades, solicitando a Disponibilização de Limite Orçamentário para as Ações de Investimento da CBTU, num valor total de R\$25.273.392,00.

O total do RAP/2008, inscrito em 2010, R\$0,18 milhão, tem sido utilizados na ação de acessibilidade.

Até 31/12/2010, não houve nenhuma liberação de recursos do orçamento deste exercício. As ações estavam sendo desenvolvidas com os recursos do RAP até a conclusão em abril/2010, sendo que o avanço físico permanece em 0,69% até dezembro, tendo sido pagos R\$0,18 milhão até então. Não houve avanço físico em dezembro.

Principais ações desenvolvidas em 2010 com recursos de RAP/2009:

As adequações à acessibilidade na estação Santa Efigênia foram finalizadas com a conclusão da nova bilheteria; na estação Santa Tereza foram concluídos os banheiros, a nova bilheteria e o rearranjo físico na copa e cozinha para adequação da bilheteria; na estação Horto Florestal foram concluídos os banheiros, bilheterias e pisos podotátil; na estação Eldorado foi concluído o piso podotátil na plataforma de embarque e no Terminal rodoviário de Eldorado foram concluídos os pisos podotátil nas plataformas de embarque A, B, C e D e no acesso pela rua Jequitibás.

Em 2010 foram desenvolvidos os termos de referência abaixo, para utilização dos recursos previstos na LOA/2010 que no entanto não foram liberados:

- Consultoria relativa às normas de acessibilidade para avaliação de projetos e obras de acessibilidades já realizadas e em relação ao que está projetado;
- Adaptação da sinalização nas estações em geral; e
- Elaboração de projetos de acessibilidade para as estações de São Gabriel e Terminal rodoviário de São Gabriel, estação Primeiro de Maio, estação Waldomiro Lobo e estação Floramar.

10T6: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE NATAL À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Realizado até 2009: 11,95%

Meta para 2010: 4,87%

Realizado em 2010 até dezembro: 1,5%

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$3,9 milhões, a serem aplicados a partir de 2007 e terminando após 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$1,6 milhão para o período de 2007 a 2009 tendo sido aprovado um total de R\$0,9 milhões para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

A LOA/2009 (Lei 11.897) aprovou este ano R\$0,25 milhão. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema. Prevê-se uma capacidade para absorver um orçamento ideal de R\$0,5 milhão para desenvolvimento das intervenções em 2009.

A CBTU apresentou em julho/2009 ao MCid, a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$1,6 milhão, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade. Devido a insuficiência de recursos, na composição do PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação, para o próximo exercício, com R\$0,12 milhão.

A LOA/2010 (Lei- 12.214) sancionada em 26/01/2010, fixou o orçamento deste ano em R\$0,12 milhão. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano.

Em março a CBTU solicitou um crédito de R\$0,08 milhão para suplementar a LOA/2010 aprovada para atender as ações necessárias ao Programa de Acessibilidade, conforme detalhado no Plano de Ação 2010.

Em 19/07/2010 foi enviada carta ao Ministério das Cidades, solicitando a Disponibilização de Limite Orçamentário para as Ações de Investimento da CBTU, num valor total de R\$25.273.392,00, aí incluídas as ações de Acessibilidade.

Até 31/12/2010, não houve liberação de limite orçamentário para empenho. As ações estão sendo desenvolvidas com os recursos do RAP, sendo que não houve avanço físico em dezembro, tendo sido pagos R\$0,06 milhão até dezembro.

Principais ações em desenvolvimento:

- No dia 28 de novembro de 2010, com base nos valores aprovados na LOA-2010, foi licitada a Contratação dos Serviços de Engenharia para Reforma e Construção para adequação da Estação da Cidade da Esperança da CBTU/STU-NAT às normas de acessibilidade, onde a empresa vencedora apresentou proposta no valor de R\$51.812,18, com validade de sessenta dias, e a STU-NAT esta no aguardo da liberação de recurso para posterior contratação.

10T4: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE JOÃO PESSOA À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Realizado até 2009: 8,18%

Meta para 2010: 10,9%

Realizado em 2010 até dezembro: 0,00%

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta STU-JOP um total de R\$1,0 milhão, a ser aplicado a partir de 2007 e terminando em 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011 e teve a primeira aprovação de recursos na LOA/2008. A proposta previu, na

ocasião, a aplicação de R\$0,37 milhão para o período de 2007 a 2009, tendo sido aprovado um total de R\$0,16 milhão para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

A LOA/2009 (Lei- 11.897) sancionada em 30/12/2008, fixou o orçamento daquele ano em R\$0,07 milhão. Estes recursos não tiveram limite orçamentário disponibilizado.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$0,48 milhão, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade. Devido a restrição de recursos para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação, para este exercício, com R\$0,12 milhão.

A LOA/2010 (Lei- 12.214), sancionada em 26/01/2010, fixou o orçamento deste ano em R\$0,12 milhão. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema. Em março a CBTU solicitou um crédito suplementar de R\$0,01 milhão.

Em 19/07/2010 foi enviada carta ao Ministério das Cidades, solicitando a Disponibilização de Limite Orçamentário para as Ações de Investimento da CBTU, num valor total de R\$25.273.392,00, aí incluídas as ações de acessibilidade.

Não há RAP inscrito em 2010. Os recursos foram utilizados em sua totalidade na ação de acessibilidade no ano de 2009.

Até 31/12/2010, não houve nenhuma liberação de limite orçamentário para empenho. As ações estavam sendo desenvolvidas com os recursos do RAP/2008. Todas as ações programadas com recursos de RAP foram concluídas no ano de 2009, não havendo avanço físico até dezembro. Não houve liquidações, nem pagamentos em dezembro.

10T5: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE MACEIÓ À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Realizado até 2009: 2,57%

Meta para 2010: 4,88%

Realizado em 2010 até dezembro: 0,42%

A Ação foi implantada para atender o Decreto 5.296, de 2004, para adequação das instalações dos sistemas de trens urbanos da CBTU à acessibilidade universal.

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$6,3 milhões, começando em 2007 e concluindo após 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011 e teve a primeira liberação de recursos, aprovada na LOA/2008. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$0,98 milhão para o período de 2007 a 2009 tendo sido aprovado um total de R\$0,77 milhões para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

O sistema de Maceió irá passar por uma modernização a partir de 2011 e sofrerá uma adequação geral em todas as suas instalações, ou seja, estações, trens, oficinas e áreas operacionais e administrativas. O programa de acessibilidade irá complementar essa modernização instalando e complementando todos os quesitos necessários ao pleno atendimento a esse público, desde pisos, banheiros, rampas, passando por sonorização de avisos e alertas, até as bilheterias adaptadas.

A LOA/2009 (Lei- 11.897) sancionada em 30/12/2008 destinou R\$0,4 milhão para a ação. Estes recursos foram insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano.

Previu-se uma capacidade para absorver um orçamento ideal de R\$1,5 milhão para desenvolvimento das intervenções em 2009.

A CBTU apresentou em julho/2009 ao MCid, a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$1,4 milhão, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade neste ano. A LOA/2010 (Lei-12.214) sancionada em 26/01/2010, fixou o orçamento deste ano em R\$0,12 milhão. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano.

Em mar/2010 a CBTU solicitou um crédito de R\$1,3 milhões para suplementar a LOA/2010 atendendo as ações do Programa de Acessibilidade.

Em 19/07/2010 foi enviada carta ao Ministério das Cidades, solicitando a Disponibilização de Limite Orçamentário para as Ações de Investimento da CBTU, num valor total de R\$25.273.392,00.

O total do RAP/2008, inscrito em 2010, R\$0,04 milhão, tem sido utilizado na ação de acessibilidade.

Até 31/12/2010, não houve nenhuma liberação de recursos do orçamento deste exercício. As ações estavam sendo desenvolvidas com os recursos do RAP, tendo sido pagos R\$0,03 milhão até então.

As ações que faltam serão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Recuperação dos Trens Urbanos de Maceió.

2.4 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|---|--------------|---------------------|
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária) | 56202 | 275059 |

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|---------------|--------------------|----------------|
| | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas | |
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela | | 188.050.100,00 | 176.174.657,00 | 12.411.531,00 | 9.391.470,00 | 246.169.377,00 | 248.280.563,00 |
| | PLOA | | 188.050.100,00 | 176.174.657,00 | 12.411.531,00 | 9.391.470,00 | 212.898.393,00 | 248.280.563,00 |
| | LOA | | 188.050.100,00 | 176.174.657,00 | 12.411.531,00 | 9.391.470,00 | 212.898.393,00 | 248.280.563,00 |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 84.671.062,00 | 58.673.403,00 | 2.256.000,00 | 3.075.000,00 | 33.389.718,00 | 22.710.772,00 |
| | Especiais | Abertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | | Reabertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | Extraordinários | Abertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | | Reabertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | Créditos Cancelados | | -- | -- | -- | -2.593.000,00 | -- | -1.223.573,00 |
| Outras Operações | | | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Total | | | 272.721.162,00 | 234.848.060,00 | 14.667.531,00 | 9.873.470,00 | 246.288.111,00 | 269.767.762,00 |

Fonte: SIAFI gerencial - GEORC/GAPLO/DP

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Grupos de Despesa de Capital | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|-----------|------------------------------|----------------|---------------------------|------|--------------------------|---------------|
| | | | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | |
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | 481.843.386,00 | 192.855.900,00 | -- | -- | 29.690.133,00 | 72.002.705,00 |
| | PLOA | | 506.537.681,00 | 192.855.900,00 | -- | -- | 29.690.133,00 | 72.002.705,00 |
| | LOA | | 506.537.681,00 | 275.016.882,00 | -- | -- | 29.690.133,00 | 72.802.705,00 |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 19.000.000,00 | 224.353.900,00 | -- | -- | 4.108.000,00 | 6.020.000,00 |
| | Especiais | Abertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | | Reabertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | Extraordinários | Abertos | -- | 15.200.000,00 | -- | -- | -- | -- |
| | | Reabertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | Créditos Cancelados | | -246.832.055,00 | -66.196.445,00 | -- | -- | -- | -5.220.000,00 |
| Outras | | | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Total | | | 278.705.626,00 | 448.374.337,00 | 0,00 | 0,00 | 33.798.133,00 | 73.602.705,00 |

Fonte: SIAFI gerencial - GEORC/GAPLO/DP

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | |
|-----------------------------------|--------------------------|-----------|--------------------|----------------|---------------------|----------------|-----------------------------|------|
| | | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | |
| | | | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | 446.631.008,00 | 433.846.690,00 | 511.533.519,00 | 264.858.605,00 | -- | -- |
| | PLOA | | 413.360.024,00 | 433.846.690,00 | 536.227.814,00 | 264.858.605,00 | -- | -- |
| | LOA | | 413.360.024,00 | 433.846.690,00 | 536.227.814,00 | 264.858.605,00 | -- | -- |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 120.316.780,00 | 84.459.175,00 | 23.108.000,00 | 230.373.900,00 | -- | -- |
| | Especiais | Abertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | | Reabertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | Extraordinários | Abertos | -- | -- | -- | 15.200.000,00 | -- | -- |
| | | Reabertos | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| | Créditos Cancelados | | -- | -3.816.673,00 | -246.832.055,00 | -71.416.444,00 | -- | -- |
| Outras | | | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Total | | | 533.676.804,00 | 514.489.192,00 | 312.503.759,00 | 439.016.061,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: SIAFI gerencial - GEORC/GAPLO/DP

ANÁLISE CRÍTICA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

A UO apresentou ao Ministério das Cidades sua Proposta Orçamentária para 2010, considerando sua efetiva capacidade de execução das ações incluídas para o exercício. Em contrapartida, o Ministério das Cidades informou os limites autorizados para a UO e solicitou que fosse procedida a adequação da Programação Orçamentária para inclusão no PL-LOA 2011.

A se destacar como de grande significação/impacto para a Gestão da CBTU a exclusão no PL-LOA 2010 do encaminhamento da Dívida vencida com a Contribuição à Previdência Privada – Refer, que já montava, na época do encaminhamento da Proposta Orçamentária (JUL 2009), em R\$611.708.026,00.

Para as ações de Investimento incluídas no PAC e de Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió destaca-se um acréscimo de 42% nos valores da LOA em relação ao PL-LOA; para as outras ações do orçamento manteve-se a proposta apresentada no PL-LOA 2010.

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

A alteração significativa a se destacar ocorreu no Orçamento de Investimento nas ações do PAC, que receberam um grande volume de créditos adicionais (58% em relação ao valor aprovado na LOA 2010) ao longo de 2010 que foram importantes para o desenvolvimento destas ações.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|
| | | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | | | | | |
| | Recebidos | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial – GEORC/GAPLO/DP

Não foram recebidos ou concedidos créditos orçamentários por Movimentação Externa ou Interna no Exercício de 2010.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 - Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| Modalidade de Licitação | 82.598.658,83 | 298.302.107,53 | 54.267.481,87 | 294.896.451,41 |
| Convite | 1.058.587,27 | 718.737,01 | 275.724,72 | 662.767,69 |
| Tomada de Preços | 13.941.739,98 | 7.771.324,64 | 3.855.204,72 | 7.716.509,08 |
| Concorrência | 126.473.720,62 | 157.478.306,44 | 21.309.286,51 | 157.393.527,99 |
| Pregão | 82.520.032,13 | 132.333.739,44 | 54.188.855,17 | 129.123.646,65 |
| Concurso | 8.715,24 | - | 8.715,24 | - |
| Consulta | 78.626,70 | - | 78.626,70 | - |
| Registro de Preços | | - | - | - |
| Contratações Diretas | 51.430.481,87 | 52.652.555,49 | 44.8637.937,37 | 52.207.075,00 |
| Dispensa | 12.943.307,89 | 4.560.606,71 | 11.636.112,73 | 4.388.275,80 |
| Inexigibilidade | 38.487.173,16 | 48.091.948,78 | 33.231.824,64 | 47.818.799,20 |
| Regime de Execução Especial | 219.653,89 | 202.471,66 | 216.948,09 | 202.471,66 |
| Suprimento de Fundos | 219.653,89 | 202.471,66 | 216.948,09 | 202.471,66 |
| Pagamento de Pessoal | 177.612.189,91 | 213.005.252,31 | 177.612.189,91 | 213.003.047,27 |
| Pagamento em Folha | 177.133.382,54 | 211.890.138,82 | 177.133.382,54 | 211.890.138,82 |
| Diárias | 478.807,37 | 1.115.113,49 | 478.407,37 | 1.112.908,45 |
| Outros | 314.898.315,15 | 364.418.633,66 | 144.878.106,03 | 283.915.047,09 |

Fonte: SIAFI Gerencial - GEPL/GAPLO/DP

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores R\$1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| 1 – Despesas de Pessoal | 66.916.569,72 | 23.376.612,04 | 66.916.569,72 | 23.376.612,04 | 3.410.729,81 | 39.190.684,53 | 69.527.401,71 | 59.432.103,49 |
| 91 – sentenças judiciais | 64.366.728,05 | 21.383.167,89 | 64.366.728,05 | 21.383.167,89 | 3.410.729,81 | 39.189.244,01 | 67.091.259,93 | 57.142.712,69 |
| 13 – obrigações patronais | 2.533.210,55 | 1.992.658,41 | 2.533.210,55 | 1.992.658,41 | - | 1.440,52 | 2.341.136,74 | 2.198.658,41 |
| 11 – venc.vantagens fixas-civil | 14.413,88 | - | 14.413,88 | - | - | - | 14.413,88 | 74.479,05 |
| Demais elementos do grupo | 2.217,24 | 785,74 | 2.217,24 | 785,74 | - | - | 80.591,16 | 16.253,34 |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | 10.946.984,46 | 7.037.141,52 | 497.169,91 | 7.037.141,52 | 0 | 0 | 10.946.984,46 | 7.037.141,52 |
| 21 - juros | 10.449.814,55 | 6.683.096,99 | - | 6.683.096,99 | - | - | 10.449.814,55 | 6.683.096,99 |
| 22 – encargos | 497.169,91 | 354.044,53 | 497.169,91 | 354.044,53 | - | - | 497.169,91 | 354.044,53 |
| 3º elemento de despesa | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais elementos do grupo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3 – Outras Despesas Correntes | 232.752.299,56 | 247.051.285,64 | 232.752.299,56 | 247.051.285,64 | 41.245.820,27 | 45.712.446,72 | 247.322.278,68 | 269.471.711,33 |
| 39 - serviços de terceiros PJ | 140.358.839,22 | 152.694.007,82 | 140.358.839,22 | 152.694.007,82 | 8.785.801,98 | 17.052.975,40 | 146.055.578,76 | 169.594.512,37 |
| 91 – sentenças judiciais | 37.960.787,87 | 33.783.287,87 | 37.960.787,87 | 33.783.287,87 | 21.237.013,98 | 22.247.798,16 | 38.123.200,58 | 34.818.734,86 |
| 30 – material de consumo | 16.727.170,88 | 16.768.256,64 | 16.727.170,88 | 16.768.256,64 | 10.768.442,50 | 5.768.125,82 | 25.198.129,24 | 24.380.717,24 |
| Demais elementos do grupo | 37.705.501,59 | 43.805.733,31 | 37.705.501,59 | 43.805.733,31 | 454.561,81 | 643.547,34 | 37.945.370,10 | 40.677.746,86 |

Fonte: SIAFI Gerencial - GEPL/GAPLO/DP

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|--|-------------------|----------------|-------------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| 4 – Investimentos | 286.490.559,28 | 408.297.198,75 | 286.490.549,28 | 408.297.198,75 | 489.446.245,49 | 496.834.559,26 | 558.726.107,93 | 588.795.500,88 |
| 51 - Obras e Instalações | 159.508.407,54 | 328.058.751,94 | 159.508.407,54 | 328.058.751,94 | 342.432.853,56 | 302.430.451,63 | 356.708.906,41 | 429.796.265,33 |
| 52 - Equip. Mat. Permanente | 77.712.151,74 | 80.055.786,53 | 77.712.141,74 | 80.055.786,53 | 106.513.391,93 | 145.134.107,63 | 112.247.201,52 | 145.213.598,67 |
| 42 - Auxílios | 49.270.000,00 | | 49.270.000,00 | | 40.500.000,00 | 49.270.000,00 | 89.770.000,00 | 12.696.000,00 |
| Demais elementos do grupo | | 182.660,28 | | 182.660,28 | | | | 1.089.636,88 |
| 5 – Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6 – Amortização da Dívida | 23.991.271,81 | 26.868.035,35 | 23.991.271,81 | 26.868.035,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.868.035,35 |
| 71 - Principal dívida por contrato | 23.991.271,81 | | 23.991.271,81 | | | | | |
| 77 - Principal corrigido dívida refinanciada | | 14.150.727,77 | | 14.150.727,77 | | | | 14.150.727,77 |
| 76 - principal dívida | | 12.717.307,58 | | 12.717.307,58 | | | | 12.717.307,58 |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial - GEPL/GAPLO/DP

ANÁLISE CRÍTICA

Alterações significativas ocorridas no exercício:

- Em relação às Despesas por Modalidade de Contratação

Devido ao aumento do orçamento significativo no exercício das ações de Investimento do PAC verificou-se um maior volume de contratações por Concorrência e Pregão Eletrônico em relação ao Exercício Anterior (2009).

- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não ocorreram alterações significativas no exercício, as relações da classificação por elementos de despesa se mantiveram na mesma proporção.

- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Além do volume maior de despesa com os investimentos devido aos créditos orçamentários aprovados para as ações do PAC ao longo do exercício, as relações da classificação por elementos de despesa se mantiveram na mesma proporção.

Contingenciamento no exercício:

A gestão orçamentária exigiu ação intensiva da CBTU objetivando recompor o Orçamento de 2010, uma vez que as dotações inicialmente aprovadas na LOA se apresentaram num nível abaixo dos valores ideais para a execução das ações.

Para as Atividades ocorreu contingenciamento orçamentário ao longo do exercício, o que gerou várias solicitações de liberação de limites orçamentários objetivando a sua execução regular. Tais liberações apenas permitiam atender as necessidades mínimas da CBTU.

Em relação às ações incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, as liberações de limite orçamentário foram atendidas de acordo com as solicitações encaminhadas ao Ministério das Cidades.

Do mesmo modo que as ações de Atividades, as ações de Investimento não incluídas no PAC também exigiram pedidos especiais de liberação de recursos da CBTU ao Ministério das Cidades para a sua disponibilização.

Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária:

Todos os problemas citados (problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental) apresentam impactos negativos com consequências na execução orçamentária, mas, com certeza nenhum tem maior impacto negativo na Gestão Orçamentária do que a liberação irregular de recursos comprometendo a execução orçamentária como um todo, devido a impossibilidade do gestor de oferecer garantias de que os recursos estarão disponíveis conforme a programação das obras ou serviços contratados.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|------------------------------------|-------------------|------|--------------|------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| Licitação | | | | |
| Convite | | | | |
| Tomada de Preços | | | | |
| Concorrência | | | | |
| Pregão | | | | |
| Concurso | | | | |
| Consulta | | | | |
| Contratações Diretas | | | | |
| Dispensa | | | | |
| Inexigibilidade | | | | |
| Regime de Execução Especial | | | | |
| Suprimento de Fundos | | | | |
| Pagamento de Pessoal | | | | |
| Pagamento em Folha | | | | |
| Diárias | | | | |
| Outras | | | | |

Fonte:GEORC/GAPLO/DP

Não houve créditos recebidos por movimentação no exercício de 2011

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---------------------------------------|-------------------|------|-------------------|------|--------------------|------|---------------|------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| 1 – Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 3- Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:GEORC/GAPLO/DP:

Não houve créditos recebidos por movimentação no exercício de 2011

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|--------------------------------------|-------------------|------|-------------------|------|--------------------|------|---------------|------|
| | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
| 4 - Investimentos | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 5 - Investimentos Financeiros | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6 - Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte:GEORC/GAPLO/DP:

Não houve créditos recebidos por movimentação no exercício de 2011

2.4.3 - Indicadores Institucionais

Os indicadores considerados pela CBTU são aqueles registrados no SIGPLAN (demanda transportada em cada um dos cinco sistemas operados pela CBTU e Taxa de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos).

A demanda transportada é o número de passageiros transportados, contabilizados nas bilheterias das estações, em cada um dos sistemas.

A taxa de transferência da gestão dos sistemas de trens urbanos é um valor percentual indicativo da evolução do programa, à medida em que os sistemas vão tendo suas gestões transferidas para os poderes locais de governo. O fator de ponderação adotado equivale à relação:

$$[(\text{passageiro} \times \text{km}) / (\text{km de linha})] \times [\text{população dos municípios atendidos}]$$

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos

4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

4.1 - PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2010 |
| 2009 | 4.689.916,85 | 28.016,16 | 4.586.498,11 | 73.402,58 |
| 2008 | 752.556,99 | 506.605,56 | 237.621,42 | 8.330,01 |
| 2007 | 2.078.689,89 | 51.429,10 | 1.555.824,16 | 471.436,63 |
| 2006 | 447.002,63 | 308.018,16 | 106.938,47 | 32.046,00 |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2010 |
| 2009 | 344.819.989,52 | 4.890.317,25 | 173.682.971,45 | 166.246.700,82 |
| 2008 | 189.306.229,38 | 333.158,42 | 113.737.036,93 | 75.236.034,03 |
| 2007 | 49.098.298,61 | 112.659,56 | 20.554.796,28 | 28.430.872,77 |
| 2006 | 3.756.363,47 | 0,01 | 3.756.363,46 | - |
| 2005 | 139.205,28 | 46.260,51 | 92.944,77 | - |
| Observações: - | | | | |

Fonte:GEFIN/GAFIN/DA

4.2 - ANÁLISE CRÍTICA

A análise dos recursos inscritos em Restos a Pagar está descrita em cada uma das ações orçamentárias, no capítulo 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, item 2.3 – PROGRAMAS DE GOVERNO.

5. RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

| Tipologias dos Cargos | | Lotação | | Ingressos em 2010 | Egressos em 2010 |
|-----------------------|---|--------------|--------------|-------------------|------------------|
| | | Autorizada | Efetiva | | |
| 1 | Provimento de cargo efetivo | 3.462 | 3.097 | 255 | 59 |
| 1.1 | Membros de poder e agentes políticos | | | | |
| 1.2 | Servidores de Carreira | | 2.732 | 145 | 59 |
| 1.2.1 | Servidor de carreira vinculada ao órgão | | 2.731 | 145 | 59 |
| 1.2.2 | Servidor de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 1.2.3 | Servidor de carreira em exercício provisório | | | | |
| 1.2.4 | Servidor requisitado de outros órgãos e esferas | | 1 | | |
| 1.3 | Servidores com Contratos Temporários | | | | |
| 1.4 | Servidores Cedidos ou em Licença | | 365 | 110 | 0 |
| 1.4.1 | Cedidos | | 352 | 110 | 0 |
| 1.4.2 | Removidos | | | | |
| 1.4.3 | Licença remunerada | | | | |
| 1.4.4 | Licença não remunerada | | 13 | | |
| 2 | Provimento de cargo em comissão | | 358 | 15 | 29 |
| 2.1 | Cargos Natureza Especial | | | | |
| 2.2 | Grupo Direção e Assessoramento superior | | 358 | 15 | 29 |
| 2.2.1 | Servidor de carreira vinculada ao órgão | | 248 | | 11 |
| 2.2.2 | Servidor de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 2.2.3 | Servidor de outros órgãos e esferas | | 3 | | |
| 2.2.4 | Sem vínculo | | 107 | 15 | 18 |
| 2.2.5 | Aposentado | | | | |
| 2.3 | Funções gratificadas | | | | |
| 2.3.1 | Servidor de carreira vinculada ao órgão | | | | |
| 2.3.2 | Servidor de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 2.3.3 | Servidor de outros órgãos e esferas | | | | |
| 3 | Total | | 3.455 | 270 | 88 |
| | Aposentados por invalidez | | 33 | | |
| 3.1 | Total (2) | | 3.488 | 270 | 88 |
| | Sem vínculo (Diretor Presidente, Diretor) | | 2 | | |
| | Sem vínculo (Conselho de Administração e Fiscal) | | 7 | | |
| 3.2 | Total (3) | | 3497 | 270 | 88 |

Fonte: SIAPE – GAREH/DA

Nota 1 - Os empregados aposentados por invalidez pelo Regime Geral da Previdência Social permanecem no quadro efetivo.

Nota 2 – Os Conselheiros e Diretores sem vínculo foram destacados do efetivo total.

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

| Tipologias do Cargo | Faixa Etária (anos) | | | | |
|--|---------------------|------------|-------------|------------|-------------|
| | Até 30 | De 31 a 40 | De 41 a 50 | De 51 a 60 | Acima de 60 |
| 1. Provimento de cargo efetivo | 379 | 394 | 1289 | 952 | 83 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | 375 | 389 | 1187 | 733 | 48 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | | | | | |
| 1.4. Servidores Cedidos ou em Licença | 4 | 5 | 102 | 219 | 70 |
| 2. Provimento de cargo em comissão | 24 | 47 | 140 | 124 | 23 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 8 | 24 | 123 | 93 | 3 |
| 2.3. Funções gratificadas | | | | | |
| Contratados cargo em comissão (livre provimento) | 16 | 23 | 17 | 31 | 20 |

Fonte: SIAPE – GAREH/DA

Nota 1. No quadro acima, deixou-se de informar 33 empregados do quadro efetivo, aposentados por invalidez no Regime Geral da Previdência Social.

Nota 2. Também não foram informados 7 conselheiros e 2 diretores, sem vínculo empregatício.

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

| Tipologias do Cargo | Nível de Escolaridade | | | | | | | | |
|--|-----------------------|-----------|------------|------------|-------------|------------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1. Provimento de cargo efetivo | 0 | 33 | 255 | 419 | 1913 | 471 | 0 | 5 | 1 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | 0 | 33 | 130 | 312 | 1792 | 429 | 0 | 5 | 1 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | |
| 1.4. Servidores Cedidos ou em Licença | 0 | 0 | 95 | 107 | 121 | 42 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Provimento de cargo em comissão | 2 | 1 | 43 | 62 | 87 | 161 | 0 | 2 | 0 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 2 | 1 | 42 | 59 | 70 | 75 | 0 | 2 | 0 |
| 2.3. Funções gratificadas | | | | | | | | | |
| Contratados cargo em comissão (livre provimento) | 0 | 0 | 1 | 3 | 17 | 86 | 0 | 0 | 0 |

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE – GAREH/DA

Nota 1. No quadro acima, deixou-se de informar 33 empregados do quadro efetivo, aposentados por invalidez no Regime Geral da Previdência Social.

Nota 2. Não foram informados 7 conselheiros e 2 diretores, sem vínculo empregatício.

5.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Não há

FONTE: GEARH/GAREH/DA

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Não há

FONTE: GEARH/GAREH/DA

5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Custo do exercício (Valores em R\$1,00) |
|-----------------------|---|--------------|--------------|--------------|--|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| Nível superior | | | | | |
| Área Fim | 33 | 40 | 35 | 40 | 442.206,00 |
| Área Meio | 231 | 226 | 242 | 274 | 1.140.298,00 |
| Nível Médio | | | | | |
| Área Fim | 9 | 16 | 10 | 10 | 46.814,00 |
| Área Meio | 25 | 54 | 37 | 38 | 201.325,00 |

Fonte: GEARH/GAREH/DA

5.4 – QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS
DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R\$1,00

| Tipologias / Exercícios | Vencimentos e vantagens fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Total |
|---|-------------------------------|--------------------|---------------|-------------|--------------|--|---------------------------|--------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e previdenciários | Demais despesas variáveis | |
| Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | |
| 2008 | | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | | |
| 2010 | | | | | | | | |
| Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão | | | | | | | | |
| 2008 | 89.048.485, | | | 10.413.489, | | 24.789.442, | 7.777.162, | 132.028.578, |
| 2009 | 98.257.719, | | | 10.606.693, | | 26.636.831, | 8.321.544, | 143.822.787, |
| 2010 | 120.212.727, | | | 14.002.060, | | 26.773.138, | 9.086.857, | 170.074.782, |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | |
| 2008 | | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | | |
| 2010 | | | | | | | | |
| Servidores Cedidos com ônus ou em Licença | | | | | | | | |
| 2008 | | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | | |
| 2010 | | | | | | | | |
| Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | |
| 2008 | | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | | |
| 2010 | | | | | | | | |
| Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | |
| 2008 | | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | | |
| 2010 | | | | | | | | |
| Servidores ocupantes de Funções gratificadas | | | | | | | | |
| 2008 | 10.696.522, | | | | | 160.452, | | 10.856.974, |
| 2009 | 12.611.978, | | | | | 182.295, | | 12.794.273, |
| 2010 | 19.642.747, | | | | | 175.303, | | 19.818.050, |

Fonte: GEARH/GAREH/DA

5.5 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|---|---|---|---|---|------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos do Recife | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275057/27209 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0006-30 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2005 | L | O | CTR 018/2005 | 74.114.968/0001-85 | 15/06/05 | 14/12/10 | | | | | | | E |
| 2005 | L | O | CTR 019/2005 | 74.114.968/0001-85 | 15/06/05 | 14/12/10 | | | | | | | E |
| 2006 | L | O | CTR 026/2006 | 09.863.853/0001-21 | 22/05/06 | 21/05/11 | | | | | | | P |
| 2006 | L | O | CTR 027/2006 | 01.818.039/0001-83 | 22/05/06 | 21/05/11 | | | | | | | P |
| 2006 | L | O | CTR 028/2006 | 01.818.039/0001-83 | 22/05/06 | 21/05/11 | | | | | | | P |
| 2007 | V | O | CTR 001/2007 | 03.401.987/0001-44 | 01/01/07 | 31/12/11 | | | | | | | P |
| 2009 | V | O | CTR 007/2009 | 06.914.655/0001-51 | 06/08/09 | 04/08/11 | | | | | | | P |
| 2010 | L | O | CTR 062/2010 | 74.114.968/0001-85 | 01/12/10 | 30/11/11 | | | | | | | A |
| 2010 | L | O | CTR 063/2010 | 74.114.968/0001-85 | 01/12/10 | 30/11/11 | | | | | | | A |
| Observação: | | | | | | | | | | | | | |
| Os dados relativos a escolaridade não foram preenchidos por ser dado não exigido no edital | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: GIPLA/STU-REC

| <u>Unidade Contratante</u> | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|---------------------------|--------------------------|---|----------|---|-----|-----|-----|---|---|----------------------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275058/27209 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0005-50 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do contrato | Empresa Contratada(CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Situação do Contrato |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2007 | L | O | 003/2007 | 04268943/0001-50 | 24/01/07 | 23/07/11 | | | 30 | 30 | | | P |
| 2009 | L | O | 029/2009 | 02812740/0001-58 | 01/09/09 | 31/08/11 | 153 | 153 | | | | | P |
| 2009 | V | O | 040/2009 | 00215978/0001-70 | 23/10/09 | 22/10/11 | 144 | 144 | | | | | P |
| 2009 | L | O | 017/2009 | 04268943/0001-50 | 18/05/09 | 17/05/12 | 106 | 106 | | | | | P |
| 2010 | V | O | 018/2010 | 00215978/0001-70 | 09/08/10 | 22/10/11 | | | 187 | 187 | | | P |
| 2010 | L | O | 030/2010 | 60902939/0001-73 | 30/12/10 | 29/12/11 | 52 | 52 | | | | | A |
| 2011 | L | O | 003/2011 | 04712320/0001-25 | 31/01/11 | 30/01/12 | | | | | | | A |
| 2010 | L | O | 029/2010 | 26269308/0001-20 | 21/12/10 | 20/12/11 | 10 | 10 | | | | | |

Fonte: GIPLA/STU-BH

| <u>Unidade Contratante</u> | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|----|---|---|---|---|------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos de Natal | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275066/27209 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0009-83 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2009 | L | O | CONECTA | 02.477.341/0001-88 | 04/01/10 | 03/01/11 | 22 | 22 | | | | | P |
| 2009 | V | O | INTERFORT | 04.008.185/0001-31 | 30/12/09 | 29/12/10 | 36 | 36 | | | | | E |
| 2010 | V | O | FLASH | 08.692.312/0001-15 | 30/12/10 | 29/12/11 | 45 | 45 | | | | | A |
| Observação: A coluna Identificação do Contrato está preenchida com o primeiro nome da contratada por não se utilizar essa identificação na STU-NAT | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: GIPEN/STU-NAT

| <u>Unidade Contratante</u> | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|---------------------------|--|---|--------------------------|---|----|---|----|---|---|------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275079/27209 | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0009-83 | | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2006 | L | O | CTR 008/2006 | EMPRESS EMPRESA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA (09.323.163/0001-80) | 24/06/06 | 23/11/11 | | 29 | | | | | P |
| 2010 | V | O | CTR 002/2010 | SHANALLY SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA (09.222.175/0001-18) | 07/01/10 | 06/01/10 | | | | 77 | | | P |

Fonte: GIPEN/STU-JOP

| <u>Unidade Contratante</u> | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|---|---|---|---|---|------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos de Maceió | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275078/27209 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0011-06 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2008 | L | O | 13 | 02.297.645/0001-63 | 09/06/08 | 06/06/11 | | | | | | | P |
| 2010 | V | O | 5 | 00.621.158/0001-81 | 18/02/10 | 19/09/10 | | | | | | | E |
| 2010 | V | E | 14 | 01.873.815/0001-48 | 20/09/10 | 40592 | | | | | | | A |
| Observação: Não é feita exigência de escolaridade no edital. Ctr 013 (14 postos / 29 empregados); Ctr 005 (18 postos / 58 empregados); Ctr 014 (18 postos / 60 empregados). Nº de empregados conforme relação apresentada pela contratada. | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: GIPEN/STU-MAC

| <u>Unidade Contratante</u> | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|---------------------------|--------------------|---|------------------------|---|----|----|----|---|--|------|
| Nome: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Administração Central | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275068/27209 | | | | | | CNPJ: 42357483/0001-26 | | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | P | C | P | C | P | C | | | |
| 2007 | L | O | 017/07-DA | 002975060001/04 | 19/07/07 | 17.07.2011 | 25 | 25 | 1 | 01 | | | P |
| 2008 | V | O | 009/08-DA | 313763610001/60 | 29/04/08 | 28.04.2011 | | | 27 | 27 | | | P |

Fonte: GEAPO/GASER/DA

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|---------------------------|---------------------------|--|----------|---|---|---|---|---|---|------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos do Recife | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275057/27209 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0006-30 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratada | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2005 | 2 | O | CTR 063/2005 | 01.097.967/0001-04 | 01/02/05 | 30/04/11 | | | | | | | P |
| 2006 | 2 | O | CTR 014-C/2006 | 04.791.213/0001-30 | 29/05/06 | 27/06/11 | | | | | | | P |
| 2006 | 2 | O | CTR 039/2006 | 03.537.091/0001-97 | 17/07/06 | 16/07/11 | | | | | | | P |
| 2008 | 1 | O | CTR 002/2008 | 02.076.111/0001-07 | 15/02/08 | 14/02/11 | | | | | | | E |
| 2008 | 2 | O | CTR 033/2008 | 04.791.213/0001-30 | 19/01/09 | 18/01/11 | | | | | | | P |
| 2009 | 1 | O | CTR 001/2009 | 03.822.268/0001-05 | 02/02/09 | 01/02/11 | | | | | | | P |
| 2009 | 1 | O | CTR 003/2009 | 04.120.180/0001-04 | 01/03/09 | 28/02/11 | | | | | | | E |
| 2009 | 1 | O | CTR 031/2009 | 11.542.750/0001-01 | 21/12/09 | 20/02/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 1 | O | CTR 001/2010 | 74.114.968/0001-85 | 01/01/10 | 31/12/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 1 | O | CTR 002/2010 | 74.114.968/0001-85 | 01/01/10 | 31/12/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 1 | O | CTR 003/2010 | 07.791.213/0001-30 | 13/01/10 | 11/01/12 | | | | | | | P |
| 2010 | 1 | O | CTR 017/2010 | 07.791.213/0001-30 | 19/07/10 | 18/07/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 1 | O | CTR 018/2010 | 07.791.213/0001-30 | 19/07/10 | 18/07/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 1 | O | CTR 052/2010 | 03.822.268/0001-05 | 01/11/10 | 31/10/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 1 | O | CTR 053/2010 | 11.111.189/0002-69 | 01/11/10 | 31/10/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 1 | O | CTR 098/2010 | 02.076.111/0001-07 | - | - | | | | | | | |
| Observação: Os dados relativos à escolaridade não foram preenchidos por não ser dado exigido no edital Ainda não foi emitida a ordem de serviço do CTR 098/2010 | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: GIPLA/STU-REC

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|-----|---------------------------|--------------------------|---|----------|---|----|-----|-----|----|----|----------------------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275058/27209 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0005-50 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat | Identificação do contrato | Empresa Contratada(CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Situação do Contrato |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2006 | 2 | O | 043/2006 | 33583592/0001-70 | 01/11/06 | 31/10/11 | 27 | 27 | | | | | P |
| 2007 | 2 | O | 031/2007 | 04268943/0001-50 | 01/11/07 | 31/10/11 | | | 3 | 3 | | | P |
| 2008 | 2 | O | 005/2008 | 17422056/0001-37 | 03/03/08 | 02/03/11 | | | 6 | 6 | 37 | 37 | A |
| 2008 | 2 | O | 021/2008 | 07071877/0001-12 | 01/08/08 | 31/03/11 | | | 5 | 5 | | | P |
| 2009 | 2 | O | 032/2009 | 06090065/0001-51 | 01/09/09 | 31/08/11 | | | 252 | 252 | | | P |
| 2010 | 2 | O | 011/2010 | 08573956/0001-94 | 09/07/10 | 08/07/11 | | | | | | | A |
| 2005 | 2 | O | 053/2005 | 66455536/0001-00 | 12/12/05 | 11/12/11 | | | 7 | 7 | | | |
| 2009 | 2 | O | 044/2009 | 61288437/0001-67 | 09/11/09 | 08/11/11 | | | 43 | 43 | | | |
| 2009 | 2 | O | 045/2009 | 05617681/0001-55 | 22/11/09 | 18/11/11 | | | 28 | 28 | | | |
| 2009 | 2 | O | 047/2009 | 06202038/0001-23 | 04/01/10 | 03/01/12 | | | 11 | 11 | | | |
| 2010 | 2 | O | 003/2010 | 03367118/0001-40 | 18/02/10 | 17/02/11 | | | 54 | 54 | | | |
| 2010 | 2 | O | 015/2010 | 06202038/0001-23 | 08/09/10 | 07/05/11 | | | 19 | 19 | | | |
| 2010 | 2 | O | 025/2010 | 04788920/0001-77 | 16/11/10 | 13/02/11 | | | 9 | 9 | | | |
| 2010 | 2 | O | 023/2010 | 06226061/0001-58 | 13/09/10 | 12/03/11 | | | 7 | 7 | | | |
| 2010 | 2 | O | 028/2010 | 00213128/0001-33 | 27/12/10 | 26/04/11 | | | 8 | 8 | | | |
| 2010 | 2 | O | 031/2010 | 71354922/0001-45 | 30/12/10 | 29/12/11 | | | 25 | 25 | | | |
| 2010 | 2 | O | 032/2010 | 002131280001-33 | 30/12/10 | 29/03/11 | | | 8 | 8 | | | |
| 2009 | 2 | O | 007/2009 | 05802196/0001-51 | 26/01/09 | 25/04/11 | | | 1 | 1 | 2 | 2 | |

Fonte: GIPLA/STU-BH

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|---|----|----|----|----|------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos de Natal | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 27209/275066 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0009-83 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2008 | 2 | O | PÉROLA | 70.314.745/0001-00 | 26/12/08 | 25/12/11 | | | | | | | P |
| 2008 | 1 | O | JMT-AA | 07.442.731/0001-36 | 29/12/08 | 28/12/11 | 1 | 1 | 15 | 15 | | | P |
| 2008 | 1 | O | SS | 03.159.145/0001-28 | 30/12/08 | 29/12/11 | | | | | | | P |
| 2009 | 4 | O | JMT-LOCO | 07.442.731/0001-36 | 31/12/09 | 03/04/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 7 | O | RMS | 00.816.568/0001-85 | 30/07/10 | 01/08/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 1 | O | JMT-BILHET | 07.442.731/0001-36 | 29/12/10 | 28/12/11 | | | | | | | A |
| 2009 | 7 | O | CIEE-ESTÁG. | 61.600.839/0001-55 | 23/07/09 | 22/03/11 | | | 2 | 2 | 13 | 13 | P |
| 2007 | 7 | O | SESI-MED. TR | 03.784.822/0001-07 | 31/08/07 | 30/08/11 | | | | | 1 | 1 | P |
| 2007 | 7 | O | SESI-SEG. TR | 03.784.822/0001-07 | 31/08/07 | 30/08/11 | | | 1 | 1 | 1 | 1 | P |

Observação:

A coluna Identificação do Contrato está preenchida com o primeiro nome da contratada por não se utilizar essa identificação na STU-NAT

Fonte: GIPEN/STU-NAT

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|---------------------------|--|---|----------|---|----|----|----|---|---|------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275079/27209 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0010-17 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2008 | 6 | O | CTR 002/2008 | CIEE (61.600.839/0001-55) | 11/01/08 | 03/12/11 | | | | | | 7 | A |
| 2010 | 2 | O | CTR 001/2010 | TERRAFIRME CONTRUÇÕES LTDA (04.057.382/0001-40) | 04/01/10 | 03/01/11 | 20 | 20 | | | | | E |
| 2010 | 4 | O | CTR 008/2010 | ELÉTRICA ENGENHARIA E CONSULT. LTDA (10.264.684/0001-92) | 06/07/10 | 30/06/11 | | | 10 | 10 | | | P |
| 2005 | 7 | O | CTR 013/2005 | L&M SERVICOS E CONSERVACAO DE BENS LTDA (08.545.485/0001-00) | 01/02/10 | 31/01/11 | | 14 | | 5 | | | P |
| 2006 | 7 | O | CTR 011/2006 | L&M SERVICOS E CONSERVACAO DE BENS LTDA (08.545.485/0001-00) | 04/09/06 | 04/09/11 | | | | 28 | | | P |
| 2006 | 1 | O | CTR 021/2006 | HIGIENE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA ME (10.746.436/0001-88) | 11/01/10 | 11/01/11 | | | | 5 | | | P |

Fonte: GIPEN/STU-JOP

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|---------------------------|--------------------|---|----------|---|---|---|---|---|---|------|
| Nome: Superintendência de Trens Urbanos de Maceió | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275078/27209 | | | | | | | CNPJ: 42.357.483/0011-06 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2010 | 1 | O | 002 | 02.297.645/0001-63 | 17/01/10 | 16/01/12 | | | | | | | P |
| 2009 | 2 | O | 23 | 02.570.458/0001-01 | 31/12/09 | 31/12/10 | | | | | | | E |
| 2009 | 2 | O | 18 | 09.347.462/0001-54 | 31/12/09 | 12/01/11 | | | | | | | E |
| 2009 | 2 | O | 19 | 04.791.213/0001-30 | 31/12/09 | 31/12/11 | | | | | | | P |
| 2009 | 2 | O | 20 | 04.791.213/0001-30 | 31/12/09 | 31/12/11 | | | | | | | P |
| 2009 | 2 | O | 21 | 02.297.645/0001-63 | 31/12/09 | 11/03/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 2 | O | 19 | 09.347.462/0001-54 | 16/12/10 | 15/12/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 2 | E | 20 | 41.167.347/0001-01 | 16/12/10 | 16/10/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 2 | E | 21 | 10.358.148/0001-56 | 16/12/10 | 16/10/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 2 | O | 22 | 09.347.462/0001-54 | 21/12/10 | 21/04/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 2 | E | 23 | 07.325.162/0001-49 | 23/12/10 | 23/06/11 | | | | | | | A |
| 2008 | 3 | O | 13 | 02.297.645/0001-63 | 09/06/08 | 06/06/11 | | | | | | | P |
| 2008 | 4 | O | 28 | 09.259.936/0001-06 | 15/12/08 | 14/12/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 4 | O | 18 | 09.259.936/0001-06 | 26/11/10 | 25/11/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 4 | O | 27 | 62.739.339/0001-61 | 31/12/10 | 30/12/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 4 | O | 28 | 06.298.222/0001-19 | 31/12/10 | 30/06/11 | | | | | | | A |
| 2010 | 6 | O | 9 | 61.600.839/0001-55 | 28/04/10 | 27/04/12 | | | | | | | A |
| 2008 | 7 | O | 18 | 61.600.839/0001-55 | 19/08/08 | 19/08/11 | | | | | | | A |
| 2008 | 7 | O | 22 | 04.034.359/0001-30 | 04/11/08 | 04/11/11 | | | | | | | P |
| 2009 | 7 | O | 15 | 05.419.785/0001-55 | 07/10/09 | 07/10/11 | | | | | | | P |
| 2010 | 7 | O | 24 | 11.757.774/0001-88 | 24/12/10 | 23/12/11 | | | | | | | A |

Observação:

CTR 002/10 (33 empregados/ 17 postos); CTR 018/09 (24 empregados); CTR 019/09 (17 empregados); CTR 020/09 (26 empregados); CTR 021/09 (13 empregados); CTR 023/09 (8 empregados); CTR 013/08 (29 empregados/ 14 postos); CTR 028/08 (7 empregados / 1 posto); CTR 009/10 (6 menores); CTR 018/08 (27 estagiários); CTR 022/08 (7 empregados / 6 postos); CTR 015/09 (37 empregados/ 18 postos); CTR 024/10 (7empregados / 6 postos). CTR'S 019/10, 020/10, 021/10, 022/10, 023/10, CTR 018/10, 027/10 e 028/10 - contratos firmados ao final de dezembro de 2010. As informações relativas a mão de obra ainda não estão disponíveis.

Fonte: GIPEN/STU-MAC

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|---------------------------|--------------------|---|----------|---|----|----|----|---|---|------|
| Nome: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Administração Central | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275068/27209 | | | | | | | CNPJ: 42357483/0001-26 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Nat. | Identificação do Contrato | Empresa Contratada | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2010 | 1, 3 | O | 002-10/DA | 07.581.273/0001-16 | 01/04/10 | 31/03/11 | 09 | 09 | 02 | 02 | | | P |
| 2009 | 2 | O | 016-09/DA | 02.819.827/0001-57 | 27/10/09 | 06/05/11 | 1 | 1 | 1 | 1 | | | P |
| 2010 | 1 | O | 003-10/DA | 02.462.167/0001-08 | 05/04/10 | 04/09/11 | | | 1 | 1 | | | A |
| 2010 | 1 | O | 008-10/DA | 11.111.389/0001-69 | 20/06/10 | 19/06/11 | | | 4 | 4 | | | A |

Fonte: GEAPO/GASER/DA

LEGENDA**Área:**

- | | |
|---|--|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional | 5. Serviços de Brigada de Incêndio |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes |
| 3. Serviço de Copa e Cozinha | 7. Outras |

4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Situação do Contrato: (A) Ativo normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

| Identificação do Contrato | Área | Qtd. | Unidade Administrativa |
|---------------------------|------|------|------------------------|
| CTR 018/2005 | 1 | 32 | STU-REC |
| CTR 019/2005 | 1 | 19 | STU-REC |
| CTR 063/2005 | 2 | 2 | STU-REC |
| CTR 026/2006 | 1 | 109 | STU-REC |
| CTR 027/2006 | 1 | 179 | STU-REC |
| CTR 028/2006 | 1 | 23 | STU-REC |
| CTR 014-C/2006 | 2 | 28 | STU-REC |
| CTR 039/2006 | 2 | 6 | STU-REC |
| CTR 001/2007 | 1 | 274 | STU-REC |
| CTR 002/2008 | 1 | 2 | STU-REC |
| CTR 033/2008 | 2 | 27 | STU-REC |
| CTR 001/2009 | 1 | 8 | STU-REC |
| CTR 003/2009 | 1 | 6 | STU-REC |
| CTR 007/2009 | 1 | 168 | STU-REC |
| CTR 031/2009 | 1 | 17 | STU-REC |
| CTR 062/2010 | 1 | 32 | STU-REC |
| CTR 063/2010 | 1 | 25 | STU-REC |
| CTR 001/2010 | 1 | 78 | STU-REC |
| CTR 002/2010 | 1 | 75 | STU-REC |
| CTR 003/2010 | 1 | 35 | STU-REC |
| CTR 017/2010 | 1 | 43 | STU-REC |
| CTR 018/2010 | 1 | 45 | STU-REC |
| CTR 052/2010 | 1 | 15 | STU-REC |
| CTR 053/2010 | 1 | 10 | STU-REC |

Fonte: GIPLA/STU-REC

| Identificação do Contrato | Área | Qtd. | Unidade Administrativa |
|---------------------------|------|------|------------------------|
| 043/2006 | 1 | 27 | STU-BH |
| 031/2007 | 1 | 3 | STU-BH |
| 005/2008 | 1 | 43 | STU-BH |
| 021/2008 | 1 | 5 | STU-BH |
| 032/2009 | 1 | 252 | STU-BH |
| 011/2010 | 1 | 0 | STU-BH |
| 053/2005 | 1 | 7 | STU-BH |
| 044/2009 | 1 | 43 | STU-BH |
| 045/2009 | 1 | 28 | STU-BH |
| 047/2009 | 1 | 11 | STU-BH |
| 003/2010 | 1 | 54 | STU-BH |
| 015/2010 | 1 | 19 | STU-BH |
| 025/2010 | 1 | 9 | STU-BH |
| 023/2010 | 1 | 7 | STU-BH |
| 028/2010 | 1 | 8 | STU-BH |
| 031/2010 | 1 | 25 | STU-BH |
| 032/2010 | 1 | 8 | STU-BH |
| 007/2009 | 1 | 3 | STU-BH |
| 003/2007 | 7 | 30 | STU-BH |
| 029/2009 | 7 | 153 | STU-BH |
| 017/2009 | 7 | 106 | STU-BH |
| 030/2010 | 7 | 52 | STU-BH |
| 029/2010 | 7 | 10 | STU-BH |
| 003/2011 | 7 | 0 | STU-BH |
| 040/2009 | 8 | 144 | STU-BH |
| 018/2010 | 8 | 187 | STU-BH |

Fonte: GIPLA/STU-BH

| Identificação do Contrato | Área | Qtd. | Unidade Administrativa |
|---------------------------|------|------|------------------------|
| CONECTA | 7 | 22 | STU-NAT |
| INTERFORT | 8 | 36 | STU-NAT |
| FLASH | 8 | 45 | STU-NAT |
| PÉROLA | 2 | 7 | STU-NAT |
| JMT- APOIO ADM. | 1 | 16 | STU-NAT |
| SS | 1 | 13 | STU-NAT |
| JMT – LOCOS | 4 | 6 | STU-NAT |
| RMS | 9 | 28 | STU-NAT |
| JMT-BILHETERIA | 1 | 48 | STU-NAT |
| CIEE-ESTÁGIO | 9 | 15 | STU-NAT |
| SESI-MED. TRABALHO | 9 | 1 | STU-NAT |
| SESI-SEG. TRABALHO | 9 | 2 | STU-NAT |
| | | | |

Fonte: GIPEN/STU-NAT:

| Identificação do Contrato | Área | Qtd. | Unidade Administrativa |
|---------------------------|------|------|------------------------|
| CTR 011/2006 | 9 | 28 | STU-JOP |
| CTR 008/2006 | 7 | 29 | STU-JOP |
| CTR 013/2005 | 9 | 19 | STU-JOP |
| CTR 021/2006 | 9 | 5 | STU-JOP |
| CTR 002/2010 | 8 | 77 | STU-JOP |
| CTR 002/2008 | 6 | 7 | STU-JOP |
| CTR 001/2010 | 2 | 20 | STU-JOP |
| CTR 008/2010 | 4 | 10 | STU-JOP |

Fonte: GIPEN/STU-JOP

| Identificação do Contrato | Área | Qtd. | Unidade Administrativa |
|--|------|------|------------------------|
| 002/10 | 1 | 33 | STU-MAC |
| 013/08 | 3 | 29 | STU-MAC |
| 013/08 | 7 | 29 | STU-MAC |
| 005/10 | 8 | 58 | STU-MAC |
| 014/10 | 8 | 60 | STU-MAC |
| 009/10 | 6 | 6 | STU-MAC |
| 018/09 | 2 | 24 | STU-MAC |
| 019/09 | 2 | 17 | STU-MAC |
| 020/09 | 2 | 26 | STU-MAC |
| 021/09 | 2 | 13 | STU-MAC |
| 023/09 | 2 | 8 | STU-MAC |
| 019/10 | 2 | | STU-MAC |
| 020/10 | 2 | | STU-MAC |
| 021/10 | 2 | | STU-MAC |
| 022/10 | 2 | | STU-MAC |
| 023/10 | 2 | | STU-MAC |
| 028/08 | 4 | 7 | STU-MAC |
| 018/10 | 4 | | STU-MAC |
| 027/10 | 4 | | STU-MAC |
| 028/10 | 4 | | STU-MAC |
| 018/08 | 9 | 27 | STU-MAC |
| 022/08 | 9 | 7 | STU-MAC |
| 015/09 | 9 | 37 | STU-MAC |
| 024/10 | 9 | 7 | STU-MAC |
| OBS 1: CTR 013/08 Refere-se a serviços de limpeza, copa e conservação; OBS 2: CTR 019/10, 020/10, 021/10, 022/10, 023/10, CTR 018/10, 027/10 e 028/10: contratos de engenharia firmados no final de dezembro de 2010. As informações relativas a mão de obra ainda não estão disponíveis. | | | |

Fonte: GIPEN/STU-MAC

| Identificação do Contrato | Área | Qtd. | Unidade Administrativa |
|---------------------------|------|------|------------------------|
| 017-07/DA | 7 | 26 | Administração Central |
| 009-08/DA | 8 | 27 | Administração Central |
| 002-10/DA | 3, 9 | 11 | Administração Central |
| 003-10/DA | 1 | 1 | Administração Central |
| 008-10/DA | 1 | 4 | Administração Central |

Fonte: GEAPO/GASER/DA

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

5.6 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Indicadores (Fonte: SIAPE – GAREH/DA)

1 - Absenteísmo;

| UJ | Nº empregados | Nº dias trabalho ano | Faltas ano | Absenteísmo 2010 |
|------|---------------|----------------------|------------|------------------|
| CBTU | 3.407 | 245 | 37.763 | 4,52% |

Fórmula de cálculo:

(Número de funcionários) x (dias trabalhados ano) = (R)

Absenteísmo = (Número de faltas) / (R) x 100%

Foram excluídos do cálculo do absenteísmo os afastamentos superiores a 15 dias, licença maternidade e férias.

2 - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

| UA | ACIDENTE DE TRABALHO |
|---------|----------------------|
| AC | 0 |
| STU/BH | 479 |
| STUJP | 2 |
| STU/MAC | 0 |
| STU/NAT | 0 |
| STU/REC | 556 |
| TOTAL | 1.037 |

3 - Rotatividade (*turnover*);

A rotatividade, índice do turnover, em 2010 ficou em 0,49%

4 - Educação Continuada;

Anualmente é realizado em todas as UJ da CBTU um levantamento de necessidades de treinamento, visando identificar carências e dificuldades passíveis de serem supridas através de ações de desenvolvimento. Com base nesse levantamento, define-se o “Programa Anual de T&D da CBTU”, consistindo em ações que visam o aperfeiçoamento do pessoal de operação e manutenção de ferroviária, do corpo técnico, administrativo e gerencial.

Grande número de empregados é contemplado anualmente com ações de treinamento e desenvolvimento, resultando em melhor desempenho de suas atividades e conseqüente incremento da qualidade dos serviços prestados.

. 5 - Satisfação e Motivação;

Indicador não apurado

. 6 - Disciplina;

Indicador não apurado

. 7 - Desempenho funcional;

O sistema de avaliação de desempenho da CBTU tem por objetivo a elevação do empregado ao nível imediatamente superior, dentro da faixa de níveis do seu cargo efetivo, em decorrência da pontuação recebida na Avaliação de Competências e Habilidades. Esta pontuação é uma média nas avaliações efetuadas pelo chefe imediato, colegas e o próprio empregado. A obtida progressão é concedida anualmente e limitada ao impacto de 90% (noventa por cento) dos recursos destinados à promoção. O interstício para apuração será de 01 de outubro à 30 de setembro do ano seguinte, sendo a promoção concedida a partir de 01 de janeiro. O empregado beneficiado em um ano não concorrerá à promoção no ano seguinte.

. 8 - Níveis Salariais;

Em Abril de 2010 foi implantado o PES (Plano de Emprego e Salário) estruturado por carreira e tres tabelas salariais, (níveis médio, técnico e superior).

As Carreiras são compostas de Cargo, processo e Sistema.

Cada Processo, na área operacional, é composto dos sistemas de 1 a 4 e no nível técnico e superior o sistema é único.

. 9 - Demandas Trabalhistas.

As informações sobre demandas trabalhistas são enviadas pela área de Recursos Humanos à área Jurídica para acompanhamento e providências legais.

Informação complementar.

A CBTU não dispõe de sistema que gere indicadores de gestão a nível nacional. Atualmente os indicadores de operação são tratados em cada UJ e consolidados na Administração Central.

O SIAPE, Sistema Integrado de Administração de Pessoal do MPOG, não controla os indicadores solicitados, ou seja, Absenteísmo, Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais. Esses dados são gerados em cada UJ pelo sistema SIGESP e consolidados na Administração Central.

A previsão de desenvolvimento de sistema para RH depende da implantação do novo SIAPE, atualmente em processo de licitação.

5.7 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993

Todos os empregados da CBTU ocupantes de cargos de confiança, no cumprimento ao disposto na Lei 8.730, entregam à Gerência Técnica de Administração de Recursos Humanos, da Gerência Geral de Gestão de Recursos Humanos da Diretoria de Administração e Finanças, uma cópia de suas declarações de bens e rendas ou, em formulário próprio, uma autorização à Secretaria de Receita Federal, de acesso às mesmas. As declarações são arquivadas na empresa e as autorizações de acesso são encaminhadas à Secretaria de Receita Federal.

6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES.

6.1 - TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

6.1.1 - Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

| Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS | | | | | | | | | |
|---|-------------------|------------------|----------------------------|-------------------|--------------------|-------------------------|------------|------------|------|
| CNPJ: 42357483/0001-26 | | | | UG/GESTÃO: 275068 | | | | | |
| Informações sobre as transferências | | | | | | | | | |
| Modalidade | Nº do instrumento | Beneficiário | Valores Pactuados | | Valores Repassados | | Vigência | | Sit. |
| | | | Global | Contrapartida | No exercício | Acumulado até exercício | Início | Fim | |
| | | | | | | | | | |
| 1 | 007-2005/DT | 02003575/0001-93 | 945.783.518,88 | 207.734.017,00 | 176.619.636,90 | 481.427.555,85 | 28/12/2005 | 31/12/2012 | 1 |
| 1 | 008-2005/DT | 02003575/0001-93 | 80.000.000,00 | 10.000.000,00 | 32.254.111,06 | 70.000.000,00 | 28/12/2005 | 31/12/2012 | 1 |
| 1 | 009-2005/DT | 03231999/0001-78 | 173.903.898,00 | | | 173.903.898,00 | 28/12/2005 | 30/06/2010 | 4 |
| 1 | 010-2005/DT | 03231999/0001-78 | 29.696.205,54 | | | 29.696.205,54 | 28/12/2005 | 30/06/2010 | 4 |
| 1 | 004-2001/DP | 76417005/0001-86 | 7.286.375,00 | 1.475.275,00 | | 5.829.100,00 | 28/12/2001 | 30/06/2011 | 1 |
| 1 | 005-2007/DT | 03231999/0001-78 | 30.314.504,74 | | 8.000.000,00 | 21.356.000,00 | 06/12/2007 | 31/10/2011 | 1 |
| 1 | 006-2007/DT | 03231999/0001-78 | 488.818.080,00 | | 40.000.000,00 | 142.276.060,14 | 06/12/2007 | 31/12/2012 | 1 |
| 1 | 006-2009/DT | 02003575/0001-93 | 32.742.052,00 | 11.072.052,00 | | | 30/12/2009 | 31/12/2011 | 1 |
| 1 | 007-2009/DT | 62070362/0001-06 | 27.600.000,00 | | 12.696.000,00 | 12.696.000,00 | 01/04/2010 | 31/12/2011 | 1 |
| 1 | 003-2010/DT | 03231999/0001-78 | 48.800.000,00 | | | | 27/09/2010 | 30/12/2011 | 1 |
| 1 | 004-2010/DA | 03231999/0001-78 | 3.500.000,00 | | | | 05/10/2010 | 31/12/2011 | 1 |
| 1 | 006-2005/DA | 03231999/0001-78 | 34.164.600,00 | | | 34.164.600,00 | 30/11/2005 | 31/12/2010 | 1 |
| 1 | 012-2005/DA | 02003575/0001-93 | 53.000.000,00 | | 11.000.000,00 | 53.000.000,00 | 25/11/2006 | 31/12/2010 | 1 |
| 5 | 002-2008 | 01171480/0001-60 | 21.400.000,00 | 10.400.000,00 | | 10.000.000,00 | 30/12/2008 | 31/12/2010 | 1 |
| 5 | 001-2008 | 04474819/0001-41 | 47.900.000,00 | | | 10.000.000,00 | 30/12/2008 | 31/12/2010 | 1 |
| Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | |
| Modalidade: | | | Situação da Transferência: | | | | | | |
| 1 - Convênio | | | 1 - Adimplente | | | | | | |
| 2 - Contrato de Repasse | | | 2 - Inadimplente | | | | | | |
| 3 - Termo de Parceria | | | 3 - Inadimplência Suspensa | | | | | | |
| 4 - Termo de Cooperação | | | 4 - Concluído | | | | | | |
| 5 - Termo de Compromisso | | | 5 - Excluído | | | | | | |
| | | | 6 - Rescindido | | | | | | |
| | | | 7 - Arquivado | | | | | | |

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela CBTU nos três últimos exercícios

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|---|---|------|------|---|---------------|---------------|
| Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS | | | | | | |
| CNPJ: 42357483/0001-26 | | | | UG/GESTÃO: 275068 | | |
| Modalidade | Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício | | | Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00) | | |
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Convênio | | 2 | 2 | | | 12.696.000,00 |
| Contrato de Repasse | | | | | | |
| Termo de Parceria | | | | | | |
| Termo de Cooperação | | | | | | |
| Termo de Compromisso | 2 | | | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | |
| Totais | | | | | | |

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|---|---|--------------------|---------------------|---------------------|--|
| Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS | | | | | |
| CNPJ: 42357483/0001-26 | | | UG/GESTÃO: 275068 | | |
| Modalidade | Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes | Valores (R\$ 1,00) | | | % do Valor global repassado até o final do exercício de 2010 |
| | | Contratados | Repassados até 2010 | Previstos para 2011 | |
| Convênio | 9 | 1.579.802.478,62 | 733.584.715,99 | 495.224.020,61 | 46,44% |
| Contrato de Repasse | | | | | |
| Termo de Parceria | | | | | |
| Termo de Cooperação | | | | | |
| Termo de Compromisso | 2 | 69.300.000,00 | 20.000.000,00 | 49.300.000,00 | 28,86% |
| Totais | 11 | 1.649.102.478,62 | 753.584.715,99 | 544.524.020,61 | 45,70% |

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

| Unidade Concedente | | | | | |
|---|--|----------------------|--------------------------|---|----------------------|
| Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS | | | | | |
| CNPJ: 42357483/0001-26 | | | | UG/GESTÃO: 275068 | |
| Exercício da prestação de contas | Quantitativos e montante repassados | | | Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) | |
| | | | | Convênios | Contratos de Repasse |
| 2010 | Ainda no prazo de prestação de contas | Quantidade | | 5 | |
| | | Montante Repassado | | 269.569.747,96 | |
| | Com prazo de prestação de contas vencido | Contas prestadas | Quantidade | 0 | |
| | | | Montante Repassado (R\$) | | |
| | | Contas NÃO prestadas | Quantidade | 0 | |
| | | | Montante Repassado (R\$) | | |
| 2009 | Contas prestadas | | Quantidade | 3 | |
| | | | Montante Repassado (R\$) | 157.529.649,89 | |
| | Contas NÃO prestadas | | Quantidade | 0 | |
| | | | Montante Repassado (R\$) | | |
| 2008 | Contas prestadas | | Quantidade | 0 | |
| | | | Montante Repassado (R\$) | 150.453.280,55 | |
| | Contas NÃO prestadas | | Quantidade | 0 | |
| | | | Montante Repassado (R\$) | | |
| Anteriores a 2008 | Contas NÃO prestadas | | Quantidade | 0 | |
| | | | Montante Repassado (R\$) | | |

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|--|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------|----------------------|
| Nome: COMPAHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS | | | | | |
| CNPJ: 42357483/0001-26 | | | UG/GESTÃO: 275068 | | |
| Exercício da prestação de contas | Quantitativos e montantes repassados | | | Instrumentos | |
| | | | | Convênios | Contratos de Repasse |
| 2010 | Quantidade de contas prestadas | | | 7 | 0 |
| | Com prazo de análise ainda não | Quantidade | | 7 | |
| | | Montante repassado (R\$) | | 269.569.747,96 | |
| | Com prazo de análise vencido | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | 0 | |
| | | | Quantidade Reprovada | 0 | |
| | | | Quantidade de TCE | 0 | |
| | | Contas NÃO analisadas | Quantidade | 0 | |
| | | | Montante repassado (R\$) | 0 | |
| 2009 | Quantidade de contas prestadas | | | 4 | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | 4 | | |
| | | Quantidade Reprovada | 0 | | |
| | | Quantidade de TCE | 0 | | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | 0 | | |
| | | Montante repassado (R\$) | 0 | | |
| 2008 | Quantidade de contas prestadas | | | 4 | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | 4 | | |
| | | Quantidade Reprovada | 0 | | |
| | | Quantidade de TCE | 0 | | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | 0 | | |
| | | Montante repassado | 0 | | |
| Exercícios anteriores a 2008 | Contas NÃO analisadas | Quantidade | 0 | | |
| | | Montante repassado | 0 | | |

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

6.2 – ANÁLISE CRÍTICA

Análise crítica dos convênios 010-2005/DT, 005-2007/DT e 006-2007/DT

1 - Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

Não ocorreu inadimplência por parte do conveniente;

2 - Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere:

A CBTU observa o cumprimento da legislação que rege o assunto;

3 - Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

Nos últimos 3 anos foram transferidos, sem anormalidade os seguintes valores:

2008

| | |
|-----------------------|------------------|
| Convênio 010-2005/DT: | R\$8.279.941,41 |
| Convênio 005-2007/DT: | R\$13.356.000,00 |
| Convênio 006-2007/DT: | R\$56.096.060,14 |

2009

| | |
|-----------------------|------------------|
| Convênio 006-2007/DT: | R\$46.180.000,14 |
|-----------------------|------------------|

2010

| | |
|-----------------------|------------------|
| Convênio 005-2007/DT: | R\$8.000.000,00 |
| Convênio 006-2007/DT: | R\$40.000.000,00 |

4 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011:

Os recursos transferidos são gerenciados através do programa SIG Sistema de Informação Gerencial desenvolvido pela CBTU e através das prestações de contas apresentadas pela conveniente.

5 - Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

Não ocorreu inadimplência da conveniente com relação a prazos de apresentação das prestações de contas;

6 - Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

As prestações de contas vêm sendo analisadas sem anormalidade;

7 - Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

O acompanhamento da CBTU é realizado por um Gestor e um Fiscal designados especialmente para os convênios, que promovem reuniões de trabalho periodicamente com a conveniente e visitas técnicas aos canteiros de obras. A CBTU possui em Salvador um

Escritório Regional com um engenheiro que acompanha diariamente o andamento das obras. A CTS emite mensalmente um relatório de supervisão das ações de implantação física das obras e outro de das ações de gerenciamento do empreendimento, que são encaminhados à CBTU. Mensalmente o Gestor da CBTU elabora texto com a evolução do empreendimento, que irá compor o Relatório de Progresso Mensal emitido pela CBTU.

Análise crítica dos convênios 009-2005/DT, 006-2005/DA, 012-2005/DA, 004-2010/DA e 003-2010/DT

O convênio 009-2005/DT teve a última remessa efetuada em setembro de 2007 e está concluído

O convênio 006-2005/DA já teve os recursos integralmente repassados à CTS (cumprimento de obrigações)

O convênio 012-2005/DA já teve os recursos integralmente repassados ao METROFOR (cumprimento de obrigações)

O convênio 004-2010/DA já teve os recursos integralmente repassados à CTS (cumprimento de obrigações)

O convênio 003-2010/DT ainda não teve as obras iniciadas e não ocorreu repasse de recursos. Em janeiro de 2011 está prevista a remessa de R\$9.114.000,00

Análise crítica do convênio 006-2009/DT

1 - Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

Não ocorreu inadimplência por parte do conveniente;

2 - Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere:

A CBTU observa o cumprimento das leis que regem o assunto;

3 - Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

As obras não foram iniciadas e não ocorreu repasse de recursos

4 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011:

Os recursos transferidos serão gerenciados através do programa SIG Sistema de Informação Gerencial desenvolvido pela CBTU, através das prestações de contas apresentadas pela conveniente e de cadastro no SICONV.

5 - Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

Não ocorreu inadimplência da conveniente com relação a prazos de apresentação das prestações de contas, uma vez que as obras não foram iniciadas;

6 - Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

Não foram apresentadas prestações de contas, uma vez que as obras não foram iniciadas. O METROFOR montou uma equipe para fiscalização e acompanhamento das obras, bem como para inclusão de dados no SICONV;

7 - Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

O acompanhamento da CBTU é realizado por um Gestor e um Fiscal designados especialmente para os convênios, que promovem reuniões de trabalho periodicamente com a conveniente e visitas técnicas aos canteiros de obras. A CBTU possui em Fortaleza um Escritório Regional com um engenheiro que acompanha diariamente o andamento das obras. O METROFOR emitirá mensalmente um relatório de supervisão das ações de implantação física das obras e outro das ações de gerenciamento do empreendimento, que serão encaminhados à CBTU. Mensalmente o Gestor da CBTU elaborará texto com a evolução do empreendimento, que irá compor o Relatório de Progresso Mensal emitido pela CBTU.

Análise crítica dos convênios 007-2005/DT e 008-2005/DT

1 - Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

Não ocorreu inadimplência por parte do conveniente;

2 - Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere:

A CBTU observa o cumprimento das leis que regem o assunto;

3 - Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

Nos últimos 3 anos foram transferidos, sem anormalidade os seguintes valores:

2008

| | |
|----------------|------------------|
| CV 007-2005/DT | R\$68.201.505,00 |
| CV 008-2005/DT | R\$4.519.774,00 |

2009

| | |
|----------------|-------------------|
| CV 007-2005/DT | R\$102.493.534,95 |
| CV 008-2005/DT | R\$8.876.114,94 |

2010

| | |
|----------------|-------------------|
| CV 007-2005/DT | R\$176.619.636,90 |
| CV 008-2005/DT | R\$28.287.601,68 |

No início de 2011, está prevista a remessa de R\$65.348.812,66, referente ao CV 007-2005/DT

4 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011:

Os recursos transferidos são gerenciados através do programa SIG Sistema de Informação Gerencial desenvolvido pela CBTU e através das prestações de contas apresentadas pela conveniente.

5 - Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

Não ocorreu inadimplência da conveniente com relação a prazos de apresentação das prestações de contas;

6 - Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

As prestações de contas vêm sendo analisadas sem anormalidade;

7 - Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

O acompanhamento da CBTU é realizado por um Gestor e um Fiscal designados especialmente para os convênios, que promovem reuniões de trabalho periodicamente com a conveniente e visitas técnicas aos canteiros de obras. A CBTU possui em Fortaleza um Escritório Regional com um engenheiro que acompanha diariamente o andamento das obras. O METROFOR emite mensalmente um relatório de supervisão das ações de implantação física das obras e outro de das ações de gerenciamento do empreendimento, que são encaminhados à CBTU. Mensalmente o Gestor da CBTU elabora texto com a evolução do empreendimento, que irá compor o Relatório de Progresso Mensal emitido pela CBTU.

(Fonte: GESAL/GAPRO/DT, GEFOR/GAPRO/DT)

Análise crítica do Convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba (convênio 004-2001/DP)

1 - Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

Não ocorreu inadimplência por parte do conveniente;

2 - Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere:

Não houve transferência no exercício;

3 - Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

Não houve transferências nos três últimos exercícios;

4 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011:

Não há transferência a ser realizada no exercício 2011;

5 - Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

Não ocorreu inadimplência da conveniente com relação a prazos de apresentação das prestações de contas;

6 - Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

As prestações de contas vêm sendo analisadas sem anormalidade;

7 - Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

O acompanhamento da CBTU é realizado por um Gestor e um Fiscal designados especialmente para os convênios, que promovem reuniões de trabalho periodicamente com a conveniente e visitas técnicas.

Fonte: GEPET/GAEMC/DP

Análise crítica do Convênios 007-2009/DT (SICONV nº724486)

1 - Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

Não ocorreu inadimplência por parte do conveniente;

2 - Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere:

A CBTU observa o cumprimento das leis que regem o assunto;

3 - Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

O Convênio foi firmado em 29/12/2009 sendo que o único repasse de recursos até o momento foi realizado, em maio de 2010, no valor de R\$12.696.000,00.

4 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011:

O saldo de recursos a ser transferido está inscrito em restos a pagar 2009 e são gerenciados através do Sistema de Gestão de Convênios – SICONV

5 - Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

Os valores transferidos permanecem em aplicação financeira e as prestações de contas decorrentes dos rendimentos obtidos estão apresentadas no SICONV.

6 - Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

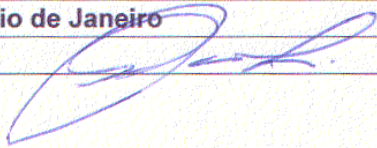
As prestações de contas vêm sendo analisadas sem anormalidade;

7 - Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

O acompanhamento da CBTU é realizado por um Gestor e um Fiscal designados especialmente para o convênio, que promovem reuniões de trabalho periodicamente com a conveniente e visitas técnicas.

6.3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE INFORMAÇÕES – SIASG E SICONV

Quadro A.6.6 – Declaração de conformidade de informações – SIASG e SICONV

| DECLARAÇÃO | | | |
|--|---|---------------|-----------------------|
| Denominação completa (UJ): | | | Código da UG: |
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | | | 56202 |
| <p>Eu, JAIR BARBEDO MARINS, Gerente Técnico de Controle Financeiro e Contratos, da Gerência Geral de Gestão Financeira, da Diretoria de Administração e Finanças, declaro, para os devidos fins, que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Rio de Janeiro | Data | 01/02/2011 |
| Responsável |  | CPF nº | 427.055.417-72 |

7. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

7.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| Ambiente de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | X | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | X | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | X | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | X | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. | | | | X | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | X | |
| Avaliação de Risco | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | X | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | X | | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | X | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | X | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | X | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | X | |
| 16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de | | | | X | |

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação | | | | |
|--|------------------|----------|----------|----------|----------|
| fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | X | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | X | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | | X | | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | X | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | X |
| 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | X | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | | X |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | | X |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | X | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | | X |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | | X |
| Considerações gerais: | | | | | |

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação |
|--|-----------|
| <p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p> | |

Fonte: Presidência/Diretoria de Planejamento

**8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA
AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU
OBRAS**

8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| Licitações Sustentáveis | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>A conservação e disposição racional dos bens materiais, assim como a aquisição de produtos realizados pela CBTU são orientadas pelo princípio da sustentabilidade ambiental, tendo tal premissa se concretizado nos processos licitatórios. Foi implantada a coleta de papéis para reciclagem e coleta seletiva nas oficinas</p> | | | | X | |
| <p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> | | | X | | |
| <p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> | | | X | | |
| <p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> | | | X | | |
| <p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>Houve redução, sem dados precisos apurados. Exemplos: substituição de lâmpadas incandescentes por LEDs; instalação de sensores de presença; instalação de grande número de torneiras automáticas instaladas nas unidades.</p> | | | | | X |
| <p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Agendas para os funcionários elaboradas com papel reciclado. Na STU-NAT, todo o papel adquirido é reciclado. Na STU-REC estão sendo adquiridos dormentes de plástico</p> | | | | X | |
| <p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> | | | X | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| Licitações Sustentáveis | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Elaboração de especificações técnicas e normas editalícias em harmonia com o desenvolvimento sustentável. Treinamento de pessoal para recarga de cartuchos de impressão. As rodas das composições são usinadas, aumentando sua vida útil. | | | | X | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | | | X |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | | X | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | X | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Comunicações oficiais e folders de divulgação | | | | X | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Comunicações oficiais e folders de divulgação. Instalação de coletores de papel para reciclagem em todas as salas. Campanhas de economia de energia elétrica. | | | | X | |
| <i>Considerações Gerais:</i> | | | | | |
| <u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |
| Fonte: GASER/DA, GOLIC/STU-REC, GOLIC/STU-BH, COLIC/STU-NAT, COLIC/STU-JOP, COLIC/STU-MAC | | | | | |

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ

9.1 - GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|---------------------------|--------------------------------|---|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2009 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | UF: PERNAMBUCO | | |
| | MUNICÍPIO: RECIFE | 378 | 378 |
| | UF: MINAS GERAIS | | |
| | MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE | 375 | 376 |
| | UF: RIO GRANDE DO NORTE | | |
| | MUNICÍPIO - NATAL | 38 | 38 |
| | MUNICÍPIO - PARNAMIRIM | 4 | 4 |
| | MUNICÍPIO - EXTREMOZ | 7 | 7 |
| | MUNICÍPIO - CEARÁ-MIRIM | 3 | 3 |
| | UF: PARAIBA | | |
| | MUNICÍPIO:JOÃO PESSOA | 19 | 19 |
| | UF: ALAGOAS | | |
| | MUNICÍPIO: MACEIÓ | 20 | 21 |
| | MUNICÍPIO: SATUBA | 1 | 1 |
| | MUNICÍPIO: RIO LARGO | 3 | 3 |
| | UF: RIO DE JANEIRO | | |
| | MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO | 1 | 1 |
| SUBTOTAL BRASIL | | 849 | 851 |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | | |
| | CIDADE 1 | | |
| SUBTOTAL EXTERIOR | | 0 | 0 |
| TOTAL (BRASIL + EXTERIOR) | | 849 | 851 |

Fonte: GEPAT/GASER/DA

QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

| LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA | QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ | |
|---|--|----------------|
| | EXERCÍCIO 2009 | EXERCÍCIO 2010 |
| A CBTU não ocupa imóveis locados de terceiros | | |
| | | |

Fonte: GEPAT/GASER/DA

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|----|-----|-----------|-------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |

| SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE | | | | | | | | | | | |
|---|--------|----|----------------------|-----------------------------------|----|---|------------------|----------|-------------------|-----|-----|
| 1 | 275057 | NI | Leito Via Ferrea | Recife / Motocolombo/ Porta Larga | 15 | 1 | R\$ 166.974,07 | 31/12/10 | NI | --- | --- |
| 2 | 275057 | NI | Leito Via Ferrea | Porta Larga / Cajueiro Seco | 15 | 1 | R\$ 143.673,51 | 31/12/10 | NI | --- | --- |
| 3 | 275057 | NI | Leito Via Ferrea | Motocolombo / Porta Larga | 15 | 1 | R\$ 496.218,98 | 31/12/10 | NI | --- | --- |
| 4 | 275057 | NI | Leito Via Ferrea | Centro | 15 | 3 | R\$ 3.581.610,76 | 28/12/90 | R\$ 83.193.055,01 | --- | --- |
| 5 | 275057 | NI | Estação | Recife | 15 | 3 | R\$ 8.117.552,60 | 28/12/90 | R\$ 16.915.421,11 | --- | --- |
| 6 | 275057 | NI | Estação | Joana Bezerra | 15 | 3 | R\$ 5.711.923,85 | 28/12/90 | R\$ 11.712.071,60 | --- | --- |
| 7 | 275057 | NI | Estação | Afogados | 15 | 3 | R\$ 842.891,40 | 28/12/90 | R\$ 10.719.507,19 | --- | --- |
| 8 | 275057 | NI | Estação | Ipiranga | 15 | 3 | R\$ 253.218,47 | 28/12/90 | R\$ 4.201.877,20 | --- | --- |
| 9 | 275057 | NI | Estação | Mangueira | 15 | 3 | R\$ 185.243,02 | 28/12/90 | R\$ 6.956.000,05 | --- | --- |
| 10 | 275057 | NI | Estação | Santa Luzia | 15 | 3 | R\$ 142.066,32 | 28/12/90 | R\$ 6.325.866,04 | --- | --- |
| 11 | 275057 | NI | Estação | Edgard Werneck | 15 | 3 | R\$ 187.893,11 | 28/12/90 | R\$ 8.044.329,58 | --- | --- |
| 12 | 275057 | NI | Estação | Barro | 15 | 3 | R\$ 166.585,87 | 28/12/90 | R\$ 7.859.318,76 | --- | --- |
| 13 | 275057 | NI | Estação | Tejipio | 15 | 3 | R\$ 174.254,18 | 28/12/90 | R\$ 6.188.939,71 | --- | --- |
| 14 | 275057 | NI | Estação | Coqueiral | 15 | 3 | R\$ 302.304,83 | 28/12/90 | R\$ 7.514.495,24 | --- | --- |
| 15 | 275057 | NI | Estação | Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 314.932,79 | 28/12/90 | R\$ 6.421.777,97 | --- | --- |
| 16 | 275057 | NI | Estação | Florianópolis | 15 | 3 | R\$ 821.983,73 | 28/12/90 | R\$ 5.968.390,63 | --- | --- |
| 17 | 275057 | NI | Estação | Engenho Velho | 15 | 3 | R\$ 281.299,04 | 28/12/90 | R\$ 8.031.080,13 | --- | --- |
| 18 | 275057 | NI | Estação | Jaboatão | 15 | 3 | R\$ 337.318,53 | 28/12/90 | R\$ 8.851.678,59 | --- | --- |
| 19 | 275057 | NI | Estação | Alto do Ceu | 15 | 3 | R\$ 273.530,78 | 28/12/90 | R\$ 5.765.789,01 | --- | --- |
| 20 | 275057 | NI | Estação | Curado | 15 | 3 | R\$ 304.745,99 | 28/12/90 | R\$ 5.832.533,73 | --- | --- |
| 21 | 275057 | NI | Estação | Rodoviária | 15 | 3 | R\$ 412.766,03 | 28/12/90 | R\$ 7.031.087,49 | --- | --- |
| 22 | 275057 | NI | Patio Estação Recife | Recife | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMOVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|--------------------------|----------------------------------|-----|-------|------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTORICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 23 | 275057 | NI | Patio Estação Tejipio | Recife | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 24 | 275057 | NI | Patio Estação Coqueiral | Recife | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 25 | 275057 | NI | Patio Estação Jaboatão | Jaboatão | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 26 | 275057 | NI | Pato Fernandinho | Recife | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 27 | 275057 | NI | Centro de Treinamento | Recife | 15 | 3 | R\$ 2.184.922,42 | 28/12/90 | NI | --- | --- |
| 28 | 275057 | NI | Portaria | Werneck - CCO | 15 | 3 | R\$ 140.449,84 | 28/12/90 | NI | --- | --- |
| 29 | 275057 | NI | Oficina | Cavaleiro - Bloco 8 | 15 | 3 | R\$ 84.647,24 | 28/12/90 | R\$ 779.697,53 | --- | --- |
| 30 | 275057 | NI | Portaria | Cavaleiro - CMC | 15 | 3 | R\$ 348.026,63 | 28/12/90 | NI | --- | --- |
| 31 | 275057 | NI | Oficina | Bloco 2 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 18.398,37 | 28/12/90 | R\$ 661.398,38 | --- | --- |
| 32 | 275057 | NI | Oficina | Bloco 1 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 2.108.719,75 | 28/12/90 | R\$ 5.064.314,41 | --- | --- |
| 33 | 275057 | NI | Oficina | Bloco 6 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 185.109,13 | 28/12/90 | R\$ 620.201,75 | --- | --- |
| 34 | 275057 | NI | Auditorio | Areias - CCO | 15 | 3 | R\$ 826.807,47 | 28/12/90 | NI | --- | --- |
| 35 | 275057 | NI | Predio | Transportes - CCO | 15 | 3 | R\$ 47.140,04 | 28/12/90 | R\$ 175.558,57 | --- | --- |
| 36 | 275057 | NI | Guarita | 1 CCO | 15 | 3 | R\$ 10.414,77 | 28/12/90 | NI | --- | --- |
| 37 | 275057 | NI | Guarita | 2 CCO | 15 | 3 | R\$ 10.414,77 | 28/12/90 | NI | --- | --- |
| 38 | 275057 | NI | Guarita | Estação Recife | 15 | 3 | R\$ 21.561,34 | 28/12/90 | NI | --- | --- |
| 39 | 275057 | NI | Edifício | Operacional Administrativo - CCO | 15 | 3 | R\$ 2.711.623,27 | 28/12/90 | R\$ 16.927.518,44 | --- | --- |
| 40 | 275057 | NI | Oficina Pequenos Reparos | Recife | 15 | 3 | R\$ 171.233,96 | 28/12/90 | R\$ 2.819.590,74 | --- | --- |
| 41 | 275057 | NI | Oficina | Anexo Bloco 3 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 41,02 | 28/12/90 | R\$ 1.715.427,78 | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|-------------------------------------|---------------------------|-----|-------|------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 42 | 275057 | NI | Oficina | Bloco 7 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 15,31 | 28/12/90 | R\$ 615.789,91 | --- | --- |
| 43 | 275057 | NI | Oficina | Bloco 4 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 2.694.897,92 | 28/12/90 | R\$ 13.224.158,70 | --- | --- |
| 44 | 275057 | NI | Subestação Auxiliar | Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 7,30 | 28/12/90 | R\$ 293.363,49 | --- | --- |
| 45 | 275057 | NI | Subestação Auxiliar | Alto do Ceu | 15 | 3 | R\$ 7,30 | 28/12/90 | R\$ 293.363,49 | --- | --- |
| 46 | 275057 | NI | Oficina | Bloco 3 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 49,98 | 28/12/90 | R\$ 2.009.457,55 | --- | --- |
| 47 | 275057 | NI | Oficina | Anexo Bloco 2 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 0,03 | 28/12/90 | R\$ 410.913,02 | --- | --- |
| 48 | 275057 | NI | Oficina | Anexo Bloco 5 - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 14,49 | 28/12/90 | R\$ 582.526,26 | --- | --- |
| 49 | 275057 | NI | Laboratório Elétrico e Posto Médico | Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 16.758,85 | 31/05/89 | R\$ 3.730.028,55 | --- | --- |
| 50 | 275057 | NI | Subestação | Recife | 15 | 3 | R\$ 30,02 | 28/12/90 | R\$ 1.208.394,06 | --- | --- |
| 51 | 275057 | NI | Subestação | Ipiranga | 15 | 3 | R\$ 53.628,61 | 28/12/90 | R\$ 1.249.566,09 | --- | --- |
| 52 | 275057 | NI | Subestação | Coqueiral | 15 | 3 | R\$ 29,74 | 28/12/90 | R\$ 1.195.967,22 | --- | --- |
| 53 | 275057 | NI | Subestação | Rodoviária | 15 | 3 | R\$ 21.022,40 | 28/12/90 | R\$ 1.216.959,88 | --- | --- |
| 54 | 275057 | NI | Subestação | Jaboatão | 15 | 3 | R\$ 53.549,74 | 28/12/90 | R\$ 1.249.487,22 | --- | --- |
| 55 | 275057 | NI | Subestação Auxiliar | Werneck | 15 | 3 | R\$ 7,30 | 28/12/90 | R\$ 293.363,49 | --- | --- |
| 56 | 275057 | NI | Estação | Camaragibe | 15 | 1 | R\$ 1.455.242,97 | 28/12/90 | R\$ 1.455.242,97 | --- | --- |
| 57 | 275057 | NI | Estação | Imbiribeira | 15 | 1 | R\$ 4.185.684,23 | 31/12/06 | R\$ 4.185.684,23 | --- | --- |
| 58 | 275057 | NI | Estação | Antonio Falcão | 15 | 1 | R\$ 2.678.674,93 | 31/12/06 | R\$ 2.678.674,93 | --- | --- |
| 59 | 275057 | NI | Estação | Shopping | 15 | 1 | R\$ 2.200.772,73 | 31/12/06 | R\$ 2.200.772,73 | --- | --- |
| 60 | 275057 | NI | Terminal Rodoviário | Recife | 15 | 1 | R\$ 1.371.900,65 | 31/12/06 | R\$ 1.371.900,65 | --- | --- |
| 61 | 275057 | NI | Terminal Rodoviário | Joana Bezerra | 15 | 1 | R\$ 35.913,63 | 31/12/06 | R\$ 35.913,63 | --- | --- |
| 62 | 275057 | NI | Terminal Rodoviário | Largo da Paz | 15 | 1 | R\$ 25.139,54 | 31/12/06 | R\$ 25.139,54 | --- | --- |
| 63 | 275057 | NI | Estação | Tancredo Neves | 15 | 1 | R\$ 2.530.199,39 | 31/12/06 | R\$ 2.530.199,39 | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMOVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|---------------------|---------------------------|-----|-------|------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTORICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 64 | 275057 | NI | Terminal Rodoviário | Tancredo Neves | 15 | 1 | R\$ 73.911,44 | 31/12/06 | R\$ 73.911,44 | --- | --- |
| 65 | 275057 | NI | Terminal Rodoviário | Boa Viagem | 15 | 1 | R\$ 72.641,10 | 31/12/06 | R\$ 72.641,10 | --- | --- |
| 66 | 275057 | NI | Estação | Porta Larga | 15 | 1 | R\$ 4.174.184,63 | 31/12/06 | R\$ 4.174.184,63 | --- | --- |
| 67 | 275057 | NI | Estação | Monte dos Guararapes | 15 | 1 | R\$ 3.982.540,53 | 31/12/06 | R\$ 3.982.540,53 | --- | --- |
| 68 | 275057 | NI | Estação | Camaragibe | 15 | 1 | R\$ 644.096,12 | 31/12/06 | R\$ 6.443.096,12 | --- | --- |
| 69 | 275057 | NI | Estação | Largo da Paz | 15 | 1 | R\$ 7.367.970,75 | 31/12/06 | R\$ 7.367.970,75 | --- | --- |
| 70 | 275057 | NI | Estação | Cajueiro Seco | 15 | 1 | R\$ 3.155.887,92 | 31/12/06 | R\$ 3.155.887,92 | --- | --- |
| 71 | 275057 | NI | Terminal Rodoviário | Prazeres | 15 | 1 | R\$ 28.656,09 | 31/12/06 | R\$ 28.656,09 | --- | --- |
| 72 | 275057 | NI | Terminal Rodoviário | Cajueiro Seco | 15 | 1 | R\$ 40.721,80 | 31/12/06 | R\$ 40.721,80 | --- | --- |
| 73 | 275057 | NI | Estação | Boa Viagem | 15 | 1 | R\$ 5.549.545,65 | 31/10/93 | R\$ 5.568.656,49 | --- | --- |
| 74 | 275057 | NI | Estação | Pontezinha | 15 | 4 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 75 | 275057 | NI | Estação | Jorge Lins | 15 | 4 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 76 | 275057 | NI | Estação | Ponte dos Carvalho | 15 | 4 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 77 | 275057 | NI | Estação | Prazeres | 15 | 1 | R\$ 109.650,72 | 31/10/93 | R\$ 109.650,72 | --- | --- |
| 78 | 275057 | NI | Estação | Cabo | 15 | 3 | R\$ 17.879,09 | 31/10/93 | R\$ 17.879,09 | --- | --- |
| 79 | 275057 | NI | Estação | Angelo de Souza | 15 | 3 | R\$ 115.659,86 | 31/10/93 | R\$ 115.659,86 | --- | --- |
| 80 | 275057 | NI | Estação | Curado | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 81 | 275057 | NI | Estação | Marcos Freire | 15 | 3 | R\$ 316.128,68 | 31/10/93 | R\$ 449.736,59 | --- | --- |
| 82 | 275057 | NI | Estação | Santo Inacio | 15 | 3 | R\$ 6.432,31 | 31/10/93 | R\$ 142.886,86 | --- | --- |
| 83 | 275057 | NI | Guarita | Santo Inacio | 15 | 3 | R\$ 259,68 | 31/10/93 | R\$ 5.768,60 | --- | --- |
| 84 | 275057 | NI | Guarita | Pontezinha | 15 | 3 | R\$ 342,59 | 31/10/93 | R\$ 7.610,35 | --- | --- |
| 85 | 275057 | NI | Oficina Manutenção | Werneck | 15 | 3 | R\$ 58.397,56 | 31/07/97 | R\$ 58.397,56 | --- | --- |
| 86 | 275057 | NI | Oficina | Bloco 2 Anexo - Cavaleiro | 15 | 3 | R\$ 11,89 | 28/12/90 | R\$ 534.370,55 | --- | --- |
| 87 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 001 - Coque | 14 | 3 | Cr\$6.000.000,00 | 17/04/84 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|-----------------------------------|-----|-------|---------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | / Recife | | | | | | | |
| 88 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 002 - Coque / Recife | 14 | 3 | CR\$ 800.000,00 | 23/05/84 | NI | --- | --- |
| 89 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 004 - Cavaleiro / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 68.075.000,00 | 28/08/84 | NI | --- | --- |
| 90 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 005 - Coqueiral / Recife | 18 | 3 | CR\$ 115.650.000,00 | 17/02/84 | NI | --- | --- |
| 91 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 006 - Sítio Retiro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 3.500.022,00 | 18/02/84 | NI | --- | --- |
| 92 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 007 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 12.100.000,00 | 04/10/83 | NI | --- | --- |
| 93 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 008 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 2.673.000,00 | 14/12/84 | NI | --- | --- |
| 94 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 009 - Socorro / Jaboatão | | 3 | CR\$ 54.555.501,00 | 14/02/84 | NI | --- | --- |
| 95 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 010 - Socorro / Jaboatão | 21 | 3 | CR\$ 3.673.168,00 | NI | NI | --- | --- |
| 96 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 011 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 59.752.000,00 | 11/11/83 | NI | --- | --- |
| 97 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 012 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 7.143.008,00 | NI | NI | --- | --- |
| 98 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 013 - Cavaleiro / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 5.000.000,00 | NI | NI | --- | --- |
| 99 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 014 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 23.500.000,00 | NI | NI | --- | --- |
| 100 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 015 - | 15 | 3 | CR\$ 7.100.000,00 | NI | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|-------------------------------|-----|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Cavaleiro / Jaboatão | | | | | | | |
| 101 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 016 - Sucupira / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 23.000.000,00 | NI | NI | --- | --- |
| 102 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 017 - Mangueira / Recife | | 3 | CR\$ 11.000.000,00 | NI | NI | --- | --- |
| 103 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 018 - Coque / Recife | 14 | 3 | CR\$ 11.000.000,00 | NI | NI | --- | --- |
| 104 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 019 - Coque / Recife | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 105 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 020 - Estancia / Recife | | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 106 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 021 - Mangueira / Recife | 20 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 107 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 022 - Coque / Recife | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 108 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 023 - Coque / Recife | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 109 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 024 - Coque / Recife | 14 | 3 | CR\$ 4.300.000,00 | NI | NI | --- | --- |
| 110 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 025 - Coque / Recife | 14 | 3 | CR\$ 6.500.000,00 | 30/04/84 | NI | --- | --- |
| 111 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 026 - Estancia / Recife | | 3 | CR\$ 11.300.000,00 | 11/11/83 | NI | --- | --- |
| 112 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 027 - Estancia / Recife | | 3 | CR\$ 10.000.000,00 | 23/02/85 | NI | --- | --- |
| 113 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 028 - Ipiranga / Recife | 14 | 3 | CR\$ 24.362.000,00 | 12/04/84 | NI | --- | --- |
| 114 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 029 - Ipiranga / Recife | 15 | 3 | CR\$ 4.138.000,00 | 12/04/83 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|--------------------------------|-----|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 115 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 030 - Socorro / Recife | 20 | 3 | CR\$ 7.000.000,00 | 04/10/83 | NI | --- | --- |
| 116 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 031 - Socorro / Recife | 15 | 3 | CR\$ 7.870.720,00 | 30/05/83 | NI | --- | --- |
| 117 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 032 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 118 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 033 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 119 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 034 - Afogados / Recife | 21 | 3 | CR\$ 16.781.324,00 | 03/03/83 | NI | --- | --- |
| 120 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 035 - Afogados / Recife | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 121 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 036 - Afogados / Recife | 14 | 3 | CR\$ 3.550.000,00 | 03/02/83 | NI | --- | --- |
| 122 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 037 - Afogados / Recife | 14 | 3 | CR\$ 1.300.000,00 | 17/12/82 | NI | --- | --- |
| 123 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 038 - Afogados / Recife | 14 | 3 | CR\$ 2.407.871,00 | 29/12/81 | NI | --- | --- |
| 124 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 039 - Coque / Recife | 14 | 3 | CR\$ 2.350.000,00 | 15/05/84 | NI | --- | --- |
| 125 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 040 - Coque / Recife | 14 | 3 | CR\$ 5.500.000,00 | 27/02/84 | NI | --- | --- |
| 126 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 041 - Coque / Recife | 14 | 3 | CR\$ 1.624.000,00 | 21/05/84 | NI | --- | --- |
| 127 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 042 - Mangueira / Recife | | 3 | CR\$ 16.000.000,00 | 16/05/85 | NI | --- | --- |
| 128 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 043 - Mangueira / Recife | 14 | 3 | CR\$ 14.300.000,00 | 14/12/84 | NI | --- | --- |
| 129 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 044 - Jd São | 14 | 3 | CR\$ 22.500.000,00 | 22/11/94 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|--------------------------------|-----|-------|---------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Paulo / Recife | | | | | | | |
| 130 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 045 - Areias / Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 131 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 046 - Areias / Recife | 14 | 3 | CR\$ 3.662.500,00 | 16/11/84 | NI | --- | --- |
| 132 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 047 - Tejipio / Recife | 14 | 3 | CR\$ 8.000.000,00 | 03/02/84 | NI | --- | --- |
| 133 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 048 - Tejipio / Recife | 20 | 3 | CR\$ 24.144.913,00 | 23/05/84 | NI | --- | --- |
| 134 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 049 - Tejipio / Recife | 15 | 3 | CR\$ 21.244.000,00 | 07/07/83 | NI | --- | --- |
| 135 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 050 - Tejipio / Recife | 15 | 3 | CR\$ 36.100.000,00 | 02/08/84 | NI | --- | --- |
| 136 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 051 - Cavaleiro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 5.000.000,00 | 09/03/84 | NI | --- | --- |
| 137 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 052 - Socorro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 24.000.000,00 | 08/11/85 | NI | --- | --- |
| 138 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 053 - Cavaleiro / Jaboatão | 21 | 3 | CR\$ 400.000.000,00 | 07/08/84 | NI | --- | --- |
| 139 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 054 - Cavaleiro / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 16.300.000,00 | 16/11/84 | NI | --- | --- |
| 140 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 055 - Cavaleiro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 587.000.000,00 | 07/08/84 | NI | --- | --- |
| 141 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 056 - Cavaleiro / Jaboatão | 21 | 3 | CR\$ 39.500.000,00 | 22/08/84 | NI | --- | --- |
| 142 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 057 - Cavaleiro / Jaboatão | | 3 | CR\$ 12.000.000,00 | 30/05/84 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|-------------------------------------|-----|-------|-----------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 143 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 058 - Cavaleiro / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 118.440.000,00 | 27/03/84 | NI | --- | --- |
| 144 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 059 - Coque / Recife | 14 | 3 | CR\$ 5.300.000,00 | 26/03/84 | NI | --- | --- |
| 145 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 060 - Cavaleiro / Recife | 21 | 3 | CR\$ 8.500.000,00 | 10/04/84 | NI | --- | --- |
| 146 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 061 - Coque / Recife | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 147 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 062 - Tejipio / Recife | 20 | 3 | CR\$ 1.300.000.000,00 | 13/09/83 | NI | --- | --- |
| 148 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 063 - Tejipio / Recife | 14 | 3 | CR\$ 750.000,00 | 02/05/84 | NI | --- | --- |
| 149 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 064 - Tejipio / Recife | 21 | 3 | CR\$ 200.000.000,00 | 25/03/84 | NI | --- | --- |
| 150 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 065 - Cavaleiro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 2.500.000,00 | 09/08/83 | NI | --- | --- |
| 151 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 066 - Barro / Recife | | 3 | CR\$ 5.600.000,00 | 12/09/85 | NI | --- | --- |
| 152 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 067 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 31.800.000,00 | 12/03/85 | NI | --- | --- |
| 153 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 068 - Afogados / Recife | 15 | 3 | CR\$ 1.600.000,00 | 14/11/84 | NI | --- | --- |
| 154 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 069 - Jardim São Paulo / Recife | 14 | 3 | CR\$ 10.100.000,00 | 16/11/85 | NI | --- | --- |
| 155 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 070 - Sucupira / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 40.000.000,00 | 10/01/84 | NI | --- | --- |
| 156 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 071 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 60.826.000,00 | 21/06/85 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|--------------------------------|-----|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 157 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 072 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 13.000.000,00 | 17/10/83 | NI | --- | --- |
| 158 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 073 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 700.000,00 | 26/03/84 | NI | --- | --- |
| 159 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 074 - Coqueiral / Recife | | 3 | CR\$ 4.500.000,00 | 18/05/85 | NI | --- | --- |
| 160 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 075 - Coqueiral / Recife | 15 | 3 | CR\$ 46.205.000,00 | 26/01/84 | NI | --- | --- |
| 161 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 076 - Coqueiral / Recife | 20 | 3 | CR\$ 15.000.000,00 | 13/11/85 | NI | --- | --- |
| 162 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 077 - Barro / Recife | 14 | 3 | CR\$ 8.500.000,00 | 06/02/84 | NI | --- | --- |
| 163 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 078 - Cavaleiro / Jaboatão | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 164 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 079 - Cavaleiro / Jaboatão | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 165 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 080 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 166 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 081 - Coqueiral / Recife | 15 | 3 | CR\$ 8.000.000,00 | 07/10/85 | NI | --- | --- |
| 167 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 082 - Socorro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 18.000.000,00 | 23/04/84 | NI | --- | --- |
| 168 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 083 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 35.000.000,00 | 15/02/85 | NI | --- | --- |
| 169 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 084 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 16.451.000,00 | 08/03/84 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|--------------------------------|-----|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 170 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 085 - Cavaleiro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 14.825.000,00 | 15/02/85 | NI | --- | --- |
| 171 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 086 - Socorro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 1.569.828,00 | 04/10/83 | NI | --- | --- |
| 172 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 087 - Socorro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 500.000,00 | 21/07/83 | NI | --- | --- |
| 173 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 088 - Socorro / Jaboatão | | 3 | CR\$ 28.304.000,00 | 27/12/83 | NI | --- | --- |
| 174 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 089 - Socorro / Jaboatão | 21 | 3 | CR\$ 6.400.000,00 | 12/09/82 | NI | --- | --- |
| 175 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 090 - Socorro / Jaboatão | | 3 | CR\$ 5.000.000,00 | 01/08/83 | NI | --- | --- |
| 176 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 091 - Socorro / Jaboatão | | 3 | CR\$ 1.550.000,00 | 07/08/84 | NI | --- | --- |
| 177 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 092 - Socorro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 8.400.000,00 | 03/02/84 | NI | --- | --- |
| 178 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARD 093 - Afogados / Recife | 20 | 3 | CR\$ 3.550.000,00 | 03/02/83 | NI | --- | --- |
| 179 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 094 - Coqueiral / Recife | 20 | 3 | CR\$ 9.000.000,00 | 13/09/83 | NI | --- | --- |
| 180 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 094 - Tejipio / Recife | | 3 | CR\$ 9.000.000,00 | 13/09/83 | NI | --- | --- |
| 181 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 095 - Tejipio / Recife | 21 | 3 | CR\$ 14.000.000,00 | 08/07/83 | NI | --- | --- |
| 182 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 096 - Coqueiral / Recife | 14 | 3 | CR\$ 49.100.000,00 | 01/08/83 | NI | --- | --- |
| 183 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 097 - Coqueiral / Recife | | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 184 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 098 - Coqueiral / Recife | 20 | 3 | CR\$ 9.200.000,00 | 04/08/83 | NI | --- | --- |
| 185 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 099 - Ipiranga / Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|-------------------------------|-----|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 186 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 100 - Ipiranga / Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 187 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 101 - Coqueiral / Recife | 15 | 3 | CR\$ 9.200.000,00 | 23/09/83 | NI | --- | --- |
| 188 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 102 - Afogados / Recife | 14 | 3 | CR\$ 12.000.000,00 | 30/03/84 | NI | --- | --- |
| 189 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 103 - Coqueiral / Recife | 15 | 3 | CR\$ 48.700.123,00 | 31/10/83 | NI | --- | --- |
| 190 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 104 - Coqueiral / Recife | 14 | 3 | CR\$ 29.874.000,00 | 11/07/83 | NI | --- | --- |
| 191 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 105 - Coqueiral / Recife | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 192 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 106 - Engº Velho / Recife | 14 | 3 | CR\$ 1.500.000,00 | 17/10/83 | NI | --- | --- |
| 193 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 107 - Mangueira / Recife | 14 | 3 | CR\$ 20.000.000,00 | 06/02/85 | NI | --- | --- |
| 194 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 108 - Mangueira / Recife | 14 | 3 | CR\$ 12.000.000,00 | 08/02/85 | NI | --- | --- |
| 195 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 109 - Cavaleiro / Recife | 15 | 3 | CR\$ 22.656.334,00 | 11/10/83 | NI | --- | --- |
| 196 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 110 - Socorro / Jaboatão | | 3 | CR\$ 2.190.631,00 | 15/07/83 | NI | --- | --- |
| 197 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 111 - Socorro / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 2.500.000,00 | NI | NI | --- | --- |
| 198 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 112 - Socorro / Jaboatão | 20 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 199 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 113 - Socorro / Jaboatão | | 3 | CR\$ 4.149.353,00 | 13/08/83 | NI | --- | --- |
| 200 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 114 - Socorro / Jaboatão | 20 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 201 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 115 - Engº | 15 | 3 | CR\$ 5.500.000,00 | 12/08/83 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|---------------------------------|-----|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Velho / Jaboatão | | | | | | | |
| 202 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 116 - Engº Velho / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 5.500.000,00 | 24/10/83 | NI | --- | --- |
| 203 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 117 - Cavaleiro / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 65.030.000,00 | 03/07/84 | NI | --- | --- |
| 204 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 118 - Alto Ceu / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 7.000.000,00 | 11/01/85 | NI | --- | --- |
| 205 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 119 - Cavaleiro / Jaboatão | | 3 | CR\$ 9.000.000,00 | 31/01/85 | NI | --- | --- |
| 206 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 120 - Alto Ceu / Jaboatão | | 3 | CR\$ 10.000.000,00 | 31/01/85 | NI | --- | --- |
| 207 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 121 - Cavaleiro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 9.000.000,00 | 30/05/84 | NI | --- | --- |
| 208 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 122 - Barro / Recife | 20 | 3 | CR\$ 30.000.000,00 | 25/03/85 | NI | --- | --- |
| 209 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 123 - Engº Velho / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 26.600.000,00 | 13/10/83 | NI | --- | --- |
| 210 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 124 - Areias / recife | | 3 | CR\$ 72.432.865,00 | 03/05/84 | NI | --- | --- |
| 211 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 125 - Alto Ceu / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 8.400.000,00 | 30/04/85 | NI | --- | --- |
| 212 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 126 - Afogados / Recife | 14 | 3 | CR\$ 23.500.000,00 | 03/02/83 | NI | --- | --- |
| 213 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 127 - Coqueiral / Recife | | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 214 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 128 - Barro / Recife | | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 215 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 129 - Engº Velho / Jaboatão | | 3 | CR\$ 37.239,00 | 01/07/83 | NI | --- | --- |
| 216 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 130 - Barro / | 14 | 3 | CR\$ 12.500.000,00 | 10/02/84 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|---------------------------------|-----|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Recife | | | | | | | |
| 217 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 132 - Engº Velho / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 6.966.427,00 | 03/06/83 | NI | --- | --- |
| 218 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 133 - Engº Velho / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 30.799.000,00 | 21/09/83 | NI | --- | --- |
| 219 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 134 - Engº Velho / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 10.000.000,00 | 29/02/84 | NI | --- | --- |
| 220 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 135 - Engº Velho / Jaboatão | | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 221 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 136 - Engº Velho / Jaboatão | | 3 | CR\$ 13.393.639,00 | 23/10/84 | NI | --- | --- |
| 222 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 137 - Afogados / Recife | 21 | 3 | CR\$ 4.640.000,00 | 11/02/83 | NI | --- | --- |
| 223 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 138 - Barro / Recife | 21 | 3 | CR\$ 28.000.000,00 | 03/11/85 | NI | --- | --- |
| 224 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 139 - Barro / Recife | | 3 | CR\$ 28.000.000,00 | 01/11/85 | NI | --- | --- |
| 225 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 140 - Barro / Recife | | 3 | CR\$ 23.000.000,00 | 23/10/85 | NI | --- | --- |
| 226 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 141 - Barro / Recife | | 3 | CR\$ 22.000.000,00 | 20/09/85 | NI | --- | --- |
| 227 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 142 - Barro / Recife | | 3 | CR\$ 19.000.000,00 | 17/01/85 | NI | --- | --- |
| 228 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 143 - Tejipio / Recife | | 3 | CR\$ 8.000.000,00 | 22/08/85 | NI | --- | --- |
| 229 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 144 - Tejipio / Recife | 15 | 3 | CR\$ 25.000.000,00 | 06/12/83 | NI | --- | --- |
| 230 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 145 - Tejipio / Recife | 15 | 3 | CR\$ 20.000.000,00 | 02/03/84 | NI | --- | --- |
| 231 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 146 - Tejipio / Recife | 14 | 3 | CR\$ 4.105.000,00 | 07/11/83 | NI | --- | --- |
| 232 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 147 - Barro / Recife | 15 | 3 | CR\$ 2.000.000,00 | 26/06/86 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|--------------------------------|--------|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 233 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 148 - Barro / Recife | 15 /14 | 3 | CR\$ 32.000.000,00 | 02/05/86 | NI | --- | --- |
| 234 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 149 - Barro / Recife | 14 | 3 | CR\$ 12.000.000,00 | 14/10/85 | NI | --- | --- |
| 235 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 150 - Barro / Recife | 20 | 3 | CR\$ 23.500,00 | 18/09/85 | NI | --- | --- |
| 236 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 151 - Barro / Recife | 15 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 237 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 152 - Barro / Recife | 20 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 238 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 153 - Barro / Recife | 14 | 3 | CR\$ 81.132,84 | 22/08/86 | NI | --- | --- |
| 239 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 154 - Barro / Recife | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 240 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 155 - Barro / Recife | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 241 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 157 - Barro / Recife | 14 | 3 | CR\$ 54.020,02 | 17/04/84 | NI | --- | --- |
| 242 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 158 - Barro / Recife | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 243 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 159 - Coqueiral / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 3.100.000,00 | 23/02/84 | NI | --- | --- |
| 244 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 160 - Tejipio / Recife | 20 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 245 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 161 - Tejipio / Recife | 20 | 3 | CR\$ 45.000.000,00 | 22/10/84 | NI | --- | --- |
| 246 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 162 - Tejipio / Recife | 14 | 3 | CR\$ 45.000.000,00 | 22/10/84 | NI | --- | --- |
| 247 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 164 - Cavaleiro / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 2.100.000,00 | 23/02/84 | NI | --- | --- |
| 248 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 165 - Tejipio | | 3 | CR\$ 33.900.000,00 | 14/02/84 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|------------------------------------|---------|-------|--------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | / Recife | | | | | | | |
| 249 | 275057 | NI | Area Remanescente | AR 166 - Engº Velho/ Jaboatão | 21 | 3 | CR\$ 2.553.447,00 | 23/03/84 | NI | --- | --- |
| 250 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARL 167 - Engº Velho / Jaboatão | 14 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 251 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 168 - Engº Velho / Jaboatão | 15 | 3 | CR\$ 4.511.000,00 | 02/08/83 | NI | --- | --- |
| 252 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 169 - Engº Velho / Jaboatão | 15 / 14 | 3 | CR\$ 10.613.378,00 | 15/12/83 | NI | --- | --- |
| 253 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 171 - Jardim S. Paulo / Recife | 14 | 3 | CR\$ 60.000.000,00 | 06/12/85 | NI | --- | --- |
| 254 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 172 - Coqueiral / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 45.000,00 | 11/02/87 | NI | --- | --- |
| 255 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 173 - Coqueiral / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 18.768.368,00 | 15/02/84 | NI | --- | --- |
| 256 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 174 - São José / Recife | | 3 | CR\$ 15.500.000,00 | | NI | --- | --- |
| 257 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 175 - Engº Velho / Jaboatão | | 3 | CR\$ 14.500.000,00 | 16/06/83 | NI | --- | --- |
| 258 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 176 - Coqueiral / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 80.000,00 | 30/05/86 | NI | --- | --- |
| 259 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 177 - Engº Velho / Jaboatão | 14 | 3 | CR\$ 1.700.000,00 | 13/09/83 | NI | --- | --- |
| 260 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 178 - Engº Velho / Jaboatão | 20 | 3 | CR\$ 20.000.000,00 | 07/08/83 | NI | --- | --- |
| 261 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 179 - Cavaleiro / Jaboatão | | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 262 | 275057 | NI | Area Remanescente | ARZ 180 - Sucupira / | 15 | 3 | CR\$ 14.893.639,00 | 23/10/84 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|--------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Jaboatão | | | | | | | |
| 263 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 422 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 52.566,96 | 01/09/02 | NI | --- | --- |
| 264 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 447 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 18.519,64 | 01/05/05 | NI | --- | --- |
| 265 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 399 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 68.743,28 | 01/10/02 | NI | --- | --- |
| 266 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 398 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 56.050,75 | 01/09/02 | NI | --- | --- |
| 267 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 397 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 50.103,85 | 01/11/97 | NI | --- | --- |
| 268 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 396 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 47.443,28 | 01/07/00 | NI | --- | --- |
| 269 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 395 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 164.183,01 | 01/08/95 | NI | --- | --- |
| 270 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 394 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 68.374,57 | 01/11/00 | NI | --- | --- |
| 271 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 393 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 25.533,39 | 01/08/95 | NI | --- | --- |
| 272 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 392 - Coque / Recife | 14 | 3 | R\$ 37.735,45 | 01/08/95 | NI | --- | --- |
| 273 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 391 - Coque / Recife | 20 | 3 | R\$ 45.044,40 | 01/11/97 | NI | --- | --- |
| 274 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 403 - Coque / Recife | 20 | 3 | R\$ 37.563,63 | 01/02/00 | NI | --- | --- |
| 275 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 404 - Coque / Recife | 20 | 3 | R\$ 17.654,64 | 01/08/95 | NI | --- | --- |
| 276 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 405 - Coque / Recife | 20 | 3 | R\$ 20.000,00 | 01/09/00 | NI | --- | --- |
| 277 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 406 - Coque / Recife | 20 | 3 | R\$ 13.000,00 | 01/08/95 | NI | --- | --- |
| 278 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 407 - Coque / Recife | 20 | 3 | R\$ 9.000,00 | 01/05/00 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|--------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 279 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 409/410/411 - Recife | 20 | 3 | R\$ 119.198,92 | 01/04/00 | NI | --- | --- |
| 280 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 412 - Recife | | 3 | R\$ 111.000,00 | 01/12/99 | NI | --- | --- |
| 281 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 413 - Recife | | 3 | R\$ 198.000,00 | 01/05/00 | NI | --- | --- |
| 282 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 441 - Recife | 14 | 3 | R\$ 168.000,00 | 01/07/00 | NI | --- | --- |
| 283 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 437 - Recife | 21 | 3 | R\$ 44.742,75 | 01/06/02 | NI | --- | --- |
| 284 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 477 - Recife | 21 | 3 | R\$ 14.110,20 | 01/08/00 | NI | --- | --- |
| 285 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 478 - Recife | 21 | 3 | R\$ 90.920,00 | 01/05/02 | NI | --- | --- |
| 286 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 480 - Recife | 21 | 3 | R\$ 389.048,97 | 01/10/05 | NI | --- | --- |
| 287 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 481 - Recife | 21 | 3 | R\$ 36.261,10 | 01/08/04 | NI | --- | --- |
| 288 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 482 - Recife | 21 | 3 | R\$ 84.603,80 | 01/08/03 | NI | --- | --- |
| 289 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 415 - Recife | 21 | 3 | R\$ 62.240,64 | 01/06/02 | NI | --- | --- |
| 290 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 416 - Recife | 21 | 3 | R\$ 119.648,90 | 01/07/04 | NI | --- | --- |
| 291 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 421 - Recife | 21 | 3 | R\$ 551.000,00 | 01/08/06 | NI | --- | --- |
| 292 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 441/442 - Recife | 21 | 3 | R\$ 168.260,99 | 01/05/04 | NI | --- | --- |
| 293 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL1 445 - Recife | 21 | 3 | R\$ 50.757,55 | 01/07/03 | NI | --- | --- |
| 294 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 029 - Imbiribeira/ Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 295 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 030 - Imbiribeira/ Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 296 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 031 - Imbiribeira / Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 297 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 032 - Imbiribeira / Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 298 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 033 - Imbiribeira / | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|---------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Recife | | | | | | | |
| 299 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 034 - Imbiribeira / Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 300 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 035 - Imbiribeira / Recife | 21 | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 301 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 213 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 126.520,77 | 01/12/06 | NI | --- | --- |
| 302 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 215 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 150.000,00 | 01/04/03 | NI | --- | --- |
| 303 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 216 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 132.836,27 | 01/02/02 | NI | --- | --- |
| 304 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 217 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 63.480,48 | 01/02/04 | NI | --- | --- |
| 305 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 218 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 92.108,66 | 01/04/02 | NI | --- | --- |
| 306 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 219 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 133.145,59 | 01/05/04 | NI | --- | --- |
| 307 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 220-A- Imbiribeira / Recife | 20 | 3 | R\$ 205.000,52 | 01/10/06 | NI | --- | --- |
| 308 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 254 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 147.598,07 | 01/11/97 | NI | --- | --- |
| 309 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 255 - Imbiribeira / | | NI | NI | NI | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|---------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Recife | | | | | | | |
| 310 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 256 - Imbiribeira / Recife | | NI | NI | NI | NI | --- | --- |
| 311 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 257 - Imbiribeira / Recife | | NI | NI | NI | NI | --- | --- |
| 312 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 258 - Imbiribeira / Recife | | NI | NI | NI | NI | --- | --- |
| 313 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 259 - Imbiribeira / Recife | | NI | NI | NI | NI | --- | --- |
| 314 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 260 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 162.164,42 | 01/08/05 | NI | --- | --- |
| 315 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 261 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 162.317,40 | 01/11/05 | NI | --- | --- |
| 316 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 887 - Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 69.404,67 | 01/05/02 | NI | --- | --- |
| 317 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 887-A- Imbiribeira / Recife | | 3 | R\$ 18.000,00 | 01/06/02 | NI | --- | --- |
| 318 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 333 - Imbiribeira / Recife | | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 319 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 333-A- Imbiribeira/ Recife | | 3 | NI | NI | NI | --- | --- |
| 320 | 275057 | NI | Area Remanescente | DL2 333-B- Imbiribeira / | | 3 | R\$ 35.714,61 | 01/06/01 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|------------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Recife | | | | | | | |
| 321 | 275058 | NI | Area Remanescente | DL3 709 - Recife | | 4 | R\$ 320.150,61 | 01/05/99 | NI | --- | --- |
| 322 | 275059 | NI | Area Remanescente | DL3 716 - Recife | | 4 | R\$ 448.536,26 | 01/02/99 | NI | --- | --- |
| 323 | 275060 | NI | Area Remanescente | L185 AO 241/DL4-88 AO DL4-94 | | 4 | POSSEIROS | | NI | --- | --- |
| 324 | 275061 | NI | Area Remanescente | DL4 212 - Prazeres | | 4 | R\$ 104.899,08 | 01/05/03 | NI | --- | --- |
| 325 | 275062 | NI | Area Remanescente | DL4 544 - Prazeres | | 4 | R\$ 51.594,91 | 01/10/01 | NI | --- | --- |
| 326 | 275063 | NI | Area Remanescente | DL4 545 - Prazeres | | 4 | R\$ 21.132,54 | 01/10/01 | NI | --- | --- |
| 327 | 275064 | NI | Area Remanescente | DL4 545-A - Prazeres | | 4 | R\$ 63.835,01 | 01/10/01 | NI | --- | --- |
| 328 | 275065 | NI | Area Remanescente | DL4 546 - Prazeres | | 4 | R\$ 45.253,64 | 01/03/02 | NI | --- | --- |
| 329 | 275066 | NI | Area Remanescente | DL4 547 - Prazeres | | 4 | R\$ 40.897,71 | 01/01/02 | NI | --- | --- |
| 330 | 275067 | NI | Area Remanescente | DL4 548 - Prazeres | | 4 | R\$ 49.161,65 | 01/04/02 | NI | --- | --- |
| 331 | 275068 | NI | Area Remanescente | DL4 548-A Prazeres | | 4 | R\$ 54.584,65 | 01/04/02 | NI | --- | --- |
| 332 | 275069 | NI | Area Remanescente | DL4 342 - Prazeres | | 4 | R\$ 92.259,06 | 01/12/07 | NI | --- | --- |
| 333 | 275070 | NI | Area Remanescente | DL4 329 - Prazeres | | 4 | R\$ 8.000,00 | 01/07/08 | NI | --- | --- |
| 334 | 275071 | NI | Area Remanescente | DL4 626 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 61.550,51 | 01/05/02 | NI | --- | --- |
| 335 | 275072 | NI | Area Remanescente | DL4 324 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 17.926,13 | 01/08/07 | NI | --- | --- |
| 336 | 275073 | NI | Area Remanescente | DL4 325 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 43.176,60 | 01/07/07 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|--------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 337 | 275074 | NI | Area Remanescente | DL4 305 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 51.031,52 | 01/07/07 | NI | --- | --- |
| 338 | 275075 | NI | Area Remanescente | DL4 306 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 68.227,91 | 01/08/07 | NI | --- | --- |
| 339 | 275076 | NI | Area Remanescente | DL4 307 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 46.490,47 | 01/08/07 | NI | --- | --- |
| 340 | 275077 | NI | Area Remanescente | DL4 309 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 14.926,43 | 01/05/07 | NI | --- | --- |
| 341 | 275078 | NI | Area Remanescente | DL4 308 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 63.339,71 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 342 | 275079 | NI | Area Remanescente | DL4 310 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 38.426,88 | 01/07/07 | NI | --- | --- |
| 343 | 275080 | NI | Area Remanescente | DL4 311 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 109.639,35 | 01/07/07 | NI | --- | --- |
| 344 | 275081 | NI | Area Remanescente | DL4 240 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 25.524,00 | 01/07/03 | NI | --- | --- |
| 345 | 275082 | NI | Area Remanescente | DL4 241 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 268.712,33 | 01/06/04 | NI | --- | --- |
| 346 | 275083 | NI | Area Remanescente | DL4 274 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 7.000,00 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 347 | 275084 | NI | Area Remanescente | DL4 275 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 7.120,00 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 348 | 275085 | NI | Area Remanescente | DL4 276 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 24.276,47 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 349 | 275086 | NI | Area Remanescente | DL4 277 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 22.409,82 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 350 | 275087 | NI | Area Remanescente | DL4 278 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 24.786,47 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 351 | 275088 | NI | Area Remanescente | DL4 279 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 31.191,75 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 352 | 275089 | NI | Area Remanescente | DL4 280 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 18.987,02 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 353 | 275090 | NI | Area Remanescente | DL4 281 - | 15 | 4 | R\$ 7.120,00 | 01/06/07 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-------------------|----------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | Prazeres | | | | | | | |
| 354 | 275091 | NI | Area Remanescente | DL4 282 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 24.769,11 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 355 | 275092 | NI | Area Remanescente | DL4 283 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 32.188,98 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 356 | 275093 | NI | Area Remanescente | DL4 284 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 14.120,00 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 357 | 275094 | NI | Area Remanescente | DL4 285 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 38.788,06 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 358 | 275095 | NI | Area Remanescente | DL4 286 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 33.303,27 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 359 | 275096 | NI | Area Remanescente | DL4 287 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 39.998,55 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 360 | 275097 | NI | Area Remanescente | DL4 288 - Prazeres | 15 | 4 | R\$ 49.626,16 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 361 | 275098 | NI | Area Remanescente | DL4 289 - Prazeres | 14 | 4 | R\$ 49.407,50 | 01/06/07 | NI | --- | --- |
| 362 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 190 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 02/03/00 | NI | --- | --- |
| 363 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 18 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/02/02 | NI | --- | --- |
| 364 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 10 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/04/00 | NI | --- | --- |
| 365 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 3 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/10/01 | NI | --- | --- |
| 366 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 41 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/02/00 | NI | --- | --- |
| 367 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 14 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/04/00 | NI | --- | --- |
| 368 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 14 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/12/00 | NI | --- | --- |
| 369 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 199 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/01/00 | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|------------|-----------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 370 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 11 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/12/00 | NI | --- | --- |
| 371 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 35-A - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/12/00 | NI | --- | --- |
| 372 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 4 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/08/01 | NI | --- | --- |
| 373 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 35 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/01/00 | NI | --- | --- |
| 374 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 41 A - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/01/02 | NI | --- | --- |
| 375 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 12 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/04/00 | NI | --- | --- |
| 376 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 32 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/01/00 | NI | --- | --- |
| 377 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 30 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/01/00 | NI | --- | --- |
| 378 | 275098 | NI | Bem imóvel | DL6 200 - Camaragibe | 21 | 4 | NI | 01/03/00 | NI | --- | --- |

| SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE | | | | | | | | | | | |
|---|--------|----|----|----------------------------|----|---|------------------|----------|----------|-----|-----|
| 1 | 275058 | NC | NI | R. ADAMITA, 385 | 21 | 4 | 3.293.771.280,00 | 15/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 2 | 275058 | NC | NI | R. CONSELHEIRO ROCHA, 2411 | 21 | 4 | 165.000,00 | 01/07/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 3 | 275058 | NC | NI | R. CONSELHEIRO ROCHA, 3781 | 21 | 4 | 310.000,00 | 11/01/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 4 | 275058 | NC | NI | R. CONSELHEIRO ROCHA, s/nº | 21 | 4 | 52.000.000,00 | 03/04/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 5 | 275058 | NC | NI | R. | 21 | 4 | 180.000.000,00 | 11/04/86 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|-----------|--|-----|-------|------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | CONSELHEIRO ROCHA, 3.335 | | | | | | | |
| 6 | 275058 | NC | NI | R. OLIGISTO ,496 | 21 | 4 | 53.000.000,00 | 29/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 7 | 275058 | NC | NI | R. OLIGISTRO, 486 | 21 | 4 | 150.000,00 | 12/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 8 | 275058 | NC | NI | R.OLIGISTRO,453 (R.SILVIANOÓPOLIS 13) | 21 | 4 | 100.000.000,00 | 10/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 9 | 275058 | NC | NI | R. CONSELHEIRO ROCHA ,4070 - A | 21 | 4 | 160.000,00 | 01/07/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 10 | 275058 | NC | NI | R. CONSELHEIRO ROCHA ,4080 | 21 | 4 | 47.500.000,00 | 23/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 11 | 275058 | NC | NI | AV. SILVIANO BRANDÃO ,S/N | 21 | 4 | 409.399.500,00 | 29/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 12 | 275058 | NC | NI | AV. SILVIANO BRANDÃO ,S/N | 21 | 4 | 1.590.600.500,00 | 29/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 13 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE ,269 | 21 | 4 | 55.000.000,00 | 22/12/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 14 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE ,90 | 21 | 4 | 80.000.000,00 | 22/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 15 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 292 | 21 | 4 | 60.000.000,00 | 20/12/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 16 | 275058 | NC | NI | prox. Est. 41 L.D.do Caminhamento | 21 | 4 | 1.000.000,00 | 12/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 17 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 320 | 21 | 4 | 70.000.000,00 | 27/02/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 18 | 275058 | NC | NI | R. SILVA | 21 | 4 | 45.000.000,00 | 31/07/85 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|-----------|---------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | FREIRE, 334 | | | | | | | |
| 19 | 275058 | NC | NI | R. N.S. D'AJUDA ,340 | 21 | 4 | 30.000.000,00 | 01/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 20 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 346 | 21 | 4 | 45.000.000,00 | 31/07/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 21 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 355A | 21 | 4 | 63.000.000,00 | 07/11/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 22 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 367 | 21 | 4 | 110.000.000,00 | 07/11/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 23 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 371 | 21 | 4 | 30.000.000,00 | 24/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 24 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 377-B | 21 | 4 | 75.000.000,00 | 28/11/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 25 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 377 A | 21 | 4 | 55.000.000,00 | 11/11/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 26 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 383 | 21 | 4 | 90.000.000,00 | 03/03/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 27 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 430 | 21 | 4 | 80.000.000,00 | 16/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 28 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 474 | 21 | 4 | 64.000.000,00 | 09/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 29 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 478 | 21 | 4 | 60.000.000,00 | 22/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 30 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 494 | 21 | 4 | 53.000.000,00 | 16/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 31 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 490 | 21 | 4 | 35.000.000,00 | 22/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 32 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE ,498 | 21 | 4 | 55.000.000,00 | 16/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 33 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 502 | 21 | 4 | 75.000.000,00 | 22/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 34 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 504 | 21 | 4 | 45.000.000,00 | 25/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMOVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|-----------|-----------------------|-----|-------|-----------------|----------------|------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTORICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVLIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 35 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 508 | 21 | 4 | 80.000.000,00 | 11/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 36 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 518 | 21 | 4 | 55.000.000,00 | 10/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 37 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 528 | 21 | 4 | 45.000.000,00 | 24/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 38 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 400 | 21 | 4 | 450.000,00 | 12/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 39 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE ,479 | 21 | 4 | 80.000.000,00 | 25/03/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 40 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE ,489 | 21 | 4 | 45.000.000,00 | 29/07/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 41 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 492A | 21 | 4 | 125.000,00 | 16/04/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 42 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 503 | 21 | 4 | 60.000.000,00 | 20/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 43 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE ,507 | 21 | 4 | 100.000.000,00 | 04/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 44 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE,505 | 21 | 4 | 65.000.000,00 | 29/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 45 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 505A | 21 | 4 | 45.000.000,00 | 13/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 46 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 509 | 21 | 4 | 40.000.000,00 | 18/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 47 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 515 | 21 | 4 | 55.000.000,00 | 20/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 48 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 525 | 21 | 4 | 40.000.000,00 | 16/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 49 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 513 | 21 | 4 | 75.000.000,00 | 20/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 50 | 275058 | NC | NI | R. N.S. D` AJUDA - 80 | 21 | 4 | 7.500.000,00 | 29/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 51 | 275058 | NC | NI | R. N.S. | 21 | 4 | 8.500.000,00 | 29/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|-----------|--------------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | D`AJUDA ,90 | | | | | | | |
| 52 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 511 | 21 | 4 | 65.000.000,00 | 07/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 53 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE,521 | 21 | 4 | 165.000.000,00 | 02/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 54 | 275058 | NC | NI | R. N.S. D`AJUDA ,100 | 21 | 4 | 70.000.000,00 | 03/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 55 | 275058 | NC | NI | R. N.S. D`AJUDA ,145 | 21 | 4 | 500.000,00 | 20/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 56 | 275058 | NC | NI | R. N.S. D`AJUDA ,145 | 21 | 4 | 123.299,92 | 06/05/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 57 | 275058 | NC | NI | R. N.S. D`AJUDA, 151 | 21 | 4 | 30.000.000 | 04/09/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 58 | 275058 | NC | NI | R. N.S. D`AJUDA ,161 | 21 | 4 | 95.000.000 | 13/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 59 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 541 | 21 | 4 | 28.178.306,00 | 24/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 60 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 541-B | 21 | 4 | 17.149.588,00 | 24/10/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 61 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 541 A | 21 | 4 | 39.672.104,00 | 24/11/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 62 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 551 | 21 | 4 | 36.000.000,00 | 21/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 63 | 275058 | NC | NI | R. SILVA FREIRE, 561 | 21 | 4 | 45.000.000,00 | 16/08/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 64 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 237 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 250.000,00 | 16/09/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 65 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 179 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 250.000,00 | 16/09/86 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|-----------|---------------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 66 | 275058 | NC | NI | R.CAMPONESA, 216(Favela Camponesa) | 21 | 4 | 190.000,00 | 16/09/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 67 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 226 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 140.000,00 | 12/08/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 68 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 247 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 250.000,00 | 16/09/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 69 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 217 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 330.000,00 | 16/09/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 70 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 236F (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 240.000,00 | 27/01/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 71 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 256 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 222.000,00 | 28/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 72 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 146 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 850.000,00 | 15/03/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 73 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 126(Favela Camponesa) | 21 | 4 | 4.000.000,00 | 30/12/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 74 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, | 21 | 4 | 4.500.000,00 | 30/12/88 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|----|--------|-----|-----------|---|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | 116 (Favela Camponesa) | | | | | | | |
| 75 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 106 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 4.900.000,00 | 30/12/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 76 | 275058 | NC | NI | R. CAMPONESA, 97 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 2.200.000,00 | 20/12/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 77 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARÁ, 41 (Favela Camponesa) | 21 | 4 | 2.067.773,50 | 30/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 78 | 275058 | NC | NI | R. MINDURI, 13C; 13A e 13B | 21 | 4 | 1.465.620,00 | 15/12/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 79 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 485 | 21 | 4 | 325.000,00 | 16/09/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 80 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 486 | 21 | 4 | 300.000,00 | 16/09/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 81 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARÁ, 726 | 21 | 4 | 325.000,00 | 16/08/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 82 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO PARÁ, 800 | 21 | 4 | 1.554.000,00 | 30/12/85 | S/ REAV. | --- | --- |
| 83 | 275058 | NC | NI | R. PROF. AMARO XISTO DE QUEIROZ, 384 | 21 | 4 | 2.400.000,00 | 15/12/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 84 | 275058 | NC | NI | R. PROF. AMARO XISTO DE QUEIROZ, 394 | 21 | 4 | 1.600.000,00 | 15/12/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 85 | 275058 | NC | NI | R. PROF. AMARO XISTO DE QUEIROZ, | 21 | 4 | 1.300.000,00 | 15/12/93 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|--------------------------|-----|-------|------------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | 404 | | | | | | | |
| 86 | 275058 | NC | NI | R. Y, 25 | 21 | 4 | 5.800.000,00 | 12/06/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 87 | 275058 | NC | NI | R. TRÊS BICAS, 48 | 21 | 4 | 1.005.000,65 | 15/12/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 88 | 275058 | NC | NI | R. TRÊS BICAS, 58 | 21 | 4 | 1.516.200.000,00 | 15/12/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 89 | 275058 | NC | NI | R. LEILA, 34 | 21 | 4 | 3.000.000,00 | 20/12/01 | S/ REAV. | --- | --- |
| 90 | 275058 | NC | NI | R. K, 47 | 21 | 4 | 1.900.000,00 | 30/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 91 | 275058 | NC | NI | R. QUELUZITO, 304 | 21 | 4 | 4.340.000,00 | 27/12/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 92 | 275058 | NC | NI | R. QUELUZITO, 304 | 21 | 4 | 4.340.000,00 | 17/12/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 93 | 275058 | NC | NI | R. ANGATURAMA, 59 | 21 | 4 | 73.724,96 | 18/07/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 94 | 275058 | NC | NI | R. ACURUI, 77 | 21 | 4 | 180.000,00 | 31/07/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 95 | 275058 | NC | NI | R. N. S. DE FÁTIMA, 1081 | 21 | 4 | 5.500.000,00 | 04/05/94 | S/ REAV. | --- | --- |
| 96 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 11 | 21 | 4 | 65.197.392,73 | 22/07/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 97 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 19 | 21 | 4 | 1.570,83 | 24/07/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 98 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 21 | 21 | 4 | 626.112,00 | 31/10/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 99 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 25 | 21 | 4 | 976.735,00 | 11/05/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 100 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 31 | 21 | 4 | 165.451,00 | 31/10/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 101 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, s/n.º | 21 | 4 | 5.231.515,50 | 18/08/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 102 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, s/n.º | 21 | 4 | 2.697.285,80 | 18/08/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 103 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, s/n.º | 21 | 4 | 2.697.285,80 | 18/08/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 104 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, s/n.º | 21 | 4 | 2.697.285,80 | 18/08/93 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|---|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 105 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, s/n.º | 21 | 4 | 2.697.285,80 | 18/08/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 106 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARA esq. Av. CONTAGEM | 21 | 4 | 1.459.857,52 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 107 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARA esq. Av. CONTAGEM | 21 | 4 | 1.459.857,52 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 108 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARA esq. Av. CONTAGEM | 21 | 4 | 612.278,27 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 109 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARA esq. Av. CONTAGEM | 21 | 4 | 612.278,27 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 110 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARA esq. Av. CONTAGEM | 21 | 4 | 612.278,27 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 111 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARA esq. Av. CONTAGEM | 21 | 4 | 612.278,27 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 112 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARA esq. Av. CONTAGEM | 21 | 4 | 612.278,27 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 113 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO DO PARA esq. Av. CONTAGEM, 589 | 21 | 4 | 612.278,27 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 114 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 41 | 21 | 4 | 25.734.816,00 | 04/09/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 115 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, S/N | 21 | 4 | 377.107,48 | 10/03/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 116 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, S/N | 21 | 4 | 255.456,00 | 04/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 117 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 55 | 21 | 4 | 704,89 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|-------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 118 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 63 | 21 | 4 | 17.623,12 | 03/02/94 | S/ REAV. | --- | --- |
| 119 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 65 | 21 | 4 | 102.101,69 | 19/03/91 | S/ REAV. | --- | --- |
| 120 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 77 | 21 | 4 | 1.951.821,00 | 19/12/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 121 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 85 | 21 | 4 | 10.427.360,00 | 25/11/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 122 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 95 | 21 | 4 | 850.325,33 | 24/11/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 123 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 105 | 21 | 4 | 36.619.198,30 | 11/11/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 124 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 115 | 21 | 4 | 454.945,00 | 03/04/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 125 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 155 | 21 | 4 | 715.875,00 | 27/05/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 126 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 165 | 21 | 4 | 392.275,50 | 18/05/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 127 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, (ENTRE 165 E 185) | 21 | 4 | 580.283,00 | 18/11/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 128 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 185 | 21 | 4 | 1.254.229,30 | 13/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 129 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 195 | 21 | 4 | 567.332,54 | 26/05/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 130 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 379 | 21 | 4 | 723.869,00 | 13/06/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 131 | 275058 | NC | NI | R. MOEDA, 50 | 21 | 4 | 2.061.614,65 | 25/05/94 | S/ REAV. | --- | --- |
| 132 | 275058 | NC | NI | R. MOEDA, 21 | 21 | 4 | 43.596.922,67 | 12/05/94 | S/ REAV. | --- | --- |
| 133 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 421 | 21 | 4 | 5.574.941,37 | 30/09/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 134 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 429 | 21 | 4 | 671.326,34 | 12/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 135 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 439 | 21 | 4 | 847.413,67 | 17/12/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 136 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO PARÁ, 636 | 21 | 4 | 468.516,54 | 29/04/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 137 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 449 | 21 | 4 | 14.000.000,00 | 30/08/91 | S/ REAV. | --- | --- |
| 138 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, S/N | 21 | 4 | 719.250,00 | 05/09/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 139 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO PARÁ, S/N | 21 | 4 | 343.650,00 | 04/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 140 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, S/N | 21 | 4 | 423.452,00 | 02/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 141 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO PARÁ, 936 | 21 | 4 | 524.212,00 | 20/11/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 142 | 275058 | NC | NI | R. VINTE E SEIS | 21 | 4 | 226.521,16 | 06/03/87 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|---------------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | (FRENTE AO 83) | | | | | | | |
| 143 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 793 | 21 | 4 | 2.091.519,00 | 12/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 144 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 807 | 21 | 4 | 1.252.897,90 | 28/09/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 145 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 849 | 21 | 4 | 993.330,00 | 26/05/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 146 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 851 | 21 | 4 | 1.015.574,80 | 29/04/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 147 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 853 | 21 | 4 | 55.667.671,65 | 25/02/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 148 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 855 | 21 | 4 | 926.439,29 | 19/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 149 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, S/N | 21 | 4 | 570.574,00 | 22/07/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 150 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 875 | 21 | 4 | 1.504,12 | 28/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 151 | 275058 | NC | NI | R. MINDURI, 18 | 21 | 4 | 1.334.282,80 | 15/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 152 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 887 | 21 | 4 | 3.132.976,12 | 23/04/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 153 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 893 | 21 | 4 | 190.000,00 | 09/06/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 154 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 893 | 21 | 4 | 190.000,00 | 09/06/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 155 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 893 | 21 | 4 | 190.000,00 | 09/06/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 156 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 893 | 21 | 4 | 190.000,00 | 09/06/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 157 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 893 | 21 | 4 | 190.000,00 | 09/06/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 158 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 995 e 999 | 21 | 4 | 2.560,06 | 24/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 159 | 275058 | NC | NI | R. ACESITA, 959 | 21 | 4 | 579.207,00 | 22/02/91 | S/ REAV. | --- | --- |
| 160 | 275058 | NC | NI | R. CONCEIÇÃO PARÁ, S/N e ACESITA, 920 | 21 | 4 | 646.500,00 | 29/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 161 | 275058 | NC | NI | R. F, 354 | 21 | 4 | 720.400,00 | 30/06/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 162 | 275058 | NC | NI | R. F, S/N | 21 | 4 | 288.404,80 | 09/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 163 | 275058 | NC | NI | R. F, 374 | 21 | 4 | 767.441,12 | 05/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 164 | 275058 | NC | NI | R. P Esq, F | 21 | 4 | 146.238,63 | 05/11/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 165 | 275058 | NC | NI | R. O, 147 | 21 | 4 | 246.530,00 | 15/03/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 166 | 275058 | NC | NI | R. P, 180 | 21 | 4 | 831.204,21 | 24/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 167 | 275058 | NC | NI | R. O, 157 | 21 | 4 | 976.551,00 | 09/07/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 168 | 275058 | NC | NI | R. P, 192 | 21 | 4 | 166.284,34 | 30/10/86 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|---------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 169 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, 1021 | 21 | 4 | 476.446,00 | 22/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 170 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, 1021 | 21 | 4 | 476.446,00 | 22/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 171 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 252.000,00 | 29/02/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 172 | 275058 | NC | NI | R. P, c/ N.S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 1.792.239,00 | 27/06/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 173 | 275058 | NC | NI | R. P, S/N | 21 | 4 | 384.000,00 | 30/05/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 174 | 275058 | NC | NI | R. Q, 21 | 21 | 4 | 1.708.588,00 | 28/09/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 175 | 275058 | NC | NI | R. P, 177 | 21 | 4 | 599.762.110,36 | 14/05/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 176 | 275058 | NC | NI | R. Q, S/N | 21 | 4 | 145.684,00 | 19/06/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 177 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 85.863,27 | 08/05/96 | S/ REAV. | --- | --- |
| 178 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 216.120,00 | 13/04/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 179 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 217.500,00 | 21/07/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 180 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 187.470,00 | 26/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 181 | 275058 | NC | NI | R. Q, S/N | 21 | 4 | 2.137,06 | 02/04/96 | S/ REAV. | --- | --- |
| 182 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 253.260,00 | 31/10/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 183 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 207.900,00 | 14/10/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 184 | 275058 | NC | NI | R. R, S/N | 21 | 4 | 474.373,62 | 15/04/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 185 | 275058 | NC | NI | R. F, S/N | 21 | 4 | 201.868,00 | 25/02/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 186 | 275058 | NC | NI | R. F, 734 | 21 | 4 | 6.108.284,62 | 06/04/94 | S/ REAV. | --- | --- |
| 187 | 275058 | NC | NI | R. F esq. rua T | 21 | 4 | 231.660,00 | 13/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 188 | 275058 | NC | NI | R. R, 240 | 21 | 4 | 949.356,00 | 03/12/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 189 | 275058 | NC | NI | R. T, S/N | 21 | 4 | 219.000,00 | 31/05/88 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|------------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 190 | 275058 | NC | NI | R. T, 200 | 21 | 4 | 57.259.798,00 | 06/06/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 191 | 275058 | NC | NI | R. R, 200 | 21 | 4 | 15.470,00 | 28/05/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 192 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, 751 | 21 | 4 | 3.000.000,00 | 07/11/91 | S/ REAV. | --- | --- |
| 193 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, 785 | 21 | 4 | 35.826.356,00 | 19/11/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 194 | 275058 | NC | NI | R. T, S/N esq. R. Nossa Sra.Fátima | 21 | 4 | 239.375,40 | 17/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 195 | 275058 | NC | NI | R. F, S/N | 21 | 4 | 192.920,00 | 05/11/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 196 | 275058 | NC | NI | R. F, S/N | 21 | 4 | 91.000,00 | 23/10/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 197 | 275058 | NC | NI | R. F, S/N | 21 | 4 | 86.268,00 | 11/12/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 198 | 275058 | NC | NI | R. F, S/N | 21 | 4 | 3.757.572,00 | 17/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 199 | 275058 | NC | NI | R. F, S/N | 21 | 4 | 132.496,00 | 08/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 200 | 275058 | NC | NI | R. T, S/N | 21 | 4 | 1.617.590,02 | 15/01/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 201 | 275058 | NC | NI | R. U, S/N | 21 | 4 | 139.690,00 | 14/11/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 202 | 275058 | NC | NI | R. T, S/N | 21 | 4 | 149.040,00 | 25/02/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 203 | 275058 | NC | NI | R. T, 821 | 21 | 4 | 2.052.545,00 | 25/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 204 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 225.363,60 | 31/10/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 205 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 209.353,20 | 14/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 206 | 275058 | NC | NI | R. U, esq. R. N.S.FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 12.643.764,81 | 14/12/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 207 | 275058 | NC | NI | R. U,S/N | 21 | 4 | 243.000,00 | 15/05/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 208 | 275058 | NC | NI | R. V,S/N | 21 | 4 | 142.560,00 | 26/02/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 209 | 275058 | NC | NI | R. U, S/N | 21 | 4 | 117.500,00 | 07/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 210 | 275058 | NC | NI | R. V, S/N | 21 | 4 | 125.550,00 | 20/05/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 211 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 208.800,00 | 18/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 212 | 275058 | NC | NI | R. N. S. | 21 | 4 | 3.200.000,00 | 07/04/94 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|--|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | FÁTIMA, S/N | | | | | | | |
| 213 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA Esq. R. V | 21 | 4 | 254.520,00 | 16/11/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 214 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 241,20 | 30/10/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 215 | 275058 | NC | NI | R. X, S/N | 21 | 4 | 270.000,00 | 02/09/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 216 | 275058 | NC | NI | R. X, S/N | 21 | 4 | 142.560,00 | 18/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 217 | 275058 | NC | NI | R. V, 30 | 21 | 4 | 13.041,78 | 30/10/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 218 | 275058 | NC | NI | R. X, S/N | 21 | 4 | 2.450.536,85 | 05/05/99 | S/ REAV. | --- | --- |
| 219 | 275058 | NC | NI | R. V, 16 | 21 | 4 | 409.306,00 | 25/02/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 220 | 275058 | NC | NI | R. V, 8 | 21 | 4 | 377.410,00 | 21/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 221 | 275058 | NC | NI | R. X, S/N | 21 | 4 | 129.600,00 | 03/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 222 | 275058 | NC | NI | R. Y, esq. R. F, S/N | 21 | 4 | 143.280,00 | 03/03/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 223 | 275058 | NC | NI | R. X, S/N | 21 | 4 | 108.000,00 | 29/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 224 | 275058 | NC | NI | R. X, S/N | 21 | 4 | 216.000,00 | 30/11/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 225 | 275058 | NC | NI | R. Y, 15 | 21 | 4 | 1.787.233,00 | 09/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 226 | 275058 | NC | NI | R. X, S/N | 21 | 4 | 158.875,20 | 11/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 227 | 275058 | NC | NI | R. X, ESQ. C/ R.N.S.FÁTIMA, S/N | 21 | 4 | 381.600,00 | 24/11/// | S/ REAV. | --- | --- |
| 228 | 275058 | NC | NI | R. Y, S/N | 21 | 4 | 158.940,00 | 26/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 229 | 275058 | NC | NI | R. Y, S/Nº | 21 | 4 | 101.160,00 | 10/12/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 230 | 275058 | NC | NI | R. Y,S/N.º | 21 | 4 | 98.027,10 | 20/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 231 | 275058 | NC | NI | R. M, 132 | 21 | 4 | 370.751,00 | 28/06/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 232 | 275058 | NC | NI | R. LAURO GOMES VIDAL, N.º 469 | 21 | 4 | 32.019.000,00 | 28/05/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 233 | 275058 | NC | NI | R. PROF. AMARO XISTO DE QUEIROZ, | 21 | 4 | 19.923.000,00 | 26/11/91 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|---|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | s/nº | | | | | | | |
| 234 | 275058 | NC | NI | R. F, 80 | 21 | 4 | 3.537.412,52 | 30/10/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 235 | 275058 | NC | NI | R. O, 167 | 21 | 4 | 22.371.439,43 | 17/01/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 236 | 275058 | NC | NI | R. K, 49 | 21 | 4 | 1.319.790,00 | 30/08/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 237 | 275058 | NC | NI | R. L - 44 | 21 | 4 | 923.235,00 | 14/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 238 | 275058 | NC | NI | R.LEILA ALEXANDRINO DE OLIVEIRA NETO, 640 | 21 | 4 | 202.247.400,00 | 05/08/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 239 | 275058 | NC | NI | R. M,S/N | 21 | 4 | 265.859.640,00 | 23/09/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 240 | 275058 | NC | NI | R. L - 56 | 21 | 4 | 262.863,06 | 20/11/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 241 | 275058 | NC | NI | R. L ,68 | 21 | 4 | 419.835,50 | 20/05/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 242 | 275058 | NC | NI | R. L ,615 | 21 | 4 | 375.241,00 | 25/11/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 243 | 275058 | NC | NI | R. L, 600 | 21 | 4 | 2.054.771,00 | 16/05/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 244 | 275058 | NC | NI | R. M ,144 | 21 | 4 | 178.526,00 | 28/02/91 | S/ REAV. | --- | --- |
| 245 | 275058 | NC | NI | R. F, 92 | 21 | 4 | 5.647,29 | 16/03/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 246 | 275058 | NC | NI | R. L, 653 | 21 | 4 | 14.902.000,00 | 28/11/91 | S/ REAV. | --- | --- |
| 247 | 275058 | NC | NI | R. L, 45 | 21 | 4 | 2.005.667,00 | 25/10/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 248 | 275058 | NC | NI | R. F, 122 | 21 | 4 | 2.711.075,00 | 04/04/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 249 | 275058 | NC | NI | R. F,134 | 21 | 4 | 326.032,89 | 20/11/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 250 | 275058 | NC | NI | R. F, 144 | 21 | 4 | 567.467,94 | 14/06/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 251 | 275058 | NC | NI | R. F, 156 | 21 | 4 | 932.772,09 | 08/03/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 252 | 275058 | NC | NI | R. L ,55 | 21 | 4 | 277.959,96 | 22/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 253 | 275058 | NC | NI | R. F ,115 | 21 | 4 | 579.857,00 | 11/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 254 | 275058 | NC | NI | R. F, 125 | 21 | 4 | 1.571.208,38 | 22/09/99 | S/ REAV. | --- | --- |
| 255 | 275058 | NC | NI | R. F, 145 | 21 | 4 | 3.742,81 | 15/02/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 256 | 275058 | NC | NI | R. H, S/N | 21 | 4 | 29,20 | 31/10/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 257 | 275058 | NC | NI | R. M, S/N | 21 | 4 | 51.074,00 | 12/08/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 258 | 275058 | NC | NI | R. H esq. R. M | 21 | 4 | 136.697,00 | 30/10/86 | S/ REAV. | --- | --- |
| 259 | 275058 | NC | NI | R. M ,S/N | 21 | 4 | 190.987,20 | 06/10/87 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 260 | 275058 | NC | NI | R. M ,S/N | 21 | 4 | 142.560,00 | 18/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 261 | 275058 | NC | NI | R. F ,275 | 21 | 4 | 597.026.460,00 | 29/06/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 262 | 275058 | NC | NI | R. F, 285 | 21 | 4 | 1.348.939,00 | 18/05/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 263 | 275058 | NC | NI | R. F ,295 | 21 | 4 | 1.069.578,80 | 14/09/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 264 | 275058 | NC | NI | R. N, 67 | 21 | 4 | 9.262.499,17 | 20/09/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 265 | 275058 | NC | NI | R. F, S/N | 21 | 4 | 228.786,75 | 07/10/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 266 | 275058 | NC | NI | R. F, 300 | 21 | 4 | 1.578.015,18 | 04/05/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 267 | 275058 | NC | NI | R. N, 44 | 21 | 4 | 1.370.205,00 | 19/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 268 | 275058 | NC | NI | R. N - 55 | 21 | 4 | 5.123.836,00 | 16/11/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 269 | 275058 | NC | NI | R. F, 344 | 21 | 4 | 3.318,95 | 30/10/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 270 | 275058 | NC | NI | R. N ,35 | 21 | 4 | 2.695.200,00 | 21/09/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 271 | 275058 | NC | NI | R. O, 150 | 21 | 4 | 484.275,36 | 05/10/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 272 | 275058 | NC | NI | R. O, 152 | 21 | 4 | 1.013.673,00 | 09/11/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 273 | 275058 | NC | NI | R. N. S. FÁTIMA, 1081 | 21 | 4 | 1.350.050,00 | 28/04/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 274 | 275058 | NC | NI | R. DA LIBERDADE, 314 | 21 | 4 | 2.809.166,00 | 11/10/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 275 | 275058 | NC | NI | AV. CACHOEIRINH A, 145 | 21 | 4 | 3.498,32 | 10/03/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 276 | 275058 | NC | NI | AV. CACHOEIRINH A, 133 | 21 | 4 | 633.736,22 | 31/05/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 277 | 275058 | NC | NI | AV. CACHOEIRINH A, 121 | 21 | 4 | 326,41 | 20/11/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 278 | 275058 | NC | NI | AV. CACHOEIRINH A, 109 | 21 | 4 | 22.071.576,78 | 14/05/90 | S/ REAV. | --- | --- |
| 279 | 275058 | NC | NI | AV. | 21 | 4 | 1.707.724,00 | 30/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|--|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | CACHOEIRINH A, 73 | | | | | | | |
| 280 | 275058 | NC | NI | AV. CACHOEIRINH A, 61 | 21 | 4 | 391.108.441,57 | 07/05/93 | S/ REAV. | --- | --- |
| 281 | 275058 | NC | NI | AV. CACHOEIRINH A, 49 | 21 | 4 | 43.045,43 | 22/09/92 | S/ REAV. | --- | --- |
| 282 | 275058 | NC | NI | AV. CACHOEIRINH A, 37 | 21 | 4 | 904.940,00 | 22/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 283 | 275058 | NC | NI | AV. CACHOEIRINH A, 1 e 13 | 21 | 4 | 9.153,16 | 29/11/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 284 | 275058 | NC | NI | R. ANGOLA, 98 | 21 | 4 | 33.909,00 | 25/11/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 285 | 275058 | NC | NI | R. ANGOLA, 92 | 21 | 4 | 72.885,42 | 27/09/89 | S/ REAV. | --- | --- |
| 286 | 275058 | NC | NI | MARGENS RIB. ONÇA PROX. R. IRMÃOS RODRIGUES) | 21 | 4 | 237.435,00 | 10/06/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 287 | 275058 | NC | NI | R. IRMÃOS RODRIGUES, 193 | 21 | 4 | 48.160,00 | 04/06/87 | S/ REAV. | --- | --- |
| 288 | 275058 | NC | NI | R. A, 117 e 117A | 21 | 4 | 189.129,00 | 28/01/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 289 | 275058 | NC | NI | R.MÃE D'ÁGUA,139(R. A, S/N) | 21 | 4 | 92.640,00 | 04/08/88 | S/ REAV. | --- | --- |
| 290 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho, 65 | 21 | 4 | 60.000,00 | 09/12/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 291 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho, 55 | 21 | 4 | 71.488,27 | 16/01/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 292 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho, 45 | 21 | 4 | 4.000,00 | 30/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMOVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|---------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTORICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 293 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho, 75 | 21 | 4 | 42.707,85 | 05/01/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 294 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho, 72 | 21 | 4 | 32.120,00 | 07/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 295 | 275058 | NC | NI | R. Carlos Queiroz, 50 | 21 | 4 | 136.136,95 | 29/09/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 296 | 275058 | NC | NI | R. Carlos Queiroz, 41 | 21 | 4 | 109.318,10 | 17/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 297 | 275058 | NC | NI | R. Carlos Queiroz, 40 | 21 | 4 | 86.118,82 | 06/02/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 298 | 275058 | NC | NI | R. Carlos Queiroz, 30 | 21 | 4 | 79.948,94 | 05/01/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 299 | 275058 | NC | NI | R. Carlos Queiroz, 12 | 21 | 4 | 110.964,47 | 22/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 300 | 275058 | NC | NI | R. Tobias Moscoso, 30 | 21 | 4 | 139.540,25 | 30/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 301 | 275058 | NC | NI | R. Hugo Bezerra, 30 | 21 | 4 | 35.000,00 | 17/12/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 302 | 275058 | NC | NI | R. Hugo Bezerra, 11 | 21 | 4 | 54.120,00 | 02/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 303 | 275058 | NC | NI | R. Carlos Queiroz, 31 | 21 | 4 | 36.940,00 | 07/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 304 | 275058 | NC | NI | R. Hugo Bezerra, 40 | 21 | 4 | 50.210,00 | 03/03/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 305 | 275058 | NC | NI | R. Tobias Moscoso, 37 | 21 | 4 | 70.573,31 | 17/03/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 306 | 275058 | NC | NI | R. Carlos Queiroz, 60 | 21 | 4 | 5.165,51 | 29/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 307 | 275058 | NC | NI | R. Tobias Moscoso, 27 | 21 | 4 | 55.971,03 | 26/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 308 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 164 | 21 | 4 | 29.775,36 | 17/03/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 309 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, | 21 | 4 | 16.320,00 | 29/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|---------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | 130 | | | | | | | |
| 310 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 118 | 21 | 4 | 30.928,52 | 29/09/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 311 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 122 | 21 | 4 | 25.767,97 | 01/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 312 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 108 | 21 | 4 | 13.120,00 | 10/03/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 313 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 108 | 21 | 4 | 8.120,00 | 10/03/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 314 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 122 | 21 | 4 | 17.670,00 | 01/07/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 315 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 70 | 21 | 4 | 70.291,10 | 05/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 316 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 30 | 21 | 4 | 20.374,17 | 27/08/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 317 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 26A | 21 | 4 | 18.273,37 | 07/10/99 | S/ REAV. | --- | --- |
| 318 | 275058 | NC | NI | R. Rosalina Bandeira, 3 | 21 | 4 | 59.970,83 | 15/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 319 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 35 | 21 | 4 | 18.218,69 | 15/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 320 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 45 | 21 | 4 | 14.120,00 | 04/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 321 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 55A | 21 | 4 | 15.147,83 | 24/03/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 322 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 61 | 21 | 4 | 20.250,00 | 13/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 323 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 75 | 21 | 4 | 6.566,56 | 24/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 324 | 275058 | NC | NI | R. Zélia da Silveira, 109 | 21 | 4 | 19.910,38 | 03/03/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 325 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 119 | 21 | 4 | 17.670,00 | 25/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 326 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, | 21 | 4 | 18.900,00 | 06/07/98 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | 119 | | | | | | | |
| 327 | 275058 | NC | NI | R. Zélia da Silveira, 129 | 21 | 4 | 28.542,39 | 20/02/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 328 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 153 | 21 | 4 | 20.250,00 | 12/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 329 | 275058 | NC | NI | R. Zélia Silveira, 97 | 21 | 4 | 14.746,25 | 20/02/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 330 | 275058 | NC | NI | R. Zilá Silveira, 388 | 21 | 4 | 55.000,00 | 26/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 331 | 275058 | NC | NI | R. Zilá Silveira, 367 | 21 | 4 | 60.479,11 | 06/07/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 332 | 275058 | NC | NI | R. Vitorino Cerqueira, 174 | 21 | 4 | 40.146,75 | 22/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 333 | 275058 | NC | NI | R. Vitorino Cerqueira, 105 | 21 | 4 | 100.751,37 | 22/06/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 334 | 275058 | NC | NI | R. Vitorino Cerqueira, 160 | 21 | 4 | 55.000,00 | 17/12/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 335 | 275058 | NC | NI | R. Vitorino Cerqueira, 188 | 21 | 4 | 52.166,69 | 03/02/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 336 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 139 | 21 | 4 | 19.020,00 | 22/05/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 337 | 275058 | NC | NI | R. Júlio Verne, 119 | 21 | 4 | 75.703,00 | 02/04/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 338 | 275058 | NC | NI | R. Inhambus, 125 | 21 | 4 | 6.734,83 | 29/09/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 339 | 275058 | NC | NI | R. das Gaviotas, 825 | 21 | 4 | 58.184,04 | 10/11/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 340 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, 12700 | 21 | 4 | 28.805,76 | 02/02/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 341 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, 12700 | 21 | 4 | 28.805,76 | 02/02/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 342 | 275058 | NC | NI | R. das Gaivotas, 821 | 21 | 4 | 28.333,45 | 28/11/97 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|------------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 343 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, 12700 | 21 | 4 | 34.000,00 | 02/10/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 344 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, 12701 | 21 | 4 | 12.046,18 | 02/10/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 345 | 275058 | NC | NI | R. das Tangerinas, 1437 | 21 | 4 | 42.296,33 | 07/10/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 346 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, 15000 | 21 | 4 | 37.111,14 | 07/10/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 347 | 275058 | NC | NI | R. das Tangerinas, 1.245 | 21 | 4 | 108.853,37 | 17/12/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 348 | 275058 | NC | NI | R. das Gaviotas, s/n.º | 21 | 4 | 24.538,24 | 07/10/97 | S/ REAV. | --- | --- |
| 349 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 20.785,24 | 11/12/10998 | S/ REAV. | --- | --- |
| 350 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 20.785,24 | 11/12/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 351 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 20.785,24 | 11/12/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 352 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 16.009,25 | 11/12/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 353 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 20.785,24 | 11/11/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 354 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 13.759,47 | 11/11/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 355 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 11.500,00 | 11/11/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 356 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 20.785,24 | 11/11/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 357 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 24.473,06 | 29/09/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 358 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 26.502,04 | 29/09/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 359 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 22.032,15 | 29/09/00 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|--|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| | | | | s/n.º | | | | | | | |
| 360 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 18.192,41 | 29/09/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 361 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 9.969,93 | 29/09/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 362 | 275058 | NC | NI | R. Dos Cajueiros, s/n.º | 21 | 4 | 10.957,45 | 29/09/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 363 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, n.º 10.360 e 10.364 | 21 | 4 | 64.037,00 | 21/05/99 | S/ REAV. | --- | --- |
| 364 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, n.º 10.360 e 10.364 | 21 | 4 | 64.037,00 | 21/05/99 | S/ REAV. | --- | --- |
| 365 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, s/n.º | 21 | 4 | 141.640,53 | 22/12/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 366 | 275058 | NC | NI | Av. Cristiano Machado, s/n.º | 21 | 4 | 59.078,95 | 08/03/01 | S/ REAV. | --- | --- |
| 367 | 275058 | NC | NI | R.Acadêmico Coutinho, 20 | 21 | 4 | 25.054,37 | 09/05/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 368 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho.72A | 21 | 4 | 7.602,68 | 27/07/01 | S/ REAV. | --- | --- |
| 369 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho.72A | 21 | 4 | 19.323,89 | 27/07/01 | S/ REAV. | --- | --- |
| 370 | 275058 | NC | NI | R. Jacuí, 6.561 | 21 | 4 | 31.716,60 | 28/01/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 371 | 275058 | NC | NI | R. Jacuí, 6.561 | 21 | 4 | 31.716,60 | 28/01/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 372 | 275058 | NC | NI | R. Jacuí, 6.561 | 21 | 4 | 31.716,60 | 28/01/00 | S/ REAV. | --- | --- |
| 373 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho, 60 | 21 | 4 | 47.522,56 | 15/04/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 374 | 275058 | NC | NI | R. Acadêmico Coutinho, 70 | 21 | 4 | 50.158,00 | 24/03/98 | S/ REAV. | --- | --- |
| 375 | 275058 | NC | NI | R. Zenita dos Reis Dias | 21 | 4 | 16.602,96 | 23/12/99 | S/ REAV. | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|-----|--------|-----|-----------|---|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 376 | 275058 | NC | NI | AV. Cristiano Machado - estação Vilarinho | 21 | 4 | 4.611.230,49 | 22/08/89 | S/ REAV. | --- | --- |

| SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL | | | | | | | | | | | |
|--|--------|--|--------------------------------------|----|----|---|----|----|----|------------|-----------|
| 1 | 275066 | | Estação de Santa Rita | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | 142.612,87 | 1.365,37 |
| 2 | 275066 | | Estação de Várzea Nova | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | |
| 3 | 275066 | | Estação de Bayeux | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | 24.930,00 |
| 4 | 275066 | | Estação de Alto do Mateus | NC | NI | 1 | NI | NI | NI | | 36.686,60 |
| 5 | 275066 | | Estação de Ilha do Bispo | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | 11.417,03 |
| 6 | 275066 | | Estação de João Pessoa | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | 141.760,00 | 16.208,13 |
| 7 | 275066 | | Estação de Mandacaru | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | 27.446,32 |
| 8 | 275066 | | Estação de Poço | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | 11.417,03 |
| 9 | 275066 | | Estação de Renascer | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | 11.417,03 |
| 10 | 275066 | | Estação de Jacaré | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | 11.417,03 |
| 11 | 275066 | | Estação de Mangueiros | NC | NI | 1 | NI | NI | NI | | 11.417,03 |
| 12 | 275066 | | Estação de Cabedelo | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | 25.574,04 | 39.609,92 |
| 13 | 275066 | | Almoxarifado de Cabedelo | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | |
| 14 | 275066 | | Oficina de Cabedelo | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | |
| 15 | 275066 | | Alojamento Cabedelo | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | 133.661,62 | |
| 16 | 275066 | | Prédio Administrativo de João Pessoa | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|---|--------|-----|---------------------------------|-------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 17 | 275066 | | Pátio da Estação de Santa Rita | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | |
| 18 | 275066 | | Pátio da Estação de João Pessoa | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | |
| 19 | 275066 | | Pátio da Estação de Cabedelo | NC | NI | 3 | NI | NI | NI | | |
| Obs: As informações do valor histórico estão pendentes junto a SPU. | | | | | | | | | | | |

| SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA | | | | | | | | | | | |
|--|--------|--|----|----|----|---|------------|----|----|-----|-----|
| 1 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 182.346,67 | NI | NI | --- | --- |
| 2 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 59.792,33 | NI | NI | --- | --- |
| 3 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 192.548,24 | NI | NI | --- | --- |
| 4 | 275079 | | NC | NI | NI | 1 | 170.571,37 | NI | NI | --- | --- |
| 5 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 12.082,71 | NI | NI | --- | --- |
| 6 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 450.043,23 | NI | NI | --- | --- |
| 7 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 125.621,36 | NI | NI | --- | --- |
| 8 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 169.315,61 | NI | NI | --- | --- |
| 9 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 447.425,62 | NI | NI | --- | --- |
| 10 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 57.141,14 | NI | NI | --- | --- |
| 11 | 275079 | | NC | NI | NI | 1 | 315.252,32 | NI | NI | --- | --- |
| 12 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 172.959,03 | NI | NI | --- | --- |
| 13 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 63.456,06 | NI | NI | --- | --- |
| 14 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 18.132,71 | NI | NI | --- | --- |
| 15 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | | NI | NI | --- | --- |
| 16 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | 286.949,23 | NI | NI | --- | --- |
| 17 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | | NI | NI | --- | --- |
| 18 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | | NI | NI | --- | --- |
| 19 | 275079 | | NC | NI | NI | 3 | | NI | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃ O | REG | CONS. | VALOR IMOVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|---|----|-----|-----------|-----------------|-----|-------|-----------------|-----------------------|--------------------------|---|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTORICO | DATA AVALIA ÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃ O | IMÓVEL | INSTAL. |
| Obs: Algumas informações são de responsabilidade da SPU, porém nenhuma gestão foi feita por aquele órgão quanto aos registros dos bens que a CBTU/STU-JOP está utilizando. Ficaram prejudicadas as informações do RIP, REGIME, DATA DA AVALIAÇÃO E VALORES DE REAVALIAÇÃO. A SPU local informou que a inclusão das informações no SPIUnet é de responsabilidade daquele órgão e que se dará quando a inventariança da RFFSA for concluída, pois existe um contrato de concessão entre a RFFSA e a Transnordestina logística S/A, que também envolverá o DENIT. Atualmente não existe nenhum bem registrado em nome da CBTU/STU-JOP. | | | | | | | | | | | |

| SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ | | | | | | | | | | | |
|---|--------|----|--|----|----|---|------------------|----|----|-----|-----|
| 1 | 275078 | NC | Estação Utinga | NI | 15 | 6 | R\$ 122.456,20 | NI | NI | --- | --- |
| 2 | 275078 | NC | Estação Fernão Velho | NI | 15 | 3 | R\$ 164.593,76 | NI | NI | --- | --- |
| 3 | 275078 | NC | Estação Satuba | NI | 15 | 2 | R\$ 379.061,96 | NI | NI | --- | --- |
| 4 | 275078 | NC | Estação Bebedouro | NI | 15 | 3 | R\$ 1.145.089,02 | NI | NI | --- | --- |
| 5 | 275078 | NC | Estação Rio Largo (depreciado com advento da chuva) | NI | 15 | 5 | R\$ 799.468,96 | NI | NI | --- | --- |
| 6 | 275078 | NC | Estação Maceió | NI | 15 | 2 | R\$ 2.025.338,16 | NI | NI | --- | --- |
| 7 | 275078 | NC | Estação Gustavo Paiva (destruída na chuva) | NI | 15 | 7 | R\$ 148.474,67 | NI | NI | --- | --- |
| 8 | 275078 | NC | Estação de Goiabeira | NI | 15 | 6 | R\$ 220.845,65 | NI | NI | --- | --- |
| 9 | 275078 | NC | Estação ABC | NI | 15 | 6 | R\$ 204.523,50 | NI | NI | --- | --- |
| 10 | 275078 | NC | Estação Rio Novo | NI | 15 | 6 | R\$ 215.192,92 | NI | NI | --- | --- |
| 11 | 275078 | NC | Estação Lourenço de Albuquerque (destruída com o advento da chuva) | NI | 15 | 4 | R\$ 35.257,45 | NI | NI | --- | --- |
| 12 | 275078 | NC | Estação Mercado | NI | 15 | 4 | R\$ 248.832,86 | NI | NI | --- | --- |
| 13 | 275078 | NC | Estação Bom Parto | NI | 15 | 3 | R\$ 319.091,98 | NI | NI | --- | --- |

| Nº | UG | RIP | DESCRIÇÃO | LOCALIZAÇÃO | REG | CONS. | VALOR IMÓVEL | | | DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO | |
|--|--------|-----------------|---------------------------------------|----------------------------|-----|-------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | | | | | | | VALOR HISTÓRICO | DATA AVALIAÇÃO | VALOR REAVALIAÇÃO | IMÓVEL | INSTAL. |
| 14 | 275078 | NC | Parada Mutange | NI | 15 | 7 | R\$ 18.193,38 | NI | NI | --- | --- |
| 15 | 275078 | NC | Parada Flexal | NI | 15 | 8 | R\$ 0,00 | NI | NI | --- | --- |
| 16 | 275078 | NC | Guarita cruzamento Mutange | NI | 15 | 8 | R\$ 0,00 | NI | NI | --- | --- |
| 17 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 83 – Fernão Velho | NI | 23 | 7 | R\$ 1.702,60 | NI | NI | --- | --- |
| 18 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 82 – Fernão Velho | NI | 20 | 6 | R\$ 1.702,60 | NI | NI | --- | --- |
| 19 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 81 – Fernão Velho | NI | 20 | 2 | R\$ 1.702,60 | NI | NI | --- | --- |
| 20 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 80 – Fernão Velho | NI | 20 | 6 | R\$ 1.459,31 | NI | NI | --- | --- |
| 21 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 79 – Fernão Velho | NI | 20 | 3 | R\$ 1.702,60 | NI | NI | --- | --- |
| 22 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 78 – Fernão Velho | NI | 20 | 3 | R\$ 1.702,60 | NI | NI | --- | --- |
| 23 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 77 – Fernão Velho | NI | 20 | 4 | R\$ 1.702,60 | NI | NI | --- | --- |
| 24 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 76 – Fernão Velho | NI | 20 | 4 | R\$ 1.720,60 | NI | NI | --- | --- |
| 25 | 275078 | NC | Casa Vila goiabeira 25 – Fernão Velho | NI | 20 | 4 | R\$ 1.720,60 | NI | NI | --- | --- |
| | | | | | | | | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | | | |
| 1 | 275068 | 600103748.500-9 | Administração Central | Estrada Velha da Tjuca, 77 | 21 | 4 | 4.292.962,96 | 24/11/05 | NI | --- | --- |

Fonte: GEPAT/GASER/DA

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

10.1 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

| Quesitos a serem avaliados | | Avaliação | | | | |
|--|--|---|---|---|---|---|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Planejamento | | | | | | |
| 1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. | | | | | X | |
| 2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. | | | | X | | |
| 3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ. | X | | | | | |
| Recursos Humanos de TI | | | | | | |
| 4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. | STU-REC – 17 STU-NAT – 05 STU-MAC – 01 | STU-BH – 07 STU-JOP – 01 AC - 22 | | | | |
| 5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. Programador, Analista de Sistemas, Auxiliar Técnico de Informática | | | | | X | |
| Segurança da Informação | | | | | | |
| 6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. | X | | | | | |
| 7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. | X | | | | | |
| Desenvolvimento e Produção de Sistemas | | | | | | |
| 8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ. | | | | | X | |
| 9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida. | | | | X | | |
| 10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes. | | | | | X | |
| 11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço. | | | | | X | |
| Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI | | | | | | |
| 12 - Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. | STU-REC – 10% STU-NAT – 40% STU-MAC – 0% | STU-BH – 60% STU-JOP – 0% AC – 0% | | | | |
| 13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI. | | | | | X | |
| 14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. | | | | X | | |
| 15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? | | | | X | | |
| LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ. | | | | | | |

Fonte: GEINF/GASER/DA, COAFI/STU-NAT, COAFI/STU-JOP, COAFI/STU-MAC, COIOM/STU-REC, COIOM/STU-BH

11. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA CBTU E FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Não há renúncias tributárias sob gestão da CBTU

12. ATENDIMENTO ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS PELO TCU E RECOMENDAÇÕES DA CGU

12.1 - DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|---|------|------|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 001 | TC-24.892/2009-5 | 279/2010 – TCU 2ª CÂMARA 02/02/2010 | - | DE | CONTROLE: 16343-TCU/SEFIP 04/02/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata-se dos Atos de Admissão de Pessoal, relativo ao supracitado processo.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143 e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Situação não requer manifestação da CBTU, considerando a legalidade dos atos de admissão de pessoal, relativo ao Processo TC-024.892/2009-5. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| - | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|--|-------------------|------|---|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 002 | TC-29.610/2009-1 | 352/2010 – TCU PLENÁRIO 03/03/2010 | 9.1, 9.2 e 9.3 | DE | OFÍCIO: 102/2010-TCU/SECEX-9 09/03/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Trata da representação formulada pelo Consórcio Trends – CMC acerca de possíveis irregularidades em certame conduzido pela CBTU, referente à contratação para fornecimento de VLTs para a Superintendência de Trens Urbanos de Maceió. | | | | | |
| 9.1 - Com fundamento nos arts. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; | | | | | |
| 9.2 - Dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao Consórcio Trends – CMC e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU; | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Situação não requer manifestação da CBTU, tendo em vista que os Ministros do TCU consideraram improcedente a representação, relativa a possível irregularidade no certame licitatório, objeto da concorrência nº 004/2009, da CBTU. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| - | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-----------------------|--|------|------|---|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 003 | TC- 029.610/2009-1 | 815/2010 – TCU PLENÁRIO 03/03/2010 | - | DE | OFÍCIO: 102/2010-TCU/SECEX-9 09/03/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |

| Descrição da Deliberação: | |
|--|---------------------|
| <p>Trata de representação formulada pela empresa Trends Engenharia e Infra-estrutura Ltda., acerca de possíveis irregularidades em certame conduzido pela CBTU.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, e tendo em vista estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades em certame conduzido pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos;</p> <p>Considerando que o Tribunal, por meio do Acórdão 352/2010-TCU-Plenário, conheceu da representação e considerou-a improcedente;</p> <p>Considerando que o interessado, Consórcio Trends - CMC interpôs, em 16/3/2010 (fl. 1, anexo 1), Pedido de Reexame, contra o inteiro teor do referido Acórdão;</p> <p>Considerando que as determinações recorridas não trouxeram nenhum prejuízo aos recorrentes, inexistindo, portanto, o interesse recursal;</p> <p>Considerando o parecer da unidade técnica, no sentido de não conhecer do recurso;</p> <p>ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 279, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do Pedido de Reexame e dar ciência deste Acórdão aos recorrentes.</p> | |
| Providências Adotadas | |
| Sector responsável pela implementação: | Código SIORG |
| - | - |
| Síntese da providência adotada: | |
| Situação não requer providências da CBTU, em razão da Unidade Técnica ter emitido Parecer não conhecendo o recurso interposto pelo Consórcio Trends – CMC, cabendo ainda registrar que, o referido Processo foi encerrado. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| - | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|--|-----------------------|-------------|-----------------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 004 | TC-21.037/2006-1 | 1.309/2010 – TCU 1ª CÂMARA 16/03/2010 | 9.3.1 a 9.3.3 e 9.3.5 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Refere-se à Prestação de Contas – Exercício 2005.</p> <p>9.3 - Determinar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU que:</p> <p>9.3.1 - Não execute despesas ou assuma obrigações sem que haja o devido respaldo orçamentário, em observância ao inciso II do art. 167 da Constituição Federal, às disposições correlatas das Leis de Diretrizes Orçamentárias, ao art. 60 da Lei nº 4.320/1964 e ao art. 73 do Decreto-Lei nº 200/1967;</p> <p>9.3.2 - Elabore os próximos Relatórios de Gestão em estrita conformidade com o normativo vigente exarado por este Tribunal, atentando-se, especialmente, para:</p> <p>9.3.2.1 -A avaliação dos resultados da empresa no exercício, considerando os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, com esclarecimentos sobre as causas que inviabilizaram seu pleno cumprimento, a exemplo de frustração da arrecadação prevista e de prejuízos operacionais, e as medidas saneadoras e os planos de</p> | | | | | |

| | |
|---|---------------------|
| ação implementados para melhoria do desempenho; 9.3.2.2 - A completa descrição dos indicadores de gestão e de outros parâmetros utilizados para avaliar o desempenho da gestão da estatal, incluindo a metodologia utilizada para cálculo e a análise dos resultados; 9.3.3 - Elabore e apresente as demonstrações contábeis em conformidade com os preceitos da Lei 6.404/76, com especial atenção para os artigos que disciplinam a elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, e atente para as significativas alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007; 9.3.5 - Registre, em item específico do próximo Relatório de Gestão, as medidas adotadas em virtude da determinação do item anterior e os resultados financeiros alcançados; as providências para redução dos acidentes ferroviários; o número de acidentes por milhão de passageiros transportados; a evolução dos acidentes, das concessões judiciais de pensões por acidentes ferroviários e dos custos dessas pensões nos últimos cinco anos, se possível com quadro comparativo dos indicadores de acidentes da CBTU com outras empresas nacionais e internacionais do setor de transporte ferroviário (item 6.2.3. da instrução de fls. 624/655). | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| 9.3.1, 9.3.2, 9.3.2.1 e 9.3.2.2 - Através do Memo/41-2010/GEPL, 2/12/2010, foi informado que, já estão sendo acatadas as determinações pertinentes a DP. Para o Relatório de Gestão de 2010, estão sendo estritamente observadas as instruções da DN-107-TCU, de 27/10/2010. Assim, tem-se que, para os itens 9.3.2.1 e 9.3.2.2, as informações solicitadas no Acórdão são as que compõem o item 2 da Parte A – Conteúdo Geral, Anexo II da DN-107, de 27/10/2010. 9.3.3 - A GAFIN/DA, através de despacho no Memo/011-2010/ASS/P-CIRCULAR, de 1/12/2010, informa que já adotou o modelo proposto pela Lei, bem como as modificações introduzidas pela Lei n ° 11.638/2007. 9.3.5 - Através do Memo/41-2010/GEPL, 2/12/2010, foi informado que, será incluído item específico no Relatório de Gestão, demonstrando a evolução dos acidentes ferroviários nos sistemas da CBTU. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Face aos esclarecimentos prestados pela GEPL e pela GAFIN, a CBTU considera as recomendações atendidas. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| - | |

| | | | | | |
|--|------------------|--|-----------------------|-------------|---|
| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 005 | TC-10.073/2004-3 | 1945/2010 – TCU 1ª CÂMARA 20/04/2010 | 1.6.1, 1.6.2 e 1.7 | DE | OFÍCIO: 346/2010-TCU/SECEX- 1 22/04/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |

| Descrição da Deliberação: | |
|---|---------------------|
| <p>Trata da Prestação de Contas – Exercício 2003.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e II; 17, 18 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas do(s) Sr(s). Hilton Homem de Castro (068.956.381-72), Cleveland José Andrade dos Reis (315.934.616-15), Luiz Flávio Soares Machado (370.891.616-68), dando-lhe(s) quitação, e regulares as dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, bem como mandar fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) sugerida(s) nos pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo.</p> <p>1.6 - Determinar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que:</p> <p>1.6.1 – Avalie, por meio da sua Superintendência Jurídica, a pertinência de incorporar, em sua defesa apresentada nas execuções fiscais decorrentes das autuações do INSS ocorridas em 2002, precedentes judiciais segundo os quais:</p> <p>A responsabilidade pelos débitos previdenciários apurados até novembro de 1998 só poderá ser atribuída à CBTU se ficar constatado, mediante procedimento do INSS junto às prestadoras de serviço, o não recolhimento da contribuição previdenciária relativa aos contratos de prestação de serviço (TRF4 - AG 2006.04.00.040070-3/SC e AC 2000.71.00.017482-1/RS; TRF2 - AC 2004.50.01.007219-7/ES); e</p> <p>O direito de o INSS apurar e constituir seus créditos previdenciários extingue-se após 5 (cinco) anos, sendo, pois, inconstitucionais todos os débitos originários de Notificações Fiscais de Lançamento de Débito cujo fato gerador ocorreu antes de 1997 (STJ - RESP109376/SC, AGRESP304455/RS e Resp148704/SP; TRF4 - AC 2002.04.01.000501-5/RS e AC 2000.04.01.000997-8/SC).</p> <p>1.6.2 - Dê ciência ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do resultado da avaliação determinada no subitem anterior.</p> | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| <p>1.6.1 – A Auditoria Interna, através do Memo/033-2010/AUDIT, de 29/04/10, solicitou da Gerência Geral Jurídica providências cabíveis para atendimento aos itens 1.6.1 e 1.6.2 do referido Acórdão.</p> <p>Através do Memo/052-2010/CEATA/GAJUR, 12/05/2010, foi informado à AUDIT que, as recomendações estabelecidas pelo TCU relativas ao Acórdão 1945/2010 – TCU – 1ª Câmara, foram encaminhadas ao escritório contratado, conforme CRT/129/2010/SETIV/SUJUR, de 04/05/2010.</p> <p>1.6.2 - Através da CRT/0031-2010/GAB, de 05/05/2010, foi encaminhado ao secretário de controle externo da primeira secretaria de controle externo, cópias dos memorandos 0045 e 0046/GAB, de 04/05/10, por intermédio dos quais a cbtu dá cumprimento ao determinado nos referidos documentos dessa procedência.</p> | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Face aos esclarecimentos contidos nos documentos de respostas, a CBTU considera a recomendação atendida. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| - | |

| Unidade Jurisdicionada | |
|--|---------------------|
| Denominação completa: | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | 372 |
| Deliberações do TCU | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | |

| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
|--|------------------|--|--------------|------|---|
| 006 | TC-18.694/2007-7 | 1948/2010 – TCU 1ª CÂMARA 20/04/2010 | 1.5.1 a 1.10 | DE | OFÍCIO: 358/2010-TCU/SECEX- 6 22/04/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata da Tomada de Contas – Exercício 2006.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e II; 17, 18 e 23, inciso I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, e no art. 12 da Instrução Normativa TCU nº 47/2004, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Antônio Abrahão Caram Filho (001.914.936-00), João Ernani Antunes Costa (132.600.066-72) e João Luiz da Silva Dias (011.089.806-00), dando-lhes quitação, regulares as dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, e mandar fazer as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.</p> <p>Determinar:</p> <p>1.5.1 - À CBTU que:</p> <p>a) abstenha-se, em cumprimento ao Acórdão nº 551/2007 - 2ª Câmara, de aplicar recursos na realização de despesa com festividades, eventos comemorativos e quaisquer outros que não tenham vinculação direta e concreta com as finalidades institucionais da entidade, a exemplo das realizadas pela STU/BH em comemoração ao Dia Internacional da Mulher;</p> <p>b) anule o Convênio nº 001-2007/DA, se ainda vigente, haja vista que o SESI não tem competência para dispensar a CBTU do recolhimento da contribuição devida ao Serviço Social, a qual deve ser arrecadada, atualmente, pela Receita Federal do Brasil, conforme disposto na IN RFB nº 567;</p> <p>c) estabeleça critério de aceitabilidade de preços máximos em seus editais de licitação, em cumprimento ao art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e ao subitem 9.4.1 do Acórdão nº 1.317/2006 - Plenário, evitando a omissão desse critério, a exemplo da Concorrência nº 001/2006/DELIC/AC, do Pregão Presencial nº 001/2006/DELIC/AC, do Pregão Presencial nº 002/2006/DELIC/AC e do Convite nº 001-GELIC/2006/STU-NAT;</p> <p>d) na apresentação das próximas prestações de contas, não arrole naturezas de responsabilidade diversas das definidas no art. 10 da IN TCU nº 57/2008 ou na decisão normativa anual a que se refere o parágrafo único do mesmo artigo, e inclua todas as informações assinaladas no art. 11 da IN, sobretudo no que tange à correta identificação das naturezas de responsabilidade e dos cargos e funções exercidas;</p> <p>e) na apresentação das próximas prestações de contas, elabore o parecer de auditoria interna em estrita consonância com o preceituado no art. 13, inciso IV, da IN TCU nº 57/2008 e na decisão normativa anual a que se refere esse dispositivo;</p> <p>f) promova a reanálise da prestação de contas do Convênio nº 001-2003/DA, celebrado com o Metrofor, em 30/12/2003, atentando para as impropriedades apontadas pelo Relatório de Auditoria da SFC nº 190.134, relativo à gestão de 2006, especialmente em relação às despesas indevidas com CPMF, no valor de R\$11.524,70, referente à aplicação irregular em fundo de renda fixa para recursos a serem utilizados em prazo superior a um mês, em desconformidade com a IN STN nº 01/97, § 1º, e no valor de R\$6.852,09, relativo à cobrança da contribuição mesmo após a publicação da Lei nº 10.892/2004, que estabeleceu alíquota zero de CPMF para as contas de depósito de poupança;</p> <p>1.5.2 - À Secretaria Federal de Controle que, nas próximas contas da CBTU:</p> <p>a) informe se os atos administrativos que definem o quantitativo de cargos de livre nomeação e exoneração na CBTU foram devidamente aprovados pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais e/ou pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme determinado pelo Acórdão nº 56/2007 - 2ª Câmara;</p> <p>b) informe se já houve ajuizamento da ação cível visando recuperar o prejuízo de R\$10.206,53, decorrente de fraude em pensionamento de beneficiário já falecido, apontado no subitem 5.3.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 190.134;</p> <p>c) verifique a evolução dos procedimentos adotados na CBTU em relação à tempestividade da análise dos</p> | | | | | |

processos de pensão.

1.6 - Orientar a Secretaria Federal de Controle para que observe, nos relatórios de auditoria de gestão, o art. 10 da IN TCU nº 57/2008 e a decisão normativa anual a que se refere o parágrafo único do mesmo artigo, quando da formulação de recomendação aos órgãos e entidades para inclusão de responsáveis no rol do processo de contas (subitem 5.7.11 da instrução de folhas 379/410).

1.7 - Alertar a CBTU de que o descumprimento de determinação deste Tribunal ou a reincidência no ato, enseja a aplicação da multa do art. 58, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 268, inciso VII e VIII, do Regimento Interno/TCU, a qual prescinde de audiência prévia, nos termos do § 3º desse último dispositivo.

1.8 - Encaminhar à CBTU cópia da instrução de folhas 379 a 470, para dar-lhe conhecimento de que a jurisprudência do TCU caminha no sentido de aceitação de pontuação mínima para as propostas técnicas nas licitações do tipo "técnica e preço", desde que justificada conforme precedentes dos Acórdãos nº 2.658/2007, 891/2008 e 29/2009, todos do Plenário.

1.9 - Comunicar à Receita Federal do Brasil, para as providências que entender cabíveis, a existência do Convênio nº 001-2007/DA, firmado entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e o Serviço Social da Indústria - Sesi, por meio do qual este dispensa aquela empresa pública do recolhimento do valor equivalente a 4% do total da contribuição mensal devida, como forma de colaboração na manutenção dos serviços assistenciais prestados pela CBTU a seus empregados e respectivos dependentes.

1.10 - Formar apartado, com natureza de prestação de contas ordinária, para apreciação das contas dos gestores da STU/MACEIÓ/AL, com fundamento no art. 37, caput, da Resolução TCU nº 191/2006, mediante a reprodução por cópia das folhas 10, 16 a 170 e 173 a 378, e seu envio, para instrução, à Secex/AL, com base no art. 37, § 3º, da Resolução TCU nº 191/2006 e no art. 4º, inciso I, c/c o art. 6º, parágrafo único, da Portaria Segecex nº 7/2009.

| Providências Adotadas | |
|---|--------------|
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| <p>1.5.1 - Através do Memo/148-2010/GALIC/P, de 3 de maio de 2010, foi informado à AUDIT que, com relação às recomendações inerentes a Gerência de Licitações, as mesmas já vêm sendo cumpridas desde o exercício de 2007, consoante informação da titular daquela Gerência a época.</p> <p>Enviou memorando para todas as Gerências e Coordenações de Licitações das Superintendências Regionais, com cópia do Acórdão em questão com o fito de que o mesmo seja cumprido na íntegra.</p> <p>Relativamente à recomendação de anulação do Convênio nº 001/2007-DA, constante do item 1.5.1 do mesmo Acórdão, foi enviado cópia do mesmo para a Assessoria do DA no sentido de que sejam tomadas as providências no sentido de anular o supracitado convênio, acaso ainda esteja em vigor.</p> <p>1.5.2, 1.6, 1.7 e 1.8 - Recomendações não cabem manifestação da CBTU, tendo em vista a mesma ter sido dirigida à Secretaria Federal de Controle.</p> <p>1.9 - Recomendação não cabe manifestação da CBTU, tendo em vista a mesma ter sido dirigida à Receita Federal do Brasil.</p> | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| <p>1.5.1 - Face aos esclarecimentos da GALIC/P, a CBTU considera a recomendação atendida.</p> <p>Quanto aos demais itens, sem comentários.</p> | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| Unidade Jurisdicionada | |
|--|--------------|
| Denominação completa: | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | 372 |
| Deliberações do TCU | |

| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
|--|-------------------|---|-----------|------|---|
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 007 | TC-007.162/2006-0 | 1046/2010 – TCU PLENÁRIO 12/05/2010 | 9.1 a 9.5 | DE | OFÍCIO: 4189/2010/AECI/GM/MCIDADES 21/05/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Refere-se ao Relatório de Levantamento de Auditoria na Companhia de Transporte de Salvador, sobre a Fiscobras2006.</p> <p>9.1 - Com fulcro no art. 143, inciso V, alínea "e", do RI/TCU, prorrogar por mais 240 (duzentos e quarenta) dias o prazo para cumprimento do item 9.3.1 do Acórdão 2.873/2008-P, contados do término do prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias definido pelo Acórdão 1.411/2009-Plenário, perfazendo um total de 600 (seiscentos) dias para conclusão;</p> <p>9.2 - Informar à Companhia de Transportes de Salvador - CTS que:</p> <p>9.2.1 - Este Tribunal não vê óbices a que os serviços de orçamentação conveniados com o Departamento de Engenharia de Construção do Exército - DEC sejam pagos com recursos oriundos do convênio celebrado com a União para as obras de construção do Metrô de Salvador, nos limites consignados para pagamento de consultorias, desde que prévia e expressamente autorizado pelo concedente;</p> <p>9.2.2 - O estabelecimento de garantias, nas condições e valores, esses últimos atualizados, estabelecidos pelo referido Acórdão 2.873/08, e desde que observada determinação constante do item 9.3.2, abaixo, permite a liberação de retenções de pagamentos já efetivadas;</p> <p>9.2.3 - O pleiteado tratamento diferenciado para a consorciada Siemens, no que concerne à incidência de retenções sobre suas faturas, já foi indeferido pelo item 9.6 do referido Acórdão 2.873/2008-Plenário;</p> <p>9.2.4 - A remuneração dos novos serviços, contratados por meio de aditivos, referentes ao pátio auxiliar de manutenção (PAM) e da recuperação do solo mole, não se encontra sujeita às retenções de pagamentos e/ou estabelecimento de garantias, estabelecidos pelo referido acórdão, desde que fundamentados em projeto básico e especificações técnicas suficientemente detalhadas e orçamento prévio baseado em parâmetros oficiais que reflitam os preços de mercado;</p> <p>9.3 - Determinar à Companhia de Transportes de Salvador (CTS) que:</p> <p>9.3.1 - Faça constar do instrumento celebrado com o Departamento de Engenharia de Construção do Exército - DEC, a necessidade de os projetos as built, a serem utilizados como base para a orçamentação da obra do metrô de Salvador, terem sua fidedignidade aferida com as construções materializadas em campo;</p> <p>9.3.2 - Assegure-se de que conste dos termos das garantias estabelecidas nas condições previstas no Acórdão 2.873/08 a possibilidade de execução incondicionada delas, caso não venham a ser re-estabelecidas ou renovadas antes do término dos respectivos prazos de validade;</p> <p>9.3.4 - Determinar que conste do próximo relatório de auditoria sobre as obras do Metrô de Salvador um exame circunstanciado do cumprimento das determinações constantes do Acórdão 2.873/08 e das orientações e determinações complementares constantes nos itens 9.3.1 e 9.3.2 desta deliberação, e;</p> <p>9.5 - Encaminhar cópia do presente Acórdão à Companhia de Transportes de Salvador (CTS).</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR - CTS | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| <p>9.1 - Não há manifestação da CBTU, pois a recomendação trata-se de prorrogação por mais 240 dias, para o cumprimento do prazo estipulado no item 9.3.1 do Acórdão 2.873/2008-P.</p> <p>9.2 - Não cabe manifestação da CBTU, pois não se trata de recomendação à CTS e sim, informações do TCU registradas nos itens 9.2.1 ao 9.2.4 do presente Acórdão.</p> <p>9.3.1 - Em 21/06/2010, através da CT-DIPRE nº 274/10, foi interposto junto à SECEX-BA, Embargos de Declaração ao Acórdão nº 1.046/2010, item 9.3.1.</p> <p>9.3.4 - Recomendação não cabe manifestação da CBTU.</p> | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |

| |
|---|
| Sem comentários. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-------------------|---|-----------|-----|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | ipo | Comunicação Expedida |
| 008 | TC-006.627/2010-2 | 1201/2010 – TCU PLENÁRIO 26/05/2010 | 9.1 a 9.3 | DE | CONTROLE: 19278-TCU/SEFIP 02/06/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Refere-se aos Atos de Admissão, desligamento dos servidores, cujo exame do mérito ficou prejudicado por perda do objeto. | | | | | |
| 9.1 - Considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise dos atos de admissão no quadro de pessoal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos dos seguintes servidores: Ardillys Martins da Silva Cardoso, Eriberto Moreira de Oliveira, Joamir Henrique da Silva, Jorge Chaves Dutra, José de Jesus Dantas Drummond, Leônidas Francisco Gomes, Maria de Fátima Cavalcante de Vasconcelos, Susyane Lima Nogueira, Valdir Alves Cordeiro Junior e Wellington Luiz da Silva Paixão; | | | | | |
| 9.2 - Orientar a Secretaria Geral de Controle Externo - Segecex e, em especial, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip no sentido de que o art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007 pode ser aplicado, de forma análoga, aos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes do seu processamento por esta Corte, em razão do desligamento do servidor do respectivo órgão/entidade. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Situação não requer manifestação da CBTU, tendo em vista o constante dos itens 9.1 e 9.2 do referido Acórdão. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|---|------|------|--|
| | | | | | Código SIOR G |
| Denominação completa: | | | | | |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 009 | TC-15.019/2009-2 | 2927 E 2928/2010 TCU - 1ª CÂMARA 01/06/2010 | - | DE | OFÍCIO: 4839/2010/AECI/GMM CIDADES 02/06/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIOR G |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata de representação de possíveis irregularidades na Superintendência da CBTU em Maceió-AL.</p> <p>Quanto ao Acórdão 2927, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 1.705/2010 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 6/4/2010, Ata n. 10/2010, Relação nº 8/2010, onde se lê: "(...) em apensar o presente processo ao TC-014.525/1999-2 (Prestação de Contas)", leia-se: "(...) em apensar o presente processo ao TC-013.359/2005-2 (Prestação de Contas)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>Relativamente ao Acórdão 2928, os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, e 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em arquivar o presente processo, de acordo com o parecer da Secex/RR.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| | | | | | Código SIOR G |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Recomendação não cabe manifestação da CBTU. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-------------------|---|-----------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 010 | TC-023.537/2009-2 | 1263/2010 – TCU PLENÁRIO 02/06/2010 | 9.1 a 9.2 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Refere-se ao monitoramento de determinações proferidas no Acórdão 3.070/2008-Plenário, obras do Metrô de Fortaleza/CE, determinações cumpridas ou em fase de cumprimento.</p> <p>Necessidade de se manter o acompanhamento do ritmo de execução das obras.</p> <p>9.1 - Considerar atendidas ou em fase de atendimento as determinações do Acórdão 3.070/2008-Plenário dirigidas à Metrofor;</p> <p>9.2 - Determinar a autuação de novo processo de monitoramento sob a responsabilidade da Secex/CE ou da Secob-2 - escolha esta que deverá ser feita pela Segecex - com vistas ao acompanhamento do ritmo de execução das obras do metrô de Fortaleza/CE, devendo ser comunicado imediatamente a este tribunal qualquer atraso, suspensão ou interrupção injustificados nos serviços, o mesmo podendo ser dito em relação a outras constatações consideradas relevantes.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Recomendações não cabem manifestação da CBTU, tendo em vista o contido nos itens 9.1, 9.2 e 9.3 do referido Acórdão. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|--------------------|--|-------------------|------|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 011 | TC - 20.486/2008-0 | 3261/2010 – TCU 1ª CÂMARA 16/06/2010 | 15.1 a 15.3 | DE | OFÍCIO: 5272/2010/AECI/GMMCIDADES 18/06/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |

| Descrição da Deliberação: | |
|---|---------------------|
| <p>Trata da Prestação de Contas – Exercício 2007.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c arts. 1º, inciso I, 17, inciso, 143, inciso I, e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares, dar quitação plena aos(s) responsável(eis) e mandar fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) sugerida(s) nos pareceres emitidos nos autos:</p> <p>1.1 Responsáveis: Carlos Alberto Pinto da Silva (431.006.787-53); Elcione Diniz Macedo (301.691.866-87); Elionaldo Maurício Magalhães Moraes (004.571.594-72); Erwin Weimann (047.180.208-59); Ilton Ilhomar de Carvalho (023.654.131-53); Jackson Charles Martins Antunes (241.175.956-87); João Luiz da Silva Dias (011.089.806-00); José Carlos Xavier (135.146.521-04); José Fernandes da Silva (138.952.304-72); João Ernani Antunes Costa (132.600.066-72); Lucélio Cartaxo Pires de Sá (601.009.904-87); Luiz Antônio Cosenza (314.722.227-68); Luiz Carlos Bertotto (366.945.920-00); Lílían Maria Cordeiro Pinheiro (392.035.901-10); Magda Oliveira de Myron Cardoso (295.784.930-53); Marcus Vinícios Quintella Cury (553.215.347-72); Mário Jamil Chadud (220.699.097-00); Márcio Fortes de Almeida (027.147.367-34); Raul de Bonis Almeida Simões (274.544.877-34); Sileno Souza Guedes (519.713.564-68); Wagner Fajardo Pereira (906.525.258-49);</p> <p>15.1 - À 9ª SECEX que:</p> <p>Forme apartado, com natureza de prestação de contas ordinária, para apreciação das contas dos gestores da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL, com fundamento no art. 37, caput, da Resolução TCU nº 191/2006, mediante a reprodução por cópia das folhas 2/196, 197/245, 277/278 e 291/376, e seu envio, para instrução, à SECEX/AL, com base no art. 37, Parágrafo 3º, da Resolução TCU nº 191/2006 e no art. 4º, inciso I, c/c o art. 6º, Parágrafo único, da Portaria Segecex nº 7/2009;</p> <p>Exclua do rol de responsáveis os seguintes nomes: José Dias da Silva Filho, Chefe da Contabilidade (720.074.867-68), José Inocêncio de Andrade Araújo, Representante do MICI (197.340.344-72) Luiz Carlos Bueno de Lima, representante do MICI (289.355.190-49).</p> <p>15.2 - À CBTU, em especial ao Departamento de Licitações – DELIC, que somente realize processo licitatório se atendidos os requisitos abaixo:</p> <p>Pesquisa de preços, comprovando a sua compatibilidade com os de mercado, conforme preconizado pelo inciso IV do art. 43 da Lei 8.666/93;</p> <p>Projeto básico adequado, detalhando o objeto a ser contratado, conforme dispõe o art. 6º, IX, e art. 7º, Parágrafo 2º, I, da Lei 8.666/93;</p> <p>Composição dos custos detalhada de cada bem ou serviço que será contratado, conforme art. 7º, Parágrafo 2º, II, da Lei 8.666/93 e, nos casos em que se aplicar, exigir o quantitativo de produtividade mínima para os serviços contratados.</p> <p>15.3 - À Secretaria Federal de Controle Interno que informe, em seu relatório de auditoria das próximas contas da CBTU, sobre o andamento das ações corretivas tomadas pela Companhia para atender as recomendações referentes às constatações do Relatório de Auditoria de Gestão nº 208653.</p> | |
| Providências Adotadas | |
| Sector responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| <p>15.1 - Embora a recomendação não tenha sido dirigida a CBTU, e sim à 9ª SECEX, o Gerente Geral Financeiro, em resposta ao Ofício nº 5272/2010/GM/MCIDADES, de 18/06/2010, esclareceu que, não procedeu a exclusão solicitada, uma vez que os representantes do MCIDADES ainda são Conselheiros e, portanto, devem permanecer no Rol de Responsáveis.</p> <p>15.2 - A GALIC, através do Memo/209-2010/GALIC-P/CIRCULAR, de 22/06/2010, determinou a todas as Áreas de Licitações da Companhia que, somente realize processos licitatórios se atendidos os seguintes requisitos:</p> <p>Pesquisa de preços, comprovando a sua compatibilidade com os de mercado, conforme preconizado pelo inciso IV do art. 43 da Lei 8.666/93;</p> <p>Projeto básico adequado, detalhando o objeto a ser contratado, conforme dispõe o art. 6º, IX, e art. 7º, Parágrafo 2º, I, da Lei 8.666/93;</p> <p>c) Composição dos custos detalhada de cada bem ou serviço que será contratado, conforme art. 7º, Parágrafo</p> | |

| |
|---|
| 2º, II, da Lei nº 8.666/93 e, nos casos em que se aplicar, exigir o quantitativo de produtividade mínima para os serviços contratados. |
| 15.3 - Recomendação não cabe manifestação da CBTU, tendo em vista ter sido dirigida à Secretaria Federal de Controle Interno. |
| Síntese dos resultados obtidos: |
| 15.1 - Considerando os esclarecimentos da GAFIN/AC, em relação ao Rol de Responsáveis, a CBTU considera a situação regularizada. |
| 15.2 - Em razão das providências adotadas pela GALIC/AC, a CBTU considera a recomendação do TCU atendida. |
| 15.3 - Sem comentários. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|--|------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 012 | TC-15.022/2009-8 | 3295/2010 – TCU 1ª CÂMARA 16/06/2010 | - | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Trata de representação de possíveis irregularidades na STU-MACEIÓ. Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, c/c os arts. 33, 34 e 36 da Resolução TCU nº 191/2006, em conhecer da presente representação e apensa-la ao TC-012.778/2010-9 (Tomada de Contas), para apreciação conjunta, de acordo com o parecer da Secex/AL: | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Recomendação não cabe manifestação da CBTU. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|-------------------|---|--------------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 013 | TC-013.725/2010-6 | 1465/2010 – TCU PLENÁRIO 30/06/2010 | 9.1 a 9.3 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Refere-se à solicitação do Congresso Nacional originada do Requerimento nº 247/2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, encaminhado pelo Presidente da Câmara Alta, por intermédio do Ofício nº 902 (SF), de 19/05/2010, mediante o qual se requer a Corte de Contas que solicite à Companhia Brasileira de Trens Urbanos esclarecimentos quanto a sua decisão de no âmbito do Processo Administrativo MCIDADES nº 80000.029656/2007-28, rescindir o Contrato nº 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo ad quem previsto no 8º Termo Aditivo da avença.</p> <p>9.1 – Conhecer da presente solicitação, com fulcro nos arts. 71 inciso IV, da Constituição Federal, 38, inciso II, da Lei nº 8443/1992 e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.2 – Autorizar a 9ª Secex que realize a inspeção na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, nos moldes propostos pela unidade técnica;</p> <p>9.3 – Dar ciência desta deliberação à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, mediante o envio de cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, informando-lhe, outrossim, que tão logo sejam apreciados os resultados da inspeção ora determinada, este Tribunal dar-lhe-á inteira ciência da decisão.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Recomendações não cabem manifestação da CBTU, tendo em vista o contido nos itens 9.1, 9.2 e 9.3 do referido Acórdão. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|--|------|------|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 014 | TC-11.485/2009-1 | 3688/2010 – TCU 1ª CÂMARA 30/06/2010 | - | DE | CONTROLE: 20259-TCU/SEFIP 30/06/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata-se de Diligência relativa à data da validade do Concurso Público anterior à data de admissão.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Recomendação não cabe manifestação da CBTU, tendo em vista que os atos de admissão de pessoal foram considerados legais. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|------------|------|------|---|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 015 | TC-18.255/2010-8 | DILIGÊNCIA | - | DE | Ofício: SEFIP-D/605/2010 14/07/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata de Diligência relativa à data da validade do Concurso Público anterior à data de admissão.</p> <p>Por meio de diligência, com fulcro no art. 40 da Lei 8.443/92 e por delegação de competência do Ministro-Relator, solicito que, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento deste, esclareça a(s) seguintes falha (s) apontada(s) no Sisac:</p> <p>a) Falha: "Data da validade do concurso, anterior à data da admissão" nos atos anexos;</p> <p>b) Encaminhar a esta Secretaria copia da Ação Judicial e respectiva certidão de sentença de trânsito em julgado referente ao ato de admissão de Tatiana de Souza Martins, CPF 037.639.687- 33, anexo. Caso a sentença ainda não tenha sido transitada em julgado, manter este Tribunal atualizado quanto ao atual estado da Ação Judicial.</p> <p>Saliento que a ausência de atendimento não impedirá a apreciação da matéria pelo Tribunal e poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV da Lei nº 8.443/92.</p> <p>Solicito restituir a esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) a 2ª via deste ofício, datada e assinada.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | | | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| <p>Através da CRT/0164-2010/P, de 18/08/2010, foi informado ao Secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União que:</p> <p>Em atenção ao Ofício SEFIP-D/605, de 14 de Julho de 2010, Processo 018.255/2010-8, servimo-nos da presente para apresentar os esclarecimentos e documentos solicitados:</p> <p>a) Fazemos anexar o PARECER Nº 0120-2010/FPS/CEATO/GAJUR, de 13 de Agosto de 2010, do Coordenador Técnico de Contratos, aprovado pelo Gerente Geral Jurídico, acompanhado de documentação comprobatória da correção, por parte da CBTU, dos atos de admissão de que trata o processo supracitado.</p> <p>b) Fazemos anexar cópia do Processo 01333-2006.062.01.00.0, em que são partes Tatiana de Souza Martins e Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, estando o mesmo na Procuradoria Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro para manifestação.</p> | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Face às informações prestadas e a documentação encaminhada à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, a CBTU considera atendida a solicitação contida no Ofício SEFIP-D/605/2010. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|------------|------|------|---|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 016 | TC- 6.008/2008-1 | DILIGÊNCIA | - | DE | OFÍCIO: 427/2010 – TCU/SECOB-2 15/07/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata-se de Diligência para apresentação de documentos e informações sobre os Contratos nº 032-01/DT, 042/DT/CBTU/STU-REC/2006 e 020/CBTU/STU-REC/2007.</p> <p>De acordo com a delegação de competência conferi da no art. 1º, inciso I da Portaria GAB/MIN-VC Nº 1, de 19 de abril de 2005, solicitamos a Vossa Senhoria, nos termos dos artigos 42 e 87 da Lei nº 8.443/92, apresentar a este Tribunal de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, documentos/informações acerca da situação dos contratos abaixo listados, indicando se estão em vigência, se há termos de recebimento provisório e definitivo e se todo o valor contratual já foi repassado às contratadas (inclusive as garantias):</p> <p>Contrato nº 032-01/DT, Implantação do Sistema de Eletrificação no Trecho Recife-Cajueiro Seco - Contratada: Balfour Beatty Rail Power System (Brazil) Ltda.</p> <p>Contrato nº 042/CBTU/STU-REC/2006, Supervisão Técnica de Obras de Engenharia, relativa à complementação de obras civis e à implantação do sistema viário do entorno das estações. - Contratada: Maia Melo Engenharia Ltda.;</p> <p>Contrato nº 020/CBTU/STU-REC/2007, Implantação de contratrilhos TR-37 na via permanente (Linha Sul), nos trechos das rampas, estações e passarelas - Contratada: Terra Firme Construções.</p> <p>Informamos que a sonegação de processo, documento ou informação nos prazos fixados ensejará a aplicação de multa nos termos do art. 268 do Regimento Interno e art. 58 da Lei 8.443/92.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | | | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| <p>Através do Memo/032-2010/DT, de 29/7/2010, foi esclarecido que, em cumprimento ao contido no ofício em epígrafe, encaminhado, anexo ao presente memorando, a documentação solicitada e transcrevemos abaixo as informações fornecidas pelos gestores e também extraídas dos instrumentos contratuais citados, em relação a seguinte pergunta: "apresentar a este Tribunal de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, documentos/informações acerca da situação dos contratos abaixo listados, indicando se estão em vigência, se há termos de recebimento provisório e definitivo e se todo o valor contratual já foi repassado às contratadas (inclusive as garantias)"</p> <p>Contrato nº 032-01/DT - contratada: Balfour Beatty Rail Power System (Brazil) Ltda.</p> <p>Objeto: Implantação do sistema de eletrificação no trecho Recife- Cajueiro Seco, na Linha Sul, para complementação do Sistema de Trens Urbanos de Recife da CBTU.</p> <p>Respostas:</p> <p>a) Esse contrato tem vigência até 31/01/2011;</p> <p>b) Foram emitidos, até a presente data, os certificados de aceitação operacional nº 001 RA, 002 RA, 003 RA, 004 RA, 005 RA, 001 SE, 002 SSR, 003 SSR, 004 CSP, 005 SSR e 006 CSP; e</p> <p>c) O contrato encontra-se 100% concluído fisicamente, restando o saldo financeiro de R\$443.001,67, referente ao Certificado de Aceitação Operacional da Subestação Shopping, previsto para ser emitido no mês de agosto/2010.</p> <p>d) a garantia contratual tem vigência até 31/01/2011.</p> <p>Contrato nº 042/CBTU/STU-REC/2006 - contratada: Maia Melo Engenharia Ltda.</p> <p>Objeto: Execução dos serviços de Supervisão Técnica de Obras de Engenharia relativa à complementação</p> | | | | | |

de obras civis e à implantação de sistema viário do entorno das Estações, localizadas nos trechos Recife-Cajueiro Seco e Tip-Timbi, da CBTU/STU-REC, assim como, fiscalização, acompanhamento e controle técnico das obras.

Respostas:

a) O contrato foi pactuado em 24/07/2006, com prazo de vigência a partir de 01/08/2006, pelo período de 30 (trinta) meses, com valor inicial de R\$3.922.892,49.

b) O contrato foi executado até 15/07/2008, sendo desmobilizado todo o efetivo devido à falta de frente de serviço em 16/07/2008. Em 15/06/2010, o contrato foi encerrado pelo termo de distrato contratual. O distrato ocorreu pelo fato da empresa não aceitar a redução contratual proposta pela CBTU, ou seja, enquadrar os preços na tabela SINAPI - Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil.

c) Foram realizadas 24 medições, mensais, de 31/08/2006 até 15/07/2008, totalizando o pagamento de R\$1.678.985,22.

d) O contratado apresentou garantia de execução do contrato, sob a modalidade, fiança bancária no valor de R\$207.738,65, inclusive endosso, com vigência de 10/10/2007 até 09/02/2009.

Contrato nº 020/CBTU/STU-REC/2007 - contratada: Terra Firme Construções.

Objeto: Prestação dos serviços implantação do contra trilhos TR-37 na via permanente da Linha Sul, da CBTU/STU-REC.

Respostas:

a) O contrato foi pactuado em 23/11/2007, com prazo de vigência de 5 (cinco) meses, com valor inicial de R\$2.310.196,30, acrescido por um termo aditivo no valor de R\$547.926,74, totalizando o valor de R\$2.858.123,04.

b) O contrato foi executado totalmente de 26/11/2007 até 25/04/2008, com a assinatura do Termo de Encerramento em 29/07/2008.

c) Foram realizadas 4 medições, de 31/12/2007 até 30/04/2008 (em aditivo, previsto até 25/05/2008), totalizando o pagamento de R\$2.858.108,20.

d) O contratado apresentou garantia de execução do contrato, sob a modalidade, fiança bancária no valor de R\$115.509,82, com vigência até 23/06/2008.

Sendo o que nos cabia informar, solicito encaminhar ao Tribunal de Contas da União os documentos que acompanham o presente memorando que ratificam as informações acima.

Em 2 de agosto de 2010, através da CRT/0155-2010/P, foi enviado ao Secretário de Fiscalização e Obras 2, do TCU, os esclarecimentos contidos no Memo/032-2010/DT, em atendimento ao Ofício nº 427/2010-TCU-SECOB-2, de 15/07/2010.

Síntese dos resultados obtidos:

Face aos esclarecimentos contidos nos documentos citados, a CBTU considera atendida a solicitação do TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|--|------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 017 | TC-15.026/2009-7 | 4977/2010 – TCU 1ª CÂMARA 10/08/2010 | - | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |

| | |
|---|---------------------|
| <p>Trata-se de representação de possíveis irregularidades na Superintendência da CBTU em Maceió-AL. Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 237, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, c/c os arts. 33, 34 e 36 da Resolução TCU n. 191/2006, em conhecer da presente representação e <input type="checkbox"/> pensa-la ao TC-017.184/2010-0 (Apartado):</p> <p>Processo 015.026/2009-7 (REPRESENTAÇÃO)</p> <p>Interessado: Controladoria Geral da União – CGU.</p> <p>1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Trens Urbanos – Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/CBTU/STU/MAC.</p> <p>1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Alagoas (Secex/AL).</p> <p>1.4. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.</p> | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| - | - |
| Síntese da providência adotada: | |
| Manifestação do TCU, não cabe pronunciamento da CBTU. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|--|------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 018 | TC-28.898/2009-7 | 4980/2010 – TCU PRIMEIRA CÂMARA 10/08/2010 | - | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata-se de representação formulada em decorrência da Concorrência Pública nº 010/2009-CBTU/STU/REC.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em não conhecer da presente representação, e encaminhar cópia das peças de fls. 186/190, bem como desta deliberação ao interessado e à Superintendência de Trens Urbanos de Recife da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PE:</p> <p>Processo TC-028.898/2009-7 (REPRESENTAÇÃO)</p> <p>Interessado: APB Prodata Ltda. (05.535.694/0001-85).</p> <p>1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Trens Urbanos de Recife da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU/STU/REC.</p> <p>1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex/PE).</p> <p>1.4. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Octávio Broglia Mendes, OAB/SP n. 172.516; Rodrigo Azevedo Greco, OAB/PB n. 12.952-B, Antonio Carlos Mendes, OAB/SP n.28.436; Fábio Carneiro Bueno Oliveira, OAB/SP n. 146.162; Sônia Maria Broglia Mendes, OAB/SP n. 172.518; Thalita Abdala Aris,</p> | | | | | |

OAB/SP n. 207.501; Bartira Ferreira Botteselli, OAB/SP n. 246.624; Patrícia Sá Moreira de Figueiredo Ferraz, OAB/SP n. 244.540.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

| Providências Adotadas | |
|--|--------------|
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| - | - |
| Síntese da providência adotada: | |
| Manifestação do TCU, não cabe pronunciamento da CBTU. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|--|-----------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 019 | TC-28.152/2009-0 | 1970/2010 -TCU PLENÁRIO 11/08/2010 | 9.1 a 9.3 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Refere-se à auditoria, decorrente de solicitação do Congresso Nacional, em contratos celebrados com empresas que vieram a ser declaradas inidôneas.</p> <p>9.1 - Acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. João Ernani Antunes Costa;</p> <p>9.2 - Determinar à Superintendência da Companhia Brasileira de Trens Urbanos em Minas Gerais - CBTU/MG que se abstenha de efetuar pagamento de:</p> <p>9.2.1 - Medições de itens e quantitativos não previstos no contrato, sem a formalização de prévio termo aditivo, por afrontar o disposto art. 65 da Lei nº 8.666/1993;</p> <p>9.2.2 - De despesas sem prévio empenho e suficiente dotação orçamentária, com inobservância aos arts. 58 a 63 da Lei nº 4.320/1964;</p> <p>9.3 - Restituir os autos a Secex/MG para realização das demais audiências propostas, após a adoção, pela Segecex, das medidas alvitadas pelo Acórdão nº 401/2010-TCU-Plenário.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| SUPERINTENDÊNCIA DE BELO HORIZONTE | | | | | 75464 |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| <p>9.2 - Através de correspondência protocolada em 27/04/2010 na SECEX-MG, emitida por João Ernani Antunes Costa, Superintendente da UA à época, esclareceu o que segue:</p> <p>As memórias das medições eram executadas por empregados do quadro de funcionários do METROBH, lotados na Gerencia de Acompanhamento e Controle de Obras – GEACO com o apoio do contrato de consultoria da CONCREMAT, seguindo todas as normas internas da Companhia e formulários de apuração. Com utilização de computadores, o sistema informatizado do METROBH só disponibilizava para medição</p> | | | | | |

os itens contratuais acertados, sendo estes itens previamente cadastrados e as de medição especificadas.

Os dados de campo apurados pela equipe da Gerencia de Implantação – GEIMP eram incluídos no sistema informatizado, que calculava todos os valores em função dos dados lançados e gerava a medição formal dos serviços, no período de tempo estabelecido, normalmente mensal.

As memórias de cálculos, por obrigação de ofício, devem estar disponibilizadas na GEACO, devidamente arquivadas e devidamente assinadas por seus acompanhantes de serviços, no sistema que gerou a medição mensal. Se isso não ocorresse, a medição As memórias de cálculos por obrigação de ofício, devem estar disponibilizadas na GEACO, devidamente arquivadas e devidamente assinadas por seus acompanhantes de serviços, no sistema que gerou a medição mensal. Se isso não ocorresse, a medição não poderia ter sido processada.

Todos os aditivos seguiram as normas próprias da CBTU, com composição de custos elaborados e definidos pela GEACO, devidamente formalizadas e documentadas nos arquivos disponíveis do METROBH.

Em obras de engenharia, mormente as de vulto, como o projeto sob análise, os quantitativos de alguns itens realizados podem apresentar valores diferentes dos projetados. No caso específico desta obra aconteceram dois problemas que não foram previstos adequadamente na fase de elaboração do projeto que geraram acréscimos:

- 1 – Heterogeneidade do solo em uma parte do terreno que não foi detectado pelo projeto geotécnico, fase de sondagem;
- 2 – O local previsto para o bota-fora da obra foi desativado. A solução alternativa escolhida na fase de obras foi outro local mais distante.

Então aquilo que foi realizado e efetivamente construído, era medido pela fiscalização e equipe de campo e pago em um contrato baseado em preços unitários. Se o quantitativo de um determinado item excedia ao previsto, este item sofria um processo de monitoração para evitar problemas de recursos financeiros que poderiam comprometer a execução da obra com a sua conseqüente paralisação, o que felizmente não aconteceu. As reuniões de acompanhamento de obra acertavam o seu escopo e em um momento estratégico, os quantitativos dos itens eram reavaliados com o decorrente realinhamento do projeto, do planejamento e dos cronogramas físicos e financeiros, em ciclo PDCA.

Devido à complexidade da obra, a construção da maior estação de integração ônibus-metrô de Belo Horizonte, e por ter a previsão de sobreposição nela de um Centro Comercial, através de uma parceria público-privada, ocorria reuniões semanais no canteiro de obra, com a equipe de acompanhamento e de projeto (GEPRO – CBTU). Com estas reuniões o processo PDCA era mais bem ajustado e a tomada de decisões eram aprimoradas.

Além disso, todo o acompanhamento do projeto foi realizado por técnicos de órgãos de monitoração do projeto de Brasília, envolvendo os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, das Cidades, Casa Civil e CBTU.

A empresa que desenvolveu o projeto (SEEBLA) também acompanhou a implantação da obra, elaborou algumas modificações do projeto original e atestou as diferenças de quantitativos identificados pela fiscalização e pela empresa que implantou a obra (BETER).

Resumindo: Não foram feitos pagamentos de medições sem a formalização de Termo Aditivo. Os pagamentos obedeciam sempre ao critério de legalidade com medição dos quantitativos efetivamente realizados, acompanhamento, fiscalização e transparência, inclusive com reuniões de monitoração dos órgãos executivos de Brasília.

9.2.2 Não existiu e não há possibilidade legal de se executar e pagar sem dotação orçamentária. Por determinação administrativa, as ordens de serviços – OS – somente são emitidas, após a liberação da Nota de Empenho correspondente, cuja numeração é obrigatoriamente indicada na OS.

Assim, não foram realizados pagamentos sem prévio empenho e suficiente dotação orçamentária. Cabe registrar que no período compreendido entre a solicitação e liberação dos recursos adicionais, baseado no ciclo do PDCA informado anteriormente, algumas decisões foram tomadas e realizadas:

- Acelerar o processo de liberação de recursos adicionais junto aos órgãos de monitoração de Brasília;
- Elaborar o Termo Aditivo de acréscimo do valor do contrato, com ordem expressa de ser efetivado só com a liberação da dotação orçamentária correspondente;
- Continuar a obra e evitar a desmobilização da contratada e o encerramento do contrato;
- Não executar pagamentos que não tivessem respaldo contratual;
- Autorizar a continuidade de diversos serviços que estavam em processo de paralisação, mediante saldos orçamentários existentes e perfeitamente utilizáveis.

Resumindo: Dentro da dinâmica da administração do contrato da obra não foram realizados pagamentos

sem prévio empenho e suficiente dotação orçamentária. Além disso, o objeto do contrato ficou pronto, já opera a integração ônibus-metrô e aguarda a decisão de investimento do parceiro privado para implementar o Centro Comercial.

9.3 - Recomendação não cabe manifestação da CBTU.

Síntese dos resultados obtidos:

9.2.1 – A CBTU considera satisfatório os esclarecimentos prestados por João Ernani Antunes da Costa (STU-BH) à época, pelo fato de ter afirmado que, não foram feitos pagamentos de medições sem a formalização de Termo Aditivo e que os mesmos obedeceram sempre ao critério de legalidade com medição dos quantitativos efetivamente realizados, acompanhamento, fiscalização e transparência, inclusive com reuniões de monitoração dos órgãos executivos de Brasília.

9.2.2 – A CBTU considera satisfatório os esclarecimentos prestados por João Ernani Antunes da Costa (STU-BH) à época, pelo fato de ter afirmado que, dentro da dinâmica da administração do contrato da obra não foram realizados pagamentos sem prévio empenho e suficiente dotação orçamentária. Além disso, o objeto do contrato ficou pronto, já opera a integração ônibus-metrô e aguarda a decisão de investimento do parceiro privado para implementar o Centro Comercial.

9.3 - Sem comentários.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|---|------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 020 | TC-28.152/2009-0 | 2270/2010 – TCU PLENÁRIO 08/09/2010 | - | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata-se de retificação, por inexatidão material, do item 8 do Acórdão 1970-TCU – Plenário.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, “d”, do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 8 do Acórdão 1970/2010-TCU-Plenário:</p> <p>Onde se lê: “8. Advogado constituído nos autos: não há.”</p> <p>Leia-se: “8. Advogados constituídos nos autos: Quintino Almeida Moreira (OAB/MG 30.858), Luciana Albuquerque Severi (OAB/MG 40.742), Graziella Grandioso Foureaux (OAB/MG 93.584), Eliani Gonzaga da Fonseca (OAB/MG 34.462), Flávio Magalhães Pereira (OAB/MG 1.01168) e Jorge Luiz Coelho Chaves (OAB/MG 106.463).”</p> <p>E mantendo-se inalterados os demais termos do referido Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.</p> <p>1. Processo TC-028.152/2009-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)</p> <p>1.1. Responsáveis: Antônio Cury (162.051.976-34); Jackson Charles Martins Antunes (241.175.956-87); José Roizenbruch (245.138.146-91); João Ernani Antunes Costa (132.600.066-72); João Marcos Bemfica Pinto (433.972.476-91); Édson Amorim de Paula (354.731.266-34)</p> <p>1.2. Interessado: CBTU/STU-MAC – Companhia Brasileira de Trens Urbanos/Superintendência de Trens Urbanos de Maceió (42.357.483/0011-06)</p> <p>1.3. Entidade: CBTU/MG</p> | | | | | |

| | |
|---|---------------------|
| 1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo – MG (SECEX-MG) | |
| 1.5. Advogado constituído nos autos: não há. | |
| 1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há. | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| - | - |
| Síntese da providência adotada: | |
| Referido Acórdão não cabe manifestação da CBTU, pois trata-se de retificação por inexatidão material, do item 8 do Acórdão 1.970/2010 – TCU – PLENÁRIO. Registra-se que no item 1.2 do processo TC-028.152/2009-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA), especifica como interessado CBTU/STU-MAC quando o correto seria CBTU/STU-BH. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| | | | | | |
|---|-----------------|---|-------------|-------------|-----------------------------|
| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 021 | TC- 390/2010-0 | 2308/2010 – TCU PLENÁRIO 08/09/2010 | 9.1 a 9.4.7 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Refere-se à Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal.</p> <p>9.1 - Recomendar ao CNJ, ao DEST, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, à Secretaria Geral da Presidência do Tribunal de Contas da União - Segepres/TCU, à Diretoria Geral da Câmara dos Deputados e à Diretoria Geral do Senado Federal que, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação:</p> <p>9.1.1 - Orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição;</p> <p>9.1.2 - Normatizem a obrigatoriedade de a alta administração de cada instituição sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura estabelecer os itens acima;</p> <p>9.2 - Assinar prazo de 15 (quinze) dias para que as instituições que deixaram de atender aos requerimentos de informações deste Corte encaminhem, em meio eletrônico e em papel, as respostas ao questionário utilizado neste levantamento;</p> <p>9.3 - Remeter cópia deste Acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram aos seguintes interessados: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Controladoria Geral da União; Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e</p> | | | | | |

| | |
|---|---------------------|
| Gestão; Secretaria de Logística Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; Diretoria-Geral do Senado Federal; Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público; | |
| 9.4 - Determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - SEFTI que: | |
| 9.4.1 - Monitore a adoção das providências recomendadas no item 9.1. deste acórdão e continue a monitorar o cumprimento das providências recomendadas no acórdão 1.603/2008 - Plenário; | |
| 9.4.2 - Desenvolva ações de estímulo à conscientização da alta administração das unidades da administração pública federal acerca de conceitos, objetivos, indicadores, ações e estruturas de governança de tecnologia da informação; | |
| 9.4.3 - Defina e mantenha processo de trabalho permanente e sustentável de acompanhamento da governança de tecnologia da informação na administração pública federal, de modo a subsidiar processos de fiscalização do TCU em TI e processos de planejamento e controle das unidades jurisdicionadas a esta Corte, com definição, se possível, de periodicidade regular para realização de levantamentos gerais como o ora examinado e de mecanismos para coleta de evidências destinadas a aumentar a confiabilidade das informações colhidas mediante questionários; | |
| 9.4.4 - Remeta, para cada uma das instituições que responderam o questionário utilizado neste levantamento, relatório com avaliação individualizada da respectiva governança de TI e com comparação dos resultados consolidados do correspondente segmento de atuação, de forma a subsidiar o planejamento daquelas unidades; | |
| 9.4.5 - Divulgue as informações consolidadas obtidas neste levantamento em informativo, na forma do apêndice VIII do relatório, e em sumários executivos; | |
| 9.4.6 - Divulgue, sem identificação individual dos respondentes, os dados coletados no presente levantamento; | |
| 9.4.7 - Aponha chancela de sigilo ao anexo 2 destes autos | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| - | - |
| Síntese da providência adotada: | |
| Recomendações não cabem manifestação da CBTU, pois foram dirigidas ao Conselho Nacional de Justiça e à SEFTI. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|---|-----------------------------|------|---|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 022 | TC-13.725/2010-6 | 2406/2010 – TCU PLENÁRIO 15/09/2010 | 9.1 a 9.2 e 9.4 a 9.6 | DE | OFÍCIO: 7811/2010/AECI/GM/MCIDADES 28/09/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Trata-se de solicitação da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal – CSISF, mediante a qual requer a esta Corte de Contas que solicite à CBTU esclarecimentos quanto a sua decisão de, no âmbito do | | | | | |

| | |
|---|---------------------|
| <p>processo Administrativo MCIDADES nº 80000.029656/2007-28, rescindir o Contrato nº 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo ad quem previsto no 8º Termo Aditivo da avença.</p> <p>9.1 - Informar ao Senado Federal, com fundamento no art. 71, inciso VII, da Constituição da República, no art. 38, inciso II, da Lei n. 8.443/1992 e nos arts. 17 e 19, da Resolução TCU n. 215/2008, que:</p> <p>9.1.1 - A decisão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU de considerar extinto o Contrato nº 031-88/DT, no âmbito do processo administrativo MCidades nº 80000.029656/2007-28, fundamentada nos pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades:</p> <p>9.1.1.1 - De acordo com os elementos presentes nos autos, não contrariou a Lei nº 8.666/1993 ou qualquer outro normativo legal relacionado à matéria de licitações e contratos;</p> <p>9.1.1.2 - Não pode ser considerada, por si só, antieconômica ou causadora de prejuízos ao erário;</p> <p>9.1.1.3 - Não prejudicou, por si só, o atendimento ao interesse público dos usuários de transporte metropolitano de passageiros, de disporem de serviço público adequado, nos termos do art. 6º, caput e incisos I e II da Lei nº 8.987/1995;</p> <p>9.1.2 - A CBTU não dispõe de plano alternativo para modernização dos trens afetos ao transporte ferroviário urbano no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que não é mais responsável pela prestação do mencionado serviço;</p> <p>9.2 - Considerar, nos termos do art. 17, § 2º, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, a presente Solicitação atendida de forma integral;</p> <p>9.4 - Determinar à 9ª Secex, que efetue, no âmbito da Representação de que cuida o subitem 9.3 supra, o acompanhamento da ação judicial proposta pela CBTU em face da T"Trans para reaver valores pagos de forma indevida àquela firma;</p> <p>9.5 - Dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao Senado Federal, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos, ao Ministério das Cidades, à empresa Trans Sistemas de Transportes S.A. e ao Consórcio Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.;</p> <p>9.6 - Arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 40, inciso V, da Resolução TCU nº 191/2006.</p> | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| As determinações não cabem manifestação da CBTU. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-----------------|---|----------------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 023 | TC-7.523/2010-6 | 2681/2010 – TCU PLENÁRIO 06/10/2010 | 9.1, 9.4 a 9.7 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código |

| | SIORG |
|---|---------------------|
| CBTU | 372 |
| Descrição da Deliberação: | |
| Trata do Relatório de Levantamento de Auditoria sobre a implantação do trecho Lapa-Pirajá, do Metrô de Salvador. | |
| 9.1 - Determinar à Companhia de Transportes de Salvador - CTS, com fundamento no art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/1993, que: | |
| 9.1.1 - Em relação às quatro escadas rolantes e um elevador, adquiridos para o Terminal Integrado de Ônibus Acesso Norte, contratos 05/09 e 06/09, abstenha-se de pagar tais objetos com recursos oriundos dos convênios celebrados para execução das obras do Metrô de Salvador, salvo se o concedente de tais convênios autorizar formalmente a cobertura de tais despesas; | |
| 9.4 - Determinar à Secob-2 que se certifique de que as informações constantes destes autos relacionadas com possibilidade de dano ao erário (sobrepços e superfaturamentos) constem, por cópia, da tomada de conta especial já instaurada (TC-002.588/2009-0) e sejam apreciados em seu âmbito; e, ainda, que cópia do presente acórdão seja acostado ao processo de monitoramento (TC-003.896/2009-2), em cujo âmbito deverão ser acompanhadas as determinações ora efetuadas; | |
| 9.5 - Comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados, nesta auditoria, indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), nos Contratos, Aditivos e Convênios relativos aos serviços da obra do Metrô de Salvador/ BA; e que ainda continua pendente de deliberação definitiva por parte deste Tribunal o mérito das questões tratadas no processo 007.162/2006-0, que apontou indícios de irregularidades e estabeleceu a apresentação de garantias para cobertura dos prejuízos potenciais ao erário, no Contrato SA-01 com o Consórcio Metrosal, enquadrando-se essa situação no disposto no § 2º do art. 94 da LDO/2010; | |
| 9.6 - Encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, à 9ª Secretaria de Controle Externo, à Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA, à Companhia de Transportes de Salvador - CTS e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; | |
| 9.7 - Apensar os presentes autos ao TC-007.162/2006-0, para subsidiar a análise de irregularidades ali em andamento. | |
| Providências Adotadas | |
| Sector responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL e COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR - CTS | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| 9.1.1 - Através da CRT/0242-2010/P, de 23 de dezembro de 2010, foi informado ao Diretor-Presidente da CTS que, o Conselho de Administração da CBTU, por ocasião da realização da 287ª Reunião Ordinária, realizada em 10/12/2010, aprovou que a Companhia de Transporte de Salvador – CTS utilize recursos do Convênio 06/2007 – DT, nos termos do item 9.1.1 do Acórdão 2681/2010 – TCU – Plenário, para pagamento das quatro escadas rolantes e do elevador do Terminal Rodoviário de Integração com a Estação Metroviária Acesso Norte do Metrô de Salvador. Referida informação, também, foi prestada ao Ministro do Tribunal de Contas da União – Augusto Sherman Cavalcanti, pela CRT/0238-2010/P, de 21/12/2010. | |
| 9.4 a 9.7 - Determinações não cabem manifestação da CBTU. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| 9.1.1 - Tendo em vista a autorização do CONAD/CBTU para utilização dos recursos do Convênio 06/2007-DT, a CBTU considera atendida a recomendação do TCU. | |
| 9.4 a 9.7 - Sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|-----------------|---|-----------|------|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 024 | TC-6.008/2008-1 | 2731/2010 – TCU PLENÁRIO 13/10/2010 | 9.1 a 9.4 | DE | OFÍCIO: 1097/2010-TCU/SECOB-2 08/11/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata do Relatório de Levantamento de Auditoria sobre as obras do trecho Tip-Timbi da STU-REC.</p> <p>9.1 - Rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Roberto Luiz de Oliveira Augusto e Massayuki Tanaka e as alegações da empresa Balfour Beatty Rail Power Systems (Brazil) Ltda. e acolher as razões de justificativas dos demais responsáveis arrolados no item 4.1 deste Acórdão;</p> <p>9.2 - Determinar, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/92 e no art. 251 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, que:</p> <p>9.2.1 - Adote as providências necessárias ao ressarcimento, no âmbito do Contrato nº 032-01/DT, do valor de R\$164.713,67 (cento e sessenta e quatro mil, setecentos e treze reais e sessenta e sete centavos), devidamente atualizado a partir das datas dos efetivos pagamentos feitos a maior, em razão dos sobrepreços decorrentes do Termo Aditivo nº 05;</p> <p>9.2.2 - Assegurado o contraditório à empresa, adote procedimentos necessários à apuração dos fatos e cominação de multa contratual em razão de atrasos injustificados nos serviços referentes às subestações e cabines de seccionamento e paralelismo (Contrato nº 032-01/DT);</p> <p>9.2.3 - Demonstre ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as providências adotadas para dar cumprimento aos subitens anteriores;</p> <p>9.3 - Determinar à Secob-2 que monitore as providências a serem adotadas pela CBTU em cumprimento ao item 9.2;</p> <p>9.4 - Dar ciência desta deliberação à CBTU e aos responsáveis ouvidos em audiência</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | | | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| <p>9.2.1 - Através da CRT/0220-2010/P, de 14/12/2010, encaminhada ao Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU, fazendo referência ao Ofício nº 1097/2010, de 8/11/2010-TCU/SECO-2, O Diretor-Presidente da CBTU informou que, em atendimento ao item 9.2.1 do Acórdão 2.731, o gestor do contrato 032-01/DT, por meio da CRT/013-2010/GAESP/DT, de 10/12/2010, informou à contratada ADTRANZ Engenharia e Sistemas Ltda., a execução da glosa no valor de R\$188.765,88 referente ao ressarcimento de R\$164.713,67, acrescido de R\$24.051,89 a título de atualização, apurados a partir das datas dos efetivos pagamentos feitos a maior, acompanhada de memória de cálculo.</p> <p>9.2.2 - Através da CRT/0220-2010/P, de 14/12/2010, encaminhada ao Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU, fazendo referência ao Ofício nº 1097/2010, de 8/11/2010-TCU/SECO-2, o Diretor-Presidente da CBTU informou que, em atendimento ao item 9.2.2 do Acórdão 2.731, o gestor do contrato 032-01/DT, por meio da CRT/013-2010/GAESP/DT, de 10/12/2010, informou à contratada ADTRANZ Engenharia e Sistemas Ltda., a aplicação de multa por atraso na conclusão de serviços no valor de R\$83.890,66, acompanhada de respectiva memória de cálculo, sendo assegurado contraditório a referida empresa. Ressaltou ainda que, os valores referentes ao ressarcimento do item 9.2.1 e a multa do item 9.2.2, foram obtidos por meio de execução de glosa na medição nº 47 do Contrato.</p> | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |

Face às informações prestadas pela CBTU ao Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU e as providências adotadas pelo Gestor do Contrato nº 032-01/DT, junto à contratada, a CBTU considera atendidas as determinações do Tribunal de Contas da União.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|----------------|------------|------|------|---|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 025 | TC- 390/2010-0 | DILIGÊNCIA | - | - | OFÍCIO: 193/2010 – TCU/SEFIT 15/04/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata-se de Diligência vinculada ao processo supracitado, objetivando o cumprimento do item 9.9 do Acórdão nº 1603/2008-TCU-Plenário. Está em andamento novo levantamento que tem por objetivo traçar o perfil de governança de TI na Administração Pública Federal.</p> <p>2. O primeiro levantamento de governança foi realizado em meados de 2007 e permitiu a identificação de oportunidades de melhorias retratadas no referido acórdão, no qual foram feitas recomendações para toda a Administração, por meio de seus órgãos com poder de regulação. Um quadro comparativo com informações referentes à sua participação no levantamento realizado em 2007 encontra-se no Anexo 2.</p> <p>3. O presente levantamento será realizado por meio de um questionário, em formato PDF, que está baseado em modelos de boas práticas reconhecidos internacionalmente, como o Cobit (Control Objectives for Information and related Technology), a ISO/IEC 27002 (segurança da informação) e a ISO/IEC 38500 I(governança corporativa de TI). A norma ISO/IEC 38500 define governança de TI como "o sistema pelo qual o uso atual e futuro da TI é" dirigido e controlado". Na visão do IT Governance Institute (ITGI), responsável por elaborar o Cobit, governança de TI é "uma estrutura de relacionamentos e processos para dirigir. e controlar a TI a fim de alcançar as metas da instituição pela agregação "de valor". Tanto a ISO quanto o ITOI atribuem a responsabilidade pela governança de TI da instituição à alta administração. O TCU compartilha esse entendimento, como tratado no Acórdão nº 2.079/2009- TCU-Plenário.</p> <p>4. Por essa razão: tendo em vista que se trata de matéria de sua responsabilidade, solicitamos que V.S.a dê especial atenção às. Informações encaminhadas por meio do questionário. Esclarecemos, por oportuno, que as informações coletadas serão amplamente divulgadas, mas sem a identificação da instituição.</p> <p>5. O controle de qualidade das respostas não será realizado por meio do encaminhamento de evidências pela instituição, como ocorreu em 2007. Com o intuito de facilitar o envio das informações, dessa vez, esse controle de qualidade deverá ser feito posteriormente, pela respectiva estrutura de controle interno e pelo próprio TCU, por meio de auditorias no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) chamada Gestão e Uso de TI, a ser realizada ainda neste ano, bem como por meio de diligências e inspeções específicas.</p> <p>6. Assim, com fulcro no artigo 40 da Lei nº 8.443/92, solicitamos:</p> <p>6.1. no prazo de 5 (cinco) dias a partir da ciência deste ofício, o encaminhamento, para o endereço abaixo discriminado, do formulário de "Dados de Apoio" (Anexo 1 desta diligência) preenchido, pelo qual V.S.a indicará o interlocutor dessa instituição com quem a Sefti/TCU manterá contato para fins do presente levantamento;</p> <p>6.2. no prazo de 15 (quinze) dias a partir da ciência deste ofício, o envio da resposta ao questionário "Perfil de Governança de TI 2010 - Questionário", que está disponível no endereço www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti. de duas formas simultaneamente:</p> | | | | | |

6.2.1. na forma eletrônica, enviado a partir do e-mail do interlocutor, para o endereço eletrônico levantamento2010@tcu.gov.br desta Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação. As instruções para envio estão na parte introdutória do questionário;

6.2.2. e também na forma impressa, enviado ao endereço especificado abaixo, devidamente preenchido e assinado por Vossa Senhoria.

7. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas ao e-mail levantamento2010@tcu.gov.br.

As respostas serão padronizadas e encaminhadas ao e-mail de origem, bem como adicionadas ao arquivo "Perfil de Governança de TI 2010 - FAQ", disponível no site da pesquisa Perfil GovTI 2010 em www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti. Não haverá suporte telefônico para auxílio, visto serem muitas as instituições participantes deste levantamento.

8. O endereço para encaminhamento do formulário e da cópia do questionário é:

Tribunal de Contas da União – TCU, Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação – Sefti, Setor de Administração Federal Sul, Lote 01, Anexo I, Sala 311, 70042-900 - Brasília – DF.

Esclareço que o não atendimento à diligência, no prazo fixado, sem causa justificada, sujeita o responsável à multa prevista no art. 58, inciso IV da Lei nº 8.443/92.

| Providências Adotadas | |
|--|---------------------|
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| Em 4/5/2010, através da CRT/0030-2010/GAB, foi encaminhado ao Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação, o questionário Perfil de Governança de TI 2010 conforme determinado no Ofício nº 193/2010-TCU/SEFTI, de 15/4/2010. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Em razão do encaminhamento do questionário Perfil de Governança de TI 2010 à SEFTI, a CBTU considera a solicitação atendida. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|--|-----------|------|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 026 | TC-13.359/2005-2 | 7070/2010 – TCU 1ª CÂMARA 26/10/2010 | 9.1 a 9.5 | DE | OFÍCIO: 1056/2010-TCU/SECEX-1 29/11/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Trata da Prestação de Contas – Exercício 2004. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em: 9.1 - Acolher as alegações de defesa apresentadas por Agostinho Fernandes da Silveira, Antônio Abrahão Caram Filho, Carlos Amorim Pontual Filho, Cleveland José Andrade dos Reis, João Luiz da Silva Dias, Júlio César de Azevedo Braga, Márcio Carvalho da Silva Xavier, Sileno Sousa Guedes, Rocha, Calderon e Advogados Associados, Serv. Car Auto Locadora Ltda., Argus Serviços Gerais Ltda., Dinamo Serviços Ltda. e Sena Segurança Inteligente e Transportes de Valores Ltda.; 9.2 - Acolher as razões de justificativa apresentadas por Frederico Pires da Silva, Cleveland José Andrade dos | | | | | |

| | |
|--|---------------------|
| Reis, Júlio César de Azevedo Braga, Luiz Flávio Soares Machado, Márcio Ferreira Victorino, Antônio Abrahão Caram Filho, Carlos Amorim Pontual Filho, João Luiz da Silva Dias, Márcio Carvalho da Silva Xavier, Sileno Souza Guedes e Renato de Vasconcellos Coelho Barreto Campelo; | |
| 9.3 - Acolher as razões de justificativa apresentadas por Frederico Pires da Silva, Cleveland José Andrade dos Reis, Júlio César de Azevedo Braga, Luiz Flávio Soares Machado, Márcio Ferreira Victorino, Antônio Abrahão Caram Filho, Carlos Amorim Pontual Filho, João Luiz da Silva Dias, Márcio Carvalho da Silva Xavier, Sileno Souza Guedes e Renato de Vasconcellos Coelho Barreto Campelo; | |
| 9.4 - Determinar à CBTU que inicie os procedimentos licitatórios em tempo hábil para a substituição tempestiva dos contratos vincendos, para evitar contratações emergenciais com dispensa de licitação, com fulcro no art. 18 da Lei nº 8.443/1992; | |
| 9.5 - Determinar o desapensamento do TC-015.019/2009-2 da presente prestação de contas e o seu subsequente envio para a Secex-AL; | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| 9.1 a 9.3 - Recomendações não cabem pronunciamento da CBTU. | |
| 9.4 - Em 8/12/2010, através do Memo/0012-2010/ASS/P-Circular, encaminhou para DT, DA, DP, Gajur, Galic, STU's, Cefor, Cesal e Cesao, o Acórdão nº 7070/2010-TCU-1ª Câmara, para conhecimento e observarem no que couber. A Gerência Geral de Licitação, através do Memo/440-2010/GALIC/P, de 10/12/2010, esclarece que, a norma interna emanada da Presidência foi publicada no sentido de evitar atrasos nas contratações no intuito de evitar dispensas emergenciais por falta de planejamento. Isso se deu tanto com a ampliação de competência das unidades, evitando que se proceda a licitação no órgão da Administração Central nas licitações de menor vulto, o que engloba os serviços continuados, bem como na determinação de abertura de processo licitatório com antecedência mínima suficiente para conclusão do procedimento de licitação. | |
| 9.5 - Recomendações não cabem pronunciamento da CBTU. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| 9.4 - Considerando os esclarecimentos da Gerência Geral de Licitações, a CBTU considera a recomendação atendida. Quanto aos demais itens, sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|--|------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 027 | TC-19.256/2009-5 | 7995/2010 - TCU 1ª CÂMARA 30/11/2010 | - | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Trata da Prestação de Contas – Exercício 2008. Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 11 | | | | | |

da Lei nº 8.443/1992, 157 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e 39 da Resolução/TCU nº 191/2006, em sobrestar o exame das contas a seguir indicadas até a apreciação definitiva do TC-010.535/2008-2 (Relatório de Auditoria):

1. Processo TC-019.256/2009-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Responsáveis: Elionaldo Mauricio Magalhães Moraes (004.571.594-72); Mário Jamil Chadud (220.699.097-00); Raul de Bonis Almeida Simões (274.544.877-34); Marcus Vinícius Quintella Cury (553.215.347-72); Luiz Carlos Bertotto (366.945.920-00); Magda Oliveira de Myron Cardoso (295.784.930-53); Heloisa Teixeira Saito (067.014.001-59); Lilian Maria Cordeiro Pinheiro (392.035.901-10); Márcio Fortes de Almeida (027.147.367-34); Ilton Ilhomar de Carvalho (023.654.131-53); Elcione Diniz Macedo (301.691.866-87); José Innocência de Andrade Araújo (197.340.344-72); Luiz Carlos Bueno de Lima (289.355.190-49).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.

1.3. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (Secex-9).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

| Providências Adotadas | |
|---|--------------|
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| - | - |
| Síntese da providência adotada: | |
| Não houve determinações para CBTU, até que seja apreciado definitivamente o Processo 010.535/2008-2 (Relatório de Auditoria). | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Sem comentários | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|---|-----------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 028 | TC-10.535/2008-2 | 3264/2010 – TCU PLENÁRIO 14/12/2010 | 9.1 a 9.9 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Trata do Relatório de Levantamento de Auditoria referente aos indícios de irregularidades nas obras de construção dos Trens Metropolitanos de Salvador, realizada pela Secex/BA quanto aos recursos alocados ao Programa de Trabalho 15.453.1295.10SX.0029 - Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador/BA, no âmbito do Fiscobras 2008. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: | | | | | |
| 9.1 - Acatar as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Nestor Duarte Guimarães Neto e Erianísio dos Anjos Borges; | | | | | |
| 9.2 - Acatar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Pedro Antonio Dantas Costa Cruz, Jackson Bonfim Almeida de Cerqueira, Elionaldo Mauricio Magalhães Moraes e João Luiz da Silva Dias; | | | | | |
| 9.3 - Rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. José Hamilton da Silva Bastos; | | | | | |

| | |
|---|---------------------|
| <p>9.4 - Aplicar ao Sr. Pedro Antonio Dantas Costa Cruz as multas previstas no art. 58, incisos II e IV, da Lei n. 8.443/1993, nos valores de R\$19.000,00 (dezenove mil reais) e R\$3.000,00 (três mil reais), respectivamente;</p> <p>9.5 - Aplicar a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/1993 ao Srs. José Hamilton da Silva Bastos, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais); Jackson Bonfim Almeida de Cerqueira, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), Elionaldo Mauricio Magalhães Moraes, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) e João Luiz da Silva Dias, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais);</p> <p>9.6 - Fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que os responsáveis acima referidos comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;</p> <p>9.7 - Autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações;</p> <p>9.8 - Determinar à Companhia de Transporte de Salvador - CTS, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II do RI/TCU, que:</p> <p>9.8.1 - Encaminhe à Secex/BA:</p> <p>9.8.1.1 - Cópia do aditivo contratual ao Contrato 11/07, firmado com a Trends Engenharia e Tecnologia Ltda excluindo a cláusula que dispõe sobre "taxa de sucesso";</p> <p>9.8.1.2 - Cópia do aditivo contratual ao Contrato SA-01, firmado pelas partes contratantes, excluindo os valores relativos a CPMF, a memória de cálculos e a demonstração de execução das medidas;</p> <p>9.8.3 - Encaminhe à CBTU, juntamente com o relatório mensal ou a prestação de contas, a relação discriminada de todos os serviços pagos às contratadas, ou seja, os boletins de medição contendo os serviços executados e pagos no período referente, de forma a permitir que a CBTU acompanhe o andamento dos contratos e do empreendimento;</p> <p>9.8.4 - Esclareça ao consórcio Metrosal que, do valor acrescido pelo 11º Termo Aditivo (R\$4.852.797,07) já foi pago, em 2007, o montante de R\$1.751.949,24 do 11º Termo Aditivo, por meio da Ordem de Alteração CO-H-056a/00, havendo, portanto, um saldo de R\$3.100.847,83 para a 1ª fase.</p> <p>9.9 - Determinar à CBTU, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II do Regimento Interno/TCU, que glose quaisquer novas alterações contratuais que não sejam feitas por meio de aditivos, nos termos da cláusula 10.1 do Termo de Convênio nº 006/2007/DT.</p> | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| <p>9.1 a 9.5 - Em 21/12/2010, através da CRT/0235-2010/P, encaminhada ao Ministro do Tribunal de Contas da União – Marcos Bemquerer Costa, o Diretor-Presidente da CBTU, solicitou àquela egrégia Corte reconsideração da deliberação contida no referido item deste Acórdão.</p> <p>9.6 a 9.8.3 - Através da CRT/101-2010/GESAL/DT, foi informado que a determinação já está vigorando, a partir da apresentação da prestação de contas dos serviços realizados no mês de dezembro de 2010.</p> <p>9.9 - Através do Memo/089-2010/AUDIT, referido Acórdão foi encaminhado para o Diretor-Presidente, para conhecimento e determinação quanto às providências adotadas no item 9.9.</p> <p>Por intermédio do Memo 002-11/GESAL/DT, de 06/01/2011, encaminhado a AUDIT, foi informado que a CBTU cumprirá a determinação do item 9.9 a partir da apresentação da Prestação de Contas dos serviços realizados em dezembro de 2010, sendo necessário que a CTS cumpra a determinação expressa no item 9.8.3 do mesmo Acórdão.</p> | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| <p>9.1 a 9.5 - Aguardando manifestação do TCU, a respeito do pleito efetivado pelo Diretor-Presidente da CBTU.</p> <p>9.6 a 9.8.3 - Face os esclarecimentos da GESAL/DT, a CBTU considera a recomendação atendida.</p> <p>9.9 - Tendo em vista a manifestação da GESAL/DT, a CBTU considera a recomendação atendida.</p> | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-----------------|---|-----------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 029 | TC-7.790/2009-1 | 3414/2010 – TCU PLENÁRIO 16/12/2010 | 9.1 e 9.2 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata de Levantamento de Auditoria, no âmbito do FISCOBRAS 2009, nas Obras de Trens Urbanos de Fortaleza, realizado pela SECEX/CE na Companhia Cearense de Trens Metropolitanos – METROFOR, por força do Acórdão 345/2009 – Plenário, objetivando fiscalizar as referidas obras. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator em::</p> <p>9.1 - Determinar o apensamento deste processo ao TC 008.122/2006-9;</p> <p>9.2 - Remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, para a adoção das medidas que julgar cabível.</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| - | | | | | - |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| A AUDIT, através do Memo/091-2010/AUDIT, encaminhou ao Diretor-Presidente, para conhecimento, o referido Acórdão, embora as determinações do TCU não cabem manifestação da CBTU. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | | | |
| Sem comentários. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |
| | | | | | |

12.2 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|--------------------|---|-------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 001 | TC – 21.037/2006-1 | 1.309/2010 – TCU 1ª CÂMARA 16/03/2010 | 9.3.4 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Refere-se à Prestação de Contas – Exercício 2005. 9.3.4 - Adote medidas, se ainda não o fez, no sentido de revisar os processos de pensão por acidente ferroviário pendentes, no prazo de 180 dias, a contar da ciência da deliberação. | | | | | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | | | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | | | | | |
| Através da Folha de Despacho Prot. 20022/2010 enviada ao GAB/P (a/c Fernando Durão) foi encaminhado Relatório Gestão da GEPAF e informado pela Gerente Geral de Gestão de Recursos Humanos – GAREH que não é possível cumprir o prazo de 180 (cento e oitenta) dias e a área aponta a conclusão dos trabalhos para dezembro/2012, em razão da análise ser muito complexa. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|-----------------|---|-----------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 002 | TC-7.162/2006-0 | 2601/2010 – TCU PLENÁRIO 29/09/2010 | 9.1 a 9.5 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: | | | | | Código SIORG |

| | |
|--|---------------------|
| CBTU | 372 |
| Descrição da Deliberação: | |
| <p>Trata-se de Embargos de Declaração contra o Acórdão 1.406/2010 – TCU – Plenário, de 12/05/2010.</p> <p>9.1 - Conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los;</p> <p>9.2 - Dar nova redação ao item 9.3.1 do Acórdão 1.046/2010-TCU-Plenário, de forma a determinar à Companhia de Transportes de Salvador - CTS que "adote providências, se já não o fez, de modo a garantir que os projetos "as built" e demais especificações a serem utilizadas pelo Departamento de Engenharia do Exército na elaboração do orçamento das obras do Metrô de Salvador representem fielmente os serviços executados em campo";</p> <p>9.3 - Esclarecer à CTS que essa garantia de fidedignidade dos projetos "as built" e demais especificações, referida no item 9.2, acima, pode ser realizada, ou já ter sido realizada, tanto por engenheiros do Exército quanto por empresa contratada para fiscalização/supervisão das obras do Metrô de Salvador ou por engenheiros da própria CTS, com as inerentes responsabilidades, sendo imprescindível, apenas, que se tenha certeza que os projetos e especificações orçados representem fielmente os serviços já executados;</p> <p>9.4 - Com fulcro no art. 143, inciso V, alínea "e", do RI/TCU, prorrogar o prazo objeto dos itens 9.3.1 do Acórdão 2.873/2008-P e 9.1 do Acórdão 1.046/2010-P, para 29/03/2011, conforme solicitado pela Companhia de Transportes de Salvador - CTS; e,</p> <p>9.5 - Dar ciência desta decisão à Companhia de Transportes de Salvador - CTS e à Companhia Brasileira de Transportes Urbanos – CBTU.</p> | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR - CTS | - |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | |
| <p>Embora as recomendações não caibam manifestação da CBTU, através da CRT/0237-2010/P, de 21/12/2010, foi informado ao Diretor-Presidente da Companhia de Transporte de Salvador que, o Gestor/CBTU, por meio da CRT/075-2010/GESAL/DT, de 14/10/2010, que trata do Acórdão 2.601/2010 – TCU – Plenário, dirigida ao Gestor/CTS, enfatizou a necessidade de atendimento às recomendações do TCU, mas até o momento não obteve nenhuma resposta.</p> <p>Em continuidade ao acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU, concernentes as Obras e Serviços de Implantação do Metrô de Salvador, relativamente ao Acórdão 2.601/2010 – TCU – Plenário, solicitou informar as providências já adotadas por essa Companhia.</p> <p>Vale ressaltar que, a GESAL/DT, através da CRT/101-2010/DT, reiterou junto à CTS, a solicitação contida na CRT/075-2010, de 18/10/2010.</p> <p>Em que pese as recomendações para este acórdão não tenham sido dirigidas à cbtu, cabe registrar que a companhia, como ente co-gestora do empreendimento, solicitou da CTS atendimento as determinações do TCU, o que até a presente data ainda não ocorreu.</p> | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|-----------|------|------|---|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 003 | TC-7.520./2010-7 | AUDIÊNCIA | - | DE | OF: 559-2010/ TCU/SECOB-2 18/08/2010 |

| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: | Código SIORG |
|--|---------------------|
| CBTU | 372 |
| Descrição da Deliberação: | |
| <p>Trata-se de audiência para apresentação de justificativas pela não inclusão no SIASG dos Contratos nº 014-98 e 011/2010.</p> <p>Consoante despacho proferido pelo Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro RAIMUNDO CARREIRO, exarado nos autos do Processo nº TC 007.520/2010-7, comunico que, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 250, inciso IV do Regimento Interno, foi determinada a audiência de Vossa Senhoria, na qualidade de Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, encaminhar a este Tribunal suas razões de justificativa em virtude de não terem sido incluídos no SIASG os contratos 014/98 e 011/2010 firmados para construção do metrô de Fortaleza e financiados com recursos do Convênio 011/2005, assinado entre a CBTU e o Metrofor, o que poderia afrontar o artigo 19 da Lei 12017/2010, conforme apontado no achado "Ausência de cadastramento de contrato no SIASG".</p> <p>2. Ressalto que a rejeição das razões de justificativa pelo Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa prevista no art. 58 da Lei nº 8443/92 c/c o art. 268 do Regimento Interno do TCU.</p> <p>3. Informo que no caso de não-atendimento desta audiência, no prazo ora fixado, V. Sª. será considerado revel pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 8.443/92.</p> <p>4. Em respeito ao princípio da ampla defesa, o Tribunal, por meio desta Secretaria, coloca-se a disposição para prestar esclarecimentos e/ou para conceder vista e cópia dos autos, caso requeridos.</p> <p>5. Como subsídio às alegações de defesa, encaminho cópia do referido Despacho, bem como do Relatório de Fiscalização.</p> <p>6. Esclareço que a resposta de Vossa Senhoria poderá ser encaminhada por telegrama, fac-símile ou meio eletrônico, desde que haja posterior remessa do original, no prazo de até cinco dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de serem considerados como não praticados todos os atos processuais fundamentados nas peças não substituídas (art. 9º, inciso III, da Resolução -TCU nº 170/2004).</p> <p>7. Por fim, solicito a devolução imediata da 2ª via deste ofício, com o "ciente" de Vossa Senhoria.</p> | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | |
| <p>Através da CRT/0168/2010-P, de 31/08/2010, o Diretor-Presidente da CBTU, informou ao Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU o que segue:</p> <p>Em atenção ao Ofício nº 559/2010-TCU-SECOB-2, de 18/08/2010 e do Relatório de Fiscalização nº 228/2010, que apontam a falta de cadastramento no SIASG dos contratos 014/98 e 011/2010 firmados pelo METROFOR para a construção do Metrô de Fortaleza e financiados com recursos do Convênio nº 011/2005, o que poderia afrontar o artigo 19 da Lei nº 12.017/2010. Sobre esse assunto ressaltamos que não se trata de descumprimento, pois desde 2004 a CBTU vem tentando fazer o cadastramento determinado por esse Tribunal, porém o "modulo" do Sistema ainda não foi concluído, como pode ser verificado pelas correspondências anexas: CRT/064/DEFIC/DA, de 17/11/2004; CRT/009/DEFIC/DA, de 14/03/2005; CRT/365-2005/SUAFI/DA, de 29/05/2005; CRT/601/SUAFI/DA, de 25/10/2005; CRT/420/SUAFI/DA, de 15/03/2006; CRT/441/SUAFI/DA, de 06/07/2006; CRT/989/SUAFI/DA, de 26/12/2006; CRT/204/SUAFI/DA, de 20/03/2007; CRT/619/SUAFI/DA, de 15/08/2007; CRT/802/SUAFI/DA, de 17/10/2007; e CRT/073/GAFIN/DA, de 25/08/2010.</p> <p>Face aos esclarecimentos, em resposta ao contido no Ofício nº 559/2010/SECOB-2, a CBTU está ultimando o registro de todos os contratos referentes aos convênios firmados, que já estão cadastrados no sistema, para então concluir todas as informações concernentes aos referidos contratos.</p> | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|------------------|---|-----------|------|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 004 | TC-23.627/2007-5 | 2132/2010 – TCU PLENÁRIO 25/08/2010 | 9.1 a 9.5 | DE | OFÍCIO: 7362/2010/AECI/GMMCIDADE S 09/09/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Refere-se a terceirização de mão-de-obra na Administração Pública Federal Indireta.</p> <p>9.1 - Com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, c/c art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, que:</p> <p>9.1.1 - Expeça orientação formal às empresas estatais a fim de que:</p> <p>9.1.1.1 - No prazo de 6 (seis) meses, efetuem levantamento no intuito de identificar e regulamentar, em todos os níveis de negócio, mediante análise criteriosa de suas rotinas e procedimentos, as atividades passíveis terceirização, de modo a separá-las de acordo com sua natureza (v.g. conservação, limpeza, segurança, informática, assessoramento, consultoria, e outras), em consonância com as disposições do Decreto nº 2.271/1997 e da Súmula TST nº 331;</p> <p>9.1.1.2 - No prazo de 2 (dois) meses, contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, confrontem os objetos de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados em andamento com as atividades identificadas a partir do levantamento acima, e identifiquem o número de trabalhadores terceirizados que se enquadrem em alguma das seguintes situações irregulares: ocupação de atividades inerentes às categorias funcionais previstas no plano de cargos da empresa; exercício de atividade-meio e presença de relação de subordinação direta e pessoalidade; e exercício de atividade-fim; e</p> <p>9.1.1.3 - No prazo de 4 (meses), contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, remetam ao DEST plano detalhado para substituição, num prazo de 5 (cinco) anos, de todos os trabalhadores que se enquadrem nas situações relatadas no subitem acima por empregados concursados, em atenção ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, o qual deverá contemplar cronograma informativo sobre o número e o percentual de substituições previstas em cada ano;</p> <p>9.1.2 - Consolide os planos apresentados pelas empresas estatais em decorrência da medida indicada no subitem 9.1.1.3 retro e encaminhe o resultado desse trabalho a este Tribunal, para apreciação, à semelhança do ocorrido no Acórdão nº 1.520/2006-Plenário - relativo à terceirização no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional;</p> <p>9.2 - Remeter cópia do relatório de auditoria do BNDES à 5ª Secex, para que o examine em conjunto e confronto com as próximas contas do Banco, bem como avalie a conveniência e oportunidade de promover audiências dos gestores em razão da irregularidade concernente ao provimento de funções de confiança a agentes estranhos aos quadros da estatal, sem vínculo com órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, em desacordo com o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, e com os itens 3.1.2 e 3.1.4 do Regulamento Geral de Pessoal do Plano Estratégico de Cargos e Salários - PECS;</p> <p>9.3 - Determinar a Controladoria Geral da União, em atenção ao art. 74, incisos II e IV, da Constituição Federal, que faça constar das prestações de contas anuais das empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias e controladas, observações sobre o cumprimento do cronograma para substituição de trabalhadores terceirizados por servidores concursados a que se refere o subitem 9.1.3 retro;</p> <p>9.4 - Com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU, determinar à Segecex que adote as</p> | | | | | |

| | |
|---|---------------------|
| medidas necessárias ao monitoramento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.1; | |
| 9.5 - Dar ciência deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; aos Ministros de Estado; ao Procurador-Geral da República; ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; ao Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST; e ao Controlador-Geral da União. | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | |
| Através do Memo/069-2010/AUDIT, de 02/09/2010, referido Acórdão foi encaminhado ao Diretor-Presidente da Companhia, para conhecimento. Em 19/11/2010, através da Resolução do Diretor-Presidente nº 0592-2010, foi constituído Grupo de Trabalho, objetivando atender ao disposto no Acórdão 2132/2010-TCU-Plenário no Ofício Circular nº 703/DEST-MP, de 24/09/2009, a fim de identificar e regulamentar, mediante análise criteriosa de suas rotinas e procedimentos, as atividades passíveis de terceirização, de modo a segregá-las de acordo com a natureza, em consonância com as disposições do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Súmula 331 do Tribunal Superior de Trabalho. Foi fixado o prazo de 30 dias para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório. Face às providências adotadas pela Companhia, as recomendações emanadas pelo TCU estão sendo atendidas, de acordo com o trabalho que está sendo executado pelo Grupo de Trabalho constituído pela RPR nº 0593-2010, de 25/11/2010, cujo término previsto dos trabalhos era 25/12/2010, tendo o mesmo sido prorrogado até 31/01/2011, conforme Resolução do Diretor-Presidente nº 0632-2010, de 27/12/2010. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|------------------|---|------|------|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 005 | TC-13.725/2010-6 | 2406/2010 – TCU PLENÁRIO 15/09/2010 | 9.3 | DE | OFÍCIO: 7811/2010/AECI/GMM/MCIDADE S 28/09/2010 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Trata-se de solicitação da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal – CSISF, mediante a qual requer a esta Corte de Contas que solicite à CBTU esclarecimentos quanto a sua decisão de, no âmbito do processo Administrativo MCIDADES nº 80000.029656/2007-28, rescindir o Contrato nº 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo ad quem previsto no 8º Termo Aditivo da avença. 9.3 - Determinar a autuação de processo de Representação, com fulcro no inciso VI do artigo 237 do | | | | | |

| | |
|--|---------------------|
| Regimento Interno do TCU, a fim de apurar as seguintes questões: | |
| 9.3.1 - A existência e a adequação de eventuais providências adotadas pela CBTU para a retirada dos trens unidades elétricos pendentes de modernização, objeto do Contrato nº 031-88/DT, das instalações da empresa T ^{Trans} ; | |
| 9.3.2 - A regularidade do passivo financeiro reconhecido pela CBTU perante as empresas Cobrasma e T ^{Trans} , por meio do Termo de Alteração nº 6 ao Contrato nº 31-88/DT, assim como da aplicação de índices de reajustes previstos no termo aditivo; | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | |
| <p>Através do Ofício nº 7811/2010/AECI/GM/MCIDADES, foi encaminhado ao Diretor-Presidente da CBTU, o respectivo Acórdão, para providências consideradas cabíveis, a respeito dos itens 9.3.1 e 9.3.2 deste Acórdão.</p> <p>Em 7/12/2010, o GAB/P, através da Folha de Despacho Prot. 15894/2010 encaminhou o referido Ofício ao DT, para conhecimento e atendimento ao contido no Ofício referenciado.</p> <p>O Diretor Técnico, através da Resolução nº 011-2010, de 27/12/2010, considerando a necessidade de apurar as questões lançadas nos itens 9.3.1 e 9.3.2 do referido Acórdão, em relação ao Contrato nº 031-88/DT, constituiu Grupo de Trabalho para:</p> <p>Com base nas informações e apurações constantes do processo MCIDADES nº 80.000.02965/2007-28, bem como as conclusões dos Grupos de Trabalho constituídos pelas RDT's nºs 004-2007 e 008-2008, apurar se as providências adotadas pela CBTU em relação a retirada dos TUE's, objetos do Contrato nº 031-88/DT, das instalações da empresa T^{TRANS} são satisfatórias ou se há outras a serem adotadas;</p> <p>A partir das conclusões dos GT's RDT's nºs 004-2007 e 008-2008, promover levantamentos dos aditamentos e pagamentos realizados no Contrato nº 031-88/DT, confrontando com os serviços efetivamente executados, apurando a diferença existente, aplicando as normas da Companhia quanto a juros e correção monetária, no que não conflitar com eventual cláusula contratual que regule a matéria;</p> <p>Apurar se o passivo financeiro reconhecido pela CBTU perante as empresas Cobrasma e T^{Trans}, no TA nº 06 ao Contrato nº 031-88/DT, assim como da aplicação de índices de reajuste no termo aditivo, foi regular;</p> <p>Cabe registrar que, foi fixado o prazo de 15 dias para a conclusão dos trabalhos.</p> <p>Face às providências adotadas pela Diretoria Técnica, a regularização da situação encontra-se em andamento, tendo em vista o prazo fixado de 15 dias para a conclusão dos trabalhos do GT, constituído pela RDT nº 011-2010, de 27/12/2010.</p> | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|-----------------|---|-------------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 006 | TC-7.523/2010-6 | 2681/2010 – TCU PLENÁRIO 06/10/2010 | 9.1.2 a 9.3 | DE | - |

| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: | Código SIORG |
|---|---------------------|
| CBTU | 372 |
| Descrição da Deliberação: | |
| <p>Trata do Relatório de Levantamento de Auditoria sobre a implantação do trecho Lapa-Pirajá, do Metrô de Salvador.</p> <p>9.1.2 - Em relação aos contratos 01/2007 (SA-18), SA-05/2004 e 09/2007 (SA-17), analise se as substituições de pessoal técnico se deram por técnicos de mesma qualificação, ou qualificação compatível com aquela estabelecida no contrato original (cláusula 4.5 dos referidos contratos), adotando providências imediatas no sentido de corrigir eventuais distorções e/ou de evitar pagamentos indevidos, em caso negativo, e providenciando a devida formalização das alterações, em qualquer caso;</p> <p>9.1.3 - Adote providências imediatas no sentido de que sejam celebrados os contratos de seguro de risco estabelecidos na cláusula 3.5 dos contratos SA-05/2004, 01/2007 (SA-18) e 09/2007 (SA-17);</p> <p>9.1.4 - Publique no Diário Oficial da União os termos aditivos aos contratos custeados com recursos federais do Convênio 06/2007 firmados com os Consórcios Sondotécnica/Geohidro, Ductor/Ineco/Tifsa e com a Empresa Engevix Engenharia SA, devendo ser encaminhadas as cópias das respectivas publicações ao Tribunal no prazo de quinze dias;</p> <p>9.2 - Com fundamento no art. 01 da Portaria - Segecex 9, de 31 de março de 2010, alertar à Companhia de Transportes de Salvador - CTS que:</p> <p>9.2.1 - O orçamento para contratação dos serviços do Pátio Auxiliar de Manutenção - PAM contém alguns itens com preços unitários que não estão de acordo com o art. 112, caput, da Lei 12017/2009 (LDO 2010), além de outros cujos quantitativos não atenderiam ao art. 7, § 4º, da Lei 8.666/93;</p> <p>9.2.2 - O projeto básico para contratação da solução de engenharia para o trecho sobre solos moles está em desconformidade com o art. 12, inciso III, da Lei 8.666/93;</p> <p>9.2.3 - O orçamento para contratação da solução de engenharia para o trecho sobre solos moles contém itens cujos quantitativos não correspondem à previsão real do projeto;</p> <p>9.2.4 - Os estudos dos serviços de engenharia necessários à execução da via metroviária no trecho onde foi constatada a presença de solo mole (KM 6+140 A 6+600) junto ao Consórcio Metrosal não estão de acordo com o art. 65, inciso I, letra "b", da Lei 8.666/93;</p> <p>9.2.5 - Na licitação que tem por objeto Supervisão de Obras Civas, Sistemas Fixos, Apoio à Gestão Ambiental e a Desapropriação para o Metrô de Salvador, existem quantitativos (quantitativo de profissionais, de veículos, e de impressoras, e fator multiplicador K1 e K2), que restaram sem memória de cálculo ou justificativa, o que está em desacordo como art. 7, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93;</p> <p>9.2.6 - O escopo do Convênio 10-008-00, firmado entre a empresa municipal e o Comando do Exército-DEC para orçamentação da obra do metrô de Salvador, não contempla todos os elementos listados no Acórdão 2.873/2008, item 9.3.2, entre os quais:</p> <p>9.2.6.1.I - Separação dos orçamentos entre Tramo I e Tramo II;</p> <p>9.2.6.2.II - Separação dos orçamentos entre os itens já executados e a executar;</p> <p>9.2.6.3.III - Indicação de quantitativos correspondentes "ao efetivamente executado na obra" ou a uma "projeção realista das necessidades da obra a executar";</p> <p>9.2.6.4.IV - Indicação dos preços unitários dos itens executados referidos às datas-base dos contratos.</p> <p>9.2.7 - A falta numeração e rubrica em todas as páginas dos processos administrativos representa descumprimento do art. 22, § 4º, da Lei 9784/1999;</p> <p>9.3 - Com fundamento no art. 01 da Portaria - Segecex 9, de 31 de março de 2010, alertar à Companhia Brasileira de Transportes Urbanos - CBTU que:</p> <p>9.3.1 - Entidades do Sisg podem cadastrar contratos no Siasg através de módulo próprio, independentemente de o módulo de cadastramento de convênios no Siconv não estar pronto.</p> | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | |
| 9.1.2 a 9.2.7 - Através da CRT/0205-2010/P, de 21/10/2010, foi solicitado ao Diretor do Departamento de | |

| |
|---|
| Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à adesão, ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG para entidades não SISG e o acesso a Subsistemas de Gestão de Convênios – SINCONV, a fim de que sejam incluídas as informações referentes aos convênios celebrados por esta Companhia. |
| Face ao contido na Folha de Despacho Prot. Nº 21684/2010, a CBTU está ultimando o registro de todos os contratos referentes aos convênios firmados, que já estão cadastrados no sistema, para então concluir todas as informações concernentes aos referidos contratos. |
| 9.3 - Em 18/10/2010, a CBTU encaminhou a Carta nº 076-2010/GESAL/DT, que ficou sem resposta. Em 28/12/2010, a CBTU encaminhou a Carta nº 101-2010/GESAL/DT solicitando no item 2 o posicionamento da mesma quanto ao atendimento das determinações do TCU, não havendo resposta até 06/01/2011. Tendo em vista os esclarecimentos da GESAL/DT, a CBTU considera a situação não atendida. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-----------------|--|-------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 007 | TC-7.077/2010-6 | 7.273 – TCU 2ª CÂMARA 15/12/2010 | 1.4.4 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Trata de monitoramento da CBTU e TRENSURB, relativo ao inventário de todos os bens cadastrados no SPIUnet. Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, na linha dos pronunciamentos emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar o processo a seguir relacionado, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos. 1.4.4 - À CBTU e à TRENSURB que façam inventário completo e individualizado de todos os bens imóveis ainda não cadastrados no SPIUnet, adotando as providências legais e/ou administrativas cabíveis para sua regularização jurídica, de acordo com as características próprias de cada bem e de forma que eles se tornem aptos a serem cadastrados no SPIUnet. Ato contínuo, procedam os devidos cadastramentos dos imóveis no SPIUnet, na medida em que sua situação jurídica for sendo regularizada, informando a este Tribunal, nos próximos relatórios de gestão, as medidas que estão sendo adotadas; | | | | | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | | | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | | | | | |
| Em 15/12/2010, através do Memo/090-2010/AUDIT, o Chefe da AUDIT encaminhou cópia do referido Acórdão para o Diretor-Presidente, para conhecimento e determinação, quanto ao item 1.4.4 através do | | | | | |

| |
|--|
| <p>Memo/0066-2010/P-Circular de 16/12/2010, foi determinado à DA de início, de imediato, que coordene as ações necessárias ao estrito cumprimento do Acórdão..</p> <p>Em despacho no Memo/0066-2010/P – Circular, o Adjunto da Diretoria de Administração e Finanças, determinou a GASER/DA, conhecer a determinação do Diretor-Presidente e estabelecer rotinas visando o cumprimento imediato do Acórdão, apresentando proposta a Diretoria de Administração e Finanças.</p> <p>A GASER, solicitou da GEPAT/GASER/DA atender ao solicitado pelo Adjunto da DA.</p> <p>Não obstante a determinação do Diretor-Presidente para que a DA desse início, de imediato, as ações necessárias para cumprimento do Acórdão, a regularização da situação encontra-se em andamento, pois, a GEPAT/GASER/DA, vem alegando dificuldades para registrar os imóveis no SPIUnet, em razão das implicações relacionadas à separação patrimonial com a RFFSA, além da falhas apresentadas no sistema SPIUnet. Tais informações foram transmitidas aos representantes do TCU, em reunião realizada em 25/5/2010, em Brasília, para tratar da questão.</p> <p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</p> <p>-</p> |
|--|

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|-----------------|--|------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | | | 372 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 008 | TC-3.896/2009-2 | 3.404/2010 – TCU PLENÁRIO 16/12/2010 | 9.1 | DE | - |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: | | | | | Código SIORG |
| CBTU | | | | | 372 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Trata de monitoramento do Acórdão 2873/2008 – TCU – Plenário.</p> <p>9.1 - Determinar a CTS que:</p> <p>9.1.1 - Adote providências no sentido de manter atualizados os valores das garantias contratuais oferecidas pelo Consórcio Metrosal (art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93), tanto as relativa à execução quanto à relativa ao adiantamento, e informe a esta Corte, no prazo de 30 dias, os termos em que efetivada a atualização;</p> <p>9.1.2 - Apresente informe detalhado a este Tribunal, no prazo de 90 dias, sobre o estágio de atualização/obsolescência dos equipamentos/sistemas a serem fornecidos/instalados no Metrô de Salvador.</p> | | | | | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | | | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR – CTS | | | | | - |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | | | | | |
| <p>A AUDIT, através do Memo/091-2010/AUDIT, encaminhou para o Diretor-Presidente, para conhecimento, o referido Acórdão.</p> <p>Através da CRT/0237-2010/P, de 21/12/2010, foi solicitada ao Diretor-Presidente da CTS, atenção para as determinações do TCU àquela Companhia, contidas nos itens 9.1.1 e 9.1.2 do respectivo Acórdão, solicitando ainda que, a mesma, informe a CBTU quanto ao atendimento das determinações do Tribunal, no prazo estabelecido.</p> <p>Por intermédio da CRT/101-2010/GESAL/DT, de 28/12/2010, encaminhada a CTS, foi solicitado no item 4 o posicionamento da mesma quanto ao atendimento das recomendações do TCU, não havendo resposta até a presente data.</p> | | | | | |

| |
|---|
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| |

12.3 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|--|--|---|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 001 | RELATÓRIO DE AÇÃO DE CONTROLE: 00190.017686/2007-62 | 2.1.1.1.1 a 2.1.1.1.3 2.1.1.2.1 a 2.1.1.2.9 | OFÍCIO: 010601/2009/AECI/GM/QMCIDA DES 22/12/2009 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Trata-se do Relatório nº 00190.017686/2007-62, de 29/05/2010, encaminhado a AECI do MCIDADES através do Ofício nº 39415/2009/SE/CGU-PR, de 03/12/2009, a respeito da ação de controle solicitada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de verificar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais na CBTU/STU-NAT/RN, registrando as seguintes situações:</p> <p>2.1.1.1.1 - Inconsistência na definição do objeto - CV 025/02-GELIC/STU-NAT/CBTU, de 20/07/02.</p> <p>2.1.1.1.2 - Contratação de locação de mão-de-obra utilizando-se de planilha orçamentária que define serviços de manutenção corretiva e preventiva na via permanente (DL 005/CBTU/STU-NAT/02, de 01/02/02)</p> <p>2.1.1.1.3 - Uso indevido de Dispensa de Licitação (DL 005/CBTU/STU-NAT/02, de 01/02/02) para contratação de serviços de manutenção para via permanente.</p> <p>2.1.1.2.1 - Utilização inadequada de modalidade de licitação (CV 020/04-GELIC/STU-NAT/CBTU, de 20/12/04);</p> <p>2.1.1.2.2 - Permuta de parte do objeto da contratação sem a devida formalização legal (CTR 019/04; CV 020/04); Valor mensal do contrato definido em função de custo de pessoal, caracterizando locação de mão-de-obra e não serviço de engenharia;</p> <p>2.1.1.2.3 - Instalações da contratada inadequadas com o volume e natureza dos diversos tipos de serviços prestados à CBTU/STU-NAT;</p> <p>2.1.1.2.4 - Verificação de possíveis problemas na Reforma da Estação Padre João Maria;</p> <p>2.1.1.2.5 - Contratação de pessoal para exercício de cargo de confiança;</p> <p>2.1.1.2.6 - Insuficiência de documentação necessária para se avaliar a existência de indicação às empresas prestadoras de serviços de mão-de-obra à CBTU, dos profissionais a serem contratados;</p> <p>2.1.1.2.7 - Vínculos mantidos entre empresas que as tornam Impróprias para disputarem os mesmos certames licitatórios;</p> <p>2.1.1.2.8 - Parentesco entre o proprietário da empresa TURBOTEC e o membro da Administração da STU-MAC;</p> <p>2.1.1.2.9 - Apuração de Sindicância, Tomada de Contas Especial e Inquérito Disciplinar.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | Código SIORG |
| SUPERINTENDÊNCIA DE NATAL | | | 75469 |
| Síntese da providência adotada: | | | |

Em 19/01/2010, considerando o Relatório de Ação de Controle nº 00190.017686/2007-62, o Superintendente de Trens Urbanos de Natal determinou à GEACO, GEOPR e GEMAN, através dos Memos: 021, 022 e 023/STU-NAT, o que segue:

1. Proceder à estreita observância à Legislação que rege as Licitações, e às especificações dos serviços a serem licitados, com os elementos necessários e suficientes, e o nível de precisão adequado para caracterização do objeto.

(Item 2.1.1.1.1 Inconsistência na definição do objeto - CV 025/02-GELIC/STU-NAT/CBTU);

2. Não realizar contratação de serviços de locação de mão-de-obra com base em planilha orçamentária de serviços de engenharia. *(Item 2.1.1.1.2, Contratação de locação de mão-de-obra utilizando-se de planilha orçamentária que define serviços de manutenção corretiva e preventiva na via permanente - DL 005/CBTU/STU-NAT/02);*

3. Não efetuar prorrogações contratuais que elevem o valor da contratação além do limite da modalidade que deu origem à contratação *(Item 2.1.1.2.1 Utilização inadequada de modalidade de licitação - CV 020/04-GELIC/STU-NAT/CBTU);*

4. Não realizar qualquer alteração do objeto contratado sem a devida formalização legal.

(Item 2.1.1.2.2 Permuta de parte do objeto da contratação sem a devida formalização legal - CTR 019/04 - CV 020/04).

Determinou à Comissão Permanente de Licitações, através do Memo/026/STU-NAT, de 19/01/2010, que:

1. Proceder à estreita observância à Legislação que rege as Licitações e às especificações dos serviços a serem licitados, com os elementos necessários e suficientes e o nível de precisão adequado para caracterização do objeto.

(Item 2.1.1.1.1 Inconsistência na definição do objeto - CV025/02-GELIC/STU-NAT/CBTU);

2. Não realizar, contratação de serviços de locação de mão-de-obra com base em planilha orçamentária de serviços de engenharia. *(Item 2.1.1.1.2, Contratação de locação de mão-de-obra utilizando-se de planilha orçamentária que define serviços de manutenção corretiva e preventiva na via permanente - DL 005/CBTU/STU-NAT/02);*

3. Executar procedimentos de aferição de compatibilidade das instalações de contratadas, em consonância com o volume e natureza dos diversos tipos de serviços prestados à CBTU/STU-NAT.

(Item 2.1.1.2.3 Instalações da contratada inadequadas com o volume e natureza dos diversos tipos de serviços prestados à CBTU/STU-NAT);

4. Observar a existência de vínculos familiares entre empresas concorrentes aos mesmos certames licitatórios.

(Item 2.1.1.2.7 Vínculos mantidos entre empresas as tornam impróprias para disputarem os mesmos certames licitatórios);

5. Observar a existência de vínculos familiares entre empresas concorrentes e empregados da CBTU/STU-NAT.

(Item 2.1.1.2.8 Parentesco entre o proprietário da empresa TURBOTEC e o membro da Administração da STU-MAC).

Determinou à GEJUR, através do Memo/024/STU-NAT/10, de 19/01/2010, que:

1 - Proceder à estreita observância à Legislação que rege as Licitações, e às especificações dos serviços a serem licitados, com os elementos necessários e suficientes, e o nível de precisão adequado para caracterização do objeto.

(Item 2.1.1.1.1 Inconsistência na definição do objeto - CV 025/02-GELIC/STUNAT/CBTU);

2 - Não realizar contratação de serviços de locação de mão-de-obra com base em planilha orçamentária de serviços de engenharia. *(Item 2.1.1.1.2 Contratação de locação de mão-de-obra utilizando-se de planilha orçamentária que define serviços de manutenção corretiva e preventiva na via permanente - DL005/CBTU/STU-NAT/02);*

3 - Abster-se de realizar Dispensa de Licitação com fundamentação insuficiente para respaldar contratação emergencial.

(Item 2.1.1.1.3 Uso indevido de Dispensa de Licitação - DL 005/CBTU/STU-NAT/02 para contratação de serviços de manutenção para via permanente);

4 - Não efetuar prorrogações contratuais que elevem o valor da contratação além do limite da modalidade que deu origem à contratação.

(Item 2.1.1.2.1 Utilização inadequada de modalidade de licitação - CV 020/04-GELIC/STU-NAT/CBTU);

5 - Não realizar qualquer alteração do objeto contratado sem a devida formalização legal.

(Item 2.1.1.2.2 Permuta de parte do objeto da contratação sem a devida formalização legal CTR 019/04 -

| |
|---|
| <p>CV 020/04);</p> <p>6 - Observar a existência de vínculos familiares. Entre empresas concorrentes aos mesmos certames licitatórios.</p> <p>(Item 2.1.1.2.7 Vínculos mantidos entre empresas as tornam impróprias para disputarem os mesmos certames licitatórios);</p> <p>7 - Observar a existência de vínculos familiares entre empresas concorrentes e empregados da CBTU/STU-NAT.</p> <p>(Item 2.1.1.2.8 Parentesco entre o proprietário da empresa TURBOTEC e o membro da Administração da STU-MAC).</p> <p>Determinou à GELIC, através do Memo/024/STU-NAT/10, de 19/01/2010, que:</p> <p>1. Proceder à estreita observância à Legislação que rege as Licitações, e às especificações dos serviços a serem licitados, com os elementos necessários e suficientes, e o nível de precisão adequado para caracterização do objeto.</p> <p>(Item 2.1.1.1.1, Inconsistência na definição do objeto – CV 025/02-GELIC/STU-NAT/CBTU);</p> <p>2. Não realizar contratação de serviços de locação de mão-de-obra com base em planilha orçamentária de serviços de engenharia.</p> <p>(Item 2.1.1.1.2, Contratação de locação de mão-de-obra utilizando-se de planilha orçamentária que define serviços de manutenção corretiva e preventiva na via permanente - DL 005/CB TU/STU-NAT/02);</p> <p>3. Abster-se de realizar Dispensa de Licitação com fundamentação insuficiente para respaldar contratação emergencial.</p> <p>(Item 2.1.1.1.3 Uso indevido de Dispensa de Licitação - DL 005/CBTU/STU-NAT/02 para contratação de serviços de manutenção para via permanente);</p> <p>4. Não efetuar prorrogações contratuais que elevem o valor da contratação além do limite da modalidade que deu origem à contratação.</p> <p>(Item 2.1.1.2.1 Utilização inadequada de modalidade de licitação - CV 020/04-GELIC/STU-NAT/CBTU);</p> <p>5. Não realizar qualquer alteração do objeto contratado sem a devida formalização legal.</p> <p>(Item 2.1.1.2.2-Permuta de parte do objeto da contratação sem a devida formalização legal -CTR 019/04 – CV 020/04);</p> <p>6. Executar procedimentos de aferição de compatibilidade das instalações de contratadas, em consonância com o volume e natureza dos diversos tipos de serviços prestados à CBTU/STU-NAT.</p> <p>(Item 2.1.1.2.3 Instalações da contratada inadequadas com o volume e natureza dos diversos tipos de serviços prestados à CBTU/STU-NAT);</p> <p>7. Observar a existência de vínculos familiares entre empresas concorrentes aos mesmos certames licitatórios.</p> <p>(Item 2.1.1.2.7 Vínculos mantidos entre empresas as tornam impróprias para disputarem os mesmos certames licitatórios);</p> <p>8. Observar a existência de vínculos familiares entre empresas concorrentes e empregados da CBTU/STU-NAT.</p> <p>(Item 2.1.1.2.8 Parentesco entre o proprietário da empresa TURBOTEC e o membro da Administração da STU-MAC)</p> <p>O Superintendente da STU-NAT esclareceu através da CRT/0143/STU-NAT/10, de 7/5/2010, encaminhada ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Controladoria Geral da União que os pontos citados no Relatório de Ação de Controle foram objeto de análise pelo Tribunal de Contas da União, resultando no Acórdão 1768/2006-Plenário, tendo o referido Acórdão acolhido, parcialmente, as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, culminando em determinações, que já foram devidamente cumpridas/implementadas por esta Unidade Administrativa.</p> |
| Síntese dos resultados obtidos: |
| Face às determinações do Superintendente de -Natal às áreas da Unidade Administrativa, contidas nos documentos enviados aos respectivos órgãos, a CBTU considera atendidas as recomendações emanadas no Relatório de Ação de Controle. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| - |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|---|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 002 | RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 01302-CGU | - | OFÍCIO: 1292/AECI/GM/MCID ADES 26/02/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Citado Ofício encaminha o Relatório de Fiscalização nº 01302-CGU, de 04/05/2009, referente aos trabalhos oriundos da fiscalização realizada na implantação do Metrô de Brasília, trecho Taguatinga – Ceilândia, onde detectou-se a existência de sobrepreço na planilha do plano de trabalho do convênio, com prejuízo estimado em R\$11.728.433,78. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | | | |
| <p>Considerando que a CBTU adotou as providências de sua responsabilidade e solicitou ao Metrô DF a devolução do valor de R\$6.895.019,73 (seis milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, dezenove reais e setenta e três centavos), aliado ao fato de que o Tribunal de Contas da União ainda não concluiu a fiscalização das obras e serviços de implantação do Metrô DF, nem instaurou o processo de Tomada de Contas Especial, a exemplo do ocorrido nas obras de implantação do Metrô de Salvador, onde foi instaurada a Tomada de Contas Especial por meio do Processo TC 002.588/2009-0.</p> <p>Considerando ainda, os fatos narrados, solicitou da CGU, orientação quanto à base legal para a instauração do processo de Tomada de Contas Especial, a fim de que tal iniciativa não seja desqualificada judicialmente pelo Metrô DF, tendo em vista que o valor a ser devolvido foi apurado pela Controladoria Geral da União.</p> <p>Em 10/12/2010, esta AUDIT solicitou do Assessor da Presidência (Antonio Gonçalves), informações quanto a solicitação da CBTU efetivada à CGU, através da CRT/0207-2010/P, de 4/11/2010, nos sendo informado que até a presente data, a CGU não havia se manifesta sobre a solicitação da CBTU.</p> | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | |
| No que coube à CBTU adotar providências junto ao METRÔ-DF, quanto ao recomendado pela CGU, a CBTU considera a recomendação atendida. | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | |
| - | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|--|------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 003 | RELATÓRIO: Nº 225028 AUDITORIA DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2008 | - | OFÍCIO: 6766-2010/CGU- R/RN/CGU-PR 09/03/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Referido Ofício solicita apresentação de manifestação, referente às recomendações constantes do Relatório nº 225028 – Auditoria de Gestão 2008, realizada na Superintendência de Trens Urbanos de Natal:</p> <p><u>Recomendação: 001</u> Recomenda-se à CBTU que: Promova junto às empresas citadas o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.</p> <p>b) Efetue repactuação contratual de forma a eliminar o repasse indevido dos impostos IRPJ e CSLL.</p> <p><u>Recomendação: 002</u> Que o Gestor apresente as providências adotadas no sentido de que, doravante, seja exigido dos licitantes o detalhamento da composição dos custos unitários dos serviços e do BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como acompanhe a implementação..</p> <p><u>Recomendação: 003</u> Recomenda-se que a CBTU proceda, antes de qualquer renovação de contratos de serviços continuados, a comprovação da vantajosidade dos preços a serem pactuados, com pesquisa de mercado e em empresas que prestam serviços à administração pública, mas que não estejam ligadas entre si.</p> <p><u>Recomendação: 004</u> Recomendamos que a CBTU somente realize pregões na forma presencial quando, justificadamente, não for possível realizar o procedimento na forma eletrônica.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | Código SIORG |
| SUPERINTENDÊNCIA DE NATAL | | | 75469 |
| Síntese da providência adotada: | | | |
| <p>Em atendimento à solicitação de manifestação sobre as providências adotadas para o saneamento das constatações verificadas no Relatório de Auditoria nº 225028, o Superintendente da STU/NATAL, através da CRT/080-10/STU-NAT, de 10/03/2010, enviada ao Chefe da CGU – Regional/RN, informou o que segue:</p> <p><u>Resposta Recomendação: 001</u> Em todos os contratos que previam os impostos IRPJ e CSLL em suas planilhas de custos procedeu-se, em seus aditamentos, a devida redução dos valores incluídos em suas planilhas a título de CSLL e IRPJ, bem como observando-se a devida vantajosidade dos preços pactuados.</p> <p><u>Resposta Recomendação: 002</u> Foram procedidas as devidas orientações à CPL e à Gerência de Licitação para que fosse exigido de todos os licitantes, planilha de composição analítica do BDI, o que foi devidamente implementado após aquela recomendação.</p> <p><u>Resposta Recomendação: 003</u></p> | | | |

| |
|--|
| <p>Procedida orientação à Gerência Jurídica para estreita observância da comprovação da vantajosidade dos preços em casos de solicitação de repactuação, conforme recomendado pela Auditoria em questão, tendo sido aperfeiçoada tal análise pela área citada, com recomendação aos gestores de contratos para encaminhamento de solicitações de repactuações somente após realizada a devida pesquisa de mercado.</p> <p>Resposta Recomendação: 004</p> <p>Foi realizado o cadastramento no sistema de licitações do Banco do Brasil, tendo sido implementada a utilização de Pregão Eletrônico logo após a recomendação da Auditoria.</p> |
| Síntese dos resultados obtidos: |
| Tendo em vista as manifestações do Superintendente de Natal, quanto às providências adotadas para o saneamento das constatações verificadas pela CGU, a CBTU considera as recomendações atendidas. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| - |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|--|------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 004 | <p>NOTA TÉCNICA: Nº 786/2010/CGU-R/RN-PR REVISÃO DO PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE OS 225028</p> | 001 a 004 | <p>OFÍCIO: 11052/2010/CGU-R/RN/CGU-PR 09/04/2010</p> |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Trata esta Nota Técnica, de manifestação da Controladoria Geral da União referente à Revisão do Plano de Providências Permanente.</p> <p>CONSTATAÇÃO 001</p> <p><u>Recomendação 001</u></p> <p>Recomenda-se à CBTU que:</p> <p>Promova junto às Empresas citadas o ressarcimento dos valores pagos indevidamente;</p> <p>Efetue repactuação contratual de forma a eliminar o repasse indevido dos impostos IRPJ e CSLL, bem como observando-se a devida vantajosidade dos preços pactuados.</p> <p><u>Recomendação 002</u></p> <p>Recomenda-se a CBTU/STU/NAT que, doravante exclua dos seus orçamentos parcelas relativas ao IRPJ e à CSLL, bem como oriente as licitantes, em seus editais, que tais tributos não deverão ser incluídos no BDI/LDI.</p> <p>CONSTATAÇÃO 002</p> <p><u>Recomendação 001:</u></p> <p>Que o gestor apresente as providências adotadas no sentido de que, doravante, seja exigido dos licitantes o detalhamento da composição dos custos unitários dos serviços e do BDI e dos</p> | | | |

| <p>respectivos percentuais praticados, bem como acompanhe a implementação.</p> <p>CONSTATAÇÃO 003</p> <p><u>Recomendação 001:</u></p> <p>Recomenda-se que a CBTU proceda, antes de qualquer renovação de contratos de serviços continuados, a comprovação da vantajosidade dos preços a serem pactuados, com pesquisa de mercado e em empresas que prestam serviços a Administração Pública, mas que não estejam ligadas entre si.</p> <p>CONSTATAÇÃO 004</p> <p><u>Recomendação 001:</u></p> <p>Que a CBTU somente realize pregões na forma presencial quando, justificadamente, não for possível realizar o procedimento na forma eletrônica.</p> | |
|--|--------------|
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| SUPERINTENDÊNCIA DE NATAL | 75469 |
| Síntese da providência adotada: | |
| <p>CONSTATAÇÃO 001</p> <p>Em todos os contratos que previam os impostos IRPJ e CSLL em suas planilhas de custos procedeu-se, em seus aditamentos, a devida redução dos valores incluídos em suas planilhas a título de CSLL e IRPJ, bem como observando-se a devida vantajosidade dos preços pactuados.</p> <p>CONSTATAÇÃO 002</p> <p>Foram precedidas as devidas orientações à CPL e à Coordenação de Licitações para que fosse exigido de todos os licitantes planilha de composição analítica do BDI, o que foi devidamente implementado após aquela recomendação.</p> <p>CONSTATAÇÃO 003</p> <p>Procedida orientação à Coordenação Jurídica para estreita observância da comprovação da vantajosidade dos preços em casos de solicitação de repactuação, conforme recomendado pela Auditoria em questão, tendo sido aperfeiçoada tal análise pela área citada, com recomendação aos gestores de contratos para encaminhamento de solicitações de repactuações somente após realizada a devida pesquisa de mercado.</p> <p>CONSTATAÇÃO 004</p> <p>Foi realizado o cadastramento no sistema de Licitações do Banco do Brasil, tendo sido implementada a utilização de Pregão Eletrônico logo após a recomendação da Auditoria.</p> | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Face às providências adotadas pela CBTU, em relação às recomendações da CGU, constantes da respectiva Nota Técnica, a CBTU considera as mesmas atendidas. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| - | |

| Unidade Jurisdicionada | |
|--|--------------|
| Denominação completa: | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | 372 |
| Recomendações do OCI | |

| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
|---|--|------------|--|
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 005 | NOTA TÉCNICA: Nº 803/DIURB/SFC/CGU-PR VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DE VLT NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ | - | OFÍCIO: 11281/DIURB/DI/SFC/CGU-PR 12/04/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Imediata reavaliação do projeto de recuperação e modernização do sistema de trens urbanos de Maceió, em face de sua inviabilidade, considerando, inclusive a possibilidade de outra solução com a elaboração de novo projeto de transporte, contemplando o atendimento por sistema de ônibus face às pequenas demandas, atuais e futuras, prevendo em conjunto com as prefeituras e o governo de Alagoas, aporte de recursos federais para adequação do sistema viário e financiamento dos veículos necessários, com operação do sistema mediante concessão a empresa do ramo.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | Código SIORG |
| SUPERINTENDÊNCIA DE MACEIÓ | | | 75468 |
| Síntese da providência adotada: | | | |
| <p>Através da CRT/0072-2010/P, de 06/05/2010, foi encaminhada resposta à referida Nota Técnica, elaborada pela Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing e pela Diretoria Técnica, contendo a seguinte manifestação quanto o recomendado pela CGU:</p> <p>Em 12 de abril do corrente a CGU - Controladoria Geral da União - enviou à CBTU a Nota Técnica de nº 803/DIURB/SFC/CGU-PR, através do Ofício 11.281/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, que contempla manifestação sobre a viabilidade técnica e econômico-financeira da implantação do VLT do Sistema de Trens Urbanos de Maceió da CBTU.</p> <p>Essa NT compreende uma análise de do documento encaminhado em setembro de 2009 pela CBTU ao Tribunal de Contas da União – TCU, com o título de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira do VLT para Maceió.</p> <p>Nossa avaliação à referida NT é que a mesma deixou de considerar aspectos técnicos essenciais para uma perfeita elaboração da análise pretendida pela CGU, fato que acabou determinando o teor encontrado no citado documento e no encaminhamento da seguinte recomendação à Secretaria de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, com cópia para a Casa Civil da Presidência da República.</p> <p>Para a CBTU, tal conclusão, além de ter desconsiderado fundamentos técnicos exigidos para uma análise da natureza da contida no documento da CGU, deixou igualmente de observar que, na fase em que se encontra o projeto, o mesmo, no decorrer do ano de 2009, já passou por exaustivas discussões técnicas no Ministério das Cidades, na Casa Civil e no Tribunal de Contas da União, com as devidas autorizações para a elaboração das etapas sucessivas de sua execução.</p> <p>O contrato para elaboração do Projeto Básico de Engenharia já está em execução desde novembro de 2009, com término previsto para maio de 2010. e contrato para a fabricação dos VLTs está em andamento, desde dezembro de 2009, com a entrega do primeiro VLT estimada para agosto de 2010.</p> <p>A primeira licitação para compra de veículos do tipo VLT Diesel realizada pela CBTU ocorreu no ano de 2008, para a aquisição de 7 composições para o trecho Cajueiro Seco - Cabo, na região metropolitana de Recife, operado pela CBTU, através da Superintendência de Trens Urbanos de Recife (STU-REC).</p> <p>Esses VLTs irão substituir as atuais locomotivas diesel e carros de passageiros, sendo que esse investimento está sendo complementado com a recuperação da via permanente e estações, com vistas a uma melhoria das condições da oferta, mais conforto e segurança aos usuários do sistema.</p> <p>Todo o processo de licitação sofreu auditoria do Tribunal de Contas da União, culminando com a publicação do Acórdão 1772/2009, o qual teve como relator o ministro Benjamin Zymler. Cumpre ressaltar que em seu voto, o ministro acata todas as justificativas e procedimentos da CBTU no processo licitatório e, em função desse modelo de VLT poder ser adotado em outros sistemas operados pela CBTU,</p> | | | |

particularmente os das capitais do nordeste, de acordo com programas apresentados ao Ministério das Cidades, faz recomendações quanto à apresentação de estudos de viabilidade econômico - financeira para aquisição desse material rodante.

Destacamos essa recomendação contida na página 48 de 52 do relatório do ministro:

Ainda no item final do Acórdão o ministro determina à CBTU que:

“9.1.3.quando dos procedimentos de implantação de novos sistemas de transporte por meio de veículos leves sobre trilhos - VLTs, realize, encaminhando cópia a esta Corte, previamente estudo da viabilidade técnica e econômico-financeira do empreendimento, abrangendo hipótese - que abranja veículos mais compatíveis com o mercado internacional.”

Para submeter esses programas de melhoria do transporte ferroviário ofertado nessas capitais do Nordeste do Brasil ao Ministério das Cidades e Casa Civil da Presidência da República, a CBTU sempre apresentou estudo de viabilidade econômico-financeira no sentido de demonstrar que, com esses empreendimentos, seria possível captar mais usuários para os nossos sistemas e, assim, diminuir o aparte de subsídios da União para cobrir os custos de operação e manutenção.

A partir da determinação do TCU (Acórdão 17721/2009), a CBTU passou a incorporar nesses estudos de viabilidade uma avaliação comparativa entre implantar sistemas de VLTs com tração diesel e bitola métrica, com VLTs de tração elétrica e bitola de 1,435 m, de grande predominância na comunidade Européia. Esses estudos seriam sempre previamente enviados ao TCU como uma etapa do processo licitatório.

No processo de compra dos VLTs para aplicação no sistema de Maceió, foi, então, cumprida a determinação do TCU comparação entre a recuperação do Sistema Diesel versus a implantação de Eletrificação. Esse assim como para Natal e João Pessoa, apesar de tecnologicamente compatível com similares europeus, tem características específicas que permitem uma melhor adequação à infraestrutura existente no Brasil, quais sejam: vias urbanas, em bitola métrica, oriundas de linhas de carga operadas em regime de concessão por trens em tração diesel, não eletrificadas. Ressalta-se ainda que cerca de 84% do trecho ferroviário brasileiro é em bitola métrica.

Outra premissa adotada, além da tecnologia atual, alta confiabilidade, conforto e segurança, foi que o VL T operasse com facilidades de inserção no tráfego urbano, dado que as recuperações a serem realizadas nesses sistemas previam, em etapas futuras, a entrada em regiões de maior adensamento populacional dessas três capitais, podendo então proporcionar melhor integração do modal ferroviário com o restante do sistema de transporte dessas cidades.

Síntese dos resultados obtidos:

Face aos esclarecimentos da Diretoria Técnica e de Planejamento, Expansão e Marketing, a CBTU considera respondida a recomendação da CGU, cabendo registrar que, a CGU não aceitou as respostas da CBTU, conforme Ofício nº 27615/DIURB/DI/SFC/CGU-PE, de 20/08/2010.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

-

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|---|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 006 | NOTA TÉCNICA: Nº 1659/DIURB/SFC/CGU-PR VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DE VLT NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ – CONTESTAÇÕES E JUSTIFICATIVAS | - | OFÍCIO: 27615/DIURB/DI/SFC/CGU-PR 20/08/2010 |

| Órgão/entidade objeto da recomendação: | Código SIORG |
|--|---------------------|
| CBTU | 372 |
| Descrição da Recomendação: | |
| Análises das justificativas e contestações apresentadas na CRT/0072-2010/P, quanto aos apontamentos da Nota Técnica nº 803/DIURB/DI/SFC/CGU-RJ, que tratou da implantação do VLT diesel no Sistema de Trens Urbanos da CBTU em Maceió, cabendo registrar que a CGU não aceitou os argumentos apresentados pela CBTU. | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| SUPERINTENDÊNCIA DE MACEIÓ | 75468 |
| Síntese da providência adotada: | |
| <p>Em resposta a supracitada Nota Técnica, a CBTU através da CRT/0221-2010/P, de 14/12/2010, encaminhada ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, enviou Nota Técnica elaborada pela CBTU, sobre as questões suscitadas na Nota Técnica nº 803/DIURB/DI/SFC/CGU-RJ, esclarecendo o que segue:</p> <p>A CBTU, empresa vinculada ao Ministério das Cidades, desde 2003, atua no contexto do Programa de Governo 1295 - Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros tendo como foco as seguintes orientações estratégicas do Ministério das Cidades:</p> <p>200 - formular e implementar a política, o sistema nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais do Ministério das Cidades, de forma integrada, com participação da sociedade e entes federados, de acordo com o Estatuto da Cidade;</p> <p>365 - promover a capacitação institucional, democratizar o acesso à informação para o planejamento e gestão urbana e incentivar a implementação do Estatuto da Cidade; e</p> <p>186 - promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transporte públicos e gestão urbana. Seus objetivos estratégicos, externados através de suas macroações e atividades finalísticas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - implantar, recuperar e modernizar sistemas de trens urbanos; - manter e operar os sistemas de trens urbanos sob sua administração, até que os mesmos sejam transferidos para os governos locais, e - fomentar os sistemas de transporte urbano de passageiros sobre trilhos, no contexto da implantação das políticas da mobilidade e desenvolvimento urbano do governo federal. Para promover a descentralização dos sistemas de trens urbanos, o governo federal assumiu o compromisso de eliminar a degradação de alguns sistemas e complementar outros, ainda em fase de expansão e/ou melhoria. <p>Do conjunto de nove sistemas de trens urbanos operados pela CBTU, quatro deles - São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador - foram descentralizados, conforme disposições da Lei Nº 8.693, 03/08/1993. Os sistemas de trens urbanos de Recife, de Belo Horizonte, de Maceió, de João Pessoa e de Natal continuam a ser operados pela CBTU.</p> <p>Em Recife, a CBTU vem modernizando ampliando o metrô, tendo concluído a construção de uma nova linha (Linha Sul), e vem executando as obras de duplicação do trecho Cajueiro Seco - Cabo, onde circulará o VLT. A propósito deste assunto o primeiro VLT que circulará em Recife tem previsão de entrega em janeiro de 2011.</p> <p>Como agente do governo federal na área de transporte de passageiros sobre trilhos, a CBTU participa e apóia, por meio de convênios, a execução do projeto básico referente à transformação do corredor de transporte de passageiros norte-sul de Curitiba, onde, atualmente, circulam os ônibus bi-articulados, em um sistema de metrô.</p> <p>A CBTU participa da implantação dos metrô de Fortaleza e Salvador, e de importantes projetos de transporte metroferroviários como a Linha Taguatinga-Ceilandia do Metrô do Distrito Federal, a Linha</p> | |

Verde, do metrô de São Paulo, do projeto de implantação de um sistema sobre trilhos em Sobral, no Estado do Ceará, e da execução do projeto de engenharia de um sistema semelhante que deverá ligar São Bernardo do Campo a São Paulo, sendo esses projetos com emprego de veículos leves sobre trilhos.

Como se pode observar a CBTU não executa nenhum projeto que não esteja de acordo com as políticas e programas do governo federal nas áreas de mobilidade, transporte de passageiros sobre trilhos e desenvolvimento urbano. A escolha do projeto, e a conseqüente liberação dos recursos financeiros para sua realização é precedida de análise técnica, econômica, financeira e multicriterial quanto à sua pertinência, por parte de diversas entidades e instâncias do: Ministério das Cidades, Ministério de Planejamento e Ministério da Fazenda. No caso de projetos que fazem parte do PAC, também é efetuada uma seleção pela Casa Civil da Presidência da República, como nos casos de Fortaleza, de Salvador, de Recife e de Belo Horizonte.

Em prosseguimento ao Projeto de Descentralização, a CBTU cumprindo o programa do Governo Federal iniciou o projeto de modernização do sistema de Maceió objetivando sua regionalização futura. O projeto envolve a recuperação da linha, a construção de desvios nas estações para permitir a operação simultânea de trens em sentido contrário, a recuperação de algumas estações e a modernização do material rodante com a aquisição de VLTs a diesel/biodiesel. Engloba ainda um conjunto de ações voltadas para a implantação de projetos habitacionais, ao longo da linha férrea, nos vazios urbanos, com o apoio do Ministério das Cidades, de acordo com o Plano Diretor de Maceió e considerando o programa de construção habitacional das autoridades locais em parceria com o Governo Federal.

A partir da determinação do TCU (Acórdão nº 1.772/2009-Plenário), a CSTU passou a incorporar nos estudos de viabilidade uma avaliação comparativa entre implantar sistemas de VLTs com tração diesel/biodiesel e bitola métrica, com VLTs de tração elétrica e bitola de 1,454 m, de grande predominância na comunidade Européia.

Esses estudos seriam sempre previamente enviados ao TCU como uma etapa do processo licitatório.

No processo de compra dos VLTs para o sistema de Maceió foi cumprida a determinação do TCU com a comparação entre a recuperação do sistema diesel biodiesel versus a implantação de Eletrificação.

II- COMENTÁRIOS SOBRE A NOTA TÉCNICA Nº 1659, DE AGOSTO DE 2010 DA CGU

"A Nota Técnica da CGU, baseada no estudo da própria CBTU, concluiu que, na melhor hipótese de tarifa (R\$2,00), o empreendimento deverá causar um prejuízo operacional de R\$294,5 milhões a ser suportado pelo Tesouro Público, ao longo do projeto."

Comentário da CBTU:

Em primeiro lugar, houve engano na apuração do subsídio, uma vez que a CGU soma o subsídio ao longo de 34 anos. O valor correto é R\$275,4 milhões e não R\$294,5 milhões. É importante observar que, caso o projeto não venha a ser realizado, o subsídio ao longo dos mesmos 34 anos seria de R\$461,6 milhões, ou seja, 67,6% maior. A análise da CGU não enfatiza que o subsídio atual é de R\$13,5 milhões/ano a ser reduzido gradativamente ao longo do projeto até se estabilizar em um patamar de R\$5,8 milhões/ano, ou seja, uma redução de 132,7% no subsídio anual. O relatório também não considerou que com uma redução de R\$186,2 milhões (461,6-275,4) nos subsídios muitos projetos poderão ser viabilizados na área de habitação e saneamento ao longo da vida útil do projeto do VL T de Maceió.

No item 2.2 - Características do sistema de trens urbanos de Maceió a CGU em sua Nota Técnica nº 803 de abril/2010 afirmava:

"A via é não eletrificada e não tem vedação de faixa, possui lastro de pedra britada, contaminado na maior parte do trecho, devido à invasão da faixa de domínio por favelas e outros assentamentos irregulares".

Em complementação, a CGU ilustra suas afirmativas com fotos da Feira do Passarinho ou do Rato. A CBTU já havia contestado tal afirmativa uma vez que tal feira já estava sendo removida para outro local pelo governo municipal, fato este que prejudica inclusive a atualidade das fotografias apresentadas pela CGU. Em sua Nota Técnica nº 1659 (atual) a CGU volta ao mesmo tema anexando fotos que mostram

outras invasões e afirma na folha 4: "Esses comportamentos inadequados da população lindeira comprometem a segurança da circulação dos trens, pelo comprometimento da superestrutura ferroviária, sendo causa potencial de graves acidentes com os trens que circulam no trecho."

Comentário da CBTU:

Além das fotos desatualizadas, apresentadas na Nota Técnica anterior, a CGU não levou em conta, na atual Nota Técnica, os investimentos previstos nos estudos de viabilidade econômico-financeira do projeto da CBTU para Maceió, a saber: construção de 10 km de muro de vedação ao longo da via; troca de 49.000 dormentes de madeira por dormentes de concreto, substituição de 16.000m³ de lastro e de 1.606 t. de trilhos TR45, 01 que equivalem a 35.688m de trilhos ou 17.844m de via. Estão previstos investimentos em telecomunicação, sinalização, estações, desapropriações, terraplenagem, drenagem etc. A CBTU tem consciência de que para aumentar a demanda tem que melhorar o sistema atual e que, para isso, não basta trocar o material rodante existente, por isso alocou no seu projeto todos os investimentos necessários para melhoria do sistema como um todo. Em suma, quando se calculou a Taxa Interna de Retorno do projeto, todos estes investimentos foram levados em conta e não somente o custo do material rodante.

A CGU em sua Nota Técnica nº 803' de abril/2010 afirmava que, de acordo com o Plano Diretor de Maceió, a via estava inserida em uma Macrozona com restrições à ocupação e por isso não poderia aumentar a ocupação ou adensar a população. A CBTU demonstra através de mapa do próprio Plano Diretor que a situação é exatamente inversa, uma vez que uma parte da via está inserida na Macrozona de Expansão Urbana e a outra parte na Macrozona Prioritária de Infraestrutura.

A CGU por meio da Nota Técnica nº 1659 apresenta dúvidas sobre o cumprimento do Plano Diretor (folha 6) "Ao citar a Macrozona de Expansão Urbana do Plano Diretor de Maceió, a CBTU entra no terreno das hipóteses do "se e quando" houver ocupação urbana da área "

Comentário da CBTU:

Entendemos que a CGU deixou de considerar uma das principais características do transporte público de massa, que é a de ser indutor de desenvolvimento urbano, desde que o serviço seja prestado com qualidade, e este é exatamente o objetivo da CBTU. Ressaltamos que este projeto está perfeitamente alinhado com o Plano Diretor da cidade de Maceió, uma vez que está inserido na Macrozona de Expansão Urbana e também na Proposta do Sistema Municipal de Mobilidade (ver mapa 4 do Plano Diretor).

Na página 7 da NT nº 1659 a CGU afirma:

"Com o seu projeto, a CBTU está invadindo a competência constitucional das autoridades locais (Estado e Prefeitura),"

Comentário da CBTU:

Não há invasão de competência constitucional, uma vez que na proposta para o Sistema Municipal de Mobilidade constante do Plano Diretor está prevista a parceria com o Governo Federal, o que pode ser observado no artigo 85, inciso I e suas alíneas.

É importante que se observe que, embora a CBTU tenha como meta a descentralização dos seus sistemas de trens urbanos para os Estados e Municípios, não há qualquer restrição a investimentos da União na melhoria desses sistemas. A falta de investimentos do Governo Federal no transporte de passageiros sobre trilhos deixou os sistemas mais antigos profundamente degradados e os mais novos sem conclusão, gerando, conseqüentemente, diminuição da quantidade de passageiros transportados. A constatação dessa realidade levou o Governo Federal a elaborar programa de recuperação dos sistemas degradados, financiados com recursos do BIRD e de Contrapartida da União, como nos casos dos sistemas de trens urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro transferidos em 1994 para os governos locais.

No que se refere aos sistemas de trens urbanos de Fortaleza e de Salvador, transferidos em 2002 e 2005, respectivamente, a União por intermédio da CBTU está financiando a implantação do sistema de metrô nas duas cidades. Nesses casos a responsabilidade de licitar, contratar e administrar o empreendimento são do Estado do Ceará e do Município de Salvador, por intermédio das empresas

por eles criadas para gerir os sistemas de trens urbanos recebidos da CBTU. Os recursos são transferidos por meio de convênios, celebrados sob a égide da IN STN N° 1/97, cabendo a CBTU transferir os recursos e acompanhar sua aplicação.

Estão sendo realizados investimentos nos sistemas de trens urbanos de Belo Horizonte e de Recife, atualmente operados pela CBTU, para posteriormente transferi-los para os governos locais.

Comentário da CBTU

Com relação à afirmativa da CGU, na página 13 da sua Nota Técnica, de que no 5º ano de operação o prejuízo operacional será de R\$20.092.958,00, a CBTU oferece os seguintes esclarecimentos:

- a) não foi considerado pela CGU o período previsto de 4 anos de obras e fornecimento dos VLTs para a implantação do novo sistema;
- b) durante esse período, o sistema ainda estará utilizando locomotivas com algumas restrições de velocidade, uma vez que a via não estará totalmente recuperada;
- c) a operação plena do novo sistema acontecerá no 5º ano do fluxo de caixa e, esse sim, deve ser considerado o primeiro ano de operação do novo sistema; e
- d) no 5º ano de operação do novo sistema, o prejuízo operacional cai para R\$7.893.650,00.

Na página 15 da sua Nota Técnica, a CGU contesta o argumento da CBTU de que o VLT diesel proposto é ecologicamente mais correto do que o modal ônibus, e afirma em síntese que: de acordo com informações da CBTU o consumo de óleo diesel por passageiro transportado é de 0,18 litros e, em seguida, demonstra que o mesmo percurso feito pelo ônibus, considerando o IPK de 1,85 do sistema de ônibus de Maceió, consumiria 0,20 litros/pass., o que seria uma pequena diferença.

A CGU não considerou que o projeto proposto é de um veículo moderno, movido a diesel, que admite a utilização de biocombustível em até 20%, cujo consumo esperado é de 1,01/km, carregado (informação obtida Por simulação do fabricante), correspondente a 0,078 litros/passageiro transportado, bem inferior ao das atuais locomotivas que operam há mais de 50 anos no sistema de trens urbanos de Maceió.

O consumo de 0,078 por passageiro transportado foi apurado considerando somente os passageiros transportados no ano de 2008, ou seja, 1.738.000 com média de 6.100 passageiros/dia útil, e de acordo com o Relatório Anual 2008 da CBTU foram realizadas, em média, 370 viagens por mês, o que nos leva a 12 viagens por dia e para que se faça a mesma correspondência com dias úteis, este número equivaleria a 15 viagens em média por dia útil.

Desta forma, para transportar os 6.100 passageiros em 15 viagens teríamos 407 passageiros por viagem. Considerando os 32 km da viagem ao consumo de 1101/km teríamos o consumo de 32 litros em uma viagem, o que nos leva a 0,078 litros/passageiros no novo veículo.

Na página 7 da Nota Técnica atual, a CGU afirma que: "O mais realista seria adotar-se a tarifa de R\$1,00 para minorar a perda de passageiros e, conforme demonstrado na Nota Técnica original, a esta tarifa o prejuízo operacional a ser suportado pelo erário, representado pelo Valor Presente Líquido - VPL, sobe de R\$294,5 milhões para R\$383,7 milhões."

Comentário da CBTU:

Conforme informado anteriormente, a CBTU vem utilizando a metodologia de cálculo do VPL e da Taxa Interna de Retorno Financeiro preconizada pelos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quando da análise do Projeto Piloto de Investimentos BrasilFMI-2005, que consiste em:

- a) elaborar o demonstrativo de resultado contendo a situação atual (sem projeto) e a situação futura (com projeto);
- b) com base neste demonstrativo, que contém todas as receitas e custos (operação, manutenção e administração), é calculado o resultado líquido (receita-despesa);

c) os resultados líquidos das situações com projeto e sem projeto são levados para o Fluxo de Caixa. No projeto proposto, os dois resultados líquidos são negativos, porém na situação atual o resultado líquido (subsídio) é de R\$13,5 milhões/ano e, com o projeto, o resultado líquido (subsídio) se estabilizará em R\$5,8 milhões/ano;

d) a diferença (7,7 milhões) entre os resultados líquidos das situações sem projeto (13,5 milhões) e com projeto (5,8 milhões) é considerada uma receita, uma vez que corresponde a uma desoneração para União, que poderá aplicar estes R\$7,7 milhões em outros investimentos, como saneamento e habitação e até mesmo transporte.

e) com base no Fluxo de Caixa obtido com a receita proveniente da redução de subsídio e com todos os investimentos previstos no projeto, é calculado o VPL e a TIR.

De acordo com a metodologia acima, preconizada pelo Ministério do Planejamento para projetos públicos, o déficit representado pelo VPL para uma tarifa de R\$2,00 é de R\$94,7 milhões (e não R\$294,5 milhões, como calculado pela CGU) e sobe para R\$194,5 milhões para uma tarifa de R\$1,00 (e não R\$383,7 milhões como calculado pela CGU).

Na página 20 da Nota Técnica atual a CGU afirma: "Os fatos levam a crer que não haverá redução significativa do subsídio por passageiro, seja pelo elevado investimento inicial e pelos gastos maiores com a operação e manutenção do VLT"

Comentário da CBTU:

Conforme demonstrado no projeto, o subsídio passará dos atuais R\$8,6B/pass. para R\$1,21/pass., no caso de se adotar uma tarifa de R\$1,00 e para um subsídio R\$0,45/pass. para uma tarifa de R\$2,00.

Na página 23 da Nota Técnica atual a CGU afirma: "qualquer sistema de transporte público precisa ter viabilidade técnica e financeira para perdurar e se expandir, devendo, ao menos, cobrir seus custos de operação."

Comentário da CBTU:

Tal afirmativa não está em consonância com o praticado mundialmente no setor de transporte sobre trilhos, como pode ser visto no quadro a seguir, que mostra o subsídio em transporte em vários países, inclusive nos países mais desenvolvidos do mundo. Na conclusão de sua Nota Técnica a CGU afirma que a CBTU considera "apenas os gastos adicionais do projeto VLT, o que distorce os resultados significativamente".

Comentário da CBTU

Dissentimos dessa afirmação, uma vez que o procedimento adotado pela CBTU pode ser comprovado pelo Demonstrativo de Resultados apresentado no projeto, que considera todos os custos (operacionais, de manutenção e de administração), cujo resultado apurado é levado para o Fluxo de Caixa para o cálculo dos indicadores financeiros, como o Valor Presente Líquido e a Taxa interna de Retorno.

CONCLUSÃO:

Em prosseguimento ao Projeto de Descentralização dos Sistemas de trens urbanos operados pela CBTU, de que trata a Lei no. 8.693, de 03/08/1993, informamos que a CBTU, segundo orientação do Governo Federal está efetuando os investimentos necessários para complementação e expansão dos sistemas de Belo Horizonte, de Recife e de Maceió com vistas às transferências para os governos locais.

No que se refere aos sistemas de trens urbanos de João Pessoa e Natal há entendimentos com o Governo Federal no sentido de modernizar também o sistema de trens urbanos dessas capitais para posterior transferência aos governos locais, tal qual será feito com o sistema de Recife, Belo Horizonte e Maceió. Salientamos que a CBTU não executa qualquer projeto que não esteja de acordo com as políticas e programas do governo federal.

Por fim, informamos que a solenidade que marcará a entrega do primeiro VLT de Maceió está prevista para o dia 17/12/2010, e contará com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, do Ministro de Estado das Cidades, do Excelentíssimo Governador do Estado de Alagoas e demais autoridades

| |
|--|
| convidadas para o evento. Nessa oportunidade, informamos também, que e o primeiro VL T que circulará na Linha Cajueiro Seco - Cabo de Santo Agostinho, do sistema de Recife, será entregue em janeiro de 2011. |
| Síntese dos resultados obtidos: |
| Face aos esclarecimentos da Diretoria Técnica e de Planejamento, Expansão e Marketing, a CBTU considera respondida a recomendação da CGU, cabendo registrar que, a CGU não aceitou as respostas da CBTU, conforme Ofício nº 27615/DIURB/DI/SFC/CGU-PE, de 20/8/2010. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| - |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|-----------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 007 | ENCAMINHA NOTA TÉCNICA Nº801/DIURB/SFC/CGU-PR COM A ANÁLISE DAS OBRAS DE REMODELAÇÃO DA LINHA OESTE E DE IMPLANTAÇÃO DAS LINHAS SUL DO METRÔ DE FORTALEZA | 10.1.1 a 10.1.3 | Ofício: 11380/DIURB/DI/SFC/CGU-PR 13/04/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>10.1.1 – Quanto à Linha Oeste – João Felipe à Caucaia:</p> <p>1º - Destaque recursos para a contratação da elaboração dos projetos executivos de engenharia para implantação da linha metroviária em via dupla eletrificada e com sinalização automática padrão ATCO (Automatic Train Controll Operation). Os projetos executivos deverão conter além do detalhamento dos diversos componentes do sistema metroviário, para anilhas orçamentárias detalhadas contendo todos os serviços necessários à perfeita implantação da Linha Oeste. O projetista deverá fornecer a relação de materiais e equipamentos (RME); com as respectivas quantidades a serem adquiridas, tais como: escadas rolantes, elevadores, aparelhos de ar condicionados, materiais de superestrutura ferroviária (lastro, dormentes e fixações, trilhos e acessórios, AMV's e etc.), materiais para sistemas fixos (transformadores, retificadores, sinais, caixas, cabeamento, antenas, pórticos de rede aérea, etc.). A RME subsidiará as licitações para aquisição em separado destes itens, que serão fornecidos pelo METROFOR.ao contratado para implantação da Linha Oeste.</p> <p>2º - Providencie a reavaliação da linha de crédito do BIRD, de forma a que o saldo de e 73,6 milhões (Euros), cerca de R\$180 milhões seja aplicado na eliminação de todas as passagens de nível, com a construção de viadutos rodoviários e na duplicação da via existente, de forma a aumentar substancialmente a capacidade de vazão da Unha Oeste. Com a via duplica da e sem as perigosas passagens de nível, os novos VLTs poderão trafegar em segurança e com headways reduzidos nos horários de pico, aumentando a oferta à população.</p> <p>10.1.2 – Quanto à Linha Sul – João Felipe à Vila das Flores:</p> <p>1º - Diligencie junto ao METROFOR para que seja repactuado o Contrato nº 014/METROFOR/98 adotando-se doravante, os preços referenciais da CGU nas 82 composições em que foi detectado o sobrepreço de R\$16.302.219,16, a preços de novembro de 1997, na contrafação.</p> <p>2º Apure, junto a METROFOR, o prejuízo efetivo causado pelo sobrepreço na contratação nas 82 composições já citadas. O prejuízo efetivo de cada composição será obtido cotejando-se os boletins de medição e os pagamentos reajustados com as composições referenciais, sendo que estas deverão ter os insumos obtidos na tabela SINAPI, SICRO ou outra fonte oficial do mesmo mês de pagamento.</p> | | | |

3º - Atue junto ao METROFOR para que seja priorizada a implantação do trecho Parangaba - Vila das Flores de modo a antecipar a operação comercial do metrô.

Atue junto ao METROFOR para solucionar a questão do fornecimento dos trens pela ALSTOM, caso contrário, faça a rescisão do contrato e providencie nova licitação para aquisição dos doze trens unidade elétrica.

10.1.3 – Quanto à análise de novos projetos de implantação/remodelação de linhas metro-ferroviárias financiados total ou parcialmente, com recursos da União:

1º - Não aceite licitação a partir de projetos básicos. A experiência tem mostrado que isto é lesivo ao interesse público. Só admita licitação com os projetos executivos de engenharia.

2º - Exija a apresentação de projetos executivos de engenharia, com o detalhamento necessário à perfeita execução da obra.

3º - Exija a apresentação de planilhas orçamentárias detalhadas com todos os serviços da obra, respectivas quantidades e custos compatíveis com os referenciais oficiais de preços de insumos.

4º - Constitua formalmente Comissão Técnica mediante Resolução do Diretor-Presidente da CBTU, composta por engenheiros ferroviários de comprovada experiência em projetos e/ou implantação metroviária, encarregada da análise dos estudos de viabilidade dos projetos executivos de engenharia. A Comissão deverá emitir parecer conclusivo sobre o projeto. O parecer da Comissão deverá ser objeto de anotação de responsabilidade técnica – ART junto ao CREA. O parecer da Comissão deverá ser apreciado pelo Conselho de Administração da CBTU, que dará a decisão final sobre o financiamento da obra proposta.

5º - Exija a separação, em licitações distintas, do fornecimento de materiais de superestrutura ferroviária, sistemas fixos, de equipamentos para estações tais como: elevadores e escadas rolantes, sistemas de ventilação de túneis, etc., da prestação de serviços de engenharia. Caso opte por licitação única, separe as taxas de BDI para serviços de engenharia daquelas de fornecimento de materiais/ equipamentos que fica limitada ao BDI máximo de 10%.

6º - Não aceite variação de quantitativos superior a + 5% entre o projeto executivo e o projeto "As-Bui/t". Variações superiores a 5% deverão ser objeto de repactuação do convênio, ficando o ônus do excesso à conta do ente conveniente (Estado ou Município).

7º - Os aditivos de natureza quantitativa devem ser evitados e quando aceitos, devem ser justificáveis à luz do interesse público. Em nenhuma hipótese, podem superar os 25% do valor original contratado.

8º - Os aditivos de natureza qualitativa, custeados por recursos da União, ficam limitados às hipóteses da ocorrência de fatos supervenientes tais como mudanças tecnológicas e de "fato do príncipe". A alteração de projeto por conveniência local ou, a correção de eventuais erros de projeto, ficará por conta do ente conveniente (Estado ou Município), não devendo se permitir o uso de recursos da União para o seu custeio.

9º - Exija que o plano de execução da obra (plano de ataque), contemple sua implantação de forma modular ou gradativa, de modo que se antecipe a operação ferroviária comercial, ainda que de forma parcial, beneficiando a população-alvo.

Providências Adotadas

| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
|---|---------------------|
| COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTE METROPOLITANO - METROFOR | - |

Síntese da providência adotada:

10.1.1 - Através da CRT/0088-2010/P, de 25/5/2010, encaminhada ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União, esclareceu que, o projeto inicialmente concebido pela CBTU e a METROFOR tinha como escopo a implantação da Linha Oeste em via dupla, eletrificada, com sinalização automática e com aquisição de oito novos trens elétricos. O Governo Federal havia aprovado para esse projeto um empréstimo externo junto ao Banco Mundial, conforme carta COFIEIX de 14/12/2000. O valor do projeto era de US\$ 176,2 milhões, sendo US\$ 85 milhões de empréstimo externo e US\$ 91,2 milhões de contrapartida do Governo Federal.

Esse projeto foi aprovado pelo BIRO, em 06/11/2001, dando origem ao "Project Appraisal Document", elaborado por aquela instituição internacional. Depois de realizada a negociação do empréstimo, os documentos "Loan Agreement", "Project Agreement" e "State Agreement", foram assinados no dia 01/08/2002. A União decidiu tomar o empréstimo em euros, de forma que o valor equivalente a US\$ 85 milhões correspondeu a 898,6 milhões, pois, naquela oportunidade, a cotação do dólar era superior à do euro.

Ficou estabelecido no Acordo de Empréstimo, como condição de eficácia, a transferência do sistema de trens urbanos de Fortaleza, da União/CBTU, para o Estado do Ceará/METROFOR, conforme Seção 6.01 (a) do citado Acordo.

A mencionada transferência ocorreu no dia 28/06/2002, antes mesmo da assinatura do Acordo de Empréstimo, de forma que no dia da assinatura a condição de eficácia já estava cumprida.

Para o exercício de 2002, a CBTU solicitou na proposta orçamentária o valor de R\$54 milhões para a implantação da Linha Oeste eletrificada, e foi aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA, apenas o valor de R\$7 milhões.

Após a assinatura do Acordo de Empréstimo iniciaram-se os procedimentos para a realização das licitações para a contratação das obras e serviços. No entanto, naquele exercício não foi liberado nenhum recurso orçamentário, ficando o orçamento integralmente contingenciado, o que impediu o prosseguimento dos processos licitatórios.

Em 2003, a CBTU solicitou R\$140 milhões, sendo aprovado apenas R\$8 milhões, também totalmente contingenciado. Em 2004, a CBTU solicitou R\$125,7 milhões e, em 2005, a CBTU solicitou R\$137 milhões. Nesses exercícios não se obteve nenhum recurso orçamentário para o projeto da Linha Oeste.

A União, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e o Estado do Ceará, no exercício de 2005, negociaram, sem a participação da CBTU, a redução de escopo do projeto original, transformando o projeto de implantação de um sistema eletrificado para a Linha Oeste, em simples recuperação do sistema existente, reduzindo o valor dos recursos alocados para R\$70 milhões. Tal redução deu origem a novo Convênio União, Estado do Ceará, CBTU e a METROFOR, que recebeu na CBTU o nº 011-2005/P, celebrado em 25/11/2005. A CBTU só tomou conhecimento da redução quando recebeu o Convênio, já assinado por todos os signatários, faltando apenas a assinatura do Diretor-Presidente da Companhia. Em consequência dessa decisão o financiamento junto ao BIRD foi reduzido para 825 milhões, que somados à taxa inicial ("front-end fee"), já desembolsada, o valor total do empréstimo passou para R\$825.986 milhões.

Portanto, a posição defendida pela CBTU para a Linha Oeste do Metrô de Fortaleza, desde a negociação do Acordo de Empréstimo com Banco Mundial foi a execução de um sistema eletrificado, em via dupla, com sinalização automática e sistema moderno de telecomunicações, além da aquisição de oito novos trens elétricos, semelhante ao projeto em execução para a Linha Sul daquele Metrô.

Atualmente, somente a reativação da linha de crédito junto ao BIRD, não é suficiente para recompor o projeto original da Linha Oeste. A CBTU poderá avaliar o custo para a elaboração do projeto executivo da implantação do sistema eletrificado, o custo para a eliminação das passagens em nível, com a construção de viadutos rodoviários, e o custo para a duplicação da via existente, conforme recomendação da CGU. Ocorre que, a decisão sobre a alocação dos recursos orçamentários e a reativação da linha de crédito junto ao Banco Mundial é exclusiva do Governo Federal, por meio da Casa Civil, por ser projeto incluído no PAC, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Cidades, ao qual a CBTU está vinculada.

Observamos que, caso haja decisão do Governo no sentido de reativar a linha de crédito junto ao BIRD, esta decisão deverá acontecer com a máxima urgência, de forma a permitir a execução das ações necessárias, tais como preparação de documentação e aprovação da COFIEX, dentro do prazo de vigência do Acordo de Empréstimo, que se encerra no dia 30/09/2010.

10.1.2 - Através da CRT/0088-2010/P, de 25/5/2010, encaminhada ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União, esclareceu que, a CBTU vem atuando junto a METROFOR, na gestão do Convênio Operacional nº 007-2005/DT, decorrente do Convênio nº 011-2005/P, cobrando o atendimento daquela Companhia às determinações contidas no Acórdão nº 1444/2006-TCU-Plenário, de 16/08/2006, Acórdão nº 1844/2008-TCU-Plenário, de 28/08/2008, Acórdão nº 3070/2008-TCU-Plenário, de 10/12/2008, Acórdão nº 386/2009-TCU-Plenário, de 11/03/2009 e Acórdão nº 2450/2009-TCU-Plenário, de 23/10/2009.

Nesses Acórdãos o TCU faz referência a 42 itens que foram objeto de análise de sobrepreço apurados pelo TCU em 2006 e último Acórdão, o de nº 2450/2009, em seu item 9.5.1 determina que a METROFOR firme um termo de alteração contratual, com redução de valor dos preços correspondentes aos 42 itens mencionados, em até 15 dias contados da ciência do Acórdão.

No mesmo acórdão, o item 9.5.2 expressa que até que seja assinado o novo termo aditivo, a METROFOR adote como parâmetro de cálculo das próximas faturas os preços de referência adotados pelo TCU, com retenção das diferenças ou substituição por seguro-garantia ou fiança bancária, conforme item 9.1.3 do Acórdão nº 3070/2008.

| |
|--|
| <p>A METROFOR preparou o Termo Aditivo recomendado, porém, até o momento, não foi assinado pelo Consórcio. No entanto, o procedimento de retenção está mantido e é condição fundamental para a liberação de recursos pela CBTU.</p> <p>Portanto, a CBTU vem atuando junto a METROFOR para o cumprimento das recomendações emanadas pelo TCU, que, entre elas, se inclui a retenção do indício de sobrepreço em 42 itens.</p> <p>A apuração, junto ao METROFOR, do prejuízo causado pelo sobrepreço no contrato 014/METROFOR/1998 já foi determinada pelo Acórdão nº 2450/2009-TCU-Plenário, no item 9.6, que instaura tomada de contas especial, via SECOB.</p> <p>A CBTU acompanha a aplicação dos recursos transferidos, porém não tem atuação direta na gestão e planejamento das obras.</p> <p>Desde a assinatura do Convênio Operacional nº 007-2005/DT vimos acompanhando o desenvolvimento do Projeto com base no Plano de Trabalho apresentado pela METROFOR, pelas Prestações de Contas e relatórios mensais, bem como por meio de visitas periódicas às obras.</p> <p>Destacamos que as transferências de recursos só são efetuadas após o cumprimento das etapas parciais contempladas no Plano de Trabalho, conforme Instrução Normativa nº 01/97 da STN.</p> <p>O atual planejamento da METROFOR contempla a priorização da operação assistida no trecho Carlito Benevides (Vila das Flores) até Aracapé, em setembro/2010. Esta meta vem sendo monitorada com registros regulares junto à Casa Civil e ao Ministério das Cidades.</p> <p>Em face das dificuldades identificadas nas áreas referentes a sistemas, temos atuado em parceria com a METROFOR nas negociações com as empresas ALSTOM e SIEMENS visando à busca de soluções para o cumprimento da meta programada.</p> <p>Quanto ao fornecimento de trens, em meados de 2008 a empresa ALSTOM encaminhou correspondência a METROFOR com solicitação de custos adicionais para o fornecimento do Material Rodante, sob alegação que o projeto licitado não mais se enquadra na padronização de sua linha de montagem.</p> <p>Sobre esse assunto a CBTU, por meio da CRT/0270-2008/P, de 26/11/2008, anexa, manifestou sua preocupação quanto ao cumprimento pelo Consórcio das obrigações de responsabilidade da ALSTOM e recomendou que a METROFOR aplicasse as multas e demais penalidades definidas no Contrato nº 014/METROFOR/1998.</p> <p>A fim de aperfeiçoar o acompanhamento das obras de implantação do Metrô de Fortaleza passamos a realizar reuniões periódicas com a Diretoria da METROFOR com lavratura de ata, onde estão relatados todos os procedimentos adotados, inclusive quanto ao cumprimento dos acórdãos do TCU.</p> <p>Por ocasião da reunião realizada em 12/11/2009, a METROFOR informou que abriu processo administrativo para apurar os procedimentos da ALSTOM que resultou na notificação por meio do Ofício nº 780/2009-DPR, mas, até o momento não evidenciamos que a ALSTOM tenha sido efetivamente multada. A METROFOR até o momento não encontrou solução para a situação da ALSTOM no âmbito do Contrato nº 014/METROFOR/1998, e atualmente o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Infraestrutura está negociando a celebração de termo aditivo para transferir os serviços de responsabilidade da ALSTOM para a SIEMENS. Como alternativa, a METROFOR realizou, em 2009, licitação internacional com recursos do Governo do Estado do Ceará provenientes de empréstimo junto ao BNDES, para aquisição de 20 TUEs com três carros. A licitação foi vencida pela empresa italiana Ansaldo Breda, que vem sinalizando o início dos testes com o primeiro TUE em setembro/2010 e a entrada em operação, com a utilização de dois TUEs, em dez/2010.</p> <p>10.1.3 - Através da CRT/0088-2010/P, de 25/5/2010, encaminhada ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle da CGU, esclareceu que a CBTU seguirá, no que couber, as recomendações dessa Auditoria na implantação de novos projetos, conforme as peculiaridades das obras civis dos sistemas fixos e do material rodante.</p> |
| Síntese dos resultados obtidos: |
| Considerando as providências adotadas pela CBTU, como também os esclarecimentos contidos no documento de resposta à referida Nota Técnica, a CBTU considera atendidas as recomendações da CGU. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|--|-----------------|---|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 008 | RELATÓRIO DE AUDITORIA: N ^o 246672 – CGURN RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA | 2.1.1 e 2.1.1.2 | OFÍCIO: 37348/2010/CGU-R/RN/CGU-PR 16/11/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Trata o presente do Relatório preliminar de Auditoria de Gestão – exercício 2009, realizada pela CGU-RN, na Superintendência de Trens Urbanos de Natal, contendo as seguintes recomendações:</p> <p>2.1.1 - Recomendação 001</p> <p>Recomenda-se ao Gestor ultimar providências com vistas à rescisão contratual como medida saneadora da falha identificada na contratação em vigor, sem prejuízo da continuidade operacional e da segurança jurídica da Companhia.</p> <p>2.1.1.2 - Recomendação 001</p> <p>Planeje adequadamente as aquisições de bens de necessidade da Administração da Unidade, tais como os materiais de informática, e abstenha-se de realizar compra direta, por meio de dispensa de licitação, de parcelas de uma mesma compra de maior vulto que poderia ser realizada de uma só vez, conforme previsto a Lei 8.666/93.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | Código SIORG |
| SUPERINTENDÊNCIA DE NATAL | | | 75469 |
| Síntese da providência adotada: | | | |
| <p>2.1.1 - Através da CRT/001-2010 – GESTOR DO CONTRATO 018/2009, informou à empresa contratada – RMS ENGENHARIA LTDA. que, o referido contrato terá seu curso rescindido, a partir de 30/06/2010, por motivo de conveniência administrativa.</p> <p>Cabendo registrar que, foi deflagrada licitação para o mesmo objeto.</p> <p>Em resposta ao Ofício n^o 37348/2010/CGU-R/RN/CGU-PR, o STU-NATAL através da CRT/323-10/STU-NAT, de 18/11/2010, encaminhada a Chefe da CGU – Regional/RN, afirmou que o Contrato n^o 018-09 teve seu término em 31/7/2010, com emissão de Termo de Encerramento, tendo sido realizada nova licitação através da Tomada de Preços n^o 001-2010, que deu origem ao Contrato n^o 004-2010, ora vigente.</p> <p>2.1.1.2 - Conforme informado através do Memo/035/COLIC/2010, de 16/06/2010, as aquisições de suprimento de informática, mediante Processos de Dispensa de Licitação n^{os} 020/2009 e 038/2009, as futuras compras para estes materiais, segundo entendimento resultante de reunião com as áreas envolvidas, serão exclusivas da Coordenação de Planejamento – COPLA, desta Unidade, através de Registro de Preços, de forma a garantir o fornecimento para todo o exercício e excluir a possibilidade de multiplicidade de compras.</p> | | | |
| Síntese dos resultados obtidos: | | | |
| Considerando as providências adotadas pelo Gestor do Contrato e pela Coordenação Operacional de Licitações e Compras da STU/NAT, a CBTU considera a recomendação atendida. | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|---|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 009 | RESTITUIÇÃO DE PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PROCESSO: 00190.033982/2007-19 | - | DESPACHO: DPPCE/DP/SFC/CGU-PR Nº215985/2010 09/07/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Trata o presente Despacho da análise do processo de Tomada de Contas Especial- TCE instaurado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, órgão vinculado ao Ministério das Cidades, em razão de irregularidades levantadas no Relatório de Comissão de Sindicância (ausente no processo) designada pela Resolução nº 088-2005, de 17/8/2005, resultante de inspeção realizada na Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL. As irregularidades foram verificadas na aplicação de recursos do Contrato nº 034/2004/CBTU/STU-MAC (fls. 100-113), celebrado entre a Superintendência de Trens Urbanos de Maceió - STU/MAC e a MCC Manutenção Construção e Comércio Ltda., para execução dos serviços de recomposição de taludes e encostas da via permanente da mencionada Superintendência, e no Pedido de Compra ODC nº 066/GELIC/04, de 30/12/2004.</p> <p>2. O processo de Tomada de Contas Especial foi encaminhado a esta Secretaria Federal de Controle Interno, que emitiu o Despacho DPTCE/DP/SFC/CGU/PR nº 077/2006, por meio do qual restituiu os autos à CBTU e solicitou, entre outras providências, observação aos normativos no que diz respeito à formalização da TCE.</p> <p>3. Após a diligência desta SFC (fls. 20-24), a CBTU procedeu a análise da documentação da TCE, cujos resultados estão consignados no Relatório do Tomador de Contas (fls. 02-09). Concluiu-se pela aprovação das despesas relativas ao Contrato nº 036/2004/CBTU/STU-MAC e ao Contrato nº 039/2004/CBTU/STU-MAC e pela impugnação de despesas referentes ao Contrato nº 034/2004/CBTU/STU-MAC no valor de R\$5.364,27, firmado com a empresa MCC Manutenção Construção e Comércio Ltda. (fls. 115 e 117), e ao Pedido de Compra ODC 066/GELIC/04, no valor de R\$29.068,41.</p> <p>4. No Relatório da Comissão de Tomada de Contas Especial, onde os fatos estão circunstanciados, foi apontada, com relação ao Pedido de Compra ODC 066/GELIC/04, a responsabilidade solidária dos Senhores Adeilson Teixeira Bezerra, Superintendente da STU-MAC, e do José Lúcio Marcelino de Jesus, Gerente de Administração e Finanças, pelo valor original de R\$29.068,41, em razão da não comprovação de sete rolamentos de ponta de eixo. Com relação ao Contrato nº 034/2004/CBTU/STU-MAC, foi apontada a responsabilidade do Senhor Bergson Aurélio de farias, fiscal do Contrato à época da ocorrência dos fatos, do Sr. José Marcelino de Jesus, Gestor do Contrato e da empresa MCC - Manutenção Construção e Comércio Ltda., pelo valor original de R\$5.364,27, em razão da não realização da construção de valetas de proteção de aterro.</p> <p>5. Da análise dos autos, verificamos que o senhor José Lúcio Marcelino de Jesus, após notificado, apresentou defesa. Contudo, não foi localizada nos autos nenhuma documentação à respeito da análise pela equipe técnica da CBTU.</p> <p>6. Verificamos, também, que, apesar de terem sido enviadas notificações ao senhor Adeilson Teixeira Bezerra e à Empresa MCC - Manutenção Construção e Comércio Ltda., aquelas foram devolvidas pelos Correios, por motivo de mudança dos destinatários.</p> <p>7. Desse modo, considerando que existem fatos a serem esclarecidos, e que a presente Tomada de Contas Especial não se encontra, ainda, suficientemente formalizada para ser encaminhada ao TCU, sugerimos o retorno do presente processo à CBTU, para realização das medidas a seguir:</p> <p>Inclusão do Relatório da Comissão de Sindicância, de modo a obter maiores esclarecimentos dos fatos necessários à certificação e ao julgamento das contas;</p> | | | |

Emissão de Parecer sobre a análise das defesas apresentadas, com pronunciamento relativo a cada argumento apresentado;

Emissão de notificação sobre o acolhimento ou não das defesas apresentadas;

Emissão de nova notificação ao senhor Adeilson Teixeira Bezerra e da comprovação, nos autos, de seu recebimento por Aviso de Recebimento (AR) ou qualquer outra forma que assegure a certeza da ciência do interessado, comunicando-lhe os novos entendimentos aplicados à matéria, o motivo da impugnação e o valor do débito apurado na presente TCE, de maneira a garantir-lhe o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa;

Retificação das peças processuais, em consonância com o disposto na IN/TCU nº 56, de 5/12/2007, inclusive quanto à emissão de Demonstrativo de Débito, por meio do Sistema Débito TCU e à adequação da inscrição em conta de responsabilidade, que deverá espelhar o correto valor do débito atualizado e a correta identificação do agente responsabilizado;

Emissão de Relatório Complementar de Tomada de Contas Especial, fazendo constar os esclarecimentos solicitados e a avaliação dos fatos novos tratados no processo, com a manifestação conclusiva quanto à responsabilidade do agente identificado e também em relação às irregularidades e débitos apurados, devidamente demonstrados e fundamentados, ratificando ou retificando os pareceres anteriores, com vistas a subsidiar a certificação e julgamento das contas.

8. No que tange à atualização do débito apurado, o cálculo deve ser realizado utilizando-se o Sistema Débito disponível pelo Tribunal de Contas da União em seu site na internet.

9. Informamos que, em consulta a base de dados da Receita Federal do Brasil, verificamos que o endereço registrado do Senhor Adeilson Teixeira Bezerra é CND Aldebaran Omega QDJ, S.N Lote 01 – CEP 57080-900 – Tabuleiro dos Marti, Maceió- AL

10 – Por oportuno, recomendamos, ainda, que nos casos de processos de Tomada de Contas Especial com situações análogas a esta, sejam observadas as mesmas providências aqui recomendadas, objetivando o aprimoramento da formalização das contas.

11. Satisfeitas as providências recomendadas nos parágrafos anteriores, deverá o processo ser encaminhado a esta Secretaria para análise e posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, para julgamento.

12. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Auditoria de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial, sugerindo o retomo dos autos à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU para a adoção das providências recomendadas.

| Providências Adotadas | |
|--|---------------------|
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| <p>Em 16/8/2010, o Diretor-Presidente através da Resolução nº 0558-2010, constituiu Comissão de Tomada de Contas Especial, objetivando o Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 215985/2010, a necessidade de complementar documentos e informações relativas à Tomada de Contas Especial de que tratam as Resoluções do Diretor-Presidente nºs 0105-2005, de 7/10/2005 e 0081-2007, de 9/8/2007 e tudo mais que consta do Processo – Prot. 18279-2007. Fixou o prazo de 30 dias para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo.</p> <p>Através do Memo/002-TCE-RPR-0558, de 13/9/2010, a Comissão de Tomada de Contas Especial, solicitou prorrogação de prazo estabelecido na RPR nº 0558-2010, objetivando permitir o decurso integral do prazo de 15 dias, instituído nas Notificações expedidas para as partes interessadas, e posterior devolução dos autos à Secretaria Federal de Controle Interno da CGU.</p> <p>Pela Resolução do Diretor-Presidente nº 0569-2010, de 14/9/2010, foi prorrogado por mais 20 dias o prazo estipulado na RPR nº 0558-2010.</p> <p>Em 5 de outubro de 2010, a Comissão de Tomada de Contas Especial, através do Memo/003-2010/TCE, informou ao GAB/P que, atendeu a todas as exigências formuladas pela CGU, constante do Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 215985/2010, de 9/7/2010.</p> <p>Solicitou que o processo administrativo em foco fosse encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, que foi objeto das Diligências realizadas, consoante o disposto no item 11, do despacho mencionado.</p> <p>Através da CRT/0059-2010/GAB, de 6/10/2010, foi encaminhado ao Coordenador Geral de Auditoria de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial, a Tomada de Contas Especial de que tratam as Resoluções do Diretor-Presidente nºs 0081-2007, de 9/8/2007 e 0558-2010, de 16/8/2010.</p> | |

| |
|---|
| Síntese dos resultados obtidos: |
| Face a conclusão dos trabalhos realizados pela Comissão de Tomada de Contas Especial e o devido encaminhamento do processo ao Coordenador Geral de Auditoria de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial, a CBTU considera atendida a recomendação contida no Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 215985/2010, de 9/07/2010. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|----------------------------------|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 010 | RELATÓRIO PRELIMINAR Nº 245990 AUDITORIA ANUAL DE CONTAS EXERCÍCIO 2009 - ADM.CENTRALCBTU | 3.1.2 | OFÍCIO: 28225/2010 26/08/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Referido Ofício trata do encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria Anual de Contas, que contém os registros decorrentes dos levantamentos realizados pela equipe de auditoria da CGU ao longo dos trabalhos de campo conduzidos junto a CBTU/AC.</p> <p>Os elementos consignados neste relatório derivam dos exames realizados e das oportunidades de interlocução com os gestores responsáveis dessa Unidade. A fim de que o relatório final de auditoria possa registrar de forma completa as informações sobre a gestão, solicito a análise da peça ora encaminhada e apresentação, se for o caso, de esclarecimentos adicionais no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento deste expediente.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | | | |
| <p>Através da CRT/0183-2010/P, de 2/9/2010, enviada à Chefe da Controladoria Regional da CGU – RJ, a CBTU esclareceu o que segue:</p> <p>Item 3.1.2 – Convênio de Obras e Serviços</p> <p>Item 3.1.2.2 – Realização de Obras no trecho Taguatinga/Ceilândia do Metrô-DF.</p> <p>Recomendações 001 e 002</p> <p>Providência:</p> <p>A CBTU aguarda manifestação do Metrô-DF, decorrente da solicitação contida na CRT/0143-2010/P, de 29/7/2010 que dispõe sobre a devolução do valor de R\$6.895.019,73 ao erário, atendendo a recomendação da CGU.</p> <p>Item 3.1.2.3 – Projeto de Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT de Maceió.</p> <p>Providência:</p> <p>Com base na Nota Técnica nº 1659/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, de 20/8/2010, encaminhada através do Ofício nº 27615/DIURB/DI SFC/CGU-PR, de 20/8/2010, a Companhia vem através de sua Diretoria Técnica, elaborando relatório com todos os esclarecimentos pertinentes.</p> <p>Item 4.1.1 – Quantitativo de Pessoal</p> <p>Recomendação 001</p> | | | |

| |
|--|
| <p>Providência:</p> <p>A Gerência Técnica de Administração de Recursos Humanos esclareceu que, a divergência assinalada pelo referido relatório consiste em uma diferença na aplicação da metodologia de apuração de quantitativo de pessoal constante no registro do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) e os controles internos de força de trabalho, estabelecidos através da RPR nº 007-2007, de 23 de janeiro de 2007.</p> <p>Quanto ao Relatório de Gestão, consideram-se todos os empregados, inclusive aposentados por invalidez, uma vez que constam do quantitativo de pessoal e existe a possibilidade de reversão dos benefícios pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Todavia, no SIAPE são classificados como inativos para cálculo e quantitativo de folha de pagamento.</p> <p>Quanto ao MEMO 51-2010/GAREH, considera-se a metodologia para cômputo de força de trabalho, estabelecido através da RPR nº 007-2007, de 23 de janeiro de 2007.</p> <p>Desta forma o cálculo do quadro de pessoal apurado do SIAPE considera todo o quantitativo de empregados como ativos, inclusive os afastados e requisitados, exceto os aposentados por invalidez, considerando que a diferença apurada, 32 (trinta e dois) empregados, refere-se ao total de afastamentos em dez/2009, acrescidos dos 2(dois) empregados requisitados.</p> <p>Cabe ainda ressaltar que nas justificativas apresentadas anteriormente deixou-se de explicitar que tratavam-se de metodologias diferenciadas no cômputo de quantitativo de pessoal, levando a informações aparentemente divergentes.</p> |
| Síntese dos resultados obtidos: |
| Face às providências adotadas pela CBTU, embora sobre os itens 3.1.2.2 e 3.1.2.3, encontram-se em andamento as providências para regularização das situações, a CBTU considera atendidos os questionamentos da CGU, constantes do referido relatório. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 011 | INSPEÇÃO CORRECIONAL CBTU-2010 | - | OFÍCIO: 38152/2010/CGU- Regional/RJ/CGU-PR 22/11/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Referido Ofício trata dos trabalhos de campo relativo à Inspeção Correcional CBTU-2010, noticiada por meio do Ofício nº 33.534/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 11 de outubro de 2010, que foram realizados na sede da CBTU, tendo sido iniciados e finalizados nas datas previstas de 09 a 12 de novembro de 2010.</p> <p>Os resultados dos trabalhos de campo realizados a partir da análise da estrutura organizacional e dos processos disciplinares verificados pela equipe indicaram a ocorrência de determinadas situações que demandam a manifestação da CBTU acerca de possíveis justificativas ou esclarecimentos ou ainda a informação sobre possíveis medidas saneadoras já adotadas ou cuja adoção esteja em curso. Tais situações são as seguintes:</p> <p>b) não utilização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), criado pela Portaria nº 1.043, de 24.07.2007;</p> <p>c) não utilização da Instrução Normativa CGU nº 04, de 17.02.2009 que criou o Termo Circunstanciado</p> | | | |

Administrativo - TCA, procedimento simplificado que apura casos de extravio ou dano a bem público, que implica em prejuízo de pequeno valor;

d) inexistência de uma estrutura organizacional que possa dar apoio técnico e/ou jurídico às comissões disciplinares instauradas no âmbito da CBTU;

e) inexistência de procedimento disciplinar a fim de apurar as irregularidades narradas na Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa, em curso na 1ª Vara da Seção Judiciária da Bahia, Justiça Federal. A citada Ação Civil traz no seu rol passivo dois Ex-Diretores-Presidentes dessa empresa além de um assessor que é funcionário dos quadros da CBTU e encontra-se trabalhando nessa empresa até os dias atuais;

f) ausência dos autos do processo identificado pelo Prot 1302/2008 nos autos do processo prot 19.256/2008. Considerando que o Prot 19.256/2008 foi instaurado para apurar irregularidades constantes no Prot 1302/2008, este deveria integrar os autos daquele. Registre-se que a aludida ausência impediu uma análise melhor do processo identificado pelo Prot 19.256/2008 pelo fato de a equipe de inspeção não conseguir entender sequer o objeto em apuração;

g) ausência dos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado a partir das recomendações da comissão de sindicância instaurada pela RPR 348- 2008, de 17/10/2008 (prot 19.256/2008). O Processo Administrativo Disciplinar, caso existente, deveria ser instruído nos mesmos autos da sindicância que o precedeu. A aludida ausência impede que a equipe de inspeção saiba se o referido Processo Administrativo Disciplinar foi de fato instaurado, quais as recomendações da comissão e se houve efetiva punição a algum funcionário. Registre-se apenas a existência de uma "folha de despacho", de lavra do senhor Arrenaldo Bonavita, não havendo identificação de quem seja esse senhor ou qual a sua relação com o processo em tela, mas havendo menção à comissão de sindicância RPR nº 348/2008 (sindicância em apreço) e ao Inquérito Disciplinar RPR nº 363/2008, sugerindo o arquivamento do processo diante da ausência de irregularidade e/ou conduta ilícita. Ou seja, infere-se que essa "folha de despacho" foi produzida no âmbito do Inquérito Disciplinar que sucedeu a sindicância RPR nº 348/2008, sendo impossível afirmar. Ademais, pela leitura do relatório da referida sindicância, configurou-se a materialidade da irregularidade sem contudo definir a autoria. Surpreende o fato de a aludida "folha de despacho" afirmar não haver materialidade. A ausência dos autos do Inquérito Disciplinar RPR nº 363/2008 impediu a análise da razoabilidade dessa conclusão de inexistência de materialidade, ou mesmo se a conclusão da comissão está de acordo com as provas dos autos;

h) nos autos do processo identificado pelo Prot 24.815/2007, que aplicou penalidade de suspensão de 30 dias à funcionária Tatiana de Souza Martins, foram ouvidas três testemunhas sendo que a funcionária em pauta não foi notificada dessas audiências, nem tampouco se fez presente ou representada para exercer sua ampla defesa e contraditório;

i) nos autos do processo identificado pelo Prot 20.430/2008, verificou-se que o processo ficou inconcluso por quase um ano, sem a comissão produzir nenhum ato, não havendo também resoluções prorrogando ou reconduzindo a comissão de Processo Administrativo Disciplinar. Chamou a atenção o relatório final ter data de 19/11/2010, um dia após a equipe de inspeção solicitar informações acerca do processo em questão, o que sugere que o processo estava "esquecido" e inconcluso, sendo produzido tal relatório por conta da solicitação de informação da equipe de inspeção. Urge ainda constatar que o relatório final sugeriu o desligamento do funcionário Germano Fiusa da Silva sem qualquer defesa dele nos autos do processo, afrontando claramente seu direito ao contraditório e ampla defesa. Ademais, a comissão não mais existia na data de lavratura do relatório final, haja vista não constar nos autos resolução prorrogando ou reinstaurando a comissão em novembro de 2010;

j) conclusão em desconformidade com as provas produzidas nos autos do Processo Administrativo Disciplinar designada pela Resolução RPR 106/2008, de 08.02.2008 (Prot 7844/2008). Nos autos do processo, o funcionário Marcelo Guimarães Sá confessa que perdeu três armas da empresa, que para tentar esconder a perda das duas primeiras, as substituiu por armas de sua propriedade com numeração raspada. Além disso, ainda elaborou Memorando, na condição de Chefe do Núcleo de Segurança da STU-MAC, afirmando que um outro funcionário tinha perdido a terceira arma, confessando posteriormente, no âmbito do processo administrativo disciplinar, que as informações do memorando eram falsas e que tinha mentido no aludido memorando. Ademais, em relação à terceira arma sumida não há qualquer boletim de ocorrência ou qualquer informação que indique de que forma essa arma desapareceu. Mesmo com todas essas confissões do funcionário em pauta, a comissão entendeu que esses fatos narrados anteriormente não configuravam qualquer irregularidade, sem apresentar justificativas para embasar esse entendimento, e afirma que a única irregularidade do funcionário foi portar a arma da empresa fora do ambiente do trabalho. Registre-se que outros dois funcionários do mesmo núcleo de segurança da STU-MAC afirmaram, em

depoimento constante nos autos, que portavam a arma da empresa fora do ambiente do trabalho, conduta igual à do funcionário Marcelo Guimarães Sá, não havendo qualquer sugestão de punição para esses outros dois funcionários. Resumindo, três servidores confessaram ter realizado a mesma conduta, sendo que a comissão sugeriu apenação apenas para um deles, o que fere de morte o princípio da igualdade e da impessoalidade. Ademais a comissão, sem qualquer justificativa plausível, considerou uma conduta flagrantemente irregular como sendo regular. Por fim, Sua Senhoria aprovou a sugestão da comissão determinando a aplicação de suspensão por 151 dias ao funcionário Marcelo Guimarães Sá, punição que até hoje não foi efetivamente aplicada.

3. Solicita da CBTU que, as manifestações mencionadas no item anterior sejam encaminhadas a Controladoria-Regional, para a caixa de mensagens eletrônicas cgurjnacor@cgu.gov.br, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do referido ofício.

Providências Adotadas

| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
|--|---------------------|
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |

Síntese da providência adotada:

Em atenção ao Ofício nº 38152/2010/CGU-Regional/CGU-RJ/CGU-PR, de 22 de novembro de 2010, a CBTU através da CRT/0218-2010/P, de 7/12/2010, apresentou os esclarecimentos e documentos pertinentes, conforme segue:

a) Como foi informado à equipe de Auditoria dessa Controladoria Geral da União na reunião de formalização dos trabalhos de campo de inspeção Correccional - 2010, a CBTU vem se estruturando na organização dos controles dos processos administrativos ativos e encerrados.

Para tanto, foi designado Grupo de Trabalho por intermédio da Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 0531-2010, de 21 de Dezembro de 2010, para elaboração de Norma Interna visando a padronização e o aperfeiçoamento dos procedimentos a serem adotados pela Companhia na elaboração e apoio técnico e jurídico nas Sindicâncias, Tomadas de Contas Especiais, e Processos Administrativos Disciplinares, norteados pela legislação vigente, considerando o Sistema de Processos Disciplinares - CGU-PAD e o Termo Circunstanciado Administrativo - TCA.

Deverá ser também normatizada pelo Grupo de Trabalho, a competência da gestão e o método de controle e de arquivamento de cada processo administrativo.

b) Ver resposta ao item "a",

c) Ver resposta ao item "a".

d) Ver resposta ao item "a".

e) Considerando que: nos termos do inciso do Artigo 129 -da Constituição Federal, assim como nos termos do inciso V do Artigo 6º da Lei Complementar 75, de 20 de Maio de 1993, que dispõe sobre a organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público, compete àquele órgão promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; e, considerando que o Ministério Público do Estado da Bahia já atua no processo 2010-000364-1, a CBTU entende que não deve interferir na matéria.

Entende a CBTU, ainda, que o empregado em questão não cometeu irregularidade alguma que merecesse apuração.

f) Apresentamos cópia da documentação referente aos prot's 130212008, 19256/2008, relativo à Comissão de Sindicância designada pela Resolução do Diretor-Presidente 0348-2008, de 17 de Outubro de 2008, e 21713-2008 relativo ao Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Resolução do Diretor-Presidente 0363-2008, de 14 de Novembro de 2008.

g) Ver resposta ao item anterior.

h) No que se refere aos autos identificados pelo PROT. 24815/2007, as testemunhas foram ouvidas sem a presença da empregada Tatiana de Souza Martins porque o procedimento estava na fase investigativa. Assim é que a partir do despacho, a empregada recebeu cópia integral dos autos, apresentou defesa inclusive subscrita por advogado, o qual em momento algum argüiu cerceamento de defesa pelo fato de a empregada não ter presenciado os depoimentos.

I) Considerando a informação prestada pelo Ministério do Trabalho e Emprego por intermédio do Ofício/SRTE/RJ/SEPES N° 350/2010, de 07 de outubro de 2010, o empregado Germano Fiusa da Silva não retomou àquele órgão desde a citada data.

Tal fato pode ser considerado como abandono de emprego.

Por meio do Memo/083/2010/HH/GAJUR, de 29 de novembro de 2010, a Gerência Geral Jurídica presente à Gerência Geral de Recursos Humanos a orientação necessária ao enquadramento da situação na

| |
|---|
| Consolidação das Leis do Trabalho. Tão logo a Gerência Geral de Recursos Humanos confirme o atendimento à legislação, caso o empregado não se apresente, estará caracterizado o abandono de emprego e o processo PROT 20430/2010 será concluído. |
| j) Pelo Memo/222-2010/COREH, de 29 de Novembro de 2010, da Coordenadoria Operacional de Recursos Humanos da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió, esclarece a razão pela qual não foi aplicada penalidade ao empregado Marcelo Guimarães Sá. |
| Síntese dos resultados obtidos: |
| Face aos esclarecimentos da CBTU, contidos na CRT/0218-2010/P, de 7/12/2010, em atenção ao Ofício nº 38152/2010/CGU-Regional/CGU-PR, de 22/11/2010, a CBTU considera atendidas as recomendações da CGU. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: |
| |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|--|------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 012 | NOTA TÉCNICA: 1399/DIURB/SFC/CGU-PR OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR TRECHO LAPA-PIRAJÁ | - | OFÍCIO: 41356/DIURB/DI/SFC/CGU-PR 17/12/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Referido Ofício encaminha Nota Técnica relativa à análise das obras de implantação do Metrô de Salvador no trecho Lapa-Pirajá. <u>Conclusões e Recomendações:</u> <u>Recomendações ao Ministério das Cidades, para a conclusão da obra do trecho Lapa – Pirajá (29.7)</u> Conforme demonstrado, além da completa execução das obras e serviços previstos nos Contratos SA-01 (obras civis) e SA-12 (sistemas), é preciso providenciar recursos para: Sistema de ventilação do túnel Lapa - Fonte Nova R\$14.000.000,00; Elevadores das estações para uso exclusivo de PNEs R\$2.346.476,30; Escadas rolantes das estações R\$21.913.124,89 e Material rodante (aquisição de mais 6 trens c/4 carros cada) R\$84.000.000,00. Recomendamos que o Ministério das Cidades interaja com os Governos da Bahia e de Salvador para equacionar os recursos necessários à conclusão do trecho Lapa-Pirajá. A continuidade da implantação do Metrô de Salvador – conclusão da linha 1 e implantação da linha 2 – obras do PAC (29.9) Dada a importância da cidade, 3ª mais populosa do Brasil, é necessário que o Ministério das Cidades interaja com os Governos da Bahia e de Salvador, firmando novos convênios para: Expansão do trecho Pirajá/Pau da Lima/Cajazeiras = 5,0 km; Linha 2 -Acesso Norte/Iguatemi/Paralela/Mussurunga/Aeroporto = 20,0 km; É desejável que seja licitada, até o final de 2010, a elaboração dos projetos executivos de engenharia. Elaborados os projetos executivos, seria desejável que o Ministério das Cidades incluísse essas obras no PPA 2012-2015 e providenciasse a celebração de novos convênios de cooperação com o Estado da Bahia e a Prefeitura de Salvador. Seria desejável licitar a execução dessas obras até meados de 2011, com início até o final do mesmo ano. | | | |

| Providências Adotadas | |
|---|---------------------|
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| Quanto às recomendações dirigidas ao Ministério das Cidades, não cabem manifestação da CBTU. | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| Sem comentários. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|-------------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 013 | RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 245990 | 3.1.2.2 e 3.1.2.3 | OFÍCIO: 41401/2010 NAC5/CGU- REGIONAL/RJ/CGU-PR 17/12/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Referido Ofício encaminha o Relatório de Auditoria nº 245990, de 3/9/2010, o Certificado de Auditoria e o Parecer do Dirigente do Controle Interno, referente aos exames realizados nos atos de gestão da CBTU/AC, praticados no período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, onde constam as seguintes recomendações: | | | |
| Item 3.1.2.2 | | | |
| [...] julgamos oportuno que o Metrô-DF conclua a análise dos preços unitários de todos os itens que compõem o plano de trabalho do convênio, a fim de que se apure a ocorrência ou não de sobrepreço, segundo os parâmetros de comparação estabelecidos e aceitos pelos órgãos de fiscalização, especialmente a CGU. | | | |
| Por fim, caso a CGU entenda que não se deve aguardar a análise dos preços unitários, que está sendo realizada pelo Metrô-DF, a CBTU deverá adotar imediatamente as providências para que a União seja ressarcida do valor relativo ao sobrepreço que venha a ser indicado pela CGU. | | | |
| Posteriormente, a CBTU por meio do expediente nº CRT/0143-2010/P, de 29/07/2010, informou ter encaminhado diligência ao Metrô-DF solicitando a devolução do valor de R\$6.895.019,73 ao erário. | | | |
| Recomendação 001: | | | |
| Que a CBTU na qualidade de órgão gestor dos recursos, passe a exercer controle efetivo sobre a aplicação dos recursos descentralizados mediante convênios ou instrumentos congêneres, assegurando-se de forma tempestiva de sua correta aplicação. | | | |

| Item 3.1.2.3 | |
|---|--------------|
| Recomendação 001: | |
| <p>Diante do exposto, reiteramos a recomendação anterior encaminhada à CBTU por meio da NT nº 803/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, de 9/4/2010, para que reveja o projeto, analisando alternativas de modal de transporte mais adequadas, consentâneas com o interesse público e que não tragam os danos potenciais ao erário do projeto examinado.</p> | |
| Providências Adotadas | |
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Síntese da providência adotada: | |
| <p>3.1.2.2 - Considerando que a CBTU adotou as providências de sua responsabilidade e solicitou ao Metrô/DF a devolução do valor de R\$6.895.019,73 (seis milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, dezenove reais e setenta e três centavos), aliado ao fato de que o Tribunal de Contas da União ainda não concluiu a fiscalização das obras e serviços de implantação do Metrô/DF, nem instaurou o processo de Tomada de Contas Especial, a exemplo do ocorrido nas obras de implantação do Metrô de Salvador, onde foi instaurada a Tomada de Contas Especial por meio do Processo TC 002.588/2009-0.</p> <p>Considerando ainda, os fatos narrados, solicitou da CGU, orientação quanto à base legal para a instauração do processo de Tomada de Contas Especial, a fim de que tal iniciativa não seja desqualificada judicialmente pelo Metrô DF, tendo em vista que o valor a ser devolvido foi apurado pela Controladoria Geral da União, o que até a presente data ainda não ocorreu.</p> <p>3.1.2.3 – A CBTU através da CRT/0072-2010/P, de 06/05/2010, encaminha resposta à referida Nota Técnica 803/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, de 9/4/2010, elaborada pela Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing e pela Diretoria Técnica, contendo os devidos esclarecimentos quanto o recomendado pela CGU. Ocorre que, a CGU, através do Ofício nº 27615/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, de 20/8/2010, encaminhou a CBTU, a Nota Técnica nº 1659/DIURB/SFC/CGU-PR, contendo as análises das justificativas e contestações apresentadas na CRT/0072-2010/P, quanto aos apontamentos da Nota Técnica nº 803/DIURB/DI/SFC/CGU-RJ, que tratou da implantação do VLT diesel no sistema de Trens Urbanos da CBTU em Maceió.</p> <p>Através da CRT/0221-2010/P, de 14/12/2010, encaminhada ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, enviou Nota Técnica elaborada pela CBTU, sobre as questões suscitadas na Nota Técnica nº 803/DIURB/DI/SFC/CGU-RJ, com os devidos esclarecendo sobre as contestações da CGU.</p> | |
| Síntese dos resultados obtidos: | |
| <p>Em razão dos esclarecimentos contidos na CRT/0102-2010/P, de 17/6/2010, a CBTU considera atendida a recomendação da CGU. Em relação à situação do METRÔ/DF, no que coube à CBTU adotar providências junto ao METRÔ/DF quanto ao recomendado pela CGU, a CBTU considera a recomendação atendida.</p> | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| | |

12.4 - RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 001 | RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 01302-CGU | - | OFÍCIO: 1292/AECI/GMMCIDAD ES 26/02/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Citado Ofício encaminha o Relatório de Fiscalização nº 01302-CGU, de 04/05/2009, referente aos trabalhos oriundos da fiscalização realizada na implantação do Metrô de Brasília, trecho Taguatinga – Ceilândia, onde detectou-se a existência de sobrepreço na planilha do plano de trabalho do convênio, com prejuízo estimado em R\$11.728.433,78. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação: | | | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | | | |
| <p>Através da CRT/0102-2010/P, de 17/06/2010, foi encaminhado ao Assessor Especial de Controle Interno do Ministério das Cidades, a análise elaborada pela Diretoria Técnica da CBTU, acerca da possibilidade de ocorrência de sobrepreço na aplicação dos recursos provenientes do Convênio nº 002/2007, celebrado em 19/09/2007, entre a CBTU e o METRÔ DF.</p> <p>Em 28/7/2010, através da CRT/142-2010/P, encaminhada ao Diretor-Presidente da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, a CBTU informou que tomou conhecimento do Aviso nº 270/2010/GM/CGU-PR, de 29/06/2010, encaminhado ao Ministro de Estado das Cidades pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que dá conhecimento do Relatório da 2ª etapa da auditoria realizada nos recursos federais transferidos ao Governo do Distrito Federal, no período de 2006 a 2009.</p> <p>Informou também que, tomou conhecimento da Nota Técnica nº 1.402/DIURB/SFC/CGU-PR, de 28/06/2010, que apresenta a manifestação daquele órgão de controle sobre as justificativas apresentadas no Ofício nº 149/2010-PRE/METRÔ-DF quanto ao sobre preço detectado nas obras do trecho Taguatinga-Ceilândia.</p> <p>A CGU, na Nota Técnica acima citada, rejeitou as justificativas apresentadas pelo METRÔ-DF e decidiu-se pela manutenção das constatações exaradas no relatório de Fiscalização nº 220532 do 8º Sorteio de Estados. Em decorrência dessa decisão, a CGU identificou um prejuízo ao Erário, a título de superfaturamento, no valor de R\$6.895.019,73, e recomendou que fossem adotadas providências administrativas necessárias ao ressarcimento do prejuízo identificado, e se for o caso, preceda à instauração de processo de Tomada de</p> | | | |

Contas Especial para saneamento do prejuízo causado ao Tesouro Nacional.

Em face das irregularidades detectadas por ação da Controladoria Geral da União, a CBTU solicitou da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal que efetuasse o depósito no valor de R\$6.895.019,73, na Conta Única da União em favor da CBTU, no prazo de trinta dias. Caso não ocorra a devolução do recurso, serão adotadas as providências para instauração do processo de Tomada de Contas Especial, com base no disposto no artigo 38, inciso III, da IN STN nº 1/1997, de 15/01/1997.

Por meio da CRT/0143-2010/P, de 29/07/2010 a CBTU informou ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU as providências adotadas, em face do Aviso nº 270/2010/GM/CGU-PR, de 29/06/2010 e da Nota Técnica 1.402/DIUR8/SFC/CGUPR, de 28/06/2010, encaminhados pelo Assessor Especial de Controle interno - AECI do Ministério das Cidades.

Considerando a orientação desse órgão de controle interno, por meio da CRTI0142-2010/P, de 29/07/2010, solicitamos que o Metrô DF depositasse, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$6.895.019,73 (seis milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, dezenove reais e setenta e três centavos), em moeda de julho/2007, apurado pela equipe de auditoria da CGU como superfaturamento.

O Metrô DF, por meio da Carta nº 180/2010-PRE, de 01/09/2010, alegando o princípio da ampla defesa solicitou prorrogação por 60 (sessenta) dias a fim de apresentar justificativas técnicas pertinentes à matéria.

A CBTU, por meio da CRT/0179-2010/P, de 02/09/2010, endereçada ao Metrô DF, considerando a necessidade de se esgotar todas as medidas administrativas internas para a obtenção do ressarcimento indicado pela CGU, e em observância ao princípio da ampla defesa concordou com a prorrogação do prazo, e informou a CGU por meio da CRT/0180-2010/P, da mesma data.

Posteriormente, em 17/09/2010, por meio da CRT/0189, a CBTU lembrou ao Metrô DF que na hipótese da não comprovação e/ou da não aceitação pela CGU/PR das comprovações da não ocorrência de superfaturamento ou do não recolhimento de que trata a correspondência, CRT/0142-2010/P, de 29/07/2010, a CBTU daria prosseguimento às providências com vistas à instauração de Tomada de Contas Especial. Na mesma data, por meio da CRT/0191-2010/P foi dado conhecimento desse fato a CGU.

Apesar da CBTU ter emitido várias correspondências, o Metrô DF não deu qualquer informação sobre o assunto, inclusive quanto ao encaminhamento de novas informações e justificativas encaminhadas a CGU. Através da CRT/0102-2010/P, de 17/06/2010, foi encaminhado ao Assessor Especial de Controle Interno do Ministério das Cidades, a análise elaborada pela Diretoria Técnica da CBTU, acerca da possibilidade de ocorrência de sobrepreço na aplicação dos recursos provenientes do Convênio nº 002/2007, celebrado em 19/09/2007, entre a CBTU e o METRÔ DF.

Em 28/7/2010, através da CRT/142-2010/P, encaminhada ao Diretor-Presidente da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, a CBTU informou que tomou conhecimento do Aviso nº 270/2010/GM/CGU-PR, de 29/06/2010, encaminhado ao Ministro de Estado das Cidades pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que dá conhecimento do Relatório da 2ª etapa da auditoria realizada nos recursos federais transferidos ao Governo do Distrito Federal, no período de 2006 a 2009.

Informou também que, tomou conhecimento da Nota Técnica nº 1.402/DIURB/SFC/CGU-PR, de 28/06/2010, que apresenta a manifestação daquele órgão de controle sobre as justificativas apresentadas no Ofício nº 149/2010-PRE/METRÔ-DF quanto ao sobre preço detectado nas obras do trecho Taguatinga-Ceilândia.

A CGU, na Nota Técnica acima citada, rejeitou as justificativas apresentadas pelo METRÔ-DF e decidiu-se pela manutenção das constatações exaradas no relatório de Fiscalização nº 220532 do 8º Sorteio de Estados. Em decorrência dessa decisão, a CGU identificou um prejuízo ao Erário, a título de superfaturamento, no valor de R\$6.895.019,73, e recomendou que fossem adotadas providências administrativas necessárias ao ressarcimento do prejuízo identificado, e se for o caso, preceda à instauração de processo de Tomada de Contas Especial para saneamento do prejuízo causado ao Tesouro Nacional.

Em face das irregularidades detectadas por ação da Controladoria Geral da União, a CBTU solicitou da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal que efetuasse o depósito no valor de R\$6.895.019,73, na Conta Única da União em favor da CBTU, no prazo de trinta dias. Caso não ocorra a devolução do recurso, serão adotadas as providências para instauração do processo de Tomada de Contas Especial, com base no disposto no artigo 38, inciso III, da IN STN nº 1/1997, de 15/01/1997.

Por meio da CRT/0143-2010/P, de 29/07/2010 a CBTU informou ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU as providências adotadas, em face do Aviso nº 270/2010/GM/CGU-PR, de 29/06/2010 e da Nota Técnica 1.402/DIUR8/SFC/CGUPR, de 28/06/2010, encaminhados pelo Assessor Especial de Controle interno - AECI do Ministério das Cidades.

Considerando a orientação desse órgão de controle interno, por meio da CRTI0142-2010/P, de 29/07/2010,

| |
|--|
| <p>solicitamos que o Metrô DF depositasse, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$6.895.019,73 (seis milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, dezenove reais e setenta e três centavos), em moeda de julho/2007, apurado pela equipe de auditoria da CGU como superfaturamento.</p> <p>O Metrô DF, por meio da Carta ° 180/2010-PRE, de 01/09/2010, alegando o princípio da ampla defesa solicitou prorrogação por 60 (sessenta) dias a fim de apresentar justificativas técnicas pertinentes à matéria.</p> <p>A CBTU, por meio da CRT/0179-2010/P, de 02/09/2010, endereçada ao Metrô DF, considerando a necessidade de se esgotar todas as medidas administrativas internas para a obtenção do ressarcimento indicado pela CGU, e em observância ao princípio da ampla defesa concordou com a prorrogação do prazo, e informou a CGU por meio da CRT/0180-2010/P, da mesma data.</p> <p>Posteriormente, em 17/09/2010, por meio da CRT/0189, a CBTU lembrou ao Metrô DF que na hipótese da não comprovação e/ou da não aceitação pela CGU/PR das comprovações da não ocorrência de superfaturamento ou do não recolhimento de que trata a correspondência, CRT/0142-2010/P, de 29/07/2010, a CBTU daria prosseguimento às providências com vistas à instauração de Tomada de Contas Especial. Na mesma data, por meio da CRT/0191-2010/P foi dado conhecimento desse fato a CGU.</p> <p>Apesar da CBTU ter emitido várias correspondências, o Metrô DF não deu qualquer informação sobre o assunto, inclusive quanto ao encaminhamento de novas informações e justificativas encaminhadas a CGU.</p> <p>Quanto ao ressarcimento do valor apurado como sobrepreço, ou seja, R\$6.895.019,73, situação encontra-se pendente de regularização, pois aguarda-se orientação da CGU, quanto à base legal para instauração da Tomada de Contas Especial pela CBTU, conforme solicitação contida na CRT/0207-2010/P, de 4/11/2010.</p> <p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</p> <p>-</p> |
|--|

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 002 | INSPEÇÃO CORRECIONAL CBTU-2010 | - | OFÍCIO: 38152/2010/CGU- REGIONAL/RJ/CGU-PR 22/11/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Referido Ofício trata dos trabalhos de campo relativo à Inspeção Correcional CBTU-2010, noticiada por meio do Ofício nº 33.534/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 11 de outubro de 2010, que foram realizados na sede da CBTU, tendo sido iniciados e finalizados nas datas previstas de 09 a 12 de novembro de 2010.</p> <p>Os resultados dos trabalhos de campo realizados a partir da análise da estrutura organizacional e dos processos disciplinares verificados pela equipe indicaram a ocorrência de determinadas situações que demandam a manifestação da CBTU acerca de possíveis justificativas ou esclarecimentos ou ainda a informação sobre possíveis medidas saneadoras já adotadas ou cuja adoção esteja em curso. Tais situações são as seguintes:</p> <p>a) inexistência de uma estrutura com a competência de centralizar as informações atinentes a procedimentos disciplinares, tais como: número de procedimentos instaurados no ano, número de procedimentos concluídos no ano, funcionários que responderam algum procedimento disciplinar, funcionários que sofreram alguma punição disciplinar no ano, funcionários treinados em processos disciplinares, dentre outras;</p> | | | |

| Providências Adotadas | |
|--|--------------|
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | |
| <p>Em atenção ao Ofício nº 38152/2010/CGU-Regional/CGU-RJ/CGU-PR, de 22 de novembro de 2010, a CBTU através da CRT/0218-2010/P, de 7/12/2010, apresentou os esclarecimentos e documentos pertinentes, conforme segue:</p> <p>a) Como foi informado à equipe de Auditoria dessa Controladoria Geral da União na reunião de formalização dos trabalhos de campo de inspeção Correccional - 2010, a CBTU vem se estruturando na organização dos controles dos processos administrativos ativos e encerrados.</p> <p>Para tanto, foi designado Grupo de Trabalho por intermédio da Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 0531-2010, de 21 de Dezembro de 2010, para elaboração de Norma Interna visando a padronização e o aperfeiçoamento dos procedimentos a serem adotados pela Companhia na elaboração e apoio técnico e jurídico nas Sindicâncias, Tomadas de Contas Especiais, e Processos Administrativos Disciplinares, norteados pela legislação vigente, considerando o Sistema de Processos Disciplinares - CGU-PAD e o Termo Circunstanciado Administrativo - TCA.</p> <p>Deverá ser também normatizada pelo Grupo de Trabalho, a competência da gestão e o método de controle e de arquivamento de cada processo administrativo.</p> <p>Desta forma, a CBTU considera a recomendação não atendida, em razão dos trabalhos de elaboração de Norma Administrativa, para adequar os procedimentos de apuração, controle e guarda dos processos de Sindicância, Tomada de Contas Especiais e Administrativas Disciplinares, estarem em andamento.</p> | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| - | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|---|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 003 | RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 245990 | 3.1.2.2 | OFÍCIO: 41401/2010 NAC5/CGU- REGIONAL/RJ/CGU-PR 17/12/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Referido Ofício encaminha o Relatório de Auditoria nº 245990, de 3/9/2010, o Certificado de Auditoria e o Parecer do Dirigente do Controle Interno, referente aos exames realizados nos atos de gestão da CBTU/AC, praticados no período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, onde constam as seguintes recomendações:</p> <p>Item 3.1.2.2</p> <p>[...] julgamos oportuno que o Metrô-DF conclua a análise dos preços unitários de todos os itens que compõem o plano de trabalho do convênio, a fim de que se apure a ocorrência ou não de sobrepreço, segundo os parâmetros de comparação estabelecidos e aceitos pelos órgãos de fiscalização, especialmente a CGU.</p> | | | |

Por fim, caso a CGU entenda que não se deve aguardar a análise dos preços unitários, que está sendo realizada pelo Metrô-DF, a CBTU deverá adotar imediatamente as providências para que a União seja ressarcida do valor relativo ao sobrepreço que venha a ser indicado pela CGU.

Posteriormente, a CBTU por meio do expediente nº CRT/0143-2010/P, de 29/07/2010, informou ter encaminhado diligência ao Metrô-DF solicitando a devolução do valor de R\$6.895.019,73 ao erário.

Recomendação 002:

Que, em relação ao caso concreto do Metrô/DF, mantenha esta Controladoria informada dos desdobramentos em relação às irregularidades apontadas pela CGU

| Providências Adotadas | |
|--|--------------|
| Sector responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | |
| <p>Relativamente quanto às recomendações do item 3.1.2.2, a CBTU através da CRT/0102-2010/P, de 17/06/2010, encaminhou ao Assessor Especial de Controle Interno do Ministério das Cidades, a análise elaborada pela Diretoria Técnica da CBTU, acerca da possibilidade de ocorrência de sobrepreço na aplicação dos recursos provenientes do Convênio nº 002/2007, celebrado em 19/09/2007, entre a CBTU e o METRÔ/DF.</p> <p>Em face das irregularidades detectadas por ação da Controladoria Geral da União, a CBTU solicitou da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal que efetuasse o depósito no valor de R\$6.895.019,73, na Conta Única da União em favor da CBTU, no prazo de trinta dias. No caso da não devolução dos recursos, serão adotadas as providências para instauração do processo de Tomada de Contas Especial, com base no disposto no artigo 38, inciso III, da IN STN nº 1/1997, de 15/01/1997.</p> <p>Por meio da CRT/0143-2010/P, de 29/07/2010 a CBTU informou ao Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU as providências adotadas, em face do Aviso nº 270/2010/GM/CGU-PR, de 29/06/2010 e da Nota Técnica 1.402/DIUR8/SFC/CGUPR, de 28/06/2010, encaminhados pelo Assessor Especial de Controle interno - AECI do Ministério das Cidades.</p> <p>Apesar da CBTU ter emitido várias correspondências, o Metrô/DF não deu qualquer informação sobre o assunto, inclusive quanto ao encaminhamento de novas informações e justificativas encaminhadas a CGU.</p> <p>Relativamente ao ressarcimento do valor apurado como sobrepreço, ou seja, R\$6.895.019,73, situação encontra-se pendente de regularização, pois aguarda-se orientação da CGU, quanto à base legal para instauração da Tomada de Contas Especial pela CBTU, conforme solicitação contida na CRT/0207-2010/P, de 4/11/2010.</p> | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| - | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|--|------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 004 | NOTA TÉCNICA: 1399/DIURB/SFC/CGU-PR OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR TRECHO LAPA-PIRAJÁ | - | OFÍCIO: 41356/DIURB/DI/SFC/CGU-PR 17/12/2010 |

| Órgão/entidade objeto da recomendação: | Código SIORG |
|--|--------------|
| CBTU | 372 |
| Descrição da Recomendação: | |
| <p>Referido Ofício encaminha Nota Técnica relativa à análise das obras de implantação do Metrô de Salvador no trecho Lapa-Pirajá.</p> <p><u>Conclusões e Recomendações:</u></p> <p><u>Quanto à necessidade e utilidade da obra (29.1)</u></p> <p>A implantação do projeto do Metrô na íntegra, ou seja, com as duas linhas previstas: Lapa/Cajazeiras e Acesso Norte/Iguatemi/Paralela/Mussurunga/Aeroporto, é absolutamente imprescindível para Salvador e a Região Metropolitana, no mais tardar, até a Copa de 2014.</p> <p>Já devendo ultrapassar os três milhões de habitantes neste ano de 2010, Salvador carece, conforme demonstramos no tópico nº 2 desta Nota Técnica, de um sistema de transporte de massa de grande capacidade como o Metrô.</p> <p>O traçado e a forma da ligação Calçada/Metrô devem ser reestudados à luz de novos projetos estruturantes da cidade: a Via Portuária, ligando a BR-324 ao Porto de Salvador, que está com as obras iniciadas; a ampliação do Porto de Salvador pela ponta sul, inclusive o aumento da área de retroporto; a futura Ponte Salvador-Itaparica, o novo Terminal Marítimo de Passageiros de Salvador, a revitalização do bairro do Comércio com a nova destinação dos espaços hoje ocupados por parte dos armazéns do porto de Salvador, etc.</p> <p><u>Quanto à licitação e ao Contrato SA-01 (29.2)</u></p> <p>A licitação internacional das obras civis 1 sistemas de energia, bem como o contrato SA-01 daí decorrente, foram atos administrativos praticados segundo as formalidades legais exigíveis à época em que ocorreram. Foram observadas a publicidade, a ampla concorrência, a isonomia, a legalidade e o julgamento objetivo das propostas.</p> <p>A observância dos procedimentos do BIRD era mandatória e condição "sine qua non" para obtenção dos US\$ 150,0 milhões, quase metade do total da obra (307,7 milhões).</p> <p>Em 1999, o Brasil estava sofrendo forte crise cambial, com violenta perda de reservas internacionais, decorrente da mudança do câmbio fixo para o regime cambial de taxas flutuantes, tendo inclusive recorrido ao FMI para um crédito "stand-by" de US\$ 40,0 bilhões. Não havia outra fonte de recursos para financiar o Metrô de Salvador. Desdenhar os recursos do BIRD inviabilizaria a obra.</p> <p><u>Quanto ao Projeto básico do trecho Lapa – Pirajá (29.3)</u></p> <p>As linhas gerais do Projeto Básico estão corretas: o traçado é adequado, a demanda projetada garantirá uma taxa elevada de utilização, a opção pela bitola standard (1,435 m) é excelente pela facilidade de aquisição de trens no mercado internacional, a localização das estações é correta, etc. A decisão de adotar-se padrões UIC na via permanente (trilhos e AMVs) foi correta e obedece ao estado-da-arte metroviária.</p> <p>O projeto básico não é precário e atendeu às suas finalidades precípuas conforme os normativos do BIRD e da Resolução nº 361/1991 do CONFEA. Também atendeu ao disposto no inciso IX e suas alíneas de "a" a "e" do artigo 6º da Lei 8.666/93.</p> <p>As modificações feitas no projeto básico quando da elaboração dos projetos executivos, foram minuciosamente analisadas no tópico nº 4 desta Nota Técnica.</p> <p><u>Quanto à conclusão das obras e do Contrato SA-01 pela CTS (29.4)</u></p> <p>As alterações do projeto promovidas pela CTS, notadamente no caso das estações Lapa e Brotas, bem como no caso da troca da via na Av. Bonocô, foram necessárias e eram justificáveis no sentido de adequação aos objetivos do projeto. Uma vez que o Metrô entre em operação, é extremamente difícil e muito caro fazer alterações substantivas.</p> <p>A hora de aperfeiçoar a obra é durante sua execução. O "timing" da CTS foi correto.</p> <p>Questiona-se apenas que esta iniciativa deveria ter ocorrido antes da licitação.</p> <p>Entretanto, a CTS cometeu diversas falhas de gestão, sobretudo ao deixar de celebrar termos aditivos quando das alterações do projeto básico, como o foram os casos da troca do arranjo da Superestrutura dos dez Elevados do Contrato SA-01 e dos sistemas de fundações.</p> <p><u>Quanto à conclusão dos convênios pela CBTU (29.5)</u></p> <p>Os exames documentais permitiram avaliar que o desempenho da CBTU na implantação do metrô tem sido insatisfatório. Como concedente dos recursos federais (BIRD e OGU), a CBTU tem se limitado a repassá-los e a receber as prestações de contas. A CBTU não atua proativamente e preventivamente, deixando que os problemas ocorram e sejam atribuídos à CTS.</p> | |

A CTS queixa-se de que, ao submeter editais de licitação e outros pedidos à CBTU, as respostas demoram excessivamente, demonstrando ineficácia na condução do projeto.

Recomendamos que a CBTU seja proativa, e atue mais efetivamente junto à CTS, bem como busque agilizar os procedimentos necessários ao bom andamento da obra.

Constatações da CGU – Danos ao erário e Recomendações à CBTU (29.6)

Constatação nº 1 – Sobrepreço na parte viária do Contrato SA-01

Foram constatados na parte variável do contrato SA-01 os sobrepreços nas planilhas referentes às obras:

-Túnel Lapa-Fonte Nova: R\$2.182.094,58;

-Via em superfície: R\$669.207,68;

-Estação Campo da Pólvora: R\$1.477.729,47;

-Total: R\$4.329.031,73.

Constatação nº 2 – Ganhos financeiros indevidos no fornecimento de lastro de brita

Como já demonstrado no tópico nº 22, foi estimado um ganho financeiro indevido, até dezembro de 2008, de R\$8.229.615,92.

Constatação nº 3 – Superfaturamento no aditivo da Estação Brotas

Foi constatado sobrepreço no sistema de fundações (tubulões a ar comprimido) e nas formas da estrutura, valor total de R\$318.234,82.

Constatação nº 4 – Superfaturamento no sistema de fundações da Estação Acesso Norte

Conforme demonstrado no tópico nº 24 foram estimados danos potenciais ao erário devido à troca do sistema de fundações da Estação Acesso Norte no valor de R\$1.533.872,19.

Constatação nº 5 – Superfaturamento no TA - Construção Elevados Bonocô 2 e 3

O preço do 7º Termo Aditivo ao Contrato SA-01 foi fixado com base no preço por m³ da estrutura do Elevado Acesso Norte.

Assim, o preço de R\$36.166.560,00 por um total de 1.933,30 metros de elevados, nos dá R\$18.707,16 por metro linear de elevado, a preços de maio/1999.

Durante nossos exames, inclusive na obra, verificamos que o mais lógico e condizente com o interesse público, seria considerar-se os Elevados Bonocô 2 e 3 como extensões do Elevado Bonocô 1, dadas a contigüidade e as similaridades de altura e sinuosidade, adotando-se o preço unitário do mesmo, R\$16.985,53 por metro linear de elevado. A redução de R\$1.721,63 por metro linear, multiplicada pela extensão de 1.933,30 m trará uma economia de R\$3.327.847,29 para o erário.

Deverá ser feita a renegociação do valor do 7º Termo Aditivo que compense o prejuízo, ou seja, R\$3.327.847,29, a preços P0 de maio/1999.

Resumidamente, apresentamos os prejuízos ao erário, estimados neste trabalho:

Total dos prejuízos estimados em valor original (Po) R\$9.508.986,03 – Maio/1999.

Total dos prejuízos estimados em valor posterior (P1) R\$8.229.615,92 – Dezembro 2008.

Recomendamos à CBTU que adote providências junto à CTS, para que a mesma providencie o ressarcimento dos prejuízos ao erário supra-descritos.

Foi examinada a hipótese de possível anulação do Contrato SA-01, conforme aventado pelo TCU. Com base nos exames procedidos, entendemos que não cabe a anulação do contrato visto que, inexistente motivo sólido e incontroverso, passível de ser acolhido dentre os dispositivos da Lei nº 8.666/93 que regula os contratos administrativos.

Também, a anulação do contrato desserve ao interesse público, retardando ainda mais, os benefícios da obra à população de Salvador e, onerando o Estado com as problemáticas licitação e contratação de remanescente de obra.

| Providências Adotadas | |
|--|---------------------|
| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | |
| Considerando que a CBTU tomou ciência do referido Ofício em 28/12/2010, e que o prazo para se manifestar é de 30 dias, até o encerramento do exercício ainda não havia sido finalizado o atendimento do Acórdão. | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: | |
| - | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|--|------------|--|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU | | | 372 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 005 | RESTITUIÇÃO DE PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PROCESSO: 00190.000001/2008-20 | - | DESPACHO: 212468/2010/DPPCE/DP/SFC/CGU/PR 05/05/2010 |
| Órgão/entidade objeto da recomendação: | | | Código SIORG |
| CBTU | | | 372 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| <p>Trata o presente Despacho da análise do processo de Tomada de Contas Especial instaurado tempestivamente (capa e fl. 674) pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), empresa de serviços de transporte ferroviário de passageiros vinculada ao Ministério das Cidades, em razão dos prejuízos causados pelos Senhores José Lúcio Marcelino de Jesus e Clodomir Batista de Albuquerque, empregados da empresa à época da ocorrência das irregularidades.</p> <p>2. A motivação para instauração da presente Tomada de Contas Especial está materializada nas irregularidades constatadas na execução/pagamento dos seguintes instrumentos contratuais: CTR n^{os} 001/06, 009/06, 016/06, 021/06, 020/06, 032/06, 007/07 e 008/07, DL n^{os} 32/06 e 25/06 e OC n^{os} 002/06, 007/06, 013/06, 014/06, 018/06, 030/06, 040/06, 057/06, 003/07, 021/07, 001/06, 006/06, 019/06, 041/06, 056/06 e 025/07, conforme descrito nos relatórios da Auditoria Independente, do Grupo de Trabalho, da Comissão de Sindicância e da Comissão Especial de Inquérito Disciplinar (fls. 13-45, 48-79, 83-360 e 658-672).</p> <p>3. Com base no citado Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito Disciplinar, a autoridade administrativa decidiu pela aplicação das penalidades de conversão da dispensa do Senhor José Lúcio Marcelino de Jesus em demissão por justa causa, de demissão por justa causa aos Senhores Valber Paulo da Silva, Herberte Bonfim Alves Dias e Clodornir Batista de Albuquerque e de suspensão por dez dias ao Senhor Sidinei Martins da Silva (fl. 673).</p> <p>4. No Relatório da Comissão de Tomada das Contas Especial acostado às fls.1888-1893, em que os fatos estão circunstanciados, foi apontada a responsabilidade solidária dos Senhores José Lúcio Marcelino de Jesus e Clodomir Batista de Albuquerque, respectivamente Superintendente e Gerente de Manutenção da CBTU à época da ocorrência dos fatos, em razão dos prejuízos causados à empresa, apurando-se como prejuízo o valor original de R\$760.742,68, que, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais de mora no período de 23/5/2006 a 30/11/2007, atingiu a importância de R\$802.827,91 (fls. 1912-1913, 1916-1917, 1920 e 1923).</p> <p>5. Após análise da manifestação encaminhada pelo Senhor Herberte Bomfin Alves Dias (fls. 1701-1705), a Comissão de Tomada de Contas Especial decidiu "por excluir-lo do rol de supostos responsáveis pelo prejuízo ao Erário", "já que uma vez mais ficou caracterizada a administração fraudulenta e tendenciosa por parte do antigo Superintendente José Lúcio Marcelino de Jesus, com a contribuição do então GEMAN, Clodomir Batista de Albuquerque" (fl. 1887). Entretanto, não foram localizados, nos autos, esclarecimentos quanto à não responsabilização dos Senhores Valber Paulo da Silva e Sidinei Martins da Silva nas presentes contas, solidariamente aos Senhores José Lúcio Marcelino de Jesus e Clodomir Batista de Albuquerque.</p> <p>6. Ressaltamos, ainda, a ausência, nos autos, de cópia de notícia crime ao Departamento de Polícia Federal de Maceió/ AL, conforme determinado pela autoridade administrativa (fl. 673), de demonstrativos de débito elaborados com a utilização do programa Débito, disponível no site do Tribunal de Contas da União, e de cópia da inscrição da</p> | | | |

responsabilidade dos agentes, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 5º da IN STN nº 1/97.

7. Diante do exposto, sugerimos o retomo dos autos à CBTU para fins de adoção dos seguintes procedimentos:

- a) Justificar a não responsabilização dos Senhores Valber Paulo da Silva e Sidinei Martins da Silva nas presentes contas, tendo em vista o disposto no item 5 do presente documento;
- b) Anexar ao processo cópias da notícia crime enviada ao Departamento de Polícia Federal de Maceió/AL, da inscrição da responsabilidade dos agentes responsabilizados e de novos demonstrativos de débito, a serem elaborados conforme informado no item 6 deste documento;
- c) Informar o nexo de causalidade e os períodos de gestão dos agentes responsabilizados na presente TCE, de modo a caracterizar devidamente a responsabilidade dos mesmos pelo prejuízo apurado; e
- d) Emitir Relatório de Tomada de Contas Especial complementar contendo a descrição das irregularidades imputadas aos agentes responsabilizados nas presentes contas, discriminadas por instrumento contratual, de modo a facilitar a análise do processo por este órgão de controle interno e pelo Tribunal de Contas da União, consignando, ainda, os fatos novos ocorridos em observância às recomendações antes formuladas, bem como, havendo alteração do valor do débito, elaborar novo demonstrativo de débito e

expedir nova notificação aos agentes responsáveis.

8. Satisfeitas as providências recomendadas no item anterior, deverá o Tomador das Contas instruir o processo com todas as peças necessárias à certificação das contas, constantes do art. 4º da IN/TCU nº 56/2007, especificamente no que tange à nova notificação aos envolvidos e à emissão de Relatório de Tomada de Contas - Complementar, incluindo todos os fatos novos então apresentados. Em seguida, persistindo motivação para a instauração do processo de contas, deverão os autos retomar a esta Secretaria para adoção das medidas complementares de competência do Controle Interno e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União, para julgamento.

9. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Auditoria da Área e Benefícios e de Tomada de Contas Especial, sugerindo o retomo dos autos à Entidade de origem para as providências estabelecidas na norma citada.

Providências Adotadas

| Setor responsável pela implementação: | Código SIORG |
|--|---------------------|
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 108999 |

Justificativa para o seu não cumprimento:

Através da CRT 0070-2010/GAB, de 08/11/2010, a CBTU informou que em 09/12/2008, o Ministério Público Federal ofereceu Denúncia contra Adeflson Teixeira Bezerra e outros, na 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas e que após declínio de competência daquele Juízo em favor da Justiça Estadual, a referida Ação encontra-se tramitando na 15ª Vara Criminal de Maceió. Tanto o MPF quanto à Advocacia-Geral da União interpuseram Recurso contra a Decisão do MM Juiz da 4ª Vara Seção Judiciária de Alagoas e ambas as Ações estão pendentes de decisão.

Considerando que nos termos do Inciso I do Art. 129 da Constituição Federal, assim como nos termos do Inciso V do Art. 6º da Lei Complementar 75, de 20/05/1993, que dispõe sobre a organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, compete àquele órgão promover, privativamente, a Ação Penal Pública, na forma da Lei e considerando que o MPU já atua no processo, a CBTU apresentou os esclarecimentos pertinentes e devolveu o volume V dos autos ao Diretor de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho da CGU-PR.

Entretanto, através do Ofício nº 40367/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 08/12/2010, o supracitado volume e outro volume de capa azul em espiral, foram restituídos a CBTU, em razão dos esclarecimentos prestados não terem atendido ao disposto no Despacho nº 212468/2010/DPPCE.

Sendo assim, através da RPR nº 005/2011, de 14/01/2011, o Diretor-Presidente constituiu Comissão de Tomada de Contas Especial, fixando o prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final, visando complementar documentos e informações solicitadas pela CGU-PR.

Desta forma, a situação ainda encontra-se pendente de regularização.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: -

12.5 - TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

RECOMENDAÇÕES FORMULADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

As Unidades Administrativas da CBTU empreenderam esforços com vistas ao saneamento das não-conformidades registradas nos diversos Relatórios emitidos pela Auditoria Interna no exercício de 2010, que foram sistematicamente avaliadas pela AUDIT, através de follow-up's específicos emitidos.

Cabe registrar que, dos 24 (Vinte quatro) Relatórios emitidos em 2010, todas as não-conformidades apontadas foram integralmente sanadas no exercício.

VOLUME II

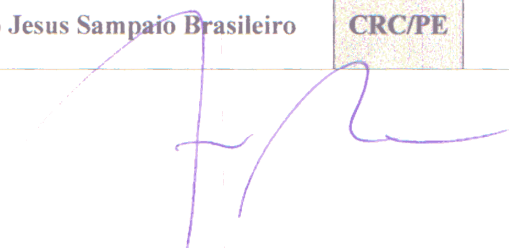
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

13.1 - DECLARAÇÃO PLENA

Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|--|---------------------------------|--------|-----------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | | | 275068 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Rio de Janeiro | Data | 15 de janeiro de 2011 |
| Contador Responsável | Glauco Jesus Sampaio Brasileiro | CRC/PE | 11477 |



**14. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI
Nº 4.320/64**

14.1 – BALANÇO FINANCEIRO

Quadro B.1.2 – Balanço Financeiro – Todos os orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------|------------------|--|------------------|------------------|--|--------------|--|
| TITULO | | | BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS | | EXERCICIO | | MES | |
| | | | | | 2010 | | DEZ(FECHADO) | |
| SUBTITULO | | | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA | | EMISSAO | | PAGINA | |
| | | | | | 17/01/2011 | | 1 | |
| ORGAO SUPERIOR | | | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES | | | | | |
| INGRESSOS | | | DISPENDIOS | | | | | |
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 163.400.752,53 | 109.896.175,20 | DESPESAS CORRENTES | 490.368.935,37 | 489.784.620,68 | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 4.138.882,73 | 7.017.651,69 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 192.109.071,04 | 210.990.486,83 | | | |
| RECEITA DE SERVICOS | 117.050.431,02 | 98.933.674,60 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 7.037.141,52 | 10.946.984,46 | | | |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS | 153.071,33 | 109.262,15 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 248.711.910,18 | 235.654.341,50 | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 42.058.367,45 | 3.835.586,76 | BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | 14.956.923,90 | 14.600.563,49 | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 53.896,53 | 148.023,32 | OUTRAS DESPESAS | 233.754.986,28 | 221.053.778,01 | | | |
| ALIENACAO DE BENS | 53.896,53 | 148.023,32 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 42.510.812,63 | 32.192.807,89 | | | |
| DEDUCOES DA RECEITA | -45.305,76 | -55.146,05 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 37.299.086,29 | 27.821.467,72 | | | |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 847.450.264,83 | 543.876.572,80 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.211.726,34 | 4.371.340,17 | | | |
| TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 807.536.811,95 | 543.672.544,01 | DESPESAS DE CAPITAL | 438.107.773,72 | 310.481.821,09 | | | |
| REPASSE RECEBIDO | 504.411.819,16 | 371.759.389,46 | INVESTIMENTOS | 411.222.700,23 | 286.480.549,28 | | | |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 26.868.035,35 | 23.991.271,81 | | | |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 17.038,14 | 10.000,00 | | | |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 58.974,60 | 185.250,64 | INVESTIMENTOS | 17.038,14 | 10.000,00 | | | |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 20.058.974,60 | 58.974,60 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 368.288.002,03 | 174.603.659,29 | | | |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 39.913.452,88 | 204.028,79 | TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS | 323.131.113,65 | 171.749.133,21 | | | |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS | 39.913.452,88 | 204.028,79 | REPASSE CONCEDIDO | 6.120,00 | 0,00 | | | |
| INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 3.112.411.849,05 | 2.848.230.570,59 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | | | |
| VALORES EM CIRCULACAO | 900.595.573,52 | 788.237.634,20 | SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC. | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | | | |
| REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 1.740.211,03 | 1.748.036,95 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 58.974,60 | 21.229,30 | | | |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 851.276.576,02 | 774.066.252,80 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 40.058.975,46 | 58.974,60 | | | |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | 2.254,12 | 390.395,69 | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 45.156.888,38 | 2.854.526,08 | | | |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 2.719.983,65 | 258.315,43 | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA | 949.830,78 | 164.256,14 | | | |
| OUTROS CREDITOS | 2.719.983,65 | 258.315,43 | DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 949.830,78 | 164.256,14 | | | |
| RECURSOS VINCULADOS | 30.009.125,98 | 6.358.437,97 | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS | 44.207.057,60 | 2.690.269,94 | | | |
| OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 14.847.422,72 | 5.416.195,36 | DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS | 2.829.352.194,65 | 2.549.283.405,35 | | | |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 40.117.950,06 | 80.203,90 | VALORES EM CIRCULACAO | 1.019.052.663,56 | 900.595.573,52 | | | |
| VALORES DIFERIDOS | 40.117.950,06 | 80.203,90 | REDE BANCARIA-ARRECADACAO | 1.844.146,42 | 1.740.211,03 | | | |
| DEPOSITOS | 6.336.112,16 | 2.539.079,73 | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | 960.401.724,27 | 851.276.576,02 | | | |
| CONSIGNACOES | 490.883,19 | 260.661,79 | CREDITOS TRIBUTARIOS | 2.574,29 | 2.254,12 | | | |
| DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 5.282.458,57 | 1.922.966,29 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 2.331.446,99 | 2.719.983,65 | | | |
| RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 562.770,40 | 355.451,65 | OUTROS CREDITOS | 2.331.446,99 | 2.719.983,65 | | | |
| OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 961.614.344,93 | 969.743.781,49 | RECURSOS VINCULADOS | 23.426.978,14 | 30.009.125,98 | | | |
| FORNECEDORES | 87.515.755,14 | 6.120.611,13 | OUTROS VALORES EM CIRCULACAO | 31.045.793,45 | 14.847.422,72 | | | |
| DO EXERCICIO | 5.203.088,34 | 3.967.754,48 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 20.117.949,20 | 244.225,24 | | | |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES | 4.349.853,14 | 2.152.855,79 | VALORES DIFERIDOS | 20.117.949,20 | 244.225,24 | | | |
| CONVENIOS A PAGAR | 65.348.812,66 | 0,86 | DEPOSITOS | 2.539.079,73 | 4.017.036,22 | | | |
| TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 12.614.001,00 | 0,00 | CONSIGNACOES | 260.661,79 | 336.694,69 | | | |
| PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 4.383,50 | 182.642,65 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 1.922.966,29 | 2.373.300,02 | | | |
| RESTOS A PAGAR | 533.152.090,28 | 595.368.410,53 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 355.451,65 | 1.307.041,51 | | | |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 527.769.694,53 | 587.120.086,26 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 871.034.495,58 | 872.815.187,70 | | | |
| CANCELADO | 5.382.395,75 | 8.248.324,27 | FORNECEDORES | 6.120.611,13 | 9.016.796,05 | | | |

LAURO JESUS SILVA
Chefe do Depto. de Contabilidade e Custos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|--|
| TÍTULO | BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES |

| | |
|------------|--------------|
| EXERCÍCIO | MES |
| 2010 | DEZ(FECHADO) |
| EMISSION | PAGINA |
| 17/01/2011 | 2 |

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|------------------|------------------|---|------------------|------------------|
| TÍTULOS | 2010 | 2009 | TÍTULOS | 2010 | 2009 |
| VALORES EM TRANSITO | 3.883,43 | 1.826,78 | DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 6.120.610,27 | 8.016.794,94 |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | 0,00 | 110.631,37 | CONVENIOS A PAGAR | 0,86 | 1.000.001,11 |
| RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 339.666.203,68 | 276.994.814,12 | PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR | 182.642,65 | 188,72 |
| OUTROS DÉBITOS | 903.249,92 | 1.880,76 | RP'S NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO | 587.120.086,26 | 546.430.229,72 |
| AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL | 0,00 | 90.460.961,64 | VALORES EM TRANSITO | 1.826,78 | 41.114,06 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | 368.778,98 | 502.002,51 | OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | 110.631,37 | 0,00 |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES | 1.203.747.868,38 | 1.087.629.871,27 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 276.994.814,12 | 225.555.097,29 |
| INCORPORAÇÃO DE DIREITOS | 944.380.792,31 | 844.499.189,52 | OUTROS DÉBITOS | 1.880,76 | 0,00 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 928.531.499,74 | 834.922.803,25 | AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL | 0,00 | 90.460.961,64 |
| OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITOS | 15.849.292,57 | 9.576.386,27 | OUTRAS OBRIGAÇÕES | 502.002,51 | 1.310.800,22 |
| DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES | 259.367.076,07 | 243.116.421,04 | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES | 916.608.006,58 | 771.611.382,67 |
| EXERCÍCIOS ANTERIORES | 447.243,12 | 875.333,18 | BAIXA DE DIREITOS | 514.092.601,93 | 414.072.934,53 |
| RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 258.919.832,95 | 242.241.087,86 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 454.889.713,48 | 403.517.557,23 |
| AJUSTES DE CREDITOS | 0,00 | 14.260,71 | OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS | 59.202.888,45 | 10.555.377,30 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA | 0,00 | 11.385,22 | INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES | 402.515.404,65 | 357.137.120,23 |
| VARIACAO CAMBIAL | 0,00 | 2.875,49 | RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR | 402.515.404,65 | 357.137.120,23 |
| | | | AJUSTES DE OBRIGAÇÕES | 0,00 | 401.327,91 |
| | | | AJUSTES FINANCEIROS A DÉBITO | 0,00 | 401.327,91 |
| DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT | 34.473.009,03 | 56.530.319,58 | DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE | 31.627.560,44 | 34.473.009,03 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 34.421.070,05 | 56.484.406,02 | APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 31.573.499,15 | 34.421.070,05 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | 51.938,98 | 45.913,56 | OUTRAS DISPONIBILIDADES | 54.061,29 | 51.938,98 |
| INGRESSOS | 4.157.744.466,21 | 3.558.626.515,44 | DISPÊNDIOS | 4.157.744.466,21 | 3.558.626.515,44 |


GLAUCIO JESUS SAMPAIO BRASIL
Chefe do Dept.º de Contabilidade -
Custos

14.2 – BALANÇO PATRIMONIAL

Quadro B.1.3 – Balanço Patrimonial – Todos os orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| TITULO | | | EXERCICIO | | | MES | | |
|--|------------------|------------------|--|------------------|------------------|--------------|--|--|
| BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS | | | 2010 | | | DEZ(FECHADO) | | |
| SUBTITULO | | | EMISSAO | | | PAGINA | | |
| 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA | | | 17/01/2011 | | | 1 | | |
| ORGAO SUPERIOR | | | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES | | | | | |
| ATIVO | | | PASSIVO | | | | | |
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 | | | |
| ATIVO FINANCEIRO | 1.070.739.198,60 | 935.127.557,15 | PASSIVO FINANCEIRO | 1.002.627.036,80 | 873.632.549,91 | | | |
| DISPONIVEL | 31.627.560,44 | 34.473.009,03 | DEPOSITOS | 6.336.112,16 | 2.539.079,73 | | | |
| DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL | 31.627.560,44 | 34.473.009,03 | CONSIGNACOES | 490.883,19 | 260.661,79 | | | |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | 988.006.870,11 | 885.748.150,80 | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 562.770,40 | 355.451,65 | | | |
| CREDITOS A RECEBER | 4.178.167,70 | 4.462.448,80 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 5.282.458,57 | 1.922.966,29 | | | |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO | 31.870.224,53 | 16.353.772,77 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 956.231.949,18 | 871.034.495,58 | | | |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | 928.531.499,74 | 834.922.803,25 | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 88.423.388,56 | 6.415.765,91 | | | |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | 23.426.978,14 | 30.009.125,98 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO | 5.203.088,34 | 3.967.754,48 | | | |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 20.058.974,60 | 58.974,60 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES | 4.349.853,14 | 2.152.855,79 | | | |
| VALORES DIFERIDOS | 20.058.974,60 | 58.974,60 | CONVENIOS A PAGAR | 65.348.812,66 | 0,86 | | | |
| ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO | 31.045.793,45 | 14.847.422,72 | PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO | 4.383,50 | 0,00 | | | |
| CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS | 2.647.382,10 | 2.298.303,94 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 0,00 | 182.642,65 | | | |
| DEPOSITOS A LONGO PRAZO | 28.398.411,35 | 12.549.118,78 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | 0,00 | 110.631,37 | | | |
| ATIVO NAO FINANCEIRO | 2.928.368.144,66 | 2.868.922.787,09 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 903.249,92 | 1.880,76 | | | |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | -792.222.448,02 | -790.380.723,11 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 12.614.001,00 | 0,00 | | | |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | -826.056.051,92 | -823.915.996,49 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS | 527.769.694,53 | 587.120.086,26 | | | |
| FORNECIMENTOS A RECEBER | 17.039.599,05 | 16.907.042,91 | A LIQUIDAR | 527.769.694,53 | 587.120.086,26 | | | |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | -8.266.012,43 | -8.266.012,43 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 3.883,43 | 1.826,78 | | | |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -928.531.499,74 | -834.922.803,25 | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 339.666.203,68 | 276.994.814,12 | | | |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS | 47.099,44 | 47.099,44 | OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR | 368.778,98 | 502.002,51 | | | |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | 92.624.359,35 | 1.381.242,04 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 40.058.975,46 | 58.974,60 | | | |
| OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO | 1.030.402,41 | 937.434,80 | VALORES DIFERIDOS | 40.058.975,46 | 58.974,60 | | | |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | 33.833.603,90 | 33.535.273,05 | PASSIVO NAO FINANCEIRO | 1.190.510.954,28 | 860.371.320,80 | | | |
| ESTOQUES | 33.449.023,51 | 33.010.372,44 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 163.000.492,01 | 69.055.869,01 | | | |
| TITULOS E VALORES | 384.580,39 | 524.900,61 | PROVISOES | 158.512.377,05 | 296.868.943,99 | | | |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 4.204,01 | 6.229,05 | RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR | -339.666.203,68 | -276.994.814,12 | | | |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 4.204,01 | 6.229,05 | RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC | -339.666.203,68 | -276.994.814,12 | | | |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 174.483.951,34 | 158.343.115,37 | OPERACOES DE CREDITO | 50.922.364,82 | 27.025.567,79 | | | |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 108.114.251,71 | 103.260.169,04 | INTERNAS | 14.262.525,66 | 16.038.195,03 | | | |
| RECURSOS VINCULADOS | 108.114.251,71 | 103.260.169,04 | EXTERNAS | 36.659.839,16 | 10.987.372,76 | | | |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | 66.369.699,63 | 55.082.946,33 | OUTROS DEBITOS A PAGAR | 821.001.648,35 | 609.276.257,61 | | | |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | 41.145.927,84 | 25.930.987,62 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID | -527.769.694,53 | -587.120.086,26 | | | |
| CREDITOS A RECEBER | 25.223.771,79 | 29.151.958,71 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 1.023.884.629,61 | 787.531.285,79 | | | |
| PERMANENTE | 3.546.102.437,33 | 3.500.954.166,11 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO | 1.023.884.629,61 | 787.531.285,79 | | | |
| IMOBILIZADO | 3.519.353.891,45 | 3.471.205.029,89 | OPERACOES DE CREDITO - INTERNA | 112.948.487,10 | 130.426.494,25 | | | |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS | 4.167.410.158,03 | 4.069.243.256,11 | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA | 0,00 | 10.398.463,63 | | | |
| DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES | -648.056.266,58 | -598.038.226,22 | OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS | 738.086.436,34 | 412.000.000,00 | | | |
| INTANGIVEL | 1.533.774,08 | 976.439,54 | OBRIGACOES A PAGAR | 144.878.951,53 | 223.734.415,41 | | | |
| DIFERIDO | 25.214.771,80 | 28.772.696,68 | OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS | 27.970.754,64 | 10.971.912,50 | | | |
| ATIVO REAL | 3.999.107.343,26 | 3.804.050.344,24 | RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS | 3.625.832,66 | 3.784.166,00 | | | |
| | | | RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS | 3.625.832,66 | 3.784.166,00 | | | |
| | | | PASSIVO REAL | 2.193.137.991,08 | 1.734.003.870,71 | | | |

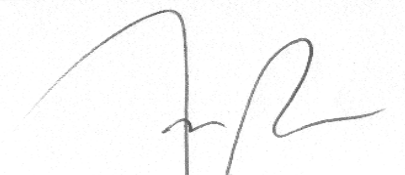


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|--|
| TÍTULO | BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES |

| | |
|----------------------|---------------------|
| EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
| EMIÇÃO 17/01/2011 | PÁGINA 2 |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|------------------|------------------|--|-------------------|-------------------|
| TÍTULOS | 2010 | 2009 | TÍTULOS | 2010 | 2009 |
| | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.805.969.352,18 | 2.070.046.473,53 |
| | | | PATRIMÔNIO/CAPITAL | 4.939.639.675,87 | 4.855.301.687,57 |
| | | | CAPITAL REALIZADO | 4.939.639.675,87 | 4.855.301.687,57 |
| | | | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO | 4.939.639.675,87 | 4.855.301.687,57 |
| | | | RESERVAS | 135.877.202,67 | 94.219.600,64 |
| | | | LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS | -2.879.474.814,68 | -2.556.510.364,91 |
| | | | RESULTADO DO PERÍODO | -390.072.711,68 | -322.964.449,77 |
| | | | SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA | 3.999.107.343,26 | 3.804.050.344,24 |
| | | | SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA | -4.389.180.054,94 | -4.127.014.794,01 |
| ATIVO COMPENSADO | 4.854.421.927,66 | 5.477.253.647,17 | PASSIVO COMPENSADO | 4.854.421.927,66 | 5.477.253.647,17 |
| COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS | 4.854.421.927,66 | 5.477.253.647,17 | COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS | 4.854.421.927,66 | 5.477.253.647,17 |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B | 88.466,18 | 101.456,34 | VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE | 88.466,18 | 101.456,34 |
| GARANTIAS DE VALORES | 49.800.253,92 | 43.647.594,01 | VALORES EM GARANTIA | 49.800.253,92 | 43.647.594,01 |
| DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS | 1.764.836.325,17 | 1.954.936.325,17 | DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS | 1.764.836.325,17 | 1.954.936.325,17 |
| DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 3.039.696.882,39 | 2.802.902.674,98 | DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS | 3.039.696.882,39 | 2.802.902.674,98 |
| OUTRAS COMPENSAÇÕES | 0,00 | 675.665.596,67 | COMPENSAÇÕES DIVERSAS | 0,00 | 675.665.596,67 |
| ATIVO | 8.853.529.270,92 | 9.281.303.991,41 | PASSIVO | 8.853.529.270,92 | 9.281.303.991,41 |



GLAUCO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
Chefe do Dept.º de Contabilidade e Custos

14.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quadro B.1.4 – Balanço Orçamentário – Todos os orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|------------------|--|----------------|---|-----------------------------|-----------------|---------------------|----------------|--|
| TITULO | | BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS | | | EXERCICIO 2010 | | MES DEZ(FECHADO) | | |
| SUBTITULO | | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA | | | - EMISSAO 17/01/2011 | | - PAGINA 1 | | |
| ORGAO SUPERIOR | | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES | | | | | | | |
| RECEITA | | | | | DESPESA | | | | |
| TITULOS | PREVISAO INICIAL | PREVISAO ATUALIZADA | REALIZACAO | EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADAÇÃO | TITULOS | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA | EXECUCAO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA |
| RECEITAS CORRENTES | 115.898.357,00 | 115.898.357,00 | 163.355.446,77 | -47.457.089,77 | CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT | 780.872.277,00 | 1.020.472.334,00 | 913.457.120,76 | 107.015.213,24 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 9.422.336,00 | 9.422.336,00 | 4.128.292,45 | 5.294.043,55 | DESPESAS CORRENTES | 433.846.690,00 | 514.489.292,00 | 490.368.935,37 | 24.120.356,63 |
| RECEITAS DE SERVICOS | 106.241.813,00 | 106.241.813,00 | 117.042.799,24 | -10.800.986,24 | PESSOAL E ENCARGOS SOCI | 176.174.657,00 | 234.848.060,00 | 229.408.157,33 | 5.439.902,67 |
| TRANSFERENCIAS | 220.584,00 | 220.584,00 | 153.071,33 | 67.512,67 | JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA | 9.391.470,00 | 9.873.470,00 | 7.037.141,52 | 2.836.328,48 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTE | 13.624,00 | 13.624,00 | 42.031.283,75 | -42.017.659,75 | OUTRAS DESPESAS CORREN | 248.280.563,00 | 269.767.762,00 | 253.923.636,52 | 15.844.125,48 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 97.642,00 | 97.642,00 | 53.896,53 | 43.745,47 | DESPESAS DE CAPITAL | 347.025.587,00 | 505.983.042,00 | 423.088.185,39 | 82.894.856,61 |
| ALIENACAO DE BENS | 97.642,00 | 97.642,00 | 53.896,53 | 43.745,47 | INVESTIMENTOS | 275.022.882,00 | 433.180.337,00 | 396.220.150,04 | 36.960.186,96 |
| | | | | | AMORTIZACAO DA DIVIDA | 72.002.705,00 | 72.802.705,00 | 26.868.035,35 | 45.934.669,65 |
| | | | | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 0,00 | 15.200.000,00 | 15.019.588,33 | 180.411,67 |
| | | | | | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 15.200.000,00 | 15.019.588,33 | 180.411,67 |
| | | | | | INVESTIMENTOS | 0,00 | 15.200.000,00 | 15.019.588,33 | 180.411,67 |
| SUBTOTAL I | 115.995.999,00 | 115.995.999,00 | 163.409.343,30 | -47.413.344,30 | SUBTOTAL I | 780.872.277,00 | 1.035.672.334,00 | 928.476.709,09 | 107.195.624,91 |

GLAUCO JESUS SAMPAIO

Chefe do Departamento

GLAUCO JESUS SAMPAIO
Chefe do Dept.º de Contabilidade e Custos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|--|
| TÍTULO | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES |

| | |
|----------------------|---------------------|
| EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
| EMIÇÃO 17/01/2011 | PÁGINA 2 |

| TÍTULOS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | REALIZAÇÃO | EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO | TÍTULOS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | EXECUÇÃO | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA |
|---------------------------------|------------------|---------------------|----------------|---|----------------------------|-----------------|--------------------|----------------|--|
| MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REPASSE | 912.879.635,00 | 912.873.515,00 | 484.405.698,30 | 428.467.816,70 | MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO | | | | |
| | | | | | CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA | 0,00 | -6.120,00 | 0,00 | -6.120,00 |
| | | | | | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | -6.120,00 | 0,00 | -6.120,00 |
| | | | | | OUTRAS DESPESAS CORRE | 0,00 | -6.120,00 | 0,00 | -6.120,00 |
| SUBTOTAL II | 912.879.635,00 | 912.873.515,00 | 484.405.698,30 | 428.467.816,70 | SUBTOTAL II | 0,00 | -6.120,00 | 0,00 | -6.120,00 |
| RECEITA TES. DESCENTRALIZ. | 0,00 | 0,00 | -4.293.604,72 | 4.293.604,72 | | | | | |
| TOTAL | 1.028.875.634,00 | 1.028.869.514,00 | 643.521.436,88 | 385.348.077,12 | TOTAL | 780.872.277,00 | 1.035.666.214,00 | 928.476.709,09 | 107.189.504,91 |
| DEFICIT TOTAL | 0,00 | 0,00 | 284.955.272,21 | -284.955.272,21 | SUPERÁVIT TOTAL | | | | |
| TOTAL GERAL | 1.028.875.634,00 | 1.028.869.514,00 | 928.476.709,09 | 100.392.804,91 | TOTAL GERAL | 780.872.277,00 | 1.035.666.214,00 | 928.476.709,09 | 107.189.504,91 |


GLAUCO JESUS SAMPAIO BRAGA
Chefe do Dept.º de Contabiliz.
Custos

14.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quadro B.1.5 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Todos os orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| TITULO | | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS | | EXERCICIO | | MES | |
|--|------------------|--|--|------------------|------------------|--------------|--|
| SUBTITULO | | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA | | 2010 | | DEZ(FECHADO) | |
| ORGAO SUPERIOR | | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES | | EMISSAO | | PAGINA | |
| | | | | 17/01/2011 | | 1 | |
| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | | | |
| TITULOS | 2010 | 2009 | TITULOS | 2010 | 2009 | | |
| ORCAMENTARIAS | 1.533.677.315,40 | 1.106.086.050,32 | ORCAMENTARIAS | 1.535.908.945,80 | 1.051.776.549,60 | | |
| RECEITAS CORRENTES | 163.400.752,53 | 109.896.175,20 | DESPESAS CORRENTES | 490.368.935,37 | 489.784.620,68 | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 4.138.882,73 | 7.017.651,69 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 192.109.071,04 | 210.990.486,83 | | |
| RECEITA DE SERVICOS | 117.050.431,02 | 98.933.674,60 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 7.037.141,52 | 10.946.984,46 | | |
| OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES | 153.071,33 | 109.262,15 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 248.711.910,18 | 235.654.341,50 | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 42.058.367,45 | 3.835.586,76 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 42.510.812,63 | 32.192.807,89 | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 53.896,53 | 148.023,32 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 37.299.086,29 | 27.821.467,72 | | |
| ALIENACAO DE BENS | 53.896,53 | 148.023,32 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.211.726,34 | 4.371.340,17 | | |
| DEDUCOES DA RECEITA | -45.305,76 | -55.146,05 | DESPESAS DE CAPITAL | 438.107.773,72 | 310.481.821,09 | | |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 807.536.811,95 | 543.672.544,01 | INVESTIMENTOS | 411.222.700,23 | 286.480.549,28 | | |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 807.536.811,95 | 543.672.544,01 | AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA | 26.868.035,35 | 23.991.271,81 | | |
| REPASSE RECEBIDO | 504.411.819,16 | 371.759.389,46 | DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO | 17.038,14 | 10.000,00 | | |
| SUB-REPASSE RECEBIDO | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | INVESTIMENTOS | 17.038,14 | 10.000,00 | | |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 58.974,60 | 185.250,64 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 323.131.113,65 | 171.749.133,21 | | |
| VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 20.058.974,60 | 58.974,60 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 323.131.113,65 | 171.749.133,21 | | |
| MUTACOES ATIVAS | 562.731.160,15 | 452.424.453,84 | REPASSE CONCEDIDO | 6.120,00 | 0,00 | | |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 273.380.995,89 | 25.003.537,81 | SUB-REPASSE CONCEDIDO | 283.007.043,59 | 171.668.929,31 | | |
| AQUISICOES DE BENS | 186.349.754,82 | 17.014.242,23 | VALORES DIFERIDOS - BAIXA | 58.974,60 | 21.229,30 | | |
| INCORPORACAO DE CREDITOS | 86.806.378,33 | 5.852.181,70 | VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO | 40.058.975,46 | 58.974,60 | | |
| CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO | 216.244,15 | 2.122.910,03 | MUTACOES PASSIVAS | 284.301.123,06 | 79.760.974,62 | | |
| GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS | 8.618,59 | 14.203,85 | DESINCORPORACOES DE ATIVOS | 171.254.363,56 | 2.078.519,99 | | |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS | 289.350.164,26 | 427.420.916,03 | ALIENACAO DE BENS | 168.852.702,39 | 13.666,54 | | |
| RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 3.489.884.034,44 | 3.499.486.847,77 | LIQUIDACAO DE CREDITOS | 353.041,64 | 301.041,64 | | |
| RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 2.045.347,16 | 1.738.857,29 | BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA | 2.048.619,53 | 1.763.811,49 | | |
| RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS | 2.045.347,16 | 1.738.857,29 | INCORPORACOES DE PASSIVOS | 113.046.759,50 | 77.682.454,63 | | |
| INTERFERENCIAS ATIVAS | 39.916.891,69 | 347.020.009,23 | RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO | 3.877.725.115,72 | 3.876.760.798,26 | | |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 3.438,81 | 10.330,68 | DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS | 0,00 | 1.895,37 | | |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO | 39.913.452,88 | 347.009.678,55 | DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS | 0,00 | 1.895,37 | | |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 3.447.921.795,59 | 3.150.727.981,25 | INTERFERENCIAS PASSIVAS | 45.160.327,19 | 349.670.506,52 | | |
| INCORPORACOES DE ATIVOS | 2.409.705.744,92 | 2.093.459.878,29 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 3.438,81 | 10.330,68 | | |
| INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS | 26.611.111,88 | 24.217.844,82 | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 949.830,78 | 164.256,14 | | |

~~GLAUCO-JESUS SAMPAI~~ BR 131



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|--|
| TÍTULO | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES |


| | |
|-----------------------|---------------------|
| EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
| EMISSÃO 17/01/2011 | PAGINA 2 |

| VARIACOES ATIVAS | | | VARIACOES PASSIVAS | | |
|----------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------|------------------|------------------|
| TÍTULOS | 2010 | 2009 | TÍTULOS | 2010 | 2009 |
| AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 16.685.117,88 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 53.857.009,39 | 52.583.918,71 |
| AJUSTES NAO FINANCEIROS | 0,00 | 16.685.117,88 | INCORPORACAO DE PASSIVOS | 2.020.314.889,47 | 1.701.896.550,67 |
| RESULTADO PATRIMONIAL | 390.072.711,68 | 322.964.449,77 | AJUSTES DE OBRIGACOES | 184.864.665,93 | 128.698.253,02 |
| DEFICIT | 390.072.711,68 | 322.964.449,77 | AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 235.401.327,91 |
| | | | AJUSTES FINANCEIROS | 0,00 | 401.327,91 |
| | | | AJUSTES NAO FINANCEIROS | 0,00 | 235.000.000,00 |
| | | | SUPERAVIT | 0,00 | 0,00 |
| VARIACOES ATIVAS | 5.413.634.061,52 | 4.928.537.347,86 | VARIACOES PASSIVAS | 5.413.634.061,52 | 4.928.537.347,86 |

GLAUCO JESUS SAMPAIO
Chefe do Dept.º de Contabilidade - Custos

14.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

Quadro B.1.6 – Demonstração das Disponibilidades – Todos os orçamentos

|  MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL | | | EXERCÍCIO 2010 | | MES DEZ(FECHADO) |
|--|---------------|---------------|---|-----------------|---------------------|
| TÍTULO | | | EMISSÃO | | PÁGINA |
| SUBTÍTULO | | | 17/01/2011 | | 1 |
| ORGÃO SUPERIOR | | | 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES | | |
| DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS | | | COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS | | |
| TÍTULOS | 2010 | 2009 | TÍTULOS | 2010 | 2009 |
| DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL | 31.627.560,44 | 34.473.009,03 | CREDITOS EM CIRCULACAO | -988.006.870,11 | -885.748.150,80 |
| CAIXA | 54.061,29 | 51.938,98 | CREDITOS A RECEBER | -988.006.870,11 | -885.748.150,80 |
| APLICACOES FINANCEIRAS | 31.573.499,15 | 34.421.070,05 | REDE BANCARIA - ARRECADACAO | -1.844.146,42 | -1.740.211,03 |
| | | | CREDITOS TRIBUTARIOS | -2.574,29 | -2.254,12 |
| | | | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | -960.401.724,27 | -851.276.576,02 |
| | | | LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT | -31.870.224,53 | -16.353.772,77 |
| | | | RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | -928.531.499,74 | -834.922.803,25 |
| | | | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | -2.331.446,99 | -2.719.983,65 |
| | | | SALARIO-MATERNIDADE | -1.724,11 | 0,00 |
| | | | CREDITOS A RECEBER - FOLHA DE PAGAMENTO | -1.029,40 | -2.875,49 |
| | | | CREDITOS EM LIQUIDACAO | -2.328.693,48 | -2.717.108,16 |
| | | | RECURSOS VINCULADOS | -23.426.978,14 | -30.009.125,98 |
| | | | RECURSOS APREENDIDOS POR DECISAO JUDICIA | -23.426.978,14 | -30.009.125,98 |
| | | | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | -51.104.768,05 | -14.906.397,32 |
| | | | RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO | -20.058.974,60 | -58.974,60 |
| | | | DEPOSITOS DE LONGO PRAZO | -28.398.411,35 | -12.549.118,78 |
| | | | RESERVA DE RESULTADOS A COMPENSAR | -2.647.382,10 | -2.298.303,94 |
| | | | DEPOSITOS | 6.336.112,16 | 2.539.079,73 |
| | | | CONSIGNACOES | 490.883,19 | 260.661,79 |
| | | | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | 562.770,40 | 355.451,65 |
| | | | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 5.282.458,57 | 1.922.966,29 |
| | | | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | 956.231.949,18 | 871.034.495,58 |
| | | | OBRIGACOES A PAGAR | 954.956.036,85 | 870.528.785,53 |
| | | | FORNECEDORES | 87.515.755,14 | 6.120.611,13 |
| | | | DO EXERCICIO | 5.203.088,34 | 3.967.754,48 |
| | | | DE EXERCICIOS ANTERIORES | 4.349.853,14 | 2.152.855,79 |
| | | | CONVENIOS A PAGAR | 65.348.812,66 | 0,86 |
| | | | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR | 12.614.001,00 | 0,00 |
| | | | PESSOAL A PAGAR | 4.383,50 | 0,00 |
| | | | DO EXERCICIO | 4.383,50 | 0,00 |
| | | | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 0,00 | 182.642,65 |
| | | | TRIBUTOS A PAGAR | 0,00 | 110.631,37 |
| | | | RESTOS A PAGAR | 527.769.694,53 | 587.120.086,26 |
| | | | NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | 527.769.694,53 | 587.120.086,26 |
| | | | RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP | 339.666.203,68 | 276.994.814,12 |
| | | | CREDORES DIVERSOS | 903.249,92 | 1.880,76 |
| | | | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 903.249,92 | 1.880,76 |
| | | | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | 3.883,43 | 1.826,78 |
| | | | SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO | 3.883,43 | 1.826,78 |
| | | | OUTRAS OBRIGACOES | 368.778,98 | 502.002,51 |
| | | | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 40.058.975,46 | 58.974,60 |
| | | | RECURSO DIFERIDO RECEBIDO | 40.058.975,46 | 58.974,60 |

PAULO PESTES SAMPAIO BRASILEIR
 chefe do Dept. de Contabilidade e
 17/01/2011



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|--|
| TÍTULO | DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES |

| | |
|----------------------|---------------------|
| EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
| EMIÇÃO 17/01/2011 | PÁGINA 2 |

| DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS | | | COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS | | |
|------------------------------|---------------|---------------|---|-----------------|-----------------|
| TÍTULOS | 2010 | 2009 | TÍTULOS | 2010 | 2009 |
| | | | SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO | 68.112.161,80 | 61.495.007,24 |
| | | | DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS | -500.753.133,40 | -496.432.981,89 |
| | | | DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR | 588.865.296,06 | 557.927.989,13 |
| | | | LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDIDO | -339.666.203,68 | -276.994.814,12 |
| | | | LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO | 928.531.499,74 | 834.922.803,25 |
| | | | DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO | -20.000.000,86 | 0,00 |
| | | | DISPONIBILIDADE DE REPASSE DIFERIDO RECEBI | -20.000.000,86 | 0,00 |
| | | | DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI | -20.058.974,60 | -58.974,60 |
| | | | DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO CONCED | 20.058.974,60 | 58.974,60 |
| DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS | 31.627.560,44 | 34.473.009,03 | COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS | 31.627.560,44 | 34.473.009,03 |

WILSON JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
Chefe do Dept.º de Contabilização
Estatística

14.6 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA

Quadro B.1.7 – Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza – Todos os orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| TÍTULO | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS | EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
|---|--|----------------------|---------------------|
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA | MISSÃO 17/01/2011 | PÁGINA 1 |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES | | |
| TÍTULOS | 2010 | 2009 | |
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 163.400.752,53 | 109.896.175,20 | |
| RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS | 163.400.752,53 | 109.896.175,20 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 53.896,53 | 148.023,32 | |
| DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL | 53.896,53 | 148.023,32 | |
| DEDUÇÕES DA RECEITA | -45.305,76 | -55.146,05 | |
| TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | 163.409.343,30 | 109.989.052,47 | |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | | |
| DESPESAS CORRENTES | 490.368.935,37 | 489.784.620,68 | |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 229.408.157,33 | 238.811.954,55 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 7.037.141,52 | 10.946.984,46 | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 253.923.636,52 | 240.025.681,67 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 438.107.773,72 | 310.481.821,09 | |
| INVESTIMENTOS | 411.239.738,37 | 286.490.549,28 | |
| AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA | 26.868.035,35 | 23.991.271,81 | |
| (-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | 928.476.709,09 | 800.266.441,77 | |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | -765.067.365,79 | -690.277.389,30 | |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS | 807.536.811,95 | 543.672.544,01 | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 807.536.811,95 | 543.672.544,01 | |
| MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS | 562.731.160,15 | 452.424.453,84 | |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 273.380.995,89 | 25.003.537,81 | |
| DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 289.350.164,26 | 427.420.916,03 | |
| (-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS | 323.131.113,65 | 171.749.133,21 | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 323.131.113,65 | 171.749.133,21 | |
| (-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS | 284.301.123,06 | 79.760.974,62 | |
| DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 171.254.363,56 | 2.078.519,99 | |
| INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 113.046.759,50 | 77.682.454,63 | |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APOS INTER/MUTACÕES | -2.231.630,40 | 54.309.500,72 | |
| RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | |
| RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND. | 2.045.347,16 | 1.738.857,29 | |
| TOTAL DAS RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 2.045.347,16 | 1.738.857,29 | |
| DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | |
| DESPESAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND. | 0,00 | 1.895,37 | |
| (-) TOTAL DAS DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 1.895,37 | |
| RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | -186.283,24 | 56.046.462,64 | |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 39.916.891,69 | 347.020.009,23 | |
| TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 3.438,81 | 10.330,68 | |
| OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS | 39.913.452,88 | 347.009.678,55 | |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | 3.447.921.795,59 | 3.150.727.981,25 | |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 2.409.705.744,92 | 2.093.459.878,29 | |
| DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 995.479.254,65 | 977.389.549,41 | |
| OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 42.736.796,02 | 79.878.553,55 | |
| (-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 45.160.327,19 | 349.670.506,52 | |
| TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS | 3.438,81 | 10.330,68 | |

GLAUCO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
Chefe de Divisão de Contabilidade e
Fiscal.

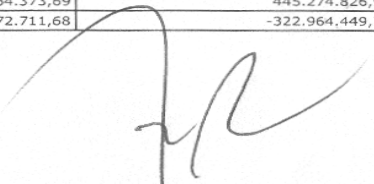


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|--|
| TÍTULO | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES |

| | |
|----------------------|---------------------|
| EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
| EMIÇÃO 17/01/2011 | PAGINA 2 |

| TÍTULOS | 2010 | 2009 |
|--|------------------|------------------|
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 949.830,78 | 164.256,14 |
| OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS | 44.207.057,60 | 349.495.919,70 |
| (-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS | 3.832.564.788,53 | 3.527.088.396,37 |
| DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 1.567.785.525,37 | 1.379.917.018,80 |
| INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 2.020.314.889,47 | 1.701.896.550,67 |
| OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 244.464.373,69 | 445.274.826,90 |
| RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT | -390.072.711,68 | -322.964.449,77 |


GLAUCIO JESUS SAMPAIO BRAGA
Chefe do Dept.º de Contab.º
Custos

14.7 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Quadro B.1.8 – Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função – Todos os orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| TÍTULO | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS | | EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
|---|---|------------------|----------------------|---------------------|
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA | | EMIÇÃO 17/01/2011 | PÁGINA 1 |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES | | | |
| TÍTULOS | 2010 | 2009 | | |
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 163.400.752,53 | 109.896.175,20 | | |
| RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS | 163.400.752,53 | 109.896.175,20 | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 53.896,53 | 148.023,32 | | |
| DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL | 53.896,53 | 148.023,32 | | |
| DEDUÇÕES DA RECEITA | -45.305,76 | -55.146,05 | | |
| TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | 163.409.343,30 | 109.989.052,47 | | |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| URBANISMO | 824.448.152,56 | 648.292.492,73 | | |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 104.028.556,53 | 151.973.949,04 | | |
| (-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | 928.476.709,09 | 800.266.441,77 | | |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | -765.067.365,79 | -690.277.389,30 | | |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS | 807.536.811,95 | 543.672.544,01 | | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 807.536.811,95 | 543.672.544,01 | | |
| MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS | 562.731.160,15 | 452.424.453,84 | | |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 273.380.995,89 | 25.003.537,81 | | |
| DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 289.350.164,26 | 427.420.916,03 | | |
| (-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS | 323.131.113,65 | 171.749.133,21 | | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 323.131.113,65 | 171.749.133,21 | | |
| (-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS | 284.301.123,06 | 79.760.974,62 | | |
| DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 171.254.363,56 | 2.078.519,99 | | |
| INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 113.046.759,50 | 77.682.454,63 | | |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APOS INTERF/MUTACÕES | -2.231.630,40 | 54.309.500,72 | | |
| RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND. | 2.045.347,16 | 1.738.857,29 | | |
| TOTAL DAS RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 2.045.347,16 | 1.738.857,29 | | |
| DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| DESPESAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND. | 0,00 | 1.895,37 | | |
| (-) TOTAL DAS DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 1.895,37 | | |
| RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | -186.283,24 | 56.046.462,64 | | |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 39.916.891,69 | 347.020.009,23 | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 3.438,81 | 10.330,68 | | |
| OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS | 39.913.452,88 | 347.009.678,55 | | |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | 3.447.921.795,59 | 3.150.727.981,25 | | |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 2.409.705.744,92 | 2.093.459.878,29 | | |
| DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 995.479.254,65 | 977.389.549,41 | | |
| OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | 42.736.796,02 | 79.878.553,55 | | |
| (-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 45.160.327,19 | 349.670.506,52 | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS | 3.438,81 | 10.330,68 | | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 949.830,78 | 164.256,14 | | |
| OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS | 44.207.057,60 | 349.495.919,70 | | |
| (-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | 3.832.564.788,53 | 3.527.088.396,37 | | |
| DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 1.567.785.525,37 | 1.379.917.018,80 | | |
| INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 2.020.314.889,47 | 1.701.896.550,67 | | |

CO JESUS SANTANA BRASILEIRO
do Depto de Contabilidade e




MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|---|
| TÍTULO | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA |
| ORGAO SUPERIOR | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES |

| | |
|-----------------------|---------------------|
| EXERCICIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
| EMISSAO 17/01/2011 | PAGINA 2 |

| TITULOS | 2010 | 2009 |
|--|-----------------|-----------------|
| OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS | 244.464.373,69 | 445.274.826,90 |
| RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT | -390.072.711,68 | -322.964.449,77 |


LAURO JESUS SAMPAIO BRASIL
Chefe do Dept.º de Contabilidade
Custos

14.8 - BALANÇO PATRIMONIAL LEI 6.404/76 – TODOS OS ORÇAMENTOS – DEMONSTRATIVO SIAFI

Quadro B.1.9 – Balanço Patrimonial Lei 6.404/76 – Todos os Orçamentos – demonstrativo SIAFI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | | | | | | | | |
|--|--|------------------|--|--|------------|-------------------|-------------------|--|
| TITULO | | | BALANÇO PATRIMONIAL LEI 6404/76 - TODOS OS ORÇAMENTOS | | EXERCÍCIO | | MES | |
| SUBTITULO | | | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA | | 2010 | | DEZ(FECHADO) | |
| ORGÃO SUPERIOR | | | 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES | | EMISSAO | | PAGINA | |
| | | | | | 17/01/2011 | | 1 | |
| ATIVO | | | | PASSIVO | | | | |
| TITULOS | | 2010 | 2009 | TITULOS | | 2010 | 2009 | |
| ATIVO CIRCULANTE | | 247.475.161,14 | 129.905.640,04 | PASSIVO CIRCULANTE | | 1.165.627.528,81 | 942.688.418,92 | |
| DISPONIVEL | | 31.627.560,44 | 34.473.009,03 | DEPOSITOS | | 6.336.112,16 | 2.539.079,73 | |
| CAIXA | | 54.061,29 | 51.938,98 | CONSIGNACOES | | 490.883,19 | 260.661,79 | |
| APLICACOES FINANCEIRAS | | 31.573.499,15 | 34.421.070,05 | PENSAO ALIMENTICIA | | 191,89 | 5.921,66 | |
| CREDITOS EM CIRCULACAO | | 161.950.818,19 | 61.832.154,31 | OUTROS TRIBUTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES | | 31.911,67 | 11.945,10 | |
| CREDITOS A RECEBER | | 45.176.520,77 | 29.787.011,89 | OUTROS CONSIGNATARIOS | | 295.108,32 | 206.073,84 | |
| DEVEDORES POR FORNECIMENTO - FATURADOS | | 982.846,28 | 986.118,65 | CONSIGNACOES DIVERSAS | | 163.671,31 | 36.721,19 | |
| DEVEDORES POR FORNECIMENTO - VENCIDOS | | 16.056.752,77 | 15.920.924,26 | RECURSOS DA UNIAO | | 562.770,40 | 355.451,65 | |
| REDE BANCARIA-ARRECADACAO | | 1.844.146,42 | 1.740.211,03 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | | 5.282.458,57 | 0,00 | |
| CREDITOS TRIBUTARIOS | | 2.574,29 | 2.254,12 | OBRIGACOES EM CIRCULACAO | | 1.119.232.441,19 | 940.090.364,59 | |
| RECURSOS A RECEBER | | 31.870.224,53 | 16.353.772,77 | OBRIGACOES A PAGAR | | 1.067.937.413,96 | 912.560.967,51 | |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | | 2.685.988,91 | 3.049.743,49 | FORNECEDORES | | 87.515.755,14 | 6.120.611,13 | |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | | -8.266.012,43 | -8.266.012,43 | PESSOAL A PAGAR | | 4.383,50 | 0,00 | |
| DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES | | 722.959,93 | 654.774,40 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | | 0,00 | 182.642,65 | |
| DEVEDORES DIVERSOS | | 722.959,93 | 654.774,40 | PROVISOES | | 158.512.377,05 | 296.868.943,99 | |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS | | 92.624.359,35 | 1.381.242,04 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS | | 0,00 | 110.631,37 | |
| ADIANTAMENTOS A PESSOAL | | 1.965.545,69 | 1.381.242,04 | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | | 821.904.898,27 | 609.278.138,37 | |
| ADIANTAMENTOS A UNIDADES E ENTIDADES | | 65.348.812,66 | 0,00 | OPERACOES DE CREDITO | | 50.922.364,82 | 27.025.567,79 | |
| ADIANTAMENTOS - TRANSF. VOLUNTARIAS | | 25.310.001,00 | 0,00 | INTERNAS | | 14.262.525,66 | 16.038.195,03 | |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO | | 23.426.978,14 | 30.009.125,98 | EXTERNAS | | 36.659.839,16 | 10.987.372,76 | |
| RECURSOS VINCULADOS | | 23.426.978,14 | 30.009.125,98 | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS | | 3.883,43 | 1.826,78 | |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO | | 33.833.603,90 | 33.535.273,05 | OUTRAS OBRIGACOES | | 368.778,98 | 502.002,51 | |
| ESTOQUES | | 33.449.023,51 | 33.010.372,44 | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | | 40.058.975,46 | 58.974,60 | |
| TITULOS E VALORES EM CIRCULACAO | | 384.580,39 | 524.900,61 | VALORES DIFERIDOS | | 40.058.975,46 | 58.974,60 | |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | | 20.063.178,61 | 65.203,65 | PASSIVO NAO-CIRCULANTE | | 1.027.510.462,27 | 791.315.451,79 | |
| VALORES PENDENTES | | 4.204,01 | 6.229,05 | OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO A PRAZO | | 1.023.884.629,61 | 787.531.285,79 | |
| VALORES DIFERIDOS | | 20.058.974,60 | 58.974,60 | OPERACOES DE CREDITO - INTERNAS | | 112.948.487,10 | 130.426.494,25 | |
| ATIVO NAO-CIRCULANTE | | 3.751.632.182,12 | 3.674.144.704,20 | OPERACOES DE CREDITO - EXTERNAS | | 0,00 | 10.398.463,63 | |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | | 205.529.744,79 | 173.190.538,09 | OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS | | 738.086.436,34 | 412.000.000,00 | |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | | 136.512.663,06 | 115.809.287,82 | OBRIGACOES A PAGAR | | 144.878.951,53 | 223.734.415,41 | |
| RECURSOS VINCULADOS | | 136.512.663,06 | 115.809.287,82 | OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS | | 27.970.754,64 | 0,00 | |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | | 69.017.081,73 | 57.381.250,27 | RECEITA DIFERIDA | | 3.625.832,66 | 3.784.166,00 | |
| DEVEDORES- ENTIDADES E AGENTES | | 41.145.927,84 | 25.930.987,62 | RECEITA DIFERIDA | | 3.625.832,66 | 3.784.166,00 | |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | | 27.871.153,89 | 31.450.262,65 | PATRIMONIO LIQUIDO | | 1.805.969.352,18 | 2.070.046.473,53 | |
| IMOBILIZADO | | 3.519.353.891,45 | 3.471.205.029,89 | PATRIMONIO/CAPITAL | | 4.939.639.675,87 | 4.855.301.687,57 | |
| BENS IMOVEIS | | 3.515.707.999,02 | 3.462.398.516,43 | CAPITAL REALIZADO | | 4.939.639.675,87 | 4.855.301.687,57 | |
| BENS MOVEIS | | 651.702.159,01 | 606.844.739,68 | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO | | 4.939.639.675,87 | 4.855.301.687,57 | |
| DEPRECIACOES | | 648.056.266,58 | -598.038.226,22 | RESERVAS | | 135.877.202,67 | 94.219.600,64 | |
| INTANGIVEL | | 1.533.774,08 | 976.439,54 | RESERVAS DE CAPITAL | | 128.757.274,19 | 86.604.911,44 | |
| DIFERIDO | | 25.214.771,80 | 28.772.696,68 | RESERVAS DE REAVALIACAO | | 7.119.928,48 | 7.614.689,20 | |
| DESPESAS PRE-OPERACIONAIS | | 205.425.278,53 | 205.425.278,53 | RESULTADO ACUMULADO | | -2.879.474.814,68 | -2.556.510.364,91 | |
| OUTROS DIFERIMENTOS | | 49.603.254,68 | 49.603.254,68 | RESULTADO DO PERIODO | | -390.072.711,68 | -322.964.449,77 | |

GLAUCO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
Chefe do Depto de Contabilidade e
Custos

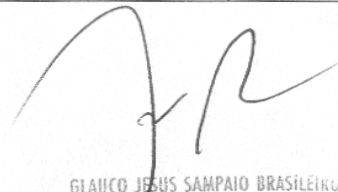


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------|--|
| TÍTULO | BALANÇO PATRIMONIAL LEI 6404/76 - TODOS OS ORÇAMENTOS |
| SUBTÍTULO | 29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES |

| | |
|----------------------|---------------------|
| EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(FECHADO) |
| EMIÇÃO 17/01/2011 | PÁGINA 2 |

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--------------|------------------|------------------|------------------------------|--------------------|--------------------|
| TÍTULOS | 2010 | 2009 | TÍTULOS | 2010 | 2009 |
| AMORTIZAÇÕES | -229.813.761,41 | -226.255.836,53 | SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA | 13.770.297.906,86 | 13.491.437.815,59 |
| | | | SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA | -14.160.370.618,54 | -13.814.402.265,36 |
| ATIVO | 3.999.107.343,26 | 3.804.050.344,24 | PASSIVO | 3.999.107.343,26 | 3.804.050.344,24 |


GLAUCO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
Chefe do Dept.º de Contabilidade e
Custos

**15. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI
Nº 6.404/76, INCLUINDO NOTAS EXPLICATIVAS**

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em Reais)

ATIVO

| | 2010 | 2009 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Disponibilidades | 65.341.931,39 | 52.566.992,83 |
| Caixa | 54.061,29 | 51.938,98 |
| Conta Única do Tesouro Nacional | 22.756.224,53 | 16.353.772,77 |
| Valores em Trânsito | 1.844.146,42 | 1.740.211,03 |
| Aplicações Financeiras | 31.573.499,15 | 34.421.070,05 |
| Recursos de Convênios - Nota 03 | 9.114.000,00 | - |
| Contas a Receber - Nota 04 | 12.182.535,46 | 12.345.548,37 |
| Impostos e Contribuições a Compensar | 2.574,29 | 2.254,12 |
| Adiantamento de Férias | 1.965.545,69 | 1.381.242,04 |
| Recursos de Convênios a Receber - Nota 03 | 68.848.813,66 | - |
| Almoxarifados | 33.833.603,90 | 33.535.273,05 |
| Depósitos Judiciais - Nota 05 | 51.827.889,49 | 42.560.744,76 |
| Despesas Antecipadas | 4.204,01 | 6.229,05 |
| | 234.007.097,89 | 142.398.284,22 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | |
| Depósitos Judiciais - Nota 05 | 53.160.814,50 | 52.472.650,07 |
| Depósitos Especiais e Cauções - Nota 06 | 54.950.937,21 | 50.785.018,97 |
| Impostos a Recuperar | 25.573.092,34 | 24.145.947,87 |
| Aplicação em Títulos do Tesouro | 1.564.493,88 | 1.466.462,64 |
| Créditos a Receber União - BIRD - Nota 07 | 41.879.495,51 | 31.768.839,76 |
| | 177.128.833,44 | 160.638.919,31 |
| IMOBILIZADO - Nota 08 | 3.519.353.891,45 | 3.471.205.029,89 |
| DIFERIDO - Nota 09 | 25.214.771,80 | 28.772.696,68 |
| INTANGÍVEL | 1.533.774,08 | 976.439,54 |
| | 3.546.102.437,33 | 3.500.954.166,11 |
| | 3.723.231.270,77 | 3.661.593.085,42 |
| TOTAL DO ATIVO | 3.957.238.368,66 | 3.803.991.369,64 |

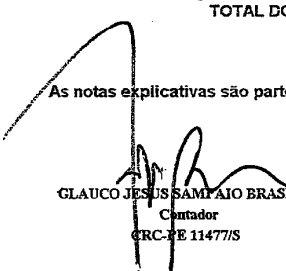



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em Reais)


PASSIVO

| | 2010 | 2009 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Fornecedores e Empreiteiros | 18.519.302,06 | 9.831.478,06 |
| Convênios a Repassar - Nota 03 | 77.962.813,66 | - |
| Financiamentos - Nota 10 | 11.596.157,45 | 12.548.260,86 |
| Projeto BIRD - Nota 07 | 35.718.740,87 | 10.398.463,63 |
| Encargos de Financiamentos | 3.607.466,50 | 4.078.843,30 |
| Fundação REFER - Nota 11 | 812.035.287,77 | 605.565.390,68 |
| Provisão para Férias | 13.512.377,05 | 9.448.943,99 |
| Provisão para Contingências - Nota 13 | 145.000.000,00 | 287.420.000,00 |
| Obrigações a Pagar | 6.562.946,29 | 2.434.598,00 |
| Depósitos e Consignações | 458.779,63 | 242.795,03 |
| Recursos Fiscais e Previdenciários | 594.682,07 | 660.670,77 |
| | 1.125.568.553,35 | 942.629.444,32 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Financiamentos - Nota 10 | 112.948.487,10 | 130.426.494,25 |
| Projetos BIRD - Nota 07 | 6.160.754,64 | 21.370.376,13 |
| Fundação REFER - Nota 11 | 144.878.951,53 | 223.734.415,41 |
| Provisão para Contingências - Nota 13 | 738.086.436,34 | 412.000.000,00 |
| Receita Diferida - Nota 12 | 3.625.832,66 | 3.784.166,00 |
| | 1.005.700.462,27 | 791.315.451,79 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 14 | | |
| Capital Social Realizado | 4.939.639.675,87 | 4.855.301.687,57 |
| Reserva de Capital | 2.266.923,14 | 2.266.923,14 |
| Reserva de Reavaliação de Bens | 7.119.928,48 | 7.614.689,20 |
| Prejuízos Acumulados | (3.249.547.525,50) | (2.879.474.814,68) |
| | 1.699.479.001,99 | 1.985.708.485,23 |
| Recursos para Futuro Aumento de Capital | 126.490.351,05 | 84.337.988,30 |
| | 1.825.969.353,04 | 2.070.046.473,53 |
| TOTAL DO PASSIVO | 3.957.238.368,66 | 3.803.991.369,64 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


GLAUCIO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
 Contador
 CRC-PE 11477/S



DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
 Diretor de Administração e Finanças



ELINALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS -CBTU
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em Reais)

| | <u>2010</u> | <u>2009</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| RECEITA BRUTA | | |
| Transportes ferroviários | 117.020.909,31 | 98.821.345,53 |
| Aluguéis e arrendamentos | 2.369.407,20 | 2.081.543,41 |
| | <u>119.390.316,51</u> | <u>100.902.888,94</u> |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | | |
| Impostos e Contribuições incidentes sobre Serviços | (4.102.328,17) | (3.818.317,56) |
| | <u>115.287.988,34</u> | <u>97.084.571,38</u> |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | |
| | <u>115.287.988,34</u> | <u>97.084.571,38</u> |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 312.324.916,38 | 265.481.735,99 |
| | <u>(197.036.928,04)</u> | <u>(168.397.164,61)</u> |
| RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | | |
| | <u>(197.036.928,04)</u> | <u>(168.397.164,61)</u> |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | |
| Subvenções para Custeio | 390.610.932,55 | 339.401.586,38 |
| Gerais e administrativas | (90.338.240,68) | (67.181.683,81) |
| Financeiras - líquido | (4.471.538,45) | (8.509.791,66) |
| Depreciações e amortizações | (53.857.009,39) | (52.583.918,71) |
| Encargos - REFER | (144.249.153,92) | (104.589.975,07) |
| Provisões diversas | (268.409.550,63) | (61.374.462,33) |
| Variações cambial e monetária | (2.335.977,99) | 18.790.240,18 |
| Reversão de Receitas e Reservas | 653.094,06 | 684.760,72 |
| Resultado da Baixa de Bens | (638.338,33) | (889.158,74) |
| | <u>(173.035.782,78)</u> | <u>63.747.596,96</u> |
| Prejuízo do exercício | <u>(370.072.710,82)</u> | <u>(104.649.567,65)</u> |
| Prejuízo por lote de mil ações do capital social | (0,03) | (0,01) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


GLAUCIO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
 Contador
 CRC-PE/11477/S

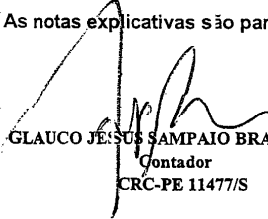

DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
 Diretor de Administração e Finanças


ELINALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
MÉTODO INDIRETO
(Em Milhares de Reais)

| | 2010 | 2009 |
|---|-----------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (370.072) | (104.650) |
| AJUSTES POR: | 383.108 | 137.693 |
| Variações cambial e monetária | 2.335 | (18.931) |
| Depreciações e amortizações | 53.857 | 52.584 |
| Encargos - REFER | 144.249 | 104.212 |
| Baixa de Bens | 638 | 889 |
| Reversão de Receitas e Reservas | (653) | (685) |
| Ajuste de Provisão para Contingências | 183.666 | 2.125 |
| Depósitos Judiciais | (688) | (1.713) |
| Créditos a Recuperar | (296) | (788) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE ATIVOS | 78.833 | 41.998 |
| Contas a Receber | (163) | 2.875 |
| Impostos e Contribuições a Compensar | - | (388) |
| Almoxarifados | 298 | 7.257 |
| Depósitos Judiciais | 9.267 | 32.248 |
| Recursos de Convênios a Receber | 68.849 | - |
| Adiantamentos de Férias | 584 | - |
| Outros ativos circulantes | (2) | 6 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS | 77.886 | (64.357) |
| Fornecedores e Empreiteiros | 8.688 | (8.390) |
| Convênios a Repassar | 77.963 | (54.265) |
| Encargos de Financiamentos | (471) | 2.971 |
| Amortização da Dívida REFER | (16.635) | (3.360) |
| Provisão para Férias | 4.063 | 741 |
| Outras Contas a Pagar | 4.278 | (2.054) |
| CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 12.089 | (73.312) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (99.643) | (67.935) |
| Aplicações no Ativo Permanente | (99.643) | (67.935) |
| Imobilizado | (99.086) | (67.639) |
| Intangível | (557) | (296) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | 100.329 | 61.186 |
| Amortização de Financiamentos | (12.717) | (16.496) |
| Recursos para Futuro Aumento de Capital | 113.046 | 77.682 |
| VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | 12.775 | (80.061) |
| Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa | 12.775 | (80.061) |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | 52.567 | 132.628 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do período | 65.342 | 52.567 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


GLAUCIO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
 Contador
 CRC-PE 11477/S

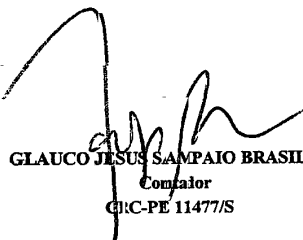

DAVYSON TOLENTINO DE ALMEIDA
 Diretor de Administração e Finanças



ELINALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
NOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2009
(Em Milhares de Reais)

| | Capital social realizado | Recursos especiais | Reserva de reavaliação | Prejuízos acumulados | Recursos para aumento de capital | Total |
|---|--------------------------------|-----------------------|---------------------------|-------------------------|---|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2008 | 4.709.287 | 2.267 | 8.109 | (2.774.824) | 146.014 | 2.090.853 |
| Aumento de capital | 146.014 | | | | (146.014) | |
| Subvenções para investimentos | | | | | 84.338 | 84.338 |
| Realização de reservas | | | (495) | | | (495) |
| Prejuízo do Exercício | | | | (104.649) | | (104.649) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | 4.855.301 | 2.267 | 7.614 | (2.879.473) | 84.338 | 2.070.047 |
| Aumento de capital | 84.338 | | | | (84.338) | |
| Subvenções para investimentos | | | | | 126.490 | 126.490 |
| Realização de reservas | | | (495) | | | (495) |
| Prejuízo do Exercício | | | | (370.073) | | (370.073) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 4.939.639 | 2.267 | 7.119 | (3.249.546) | 126.490 | 1.825.969 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


GLAUCIO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
 Contador
 CRC-PE 11477/S


DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
 Diretor de Administração e Finanças


ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

Em milhares de reais)

NOTA 01 - ATIVIDADES:

-) De acordo com o Estatuto Social, a CBTU tem como objetivo:
- i) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- o) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
-) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- l) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
-) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

A empresa não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, que demandaria processo de reavaliação de ativos.

Considerando que o CPC, através do ICPC-10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

A CBTU utiliza o SIAFI na modalidade total para os registros de suas operações. Neste exercício, a rotina de apuração de recursos a receber de restos a pagar registrou recursos diferidos de R\$ 20.000 mil, que por não ter sido contemplado na rotina de anulação do processo de inscrição, afetou o resultado do exercício, sendo necessário o expurgo deste valor do passivo circulante e do resultado do exercício.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

a) Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

b) Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas a indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

c) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço.

d) Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

e) Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano.

NOTA 03 – RECURSOS DE CONVÊNIOS:

Representa os recursos vinculados a convênios com a Prefeitura Municipal de Salvador e com o Estado do Ceará, como segue:

| | Salvador | Ceará | Total |
|-------------------|--------------|---------------|---------------|
| Recurso Recebido | 9.114 | - | 9.114 |
| Recurso a Receber | - | 68.849 | 68.849 |
| | <u>9.114</u> | <u>68.849</u> | <u>68.849</u> |

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER:

Referem-se aos desembolsos realizados pela CBTU, cuja responsabilidade é de outras empresas. Destaca-se, como principal devedor, a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do Trem Metropolitano de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando, por diversos motivos, o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Neste exercício não houve avanços significativos nas negociações, apesar das reiteradas ações da CBTU.

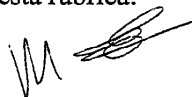
Composição do saldo:

| | 2010 | 2009 |
|---|--------|--------|
| REFFSA | 14.651 | 14.651 |
| Prestação de serviços | 983 | 986 |
| Prefeitura de São Paulo | 723 | 723 |
| Empregados cedidos | 355 | 330 |
| Créditos em Liquidação | 2.328 | 2.717 |
| Resarcimento aux. doença | 598 | 530 |
| Doutros | 810 | 674 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | |

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

-) **Ativo Circulante** - referem-se a penhoras na receita de bilheteria nas STU's Recife, Belo Horizonte e Maceió.
-) **Ativo Realizável a Longo Prazo** - referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam a reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação e penhoras judiciais, que são recursos apreendidos pela justiça das contas correntes da CBTU no período de 1996 a 1999, antes do ingresso efetivo na conta única do Tesouro.

A Gerência Geral Jurídica da CBTU vem realizando trabalhos permanentes, objetivando depurar e identificar todos os valores constantes nesta rubrica.



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Em 31 de dezembro de 2010, a situação dos depósitos judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

DESCRIÇÃO:

| | 2010 | 2009 |
|---|------|--------|
| Processos identificados – em andamento | | 50.719 |
| Processos a serem identificados/regularizados | | 1.754 |
| | | |

NOTA 06 – DEPÓSITOS ESPECIAIS E CAUÇÕES:

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi do processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações finais da dívida de médio e longo prazo – DMLP, que ocorrerão no exercício de 2024, consignada no passivo, na rubrica de financiamento interno.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

NOTA 07 - CRÉDITOS A RECEBER DA UNIÃO - BIRD:

No exercício de 2002, a União firmou Contrato de Empréstimo de nº 7083 – BR, objetivando a recuperação do Sistema de Trens Urbanos atual e a implantação do Sistema de Metrô de Fortaleza. A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR é a responsável pela execução do projeto.

Em razão das características dos projetos, a CBTU tem a função de administradora dos recursos disponibilizados pelo BIRD, sendo a União a mutuária e responsável pelo pagamento do financiamento.

Tendo em vista que o METROFOR é o responsável pela correta aplicação dos recursos objeto dos financiamentos e que os bens e direitos adquiridos tornar-se-ão parte integrante dos seus respectivos patrimônios, foi promovida consulta à Ciset-MT, que se manifestou favoravelmente quanto à prática do procedimento de registro como Créditos a Receber da União dos valores transferidos de forma direta ou indireta ao METROFOR, e suas variações monetárias e cambiais.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 08 - IMOBILIZADO:

Composição do saldo:

| Contas | Taxa anual de depreciação (%) | 2010 | 2009 |
|--|-------------------------------|------|------|
| Terrenos | | | |
| Edificações | 1,25 a 2,00 | | |
| Instalações | 2,00 a 3,33 | | |
| Equipamentos de transporte ferroviário | 2,50 a 5,00 | | |
| Veículos | 20,00 | | |
| Equipamentos, máquinas e ferramentas | 10,00 | | |
| Outras imobilizações tangíveis | 10,00 | | |
| Imobilizações em andamento | | | |
| Correção monetária – Lei 8.200/91 | Diversas | | |
| Depreciações acumuladas | | | |

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue:

| | 2010 | 2009 |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Sistema de Belo Horizonte | 259.719 | |
| Sistema de Recife | 353.301 | |
| Sistema do Rio de Janeiro | 651.804 | |
| Sistema de São Paulo | 554.388 | |
| Outras Obras | 42.419 | |
| Subtotal: | 1.861.631 | 1.806.217 |
| Correção monetária – Lei 8.200/91 | 32.810 | 32.810 |
| Total: | 1.894.441 | 1.839.027 |

Os valores correspondentes aos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo serão objeto de cisões complementares para os respectivos estados.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

DTA 09 - DIFERIDO:

Está representado por despesas de consultoria, vinculadas aos projetos RD de Recife e Belo Horizonte.

Utilizando a faculdade prevista na Lei nº 11.941 de 27/05/2009 a Empresa ficou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa amortização.

DTA 10 - FINANCIAMENTOS:

Os financiamentos foram obtidos para ampliação e melhoramento das estações e equipamentos do ativo imobilizado necessários às atividades operacionais da CBTU.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e encargos decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos obtidos pela CBTU variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

DTA 11 - FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER:

A CBTU, a partir de 17 de fevereiro de 2000, deixou de ser cotropcinadora e passou a ser patrocinadora da REFER, que é uma entidade fechada previdência privada, sem fins lucrativos, com patrimônio e autonomia administrativa e financeira, cujo objetivo principal é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes. Tal modificação ocorreu devido à segregação da parcela patrimonial e das obrigações relativas à CBTU, quando da quebra de solidariedade do Plano de Benefício até então existente, do qual participavam as empresas/entidade: RFFSA, CBTU, FLUMITRENS, CPTM, e REFER. Atualmente o plano é de contribuição variável.

Tendo em vista as medidas sugeridas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Interministerial nº 1, de 14 de fevereiro de 1997, para a redução de déficit potencial da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, e autorizações concedidas pela Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes e Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi efetuado o registro do valor estimado devido à REFER decorrente da redução da taxa de contribuição de 11,61% para 9,48% no período de janeiro de 1985 a dezembro de 1996, bem como daquela

- 12 -



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

decorrente dos reflexos financeiros motivados pela redução da base de contribuição determinada pela Lei 8.020, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 606, de 20 de julho de 1992.

No exercício de 2004, a CBTU não obteve os recursos orçamentários para cumprir o acordado, tendo a REFER ajuizado ação de execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro.

No dia 31/03/2004, foi celebrado o Aditivo N.º 01/04 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08/02/2001, e, no que se refere ao Instrumento N.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando ter vencimentos mensais a partir de 31/01/2005.

A REFER efetuou a cobrança da Dívida Renegociada que, por força do previsto no Artigo 62 do Decreto 4942/03, de 30/12/03 – Parágrafos 1º e 2º, sem o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Patrocinadora, a Fundação fica obrigada a proceder à execução judicial a dívida e, já se encontram na esfera judicial, os processos 2007.001.120653-9 de execução de título extrajudicial – Instrumento Particular de Direitos e Obrigações assinado em 08/02/2001 (Reserva a Amortizar pela conversão do Plano de Benefício Definido para a modalidade de Contribuição Definida) e Processo 2004.001.12106-3 de execução de título executivo extrajudicial – Instrumento nº 30/REFER/2000 (Diferença de 2,13% das contribuições devidas de janeiro/85 a dezembro/96 e reflexos da Lei 8020/90.

As Leis Orçamentárias de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não contemplaram recursos para honrar o compromisso, apesar de terem constado nas Propostas Orçamentárias da CBTU encaminhadas ao Ministério das Cidades.

No exercício de 2006, a CBTU pagou R\$ 79.700 mil da dívida do processo nº 2004.001.012106-3, com recursos de Restos a pagar de sentenças judiciais do exercício de 2005 e R\$ 2.845 mil do processo nº 2005.001.051793-3 com recursos de sentenças judiciais do exercício de 2006, processo este julgado extinto, com decisão transitada em julgado. Foi constituído o processo 2007.001.120653-9, para cobrança do saldo remanescente.

No exercício de 2007, a CBTU pagou R\$ 2.716 mil da dívida do processo nº 2004.001.012106-3 e R\$ 16.361 mil da dívida do processo 2007.001.120653-9, ambos com recursos de sentenças do exercício.

No exercício de 2008 a CBTU pagou R\$ 3.408 mil, através de penhora da receita do processo nº 2004.001.012.106-3.

No exercício de 2009 a CBTU pagou R\$ 3.219 mil, através de penhora da receita do processo nº 2004.001.012.106-3.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

No exercício de 2010 a CBTU pagou R\$ 11.273 mil, através de penhora da receita, do processo nº 2004.001.012.106-3, que por nova determinação judicial elevou o percentual da penhora, a partir de agosto de 2010, de 5% para 12% da receita de bilheteria e compensou créditos no montante de R\$ 5.362 mil.

Os processos tramitam na 22ª e 28ª vara cível desta comarca respectivamente, sem alterações relevantes que possam impactar nas demonstrações contábeis da CBTU.

A composição dos créditos da REFER, pode ser demonstrada como segue:

| | 2010 | | 2009 | |
|---|------------|----------------|------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Diferença da taxa de contribuição e os Reflexos financeiros da Lei nº 8020/90 | 794.671 | 125.007 | 583.211 | 214.220 |
| Reserva a Amortizar | 17.364 | 19.872 | 22.354 | 9.514 |
| | 812.035 | 144.879 | 605.565 | 223.734 |

NOTA 12 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita, no montante de R\$15,9 mil mês.

NOTA 13 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

a) **Passivo circulante** - As demonstrações contábeis apresentam uma provisão para ações trabalhistas e cíveis em montante julgado suficiente para cobrir possíveis contingências referentes a causas, cujos valores envolvidos puderam ser estimados, e que possam afetar o exercício subsequente.

b) **Passivo não circulante** - Em razão dos levantamentos efetuados pela área jurídica da empresa, foi possível estimar os valores das ações cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento. Estes valores apesar de não apresentarem risco imediato podem impactar exercícios futuros. Por este motivo, de forma que o balanço da

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

CBTU reflita a sua real situação patrimonial, e atendendo aos Princípios Fundamentais da Contabilidade, em particular o da Prudência, foram reconhecidas como Provisão no Passivo não circulante as estimativas concernentes às contingências cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os valores estão demonstrados a seguir:

| Ações | 2010 | | 2009 | |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Cíveis | 60.000 | 212.600 | 101.510 | 102.000 |
| Trabalhistas | 50.000 | 311.589 | 101.600 | 160.000 |
| Tributárias | 35.000 | 213.897 | 84.310 | 150.000 |

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Capital Social

O capital social totalmente integralizado está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuído:

| | 2010 | | 2009 | |
|--------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | Quantidade de ações | % de participação | Quantidade de ações | % de participação |
| União | 10.643.250.981.474 | 99,9999 | 10.209.636.645.741 | 99,9999 |
| Outros | 1.063 | 0,0001 | 1.063 | 0,0001 |
| | 10.643.250.982.537 | | 10.209.636.646.804 | |

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Recursos para aumento de capital

Registra os recursos da União em investimentos para futuros aumentos de capital, bem como os Encargos Financeiros oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto 2.673 de 16 de julho de 1998.

Reserva de reavaliação

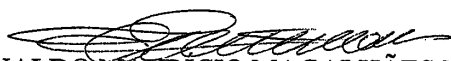
Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens em contrapartida a uma conta do resultado do exercício.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

NOTA 15- REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS:

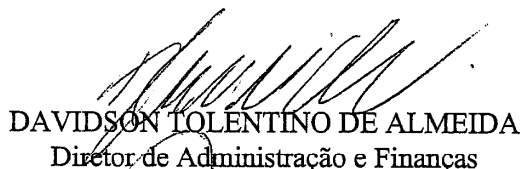
O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2010 a maior e a menor remuneração mensal paga aos empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 14.020,02 e R\$ 686,35, respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 21.623,59 e 18.803,12, respectivamente.



ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES

Diretor-Presidente



DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
Diretor de Administração e Finanças



GLAUCO JESUS SAMPAIO BRASILEIRO
Contador CRC-PE 11477/S

16. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

16.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

| UJ COMO INVESTIDA | | | | |
|--|--|------------|------------|------------|
| Denominação completa: | | | | |
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | | | | |
| Ações Ordinárias (%) | | | | |
| ACIONISTAS | | 31/12/2008 | 31/12/2009 | 31/12/2010 |
| Governo | Tesouro Nacional | 99,999 | 99,999 | 99,999 |
| | Outras Entidades Governamentais | | | |
| | Fundos de Pensão | | | |
| | Ações em Tesouraria | | | |
| | % Governo | 99,999 | 99,999 | 99,999 |
| Free Float | Pessoas Físicas | 0,001 | 0,001 | 0,001 |
| | Pessoas Jurídicas | | | |
| | Capital Estrangeiro | | | |
| | % free float | | | |
| Subtotal Ordinárias (%) | | 100,000 | 100,000 | 100,000 |
| Ações Preferenciais (%) | | | | |
| ACIONISTAS | | 31/12/2008 | 31/12/2009 | 31/12/2010 |
| Governo | Tesouro Nacional | | | |
| | Outras Entidades Governamentais | | | |
| | Fundos de Pensão que recebem recursos públicos | | | |
| | Ações em Tesouraria | | | |
| | % Governo | | | |
| Free Float | Pessoas Físicas | | | |
| | Pessoas Jurídicas | | | |
| | Capital Estrangeiro | | | |
| | % free float | | | |
| Subtotal Preferenciais (%) | | | | |
| Total | | 100,000 | 100,000 | 100,000 |

A CBTU não possui investimento permanente em outras sociedades

17. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC-RJ-000064/F-8

FILIAL
RIO DE JANEIRO – AV. PRESIDENTE VARGAS
509 - 3º ANDAR – CEP 20071-003
TELEFONE: (21) 2509-8858
FAX: (21) 2242-7212
secretaria@loudon.com.br

MATRIZ
SÃO PAULO-SP – RUA SENADOR PAULO EGÍDIO
72 CONJ. 1311 – CEP 01006-000
TELEFONE: (11) 3104-8303/3101-7782
FAX: (11) 3104-3420
loudonsp@loudon.com.br

ESCRITÓRIO
BRASÍLIA-DF – EDIFÍCIO CARIÓCA
SCS – QUADRA 08 – BL. A CONJ. 402
CEP 70325-900
TELEFONE: (61) 3963-0705
projetos@loudon.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

Examinamos os balanços patrimoniais da **Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU**, levantados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e de fluxo de caixa correspondente ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis, bem como as demais notas explicativas.

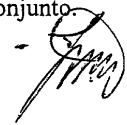
1 - Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

2 - Responsabilidade dos Auditores Independentes

2.1 - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

2.2 - Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



2.3 - Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3 - Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

3.1 - Conforme comentado na Nota Explicativa 5b, a Companhia continua realizando trabalhos de levantamento dos processos judiciais que geraram depósitos judiciais, depósitos para recursos e penhoras judiciais, para fins de confronto com os registros contábeis, que totalizam R\$ 53.161 mil. Em consequência, o saldo dessas rubricas está sujeito a ajustes quando da identificação dos processos e conclusão dos trabalhos.

3.2 - Conforme mencionado na Nota Explicativa 11, no exercício de 2004, a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER ajuizou contra a CBTU, Processo de Execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro. Em 31 de março de 2004, foi celebrado entre a REFER e a CBTU, o Aditivo N.º 01/04 ao instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08 de fevereiro de 2001, e, no que se refere ao Instrumento n.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando o novo acordo, a ter vencimentos mensais a partir de 31 de janeiro de 2005. Em 2007 foi constituído novo processo N.º 2007.001.120653-9, para o restante da dívida.

Desde o exercício de 2006 a CBTU não obtém crédito orçamentário para cumprir o pactuado para com a REFER.

Em 31 de dezembro de 2010, o total da dívida para com a REFER montava a R\$ 956.914 mil, sendo R\$ 812.035 mil de curto prazo e R\$ 144.879 mil não circulante.

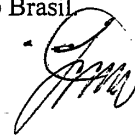
As demonstrações financeiras da REFER, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não haviam sido concluídas até a emissão deste parecer.

3.3 – Integra o Ativo Imobilizado, no grupo de "Imobilizações em Andamento" e correspondente Patrimônio Líquido da Companhia, o montante R\$ 1.206.192 mil, remanescente de saldos das obras de ampliação dos sistemas de trens metropolitanos de São Paulo e Rio de Janeiro, que foram objetos de cisão parcial, em exercícios anteriores, em observância a Lei N.º 8693/93, cujos Ativos já estão de posse das Companhias incorporadoras.

3.4 - Encontra-se, também classificado no grupo de "Imobilizações em Andamento", o montante de R\$ 613.020 mil, referente às obras de ampliação dos sistemas de trens metropolitanos de Belo Horizonte e Recife, cujas obras, em grande parte, já foram concluídas em exercícios anteriores e encontram-se em pleno funcionamento, e pendentes de levantamento para a respectiva transferência para o Imobilizado de Uso e aplicação das correspondentes depreciações.

4 - Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das circunstâncias mencionadas no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil.

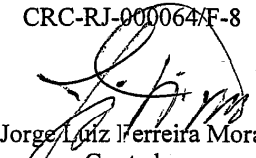


5 - Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, a Companhia não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, o que demandaria processo de reavaliação de ativos. Considerando que o CPC, através do ICPC-10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também, pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

Rio de Janeiro,
14 de março de 2011

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8



Jorge Luiz Ferreira Moraes
Contador
CRC-RJ- 043.479/O-2

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO

18. CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

Não se aplica à CBTU

**19. SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES,
AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E
INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS
FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO;**

Não se aplica à CBTU

**20. INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS
TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 408/2002 – PLENÁRIO E
MODIFICAÇÕES POSTERIORES**

Não se aplica à CBTU

**21. RELATÓRIO DE REVISÃO DOS CRITÉRIOS
ADOTADOS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE
RISCO E DEVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO
REGISTRADO**

Não se aplica à CBTU

**22. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA
UNIDADE, MEMBROS DA DIRETORIA, DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

22.1 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

QUADRO C.12.1 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Valores em R\$1,00

| Conselho de Administração | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|---------|-----|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Nome do Conselheiro(a) | Período | | Remuneração | | | | | | | | | | | | |
| | Início | Fim | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | Total |
| Ilton I. Carvalho | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |
| Elcione Diniz Macedo | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |
| Marcio F. Almeida | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |
| Elionaldo Magalhães | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |
| Luiz C. B. Lima | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |
| José I.. A. Araujo | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |
| Conselho Fiscal | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nome do Conselheiro(a) (T/S) | Período | | Remuneração | | | | | | | | | | | | |
| | Início | Fim | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | ou | nov | dez | Total |
| Magda O. M. Cardoso | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |
| Heloisa T. Saito | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |
| Alessandra G. Martinello | - | - | 1.811, | 1.811, | 1.811, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 1.902, | 22.552, |

Fonte: GEARH/GAREH/DA

Conteúdo Descritivo

1) objetivos da política ou prática de remuneração:

2) composição da remuneração:

a) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

| NOME | HONORARIOS | 1/12 13º Salário | 1/12 Férias | AMO | AUX. ALIM. | GRATIF. CONS. | TOTAIS |
|-------------------------|------------|------------------|-------------|--------|------------|---------------|------------------|
| Diretor Presidente | 19.461,23 | 1.621,77 | 540,59 | 276,71 | 499,83 | 1.902,05 | 24.302,18 |
| Diretor | 16.922,81 | 1.410,23 | 470,08 | 276,71 | 499,83 | - - | 19.579,66 |
| Conselho Administrativo | - | - | - | - | - | 1.902,05 | 1.902,05 |
| Conselho Fiscal | - | - | - | - | - | 1.902,05 | 1.902,05 |

b) proporção de cada elemento na remuneração total;

Honorários 80,09%

1/12 13º Salário 6,67%

1/12 férias 2,23%

AMO 1,13%

AUX. REFEIÇÃO 2,05%

GRAT. CONSELHO 7,83%

c) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Em conformidade com os limites estabelecidos pelo DEST/MP.

d) razões que justificam a composição da remuneração:

Fundamentado pelo estatuto social através de deliberação do CONAD

3) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não são levados em conta indicadores na determinação dos elementos da remuneração

4) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não se aplica

5) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada:

Não se aplica

6) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica

7) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia:

Não se aplica

8) caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

Não se aplica

9) Remuneração variável:

a) Os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.):

Não há remuneração variável

b) Os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável:

Não se aplica

c) Os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas):

Não se aplica

d) A descrição dos benefícios oferecidos:

Não se aplica

QUADRO C.12.2 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$1,00

| <i>Identificação do Órgão</i> | | | |
|--|------------------|-------------|-------------|
| COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS | | | |
| <i>Remuneração dos Administradores</i> | EXERCÍCIO | | |
| | 2008 | 2009 | 2010 |
| Número de membros: | <i>4</i> | <i>4</i> | <i>4</i> |
| <i>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</i> | 720.896, | 1.106.183, | 1.126.320, |
| <i>a)</i> salário ou pró-labore | 720.896, | 1.106.183, | 1.126.320, |
| <i>b)</i> benefícios diretos e indiretos | | | |
| <i>c)</i> remuneração por participação em comitês | | | |
| <i>d)</i> outros | | | |
| <i>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</i> | | | |
| <i>a)</i> bonus | | | |
| <i>b)</i> participação nos resultados | | | |
| <i>c)</i> remuneração por participação em reuniões | | | |
| <i>d)</i> comissões | | | |
| <i>e)</i> outros | | | |
| <i>III – Total da Remuneração (I + II)</i> | 720.896, | 1.106.183, | 1.126.320, |
| <i>IV – Benefícios pós-emprego</i> | | | |
| <i>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i> | | | |
| <i>VI – Remuneração baseada em ações</i> | | | |

Fonte: GEARH/GAREH/DA

**QUADRO C.12.3 - DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO
VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES**

*Valores em
R\$1,00*

| <i>Identificação do Órgão</i> | | | |
|--|------------------|-------------|-------------|
| <i>Órgão:</i> | | | |
| <i>Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados</i> | <i>EXERCÍCIO</i> | | |
| | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> |
| <i>I – Bônus (a+b+c+d)</i> | - | - | - |
| valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - |
| valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - |
| valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - |
| valor efetivamente reconhecido no resultado | - | - | - |
| <i>I – Participação no Resultado (e+f+g+h)</i> | - | - | - |
| valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - |
| valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - |
| valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - |
| valor efetivamente reconhecido no resultado | - | - | - |
| <i>II – Total (I + II)</i> | - | - | - |

Fonte: GEARH/GAREH/DA

Não se aplica à CBTU

23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES

Não há contratação de consultores na modalidade “produto”

24. DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS.

Não se aplica à CBTU

25. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

25.1 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

25.1.1 – IDENTIFICAÇÃO

NOME: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER

CNPJ: 30.277.685/0001-89

25.1.2 – DEMONSTRATIVO ANUAL

Ver demonstrativo na próxima página

Quadro C.13.1 - CONTRIBUIÇÕES DA REFER REFERENTES AO ANO DE 2010

| MÊS | (A) TOTAL VALOR BASE | VALORES REPASSADOS PELA PATROCINADORA (B) | RELAÇÃO % C=(B/A)*100 | OUTROS VALORES REPASS.PATROC. (D) | TOTAL REPASS. P/ PATROC. (E=B+D) | VALOR CONTRIB. EMPREGADOS (F) | RELAÇÃO % G=(F/A)*100 | TOTAL REPASSES H=E+F |
|--------------|-------------------------|--|--------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| JANEIRO | 6.356.797,44 | 330.053,01 | 5,19% | 0,00 | 330.053,01 | 478.297,37 | 7,52% | 808.350,38 |
| FEVEREIRO | 5.714.823,67 | 286.196,74 | 5,01% | 0,00 | 286.196,74 | 411.195,26 | 7,20% | 697.392,00 |
| MARÇO | 5.713.828,46 | 284.358,08 | 4,98% | 0,00 | 284.358,08 | 413.124,68 | 7,23% | 697.482,76 |
| ABRIL | 5.998.130,15 | 284.358,08 | 4,74% | 0,00 | 284.358,08 | 430.938,92 | 7,18% | 715.297,00 |
| MAIO | 6.894.887,59 | 377.958,87 | 5,48% | 0,00 | 377.958,87 | 661.395,18 | 9,59% | 1.039.354,05 |
| JUNHO | 7.858.993,14 | 438.655,70 | 5,58% | 0,00 | 438.655,70 | 624.713,88 | 7,95% | 1.063.369,58 |
| JULHO | 7.127.873,11 | 380.836,36 | 5,34% | 0,00 | 380.836,36 | 537.742,59 | 7,54% | 918.578,95 |
| AGOSTO | 7.828.234,37 | 424.530,82 | 5,42% | 0,00 | 424.530,82 | 606.634,41 | 7,75% | 1.031.165,23 |
| SETEMBRO | 7.584.446,37 | 407.047,00 | 5,37% | 0,00 | 407.047,00 | 594.473,76 | 7,84% | 1.001.520,76 |
| OUTUBRO | 7.672.401,84 | 411.683,73 | 5,37% | 0,00 | 411.683,73 | 568.282,25 | 7,41% | 979.965,98 |
| NOVEMBRO | 8.010.597,61 | 796.000,47 | 9,94% | 0,00 | 796.000,47 | 979.131,26 | 12,22% | 1.775.131,73 |
| DEZEMBRO | 8.600.598,91 | 479.045,23 | 5,57% | 0,00 | 479.045,23 | 623.239,83 | 7,25% | 1.102.285,06 |
| TOTAL | 85.361.612,66 | 4.900.724,09 | | 0,00 | 4.900.724,09 | 6.929.169,39 | | 11.829.893,48 |

CONTRIBUIÇÕES DA REFER REFERENTES AO ANO DE 2010

| MÊS | TOTAL VALOR BASE | CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOS | | | | | CONTRIBUIÇÃO EMPREGADOR | | | |
|--------------|------------------------|--------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------------|---------------------|-------------------------|-----------------------------------|---------------------|----------------------|
| | | CONTRIBUIÇÕES | REFER SEGURO DE VIDA | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO | DÉBITOS REFER RESTITUIÇÕES | TOTAL EMPREGADOS | CONTRIBUIÇÕES | OUTROS VALORES REPASS. PATROC. | TOTAL EMPREGADOR | TOTAL GERAL |
| JANEIRO | 6.356.797,44 | 367.258,81 | 0,00 | 111.467,92 | -429,36 | 478.297,37 | 330.053,01 | 0,00 | 330.053,01 | 808.350,38 |
| FEVEREIRO | 5.714.823,67 | 316.416,98 | 0,00 | 95.207,64 | -429,36 | 411.195,26 | 286.196,74 | 0,00 | 286.196,74 | 697.392,00 |
| MARÇO | 5.713.828,46 | 316.404,19 | 0,00 | 99.656,47 | -2.935,98 | 413.124,68 | 284.358,08 | 0,00 | 284.358,08 | 697.482,76 |
| ABRIL | 5.998.130,15 | 309.880,39 | 0,00 | 121.487,89 | -429,36 | 430.938,92 | 284.358,08 | 0,00 | 284.358,08 | 715.297,00 |
| MAIO | 6.894.887,59 | 521.776,03 | 0,00 | 140.117,80 | -498,65 | 661.395,18 | 377.958,87 | 0,00 | 377.958,87 | 1.039.354,05 |
| JUNHO | 7.858.993,14 | 498.671,84 | 0,00 | 126.471,38 | -429,34 | 624.713,88 | 438.655,70 | 0,00 | 438.655,70 | 1.063.369,58 |
| JULHO | 7.127.873,11 | 416.701,92 | 0,00 | 121.517,17 | -476,50 | 537.742,59 | 380.836,36 | 0,00 | 380.836,36 | 918.578,95 |
| AGOSTO | 7.828.234,37 | 483.268,00 | 0,00 | 123.920,54 | -554,13 | 606.634,41 | 424.530,82 | 0,00 | 424.530,82 | 1.031.165,23 |
| SETEMBRO | 7.584.446,37 | 463.889,42 | 0,00 | 131.037,27 | -452,93 | 594.473,76 | 407.047,00 | 0,00 | 407.047,00 | 1.001.520,76 |
| OUTUBRO | 7.672.401,84 | 441.999,24 | 0,00 | 129.865,54 | -3.582,53 | 568.282,25 | 411.683,73 | 0,00 | 411.683,73 | 979.965,98 |
| NOVEMBRO | 8.010.597,61 | 873.590,39 | 0,00 | 107.084,97 | -1.544,10 | 979.131,26 | 796.000,47 | 0,00 | 796.000,47 | 1.775.131,73 |
| DEZEMBRO | 8.600.598,91 | 518.674,86 | 0,00 | 105.594,37 | -1.029,40 | 623.239,83 | 479.045,23 | 0,00 | 479.045,23 | 1.102.285,06 |
| TOTAL | 85.361.612,66 | 5.528.532,07 | 0,00 | 1.413.428,96 | -12.791,64 | 6.929.169,39 | 4.900.724,09 | 0,00 | 4.900.724,09 | 11.829.893,48 |

25.1.3 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA

Instrumento nº 30/REFER/2000

Em 01/12/2000 a CBTU e a REFER assinaram o Instrumento nº 30/REFER/2000 decorrente do não recolhimento à REFER da diferença percentual de 2,13% das contribuições previdenciárias de responsabilidade da CBTU *no período de Janeiro de 1985 a Dezembro de 1996*, bem como dos reflexos da não aplicação da Lei nº 8020/90. O valor acordado montava a R\$261.462.539,98 (dados de 31/10/2000), a ser amortizado em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em 31/01/2003.

Os orçamentos destinados à CBTU nos exercícios de 2003 e 2004 não contemplaram dotações para o pagamento das parcelas do referido acordo, não havendo, tampouco, disponibilidade financeira para honrar os compromissos assumidos.

Em razão do exposto, em 31/03/2004, foi celebrado Acordo Judicial na 28ª Vara Cível da Comarca desta Capital, conforme Processo nº 2004.001.012106-3, repactuando o pagamento das parcelas do *Instrumento nº 30/REFER/2000*. O montante atualizado correspondia, em 2003, a R\$450.248.315,25; com a incidência de juros e correção monetária, em 2004, totalizava R\$504.927.710,33, permanecendo no Acordo a amortização da dívida em 96 parcelas mensais, *vencendo a primeira em 31/01/2005*.

As propostas orçamentárias da CBTU para os exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, encaminhadas ao Ministério das Cidades solicitaram os recursos para fazer frente aos compromissos pactuados nos respectivos exercícios e, até o momento, a situação se apresenta inalterada inclusive para 2011.

Em dezembro de 2005, a existência de saldo orçamentário no título "*Sentenças Judiciais Cíveis*", no programa J3ARJRSJC permitiu o empenho 2005NE007757 de R\$79.700.000,00, objetivando o pagamento de parte da dívida do Processo nº 2004.001.012106-3, tendo sido o mesmo liquidado no SIAFI na data de 30/12/2005 e depositado em juízo em 24/03/2006.

Por determinação judicial decorrente do Mandado de Penhora expedido em 11/12/2006, a CBTU vem promovendo mensalmente o depósito em juízo de 5% da receita de bilheteria, totalizando em 2008 R\$3.407.784,69, em 2009 R\$1.614.520,35 e em 2010 R\$10.406.370,48, ressaltando que a partir de 01 /08 /2010 a retenção judicial passou a ser de 12 % sobre a receita de transporte.

O saldo da dívida em 31/12/2010 registrado no balanço da CBTU é de R\$919.227.715,02.

Instrumento Particular de Direitos e Obrigações (IPDO)

Em 08/02/2001 a CBTU e a REFER assinaram o Instrumento Particular de Direitos e Obrigações (IPDO), relativo à adesão ao *Plano de Contribuição Definida*. O valor acordado montava a R\$9.823.471,00 (posição de 30/06/2000), a ser amortizado em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em 31/01/2003.

Como já foi dito, os orçamentos destinados à CBTU nos exercícios de 2003 e 2004 não contemplaram dotação para o pagamento das parcelas do referido acordo, não havendo, tampouco, disponibilidade financeira para honrar tais compromissos.

Por esta razão, em 31/03/2004, foi assinado o *Termo Aditivo TA-01/04 ao Instrumento (IPDO)* o qual registrava ser de R\$19.876.924,68 o valor da dívida em 31/12/2003, e que, com a incidência de juros e correção monetária, equivaliam a R\$22.290.833,14 em 31/12/2004, permanecendo a amortização em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em 31/01/2005.

Em decorrência do não pagamento das parcelas do Instrumento (IPDO) nos exercícios pactuados, foi constituída uma nova dívida, totalizando R\$3.956.694,22 na data de 31/12/2003, e que, com a incidência de juros e correção monetária, montava em R\$4.437.206,06 em 31/12/2004.

Como reiterado, a ausência de dotação orçamentária para quitação da dívida junto a REFER nos instrumentos pactuados, fez com que aquela entidade, com base no dispositivo contratual que impunha o vencimento antecipado da dívida com atraso de três parcelas, ingressou com execução judicial ainda em 2005, constituindo o Processo nº 2005.001.051793-3.

Este processo foi julgado extinto, tendo em vista que, em 2006, a existência de saldo orçamentário no título “*Sentenças Judiciais Cíveis*” no programa J3ARJRSJC, possibilitou empenho (2006NE 005300) no valor de R\$2.845.072,39, amortizando a dívida referente ao Processo nº 2005.001.051793-3, com depósito judicial a favor da REFER em 31/10/2006 através da 2006OB905778.

Agrega-se ao histórico que, em 2007, a REFER ajuizou nova ação para cobrança de parcelas em atraso do Processo 2007.001.120653-9, também liquidado por saldo orçamentário no mesmo título e programa pelo empenho (2007NE009837) no valor de R\$16.360.583,54, quando foi amortizado parte da dívida referente ao processo, com a liquidação e depósito através da 2007OB90794.

Assim como o Processo 2004.001.012106-3, referente ao Instrumento nº 30/2000, o em tela permanece em andamento sem previsão de julgamento em Primeira Instância.

O saldo da dívida em 31/12/2010 registrado no balanço da CBTU é de **R\$37.686.524,28**.

25.1.4 – MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Windows Internet Explorer provided by Fundação REFER

https://portalspc.previdencia.gov.br/daiea/emitirComproverantesListados.do?method=emitirComp Erro do Certificado Live Search

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Ministério da Previdência Social

A Instituição Previdência Social Previdência Complementar Previdência do Servidor

Ouvidoria Fale Conosco Mapa do site Dúvidas Frequentes

Secretaria de Previdência Complementar - SPC

Comprovante de Envio de Arquivo

31/03/2011 17:34

| Enviado Por | EFPC | Demonstração | CNPB | Data de Envio | Exercício Social | Nome do Arquivo | Tamanho |
|----------------|------|--------------|------------|------------------|------------------|----------------------------------|---------|
| 551.017.127-87 | 881 | BP | | 31/03/2011 16:15 | 2010 | BP_2010_0881_01.pdf | 18 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | BP | | 31/03/2011 16:16 | 2010 | BP_2010_0881_02.pdf | 18 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DAL | 2002001065 | 31/03/2011 16:24 | 2010 | DAL_2010_2002001065_0881_01.pdf | 9 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DAL | 2000003656 | 31/03/2011 16:25 | 2010 | DAL_2010_2000003656_0881_01.pdf | 9 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DAL | 2000003974 | 31/03/2011 16:27 | 2010 | DAL_2010_2000003974_0881_01.pdf | 9 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DAL | 1999004256 | 31/03/2011 16:27 | 2010 | DAL_2010_1999004256_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DAL | 1994000929 | 31/03/2011 16:28 | 2010 | DAL_2010_1994000929_0881_01.pdf | 9 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DAL | 1979000247 | 31/03/2011 16:34 | 2010 | DAL_2010_1979000247_0881_01.pdf | 9 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DAL | 2000003729 | 31/03/2011 16:35 | 2010 | DAL_2010_2000003729_0881_01.pdf | 9 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DAL | 2008001619 | 31/03/2011 16:36 | 2010 | DAL_2010_2008001619_0881_01.pdf | 9 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 2002001065 | 31/03/2011 16:37 | 2010 | DMAL_2010_2002001065_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 2000003656 | 31/03/2011 16:38 | 2010 | DMAL_2010_2000003656_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 2000003974 | 31/03/2011 16:40 | 2010 | DMAL_2010_2000003974_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 1999004256 | 31/03/2011 16:44 | 2010 | DMAL_2010_1999004256_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 1994000929 | 31/03/2011 16:45 | 2010 | DMAL_2010_1994000929_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 1979000247 | 31/03/2011 16:45 | 2010 | DMAL_2010_1979000247_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 2000003729 | 31/03/2011 16:46 | 2010 | DMAL_2010_2000003729_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 2008001619 | 31/03/2011 16:46 | 2010 | DMAL_2010_2008001619_0881_01.pdf | 10 Kb |

Concluído

Internet 100%

Sicadi - Windows Internet Explorer provided by Fundação REFER

https://portalspc.previdencia.gov.br/daiea/emitirComprova... Erro do Certificado Live Search

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Ministério da Previdência S... Portal SPC - Secretaria de ... Sicadi -

| | | | | | | | |
|----------------|-----|------|------------|------------------|------|----------------------------------|--------|
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 2000003729 | 31/03/2011 16:46 | 2010 | DMAL_2010_2000003729_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | 2008001619 | 31/03/2011 16:46 | 2010 | DMAL_2010_2008001619_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DMAL | | 31/03/2011 16:47 | 2010 | DMAL_2010_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | | 31/03/2011 16:48 | 2010 | DPGA_2010_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DOAP | 2002001065 | 31/03/2011 16:51 | 2010 | DOAP_2010_2002001065_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DOAP | 2000003656 | 31/03/2011 16:51 | 2010 | DOAP_2010_2000003656_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DOAP | 2000003974 | 31/03/2011 16:54 | 2010 | DOAP_2010_2000003974_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DOAP | 1999004256 | 31/03/2011 16:54 | 2010 | DOAP_2010_1999004256_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DOAP | 1994000929 | 31/03/2011 16:55 | 2010 | DOAP_2010_1994000929_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DOAP | 1979000247 | 31/03/2011 17:00 | 2010 | DOAP_2010_1979000247_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DOAP | 2000003729 | 31/03/2011 17:06 | 2010 | DOAP_2010_2000003729_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DOAP | 2008001619 | 31/03/2011 17:10 | 2010 | DOAP_2010_2008001619_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | NE | | 31/03/2011 17:11 | 2010 | NE_2010_0881_01.pdf | 399 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | PAI | | 31/03/2011 17:12 | 2010 | PAI_2010_0881_01.pdf | 35 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | PCF | | 31/03/2011 17:13 | 2010 | PCF_2010_0881_01.pdf | 455 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | PCF | | 31/03/2011 17:14 | 2010 | PCF_2010_0881_02.pdf | 335 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | MCD | | 31/03/2011 17:16 | 2010 | MCD_2010_0881_01.pdf | 502 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | 1979000247 | 31/03/2011 17:20 | 2010 | DPGA_2010_1979000247_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | 1994000929 | 31/03/2011 17:21 | 2010 | DPGA_2010_1994000929_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | 1999004256 | 31/03/2011 17:22 | 2010 | DPGA_2010_1999004256_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | 2000003656 | 31/03/2011 17:22 | 2010 | DPGA_2010_2000003656_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | 2000003729 | 31/03/2011 17:23 | 2010 | DPGA_2010_2000003729_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | 2000003974 | 31/03/2011 17:28 | 2010 | DPGA_2010_2000003974_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | 2002001065 | 31/03/2011 17:29 | 2010 | DPGA_2010_2002001065_0881_01.pdf | 10 Kb |
| 551.017.127-87 | 881 | DPGA | 2008001619 | 31/03/2011 17:29 | 2010 | DPGA_2010_2008001619_0881_01.pdf | 10 Kb |

Imprimir Voltar

Bsb, 31 de Março de 2011 PREVfone: 0800 78 0191 Esplanada dos Ministérios • Bloco F • Brasília-DF • CEP 70059-900 Copyright © 2006 - MPS

Concluído Internet 100%

À

DD. DIRETORIA DA

REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL RIO DE JANEIRO – RJ

COMUNICADO DE VISITA Nº
10/10

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A REVISÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS
PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR PREVISTA NA RESOLUÇÃO Nº 3792 DE 24 DE SETEMBRO DE 2009 DO
CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.

No período de 1º a 18 de fevereiro de 2011 realizamos trabalhos de verificação quanto aos Procedimentos Técnicos e Operacionais sobre a Carteira de Investimentos, peças contábeis e documentos a nós apresentados, na extensão e profundidade possíveis às circunstâncias. Utilizamos métodos, processos técnicos e procedimentos de auditoria aplicados por amostragem.

Aplicamos os procedimentos relacionados no Comunicado Técnico IBRACON nº 02/2001 com a finalidade de atender ao requerido pela Resolução nº 3792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, em substituição à Resolução nº 3.456, de 1º de junho de 2007, e pela Instrução Previc nº 02, de 18 de maio de 2010.

Reportamo-nos à legislação específica do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) quanto aos aspectos de Riscos de Arrecadação, Riscos Operacionais e Administrativos, Riscos de Investimentos e Riscos de Benefícios, através da Resolução nº 13, de 1º de outubro de 2004.

Alguns aspectos que julgamos relevantes estão expostos neste relatório, que é estritamente confidencial, e tem como finalidade única sua discussão com o destinatário.

Releva notar que nossa opinião definitiva sobre os procedimentos técnicos, operacionais e de controles sobre a carteira de investimentos empregados no exercício é externada unicamente em nosso Relatório Final de auditoria.

A verificação, com o consequente exame e revisão, compreendeu a aplicação dos procedimentos normais de auditoria. Foi efetuada com base em verificação e inspeção de documentação comprobatória, quando aplicável e, ainda, por meio de indagação, observação com os responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL.

O trabalho foi conduzido com observância às normas profissionais da auditoria independente estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e a aplicação dos procedimentos descritos não significa que seja possível identificar eventuais informações e ocorrências que tenham sido deliberadamente ocultadas pela Administração da Entidade.

Dessa forma, nossas verificações não devem ser tomadas como garantia da inexistência de erros (incorrekções não intencionais) ou irregularidades (distorções intencionais ou fraude).

Consequentemente, o presente relatório se restringe às informações obtidas durante o curso dos trabalhos, cuja abrangência foi mencionada anteriormente.

Assim, revisões específicas e mais amplas poderão revelar outras informações além daquelas descritas neste relatório.

Os nossos comentários referem-se à situação da Entidade quando de nossas indagações e testes, que foram concluídas em 18 de fevereiro de 2011, e não foram consideradas eventuais modificações porventura ocorridas após essa data.

Releva notar que nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis empregados no exercício é externada unicamente em nosso Relatório Final de Auditoria. O período auditado foi o exercício de 2010.

Valendo-nos de programas específicos, auditamos os aspectos a seguir enunciados:

1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DE RECURSOS

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 3792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, determina no Artigo 16, Capítulo V, que “a entidade fechada de previdência complementar deve definir a política de investimentos de cada um dos planos de benefícios por ela administrados”.

A Política de Investimentos para o exercício de 2010 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, em sua 376ª Reunião Ordinária realizada em 20 de outubro de 2009, cujo objetivo é estabelecer a forma de investimento da REFER, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos, além das demais obrigações.

Para exercer a administração dos ativos garantidores, a cargo da Diretoria Financeira e da Diretoria de Seguridade, foram designados como AETQ, Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, o Diretor Financeiro - Carlos de Lima Moulin e a Diretora de Seguridade – Tânia Regina Ferreira.

Para agente custodiante dos ativos financeiros da REFER foi designado o Banco Bradesco S.A., CNPJ nº 60.746.948/0001-12.

Verificamos que a REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social divulga a política de investimentos aos seus participantes através do site www.refer.com.br.

A Política de Investimentos da REFER envolve os seguintes aspectos econômicos, financeiros e atuariais:

1.1. OBJETIVO

Estabelecer os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios estão fundamentados na Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009.

1.2. RISCOS

Verificamos que a Política de Investimentos de 2010 apresenta os critérios, parâmetros e limites de Gestão de Risco dos Investimentos.

1.3. META ATUARIAL

O parâmetro atuarial do plano de benefícios foi definido pelo INPC + 6% a.a., que vem a ser a meta atuarial da rentabilidade dos Investimentos.

1.4. BENCHMARK

| Segmento | Benchmark |
|----------------------------|--------------|
| Renda Fixa | INPC+6% a.a. |
| Renda Variável | IBr-X 50 |
| Investimentos Estruturados | INPC+6% a.a. |
| Imóveis | INPC+6% a.a. |
| Empréstimos/Financiamentos | INPC+6% a.a. |

Ao analisarmos a política de investimentos, verificamos que o parâmetro de rentabilidade da Renda Variável foi o índice Brasil 50 - IBrX-50 e os demais segmentos tiveram como parâmetro a meta atuarial INPC + 6% a.a.

Em nossos exames, verificamos que a rentabilidade acumulada da carteira de investimentos até dezembro de 2010 foi de 12,91%. Desta forma, verificamos que a rentabilidade da carteira superou a taxa mínima atuarial de 12,85% (INPC + 6% a.a.).

1.5. DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO RENDA FIXA

| SEGMENTO | LIMITE INFERIOR | LIMITE SUPERIOR | ALVO DE ALOCAÇÃO | LIMITE RES. 3792 |
|----------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| CBTU | 36% | 95% | 60,19% | 100% |
| CENTRAL | 41% | 95% | 70,64% | 100% |
| CPTM | 31% | 95% | 61,22% | 100% |
| CTS | 31% | 95% | 54,98% | 100% |
| METRO | 41% | 95% | 72,40% | 100% |
| METROFOR | 36% | 95% | 56,66% | 100% |
| REFER | 41% | 95% | 66,09% | 100% |
| RFFSA | 36% | 95% | 64,73% | 100% |

REND A VARIÁVEL

| SEGMENTO | LIMITE INFERIOR | LIMITE SUPERIOR | ALVO DE ALOCAÇÃO | LIMITE RES. 3792 |
|----------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| CBTU | 5% | 35% | 24,30% | 70% |
| CENTRAL | 5% | 30% | 16,22% | 70% |
| CPTM | 5% | 40% | 26,58% | 70% |
| CTS | 5% | 40% | 26,72% | 70% |
| METRO | 5% | 30% | 18,11% | 70% |
| METROFOR | 5% | 35% | 24,79% | 70% |
| REFER | 5% | 30% | 19,42% | 70% |
| RFFSA | 5% | 35% | 23,16% | 70% |

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

| SEGMENTO | LIMITE INFERIOR | LIMITE SUPERIOR | ALVO DE ALOCAÇÃO | LIMITE RES. 3792 |
|----------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| CBTU | 0% | 6% | 3,01% | 20% |
| CENTRAL | 0% | 6% | 1,14% | 20% |
| CPTM | 0% | 6% | 3,20% | 20% |
| CTS | 0% | 6% | 3,80% | 20% |
| METRO | 0% | 6% | 1,49% | 20% |
| METROFOR | 0% | 6% | 3,55% | 20% |
| REFER | 0% | 6% | 2,49% | 20% |
| RFFSA | 0% | 6% | 2,61% | 20% |

EMPRÉSTIMOS

| SEGMENTO | LIMITE INFERIOR | LIMITE SUPERIOR | ALVO DE ALOCAÇÃO | LIMITE RES. 3792 |
|----------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| CBTU | 0% | 15% | 4,50% | 15% |
| CENTRAL | 0% | 15% | 4,00% | 15% |
| CPTM | 0% | 15% | 1,00% | 15% |
| CTS | 0% | 15% | 6,50% | 15% |
| METRO | 0% | 15% | 0,00% | 15% |
| METROFOR | 0% | 15% | 7,00% | 15% |
| REFER | 0% | 15% | 4,00% | 15% |
| RFFSA | 0% | 15% | 1,50% | 15% |

IMÓVEIS

Informamos que todas as patrocinadoras apresentaram os seguintes limites e alvos de alocações:

Limite Inferior: 0%

Limite Superior: 8%

Alvo de Alocação: 8%

De acordo com a Política de Investimentos, “A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta política de investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado. É importante frisar que mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que obriga os administradores de plano a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação de cada segmento”.

Cabe registrar, ainda, que é possível que o plano não consiga alcançar a alocação-objetivo em 2010, caso os recursos correspondentes às dívidas das patrocinadoras não sejam recebidas.

1.6. PLANO DE ENQUADRAMENTO

Está em curso o Plano de Desimobilização da Carteira de Imóveis, aprovado pela Resolução do Conselho Deliberativo nº 001/05 de 05/01/2005, visando o reenquadramento da REFER a legislação vigente.

Até a conclusão deste processo de reenquadramento, é vedado qualquer novo investimento em imóveis, exceto no caso de expansão em shoppings de empreendimentos já existentes da entidade.

1.7. META DE RETORNO

| SEGMENTOS | 2010 |
|-----------------------------|--------------------|
| RENTA VARIÁVEL | INPC + 6,70% a.a. |
| RENTA FIXA | INPC + 11,78% a.a. |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | INPC + 7,05% a.a. |
| INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | - |
| IMÓVEIS | INPC + 6% a.a. |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | INPC + 6% a.a. |

As metas de retorno foram definidas para um horizonte de 60 meses. É possível, portanto, que, dentro de um mesmo ano-calendário, a rentabilidade dos investimentos fique abaixo da meta.

Cabe registrar que as metas de retorno acima apresentadas foram utilizadas como projeção para elaboração do estudo de ALM.

1.8. ASSET LIABILITY MANAGEMENT

O controle de riscos em planos de previdência passa necessariamente pela identificação do passivo, que pode consistir em obrigações futuras ou expectativas de retorno, de acordo com os tipos de plano de benefícios. O estudo de ALM (gestão integrada de ativo e passivo, na sigla em inglês) tem o objetivo de definir a macro alocação ótima dos Investimentos de acordo com as necessidades do plano, de forma a maximizar a probabilidade de formação de superávit.

1.9. APREÇAMENTO

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBID.

Isso não exclui a possibilidade, porém, de o plano contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva.

1.10. SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE AGENTES FIDUCIÁRIOS

O Comitê Diretor de Investimentos (CDI) é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes para seleção e avaliação de agentes fiduciários.

2. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

| INVESTIMENTOS | VALOR CONTÁBIL | PARTICIPAÇÃO (%) |
|------------------------------|------------------|------------------|
| RENTA FIXA | 1.556.934.946,96 | 65,21 |
| RENTA VARIÁVEL | 391.154.691,00 | 16,38 |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 129.318.503,52 | 5,42 |
| IMÓVEIS | 278.591.018,08 | 11,67 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 31.568.022,62 | 1,32 |
| TOTAL DO ATIVO | 2.387.567.182,18 | 100,00 |

Ao analisarmos as informações enviadas pela auditoria interna, verificamos que a rentabilidade acumulada da carteira de investimentos até dezembro de 2010 foi de 12,91%, suplantando, desta forma, a meta da rentabilidade 12,85% (INPC + 6% a.a.).

Até o término de nossos trabalhos não nos foi entregue o relatório de investimentos do mês de dezembro de 2010 (RECOI - Relatório de Consolidação das Operações de Investimentos).

Fomos informados pela auditada de que o referido relatório estava em processo de encerramento, conforme cronograma interno.

2.1. RENDAS / VARIAÇÕES LÍQUIDAS

O resultado contábil dos Investimentos apurou um ganho no montante de R\$ 17.890.129,71, conforme abaixo:

| Descrição | DEZEMBRO DE 2010 | | |
|--|------------------|----------------|-----------------|
| | Receita R\$ | Despesa R\$ | Saldo R\$ |
| RENTA FIXA | 271.532.785,27 | 38.986.544,08 | 232.546.241,19 |
| - Títulos Públicos Federais | 209.761.853,72 | 10.841.320,79 | 198.920.532,93 |
| - Créditos Privados e Depósitos | 43.761.946,30 | 24.523.829,66 | 19.238.116,64 |
| - Fundo Referenciado - DI Premium | 4.374.907,54 | 0,00 | 4.374.907,54 |
| - Fundos de Direitos Creditórios - FIDC | 12.928.694,77 | 3.621.393,63 | 9.307.301,14 |
| - Fundos de Investimentos - Renda Fixa | 705.382,94 | 0,00 | 705.382,94 |
| RENTA VARIÁVEL | 568.148.098,64 | 575.986.767,09 | (7.838.668,45) |
| - Ações - Instituições Financeiras | 131.146.345,71 | 189.493.426,68 | (58.347.080,97) |
| - Ações - Companhias Abertas | 437.001.752,93 | 386.493.340,41 | 50.508.412,52 |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 8.665.073,27 | 102.270,36 | 8.562.802,91 |
| - Participações | 8.665.073,27 | 102.270,36 | 8.562.802,91 |
| DERIVATIVOS | 441.856,31 | 244.934,57 | 196.921,74 |
| INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 50.931.340,42 | 9.763.481,47 | 41.167.858,95 |
| - Terrenos | 46.303,66 | 17.207,40 | 26.096,26 |
| - Edificações Uso Próprio | 913.712,03 | 307.327,72 | 606.384,31 |
| - Locadas a Terceiros | 4.713.988,35 | 1.321.443,92 | 3.392.544,43 |
| - Rendas de Participações | 39.643.550,93 | 8.117.502,43 | 31.526.048,50 |
| - Alienações de Investimentos Imobiliários | 5.613.785,45 | 0,00 | 5.613.785,45 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 8.312.955,04 | 1.539.872,57 | 6.773.082,47 |
| - Empréstimos | 8.312.955,04 | 1.539.872,57 | 6.773.082,47 |
| OUTRAS DEDUÇÕES E VARIAÇÕES NEGATIVAS | 0,00 | 1.880.768,99 | (1.880.768,99) |
| VARIAÇÕES LÍQUIDAS PROGRAMA INVESTIMENTO | 908.032.108,95 | 628.504.639,13 | 279.527.469,82 |

Verificamos que o ganho de R\$ 279.527.469,82, apurado em 31/12/2010, representou um retorno de 11,71% em relação ao Patrimônio dos Investimentos de R\$ 2.387.567.182,18, ficando 1,15% abaixo da meta atuarial.

2.1.1. CARTEIRA RENDA FIXA

| RENDA FIXA | VALOR CONTÁBIL | PARTICIPAÇÃO % |
|--------------------------------------|------------------|----------------|
| TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS | 1.370.326.440,01 | 57,39 |
| Notas do Tesouro Nacional | 963.204.869,91 | 40,34 |
| Certificado Financeiro do Tesouro | 309.343.285,14 | 12,96 |
| Letras do Tesouro Nacional | 97.778.284,96 | 4,10 |
| CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS | 56.644.227,64 | 2,37 |
| Debêntures Não Conversíveis | 44.218.478,65 | 1,85 |
| Cédula de Crédito Imobiliário | 12.425.748,99 | 0,52 |
| FUNDOS DE INVESTIMENTOS | 135.634.237,31 | 5,68 |
| Fundo Referenciado – DI Premium | 47.196.326,83 | 1,98 |
| Fundos de Direitos Creditórios- FIDC | 88.437.910,48 | 3,70 |
| CONTINGÊNCIAS | (5.669.958,00) | (0,24) |
| TOTAL DA RENDA FIXA | 1.556.934.946,96 | 65,21 |
| TOTAL DA CARTEIRA | 2.387.567.182,18 | 100,00 |

Os ativos financeiros aplicados no segmento de Renda Fixa correspondem ao montante de R\$ 1.556.934.946,96, o equivalente a 65,21% do total dos recursos investidos. Dentro deste segmento, verificamos que 57,39% estão aplicados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal, 2,37% em Companhias Abertas (Debêntures não Conversíveis e CCI), 5,68% em Fundos de Investimentos e (0,24%) representam Contingências Passivas.

Em nossos exames, constatamos que a auditada respeitou o limite máximo previsto na Resolução CMN nº 3792/09. Desta forma, verificamos que a auditada encontra-se enquadrada neste segmento da carteira.

Verificamos, através de informações da auditoria interna, que a renda fixa apresentou uma rentabilidade acumulada de 15,69% até dezembro de 2010, suplantando assim seu Benchmark (INPC + 6%) que ficou em 12,85% (corroboramos no site www.portalbrasil.net). A rentabilidade do mês de dezembro foi de 1,25%.

2.1.1.1. TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL

Realizamos um confronto entre os saldos dos registros contábeis com a carteira diária do Banco Bradesco do mês de dezembro de 2010 e encontramos divergências no valor de R\$ 10.063.237,08 nas Notas do Tesouro Nacional e R\$ 602.804,08 nos Certificados Financeiros do Tesouro. Neste confronto, verificamos conformidade dos saldos nas Letras do Tesouro Nacional – LTN.

Fomos informados pelo setor de investimentos, através de e-mail, de que essa divergência se deve à diferente metodologia utilizada pela auditada e a custodiante, Banco Bradesco S/A.

2.1.1.2. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.1.1.2.1. COMPANHIAS ABERTAS – DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS

Ao examinarmos a carteira e o Relatório Gerencial, verificamos que o saldo desta rubrica registra Debêntures das empresas Vale do Rio Doce e da Multiner.

Realizamos um confronto entre os saldos contábeis com o saldo da Carteira Diária do mês de dezembro de 2010 e encontramos conformidade nos valores apresentados.

2.1.1.2.2. COMPANHIAS ABERTAS – CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Ao analisarmos este investimento, confrontamos os saldos dos registros contábeis com o saldo da Carteira Diária do mês de dezembro de 2010 e verificamos conformidade.

2.1.1.3. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Verificamos que os fundos de investimentos de renda fixa são compostos pelos Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios e os Fundos de Investimentos Referenciados Bradesco e Safra.

Encontramos conformidade no confronto entre os saldos contábeis com a carteira diária do mês de dezembro de 2010.

2.1.2. CARTEIRA RENDA VARIÁVEL

| RENDA VARIÁVEL | VALOR CONTÁBIL | PARTICIPAÇÃO % |
|--------------------------|------------------|----------------|
| Instituições Financeiras | 108.674.369,34 | 4,55 |
| Companhias Abertas | 282.992.701,66 | 11,85 |
| Contingências | (512.380,00) | (0,02) |
| TOTAL DE RENDA VARIÁVEL | 391.154.691,00 | 16,38 |
| TOTAL DA CARTEIRA | 2.387.567.182,18 | 100,00 |

Os ativos financeiros aplicados no segmento de Renda Variável correspondem ao montante de R\$ 391.154.691,00, o equivalente a 16,38% do total dos recursos investidos. Dentro deste segmento, verificamos que 4,55% estão aplicados em Instituições Financeiras, 11,85% em Ações de Companhias Abertas e (0,02%) representam as Contingências Passivas de Investimentos.

Em nossos exames, constatamos que a auditada respeitou o limite máximo previsto na Resolução CMN nº 3792/09. Desta forma, verificamos que a auditada está enquadrada neste segmento da carteira.

Verificamos, através de informações da auditoria interna, que a renda variável apresentou uma rentabilidade acumulada de -2,03 % ficando, desta forma, abaixo de seu Benchmark (IBrX-50), que ficou em 0,74% (corroboramos no site www.bmfbovespa.com.br) e da meta de rentabilidade que foi de 12,85%. Observamos que a rentabilidade de dezembro de 2010 foi de 5,66%.

2.1.1.1. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E COMPANHIAS ABERTAS

Realizamos um confronto entre os saldos contábeis com a carteira diária do Bradesco e encontramos conformidade nos valores apresentados.

O valor da carteira foi confrontado com o saldo dos registros contábeis deduzidos das rubricas Dividendos & J.P.C. a Receber.

2.1.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Os ativos financeiros aplicados no segmento de Investimentos Estruturados correspondem ao montante de R\$ 129.318.503,52, o equivalente a 5,42% do total dos recursos investidos.

Em nossos exames, constatamos que a auditada respeitou o limite máximo previsto na Resolução CMN nº 3792/09. Desta forma, verificamos que a auditada encontra-se enquadrada neste segmento da carteira.

Verificamos, através de informações da auditoria interna, que este investimento apresentou uma rentabilidade acumulada de 16,17% até dezembro de 2010, suplantando assim seu Benchmark (INPC + 6%) que ficou em 12,85% (corroboramos no site www.portalbrasil.net). A rentabilidade do mês de dezembro foi de 0,96%.

Em nossos exames, verificamos que esta rubrica registra Fundos de Investimentos em Participações (Multiner FIP, Ático Energia FIP, FIP GAMA, PATRIARCA FIP).

Encontramos conformidade ao confrontarmos os saldos contábeis com os saldos da Carteira Diária de dezembro de 2010.

2.1.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

| Investimentos Imobiliários | Valor Contábil | Participação % |
|--|------------------|----------------|
| Aluguéis e Renda de Uso Próprio | 8.783.468,12 | 0,37 |
| Aluguéis e Renda Locados a Terceiros | 18.736.178,08 | 0,78 |
| Rendas de Participações | 248.702.588,45 | 10,42 |
| Direitos de Alienações em Investimentos Imobiliários | 4.656.848,43 | 0,20 |
| Contingências | (2.288.065,00) | (0,10) |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 278.591.018,08 | 11,67 |
| TOTAL DA CARTEIRA | 2.387.567.182,18 | 100,00 |

Constatamos que os ativos financeiros aplicados neste segmento correspondem ao montante de R\$ 278.591.018,08, o equivalente a 11,67% do total dos recursos investidos. Dentro deste segmento, verificamos que 0,37% estão aplicados em Aluguéis e Renda de Uso Próprio; 0,78% em Aluguéis e Renda Locados a Terceiros; 10,42% em Rendas de Participações; 0,20% em Direitos de Aliações em Investimentos Imobiliários; e (0,10%) representam contingências Passivas.

Em nossos exames, constatamos que a auditada desrespeitou o limite máximo previsto na Resolução CMN nº 3792/09, de 8%, estando a auditada desenquadrada neste segmento da carteira.

Constatamos, através de informações da auditoria interna, que os Investimentos Imobiliários apresentaram uma rentabilidade acumulada de 14,95 % suplantando assim seu Benchmark (INPC + 6%) que ficou em 12,85% (corroboramos no site www.portalbrasil.net). A rentabilidade do mês de dezembro foi de 1,90%.

Confrontamos os registros contábeis com a carteira deste segmento e relatório patrimonial e encontramos conformidade nos valores apresentados.

2.1.4.1. IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO E LOCADOS A TERCEIROS

| INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | Valor Contábil | Valor da Reavaliação | Diferenças |
|-----------------------------------|----------------|----------------------|--------------|
| USO PRÓPRIO | 8.783.468,12 | 8.990.000,00 | (206.531,88) |
| Edifício Sede | 8.783.468,12 | 8.990.000,00 | (206.531,88) |
| LOCADA A TERCEIROS | 17.738.993,77 | 18.254.800,00 | (515.806,23) |
| Edifício Centro Empresarial Varig | 9.620.158,48 | 9.982.800,00 | (362.641,52) |
| Ed. Vital Brasil | 7.348.335,29 | 7.482.000,00 | (133.664,71) |
| Edifício Iasa II | 770.500,00 | 790.000,00 | (19.500,00) |
| TOTAL | 26.522.461,89 | 27.244.800,00 | (722.338,11) |

Analisamos os Investimentos Imobiliários de Uso Próprio e Locados a Terceiros, e realizamos um confronto entre os saldos contábeis com os saldos constantes nos laudos de avaliações, e verificamos que a diferença encontrada registra o saldo da depreciação. Desta forma, verificamos conformidade na contabilização destes investimentos.

2.1.4.2. AVALIADORES OFICIAIS

Equity Engenharia e Avaliações Ltda.

Responsável Técnico: Engenheiro Guilherme Pires Galvão CREA nº 158.949-D.

PLANE - Engenharia Consultoria S/C Ltda.

Responsáveis Técnicos: Engenheiro Adriano Machado Rodrigues Júnior - CREA / SP nº 060.129.950-0 - 6ª Região e Engenheiro Alcino de Melo Rodrigues - CREA / SP nº 060.157.323-3/D - 6ª Região

DATA DAS AVALIAÇÕES Dezembro de 2007 e 2008.

2.1.4.3. PLANO DE ENQUADRAMENTO

Em 2004 foi proposto pela DIREX um plano para a desmobilização da Carteira de Imóveis da auditada, aprovado pela Resolução nº 001/05 do Conselho Deliberativo. Na ocasião existiam 11 (onze) imóveis a serem vendidos. Desses, em dezembro de 2010, tinham sido vendidos 3 (três) imóveis, restando 8 (oito) imóveis a vender.

Recebemos, também, o Plano de Ação para Desmobilização da Carteira Imobiliária de 2009.

Solicitamos o último encaminhamento do Plano de Ação para Desmobilização da Carteira Imobiliária; e foi apresentado o encaminhamento padrão nº 140- 09/DIPRE em 21/09/2009 a SPC, e a CRT nº 069-2010/DIFIN a PREVIC em 20/10/2010.

2.1.4.4. ALUGUÉIS A RECEBER

| IMÓVEIS | R\$ |
|--|----------------|
| ED. BRASILINTERPART | 35.652,13 |
| Empresa Jornalística Econômico S/A. | 35.652,13 |
| ED. CENTRO EMPRESARIAL VARIG | 40.865,45 |
| HWC Empreendimentos Ltda. | 12.000,00 |
| Artplan Comunicação S/A. | 27.780,80 |
| Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI | 1.084,65 |
| ED. JURUBATUBA | 40.127,83 |
| Magma Soldas Ltda. | 40.127,83 |
| ED. VITAL BRAZIL | 89.177,44 |
| Oiltanking Terminais Ltda. | 6.662,52 |
| Centrais Elétricas Brasileiras | 70.014,92 |
| Qualimídia Veiculação e Divulgação Ltda. | 11.000,00 |
| Kuehne&Nagel Serviços Logísticos Ltda. | 1.500,00 |
| ED. SEDE – COMAPAS | 6.559,59 |
| Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias Central do Brasil | 790.890,09 |
| Grupo OK | 2.702.913,30 |
| Telepress | 133.028,99 |
| TDA Prod. Eletr. | 157.318,96 |
| Palácio do Rádio | 434.904,45 |
| Concima | 5.566,28 |
| PROVISÃO PARA PERDAS DE ALUGUÉIS | (3.433.731,98) |
| Grupo OK | (2.702.913,30) |
| Telepress | (133.028,99) |
| TDA Prod. Eletr. | (157.318,96) |
| Palácio do Rádio | (434.904,45) |
| Concima | (5.566,28) |
| TOTAL DOS ALUGUÉIS | 1.003.272,53 |

Confrontamos os registros contábeis com o relatório dos aluguéis do mês de dezembro de 2010, apurando que os locatários abaixo registram inadimplência anterior ao mês referido:

- Edifício Centro Empresarial Varig – HWC Empreendimentos Ltda. e Instituto Nacional de Tecnologia de Informática – ITI;

- Edifício Jurubatuba - Magma Soldas Ltda. e;
- Edifício Vital Brasil - Qualimídia Veiculação e Divulgação Ltda. e Kuehne & Nagel Serviços Logísticos Ltda.

A auditada não apresentou relatório com a composição do saldo contábil. Verificamos, através do relatório de inadimplência, que o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Central do Brasil apresentou um Contrato de Confissão de Dívida referente ao reembolso dos encargos apendiculares ao contrato de locação (IPTU) datado em 27/06/2008.

Observamos, através desse relatório, que as parcelas estão sendo pagas mensalmente.

Mediante exame do Relatório emitido pela Gerência de Investimentos – GEINV, observamos que foi constituída provisão total, para os locatários relacionados:

| Locatários | R\$ |
|---|--------------|
| Revista Fiscal de Brasília Ltda. | 39,28 |
| Paulo Motta Nardelli | 260,34 |
| Gol Editora | 285,42 |
| Flávio de Pilla | 400,00 |
| D.D. Com. E Representação Ltda. | 1.234,80 |
| Sallus Assistência Médica e Odontológica | 2.100,00 |
| Matéria Prima Ltda. | 5.417,50 |
| CONCIMA - Empreendimentos e Construções Ltda. | 5.566,28 |
| Haroldo Pinheiro de Queiroz | 5.607,85 |
| America Gold Investimentos | 7.470,00 |
| Francisco José de Carvalhos | 9.879,90 |
| Fundação Centro Brasil de TV Educativa | 12.640,33 |
| Instituto Cadango | 15.000,00 |
| Merchant B. Fomento | 25.440,00 |
| Ronan Tanus | 29.129,03 |
| Tele Press Market | 133.028,99 |
| TDA - Indústria de Produtos Eletrônicos | 157.318,96 |
| A.G.M. Engenharia Ltda. | 320.000,00 |
| Grupo OK | 2.702.913,30 |
| TOTAL | 3.433.731,98 |

Solicitamos, para exame, relatório do Departamento Jurídico informando as medidas tomadas com relação à inadimplência dos locatários. Até o término dos nossos trabalhos, este não nos foi entregue.

Observamos, ainda, que o contrato de aluguel com a empresa COMAPAS Comércio de Mapas e Plantas está vencido desde 2004. Entretanto, a empresa em referência vem pagando regularmente o aluguel, embora exista uma ação judicial para entrega do imóvel.

Solicitamos uma posição do Departamento Jurídico, porém até o término dos nossos trabalhos não fomos atendidos.

2.1.4.5. RENDAS DE PARTICIPAÇÕES

| | R\$ | % |
|--|----------------|--------|
| Loja Itaim | 20.358.461,68 | 7,31 |
| Norte Shopping | 41.862.664,48 | 15,03 |
| Shopping Iguatemi Maceió | 26.909.387,72 | 9,66 |
| Shopping Center Barra | 37.618.614,57 | 13,50 |
| Taubaté shopping Center | 21.470.154,64 | 7,71 |
| Minas Shopping | 46.927.231,68 | 16,84 |
| Shopping Iguatemi Belém | 36.478.410,48 | 13,09 |
| Direitos a Receber (Retenção p/Inadimplência e Provisão p/ Perdas) | 7.302.337,64 | 2,62 |
| Direitos Receber (Retenção para Expansão/Benfeitorias) | 9.775.325,56 | 3,51 |
| TOTAL | 248.702.588,45 | 89,27 |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 278.591.018,08 | 100,00 |

Averiguamos estes investimentos cruzando os registros contábeis com a documentação comprobatória, encontrando conformidade.

2.1.4.6. DIREITOS EM ALIENAÇÃO EM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Examinamos a rubrica em referência, verificando que são registrados os valores a receber das alienações dos edifícios Senador Pompeu e Jurubatuba.

O edifício Jurubatuba foi vendido por R\$ 5.500.000,00, conforme escritura de compra e venda, sendo 20%, R\$ 1.100.000,00, em 1º/12/2010 e o saldo de R\$ 4.400.000,00, em 25/01/2011.

A auditada procedeu a avaliação do imóvel para a venda, conforme determinado pelo art. 33, da Resolução CMN nº 3792/2009: “As aquisições, alienações, recebimentos em dação em pagamento e demais formas de transferência de titularidade de investimentos classificados no segmento de imóveis devem ser precedidos de avaliação de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão competente.”

Observamos, também, que foi respeitada a Instrução MPS/SPC nº 34 em seu anexo A - II - 19 G: "A avaliação para alienação dos investimentos imobiliários pode ser dispensada se a última avaliação tiver sido realizada no prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias e desde que tal procedimento seja devidamente atestado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, em função das condições de mercado”.

2.1.4. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

| Empréstimos | Balancete R\$ | % |
|---|------------------|--------|
| Principal | 31.111.548,21 | 1,30 |
| Direitos a Receber | 3.218.597,92 | 0,13 |
| (-) Provisão p/ Perdas | (2.752.307,57) | (0,12) |
| Exigibilidades | (9.815,94) | |
| TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS | 31.568.022,62 | 1,32 |
| TOTAL DA CARTEIRA | 2.387.567.182,18 | 100,00 |

Constatamos que os ativos financeiros aplicados neste segmento correspondem ao montante de R\$ 31.568.022,62, o equivalente a 1,32% do total dos recursos investidos.

Em nossos exames, constatamos que a auditada respeitou o limite máximo previsto na Resolução CMN nº 3792/09, estando dessa forma, devidamente enquadrada nos intervalos estabelecidos pela referida resolução.

Verificamos, através de informações da auditoria interna, que os Empréstimos e Financiamentos apresentaram uma rentabilidade acumulada de 24,24% até dezembro de 2010, suplantando assim seu Benchmark (INPC + 6%) que ficou em 12,85% (corroboramos no site www.portalbrasil.net). A rentabilidade do mês de dezembro foi de 2,29%.

| Empréstimos | Balancete R\$ | % |
|---|------------------|--------|
| Principal | 31.111.548,21 | 98,52 |
| Direitos a Receber | 3.218.597,92 | 10,19 |
| (-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa | (2.752.307,57) | (8,72) |
| TOTAL | 31.577.838,56 | 100,00 |

Observamos que os Empréstimos e Financiamentos tiveram um crescimento da ordem de 3,76%, correspondente a um aumento de R\$ 1.143.655,05, em relação ao exercício de 2009, cujo saldo à época era de R\$ 30.434.183,51.

Observamos, ainda, um decréscimo no principal da dívida de R\$ 555.400,96, bem como na Provisão para Devedores Duvidosos de R\$ 49.743,68. Entretanto, detectamos um crescimento de R\$ 1.649.312,33 em Direitos a Receber.

| Empréstimos | Balancete R\$ | Relatório R\$ | Diferença R\$ |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Principal + Direitos a Receber | 34.330.146,13 | 33.617.653,27 | 712.492,86 |
| (-) Provisão Créd. Liquidação Duvidosa | (2.752.307,57) | (2.750.786,15) | (1.521,42) |
| TOTAL | 31.577.838,56 | 30.866.867,12 | 710.971,44 |

Ao confrontarmos os registros contábeis com o relatório da Carteira, apuramos as diferenças demonstradas acima, para as quais recomendamos as providências necessárias à regularização.

De acordo com os arquivos eletrônicos enviados, constatamos que as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas de acordo com o tempo de inadimplência, conforme determinado na Instrução MPS-SPC nº 34, anexo AII - Procedimentos Operacionais.

Para fins de testes, solicitamos alguns contratos de empréstimos, porém até o término dos trabalhos, esses não nos foram entregues. Assim, deixamos de opinar sobre a constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

3. DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS

Solicitamos o protocolo e Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos de novembro de

2010 enviados a PREVIC. Esse demonstrativo foi enviado em 14/01/2011, conforme protocolo

008810068875-00. Observamos que o referido demonstrativo foi enviado dentro do prazo determinado pela Instrução Previc nº 2, art. 11, § 1º.

4. PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO 2010/2009

Ao compararmos os investimentos do mês de dezembro de 2010 com o mesmo período do exercício anterior, verificamos que a auditada apresentou uma elevação na alocação de recursos na Renda Fixa na ordem de 7,89%, uma vez que apresentava o percentual de 54,96% em 2009 e passou a apresentar um percentual de 62,85% sobre o montante dos recursos investidos.

Ao realizarmos este comparativo no segmento de Renda Variável, observamos que a Fundação apresentou um decréscimo na alocação de Recursos na Renda Variável na ordem de 0,95%, à medida que apresentava o percentual de 17,30% e passou para 16,35%.

Constatamos que o percentual de participação dos Imóveis em dezembro de 2010 apresentou um decréscimo na ordem de 0,72%, pois no exercício de 2009 apresentava um percentual de 12,44 e no exercício de 2010 passou a apresentar 11,72%. Verificamos que esse decréscimo está ligado ao plano de desimobilização.

Nos Empréstimos e Financiamentos, observamos uma elevação neste percentual de 0,03. Em 2009 o percentual era de 1,28 e passou, em 2010, para 1,32%.

5. LIMITES DE ALOCAÇÃO

| ATIVOS | LIMITE RES. CMN N° 3792/09 | 12/2010 R\$ | % | 12/2009 R\$ | % | Variação Anual % |
|--|----------------------------------|------------------|--------|------------------|--------|---------------------|
| RENDA FIXA | 100% | 1.556.934.946,96 | 65,21 | 1.583.205.021,63 | 66,83 | (1,66) |
| Baixo Risco Crédito | | 1.370.326.440,01 | 57,39 | 1.474.694.741,81 | 62,25 | (7,08) |
| Títulos Públicos Federais | | 1.370.326.440,01 | 57,39 | 1.228.726.540,42 | 51,87 | 11,52 |
| Aplicações em Instituições Financeiras | | 0,00 | 0,00 | 245.968.201,39 | 10,38 | (100,00) |
| Médio/Alto Risco Crédito | | 186.608.506,95 | 7,82 | 108.510.279,82 | 4,58 | 71,97 |
| Debêntures Conversíveis | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Debêntures Não Conversíveis | | 44.218.478,65 | 1,85 | 16.320,10 | 0,0007 | 270.844,90 |
| Outros Títulos de Empresas - CCI | | 12.425.748,99 | 0,52 | 35.260.586,37 | 1,49 | (64,76) |
| Fundos de Investimentos | | 135.634.237,31 | 5,68 | 73.233.373,35 | 3,09 | 85,21 |
| (-) Contingências Passivas | | (5.669.958,00) | (0,24) | 0,00 | 0,00 | - |
| RENDA VARIÁVEL | 70% | 391.154.691,00 | 16,38 | 409.889.141,51 | 17,30 | (4,57) |
| Instituições Financeiras | | 108.674.369,34 | 4,55 | 0,00 | 0,00 | - |
| Companhias Abertas | | 282.992.701,66 | 11,85 | 409.889.141,51 | 17,30 | (30,96) |
| (-) Contingências Passivas | | (512.380,00) | (0,02) | 0,00 | 0,00 | - |

| ATIVOS | LIMITE RES. CMN N° 3792/09 | 12/2010 R\$ | % | 12/2009 R\$ | % | Variação Anual % |
|---|----------------------------------|------------------|--------|------------------|--------|---------------------|
| INVEST ESTRUTURADOS | 20% | 129.318.503,52 | 5,42 | 50.790.562,95 | 2,14 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 8% | 278.591.018,08 | 11,67 | 294.576.215,77 | 12,44 | (5,43) |
| Terrenos | | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 | 0,04 | (100,00) |
| Edificações/uso próprio | | 8.783.468,12 | 0,37 | 8.990.000,18 | 0,38 | (2,30) |
| Edificações/Locadas a Terceiros | | 18.742.266,30 | 0,78 | 36.393.180,30 | 1,54 | (48,50) |
| (-) Exigibilidades/Locados a Terceiros | | (6.088,22) | | 0,00 | 0,00 | - |
| Rendas de Participações | | 248.702.588,45 | 10,42 | 247.965.749,81 | 10,47 | 0,30 |
| Direito de Alienação Investimentos Imobiliários | | 4.656.848,43 | 0,20 | 227.285,48 | 0,01 | 1.948,90 |
| (-) Contingências Passivas | | (2.288.065,00) | (0,10) | 0,00 | 0,00 | - |
| EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS | 15% | 31.568.022,62 | 1,32 | 30.434.183,51 | 1,28 | 3,73 |
| Empréstimos | | 31.577.838,56 | 1,32 | 30.434.183,51 | 1,28 | 3,76 |
| (-) Exigibilidades | | (9.815,94) | (0,00) | 0,00 | 0,00 | - |
| TOTAL | | 2.387.567.182,18 | 100,00 | 2.368.895.125,37 | 100,00 | 0,79 |

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011.


 UHY MOREIRA - AUDITORES
 CRC RS 3717 S RJ
 HERALDO S.S. DE BARCELLOS
 Contador CRC RS 11609 S RJ
 Responsável Técnico

25.1.6 – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE



À
DD. DIRETORIA DA
FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL –
REFER RIO DE JANEIRO – RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do ativo líquido e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis

A Administração da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, e pareceres do atuário responsável pelos cálculos das provisões matemáticas e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO REDE

FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis por plano de benefício tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Parágrafos de ênfase

Ênfase sobre a não apresentação dos valores correspondentes do exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC foram alteradas a partir de 2010. De acordo com a faculdade prevista nessa Resolução, não estão sendo apresentadas as informações dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para fins de comparabilidade, a exceção do Balanço Patrimonial.

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 4.1, 4.2 e 4.4, os valores das contribuições normais, extraordinárias e contratadas não repassadas pelas Patrocinadoras RFFSA, CBTU, CENTRAL e METRÔ, nos prazos estipulados contratualmente, vem acarretando a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, tendo sido registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 467.792 mil, contribuindo com os déficits dos respectivos planos e, conseqüentemente, para o desequilíbrio atuarial, em função disso, o déficit técnico apurado em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 1.099.088 mil. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.2.b, a dívida do METRÔ – Em Liquidação foi repactuada em novembro de 2009, passando a ser responsabilidade da RIOTRILHOS. A Alta Administração da Fundação vem envidando esforços junto às patrocinadoras e Órgão Supervisor, no sentido de equacionar as pendências existentes e normalizar o fluxo de recursos, cujas negociações para o recebimento das contribuições em atraso será importante para o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos respectivos planos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011.



UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S RJ
HERALDO S.S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S RJ
Responsável Técnico



ELIANE TÂNIA RESMINI
Contadora CRC RS 59765 S RJ
Auditora

25.1.7 – CONCLUSÕES DO ÚLTIMO ESTUDO ATUARIAL

MERCER

Maria da Fé Pinto
Senior Associate

Av. Rio Branco, 128, 13º andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP: 20040-002
+55 21 3806 1108
Fax +55 21 3806 1148
maria.da.fe.pinto@mercer.com
www.mercer.com.br

Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores
Rua Visconde de Inhaúma, 50 - 5º andar - sala 511 - Centro
Rio de Janeiro, RJ
20091-007

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2011

Assunto: Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2010

Prezado Marcio,

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial dos Planos administrados pela **Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER**, apresentamos o nosso parecer atuarial sobre a posição das Provisões Matemáticas e Fundos da Fundação, em 31/12/2010, segregados entre o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ em liquidação, o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS.

Os valores apresentados a seguir foram obtidos considerando-se:

- Os Regulamentos do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ em liquidação, do Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS, Planos estes que se encontram em manutenção;
- Os dados individuais, posicionados em 31/07/2010, dos Participantes e beneficiários dos Planos, fornecidos pela REFER à Mercer, que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Fundação, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial;

MERCER

Página 2
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

- Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela REFER à Mercer, bem como o valor dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial;
- A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento dos Planos;
- Os valores totais dos saldos de conta relativos aos planos de contribuição variável informados pela REFER, posicionados em 31/12/2010.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ em liquidação

| Nome | R\$ |
|---|----------------|
| Patrimônio Social | 221.424.240,24 |
| Patrimônio para Cobertura do Plano | 191.874.127,40 |
| Provisões Matemáticas | 183.256.296,97 |
| Benefícios Concedidos | 130.091.876,62 |
| Contribuição Definida | 276.352,92 |
| - Saldo de conta dos Assistidos | 276.352,92 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 129.815.523,70 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos | 103.651.097,36 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos | 26.164.426,34 |
| Benefícios a Conceder | 53.164.420,35 |
| Contribuição Definida | 46.846.154,12 |
| - Saldo de contas - Parcela Patrocinadora | 33.513.215,43 |
| - Saldo de contas - Parcela Participantes | 13.332.938,69 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 6.288.977,84 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 6.288.977,84 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | - |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 29.288,39 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 29.288,39 |

MERCER

Página 3
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|---------------|
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | - |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples | - |
| Provisões Matemáticas a Constituir (-) | - |
| Serviço Passado (-) | - |
| Déficit Equacionado (-) | - |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | - |
| Equilíbrio Técnico | 8.617.830,43 |
| Resultados Realizados | 8.617.830,43 |
| Superávit Técnico Acumulado | 8.617.830,43 |
| Reserva de Contingência | 8.617.830,43 |
| Reserva para Revisão do Plano | - |
| Déficit Técnico Acumulado (-) | - |
| Resultados a Realizar | - |
| Fundos | 29.550.112,84 |
| Fundo Previdencial | - |
| - Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar | - |
| - Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial | - |
| Fundo Administrativo | 29.545.472,51 |
| Fundo dos Investimentos | 4.640,33 |

Após a formalização do “INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À ADESÃO AO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL” formalizado entre a REFER, a RIOTRILHOS e o METRÔ em liquidação, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ em liquidação está superavitário, sendo que para manter este equilíbrio deve-se efetuar o pagamento das contribuições normais definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras, incluindo o pagamento, pela Patrocinadora, do débito reconhecido no citado instrumento e que deverá ser efetuado mensalmente, por um período de 8 anos a contar de 31/12/2010.

MERCER

Página 4
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

| Nome | R\$ |
|--|-----------------|
| Patrimônio Social | 441.189.512,88 |
| Patrimônio para Cobertura do Plano | 429.151.666,66 |
| Provisões Matemáticas | 600.814.776,87 |
| Benefícios Concedidos | 215.869.747,96 |
| Contribuição Definida | - |
| - Saldo de conta dos Assistidos | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 215.869.747,96 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos | 150.770.126,87 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos | 65.099.621,09 |
| Benefícios a Conceder | 453.143.197,34 |
| Contribuição Definida | - |
| - Saldo de contas - Parcela Patrocinadora | - |
| - Saldo de contas - Parcela Participantes | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 418.572.570,82 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 447.104.466,82 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 14.265.948,00 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 14.265.948,00 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 34.570.626,52 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 36.923.452,02 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 1.176.412,75 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 1.176.412,75 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples | - |
| Provisões Matemáticas a Constituir (-) | (68.198.168,43) |
| Serviço Passado (-) | (10.305.656,05) |
| - Patrocinador (-) | (10.305.656,05) |

MERCER

Página 5
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|------------------|
| Déficit Equacionado (-) | (57.892.512,38) |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | - |
| Equilíbrio Técnico | (171.663.110,21) |
| Resultados Realizados | (171.663.110,21) |
| Superávit Técnico Acumulado | - |
| Reserva de Contingência | - |
| Reserva para Revisão do Plano | - |
| Déficit Técnico Acumulado (-) | (171.663.110,21) |
| Resultados a Realizar | - |
| Fundos | 12.037.846,22 |
| Fundo Previdencial | - |
| - Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar | - |
| - Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial | - |
| Fundo Administrativo | 11.917.007,46 |
| Fundo dos Investimentos | 120.838,76 |

O Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM encontra-se com um déficit correspondente a 28,6% do Total das Provisões Matemáticas, que corresponde ao total de parcelas vencidas e não pagas já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU em 31/12/2010. Em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, a regularização dos pagamentos devidos (vencidos e à vencer) é crucial para, junto com o ajuste no Plano de Custeio, levar o plano a desejada situação de equilíbrio.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER

| Nome | R\$ |
|---|---------------|
| Patrimônio Social | 38.123.832,92 |
| Patrimônio para Cobertura do Plano | 35.213.907,16 |
| Provisões Matemáticas | 30.934.251,89 |
| Benefícios Concedidos | 14.901.930,74 |

MERCER

Página 6
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|---------------|
| Contribuição Definida | - |
| - Saldo de conta dos Assistidos | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 14.901.930,74 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos | 10.754.514,44 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos | 4.147.416,30 |
| Benefícios a Conceder | 16.032.321,15 |
| Contribuição Definida | 13.815.630,83 |
| - Saldo de contas - Parcela Patrocinadora | 7.606.875,17 |
| - Saldo de contas - Parcela Participantes | 6.208.755,66 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 1.340.113,10 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 1.340.113,10 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | - |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 876.577,22 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 876.577,22 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | - |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples | - |
| Provisões Matemáticas a Constituir (-) | - |
| Serviço Passado (-) | - |
| Déficit Equacionado (-) | - |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | - |
| Equilíbrio Técnico | 4.279.655,27 |
| Resultados Realizados | 4.279.655,27 |
| Superávit Técnico Acumulado | 4.279.655,27 |
| Reserva de Contingência | 4.279.655,27 |
| Reserva para Revisão do Plano | - |
| Déficit Técnico Acumulado (-) | - |

MERCER

Página 7

10 de fevereiro de 2011

Sr. Marcio Fernandes

UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|--------------|
| Resultados a Realizar | - |
| Fundos | 2.909.925,76 |
| Fundo Previdencial | 1.885.660,88 |
| - Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar | 1.758,77 |
| - Revisão do Plano | 1.883.902,11 |
| - Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial | - |
| Fundo Administrativo | 869.955,61 |
| Fundo dos Investimentos | 154.309,27 |

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER está superavitário, dependendo do pagamento das contribuições normais definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras para manter esta situação.

Considerando que no exercício de 2010 registrou-se o terceiro exercício consecutivo de apuração de Reserva para Revisão de Plano, houve o ajuste nas hipóteses de taxa de juros real e mortalidade, para 5% a.a. e AT-2000, respectivamente, de forma a atender ao previsto no artigo 9º da Resolução CGPC nº26/2008. Dessa forma, o montante que deverá ser utilizado, conforme previsto no artigo 20 da citada Resolução, foi alocado em Fundo Previdencial Revisão do Plano.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL

| Nome | R\$ |
|---|----------------|
| Patrimônio Social | 237.714.503,40 |
| Patrimônio para Cobertura do Plano | 237.435.940,25 |
| Provisões Matemáticas | 339.163.888,55 |
| Benefícios Concedidos | 259.661.449,57 |
| Contribuição Definida | 571.682,76 |
| - Saldo de conta dos Assistidos | 571.682,76 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 259.089.766,81 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos | 213.085.866,46 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos | 46.003.900,35 |

MERCER

Página 8
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|------------------|
| Benefícios a Conceder | 79.502.438,98 |
| Contribuição Definida | 68.273.338,15 |
| – Saldo de contas - Parcela Patrocinadora | 40.638.690,11 |
| – Saldo de contas - Parcela Participantes | 27.634.648,04 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 802.999,21 |
| – Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 1.984.213,37 |
| – Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 590.607,08 |
| – Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 590.607,08 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 10.426.101,62 |
| – Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 10.477.361,38 |
| – Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 25.629,88 |
| – Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 25.629,88 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples | - |
| Provisões Matemáticas a Constituir (-) | - |
| Serviço Passado (-) | - |
| Déficit Equacionado (-) | - |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | - |
| Equilíbrio Técnico | (101.727.948,30) |
| Resultados Realizados | (101.727.948,30) |
| Superávit Técnico Acumulado | - |
| Reserva de Contingência | - |
| Reserva para Revisão do Plano | - |
| Déficit Técnico Acumulado (-) | (101.727.948,30) |
| Resultados a Realizar | - |
| Fundos | 278.563,15 |
| Fundo Previdencial | - |
| – Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar | - |
| – Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial | - |

MERCER

Página 9
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

| | |
|--------------------------------|------------|
| Fundo Administrativo | 99.587,37 |
| Fundo dos Investimentos | 178.975,78 |

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL encontra-se com um déficit correspondente a 30% do Total das Provisões Matemáticas, déficit este decorrente do não pagamento da dívida da Patrocinadora CBTU para com o Plano da Patrocinadora CENTRAL. Em atendimento à Resolução CGPC nº26, de 29/09/2008, tais pagamentos deverão ser integralizados para regularização do equilíbrio atuarial do Plano. Além disso, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU

| Nome | R\$ |
|---|----------------|
| Patrimônio Social | 313.361.488,14 |
| Patrimônio para Cobertura do Plano | 302.362.714,10 |
| Provisões Matemáticas | 441.264.661,30 |
| Benefícios Concedidos | 255.022.646,19 |
| Contribuição Definida | 2.763.417,17 |
| - Saldo de conta dos Assistidos | 2.763.417,17 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 252.259.229,02 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos | 197.264.490,19 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos | 54.994.738,83 |
| Benefícios a Conceder | 195.036.463,54 |
| Contribuição Definida | 180.040.283,25 |
| - Saldo de contas - Parcela Patrocinadora | 112.730.520,96 |
| - Saldo de contas - Parcela Participantes | 67.309.762,29 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 3.185.914,80 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 13.469.123,08 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 5.141.604,14 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 5.141.604,14 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 11.810.265,49 |

MERCER

Página 10
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|------------------|
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 13.602.679,85 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 896.207,18 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 896.207,18 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples | - |
| Provisões Matemáticas a Constituir (-) | (8.794.448,43) |
| Serviço Passado (-) | (8.794.448,43) |
| - Patrocinador (-) | (8.794.448,43) |
| Déficit Equacionado (-) | - |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | - |
| Equilíbrio Técnico | (138.901.947,20) |
| Resultados Realizados | (138.901.947,20) |
| Superávit Técnico Acumulado | - |
| Reserva de Contingência | - |
| Reserva para Revisão do Plano | - |
| Déficit Técnico Acumulado (-) | (138.901.947,20) |
| Resultados a Realizar | - |
| Fundos | 10.998.774,04 |
| Fundo Previdencial | 60.480,40 |
| - Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar | 60.480,40 |
| - Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial | - |
| Fundo Administrativo | 10.329.989,09 |
| Fundo dos Investimentos | 608.304,55 |

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU encontra-se com um déficit correspondente a 31,5% do Total das Provisões Matemáticas, déficit este decorrente do não pagamento da dívida da Patrocinadora. Para que este déficit não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras, incluindo a contribuição mensal extraordinária da Patrocinadora calculada em 31/12/2010 de R\$ 457.818,58, já acrescida do carregamento para despesas administrativas, que deverá ser efetuada a partir de janeiro de 2011 e

MERCER

Página 11
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

destinada à amortização da Provisão a Constituir - subconta Serviço Passado, referente à cobertura da reserva de transferência e da provisão de benefícios concedidos não integralizadas na data efetiva de transformação do Plano, por um período de 2 anos a contar daquela data. Essas contribuições serão redefinidas anualmente, de acordo com a avaliação atuarial, e constarão do respectivo Plano de Custeio.

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA

| Nome | R\$ |
|---|------------------|
| Patrimônio Social | 1.869.025.882,70 |
| Patrimônio para Cobertura do Plano | 1.770.165.273,30 |
| Provisões Matemáticas | 2.462.397.779,52 |
| Benefícios Concedidos | 2.194.187.532,72 |
| Contribuição Definida | 731.456,69 |
| - Saldo de conta dos Assistidos | 731.456,69 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 2.193.456.076,03 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos | 1.574.400.274,64 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos | 619.055.801,39 |
| Benefícios a Conceder | 277.229.045,45 |
| Contribuição Definida | 132.873.304,04 |
| - Saldo de contas - Parcela Patrocinadora | 97.703.397,74 |
| - Saldo de contas - Parcela Participantes | 35.169.906,30 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 489.499,74 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 1.048.112,28 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 279.306,27 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 279.306,27 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 143.866.241,67 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 143.978.201,59 |

MERCER

Página 12

10 de fevereiro de 2011

Sr. Marcio Fernandes

UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|------------------|
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 55.979,96 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 55.979,96 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples | - |
| Provisões Matemáticas a Constituir (-) | (9.018.798,65) |
| Serviço Passado (-) | (9.018.798,65) |
| - Patrocinador (-) | (9.018.798,65) |
| Déficit Equacionado (-) | - |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | - |
| Equilíbrio Técnico | (692.232.506,22) |
| Resultados Realizados | (692.232.506,22) |
| Superávit Técnico Acumulado | - |
| Reserva de Contingência | - |
| Reserva para Revisão do Plano | - |
| Déficit Técnico Acumulado (-) | (692.232.506,22) |
| Resultados a Realizar | - |
| Fundos | 98.860.609,40 |
| Fundo Previdencial | 17.045,60 |
| - Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar | 17.045,60 |
| - Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial | - |
| Fundo Administrativo | 97.664.435,78 |
| Fundo dos Investimentos | 1.179.128,02 |

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA encontra-se com um déficit correspondente a 28,1% do Total das Provisões Matemáticas, déficit este decorrente do não pagamento da dívida da Patrocinadora. Para que este déficit não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

MERCER

Página 13
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR

| Nome | R\$ |
|--|---------------|
| Patrimônio Social | 21.460.639,80 |
| Patrimônio para Cobertura do Plano | 20.744.179,53 |
| Provisões Matemáticas | 24.073.166,56 |
| Benefícios Concedidos | 4.081.351,29 |
| Contribuição Definida | 133.777,35 |
| – Saldo de conta dos Assistidos | 133.777,35 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 3.947.573,94 |
| – Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos | 3.348.065,10 |
| – Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos | 599.508,84 |
| Benefícios a Conceder | 20.271.643,60 |
| Contribuição Definida | 18.596.323,98 |
| – Saldo de contas - Parcela Patrocinadora | 11.889.776,56 |
| – Saldo de contas - Parcela Participantes | 6.706.547,42 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 1.034.572,72 |
| – Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 1.789.175,22 |
| – Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 377.301,25 |
| – Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 377.301,25 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 640.746,90 |
| – Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 698.926,46 |
| – Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 29.089,78 |
| – Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 29.089,78 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples | - |

MERCER

Página 14
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|----------------|
| Provisões Matemáticas a Constituir (-) | (279.828,33) |
| Serviço Passado (-) | (279.828,33) |
| - Patrocinador (-) | (279.828,33) |
| Déficit Equacionado (-) | - |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | - |
| Equilíbrio Técnico | (3.328.987,03) |
| Resultados Realizados | (3.328.987,03) |
| Superávit Técnico Acumulado | - |
| Reserva de Contingência | - |
| Reserva para Revisão do Plano | - |
| Déficit Técnico Acumulado (-) | (3.328.987,03) |
| Resultados a Realizar | - |
| Fundos | 716.460,27 |
| Fundo Previdencial | 28.035,39 |
| - Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar | 28.035,39 |
| - Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial | - |
| Fundo Administrativo | 579.538,09 |
| Fundo dos Investimentos | 108.886,79 |

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR encontra-se com um déficit correspondente a 13,8% do Total das Provisões Matemáticas, que deve ser acompanhado no decorrer do exercício de 2011. Para que este déficit não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras. Além dessas contribuições, a Patrocinadora CBTU, ex-empregadora do grupo que originou esse compromisso, efetuará uma contribuição extraordinária mensal calculada em 31/12/2010 de R\$ 14.567,21, já acrescida do carregamento para despesas administrativas. Esses pagamentos deverão ser efetuados a partir de janeiro de 2011, por um período de 2 anos a contar daquela data, e serão destinados à cobertura da reserva de transferência na data efetiva de transformação do Plano. Essas contribuições serão redefinidas anualmente, de acordo com a avaliação atuarial, e constarão do respectivo Plano de Custeio.

MERCER

Página 15
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora CBTU deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS

| Nome | R\$ |
|--|---------------|
| Patrimônio Social | 9.675.222,79 |
| Patrimônio para Cobertura do Plano | 9.276.133,81 |
| Provisões Matemáticas | 13.407.238,74 |
| Benefícios Concedidos | 2.390.067,54 |
| Contribuição Definida | - |
| - Saldo de conta dos Assistidos | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 2.390.067,54 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos | 1.365.170,41 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos | 1.024.897,13 |
| Benefícios a Conceder | 11.264.123,19 |
| Contribuição Definida | 10.738.749,73 |
| - Saldo de contas - Parcela Patrocinadora | 6.365.830,31 |
| - Saldo de contas - Parcela Participantes | 4.372.919,42 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 169.384,05 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 374.050,27 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 102.333,11 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 102.333,11 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 355.989,41 |
| - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 394.235,93 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-) | 19.123,26 |
| - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-) | 19.123,26 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura | - |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples | - |

MERCER

Página 16
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

| | |
|--|----------------|
| Provisões Matemáticas a Constituir (-) | (246.951,99) |
| Serviço Passado (-) | (246.951,99) |
| - Patrocinador (-) | (246.951,99) |
| Déficit Equacionado (-) | - |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | - |
| Equilíbrio Técnico | (4.131.104,93) |
| Resultados Realizados | (4.131.104,93) |
| Superávit Técnico Acumulado | - |
| Reserva de Contingência | - |
| Reserva para Revisão do Plano | - |
| Déficit Técnico Acumulado (-) | (4.131.104,93) |
| Resultados a Realizar | - |
| Fundos | 399.088,98 |
| Fundo Previdencial | - |
| Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar | - |
| Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial | - |
| Fundo Administrativo | 359.510,76 |
| Fundo dos Investimentos | 39.578,22 |

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS encontra-se com um déficit correspondente a 30,8% do Total das Provisões Matemáticas, que deve ser acompanhado no decorrer do exercício de 2011. Para que este déficit não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras. Além dessas contribuições, a Patrocinadora CBTU, ex-empregadora do grupo que originou esse compromisso, efetuará uma contribuição extraordinária mensal calculada em 31/12/2010 de R\$ 12.855,75, já acrescida do carregamento para despesas administrativas. Esses pagamentos deverão ser efetuados a partir de janeiro de 2011, por um período de 2 anos a contar daquela data, e serão destinados à cobertura da reserva de transferência na data efetiva de transformação do Plano. Essas contribuições serão redefinidas anualmente, de acordo com a avaliação atuarial, e constarão do respectivo Plano de Custeio.

MERCER

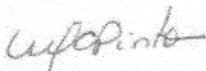
Página 17
10 de fevereiro de 2011
Sr. Marcio Fernandes
UHY Moreira - Auditores

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora CBTU deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano.

* * *

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2011.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Maria da Fé da Costa Pinto
M.I.B.A. nº 746

25.2 – AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EMPREENDIDAS NO EXERCÍCIO

Atendendo ao disposto no Artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001 e § 2º do Artigo 41 da Lei Complementar nº 109/2001 quanto a responsabilidade das Patrocinadoras pela supervisão e fiscalização das atividades das suas Entidades de Previdência Complementar, foi realizado trabalho de auditoria na Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, relativo a gestão do exercício de 2010, gerando o Relatório de Auditoria Interna nº 20/2010, cujas constatações e as providências adotadas para saná-las estão descritas conforme segue:

Quadro C.25.2 – Ações de Fiscalização Empreendidas no Exercício

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT | | | | | | | | |
|----------------|--|----------------|---------------------------|---|-----------------|--------------|----------------|--------------|-----------------------|---|--|--|--|
| 1.1 | <p><u>DÍVIDA CBTU/REFER/POSIÇÃO DA DÍVIDA</u></p> <p>A Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, através da Carta CRT nº 058-2010/DIFIN, de 17/09/2010, informou que o valor da dívida a ser paga pela CBTU, incluindo a 69ª parcela a vencer em 30/09/2010, registrava o montante de R\$918.590.795,79 referentes aos compromissos assumidos através do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações (IPDO) e Instrumento 30/REFER/2000 (Instr. – 30).</p> <p>De acordo com os dados constantes do SIAFI, posição setembro/2010, foram contabilizados pela CBTU, através do SIAFI – Conta Contábil 212191200 – Dividas Renegociadas e Conta Contábil 222440200 – Entidades de Previdência Complementar, os seguintes valores:</p> <table><tr><th>CONTA CONTÁBIL</th><th>R\$</th></tr><tr><td>21.21.91.200</td><td>754.856.398,66</td></tr><tr><td>22.24.40.200</td><td>163.734.397,13</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>918.590.795,79</td></tr></table> <p><u>COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA</u></p> <p>O Instrumento Particular de Direitos e Obrigações – IPDO</p> | CONTA CONTÁBIL | R\$ | 21.21.91.200 | 754.856.398,66 | 22.24.40.200 | 163.734.397,13 | TOTAL | 918.590.795,79 | <p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u></p> <p>Em conjunto com os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade, continuar envidando esforços na esfera judicial, administrativa e perante aos órgãos governamentais que detém competência para deliberar sobre a questão, objetivando a busca do equacionamento definitivo da dívida da CBTU para com a REFER.</p> <p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:</u></p> <p>Acompanhar o andamento das ações implementadas pelo MCIDADES, no que concernem as recomendações emanadas pelo PARECER MP/CONJUR/LFR nº 0842-7.10/2010, de 14/06/2010; e</p> <p>Persistir junto aos entes do Governo Federal, a busca de alternativas que possibilitem o</p> | <p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u></p> <p>Através da Carta 089-10/DIPRE/REFER, de 29/12/2010, encaminhada ao Diretor-Presidente da CBTU foi comunicado que as situações a seguir transcritas, atestam com propriedade os esforços, a nível judicial e administrativo, que os órgãos estatutários da Fundação vêm envidando, relativamente ao equacionamento definitivo da dívida da CBTU para com a REFER:</p> <p>“A REFER postulou a majoração da penhora da renda líquida de 5% para 30%, alegando que o montante atualmente depositado pela CBTU não cobre os juros mensais da dívida, nem mesmo o pagamento das pensões e das aposentadorias. Entretanto, em 11/08/2010, a justiça deferiu parcialmente o pedido da REFER, passando a majorar a penhora da</p> | <p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u></p> <p>Ponto regularizado.</p> <p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:</u></p> <p>Ponto regularizado.</p> | |
| CONTA CONTÁBIL | R\$ | | | | | | | | | | | | |
| 21.21.91.200 | 754.856.398,66 | | | | | | | | | | | | |
| 22.24.40.200 | 163.734.397,13 | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 918.590.795,79 | | | | | | | | | | | | |
| 1.2 | | | | | | | | | | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------|--|----------------|---------------------------|---|-----------------|----------|--------------|-----|------------|-------|---------------|----------|-----|------|----------------|----------|--------------|-----|--------------|------|----------------|---------|----------------|-------|----------------|---|---|--|--|
| 1.3 | <p>que abrange as patrocinadoras CBTU, METROFOR e CTS registrou o montante de R\$35.829.629,95, em 30/09/2010, apresentando a seguinte composição:</p> <table><tr><th>ENTIDADE</th><th>R\$</th></tr><tr><td>CBTU</td><td>33.804.752,90</td></tr><tr><td>METROFOR</td><td>1.075.624,93</td></tr><tr><td>CTS</td><td>949.252,12</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>35.829.629,95</td></tr></table> <p>Relativamente ao Instrumento 30/REFER/2000, que abrange os planos das Patrocinadoras CBTU, CENTRAL, CPTM, METROFOR e CTS, a composição em 30/09/2010 é a seguinte:</p> <table><tr><th>ENTIDADE</th><th>R\$</th></tr><tr><td>CBTU</td><td>282.096.197,85</td></tr><tr><td>METROFOR</td><td>9.836.004,34</td></tr><tr><td>CTS</td><td>6.542.280,74</td></tr><tr><td>CPTM</td><td>279.659.303,93</td></tr><tr><td>CENTRAL</td><td>304.627.378,98</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>882.761.165,84</td></tr></table> <p><u>PAGAMENTOS REALIZADOS</u></p> | ENTIDADE | R\$ | CBTU | 33.804.752,90 | METROFOR | 1.075.624,93 | CTS | 949.252,12 | TOTAL | 35.829.629,95 | ENTIDADE | R\$ | CBTU | 282.096.197,85 | METROFOR | 9.836.004,34 | CTS | 6.542.280,74 | CPTM | 279.659.303,93 | CENTRAL | 304.627.378,98 | TOTAL | 882.761.165,84 | <p>equacionamento da referida dívida, tendo em vista as responsabilidades atribuídas aos dirigentes das Patrocinadoras, conforme disposto no Parágrafo Único do Art. 63 da Lei Complementar 109 de 25/05/2001 (Art. 63. Os administradores de entidade, os procuradores com poderes de gestão, os membros de conselhos estatutários, o interventor e o liquidante responderão civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às entidades de previdência complementar Parágrafo único. São também responsáveis, na forma do caput, os administradores dos patrocinadores ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.) e no Artigo 62 do Decreto 4.942, de 30/12/2003 (Art. 62. Os administradores do patrocinador que não efetivar as</p> | <p>renda líquida da CBTU no equivalente a 12 %”</p> <p>“A REFER em 28/09/2010, enviou ao Secretário Executivo do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão, a Carta 060/2010/DIPRE, apresentando sua contra-razões às questões consignadas no Parecer MP/CONJUR/LFR/Nº 0842-7.10/2010”. Cabe assinalar que a mencionada correspondência foi assinada pelos Presidentes do Conselho Deliberativo e Fiscal e pelo Diretor-Presidente da REFER, demonstrando que os três órgãos vêm trabalhando de forma coesa para solução da dívida das Patrocinadoras inadimplentes. A par disso, a aprovação da contratação de Escritório de Advocacia para cuidar das ações relativas às dívidas das Patrocinadoras RFFSA e CBTU foi amplamente discutida, tendo o consenso dos órgãos estatutários da Fundação, Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria-Executiva, conforme se observa</p> | | |
| | ENTIDADE | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | CBTU | 33.804.752,90 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | METROFOR | 1.075.624,93 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | CTS | 949.252,12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL | 35.829.629,95 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | ENTIDADE | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | CBTU | 282.096.197,85 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | METROFOR | 9.836.004,34 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | CTS | 6.542.280,74 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CPTM | 279.659.303,93 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CENTRAL | 304.627.378,98 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 882.761.165,84 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|---|--|---|-----------------|
| | <p>Neste exercício, não evidenciamos por parte da CBTU a realização de pagamento de parcelas referentes ao Instrumento nº 30/REFER/2000 e ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações – IPDO relativo à Adesão ao Plano de Contribuição Definida.</p> <p>O que efetivamente foi pago pela CBTU, em 2010, correspondeu a R\$7.401.132,56, relativos ao bloqueio de 5% sobre a renda líquida oriunda do Serviço de Transporte Ferroviário da Companhia, apurada no período de maio de 2009 a setembro de 2010, em atendimento a determinação do Juiz da 28ª Vara Cível da Comarca da Capital, em razão da REFER ter requerido aquele juizado (Processo nº 2004.001.012106-3 / 00.11.716-80.2004.8.19.001) a intimação da CBTU para efetuar os depósitos faltantes correspondentes ao período de maio/2009 a junho/2010, relativos à penhora mensal de 5% de sua renda líquida, no prazo de 24 horas, sob pena de incorrer no crime de desobediência, conforme demonstramos a seguir:</p> | <p>contribuições normais e extraordinárias a que estiver obrigado, na forma do regulamento do plano de benefícios ou de outros instrumentos contratuais, serão solidariamente responsáveis com os administradores das entidades fechadas de previdência complementar, a eles se aplicando, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, especialmente o disposto nos seus arts. 63 e 65).</p> | <p>da leitura das seguintes Atas do Conselho Deliberativo 384, 08/06/2010 (autorizou a contratação do Escritório); 386, de 18/06/2010 e 391, de 10 e 11/11/2010 (aprovaram os termos dos contratos entre o Escritório Reis, Tôrres e Florêncio Advocacia, para tratar da dívida das Patrocinadoras RFFSA e CBTU)</p> <p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:</u></p> <p>Através da Carta nº 215/2010/P, de 06/12/2010, encaminhada ao Diretor-Superintendente Nacional de Previdência Complementar – PREVIC foi comunicado que a proposta apresentada pela CBTU de solucionar a parte incontroversa da dívida, até aquele momento, não foi equacionada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e em face dessa situação, estava encaminhando Relatório Sintético sobre a situação da dívida, acompanhados de</p> | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|----------------------------------|---------------------------|---|-----------------|-----|-------------|---------|----------|-----|------|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|------|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|---------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|-----|--------------|------------|----------------|--|----------------|--------------|--|---|--|--|
| | <div>R\$1,00</div> <table><tr><th colspan="4">RECEITA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE</th></tr><tr><th>MÊS</th><th>A N O</th><th>RECEITA</th><th>5% REFER</th></tr><tr><td>MAI</td><td rowspan="8">2009</td><td>8.520.383,21</td><td>426.019,16</td></tr><tr><td>JUN</td><td>6.563.932,03</td><td>328.196,60</td></tr><tr><td>JUL</td><td>7.687.774,95</td><td>384.388,75</td></tr><tr><td>AGO</td><td>8.017.989,76</td><td>400.899,49</td></tr><tr><td>SET</td><td>9.058.107,12</td><td>452.905,36</td></tr><tr><td>OUT</td><td>8.590.628,85</td><td>429.531,44</td></tr><tr><td>NOV</td><td>8.495.168,51</td><td>424.758,43</td></tr><tr><td>DEZ</td><td>9.416.954,32</td><td>470.847,72</td></tr></table> <table><tr><td>JAN</td><td rowspan="9">2010</td><td>9.261.258,38</td><td>463.062,92</td></tr><tr><td>FEV</td><td>8.134.947,20</td><td>406.747,36</td></tr><tr><td>MAR</td><td>10.022.112,19</td><td>501.105,61</td></tr><tr><td>ABR</td><td>9.658.779,66</td><td>482.938,98</td></tr><tr><td>MAI</td><td>9.863.704,92</td><td>493.185,25</td></tr><tr><td>JUN</td><td>8.932.010,73</td><td>446.600,54</td></tr><tr><td>JUL</td><td>8.466.901,80</td><td>423.345,09</td></tr><tr><td>AGO</td><td>8.970.290,20</td><td>448.514,51</td></tr><tr><td>SET</td><td>8.361.707,40</td><td>418.085,37</td></tr><tr><td>TOTAL GERAL</td><td></td><td>148.022.651,23</td><td>7.401.132,58</td></tr></table> <div>Cabe registrar que, a REFER postulou a majoração da penhora da renda líquida de 5% para 30%, alegando que o</div> | RECEITA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE | | | | MÊS | A N O | RECEITA | 5% REFER | MAI | 2009 | 8.520.383,21 | 426.019,16 | JUN | 6.563.932,03 | 328.196,60 | JUL | 7.687.774,95 | 384.388,75 | AGO | 8.017.989,76 | 400.899,49 | SET | 9.058.107,12 | 452.905,36 | OUT | 8.590.628,85 | 429.531,44 | NOV | 8.495.168,51 | 424.758,43 | DEZ | 9.416.954,32 | 470.847,72 | JAN | 2010 | 9.261.258,38 | 463.062,92 | FEV | 8.134.947,20 | 406.747,36 | MAR | 10.022.112,19 | 501.105,61 | ABR | 9.658.779,66 | 482.938,98 | MAI | 9.863.704,92 | 493.185,25 | JUN | 8.932.010,73 | 446.600,54 | JUL | 8.466.901,80 | 423.345,09 | AGO | 8.970.290,20 | 448.514,51 | SET | 8.361.707,40 | 418.085,37 | TOTAL GERAL | | 148.022.651,23 | 7.401.132,58 | | <div>documentos comprobatórios, para conhecimento e deliberação.</div> <div>Por intermédio da Carta 216/2010/P, de 06/12/2010, encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU foi comunicado que através da Carta 0298/2008/P, de 23/12/2008, foi dado conhecimento ao Presidente daquele Tribunal da situação da dívida da CBTU com a REFER, que permanece sem solução desde o exercício de 2000, embora tenha sido negociada judicialmente, em 31/03/2004, junto à 28ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos do Processo nº 2004.001.012106-3 e que até a presente data não foi possível equacionar a dívida da CBTU com a REFER, por absoluta falta de destinação de recursos orçamentários para esse fim, e em face da possibilidade de decretação do regime de administração especial pela PREVIC, foi encaminhado àquela entidade Relatório Sintético,</div> | | |
| RECEITA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MÊS | A N O | RECEITA | 5% REFER | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MAI | 2009 | 8.520.383,21 | 426.019,16 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUN | | 6.563.932,03 | 328.196,60 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUL | | 7.687.774,95 | 384.388,75 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| AGO | | 8.017.989,76 | 400.899,49 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET | | 9.058.107,12 | 452.905,36 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OUT | | 8.590.628,85 | 429.531,44 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NOV | | 8.495.168,51 | 424.758,43 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DEZ | | 9.416.954,32 | 470.847,72 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JAN | 2010 | 9.261.258,38 | 463.062,92 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FEV | | 8.134.947,20 | 406.747,36 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MAR | | 10.022.112,19 | 501.105,61 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ABR | | 9.658.779,66 | 482.938,98 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MAI | | 9.863.704,92 | 493.185,25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUN | | 8.932.010,73 | 446.600,54 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUL | | 8.466.901,80 | 423.345,09 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| AGO | | 8.970.290,20 | 448.514,51 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET | | 8.361.707,40 | 418.085,37 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | 148.022.651,23 | 7.401.132,58 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|--------------|---|---|-----------------|
| | <p>montante atualmente depositado pela CBTU não cobre os juros mensais da dívida, nem mesmo o pagamento das pensões e das aposentadorias.</p> <p>Entretanto, em 11/08/2010, a justiça deferiu parcialmente o pedido da REFER, passando a majorar a penhora da renda líquida da CBTU no equivalente a 12%.</p> <p>Referida informação constou da Ata da 283ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CBTU, de 27/08/2010, como também a de que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não destina recursos orçamentários para ações judiciais não transitadas em julgado. Os recursos estão sendo efetivamente retirados das bilheterias dos Sistemas da Companhia.</p> <p>Considerando que, pela mesma razão, existem ações que comprometem 50% da arrecadação da Superintendência de Trens Urbanos de Recife, a partir do mês de outubro/2010, caso não haja repasse de recursos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Ministério das Cidades, a Companhia se verá obrigada a paralisar os Sistemas por total falta de recursos para pagamento das despesas com energia de tração, combustível, entre outras, o que de certo, provocará sérias consequências e prejuízos operacionais e patrimoniais para a CBTU.</p> <p>A CBTU, por sua vez em 14/09/2010, ingressou com AGRAVO DE INSTRUMENTO com pedido de liminar para tramitação de efeito suspensivo, contestando a majoração do percentual da penhora, enquanto que, em 27/09/2010,</p> | | <p>acompanhado dos documentos comprobatórios, sendo que a iniciativa da CBTU visava informar ao TCU que a Companhia buscava de todas as formas possíveis encontrar solução para a situação que se perpetua.</p> | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|--------------|---------------------------|---|-----------------|
| 1.4 | <p>a REFER apresentou suas contra-razões ao recurso interposto pela Companhia, não havendo até a presente data, julgamento dos pleitos, pelo Tribunal.</p> <p><u>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS</u></p> <p>Através da Portaria Interministerial nº 17, de 30/01/2009, foi instituído Grupo de Trabalho Interministerial composto por representantes dos Ministérios das Cidades, da Fazenda e o de Planejamento Orçamento e Gestão e representantes da CBTU e da REFER, objetivando identificar a origem e o exato valor da dívida – CBTU para com o plano de benefícios que patrocina na REFER, bem como propor seu equacionamento.</p> <p>O Grupo de Trabalho direcionou seu exame às correspondências trocadas entre a REFER, a CBTU, a REDE FERROVIÁRIA FEDERAL, hoje extinta, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP e a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, do Ministério da Previdência Social, bem como às atas de reunião de Diretoria das empresas citadas, dos respectivos Conselhos de Administração, aos contratos assinados entre as partes, ao relatório de auditoria/REFER, ao Regulamento dos Planos de Benefícios, e aos relatórios da avaliação atuarial.</p> <p>Em 15/04/2010, o Grupo de Trabalho, ao finalizar o citado trabalho, apresentou a seguinte proposta de equacionamento da dívida:</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|--|--------------|---------------------------|---|-----------------|
| | <p>a) O caso da CBTU envolve, além da própria empresa, outras, originárias das cisões parciais da CBTU, que por terem recebido as malhas ferroviárias, bem como os empregados que nela estavam em atividade, que foram incluídas como patrocinadoras dos planos criados a partir do plano original da CBTU. Conseqüentemente, o passivo com as referidas dívidas, existentes até as datas das cisões parciais da CBTU, e a solução dos novos planos também passam pela solução da dívida entre a CBTU e a REFER, e são compromissos da União com os Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Ceará e com o Município de Salvador. Dessa forma, propõe-se que a questão da dívida seja equacionada com um acordo entre a CBTU e a REFER, com a repactuação das condições e o retorno do pagamento da dívida contratada, onde sejam atendidas as necessidades de financiamento do Plano REFER e observadas as possibilidades financeiras da CBTU, evitando assim, maiores custos com a cobrança judicial da dívida;</p> <p>b) Para que isso ocorra é imprescindível que haja a inclusão dos recursos a serem utilizados no pagamento da dívida nas dotações orçamentárias para a CBTU, haja vista a condição da CBTU de empresa dependente de recursos do Tesouro Nacional para o pagamento das despesas com pessoal e custeio;</p> <p>c) Surge, ainda, como possibilidade de equacionamento, a utilização de imóveis da União, livres e desembaraçados para abatimento de parte da dívida, hipótese já discutida entre a REFER, a CBTU e a STN, haja vista que a</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|--|--------------|---------------------------|---|-----------------|
| | <p>entidade REFER tem em sua carteira de ativos que garantem e dão cobertura aos benefícios do Plano, limites para este tipo de ativo, conforme regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Privada – EFPC. Esclareça-se, por necessário, que apesar de a proposta ter sido discutida, nunca foi efetivada consulta à SPC acerca do assunto;</p> <p>Em 18/05/2010, através da Nota Técnica nº 218/CGMAC/SEAFI/SOF/MP, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao analisar o relatório final do Grupo de Trabalho (Portaria nº 17/2009) afirmou que, o resultado final dos trabalhos desenvolvidos foram inconclusivos e recomendou o encaminhamento da referida Nota Técnica à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para definição de posicionamento sobre a questão.</p> <p>Através do PARECER/MP/CONJUR/LFR/nº 0842-7.10/2010, de 14/06/2010, da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativo à Nota Técnica nº 218/CGMAC/SEAFI/SOF/MP, visando equacionar a controvérsia ainda existente em torno da origem da dívida e conseqüente responsabilidade pelo seu pagamento, sugere o saneamento do feito mediante a adoção das seguintes providências:</p> <p>a) Encaminhamento de cópia deste Parecer e dos autos do processo administrativo nº 03500.000267/2008-10, bem como dos demais documentos que o acompanham, à Procuradoria Regional da União da 2ª</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|--|--------------|---------------------------|---|-----------------|
| | <p>Região para que intervenha nos autos da ação judicial nº 2004.001.012106-3, em tramitação na 28ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro. A intervenção se justifica na medida em que o ato praticado tem potencialidade para gerar substancial prejuízo ao erário já que os recursos utilizados para quitar a dívida são oriundos do Tesouro Nacional;</p> <p>b) Encaminhamento de cópia deste Parecer e dos autos do processo administrativo nº 03500.000267/2008-10, bem como dos demais documentos que o acompanham, ao Ministério das Cidades para que, na qualidade de supervisora da Companhia Brasileira de Trens Urbanos:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Designe Grupo Correcional com a finalidade de proceder a uma correição extraordinária nos atos que deram ensejo a confissão da dívida da estatal para com a REFER, ressaltando que, neste sentido, a necessidade da apuração se dar por pessoal externo e sem qualquer vínculo com a Companhia;✓ Encaminhe o caso à Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades para análise e manifestação acerca da legalidade dos atos praticados pela Diretoria da Estatal. <p>c) Adoção de providências voltadas à contratação de empresa de consultoria de renome, especializada no campo previdenciário e atuarial, com vistas a aferir as causas que motivaram o novo desequilíbrio financeiro</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|--------------|---------------------------|---|-----------------|
| | <p>da REFER, a atual situação atuarial da fundação, assim como a eficiência de sua gestão, inclusive, para fins de eventual necessidade de intervenção.</p> <p>Conforme consta da Ata da 284ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CBTU, de 23/09/2010, o Ministério das Cidades, através de sua Consultoria Jurídica, solicitou ao Ministério do Planejamento esclarecimentos adicionais sobre o conteúdo do citado Parecer, em especial no que se refere à nulidade do Acordo Judicial assinado entre a CBTU e a REFER, a fim de habilitá-la à adoção das providências recomendadas.</p> <p>O Conselheiro Presidente da CBTU ressaltou que a empresa entende que a dívida com a REFER, conforme Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 30/01/2010, foi constituída legalmente, está reconhecida e devidamente registrada desde o exercício de 1998. Enfatizou ainda, que todas as iniciativas da CBTU visando o equacionamento da dívida com a REFER são obstruídas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que reiteradamente cria obstáculos ao equacionamento da dívida mediante adoção de medidas protelatórias que somente acarretam o aumento da dívida e dificultam sua solução definitiva.</p> <p>A REFER, em 28/09/2010, enviou ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a CRT/060-10/DIPRE, apresentando suas contra-razões às questões consignadas no PARECER MP/CONJUR/LFR/Nº</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|--------------|---------------------------|---|-----------------|
| | <p>0842-7.10/2010.</p> <p>Afirmou, na respectiva carta que, o fato merece atenção e ação por parte das autoridades quanto ao descomprometimento dos agentes públicos (representantes da SOF e da COJUR do Ministério do Planejamento), que deram causa, sem ter o adequado conhecimento, a tamanha deturpação quanto à dívida da CBTU com a REFER, criando-se embaraços protelatórios de uma dívida certa, líquida, reconhecida, contratada e, devidamente, contabilizada na Patrocinadora e na Fundação, exaustivamente auditada e fiscalizada, tendo, inclusive, o devido acompanhamento pelo Órgão supervisor competente do segmento da previdência complementar, a PREVIC.</p> <p>Registrou ainda que, a falta de solução por parte do Governo Federal para a dívida da CBTU com a REFER, além de causar prejuízos a milhares de trabalhadores ferroviários da CBTU e das empresas originadas desta, como a CPTM, CENTRAL, METROFOR e CTS, que contribuíram para seus planos de benefícios, ao longo de suas carreiras profissionais dedicadas em atividades essenciais ao País, acarretará um grave problema social, por tratar-se de verba alimentícia, da qual dependem milhares de família.</p> <p>Esta AUDIT entende de todo o exposto que, não há unanimidade de opinião entre os órgãos do governo que detém competência para solucionar o problema em relação a origem, a responsabilidade e ao montante da dívida.</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|---|--|---|-----------------|
| | <p>A situação é preocupante, com as sucessivas postergações do equacionamento da dívida, cujo montante em setembro de 2010 alcançou R\$918.590.795,79, colocando-se em risco o Plano de Benefícios da CBTU e dos demais planos a ela relacionados, inclusive com a possibilidade do esgotamento dos recursos correntes para pagamento dos Benefícios devidos aos Participantes Assistidos, já a partir do ano de 2018.</p> <p>Vale lembrar que, a CBTU encaminhou ao Ministério das Cidades, em março de 2010, solicitação de crédito suplementar no montante de R\$611.700 mil, ainda não atendido, objetivando o pagamento da respectiva dívida, em razão de não ter sido liberado pelo Governo Federal, a respectiva quantia, no orçamento aprovado para CBTU relativo ao exercício de 2010.</p> | | | | |
| 2 | <p><u>CRÉDITO EM FAVOR DA CBTU</u></p> <p>A REFER ao proceder a revisão dos valores das Contribuições Normais, Específicas e Administrativas, efetuadas pela CBTU, envolvendo o período de dezembro de 2000 a outubro de 2009, inerentes ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD, atualmente denominado Contribuição Variável – CV, bem como das diferenças, mensalmente, ocorridas após a mudança do plano e os respectivos ajustes nos registros contábeis, apurou crédito em favor da CBTU, no montante de R\$5.286.192,66, atualizado até abril/2010, pelo INPC.</p> <p>As diferenças constatadas decorreram das seguintes</p> | <p><u>A DIRETORIA EXECUTIVA DA CBTU:</u></p> <p>Considerando que até a presente data não houve manifestação da CBTU, a respeito do assunto constante da CRT/033-10/DIPRE, de 24/05/2010, recomendamos que seja avaliada a possibilidade de reverter o respectivo crédito em favor da CBTU, na compensação das dívidas para com a REFER ou alternativa para solução definitiva da questão.</p> | <p>Através da Carta 0125/2010/P, de 13/07/2010, encaminhada a REFER foi informado que o Conselho de Administração da CBTU em sua 281ª Reunião Ordinária aprovou a realização de encontro de contas e solicitou a Fundação que informassem ao Juízo da 28ª Vara Civil da cidade do R.J. no processo 2005.001.012106-3.</p> <p>Em resposta a Fundação REFER encaminhou a CRT. 046-10/DIPRE, de 14/07/2010, foi</p> | Ponto regularizado. | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|--|--------------|---|---|-----------------|
| | <p>situações:</p> <p>✓ <u>Contribuições recolhidas a maior pela CBTU</u></p> <p>A Secretaria de Previdência Complementar – SPC aprovou a transformação do Plano de Benefício Definido – BD, para Contribuição Definida – CD, através do Ofício nº 0435 – SPC/COJ, de 23/02/2001, com vigência, a partir de 1º de dezembro de 2000.</p> <p>No entanto, durante o trâmite da aprovação, bem como a adequação do sistema da CBTU, para implantação da nova metodologia de cálculo para apuração das contribuições, os valores recolhidos no período de dezembro de 2000 a outubro de 2001 foram calculados de acordo com o antigo Plano de Benefícios Definido;</p> <p>✓ <u>Contribuições SIGESP/SIAPE</u></p> <p>A partir de novembro de 2001, foram geradas divergências por problemas detectados com a metodologia de cobrança aplicada, entre o sistema SIGESP, utilizado pela CBTU e o Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, onde estabelece a data limite, do dia 15 para movimentação das operações na folha de pagamento dos servidores federais. No entanto, após essa data são efetuadas outras inclusões e exclusões de verbas salariais que, também, compõem a base de cálculo da contribuição REFER, o que torna inviável o acesso ao SIAPE para proceder às correções devidas.</p> | | <p>informado que uma das alternativas apontadas para solução do problema foi a proposta de compensação do crédito da CBTU com os valores devidos no Processo de execução movido pela Fundação sendo certo que, até o momento, não houve qualquer formalização neste sentido e mesmo havendo, tal entendimento deve obrigatoriamente, por força dos regimentos Estatutários da Fundação, ser submetido à apreciação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, Informou ainda, que o encontro de contas proposto é viável razão porque está sendo objeto de análise, mas deve ter como base o abatimento, após o estabelecimento do exato crédito existente em favor da CBTU, do valor total da dívida existente e não do montante devido a título de não cumprimento da penhora.</p> <p>Através da Carta 076-2010/GAB/P/CBTU, de 13/12/2010, encaminhada ao Diretor-Presidente da REFER foi</p> | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|--|--------------|--|---|-----------------|
| | Por deliberação da Diretoria Executiva da REFER, constante da Ata de Reunião nº 815, de 17/03/2010, foi aprovado o registro contábil do respectivo valor (Balancete REFER/CBTU - conta 21150101 – Créditos de Patrocinadoras) e que fosse comunicado à CBTU a respeito do crédito para a devida compensação das dívidas com a REFER, o que foi efetivado através da CRT/033-10/DIPRE, de 24/05/2010. | | <p>informado que o Conselho de Administração da Companhia, em sua 287ª Reunião Ordinária, realizada em 10/12/2010, aprovou a utilização do crédito apurado em favor da CBTU junto à REFER, no valor de R\$5.286.192,66 (base 30/04/2010), para abatimento da sua dívida para com aquela Fundação.</p> <p>Por intermédio da Carta 086-10/DIPRE, de 27/12/2010 encaminhada ao Diretor-Presidente da CBTU foi comunicado que à REFER efetuou no mês de dezembro de 2010, o encontro de contas de crédito e débito atualmente pendentes entre a CBTU e a REFER, sendo que o valor do crédito atualizado em 31/12/2010 seria de R\$5.361.750,35, proveniente das diferenças de contribuições, conforme disposto na Carta 033/2010/DIPRE, de 24/05/2010 e que o referido crédito foi deduzido da dívida, inerente à inadimplente, no Instrumento Contratual de Dívidas referente a redução da taxa contributiva e reflexo da</p> | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-------|--|--|--|---|-----------------|
| | | | redução da base contributiva (Lei 8.020) | | |
| 3.3.4 | <p><u>RENDA VARIÁVEL / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº IA - 30/05</u></p> <p>Conforme já abordado em nossos Relatórios de Auditoria Interna 21/2006, 17/2007, 20/2008 e 21/2009, as Operações de Renda Variável, no período de 01/09/2003 a 30/04/2004, sem justificativa prévia de análise técnica, originaram os Autos de Infração nºs 06/05-00 e 07/05-64, ambos lavrados pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, e, conseqüentemente, o Processo Administrativo nº IA - 30/05 (Comissão de Valores Imobiliários – CVM), com objetivo de apurar eventual ocorrência de irregularidades em negócios com opções e índice futuro-Bovespa, no supracitado período, realizados por pessoas físicas e jurídicas em prejuízo da Fundação REFER.</p> <p>Em 07/01/2010, o Conselho Deliberativo da REFER, através da Carta nº 001-10/CODEL, solicitou formalmente ao Superintendente de Fiscalização Externa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, informações sobre o andamento do Processo Administrativo em questão, como também, cópia da análise que fundamentou sua abertura e outras concernentes.</p> <p>Por intermédio do Ofício/CVM/SFI Nº 001/2010, de 05/02/2010, a Superintendência de Fiscalização Externa da CVM informou que o referido Processo ainda encontra-se em fase de instrução na Gerência de Fiscalização Externa 2 (GFE-2) daquela Superintendência.</p> | <p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER</u></p> <p>Determinar a área competente que proceda, periodicamente, consulta formal à Comissão de Valores Imobiliários, no sentido de acompanhar a tramitação do Processo Administrativo nº IA - 30/05, visando resguardar os interesses da Fundação REFER.</p> | <p>Através da Carta 089-10/DIPRE/REFER, de 29/12/2010, encaminhada ao Diretor-Presidente da CBTU foi comunicado que o acompanhamento do processo citado vem sendo feito pela Auditoria Interna e que de acordo com o despacho do Superintendente de Fiscalização Externa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM foi concedido novo prazo de defesa, a se vencer em 17/01/2011.</p> | Ponto regularizado. | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-------|--|--|---|---|-----------------|
| | <p>Quanto a documentação solicitada pelo CODEL, a SFI/CVM esclarece que não será possível atender aquele Conselho, em razão dos autos, na presente fase de investigação, estarem permeados de dados, registros e informações de terceiros (contrapartes em operações cursadas no mercado de valores mobiliários), os quais são resguardados pelo dever de sigilo, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 2º e no artigo 10 da Lei Complementar nº 105/2001.</p> <p>Cabe registrar que o prazo de defesa dos acusados foi estendido até 18/11/2010, conforme despacho do Superintendente de Fiscalização Externa da CVM proferido em 15/09/2010.</p> | | | | |
| 3.4.1 | <p><u>IMÓVEIS / ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS ALOCADOS</u></p> <p>O montante de R\$284.371.112,76, alocado neste segmento, representa 12,26% do total dos Recursos Garantidores, estando, portanto, acima do limite legal estabelecido na Resolução nº 3.792/2009 que é de 8% dos referidos Recursos.</p> <p>Considerando os valores alocados no período de janeiro a junho de 2010, observamos que a REFER permanece desenquadrada em relação ao limite legal de alocação de recursos na Carteira Imobiliária, conforme demonstrado a seguir:</p> | <p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u></p> <p>Determinar a área competente que, adote as medidas necessárias visando o enquadramento da Fundação no limite de 8% estabelecido na Resolução 3.792/2009, em relação a alocação de recurso na Carteira Imobiliária.</p> | <p>Através da Carta 089-10/DIPRE/REFER, de 29/12/2010, encaminhada ao Diretor-Presidente da CBTU foi informado que, preliminarmente, cabe enfatizar que, consoante estabelecido no § 1º do artigo 52 da Resolução 3.792, de 24/09/2010, os excessos verificados devem ser eliminados no prazo de setecentos e vinte dias, portanto, até setembro/2011. Por outro lado a desmobilização de ativos rentáveis, como participações em shopping centers, efetivamente acarretará prejuízos aos participantes dos</p> | <p>Ponto regularizado.</p> | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------|---|---|---|---|-----------------|-----------|--------------------------|-----|-----------|---------|-------|-----|-----------|---------|-------|-----|-----------|---------|-------|-----|-----------|---------|-------|-----|-----------|---------|-------|-----|-----------|---------|-------|--|---|--|--|
| | <p><u>QUADRO ANALÍTICO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS</u></p> <p>R\$xMil</p> <table><tr><th rowspan="2">MÊS</th><th colspan="2">RECURSOS GARANTIDORES</th><th rowspan="2">% (b/a)</th></tr><tr><th>TOTAL (a)</th><th>ALOCADOS NO SEGMENTO (b)</th></tr><tr><td>JAN</td><td>2.337.489</td><td>283.896</td><td>12,15</td></tr><tr><td>FEV</td><td>2.345.444</td><td>284.219</td><td>12,12</td></tr><tr><td>MAR</td><td>2.374.180</td><td>284.253</td><td>11,97</td></tr><tr><td>ABR</td><td>2.357.644</td><td>284.303</td><td>12,06</td></tr><tr><td>MAI</td><td>2.341.510</td><td>284.337</td><td>12,14</td></tr><tr><td>JUN</td><td>2.320.209</td><td>284.371</td><td>12,26</td></tr></table> <p>Importante salientar que esta situação foi objeto do item 2.3.1 do Relatório de Auditoria Interna da CBTU nº 021/2009.</p> | MÊS | RECURSOS GARANTIDORES | | % (b/a) | TOTAL (a) | ALOCADOS NO SEGMENTO (b) | JAN | 2.337.489 | 283.896 | 12,15 | FEV | 2.345.444 | 284.219 | 12,12 | MAR | 2.374.180 | 284.253 | 11,97 | ABR | 2.357.644 | 284.303 | 12,06 | MAI | 2.341.510 | 284.337 | 12,14 | JUN | 2.320.209 | 284.371 | 12,26 | | planos. Pelo histórico, tais ativos vêm auferindo constantes valorizações, quando de suas realvaliações. Os Conselhos Deliberativo e Fiscal têm ciência do fato e a Diretoria-Executiva vem analisando alternativas para que o enquadramento não cause prejuízos. Não obstante, em 30/09/2010, através do leilão, foram alienados imóveis, todos inseridos no Programa de Desimobilização. Importante destacar que o desenquadramento do segmento de imóveis ao limite regulamentar decorre, principalmente, do não recebimento das parcelas da dívida, fato que obriga o constante resgate de investimentos mais líquidos. | | |
| MÊS | RECURSOS GARANTIDORES | | % (b/a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL (a) | ALOCADOS NO SEGMENTO (b) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JAN | 2.337.489 | 283.896 | 12,15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FEV | 2.345.444 | 284.219 | 12,12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MAR | 2.374.180 | 284.253 | 11,97 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ABR | 2.357.644 | 284.303 | 12,06 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MAI | 2.341.510 | 284.337 | 12,14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUN | 2.320.209 | 284.371 | 12,26 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.4.5 | <u>IMÓVEIS / OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</u> A Fundação mantém em sua Carteira Imobiliária um terreno | <u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u> | Através da Carta 089-10/DIPRE/REFER, de 29/12/2010, encaminhada ao Diretor- | Ponto regularizado. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|--|--|---|---|-----------------|
| | <p>localizado na Rua Henrique Scheid, no Bairro do Engenho de Dentro, cidade do Rio de Janeiro, no valor de R\$1.000.000,00 (posição – junho/2010), em desacordo com o estabelecido no inciso XIV do artigo 53 da Resolução nº 3.792/09.</p> <p>O referido imóvel é objeto de Ação Judicial tramitando na 1ª Vara Cível do Fórum Regional do Méier – Rio de Janeiro, Processo nº 2002.208.011188-0 (0011271-91.2002.8.19.0208), em razão do autor pleitear a posse do terreno por usucapião.</p> <p>No entanto, conforme informado pela Gerência do Contencioso – GEATE/COJUR/REFER, foi homologado, em 01/09/2010, a desistência da Ação por parte do autor, com a concordância da REFER, publicado no DJERJ em 20/09/2010, sendo paga as custas finais em 08/10/2010. Aguardando ainda a baixa definitiva.</p> <p>Sendo assim, após decorrido os trâmites legais, a Fundação poderá providenciar a venda do imóvel em questão, visando cumprir o disposto na Legislação vigente.</p> | <p>Determinar à COJUR, que logo após o encerramento do Processo Judicial e o cumprimento dos trâmites legais, comunique a área competente para a adoção das providências cabíveis, a fim de atender ao determinado na Resolução nº 3.792/2009.</p> | <p>Presidente da CBTU foi comunicado que em decorrência da finalização dos trâmites legais o terreno já se encontra alienado, com a escritura de venda assinada em 13/08/2010 e a quitação antecipada da dívida efetivada, em 18/11/2010. Deste modo, a não conformidade em relação ao item XIV do Artigo 53 da Resolução 3.792/2009, que veda a manutenção de terreno na carteira de imóveis, não mais persiste e o razão contábil da conta “Terrenos” apresenta saldo zerado.</p> | | |
| 4 | <p>ÁREA JURÍDICA</p> <p>Com base nas informações fornecidas pela GEATE/COJUR/REFER, em 15/10/10, registramos a seguir, resumidamente, a situação das Ações Judiciais de interesse da Patrocinadora CBTU:</p> | <p>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</p> <p>Determinar a Coordenadoria Jurídica que permaneça mantendo um efetivo acompanhamento da situação dos processos judiciais em questão, a fim de resguardar os interesses da Fundação.</p> | <p>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</p> <p>Através da Carta 089-10/DIPRE/REFER, de 29/12/2010, encaminhada ao Diretor-Presidente da CBTU foi informado que o contencioso da REFER acha-se afeito à Gerência da Administração do Contencioso,</p> | <p>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</p> <p>Ponto regularizado.</p> <p>AO GERENTE GERAL JURÍDICO DA CBTU:</p> | |
| 4.1 | <p>PREVIDENCIÁRIO</p> <p>➤ Processo nº 2002.208.011188-0 (0011271-</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|---|--|---|-----------------|
| | <p>91.2002.8.19.0208) Ação ajuizada na 1ª Vara Cível - Fórum Regional do Méier - RJ Autor: Renato Plata Bondim Réu: REFER ✓ Objeto: Usucapião. ✓ Valor do Bem: R\$1.000.000,00 ✓ Andamento: Em 01/09/2010, foi homologada a renúncia da Ação por parte do autor, com concordância da REFER e, em consequência, julgado extinto o Processo. Publicado no DJERJ em 20/09/2010.</p> <p>➤ Processo nº 2004.001.012106-3 (0011716-80.2004.8.19.0001) Ação ajuizada na 28ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro. Autor: REFER Réu: CBTU ✓ Objeto: Execução de Título Extrajudicial. Recebimento dos Valores relativos ao Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento para Liquidação de Dívida (Instrumento nº 030/2000). ✓ Valor do Cobrado: R\$756.538.327,92 (posição abril/2008).</p> | <p><u>AO GERENTE GERAL JURÍDICO DA CBTU:</u> Determinar ao Escritório de Advocacia Terceirizado que realize regularmente o acompanhamento dos processos judiciais em comento, mantendo a GAJUR a par da situação em que os mesmos se encontram, a fim de resguardar os interesses da Companhia.</p> | <p>que tem a responsabilidade por administrar os processos terceirizados. Têm entre suas atribuições a manutenção de informações atualizadas referentes aos processos judiciais sob sua responsabilidade ou supervisão. Para o efetivo monitoramento, utiliza a ferramenta – publicação eletrônica da empresa T/Legal Soluções Tecnológicas – que disponibiliza, via e-mail, todas as movimentações inerentes a processos que envolvam a Fundação, em todo o território nacional. Em termos de controle interno, realiza efetivo acompanhamento da situação dos processos, através do módulo específico PROC PREV do Sistema TOTALPREV (CM Soluções), alimentado pela própria Gerência e pelos Escritórios Terceirizados.</p> <p><u>AO GERENTE GERAL JURÍDICO DA CBTU:</u> Através da CRT. 062/10/HH/GAJUR, de 12/11/2010, encaminhada à</p> | <p>Ponto regularizado.</p> | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|--------------|---|---|-----------------|
| | <p>✓ Andamento: Em 27/09/2010 – Petição da REFER com suas contra-razões ao Recurso de Agravo de Instrumento interposto pela CBTU referente à majoração da penhora de 5% para 12% da Receita. Aguardando julgamento do Recurso pelo Tribunal.</p> <p>➤ Processo nº 2007.001.120653-9 (0123840-98.2007.8.19.0001) Ação ajuizada na 22ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro. Autor: REFER Réu: CBTU</p> <p>✓ Objeto: Execução de Título Extrajudicial Recebimento dos valores relativos ao Instrumento particular de Direitos e Obrigações – IPDO.</p> <p>✓ Valor Cobrado: R\$3.030.452,59 (posição dezembro de 2007)</p> <p>✓ Andamento: Em 16/03/2010, autos devolvidos pelo Contador Judicial. No aguardo da intimação para manifestação dos cálculos.</p> <p>TRABALHISTA</p> | | <p>Rocha, Calderon e Advogados Associados foi solicitada que seja dada especial atenção ao acompanhamento das seis ações judiciais a fim de manter a CBTU periodicamente informada da situação que se encontram, objetivando resguardar os interesses da Companhia.</p> | | |
| 4.2 | <p>➤ Processo nº RT 02745-1991.009.01.00-1 (0274500-</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|--|--------------|---------------------------|---|-----------------|
| | <p>92.1991.5.01.0009) Ação ajuizada na 9ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro. Autor Djamery Lopes Baranna. Réu: REFER / CBTU / RFFSA</p> <p>✓ Objeto: Pedido de revisão do benefício c/c pedido de paridade. ✓ Valor cobrado: R\$495.000,00 (pago pela REFER) ✓ Andamento: Em maio de 2010, houve a expedição de ofício e, ainda, existe um agravo pendente de julgamento desde março de 2010.</p> <p>➤ Processo nº RT 00393.1995.035.01.00-0 (0039300-85.1995.5.01.0035) Ação ajuizada na 35ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro Autor: Espólio de Djanilson Azevedo Dorés (Rosana Muniz Dorés) Réu: REFER / CBTU</p> <p>✓ Objeto: Revisão de benefício e revisão do pagamento de pensão. ✓ Valor cobrado: R\$490.000,00; A REFER pagou R\$ 20.000,00 ✓ Andamento: Em 16/09/2010, petição da CBTU com manifestações acerca das alegações do autor.</p> <p>➤ Processo nº 00016-1992-010-01-00-1 (0001600-58.1992.5.01.0010)</p> | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|--|---|---|---|-----------------|
| | <p>Ação ajuizada na 10ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro. Autor: Ênio da Silva Rosas e outros. Réu: REFER / CBTU / RFFSA</p> <p>✓ Objeto: Revisão de benefício.</p> <p>✓ Valor cobrado: R\$3.687.636,07 (pago pela REFER)</p> <p>✓ Andamento: Em 10/05/2010, houve impugnação da REFER aos cálculos complementares dos autores.</p> <p>➤ Processo nº 01106-1987-034-01-00-2 (0110600-91.1987.5.01.0034)</p> <p>Ação ajuizada na 34ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro. Autor: Milton Pelegrino Réu: REFER / CBTU</p> <p>✓ Objeto: Revisão do benefício em razão de pedido de paridade</p> <p>✓ Valor cobrado: R\$800.000,00</p> <p>✓ Andamento: Em 23/03/2010, houve interposição de agravo de petição da REFER e, em 24/05/2010, houve trânsito em julgado.</p> | | | | |
| 6 | <u>CERTIFICAÇÃO DOS REPASSES DAS CONTRIBUIÇÕES DA CBTU</u> | <u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u> | Através da Carta 089-10/DIPRE/REFER, de 29/12/2010, | Ponto regularizado. | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------|---|------------------|---------------------------|---|-----------------|-----|------------|------------|-------|-----|------------|------------|----------|-------|--|--|----------|---|--|--|--|
| | <p>Procedemos a conciliação contábil, objetivando certificar a correspondência dos repasses das contribuições da Patrocinadora CBTU com os valores registrados nos balancetes da REFER, relativos aos meses de março e abril de 2010, constatando o repasse a maior para a entidade no montante de R\$5.820,17, conforme demonstramos a seguir:</p> <table><tr><th>MESES</th><th>REPASSE CBTU</th><th>BALANCETES REFER</th><th>R\$</th></tr><tr><td>MAR</td><td>284.358,08</td><td>284.289,16</td><td>68,92</td></tr><tr><td>ABR</td><td>290.040,73</td><td>284.289,48</td><td>5.751,25</td></tr><tr><td colspan="3">TOTAL</td><td>5.820,17</td></tr></table> <p>Ressaltamos que certificamos a contabilização no valor de R\$5.820,17 regularizada em 30/09/10, a crédito da conta 2.1.9.02.02.02 – Valores a Recolher, todavia, até a presente data, não evidenciamos a respectiva restituição à CBTU.</p> <p>Em resposta à SA/25-2010/REFER, emitida em 20/10/2010, sobre as diferenças apuradas, fomos informados pela Gerência de Controle de Arrecadação que:</p> <ul style="list-style-type: none">No mês de março de 2010 a CBTU repassou a maior o valor de R\$68,92, relativo às contribuições da Patrocinadora, conforme demonstrado a seguir: | MESES | REPASSE CBTU | BALANCETES REFER | R\$ | MAR | 284.358,08 | 284.289,16 | 68,92 | ABR | 290.040,73 | 284.289,48 | 5.751,25 | TOTAL | | | 5.820,17 | <p>Determinar à Gerência de Controle de Arrecadação, providências para regularização dos créditos repassados a maior pela Patrocinadora CBTU, tendo em vista o reconhecimento contábil e o tempo decorrido.</p> | <p>encaminhada ao Diretor-Presidente da CBTU foi informado que a diferença ocorreu em razão de que, no lançamento dos valores no demonstrativo de crédito e débito da REFER, usamos com base o valor processado pela CBTU / SIAPE e a CBTU depositou um valor diferente do que foi processado. No entanto, após recebermos os arquivos com as fichas financeiras dos participantes, calculamos o valor correto da contribuição com base no salário efetivo dos participantes e apuramos o valor devido das diferenças.</p> <p>Considerando que no mês de dezembro de 2010, foi feito o encontro de contas entre crédito (proveniente de diferenças de contribuições até agosto/2010) e débito (inadimplente no Instrumento Contratual de Dívidas) atualmente pendentes dentre a CBTU e a REFER, informo que as diferenças apuradas até agosto/2010 foram contabilmente “baixadas”.</p> | | |
| MESES | REPASSE CBTU | BALANCETES REFER | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MAR | 284.358,08 | 284.289,16 | 68,92 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ABR | 290.040,73 | 284.289,48 | 5.751,25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | | 5.820,17 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|---|--|--|--|-----------------|-------|-------|--------|------|-------|-------|------------------------|-----|-------------|----------|-------|----------|-----------------------|-------|-------|----------|--|--|--|--|
| | <table><tr><th>UNIDADE ADMINISTRATIVA</th><th>R\$</th></tr><tr><td>Administração Central</td><td>55,78</td></tr><tr><td>Natal</td><td>11,89</td></tr><tr><td>Maceió</td><td>1,25</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>68,92</td></tr></table> <ul style="list-style-type: none">No mês de abril de 2010 a CBTU repassou a maior o valor de R\$5.751,25, relativo às contribuições da Patrocinadora, conforme demonstrado a seguir: <table><tr><th>UNIDADE ADMINISTRATIVA</th><th>R\$</th></tr><tr><td>João Pessoa</td><td>2.033,38</td></tr><tr><td>Natal</td><td>3.661,89</td></tr><tr><td>Administração Central</td><td>55,98</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>5.751,25</td></tr></table> | UNIDADE ADMINISTRATIVA | R\$ | Administração Central | 55,78 | Natal | 11,89 | Maceió | 1,25 | TOTAL | 68,92 | UNIDADE ADMINISTRATIVA | R\$ | João Pessoa | 2.033,38 | Natal | 3.661,89 | Administração Central | 55,98 | TOTAL | 5.751,25 | | | | |
| UNIDADE ADMINISTRATIVA | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Administração Central | 55,78 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Natal | 11,89 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Maceió | 1,25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 68,92 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UNIDADE ADMINISTRATIVA | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| João Pessoa | 2.033,38 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Natal | 3.661,89 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Administração Central | 55,98 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 5.751,25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | <u>CERTIFICAÇÃO DOS REPASSES DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES/CBTU</u> Análises efetuadas nos repasses das contribuições relativas aos Participantes da CBTU, registradas nos Balancetes da REFER correspondentes aos meses de julho e setembro de | <u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u> Determinar à Gerência de Controle de Arrecadação, providências para | <u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u> Através da Carta 089-10/DIPRE/REFER, de 29/12/2010, encaminhada ao Diretor- | <u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u> Ponto regularizado. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------|---|------------------|---------------------------|---|-----------------|-----|------------|------------|----------|-----|------------|------------|--------|-------|--|--|----------|---|---|---|--|
| | <p>2010, apuramos diferença de R\$1.907,60, a favor da CBTU, conforme demonstramos a seguir:</p> <table><tr><th>MESES</th><th>REPASSE PARTICIPANTES</th><th>BALANCETES REFER</th><th>R\$</th></tr><tr><td>JUL</td><td>538.899,62</td><td>537.742,59</td><td>1.157,03</td></tr><tr><td>SET</td><td>595.224,33</td><td>594.473,76</td><td>750,57</td></tr><tr><td colspan="3">TOTAL</td><td>1.907,60</td></tr></table> <p>Cabe ressaltar que os valores foram reconhecidos pela REFER, contudo ainda não foram contabilizados e restituídos à CBTU.</p> <p>Em resposta a SA/028-2010/REFER, emitida em 25/10/2010, relativa às diferenças constatadas, fomos informados pela Gerência Controle e Arrecadação que:</p> <p>“O valor de R\$1.157,03, refere-se ao pagamento de contribuição do participante matrícula 09.001.939-3, devido ao pagamento salarial, efetuado por Folha Suplementar.</p> <p>Esclarecemos que estamos no aguardo da Patrocinadora nos enviar os valores das remunerações para que possamos calcular o salário de participação e conferirmos se o valor da contribuição está correto, para posterior atualização da Conta Individual do Participante e da solicitação de baixa contábil à GECOF.</p> <p>Com relação ao crédito de R\$750,57, não identificamos o valor nos arquivos das consignações enviados para desconto</p> | MESES | REPASSE PARTICIPANTES | BALANCETES REFER | R\$ | JUL | 538.899,62 | 537.742,59 | 1.157,03 | SET | 595.224,33 | 594.473,76 | 750,57 | TOTAL | | | 1.907,60 | <p>regularização do crédito repassado a maior pela CBTU, referente à contribuição do Participante matrícula 09.001.939-3, tendo em vista reconhecimento contábil e o tempo decorrido;</p> <p><u>AO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA CBTU:</u></p> <p>Determinar à Gerência Geral de Gestão de Recursos Humanos, identificar a importância repassada de R\$750,57 e informar a REFER para a devida regularização contábil e financeira do evento.</p> | <p>Presidente da CBTU foi informado que o valor de R\$1.157,03 é referente a contribuição do participante Eduardo Santiago Spiller – 09.001.939-3 paga em duplicidade. Esclarecemos que o desconto foi processado no SIAPEnet, conforme ficha financeira do participante e a CBTU efetuou o pagamento junto as demais contribuições do mês julho/2010. Mas, no dia 03/08/2010 a CBTU – AC depositou na conta da REFER o valor de R\$1.157,03, gerando duplicidade no pagamento. Foi informado por e-mail ao Sr. Jairo Pinheiro da CBTU-AC, no dia 26/11/2010, sobre o pagamento em duplicidade e solicitamos que a dedução do valor fosse feita no mês de novembro/2010, no entanto, o procedimento não foi efetuado e conforme esclarecimentos do Sr. Jairo, não houve tempo hábil para o lançamento do valor, ficando de fazer o ajuste no mês de dezembro/2010.</p> <p>Com relação ao valor de</p> | <p><u>AO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA CBTU:</u></p> <p>Ponto regularizado.</p> | |
| MESES | REPASSE PARTICIPANTES | BALANCETES REFER | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUL | 538.899,62 | 537.742,59 | 1.157,03 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET | 595.224,33 | 594.473,76 | 750,57 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | | 1.907,60 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Unidade Administrativa: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Programa: AUDITORIA DE GESTÃO DA REFER – EXERCÍCIO 2010

Período de Execução: 07/10 a 03/11/2010

Área Auditada: REFER

Acompanhamento das Respostas do Rel AUDIT: 20/2010

| REF | NÃO - CONFORMIDADE | RECOMENDAÇÃO | RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | ANÁLISE AUDIT RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA | RECOM. AUDIT |
|-----|---|--------------|--|---|-----------------|
| | na folha de pagamento de setembro 2010. Estamos aguardando a CBTU nos informar a respeito do crédito. | | <p>R\$750,57, refere-se ao pagamento da contribuição setembro/2010, do participante Joaquim Firmino Filho – 10.035.764, não processado no SIAPEnet, devido ao pagamento salarial de folha suplementar. Esclarecemos que a CBTU efetuou o depósito em 04/10/2010 e no aguardo do envio das informações, o ajuste contábil foi efetuado pela GECON para o mês de Outubro de 2010.</p> <p><u>AO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA CBTU:</u></p> <p>Através do Memo/104-DA/2010, de 22/11/2010, encaminhado a GAREH foi solicitado que àquela Gerência identificasse a origem do repasse à REFER e adotasse providências complementares para regularização contábil e financeira do evento. Em despacho no verso do citado Memorando foi informado ao DA que o caso havia sido regularizado.</p> | | |

26. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não é solicitado no Quadro A1 – “Relacionamento entre as unidades jurisdicionadas e os conteúdos gerais e contábeis do Relatório de Gestão”, da DN-TCU nº 107

27. ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO 1309/2010 – Primeira Câmara

Em cumprimento ao item 9.3.5 do Acórdão TCU nº 1309/2010, consta, no Quadro A.2.2.6 – Acidentes Ferroviários, o demonstrativo da evolução dos acidentes ferroviários nos sistemas operados pela CBTU, entre os anos de 2006 e 2010. Houve uma discreta evolução positiva nos indicadores totais da CBTU. Não houve melhora mais significativa devido à performance dos sistemas de João Pessoa e Natal (em particular este último), os quais continuam apresentando alto índice de acidentes, pela precariedade da via permanente e do material rodante. É necessária uma destinação mais significativa de recursos na LOA, para a recuperação dos sistemas. A CBTU apresenta, em sua proposta orçamentária anual, os valores considerados necessários ao adequado avanço das ações de recuperação. No entanto, as dotações consignadas na LOA dos últimos exercícios, associadas à liberação dos respectivos limites orçamentários para movimentação e empenho, não permitem um efetivo ganho no avanço físico, realizando-se apenas a atuação pontual em trechos críticos, através de recuperação emergencial.

Quadro A.2.2.6 – Evolução dos Acidentes Ferroviários

| UNIDADES | ANO | TOTAL ACIDENTES | ACIDENTES/MILHÃO DE PASS. TRANSPORTADOS |
|-----------------------|------|--------------------|--|
| CBTU TOTAL | 2006 | 40 | 0,40 |
| | 2007 | 73 | 0,71 |
| | 2008 | 74 | 0,67 |
| | 2009 | 63 | 0,57 |
| | 2010 | 61 | 0,49 |
| STU/REC | 2006 | 0 | 0,00 |
| | 2007 | 10 | 0,18 |
| | 2008 | 8 | 0,14 |
| | 2009 | 3 | 0,05 |
| | 2010 | 10 | 0,15 |
| STU/BH | 2006 | 0 | 0,00 |
| | 2007 | 0 | 0,00 |
| | 2008 | 0 | 0,00 |
| | 2009 | 0 | 0,00 |
| | 2010 | 0 | 0,00 |
| STU/NAT | 2006 | 17 | 7,08 |
| | 2007 | 27 | 9,64 |
| | 2008 | 38 | 16,52 |
| | 2009 | 38 | 18,10 |
| | 2010 | 36 | 15,65 |
| STU/JOP | 2006 | 12 | 4,62 |
| | 2007 | 16 | 5,52 |
| | 2008 | 13 | 4,19 |
| | 2009 | 20 | 6,90 |
| | 2010 | 14 | 5,00 |
| STU/MAC | 2006 | 11 | 7,33 |
| | 2007 | 20 | 12,50 |
| | 2008 | 15 | 8,82 |
| | 2009 | 2 | 1,11 |
| | 2010 | 1 | 0,77 |

Fonte: Banco de dados - STU-REC, STU-BH, STU-NAT, STU-JOP, STU-MAC

A seguir são apresentados os números de concessões judiciais de pensões e custos nos últimos 5 anos:

QUADRO A.2.2.7 - CONCESSÕES JUDICIAIS DE PENSÕES E CUSTOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

| | 2006 | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|--------------|------------|------------|------------|------------|--------------|------------|------------|---------------|
| | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | TOTAL |
| BELO HORIZONTE | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 3.448,29 | 3.448,29 | 3.432,57 | 3.756,74 | 1.611,13 | 5.457,02 | 3.756,74 | 3.756,74 | 3.756,74 | 3.756,74 | 3.756,74 | 3.756,74 | 43.694,48 |
| número de pensões | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | |
| FORTALEZA | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 2.100,00 | 2.100,00 | 2.100,00 | 2.450,00 | 2.450,00 | 2.450,00 | 2.450,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 3.723,57 | 2.450,00 | 2.450,00 | 28.223,57 |
| número de pensões | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | |
| NATAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 200,00 | 200,00 | 200,00 | 233,33 | | 466,66 | 233,33 | 233,33 | 233,33 | 233,33 | 233,33 | 233,33 | 2.699,97 |
| número de pensões | 1 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 631.032,81 | 628.323,96 | 640.996,83 | 722.599,55 | 796.551,79 | 740.235,87 | 741.648,96 | 743.958,65 | 748.095,33 | 784.312,92 | 737.406,02 | 707.840,88 | 8.623.003,57 |
| número de pensões | 2324 | 2324 | 2408 | 2368 | 2265 | 2301 | 2328 | 2352 | 2364 | 2358 | 2356 | 2352 | |
| SÃO PAULO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 195.258,16 | 196.929,88 | 191.425,96 | 216.801,28 | 235.238,59 | 221.417,88 | 240.220,69 | 226.736,58 | 227.254,42 | 218.747,62 | 220.787,72 | 237.957,69 | 2.628.776,47 |
| número de pensões | 481 | 486 | 484 | 492 | 482 | 495 | 495 | 509 | 509 | 505 | 497 | 512 | |
| TOTAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 832.039,26 | 831.002,13 | 838.155,36 | 945.840,90 | 1.035.851,51 | 970.027,43 | 988.309,72 | 976.435,30 | 981.089,82 | 1.010.774,18 | 964.633,81 | 952.238,64 | 11.326.398,06 |
| número de pensões | 2.812 | 2.817 | 2.899 | 2.867 | 2.752 | 2.803 | 2.830 | 2.867 | 2.879 | 2.870 | 2.860 | 2.871 | |

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

| | 2007 | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|------------|------------|------------|--------------|------------|------------|------------|---------------|
| | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | TOTAL |
| BELO HORIZONTE | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 3.756,74 | 3.756,74 | 3.756,74 | 3.961,42 | 3.961,42 | 3.961,42 | 3.961,42 | 2.700,29 | 2.700,29 | 3.824,37 | 3.927,28 | 3.927,28 | 44.195,41 |
| número de pensões | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 4 | 4 | |
| FORTALEZA | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 2.450,00 | 2.450,00 | 2.450,00 | 2.660,00 | 2.660,00 | 3.040,00 | 3.040,00 | 1.900,00 | 4.180,00 | 3.040,00 | 3.820,00 | 2.660,00 | 34.350,00 |
| número de pensões | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 | 3 | 6 | 6 | 6 | 5 | |
| NATAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 233,33 | 233,33 | 233,33 | 253,33 | 253,33 | 253,33 | 253,33 | 1.742,38 | 1.742,38 | 4.039,64 | 1.742,38 | 1.742,38 | 12.722,47 |
| número de pensões | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | |
| RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 732.119,11 | 715.340,18 | 721.321,62 | 829.760,68 | 751.477,59 | 749.343,80 | 738.288,00 | 747.920,99 | 764.875,95 | 728.656,63 | 711.348,00 | 726.347,07 | 8.916.799,62 |
| número de pensões | 2321 | 2312 | 2315 | 2322 | 2333 | 2304 | 2307 | 2299 | 2277 | 2237 | 2188 | 2151 | |
| SÃO PAULO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 231.786,95 | 229.450,99 | 228.295,68 | 262.030,84 | 244.243,89 | 240.463,43 | 242.159,69 | 239.939,77 | 234.327,88 | 241.739,94 | 235.243,53 | 237.327,87 | 2.867.010,46 |
| número de pensões | 516 | 519 | 520 | 517 | 523 | 524 | 522 | 523 | 502 | 506 | 501 | 501 | |
| SALVADOR | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | | | | | | | 190,00 | 190,00 | 190,00 | 190,00 | 190,00 | 190,00 | 1.140,00 |
| número de pensões | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| TOTAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 970.346,13 | 951.231,24 | 956.057,37 | 1.098.666,27 | 1.002.596,23 | 997.061,98 | 987.892,44 | 994.393,43 | 1.008.016,50 | 981.490,58 | 956.271,19 | 972.194,60 | 11.876.217,96 |
| número de pensões | 2.844 | 2.838 | 2.842 | 2.846 | 2.863 | 2.836 | 2.838 | 2.830 | 2.790 | 2.755 | 2.702 | 2.664 | |

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

| | 2008 | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | TOTAL |
| BELO HORIZONTE | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 3.937,93 | 3.937,93 | 4.174,32 | 4.174,32 | 4.174,32 | 1.651,47 | 1.651,47 | 1.614,00 | 1.614,00 | 415,00 | | 1.245,00 | 28.589,76 |
| número de pensões | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 3 | 3 | 3 | 3 | 1 | | 1 | |
| FORTALEZA | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 2.660,00 | 2.660,00 | 2.075,00 | 2.075,00 | 4.545,00 | 2.905,00 | 2.905,00 | 4.965,07 | 5.255,57 | 3.982,42 | 7.015,72 | 7.386,85 | 48.430,63 |
| número de pensões | 5 | 5 | 3 | 3 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 4 | 5 | 5 | |
| NATAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 1.751,25 | 2.004,58 | 1.893,59 | 1.893,59 | 1.893,59 | 1.616,92 | 2.170,22 | 1.893,59 | 1.893,59 | 1.690,70 | 1.616,92 | 1.616,92 | 21.935,46 |
| número de pensões | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | |
| RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 721.142,63 | 719.965,09 | 767.443,58 | 797.661,67 | 803.295,31 | 805.794,76 | 804.622,82 | 808.326,69 | 744.680,09 | 771.209,51 | 742.066,14 | 775.088,08 | 9.261.296,37 |
| número de pensões | 2181 | 2161 | 2175 | 2176 | 2171 | 2194 | 2181 | 2187 | 2087 | 1973 | 2027 | 2091 | |
| SÃO PAULO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 225.636,85 | 225.862,71 | 263.431,23 | 253.157,16 | 254.834,03 | 261.336,42 | 267.781,69 | 257.759,29 | 250.717,65 | 238.843,66 | 284.379,60 | 255.440,93 | 3.039.181,22 |
| número de pensões | 492 | 494 | 498 | 503 | 501 | 504 | 507 | 514 | 497 | 464 | 484 | 499 | |
| SALVADOR | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 190,00 | 190,00 | 207,50 | 207,50 | 207,50 | 207,50 | 207,50 | 207,50 | 207,50 | 207,50 | | | 2.040,00 |
| número de pensões | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | | |
| RECIFE | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | | | | | | | 415,00 | 415,00 | 415,00 | 415,00 | 415,00 | | 2.075,00 |
| número de pensões | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | |
| TOTAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 955.318,66 | 954.620,31 | 1.039.225,22 | 1.059.169,24 | 1.068.949,75 | 1.073.512,07 | 1.079.753,70 | 1.075.181,14 | 1.004.783,40 | 1.016.763,79 | 1.035.493,38 | 1.040.777,78 | 12.403.548,44 |
| número de pensões | 2.685 | 2.667 | 2.683 | 2.689 | 2.684 | 2.708 | 2.700 | 2.713 | 2.596 | 2.446 | 2.518 | 2.597 | |
| FONTE: GEPAF/GAREH/DA | | | | | | | | | | | | | |

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

| | 2009 | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | TOTAL |
| BELO HORIZONTE | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 967,20 | 590,94 | 590,94 | 590,94 | 590,94 | 590,94 | 590,94 | 1.677,55 | 1.715,01 | 26.440,71 | 3.832,79 | 3.832,79 | 42.011,69 |
| número de pensões | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 | 6 | 6 | 7 | |
| FORTALEZA | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 4.244,32 | 6.444,97 | 5.639,38 | 5.639,38 | 5.639,38 | 5.639,38 | 5.639,38 | 5.639,38 | 5.639,38 | 5.639,38 | 5.639,38 | 5.639,38 | 67.083,09 |
| número de pensões | 4 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | |
| NATAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 1.919,75 | 2.138,08 | 1.828,09 | 3.001,41 | 2.138,08 | 2.138,08 | 2.138,08 | 2.138,08 | 2.138,08 | 2.138,08 | 1.828,09 | 2.448,16 | 25.992,06 |
| número de pensões | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | |
| RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 770.923,29 | 891.626,86 | 941.983,32 | 924.716,74 | 868.684,63 | 875.678,10 | 841.147,83 | 819.508,76 | 845.363,43 | 845.580,75 | 847.865,47 | 828.621,88 | 10.301.701,06 |
| número de pensões | 2148 | 2157 | 2242 | 2228 | 2247 | 2264 | 2258 | 2238 | 2238 | 2242 | 2242 | 2229 | |
| SÃO PAULO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 290.249,35 | 305.453,10 | 344.201,74 | 305.737,79 | 306.399,12 | 297.137,21 | 303.954,10 | 309.821,85 | 315.385,33 | 305.263,96 | 317.144,62 | 367.439,35 | 3.768.187,52 |
| número de pensões | 521 | 529 | 548 | 553 | 552 | 548 | 552 | 554 | 562 | 564 | 561 | 559 | |
| SALVADOR | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 622,50 | 232,50 | 232,50 | 232,50 | 232,50 | 232,50 | 232,50 | 232,50 | 232,50 | 232,50 | | | 2.715,00 |
| número de pensões | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | | |
| RECIFE | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 415,00 | | 1.345,00 | 465,00 | 465,00 | 465,00 | 465,00 | 465,00 | 465,00 | 465,00 | | | 5.015,00 |
| número de pensões | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | | |
| TOTAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 1.069.341,41 | 1.206.486,45 | 1.295.820,97 | 1.240.383,76 | 1.184.149,65 | 1.181.881,21 | 1.154.167,83 | 1.139.483,12 | 1.170.938,73 | 1.185.760,38 | 1.176.310,35 | 1.207.981,56 | 14.212.705,42 |
| número de pensões | 2.679 | 2.696 | 2.800 | 2.792 | 2.810 | 2.823 | 2.821 | 2.804 | 2.813 | 2.821 | 2.815 | 2.802 | |

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

| | 2010 | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | TOTAL |
| BELO HORIZONTE | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 4.083,49 | 4.083,49 | 4.083,49 | 1.890,21 | 6.172,63 | 4.083,49 | 4.083,49 | 4.083,49 | 3.669,46 | 3.669,46 | 4.911,55 | 4.083,49 | 48.897,74 |
| número de pensões | 7 | 7 | 7 | 5 | 7 | 7 | 7 | 7 | 6 | 6 | 7 | 7 | |
| FORTALEZA | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 6.138,30 | 6.308,30 | 6.495,30 | 5.990,08 | 5.820,08 | 6.670,08 | 5.990,08 | 6.840,08 | 7.095,08 | 6.670,08 | 6.585,08 | 6.585,08 | 77.187,62 |
| número de pensões | 5 | 6 | 7 | 6 | 5 | 6 | 6 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | |
| NATAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 2.334,59 | 2.334,59 | 2.334,59 | 2.339,43 | 2.339,43 | 340,00 | 3.990,78 | 2.339,43 | 2.339,43 | 2.339,43 | 1.999,43 | 2.679,43 | 27.710,56 |
| número de pensões | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | |
| RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 908.247,00 | 894.163,32 | 934.049,28 | 911.118,65 | 920.951,56 | 884.084,31 | 910.335,15 | 906.734,32 | 874.545,97 | 861.619,61 | 945.081,12 | 882.926,97 | 10.833.857,26 |
| número de pensões | 2246 | 2215 | 2227 | 2212 | 2237 | 2221 | 2207 | 2215 | 2212 | 2208 | 2217 | 2214 | |
| SÃO PAULO | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 331.887,63 | 333.991,26 | 343.553,34 | 336.886,10 | 331.252,44 | 330.916,44 | 324.796,69 | 332.108,66 | 326.516,45 | 332.645,67 | 333.814,14 | 337.319,45 | 3.995.688,27 |
| número de pensões | 556 | 557 | 555 | 556 | 554 | 557 | 542 | 545 | 547 | 545 | 545 | 550 | |
| SALVADOR | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 720,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 255,00 | 3.525,00 |
| número de pensões | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| RECIFE | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 1.440,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | | | 6.030,00 |
| número de pensões | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | | |
| MACEIÓ | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | | 3.425,19 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | 510,00 | | 1.020,00 | 510,00 | 510,00 | 8.525,19 |
| número de pensões | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | |
| TOTAL | | | | | | | | | | | | | |
| valor pago (R\$) | 1.254.851,01 | 1.245.071,15 | 1.291.791,00 | 1.259.499,47 | 1.267.811,14 | 1.227.369,32 | 1.250.471,19 | 1.253.380,98 | 1.214.931,39 | 1.208.729,25 | 1.293.156,32 | 1.234.359,42 | 15.001.421,64 |
| número de pensões | 2.818 | 2.790 | 2.801 | 2.784 | 2.808 | 2.795 | 2.767 | 2.780 | 2.777 | 2.772 | 2.780 | 2.783 | |

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

| QUADRO COMPARATIVO | | | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Ano | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Valor folha de pagamento (R\$) | 11.326.398,06 | 11.876.217,96 | 12.403.548,44 | 14.212.705,42 | 15.001.421,64 |
| Nº médio de pensionistas anual | 2844 | 2804 | 2641 | 2790 | 2788 |
| Valor do salário mínimo | 350,00 | 380,00 | 415,00 | 465,00 | 510,00 |
| Folha em SM | 32.361 | 31.253 | 29.888 | 30.565 | 29.415 |

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES

Diretor Presidente